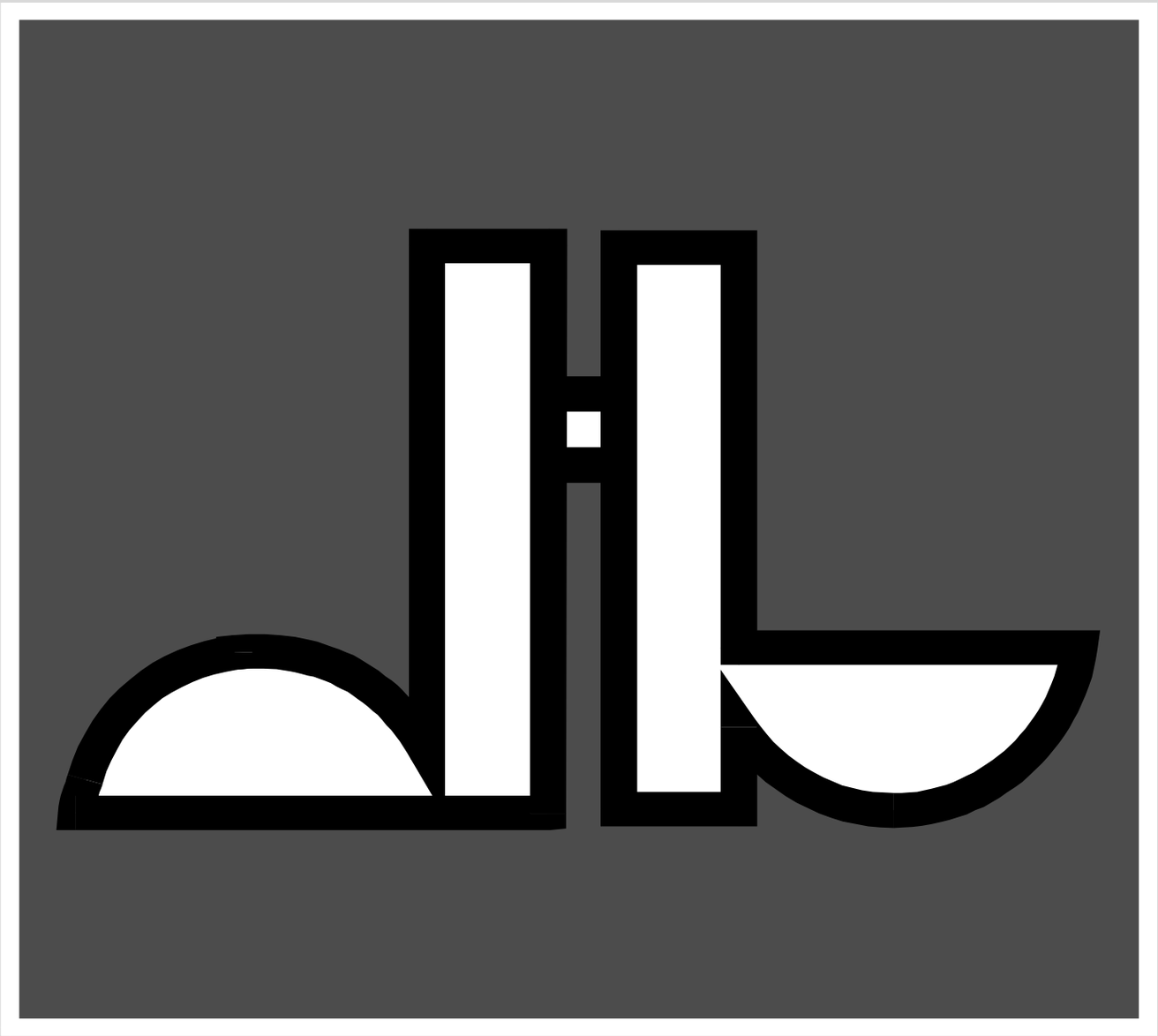
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LVII - SUP. AO Nº 007 - QUARTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2002 - BRASILIA - DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RAMEZ TEBET** - PMDB-MS(1)

1º Vice-Presidente

Deputado **EFRAIM MORAIS** - PFL-PB

2º Vice-Presidente

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES** – PSB-SE

1º Secretário

Deputado **SEVERINO CAVALCANTI** - PPB-PE

2º Secretário

Senador **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB-MT

3º Secretário

Deputado **PAULO ROCHA** – PT-PA

4º Secretário

Senador **MOZARILDO CAVALCANTI** – PFL-RR

(1) Eleito em 20/09/2001

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

5ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 26 e 27 de dezembro de 2001. 00004

1ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 26 e 28 de fevereiro de 2002. 00141

2ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 2 e 4 de abril de 2002. 00153

1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 26 de fevereiro de 2002. 00155

2ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 27 de fevereiro de 2002. 00174

1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, pelas Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e de Fiscalização e Controle do Senado Federal, realizada em 02 de abril de 2002. 00220

1ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 5 e 7 de março de 2002..... 00251

2ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 12 e 14 de março de 2002..... 00253

3ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 19 e 20 de março de 2002..... 00254

1ª Termo de Reunião, da 4ª reunião, realizada nos dias 26 de março de 2002. 00280

5ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 9, 11 e 16 de abril de 2002..... 00281

6ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 23 e 25 de abril de 2002..... 00294

2º Termo de Reunião, da 7ª reunião, realizada nos dias 30 de abril de 2002..... 00310

8ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 7 e 9 de maio de 2002. 00311

9ª Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de maio de 2002. 00322

2 – TERMOS DE REUNIÕES

De 2 de abril de 2002, referente à reunião da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.218. 00323

De 21 de maio de 2002, referente à reunião da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.151-3. 00324

De 22 de maio de 2002, referente à reunião da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 2.151-3. 00325

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Quinta Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 26 e 27 de dezembro de 2001

Aos vinte e seis e vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para finalização da votação do Quadro VII na representação do Senado Federal e apreciação dos destaques apresentados ao Relatório Final da Proposta Orçamentária para 2002. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – **Deputados titulares:** Airton Cascavel, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Saulo Pedrosa, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Welinton Fagundes, Zé Gomes da Rocha e Zila Bezerra; – **Senadores titulares:** Amir Lando, Antero Paes de Barros, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcfanti, Nabor Júnior, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Tião Viana e Wellington Roberto; – **Deputados suplentes:** Adolfo Marinho, Alceste Almeida, Aracely de Paula, Ariston Correia Andrade, Armando Abílio, Átila Lins, Augusto Franco, Carlito Merss, Carlos Batata, Carlos Nader, Coriolano Sales, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Dr. Gomes, Dr. Rosinha, Enivaldo Ribeiro, Eunício Oliveira, Fátima Pelaes, Fernando Coruja, Fernando Gonçalves, Francisco Rodrigues, Gastão Vieira, Gerson Gabrielli, Gervásio Silva, Gonzaga Patriota, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Jovair Arantes, Juquinha, Laura Carneiro, Lídia Quinan, Luiz Fernando, Nilo Coelho, Osvaldo Reis, Paes Landim, Paulo Kobayashi, Paulo Lessa, Pedro Chaves, Pedro Henry, Pompeo de Mattos, Professor Luizinho, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Sérgio Barros, Ursicino Queiroz e Waldemir Moka – **Senadores suplentes:** Antonio Carlos Júnior, Antônio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Fernando Ribeiro, Francelino Pereira, João Alberto Souza, Lúcio Alcântara, Lúdio Coelho, Paulo Souto, Ricardo Santos, Romeu Tuma, Sérgio Machado e Valmir Amaral; – **Deputados não-membros:** Dr. Heleno, Duilio Pisaneschi e Haroldo Bezerra. Foi registrada a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Airton Dipp, Alexandre Cardoso, Givaldo Carimbão, Marcelo Teixeira, Orlando Desconsi, Pedro Celso e Wilson Braga; – **Senadores titulares:** Ademir Andrade, Arlindo Porto, Benício Sampaio, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara e Sebastião Rocha. **ABERTURA:** Havendo número regimental conforme o estabelecido no *art. 14 do Regimento Comum*, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, declarou iniciados os trabalhos, às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e seis de dezembro de 2001. **ORDEM DO DIA:** O Presidente em exercício informou que passaria à votação do Quadro VII do Relatório Final – Obras com indícios de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União, na representação do Senado Federal, uma vez que o mesmo havia sido aprovado na representação da Câmara dos Deputados na reunião anterior. Em votação, RESSALVADOS os destaques, o Quadro VII do Relatório Final – Obras com indícios de irregularidades graves que terão sua execução vedada até o saneamento da irregularidade foi **aprovado** por unanimidade na representação do Senado Federal. O Deputado João Coser informou ao Plenário do acordo realizado, na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na Comissão, referente à votação contrária dos destaques apresentados ao Quadro VII. Os Deputados José Carlos Aleluia e Ricardo Barros manifestaram-se favoráveis. Foram apresentados cinco destaques ao Quadro VII. O Presidente em exercício declarou prejudicados pela ausência os destaques 1071, do Deputado Átila Lins, e 1420, do Deputado Juquinha e comunicou que haviam sido retirados pelos autores os destaques 1421 e 1422, do Deputado Jovair Arantes, e 2215, do Deputado Helenildo Ribeiro. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou que foram apresentados 2.331 destaques ao Relatório Final e comunicou que a retirada dos seguintes: 1.297, 1.299 a 1.306, 1.472 a 1.476, 1.557 a 1.561, 2.263, 2.146, 2.147, 2.125, 2.215, 1.421 e 1.422 Os Deputa-

dos Gonzaga Patriota e João Leão solicitaram a presença, no recinto, do Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, Deputado Sampaio Dória. Com vistas a aguardar o comparecimento do Relator-Geral, o Presidente em exercício suspendeu a reunião, às quatorze horas e cinqüenta e quatro minutos. Às quinze horas e dezesseis minutos do mesmo dia, o Presidente, Senador Carlos Bezerra, deu continuidade aos trabalhos, informando que o destaque 2.302 havia sido retirado pelo autor. Em seguida, o Presidente leu o requerimento, de autoria do Deputado Fernando Coruja, solicitando o adiamento, por 48 horas, da votação dos destaques apresentados ao Relatório Final. O autor fez a apresentação do requerimento, retirando-o em seguida. O Deputado José Carlos Aleluia apresentou justificativa sobre a apresentação dos 1.041 destaques de sua autoria. O Relator-Geral teceu considerações acerca dos destaques apresentados. O Presidente anunciou a apreciação dos destaques apresentados ao Relatório Final e, inicialmente, os destaques apresentados para alteração do texto da lei. Em seguida, leu o requerimento de preferência de votação do destaque 1.589, à emenda 502.20002, da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, assinado pelos Deputados Virgílio Guimarães, Sérgio Miranda, Giovanni Queiroz e Fernando Coruja. O Senador Romero Jucá sugeriu que o requerimento ficasse sobrestado até que o Colegiado de Representantes das Lideranças atingissem consenso sobre a apreciação dos destaques ao texto da lei. Houve acordo no Plenário. O Presidente solicitou manifestação do Plenário sobre a proposta de votação dos destaques em globo. O Deputado Fernando Coruja apresentou questão de ordem solicitando que os destaques fossem votados separadamente. Os Deputados Waldemir Moka e João Almeida manifestaram-se contra. O Senador Romero Jucá, contraditando proposta do Deputado Fernando Coruja, sugeriu que os destaques fossem votados em globo, por tipo de parecer, com a ressalva dos solicitados para votação em separado. A seguir, o Presidente anunciou a votação do requerimento do Senador Romero Jucá, que foi **aprovado** contra os votos dos Deputados Sérgio Miranda, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Fernando Coruja, Pedro Novais, Pedro Fernandes, Jorge Bittar, João Grandão, Virgílio Guimarães, Dr. Rosinha e João Coser, na representação da Câmara dos Deputados; e contra os votos dos Senadores Antônio Carlos Valadares e Tião Viana na representação do Senado Federal. Destaques retirados pelo Deputado José Borba: 2.265, 2.269 a 2.274, 2.277, 2.278, 2.279, 2.280, 2.283 a 2.285. O Deputado João Coser propôs que a solicitação para votação dos destaques separadamente fosse realizada antes da votação de cada bloco, por tipo de parecer. O Deputado Alberto Goldman concordou. Embora tendo iniciado a leitura dos destaques para votação separadamente, o Presidente comunicou sua inviabilidade e declarou prejudicado o requerimento do Deputado Fernando Coruja. O Deputado José Carlos Aleluia apresentou requerimento para votação em globo dos destaques 01 a 1.041, de sua autoria, excetuando-se os de número 56, 58, 1.934 e 1.935. O Presidente fez a seguinte comunicação: **1)** Os destaques com parecer do Relator-Geral pela aprovação integral ou parcial que fossem retirados por seus autores perderiam o atendimento dado pelo Relator-Geral ao destaque. **2)** Da mesma forma, perderiam o atendimento ao destaque dado pelo Relator-Geral, os destaques com parecer pela aprovação parcial que, submetidos à votação separadamente, fossem rejeitados pelo Plenário. **3)** As emendas que foram declaradas inadmitidas anteriormente não poderiam ser destacadas. O Deputado João Caldas retirou os seguintes destaques: .1.141, 1.142, 1.144 e 1.146. O Deputado João Almeida sugeriu que o autor do destaque se manifestasse ao ser anunciado o destaque de sua autoria e obteve acolhimento do Presidente. O Relator-Geral procedeu aos esclarecimentos sobre a fonte dos recursos para atendimento aos destaques. Os Deputados Gilmar Machado, Jorge Bittar e Virgílio Guimarães solicitaram o acesso ao relatório dos destaques aprovados. O Presidente informou que o Relatório seria distribuído após os ajustes a serem implementados pelas Consultorias de Orçamento das duas Casas do Congresso Nacional e, em seguida, suspendeu a reunião, às dezesseis horas e cinqüenta e dois minutos. Reabertos os trabalhos, às dezenove horas e seis minutos do mesmo dia, o Presidente anunciou a organização dos trabalhos da seguinte forma: 1) Apreciação dos destaques com parecer do Relator-Geral pela aprovação integral; 2) Apreciação dos destaques com parecer do Relator Geral pela aprovação parcial; 3) Apreciação dos destaques com parecer do Relator-Geral pela rejeição, que seiam votados em globo, com a manifestação do autor para votação separadamente do destaque solicitado. O Presidente informou, ainda, que no momento do anúncio do destaque era necessária a manifestação da presença do autor no recinto e, ausente o autor, o destaque seria declarado prejudicado. O Deputado Jorge Bittar solicitou, ainda, esclarecimentos ao Relator-Geral sobre os recursos utilizados no atendimento aos destaques e foi respondido. Em seguida, o Presidente anunciou a votação

dos destaques. Conforme a decisão da questão de ordem apresentada pelo Deputado Virgílio Guimarães, o Presidente anunciou a chamada dos autores dos destaques para a manifestação da presença no recinto. Tendo sido constatada a inviabilidade deste procedimento, o Deputado Virgílio Guimarães retirou a questão de ordem. A seguir, o Presidente anunciou a votação dos destaques por tipo de parecer: **1) Destaques com parecer do Relator-Geral pela aprovação integral:** 1.209, do Deputado Darcísio Perondi; 1.247, do Deputado Ricarte de Freitas: 1.287, do Deputado Eujácio Simões; 1.323, 1324, 1.394, 1.397 a 1.401 e 1406, do Deputado Milton Monti; 1.380, 1.381, do Deputado Airton Cascavel; 1.543, do Deputado Pedro Henry; 1.672, 1.673, do Deputado João Coser; 1.797, 1.798, 1.805, 1.809, 1.810, 1.824, 1.825, 1.830, 1.832 a 1.838 do Deputado Paulo Kobayashi; 1.847 e 1.848, do Deputado Pedro Celso; 1.965, do Deputado Sérgio Miranda; 1980, 1.982 e 1.988, do Deputado Alberto; 2.306, do Deputado Wilson Braga; e 2.330, do Deputado João Almeida. Em votação, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **2) Destaques com parecer do Relator-Geral pela aprovação parcial:** 1.061, do Deputado Lael Varella; 1.062, 1.065, 1.070, do Deputado Átila Lins; 1.073, 1.074 e 1.075, da Deputada Zila Bezerra; nº 1.102, da Deputada Laura Carneiro; 1.143, do Deputado João Caldas; 1.148, do Deputado Milton Monti; 1.081, 1.150, 1.153, 1.160, 1.163, 1.168, 1.169, 1.174 e 1.178, do Deputado Nárcio Rodrigues; 1.189, 1.190, 1.191 e 1.192, do Deputado Nelson Meurer; 1.213, do Deputado Wilson Braga; 1.234, 1.235, 1.236, do Deputado Jorge Bittar; 1.248, 1.249, 1.250, do Senador Carlos Bezerra; 1.261, 1.264, 1.265 e 1.266, do Deputado Pedro Novais; 1.307, 1.319, do Senador Leomar Quintanilha; 1.366, 1.367, 1.368 e 1.369, do Deputado Santos Filho; 1.385, do Deputado Airton Cascavel; 1386, do Deputado Airton Cascavel; 1.393, 1395, 1402, 1403, 1404 e 1405, do Deputado Milton Monti; 1.419, do Deputado Juquinha; 1.448 e 1451, do Deputado Anivaldo Vale; 1.473, do Deputado Luciano Castro; 1.498, 1.499, 1.503, 1.504, do Deputado Orlando Desconsi; 1.550, do Deputado Jorge Khoury; 1.563 e 1.565, do Deputado Jorge Alberto; 1.571, 1.573 a 1579, do Senador Antônio Carlos Valadares; 1.610 e 1.611, do Deputado Paulo Mourão; 1.625, do Senador Romero Jucá; 1.655, do Deputado Pedro Fernandes; 1.661, do Senador Romero Jucá; 1.677, do Deputado Virgílio Guimarães; 1.682, do Deputado Carlos Batata; 1.683 e 1.685, do Deputado Carlos Batata; 1.689, 1.690, 1.691, 1.692, 1.698, 1.699 e 1.700, do Deputado Paulo Kobayashi; 1709, 1712, 1715, 1716, 1717 e 1718, do Deputado Paulo Kobayashi; nº 1724, do Deputado Jorge Khoury; 1.779, do Deputado Raimundo Gomes de Matos; 1790, 1794, 1795, 1.800, 1.802, 1.803, 1.804, 1.806, 1.807, 1.808, 1.811, 1.812, 1.823, 1.828, 1829 e 1831, do Deputado Paulo Kobayashi; 1.839 a 1.841, do Deputado Clementino Coelho; 1.854, do Deputado João Coser; 1.271, 1.702, 1.757, 1.760, 1.948, do Deputado José Carlos Aleluia; 1.949, 1.951, 1.953 a 1.958, do Senador Mozarildo Cavalcanti; 1.966, 1967, 1969, 1.970, 1.972 e 1.973, do Deputado Raimundo Gomes de Matos; 1978, 1981, 1983, 1984, 1985 e 1986, do Deputado Alberto Goldman; 2009, 2015 e 2020, do Deputado Pedro Chaves; 2039, 2042, 2046, 2049, 2054 e 2056, do Deputado Gonzaga Patriota; 2073, do Deputado Giovanni Queiroz; 2213 e 2214, do Deputado Helenildo Ribeiro; 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2232, 2233, 2235 e 2236, do Deputado Waldemir Moka; 2241, do Senador José Coelho; 2257, do Deputado José Borba; 2258 e 2259, do Deputado Mussa Demes; 2264, do Deputado José Borba; 2267, do Deputado Átila Lins; 2273, 2278, 2281 e 2282, do Deputado José Borba; 2293, 2298 e 2300, do Deputado Nelson Meurer; 2328, do Deputado Milton Monti. O Presidente comunicou, ainda, que votaria a Errata que mudou o parecer dos destaques 1.274 e 1.310. O Deputado Alberto Goldman apresentou questão de ordem ao ressaltar, perante o Plenário, que os destaques parcialmente aprovados pelo Relator-Geral perderiam seus recursos já garantidos se forem rejeitados nesta votação. O Deputado Virgílio Guimarães pediu esclarecimentos ao Relator-Geral sobre destaque de sua autoria apresentado para recomposição de valores ao Tribunal Superior Eleitoral. O Relator-Geral informou que o mesmo não havia sido atendido tendo em vista a insuficiência de recursos para o pleito. Discutiram o assunto o Senador Amir Lando e o Deputado Giovanni Queiroz. O Presidente anunciou a votação dos destaques com parecer pela aprovação parcial. O Deputado Virgílio Guimarães e o Senador Tião Viana se abstiveram da votação pelo Partido dos Trabalhadores. Em votação, os destaques com parecer do Relator-Geral pela aprovação parcial, lidos pelo Presidente, foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com abstenção dos integrantes do Partido dos Trabalhadores. O Deputado José Carlos Aleluia solicitou ao Presidente que lesse o valor destinado às emendas indicadas nos destaques que integram a Errata e obteve acolhimento. Lida a Errata do

Demonstrativo de pareceres aos destaques, o Presidente anunciou a sua votação, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Dando continuidade, o Presidente anunciou a apreciação dos destaques com parecer do Relator-Geral pela rejeição e solicitou aos parlamentares que quisessem retirar algum destaque para votação separadamente que se manifestassem. Dentre os destaques com parecer do Relator-Geral pela rejeição, os parlamentares solicitaram a apreciação, separadamente, dos destaques de seu interesse. Às vinte horas e quarenta e quatro minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a direção dos trabalhos. O Senador Lúcio Alcântara apresentou questão de ordem solicitando esclarecimentos ao Relator-Geral sobre a não supressão das fontes de receita do montante que seria reduzido caso o projeto sobre a correção da tabela do imposto de renda fosse sancionado. A seguir, o Presidente em exercício comunicou que daria início à apreciação dos destaques para votação separadamente. **1)** Destaques nºs 01 a 1.041, do Deputado José Carlos Aleluia. O autor fez uso da palavra para esclarecer a solicitação contida nos seus destaques, qual fosse, que os 1.041 itens de investimento que compõem o Orçamento, propostos pelos Poderes Executivo e Legislativo, sofressem corte linear de onze ou doze por cento, permitindo, assim, a redução de 1 bilhão e 800 milhões. O Deputado Virgílio Guimarães discutiu o assunto. O Relator-Geral forneceu os esclarecimentos solicitados. A seguir, o Presidente em exercício anunciou a votação dos destaques nºs 01 a 1.041, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia. Encaminhamento da votação: – favoravelmente: Deputado Sérgio Miranda, pelo PcdoB; Deputado Giovanni Queiroz, pelo Bloco PDT/PPS; Deputado Virgílio Guimarães, pelo PT; Deputado Eujácio Simões, pelo PL; e contrariamente: Deputado Milton Monti, pelo PMDB; Deputado João Almeida, pelo PSDB; Deputado Nelson Meurer, pelo PPB; e Deputado Ricardo Barros, pela Liderança do Governo. A seguir, o Presidente em exercício anunciou a votação do parecer do Relator-Geral pela rejeição dos destaques nºs 01 a 1.041, de autoria do Deputado José Carlos Aleluia. Ao proclamar o resultado da votação na representação da Câmara dos Deputados, o Deputado Fernando Coruja pediu verificação de votação, com apoiamento dos Deputados Gilmar Machado, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, João Coser e Giovanni Queiroz, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* Às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, o Senador Romero Jucá foi designado para fazer a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados. O Deputado Virgílio Guimarães anunciou o posicionamento de obstrução do Partido dos Trabalhadores e tendo sido atingido o *quorum*, a obstrução foi retirada. Encerrada a chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação, às vinte e uma horas e quarenta e dois minutos: total de votos SIM: 21; total de votos NÃO: 41; nenhuma abstenção. Número total de votantes: 62. O Presidente anunciou a existência de quorum para deliberação e, em conseqüência, que os destaques do Deputado José Carlos Aleluia haviam sido **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido *no § 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **2)** Destaques 1.042, 1.043, 1.046, 1.047 e 1.050, do Senador Tião Viana. O parecer do Relator-Geral foi favorável ao atendimento dos destaques 1.042 e 1.043; o destaque 1.046 foi atendido com R$2.760.000,00; o destaques 1.047 foi atendido com R$2.214.000,00 e o destaque 1.050 foi atendido com R$1.800.000,00. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Giovanni Queiroz solicitou ao Presidente que fosse permitido fazer a orientação de bancada nas votações dos destaques. O Deputado Alberto Goldman apresentou questão de ordem sobre o uso da palavra para debate dos destaques. O Presidente em exercício informou que de acordo com o estabelecido *no § 3º do art. 53 do Regulamento Interno na Comissão,* somente o autor do destaque ou da emenda e o relator da matéria poderiam falar sobre o destaque. O Deputado Virgílio Guimarães contraditou a questão de ordem. O Presidente em exercício comunicou que declararia prejudicado o destaque cujo autor estive ausente. **3)** Destaque 1.068, do Deputado Átila Lins. Prejudicado pela ausência. **4)** Destaque 1.076 do Deputado Coriolano Sales. O autor fez a apresentação do destaque. O Relator-Geral manifestou-se pelo atendimento parcial de R$1.000.000,00. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **5)** Destaques nºs 1.082, 1.085, 1.088, 1.083, 1.084, 1.086, 1.087, 1.089, 1.090, 1.092, 1.103, 1.104, 1.105 e 1.107, da Deputada Laura Carneiro. Os destaques foram apresentados. Parecer do Relator-Geral: destaque 1.082, 1.085 e 1.088 – alteração de títulos: favorável; destaque 1.105: atendido parcialmente com R$1.250.000,00. Em votação em bloco, os destaques 1.082, 1.085, 1.088 e 1.105 foram **aprovados** por

unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Parecer do Relator-Geral pela rejeição dos destaques 1.083, 1.084, 1.086, 1.087, 1.089, 1.090, 1.092, 1.103, 1.104 e 1.107. Em votação, o parecer do Relator-Geral pela rejeição dos destaques foi **aprovado** contra os votos dos Darcísio Perondi, Nárcio Rodrigues, Jorge Bittar, Laura Carneiro, Lúcia Vânia, Lidia Quinan, dos Srs. Deputados Dr. Rosinha, João Leão, Ursicino Queiroz, Jovair Arantes, Juquinha, Gilmar Machado, José Pimentel, Virgílio Guimarães e Fernando Gonçalves na representação da Câmara dos Deputados. Rejeitados os destaques na representação da Câmara dos Deputados, a matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **6)** Destaque 1.108 da Senadora Marluce Pinto. A autora apresentou o destaque. Parecer do Relator-Geral: pelo atendimento de R$3.500.000,00 ao destaque. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Alberto Goldman apresentou questão de ordem acerca da solicitação de aumento de recursos nos destaques, e em não havendo fonte, o mesmo ficaria prejudicado. O Presidente em exercício decidiu que o destaque, necessariamente, seria submetido à votação. **7)** Destaques 2.024, 2.027, 2.029, 2.030 e 2.037, da Deputada Lúcia Vânia. A autora retirou todos os destaques, mantendo apenas o de nº 2.029. Parecer do Relator-Geral: pelo atendimento de R$7.000.000,00. Em votação, o destaque 2.029 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **8)** Destaques nºs 1.119, 1.120 e 1.121. O autor apresentou os destaques. Parecer do Relator-Geral: pelo atendimento de R$500.000,00 a cada destaque. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **9)** Destaques nºs 1.129, 1.137, 1.123 e 1.135, do Deputado Jovair Arantes. O autor apresentou os destaques. Parecer do Relator-Geral: pelo atendimento de R$3.000.000,00 para o destaque 1.129; e pela aprovação do destaque 1.135, que remaneja recursos para o destaque 1.129. Em votação, o destaque foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Parecer do Relator-Geral pela rejeição dos destaques 1.137 e 1.123. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Deputado Juquinha retirou todos os destaques de sua autoria; e os destaques do Deputado João Caldas foram prejudicados pela ausência. **10)** Destaque 1.274, do Deputado Domiciano Cabral. O autor apresentou o destaque. Parecer do Relator-Geral: pelo atendimento de R$1.500.000,00. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **11)** Destaques nºs 1.078, 1.151, 1.156, 1.161 e 1.172, do Deputado Nárcio Rodrigues. O Relator-Geral deu parecer pela rejeição dos destaques. Em votação, os destaques foram **rejeitados** contra o voto do Deputado Nárcio Rodrigues na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Às vinte e duas horas e vinte e seis minutos, o Senador Carlos Bezerra assumiu a presidência. **12)** Destaques 1.193 e 1.195, do Deputado Nelson Meurer. O autor apresentou os destaques, retirando o 1.195. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$14.000.000,00 ao destaque 1.193. Em votação, o destaque 1.193 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **13)** Destaques 1.201 e 1.207 do Deputado Darcísio Perondi. O autor apresentou os destaques. O Relator-Geral deu parecer pela rejeição dos destaques. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação do Senado Federal. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **14)** Destaques 1.210 e 1.211, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis. O autor apresentou os destaques. Parecer do Relator-Geral: pelo atendimento de R$1.500.000,00 ao destaque 1.210 e pela rejeição do destaque 1.211. O Presidente anunciou a votação do destaque 1.210 na representação da Câmara dos Deputados, que foi **aprovado** por unanimidade. Ao proclamar o resultado da votação na representação do Senado Federal, o Senador Romero Jucá pediu verificação de votação, **(não foi mencionado o apoiamento)**. Às vinte e duas horas e quarenta e oito minutos, o Deputado Jovair Arantes foi designado para fazer a chamada nominal dos Senhores Senadores. Encerrada a chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação, às vinte e duas horas e cinqüenta e dois minutos: total de votos SIM: 15; total de votos NÃO: 0; nenhuma abstenção. Número total de votantes: 15. O Presidente anunciou a existência de *quorum* para deliberação na representação do Senado Federal e, em conseqüência, que o destaque

havia sido **aprovado** na representação do Senado Federal. O Deputado Sérgio Miranda apresentou questão de ordem solicitando a anulação da verificação de votação ao questionar o voto contrário do Senador Romero Jucá na votação simbólica e, quando da votação nominal, o voto foi favorável. O Senador Romero Jucá respondeu que alterou o seu voto na votação nominal. O Presidente indeferiu a questão de ordem do Deputado Sérgio Miranda. O Presidente retomou a apreciação do destaque 1.211, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis. O Relator-Geral deu parecer pela rejeição do destaque. Em votação, o destaque foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados Antônio Carlos Konder Reis, Darcísio Perondi, João Matos e Laura Carneiro na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **15)** Destaque 1.212, do Deputado João Matos. O autor apresentou o destaque. O Relator-Geral deu parecer pela rejeição do destaque. Em votação, o destaque foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados João Matos, Virgílio Guimarães, Fernando Coruja e Antônio Carlos Konder Reis na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **16)** Destaques 1.469, 1.470 e 1.471, do Senador Wellington Roberto. O autor apresentou os destaques. O Relator-Geral manifestou-se pelo atendimento de R$4.400.000,00 para o destaque 1.470. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Relator-Geral posicionou-se contrariamente aos destaques 1.469 e 1.471. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **17)** Destaque 1.220, do Deputado Armando Abílio. O autor fez a apresentação do destaque. Parecer do Relator-Geral: pelo atendimento de R$1.000.000,00 ao destaque. Em votação, o destaque foi **aprovado** contra o voto do Deputado José Pimentel na representação da Câmara dos Deputados e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. **18)** Destaques 1.222, 1.223 e 1.224, do Senador Moreira. Mendes. O autor fez a apresentação dos destaques. Parecer do Relator-Geral: pelo atendimento de R$2.000.000,00 ao destaque 1.223 e pela rejeição do destaque 1.222. O destaque 1.224 foi retirado. Em votação, o destaque 1.223 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o destaque 1.222 foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **19)** Destaques 1.252, 1.253, 1.254, 1.255, 1.256 e 1.257, do Senador Amir Lando. O autor fez a apresentação dos destaques. Parecer do Relator-Geral: pelo atendimento de R$2.000.000,00 para o destaque 1.255 e pela rejeição dos demais. Em votação, o destaque 1.255 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em virtude do parecer do Relator-Geral pela rejeição dos demais destaques, o Senador Amir Lando solicitou que os recursos aprovados para o destaque 1.255 fossem transferidos para o destaque 1.254. O Plenário concordou. A seguir, o Presidente declarou anulada a aprovação do destaque 1.255 e procedeu à votação do 1.254, com atendimento de R$2.000.000,00, tendo sido **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Senador Amir Lando retirou os demais destaques. **20)** Destaques 1.258 a 1.260, 1.262, 1.263, 1.267 e 1.268, do Deputado Pedro Novais. O autor informou que os destaques 1.258 a 1.260 tratavam-se de remanejamento de valores. Parecer do Relator-Geral: favorável aos destaques 1.258 a 1.260; pelo atendimento de R$1.500.000,00 ao destaque 1.262; e pela rejeição dos destaques 1.263, 1.267 e 1.268. Em votação, os destaques 1.258 a 1.260 foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o destaque 1.262 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, os destaques 1.263, 1.267 e 1.268 foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **21)** Destaques 1.288 a 1.296, do Deputado Eujácio Simões. O autor informou que se tratavam de recomposição de dotações. Parecer do Relator-Geral aos destaques: 1.288 – R$91.227,00; 1.289, 173 mil 988; 1.290, 64 mil 366; 1.291, 171 mil 217; 1.292, 50 mil 267; 1.293, 58 mil 833; 1.294, 50 mil 997; 1.295, 68 mil 316; 1.296, 67 mil 672. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **22)** Destaques 1.298 e 1.493, do Deputado Luciano Castro. O autor solicitou ao Relator-Geral que o destaque 1.298 fosse atendido com a transfe-

rência dos recursos do 1.493. O Relator-Geral manifestou-se pelo atendimento de R$ 1.500.000,00 ao destaque 1.298. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **23)** Destaques 1.308, 1.309 e 1.311, do Senador Leomar Quintanilha. O autor fez a apresentação do destaque. O Relator-Geral manifestou-se contrário. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **24)** Destaques 1.198, 1.354, 1.355, 1.356, 1.781. O autor fez a apresentação dos destaques. Parecer do Relator-Geral: pelo atendimento de R$ 2.400.000,00 ao destaque 1.354 e de R$ 600.000,00 para o 1.355; e pela rejeição dos demais. Em votação, os destaques 1.354 e 1.355 foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação os destaques 1.781, 1.198 e 1.356 foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Deputado Virgílio Guimarães apresentou requerimento de votação do destaque 1.589, de sua autoria. O autor fez a apresentação do requerimento. O Deputado Ricardo Barros manifestou-se favorável e propôs que os destaques apresentados ao texto fossem apreciados em seguida. O Deputado Virgílio Guimarães manifestou-se favorável. O Presidente anunciou a votação do requerimento do Deputado Virgílio Guimarães, com o aditivo do Deputado Ricardo Barros, que foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque 1.589, do Deputado Virgílio Guimarães. O autor fez a apresentação do destaque. O Relator-Geral manifestou-se pela rejeição do destaque. O Presidente anunciou a votação na representação da Câmara dos Deputados. Ao proclamar o resultado da votação na representação da Câmara dos Deputados, os representantes das Lideranças Partidárias do Bloco PDT/PPS, PcdoB/PSB e PT pediram verificação de votação, com o apoiamento dos Deputados João Grandão, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota e Carlito Merss, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* O Senador Romero Jucá foi designado para fazer a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados. Encerrada a chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação, à zero hora e vinte minutos do dia vinte e sete de dezembro: total de votos SIM: 16; total de votos NÃO: 43; nenhuma abstenção. Número total de votantes: 59. O Presidente anunciou a existência de *quorum* para deliberação e, em conseqüência, que o destaque havia sido **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. A seguir, o Presidente anunciou a apreciação dos **destaques apresentados ao texto**. Destaques retirados pelos autores: 1.071, do Deputado Átila Lins; 1.420, do Deputado Juquinha e 1.421 e 1.422, do Deputado Jovair Arantes. **– Destaque 1.590, do Deputado Virgílio Guimarães**. O autor fez a apresentação do destaque. Parecer do Relator-Geral: favorável ao destaque. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os destaques 1.591 e 1.592 foram retirados pelo autor. – **Destaque 1.681, do Deputado Márcio Reinaldo Moreira**. Após prazo para análise, o Relator-Geral deu parecer favorável. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – **Destaques 2.145 a 2.151 e 2.153 a 2.161, 2.164, 2.165, 2.167 a 2.195 e 2.197, do Deputado Giovanni Queiroz.** Os destaques 2.145 a 2.151 foram retirados pelo autor. O Relator-Geral deu parecer pela rejeição do destaque 2.153. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$ 2.000.000,00 ao destaque 2.154; R$ 2.000.000,00 ao destaque 2.155; R$ 1.100.000,00 ao destaque 2.156 e R$ 660.000,00 ao destaque 2.157. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Relator-Geral deu parecer contrário aos destaques 2.158 a 2.162, 2.164 e 2.165. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** contra os votos dos Deputados Virgílio Guimarães, João Grandão, Carlito Merss, João Magno, João Coser, Jorge Bittar, Lúcia Vânia e Giovanni Queiroz na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Relator-Geral deu parecer contrário aos destaques 2.167 a 2.171. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** contra os votos dos Deputados Virgílio Guimarães, João Leão, Gilmar

Machado, Sérgio Miranda, Dr. Rosinha, João Grandão, Carlito Merss, Giovanni Queiroz, João Magno, João Coser, Jorge Bittar, e Virgílio Guimarães na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Relator-Geral deu parecer contrário aos destaques 2.172 e 2.173. Em votação em bloco, os destaques foram **rejeitados** contra o voto do Deputado Giovanni Queiroz na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Os destaques 2.174 a 2.176, 2.184 a 2.187, 2.194 e 2.195 foram retirados pelo autor. À uma hora e nove minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a direção dos trabalhos. O Relator-Geral deu parecer contrário ao destaque 2.177 que, em votação, foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados Sérgio Miranda, Gonzaga Patriota, Giovanni Queiroz, João Grandão e Dr. Rosinha na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Relator-Geral deu parecer contrário aos destaques 2.178 a 2.183 que, em votação em bloco, foram **rejeitados** contra os votos dos Deputados Giovanni Queiroz, Sérgio Miranda, João Grandão na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Relator-Geral deu parecer contrário aos destaques 2.188 a 2.192 que, em votação em bloco, foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Relator-Geral deu parecer contrário ao destaque 2.193 que, em votação, foi **rejeitado** contra o voto do Deputado Giovanni Queiroz na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. O Relator-Geral manifestou-se contra o destaque 2.197 que, em votação, foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados João Coser, João Magno, Carlito Merss, Gonzaga Patriota, Sérgio Miranda, Giovanni Queiroz e Virgílio Guimarães na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. A seguir, o Presidente em exercício encerrou a apreciação dos destaques apresentados ao texto da lei e retornou à apreciação dos destaques a serem analisados separadamente. **25)** Destaques 1.382, 1.383, 1.390 e 1.391, do Deputado Airton Cascavel. O autor retirou os destaques 1.390 e 1.391. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$1.500.000,00 ao destaque 1.382 e pela rejeição do destaque 1.383. Em votação o destaque 1.382 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o destaque 1.383 foi **rejeitado** contra os votos dos Deputados Giovanni Queiroz, Airton Cascavel, Sérgio Miranda e Fernando Coruja na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **26)** Destaques 1.392, 1.447, 1.449, 1.450, 1.452, 1.453, 1.454, 1.455, 1.456, 1.457, 1.458, 1.459, 1.460, 1.461, 1.462, 1.463 e 1.464, do Deputado Anivaldo Vale. O autor fez a apresentação dos destaques. Parecer do Relator-Geral: pelo atendimento de R$500.000,00 ao destaque 1.447 e pela rejeição dos demais. Em votação, o destaque 1.447 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação em bloco, os destaques 1.392, 1.449, 1.450, 1.452, 1.453, 1.454, 1.455, 1.456, 1.457, 1.458, 1.459, 1.460, 1.461, 1.462, 1.463 e 1.464 foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **27)** Destaques 1.408, 1.409 e 1.410, do Deputado Jonival Lucas Júnior. Os destaques foram retirados pelo autor. **28)** Destaque 1.415, do Senador Gilvam Borges. O autor fez a apresentação do destaque. O Relator-Geral manifestou-se contra. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **29)** Destaques 1.424 e 1.425, do Senador Ronaldo Cunha Lima: prejudicado pela ausência. **30)** Destaques 1.427, 1.429, 1.430, 1.437, 1.439 e 1.440, do Deputado Ricarte de Freitas. O autor fez a apresentação do destaque. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$2.500.000,00 ao destaque 1.427; R$3.500.000,00 ao destaque 1.429; R$4.000.000,00 ao destaque 1.430; R$2.000.000,00 ao destaque 1.437; R$1.000.000,00 ao destaque 1.440. Em votação em bloco, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **31)** Destaques 1.478, 1.479, 1.480, 1.482, 1.483, 1.484,

1.485, 1.487, 1.489, 1.490, 1.491 e 1.492, do Deputado João Coser. O autor fez a apresentação do destaque. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$1.000.000,00 ao destaque 1.485 e pela rejeição do destaque 1.492. O autor retirou todos os destaques com exceção do 1.485 e 1.492. Em votação, o destaque 1.485 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o destaque 1.492 foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **32)** Destaques 1.510, 1.512, 1.514, 1.515, 1.517, 1.518 e 1.520, do Deputado Gilmar Machado. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$500.000,00 ao destaque 1.514 e de R$500.000,00 ao destaque 1.520 e pela rejeição dos demais. Em votação, o destaque 1.514 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o destaque 1.520 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, os destaques 1.510, 1.512, 1.515, 1.517 e 1.518 foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **33)** Destaques 1.521, 1.522, 1.523, 1.524, 1.525, 1.526, 1.527, 1.529, 1.530, 1.531, 1.532, 1.533, 1.588, 1.678 e 1.796, do Deputado Virgílio Guimarães. O autor solicitou ao Deputado Dr. Rosinha que apresentasse os destaques 1.530 a 1.533 e 1.588. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$1.000.000,00 ao destaque 1.533 e pela rejeição dos demais. Em votação, o destaque 1.533 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação em bloco, os destaques 1.530 a 1.532 e 1.588 foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Em votação, os destaques 1.529 e 1.796 foram **rejeitados** contra os votos dos Deputados Gonzaga Patriota, Sérgio Miranda, Fernando Coruja, Mussa Demes, Márcio Reinaldo Moreira, Danilo de Castro, Laura Carneiro e João Caldas, na representação da Câmara dos Deputados. O autor retirou os demais destaques. O Deputado Ricardo Barros informou que seria realizada reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão no dia 27, às 11 horas, na sala da Presidência, para análise dos Projetos de Lei de créditos adicionais que necessitam de deliberação pelo Plenário da Comissão. **34)** Destaques 1.546 e 1.548, do Senador Antero Paes de Barros. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer contrário. Em votação, os destaques foram **rejeitados** contra os votos dos Deputados João Grandão, Ricarte de Freitas e Waldemir Moka, na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **35)** Destaques 1.914 e 1.915, do Deputado Paulo Braga. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer contrário. Em votação, os destaques foram **rejeitados,** contra os votos dos Deputados José Carlos Aleluia, João Leão, João Almeida, Félix Mendonça, Márcio Reinaldo Moreira, Gerson Gabrielli e Jonival Lucas Júnior, na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **36)** Destaques 1.593, 1.594 e 1.595, do Deputado João Grandão. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$500.000,00 ao destaque 1.594 e de R$500.000,00 ao 1.595 e pela rejeição do destaque 1.593. Em votação, os destaques 1.594 e 1.595 foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara do Deputados e do Senado Federal. Em votação, o destaque 1.593 foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **37)** Destaques 1.596 a 1.605, do Senador Mozarildo Cavalcanti. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer contrário. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **38)** Destaque 1.621, do Deputado Paulo Mourão. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$114.803,00 ao destaque. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **39)** Destaques 1.648, 1.652 a 1.654, do Deputado Pedro Fernandes. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer contrário. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na represen-

tação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **40)** Destaques 1.632, 1.633 e 1.642, do Senador Romero Jucá. O autor solicitou que fossem retirados R$ 5.300.000,00 do destaque 1.661, anteriormente aprovado, visando ao atendimento dos destaques 1.632, 1.633 e 1.642. O Relator-Geral concordou e o Presidente em exercício aprovou a solicitação do Senador Romero Jucá. Em votação, o parecer do Relator-Geral foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **41)** Destaques 1.934, 1.935, 1.942 e 1.943, do Deputado José Carlos Aleluia. O autor retirou os destaques. **42)** Destaques 1.549 e 1.765, do Deputado Félix Mendonça. Os destaques foram retirados pelo autor. **43)** Destaques 1.674 e 1.676, do Deputado Almir Sá. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$ 500.000,00 para cada destaque. Às três horas e cinco minutos, o Senador Carlos Bezerra reassumiu a presidência. O Presidente anunciou a votação dos destaques na representação da Câmara dos Deputados. Ao proclamar o resultado, o Deputado Jovair Arantes pediu verificação de votação com o apoiamento dos Deputados Pedro Novais e Virgílio Guimarães, conforme o estabelecido no *parágrafo único do art. 39 da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional.* O Senador Romero Jucá foi designado para fazer a chamada nominal na representação da Câmara dos Deputados. Encerrada a chamada nominal, o Presidente proclamou o resultado da votação, à três horas e quinze minutos: total de votos SIM: 43; total de votos NÃO: 02; nenhuma abstenção. Número total de votantes: 59. O Presidente anunciou a existência de *quorum* para deliberação e, em conseqüência, a aprovação na representação da Câmara dos Deputados. Em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade na representação do Senado Federal. **44)** Destaques 1.856, 1.857 e 1.858, do Senador Ricardo Santos. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$ 150.000.000,00 ao destaque 1.857. Os destaques 1.856 e 1.858 foram retirados pelo autor. Em votação, o destaque 1.857 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **45)** Destaque 1.864, do Senador Jonas Pinheiro. O autor fez a apresentação do destaque. O Relator-Geral deu parecer contrário. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **46)** Destaques 1.880 e 1.883, do Deputado Divaldo Suruagy. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer contrário. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* **47)** Destaques 1.961, 1.962 e 1.964, do Deputado Sérgio Miranda. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer contrário. Em votação, os destaques foram **rejeitados**, contra os votos dos Deputados Sérgio Miranda, Gonzaga Patriota, Carlito Merss, Gilmar Machado, Dr. Rosinha, João Grandão, João Magno, Jorge Bittar, Virgílio Guimarães, Fernando Coruja e Giovanni Queiroz na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum..***48)** Destaques nºs 2.000, 2.221, 2.048, 2.248, 2.249, 2.250, 2.251, 2.252, 2.253, 2.254, 2.255, do Deputado João Almeida. Todos os destaques foram retirados com exceção do 2.221, que teve parecer contrário do Relator-Geral. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **49)** Destaques 1.845, 1.846, 2.012, 2.008, 2.016, 2.064 e 2.065, do Deputado Pedro Chaves. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer contrário. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **50)** Destaques 2.038, 2.049, 2.062, 2.041, 2.057, 2.059, 2.061, 2.040 e 2.060, do Deputado Gonzaga Patriota. O autor solicitou que fosse feita a transferência de R$ 1.000.000,00 do destaque 2.049, aprovado anteriormente, para o 2.038. Tendo em vista tratar-se de transferência de valor alocado em emenda de bancada, o Presidente consultou o Plenário, que se manifestou favorável. Em votação, o destaque 2.038 foi **aprovado** contra o voto do Deputado Alberto Goldman na representação da Câmara dos Deputados; e, por unanimidade, na representação do Senado Federal. Em seguida, o Presidente anulou a votação do destaque 2.049, com a redução de R$ 1.000.000,00 do seu valor inicialmente aprovado. Em votação, o destaque 2.049 com atendimento de R$ 2.600.000,00 foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, os destaques 2.062,

2.041, 2.057, 2.059, 2.061 e 2.040 foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. Houve debate dos Deputados João Leão, Giovanni Queiroz, Alberto Goldman, Virgílio Guimarães, José Coêlho e Walter Pinheiro em torno do destaque 2.060. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$4.000.000,00 ao destaque que, em votação, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaques retirados: 3.219, do Deputado Helenildo Ribeiro; 2.221, do Deputado Waldemir Moka; e 1.067, do Deputado Átila Lins. **51)** Destaques 2.074, 2.077 e 2.083, do Deputado Giovanni Queiroz. O autor fez a apresentação. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$1.000.000,00 ao destaque 2.074; R$2.500.000,00, para o destaque 2.083; e R$2.000.000,00 para o destaque 2.077. Em votação, os destaques foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **52)** Destaque 1.068, do Deputado Átila Lins. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer pelo atendimento de R$1.000.000,00 ao destaque. Em votação, o destaque foi **aprovado** nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **53)** Destaques 2.260 a 2.262, do Deputado Mussa Demes. O autor fez a apresentação dos destaques. O Relator-Geral deu parecer contrário. Em votação, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum*. **56)** Destaques 2.275 e 2.276, do Deputado José Borba. O autor retirou o destaque 2.275. O Relator-Geral manifestou-se favorável ao destaque 2.276 que, em votação, foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **57)** Destaques 2.320, 2.325 e 2.326, do Deputado Olavo Calheiros. O autor retirou os destaques 2.325 e 2.326. O Relator-Geral deu parecer contrário. Em votação, o destaque foi **rejeitado** na representação da Câmara dos Deputados. A matéria não foi apreciada na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no *§ 1º do art. 43 do Regimento Comum.* A seguir, o Senador Romero Jucá solicitou a anulação da votação dos destaques 1.632 e 1.633, de sua autoria, por se tratarem de destaques a emendas inadmitidas. O destaque 1.661, contemplado com R$15.300.000,00, cederia R$5.000.000,00 para o de nº 1.642. Embora tendo sido realizada votação da solicitação, com posterior aprovação, não houve consenso em torno da matéria. Manifestaram-se contrariamente a Senadora Marluce Pinto e os Deputados João Leão, João Coser e José Carlos Aleluia, que solicitou a retirada do destaque. O Deputado João Coser apresentou questão de ordem indagando da Presidência a possibilidade de haver transferência de recursos de valores alocados em emenda de bancada para emenda individual. O Relator-Geral posicionou-se pelo não acolhimento da solicitação, em virtude da manifestação do Plenário. Finalizando, o Presidente anunciou que o destaque 1.661 permaneceria com os recursos de R$15.300.000,00. Em seguida, comunicou que o término na apreciação da Proposta Orçamentária para 2002. **ENCERRAMENTO:** O Presidente encerrou a reunião, às cinco horas do dia vinte e sete de dezembro. Antes, convocou os Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão a participarem de reunião na sala da Presidência, às 11 horas daquele dia e, convocou os membros a participarem da 6ª Reunião Extraordinária, a ser realizada naquela mesma data, às 14 horas, para apreciação dos Relatórios apresentados aos projetos de lei de créditos adicionais remanescentes na Comissão. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Carlos Bezerra,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Declaro aberta a 5ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Dando continuidade ao processo de votação do relatório final da Comissão, informo que passaremos à votação da matéria constante do Quadro VII do relatório, página 71 do Volume I, conforme estabelecido no art. 13 da Resolução nº 1/2000, do Congresso Nacional, na representação do Senado Federal, uma vez que já foi aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Em votação o Quadro VII do relatório final, ressalvados os destaques.

Obras com indícios de irregularidades graves que terão sua execução vedada até o saneamento da irregularidade na representação do Senado Federal.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, os destaques foram retirados na última reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Eram cinco destaques, nobre Deputado: três foram retirados, os outros dois permaneceram.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Permanecem dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Permanecem dois.

(Não identificado) – Quais os dois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Até o saneamento da irregularidade na representação do Senado Federal.

O Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado Federal.

(Não identificado) – Ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Ressalvados os dois destaques.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, quando nós, na sala do Presidente da Comissão, acordamos fazer esse encaminhamento, antes inclusive da verificação do **quorum** no Senado Federal, na última semana, havíamos acordado também com as Lideranças partidárias que todos assumiriam o compromisso de votar contrariamente aos destaques.

Portanto, gostaria de fazer isso de forma coletiva, para que cumpríssemos essa parte do acordo. Os dois destaques também seriam rejeitados e esses dois projetos seriam para apreciação, como os outros projetos que se mantêm nesse bloco de obras irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado João Coser lembra compromisso que havia sido assumido pelas Lideranças.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra para ratificar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Estou respondendo ao nobre Deputado João Coser.

Como não participei daquela reunião, invocarei testemunhos dos demais Líderes que estavam presentes.

Com a palavra o nobre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Ratifico o acordo. Votamos favoravelmente porque havia o entendimento de que seriam rejeitados os destaques.

É importante informar aos que não estavam presentes que rejeitar o destaque significa manter o impedimento de que as obras irregulares prossigam sem autorização do Congresso. E mais: não excluir nenhuma obra sem que haja um processo regular.

Faço esta ressalva porque há casos em que o Congresso está atrasando indevidamente o processo de liberação de obras, o que traz prejuízos ao cofre público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, pela Liderança do Governo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, queremos ratificar a posição de votarmos contra os destaques.

O Deputado Alberto Goldman fez uma bela explanação nesta Comissão sobre algumas dificuldades do sistema que adotamos no sentido de suspender recursos para obras, pois o número de obras que o Tribunal considera como sendo de efetiva irregularidade é muito alto. Então, a obra fica suspensa por um período e acaba sendo liberada posteriormente.

Na minha opinião, há falhas na sistemática que adotamos, mas é necessário preservar a aplicação dos recursos públicos. Consideramos que o sistema atual, embora falho, deve ser preservado. Queremos manter as obras irregulares com seus recursos no Orçamento condicionados, portanto, suspensos, até que o Tribunal de Contas emita parecer e esta Comissão – e depois o Plenário do Congresso – manifeste-se liberando a aplicação desses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, logo no início da votação desta matéria, o Presidente Carlos Bezerra, que, na ocasião, era quem presidia a Mesa, havia declarado a retirada de alguns destaques – se não me engano, três – e a prejudicialidade de dois outros pela ausência de seus autores.

Pois bem. Na medida em que a votação foi interrompida – e aí se retoma com outra votação no Senado; é uma outra votação, tanto que ela foi simbólica e não nominal –, a pergunta que faço é a seguinte: aquela declaração de prejudicialidade está mantida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não, nobre Deputado. O Presidente da Comissão anunciou que iria considerar a prejudicialidade. Como caiu a sessão, não houve tempo de S.Exa. concretizar isso.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não, S.Exa. havia declarado a prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não, S.Exa. iria declarar. E vou fazer exatamente o que ele havia combinado. Eu só quis ouvir, nobre Deputado Virgílio Guimarães, a anuência dos Líderes na questão de ordem levantada pelo nobre Deputado João Coser,

agora já ratificada pelos nobres Líderes do PFL e do Governo, Ricardo Barros. Portanto, vamos proceder dessa maneira para que haja o cumprimento...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Então, uma vez concluído, V.Exa. declarará a prejudicialidade de todos os demais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Pois não, era isso que gostaria de ouvir de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Consulto sobre se os nobres autores desses destaques estão presentes: Deputados Átila Lins e Juquinha. *(Pausa.)*

Estão prejudicados os dois destaques pelo fato de os dois Deputados estarem ausentes.

Deputado Divaldo Suruagy, V.Exa. ainda gostaria de fazer uso da palavra para uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Solicito a deferência de V.Exa. para requerimento oriundo do Tribunal de Contas da União, que aprovou obras que estão sendo executadas há mais de quatro anos na bacia leiteira do Estado. Esse requerimento confirma a legalidade da execução daquela obra e, caso não seja lido, prejudicará seu andamento. Ele já se encontra aqui para julgamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Divaldo Suruagy, a Presidência informa a V.Exa. que já foi designado um Relator para essa matéria encaminhada pelo Tribunal de Contas. Não é o momento aprazado para isso.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Quando a matéria vier a uma reunião ordinária, será analisada.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado João Caldas para uma questão de ordem. *(Pausa.)*

Passaremos agora à votação dos destaques.

Foram apresentados 2.331 destaques. Foi retirado o Destaque nº 1.297, do nobre Deputado Luciano Castro, mais os seguintes Destaques de nºs: 1.299; 1.300; 1.301; 1.302: 1.303: 1.304: 1.305: 1.306: 1.472: 1.473: 1.474: 1.475: 1.476: 1.557: 1.558: 1.559: 1.560: 1.561 e 2.263. Todos de autoria do nobre Deputado Luciano Castro.

Foi retirado, também, em nome do nobre Deputado Helenildo Ribeiro, o Destaque nº 2.216.

O nobre Deputado Giovanni Queiroz já havia retirado os Destaques nº 2.146, 2.147 e 2.125. Estamos apenas relembrando.

Mais um pedido de retirada do nobre Deputado Helenildo Ribeiro: Destaque nº 2.215; do nobre Deputado Jovair Arantes, os de nºs 1.421, 1.422.

Passaremos à votação dos destaques apresentados.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra para eu entender e melhor acompanhar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, esses destaques que V.Exa. está anunciando já são do Orçamento Geral?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Sim, foram retirados pelos autores, nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Eu estava olhando os números e o autor não coincide com quem pediu o destaque. Era isso que gostaria de entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, muitas vezes há dois Deputados que assinam o destaque e há dois ou três destaques para o mesmo assunto.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, durante todos os debates da votação deste Orçamento, tivemos a ausência do Sr. Relator-Geral. Não podemos continuar discutindo e votando destaques com a ausência do Relator. Se S.Exa. não puder vir, que mande um substituto. Não podemos ficar desta maneira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado Gonzaga Patriota tem razão. A questão de ordem de S.Exa. é procedente. Vamos suspender a sessão até que o nobre Relator chegue.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, a minha questão de ordem era a mesma do Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Portanto, foi atendida também.

Está suspensa a sessão por vinte minutos.

(A reunião é suspensa).

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro reiniciada a 5ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O Senador Romeu Tuma requer a retirada do Destaque nº 2.302. S.Exa. será atendido.

Requerimento do Deputado Fernando Coruja sobre o adiamento da votação dos destaques apresentados ao PLN nº 32/2001, por 48 horas.

Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, não é segredo para ninguém que a Oposição está obstruindo a votação do Orçamento para o ano de 2002, e não é uma obstrução sem causa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio, pois há orador na tribuna. Do contrário, ficará impossível ouvi-lo.

Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Não é uma obstrução que se faça pelo prazer de obstruir; ela tem a finalidade de sensibilizar o Governo para que negocie questões como a do salário mínimo, a do salário dos servidores, dos aposentados, de maneira geral, e as dívidas dos pequenos agricultores.

No início da votação deste Orçamento, começamos uma negociação com o Governo. De boa-fé, viemos para cá, enquanto aguardávamos uma resposta do Governo. Mas essa resposta não veio, e a estamos esperando até agora.

Hoje estamos reabrindo uma nova negociação com o Governo.

(*O Sr. Presidente faz soar as campainhas.*)

Novamente, de boa-fé, esperamos que o Governo apresente alguma contraproposta à Oposição. Se não tivermos essa contraproposta, vamos obstruir, dentro do limite que permitirem os Regimentos da Câmara dos Deputados e do Senado.

Entretanto, em mais um gesto de boa vontade para com o Governo – Governo esse do qual temos o devido crédito para questionar a boa-fé neste instante –, vamos retirar esse requerimento para passar direto aos destaques. Mas durante a votação dos destaques, entretanto, vamos obstruir, no limite que permite o Regimento, repito, se não houver nenhuma resposta por parte do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirado o requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, apresentei destaques em série, do número 1 ao 1.041. Tenho que justificar à Casa por que fiz isso.

Meu objetivo, Sr. Presidente, é dar condições ao Presidente da República de sancionar a correção da tabela do Imposto de Renda sem contrariar a Lei de Responsabilidade Fiscal e sem ter de promover cortes, à revelia do Congresso, no Orçamento da República.

Será incoerência do Congresso Nacional manter as receitas correspondentes à tabela não corrigida e aprovar nas duas Casas a sua correção.

Tal correção representa uma redução de receita de 3,6 bilhões de reais.

Sr. Presidente, tem uma pessoa na minha frente, não posso falar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio no plenário.

(*O Sr. Presidente faz soar as campainhas.*)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sendo que desses 3,6 bilhões, 1,8 bilhão é do Orçamento elaborado por nós.

Portanto, os destaques que fiz – do 1 ao 1.041 – têm o objetivo de cortar linearmente, em todos os itens de investimento, o percentual necessário para reduzir em 1,8 bilhão de reais as despesas do Orçamento e, dessa forma, dizer ao Presidente: "O Congresso Nacional, além de ter aprovado a correção na tabela, deseja que V.Exa., sem contrariar nenhum dispositivo legal, sancione a correção da tabela".

Votar contra meus destaques ou não dar outra solução ao problema é uma forma de, aparentemente, querer corrigir a tabela, mas transferir integralmente a responsabilidade para o Sr. Presidente da República, o que não me parece justo.

Tratando-se de um número tão elevado de destaques, permita-me V.Exa., e se o Relator puder também, gostaria de ouvir de S.Exa que solução dará à questão dos 1,8 bilhão de reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Passo a palavra ao Relator-Geral, Deputado Sampaio Dória, para falar sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, gostaria de, rapidamente, prestar alguns esclarecimentos acerca do

relatório e dos destaques que vamos começar a discutir e a votar.

No tocante ao relatório, gostaria de reiterar, enfática e claramente, tanto quanto me seja possível fazê-lo, o seguinte: alguns Deputados oposicionistas, alguns membros do Governo e jornalistas têm afirmado que o relatório deixou de considerar alguns impactos negativos relativos à perda ou redução de receitas e que o relatório é que deveria promover os ajustes decorrentes dessas reduções de receitas.

São basicamente três casos: primeiro, a correção da tabela do Imposto de Renda votada pela Câmara dos Deputados, votada e aprovada pelo Senado, mas ainda pendente de decisão formal e pública do Presidente da República de vetá-la ou sancioná-la.

Gostaria de dizer a V.Exas. que fui alertado e advertido mais de uma vez pela Assessoria Técnica da Casa de que eu não poderia incorporar ao relatório as conseqüências, os desdobramentos dessa decisão da Câmara e do Senado até que, formalmente, essa decisão se convertesse em lei.

Para que isso ocorresse, seria necessário que a sanção ou o veto do Poder Executivo se desse anteriormente à publicação do Relatório Geral, o que não ocorreu. Até o momento, inclusive, essa decisão não se deu formalmente.

No último dia 22, há três dias, o Presidente da Câmara Federal, Deputado Aécio Neves, após conversar com o Presidente da República, comunicou à sociedade, por meio da imprensa, que o Presidente havia decidido sancionar a correção da tabela do Imposto de Renda. De fato, sabemos todos que o Presidente vai sancionar a proposta, mas formalmente essa sanção ainda não se deu.

Portanto, não existe uma lei. Em não existindo uma lei, eu não poderia incorporar suas conseqüências e desdobramentos no tocante à redução de receita prevista do Imposto de Renda e, conseqüentemente, o corte compatível com essa perda no momento em que fiz o relatório. Ainda hoje, se desejasse fazê-lo, se esta Comissão desejasse fazê-lo, não poderia. Trata-se de uma questão meramente formal, mas é absolutamente impeditiva de qualquer outro comportamento que não aquele que tomamos.

A mesma restrição, o mesmo raciocínio vale para duas outras situações. Uma é a eventual isenção da CPMF nas operações em bolsa. Existe a intenção de fazer essa isenção. O Relator dessa matéria já anunciou que pretende fazer isso. Ocorre que também essa decisão não foi formalmente tomada nem pela Câmara, menos pelo Senado e pelo Presidente da República. Portanto, trata-se também de um processo que formalmente não se completou.

Não posso presumir – e esta Comissão não pode também – que haverá aprovação do Senado, que haverá veto ou sanção do Presidente da República para podermos incorporar os seus efeitos a este relatório.

O mesmo se aplica à proposta de emenda constitucional que o Governo enviou a esta Casa, há cerca de um ano e pouco, prevendo a taxação dos inativos do setor público. Essa PEC está absolutamente no mesmo lugar, ou seja, estagnada, por falta de consenso político mínimo para que avance, para que pelo menos vá a debate. Sequer para que vá a debate há consenso político, nem mesmo na base do Governo. No entanto, o Governo decidiu introduzir essa receita, que mais do que uma receita condicionada, é absolutamente irrealista do ponto de vista político, e, em hipótese alguma, poderia ser realizada nos termos em que está proposta, no Plenário da Câmara ou no Plenário do Senado, porque, repito, nem os partidos da base estão dispostos a levar adiante essa discussão.

Portanto, como nesse caso também não houve uma decisão formal, todos nós sabemos – e o Governo sabe também à saciedade – que não há condição de essa PEC prosperar. Na verdade, ela ainda não foi formalmente rejeitada, como também não foi formalmente retirada. Pelo menos teoricamente existe a possibilidade de ela seguir adiante, seja para que destino for: a aprovação ou a rejeição. Porém, enquanto formalmente não se der também esse processo, presumindo que ela vá ser retirada, ou votada e rejeitada, ou votada e aprovada, eu não poderei incorporar suas conseqüências ao meu relatório.

Sras. e Srs. Parlamentares, quero dizer a V.Exas. que foi por uma questão meramente formal que o Relatório Geral não incorporou os efeitos dessas três proposituras.

O mesmo raciocínio vale ao inverso. Quando decidi apropriar a receita proveniente de um eventual acordo entre a Receita Federal e os fundos de pensão, logo no início de nossos trabalhos, eu o fiz baseado na Medida Provisória nº 2.222, que tinha acabado de ser editada e tem, como sabemos todos, os efeitos de lei. Portanto, eu não só poderia como deveria apropriar aquela receita. E o fiz sob restrições, sob censura de alguns Ministros do Governo que consideraram extremamente remota a possibilidade de aquela receita se realizar, fosse porque ela ainda estava pendente de uma decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da imunidade tributária dos fundos de pensão, fosse porque, mesmo superada hipoteticamente essa fase do Supremo Tribunal Federal, ainda

haveria necessidade de se celebrar um acordo entre a Receita Federal e os fundos de pensão.

Alguns Ministros acreditavam – e tenho certeza de que acreditavam de boa-fé – que era absolutamente irrealista essa receita. Como havia uma disposição legal prevendo-a, tive de incorporá-la ao meu relatório. E assim o fiz.

Felizmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, pelo empenho pessoal de três pessoas que gostaria de destacar neste momento – o Secretário da Receita, Dr. Everardo Maciel; o Ministro da Previdência e Assistência Social, Deputado Roberto Brant; e o Líder do Governo nesta Casa, Deputado Arnaldo Madeira –, foi possível viabilizar essa receita, que, segundo anúncio do Secretário da Receita e do Ministro da Previdência, na última sexta-feira, culminou com um acordo entre a Receita Federal e os dez maiores fundos de pensão do País.

Vejam V.Exas. que, seja para desconsiderar, seja para absorver no relatório eventuais acréscimos ou eventuais decréscimos de receita, parto do pressuposto de que formalmente aquela decisão legal já esteja tomada, completa, definida e publicada.

Em segundo lugar e finalmente, Sr. Presidente, apenas para dar satisfação ao Plenário relativamente aos destaques que vamos começar a votar dentro de alguns instantes, gostaria de deixar claro que uma parte substancial dos destaques refere-se a emendas de Comissão, as chamadas emendas institucionais, envolvendo pleitos da Advocacia-Geral da União, todos subscritos pelo Deputado Paulo Kobayashi; da Agência Nacional de Águas, subscritos pelos Deputados Lael Varella e Pedro Novais; da Câmara dos Deputados, subscritos pelo Deputado Clementino Coelho; do CNPq, subscritos pelo Deputado Jorge Bittar; da CODEVASF, subscritos pelos Deputados José Carlos Aleluia, Mussa Demes e Senador José Coelho; do Comando da Aeronáutica, subscritos pelo Senador Romero Jucá; do DNIT, subscrito pelos Deputados Narcio Rodrigues, Ricarte de Freitas, Senador Carlos Bezerra, Deputados Virgílio Guimarães, Paulo Kobayashi, José Carlos Aleluia, Pedro Chaves, Gonzaga Patriota, Waldemir Moka, Nelson Meurer, João Almeida; do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, subscrito pelo Deputado Paulo Kobayashi; da EMBRAPA, Ministério da Agricultura, autores do destaque os Deputados Santos Filho e Narcio Rodrigues; da EMBRATUR, dos Deputados João Caldas, Carlos Batata, Raimundo Gomes de Matos e Waldemir Moka; do Fundo Cultural Palmares, do Deputado Narcio Rodrigues; da Fundação Nacional de Saúde, dos Deputados Pedro Novais, Zila Bezerra, José Carlos Aleluia, Raimundo Gomes de Matos, Gonzaga Patriota e Átila Lins; do Fundo Universitário da Amazônia, do Deputado Átila Lins; do Fundo Nacional de Assistência Social, dos Deputados Nelson Meurer e Raimundo Gomes de Matos; do Fundo Nacional de Saúde, dos Deputados Átila Lins, Laura Carneiro, Narcio Rodrigues, Jorge Bittar, do Senador Carlos Bezerra, dos Deputados Eujácio Simões, Anivaldo Vale, Orlando Desconsi, Senador Antônio Carlos Valadares, Deputados Paulo Kobayashi, Sérgio Miranda, Raimundo Gomes de Matos, Waldemir Moka e José Borba; do FUNPEN, do Deputado Paulo Kobayashi; do Gabinete da Presidência da República, do Deputado Alberto Goldman; do INCRA, dos Deputados Airton Cascavel e João Coser; do INSS, do Deputado Luciano Castro; da Justiça Federal de Primeiro Grau, do Deputado Gonzaga; do Ministério da Integração Nacional, dos Deputados Wilson Braga, Zila Bezerra, Domiciano Cabral, Senador Carlos Bezerra, Deputado José Carlos Aleluia, Senador Leomar Quintanilha, Deputados Santos Filho, Juquinha, Jorge Alberto, Paulo Mourão, Carlos Batata, Paulo Kobayashi, Gonzaga Patriota, Giovanni Queiroz, Helenildo Ribeiro, Waldemir Moka e Milton Monti; do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Deputado Jorge Khoury; do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Deputado Narcio Rodrigues; do Ministério do Meio Ambiente, dos Deputados Airton Cascavel, Paulo Kobayashi, José Borba, Nelson Meurer e Zila Bezerra; do Ministério do Esporte e Turismo, dos Deputados Alberto Goldman, Pedro Henry e Orlando Desconsi; do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Deputado Nelson Meurer e João Coser; do Ministério da Cultura, dos Deputados Narcio Rodrigues, Paulo Kobayashi e José Borba; do Ministério da Defesa, do Deputado Anivaldo Vale; do Ministério da Educação, do Deputado Gonzaga Patriota; do Ministério da Justiça, do Deputado Narcio Rodrigues; do PRODASEN, do Senador Mozarildo Cavalcanti; da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, dos Deputados Santos Filho, Milton Monti, Airton Cascavel, Senador Antônio Carlos Valadares, Deputados Pedro Fernandes, Paulo Kobayashi, Pedro Celso, Alberto Goldman, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, Waldemir Moka e Senador Mozarildo Cavalcanti; do Supremo Tribunal Federal, do Deputado Paulo Kobayashi; do Superior Tribunal de Justiça, dos Deputados Paulo Kobayashi e Wilson Braga; do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, do Deputado José Carlos Aleluia; do TRE do Paraná, do Deputado Milton Monti; do TRE do Rio de Janeiro, do Deputado Milton Monti; do TRE do Rio Grande do Sul, do Deputado Milton Monti;

do TRE de Santa Catarina, do Deputado Milton Monti; do TRE de São Paulo, do Deputado Milton Monti; TRF da 2ª Região, do Deputado Paulo Kobayashi; do TRF da 3ª Região, **idem**; do TRF da 4ª Região, **idem**; do TRF da 5ª Região**, idem**; do TRT da 2ª Região – São Paulo, do Deputado Alberto Goldman; do TRT de Campinas, São Paulo, do Deputado Milton Monti; do TSE, do Deputado Pedro Chaves; do TST, do Deputado José Borba; e da Universidade Federal da Bahia, do Deputado Jorge Khoury.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, esses destaques estão relacionados a emendas de Comissão que foram parcial ou integralmente acolhidas. Além desses, há destaques relacionados com as bancadas estaduais. Os autores estão desde logo à disposição de V.Exas., com as informações caso a caso, para a hipótese de terem de explicitar a justificativa e até mesmo a autoria do destaque.

De qualquer forma, quero destacar apenas a preocupação que tivemos de, na maior medida possível, reforçar as dotações de destaques relacionados a emendas de Comissão, pelo fato de elas terem sido mais prejudicadas do que as emendas de bancadas estaduais, quando as Lideranças governistas da Casa decidiram, há cerca de duas semanas, promover um corte linear mais diferenciado no tocante às espécies de emendas, às origens das emendas.

De modo que acabamos tendo um corte linear de 12% sobre as emendas de Estados e um corte de 50% sobre as emendas de Comissão, que foram efetiva e extremamente prejudicadas. Uma das preocupações dos destaques destinados a estas emendas é repor, ainda que parcialmente, a perda que tiveram por conta daquele corte.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, gostaria de ter um esclarecimento, sem prejuízo de minha inscrição, sobre essa questão que o Relator apresentou.

Sr. Relator, V.Exa. citou os destaques que foram levados em conta nas questões institucionais. **Grosso modo**, eles diziam respeito às emendas de Comissão.

Prestei bastante atenção, apesar do barulho, mas não percebi nenhuma referência a um destaque que fiz, por sugestão do Presidente, a respeito do TSE.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Também me dei conta de que a ausência dessa iniciativa de V.Exa...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não. Houve minha iniciativa, não houve a resposta de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Eu até já havia antecipado verbalmente, em reunião anterior, que eu...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Faria a reconstituição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a compreensão dos Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Pois não, Sr. Presidente, mas o Relator não citou meu destaque.

Eu sabia bem que o nobre Relator já havia até dito às pessoas do TSE que haveria a reconstituirão de um corte que não houve.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Virgílio Guimarães, trata-se apenas de uma questão operacional, de saber como incluir isto na relação, para que se possa honrar o compromisso assumido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Mesa vai dar encaminhamento à votação dos destaques.

Em primeiro lugar, passaremos à votação dos destaques apresentados para alteração do texto da lei.

Há requerimento de preferência assinado pelos Deputados Virgílio Guimarães, Sérgio Miranda, Giovanni Queiroz e Fernando Coruja, baseado no art. 50 do Regimento Comum, que pede preferência para votação do Destaque nº 1.589, relativo à Emenda nº 50220002, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Vou colocar em votação este requerimento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Como vou encaminhar o destaque, solicito que alguém de outro partido da Oposição encaminhe o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja para encaminhar.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de fazer uma sugestão ao Deputado Fernando Coruja e aos outros autores. Não estou vendo o Líder na Comissão, Deputado Ricardo Barros. Estamos buscando um acordo. Se votarmos esse requerimento agora, na verdade, vamos ter que rejeitá-lo ou aprová-lo antes de sabermos o valor do acordo.

Portanto, sugiro que o requerimento seja entregue à Mesa e que suspendamos a votação até que possamos manter contato e obter informação sobre o acordo. Feito o acordo, poderemos voltar ao requerimento e votá-lo. Não há prejuízo. O requerimento tem tempo para ser votado a qualquer momento.

Fazemos essa sugestão para facilitar o encaminhamento. Queremos o entendimento. Estamos buscando o acordo, mas temos que viabilizá-lo na sua totalidade. De outra forma, estaremos colocando em risco um objetivo maior.

Portanto, faço essa solicitação aos autores do requerimento.

(*O Sr. Presidente faz soar as campainhas*.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos falar um de cada vez, vamos respeitar o Regimento. Esta reunião será cansativa.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – O requerimento fica separado para ser votado depois. Tem que ser assim.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Fica entregue e votamos mais na frente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em sendo aceita a proposta do Senador Romero Jucá, todos os destaques ao texto da lei ficariam para o final. Nós daríamos outro encaminhamento e deixaríamos esse tipo de destaque para a reta final.

Estão todos de acordo? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço, sobretudo, a atenção dos Deputados dos demais partidos da Oposição e dos subscritores do requerimento. O Senador Jucá tem razão apenas em parte.

O que estamos discutindo, Senador Jucá, que será ou não resultado de um acordo, é o aporte de recursos à Previdência Social já no Orçamento para 2002, o que sinaliza um determinado valor para o salário mínimo. Esse destaque de redação não é necessariamente conflitante com a outra medida que poderia ser tomada. Ele acolhe a sugestão da Comissão de Trabalho no momento em que diz no texto que todo excesso de arrecadação havido no ano será direcionado para o salário mínimo, até que este alcance determinado valor. Eu até concordaria com V.Exa se os demais subscritores concordarem e se tivermos assegurada a votação nominal desse destaque. Não sei se V.Exa pode responder por todos os partidos, mas ainda assim consulto os demais subscritores sobre a possibilidade de votação nominal desse destaque.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Respondendo ao Deputado Virgílio Guimarães, quero dizer que entendo sua indagação. Mas se votarmos o texto agora, estaremos antecipando a decisão de uma discussão que ainda está sendo feita na base do Governo. Não queremos estragar esse processo. Pelo contrário, devemos conduzi-lo com cuidado na busca de uma solução. Como a qualquer momento a votação poderá ser nominal, fica, então, o compromisso da votação nominal dessa questão no momento certo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Havendo compromisso de uma votação, não há problema.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – A votação nominal consta no Regimento Comum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, vamos deixar bem claro o seguinte: temos requerimento de inversão de pauta para votar um dos itens de emenda ao texto. A sugestão do Senador Jucá é de que, como está em andamento um possível acordo, suspenda-se a votação desse requerimento agora. Aceitamos sua ponderação desde que, a qualquer momento, os subscritores solicitem que se volte à pauta imediatamente, porque se não houver avanço nas negociações, a matéria entrará. Esse é o acordo?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – O requerimento fica sobrestado na mesa para buscarmos entendimento e, a qualquer momento, poderá ser votado se houver solicitação das Lideranças que o assinaram.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Dessa forma, todos os requerimentos de destaque ao texto da lei ficarão para o final ou, então, até o momento em que o Plenário achar oportuna sua apreciação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, não necessariamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu já disse que não é necessário. No momento em que houver entendimento diferente, retomaremos o assunto.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, gostaria de requerer votação em separado de alguns destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esta Presidência solicita a aquiescência do Plenário para que coloquemos o requerimento de votação em globo dos destaques. Esclareço que os Parlamentares que não quiserem que seu destaque seja votado em globo procedam ao devido registro ao microfone para que fique gravado o número do destaque a ser separado para votação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coruja para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, tendo em vista que o processo de negociação está ocorrendo, e embora não tenha tido oportunidade de manifestar que iniciamos negociação com

o Governo sobre a qual não obtivemos resposta, é clara a intenção da Oposição de obstruir a votação na Comissão se não houver esse acordo.

Diante disso, solicito a V.Exa, até para não tomar tempo, que todos os destaques sejam votados separadamente, como prevê o Regimento. Aqueles que não forem retirados pelo autor que sejam votados separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esta Presidência responderá à questão de ordem do Deputado Fernando Coruja. S.Exa. pede que os destaques sejam votados um a um, e não em globo, como a Mesa propôs agora.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA– Sr. Presidente, os destaques rejeitados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esta Presidência acatará a questão de ordem do Deputado Fernando Coruja, uma vez que o Regimento só permite votação em globo se houver concordância unânime do Plenário, a não ser que se coloque o requerimento em votação.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – O Regimento da Casa faz uma afirmação e não pode ser contestado pela maioria.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, estamos aqui diante de uma coisa que é clara no Regimento. O que pode ser votado em globo, quando for votado, é o requerimento para destaque. Na Comissão, o requerimento para os destaques não existe, porque os destaques, na verdade, já foram todos acatados. Estamos votando agora o mérito de cada destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, V.Exa. não precisa mais gastar energia. O Regimento será cumprido. Já que V.Exa. insiste, são dois mil, trezentos e poucos destaques.

Concedo a palavra para uma questão de ordem ao Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, meu encaminhamento vai de encontro ao do Deputado Fernando Coruja. O Regimento diz que a votação deve ser individual, mas temos usualmente votado em globo, assim, estou apresentando requerimento para que se vote em globo, de acordo com o tipo de parecer, todos os requerimentos de destaque apresentados, ressalvados os que forem solicitados para votação em separado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Mas estou solicitando todos em votação em separado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O Senador Jucá tem razão quando diz que já houve um precedente. O precedente se dá quando há consenso. O Regimento foi feito para julgar os dissensos, e há dissenso. Então, o que deve prevalecer é o Regimento. E, conforme determinou o Presidente da Casa, não há o que discutir. Quando há consenso, o Regimento deixa de prevalecer para prevalecer o que é consenso. Nesse caso, há dissenso. Logo, não há por que prevalecer fatos anteriores ocorridos fruto de consenso.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Sr. Presidente, o eminente Deputado Fernando Coruja não pode pedir votação de todos os destaques rejeitados. Apenas pode fazê-lo com relação aos dele. Os Parlamentares presentes que entenderem que devem fazer destaque devem fazê-lo mediante autorização de V.Exa. Desse modo, não é possível que S.Exa. requeira que todos os destaques sejam discutidos individualmente. V.Exa., então, pode, no máximo, definir que sejam votados em separado os de autoria do Deputado Fernando Coruja ou de outros que o queiram, uma vez que há outros Parlamentares que desejam que seus destaques sejam votados em globo.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, a praxe nesta Comissão, a qual atende ao Regimento, tem sido a votação dos destaques parcialmente aprovados em globo. Nisso já está embutido o pressuposto da sua aceitação pelo Relator. Os destaques rejeitados são rejeitados até como pedido de destaque. Desse modo, V.Exa teria que submeter à votação em globo o pedido de destaque, porque cada Parlamentar elabora um pedido de destaque e não um destaque. A praxe, repito, é submeter aos Parlamentares os destaques rejeitados. Cada um faz um destaque, dentre os demais, que pretende seja votado individualmente e faz-se a votação posteriormente. De modo que não tem qualquer cabimento o requerimento do ilustre Deputado Fernando Coruja, tampouco embasamento regimental.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, se V.Exa. entender que obrigatoriamente deva ser votado cada um dos destaques rejeitados, os Srs. Deputados que não quiserem ver seus destaques votados em separado podem retirá-los. Para contribuir com V.Exa, retiro os Destaques nºs..

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação o requerimento do Senador Romero Jucá.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, dentre os destaques com parecer pela rejeição, admissão total ou parcial, pode haver destaques de Parlamentares ausentes. Esses destaques, evidentemente, devem desaparecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Irão desaparecer no momento adequado, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não. Se houver votação em globo, deveremos saber quais estão desaparecidos por essa razão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Se estão desaparecidos, procede-se da mesma forma.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não. S.Exa. propôs os rejeitados e admitidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Mesa fará a chamada dos autores dos destaques. Pode ficar tranqüilo, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Se se propuser isso na proposição. Porém, há os Parlamentares que desejam votar em separado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os que não estiverem presentes ficarão prejudicados. Mas, primeiramente, vou colocar em votação o requerimento do Senador Romero Jucá.

Em votação na Câmara dos Deputados, em globo, os destaques com parecer semelhante.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, os partidos têm direito de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, não lhe estou negando o direito de encaminhar. Depois, V.Exa. poderá usar da palavra para fazer seu encaminhamento.

Com a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, mais uma vez, quero deixar registrado nosso voto contrário a esse requerimento, que fere o Regimento. Teremos que rasgar a página do Regimento que garante que requerimento rejeitado e destacado tem de ser votado nominalmente.

Desse modo, estamos abrindo um precedente, uma vez que estamos alterando o Regimento sem, no entanto, fazê-lo mediante reforma regimental.

Portanto, nosso voto é contrário ao requerimento do Senador, o qual está promovendo alterações regimentais sem se utilizar de reforma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Fica registrado o protesto de V.Exa.

Com a palavra o nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Esse requerimento, para ser votado em globo, deve ser apresentado por escrito. Se o nobre Senador Jucá não apresentou o requerimento... Eu preciso ver o requerimento. Estamos votando o requerimento oralmente?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – O requerimento não foi votado, como pode estar aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Fernando Coruja, o requerimento foi proferido ao microfone pelo Senador Romero Jucá, que está fazendo sua redação com o melhor cuidado possível. Como V.Exa. é muito meticuloso, S.Exa. não quer cometer erro algum para evitar ser condenado amanhã.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – É importante que S.Exa faça por escrito e que nos disponibilize uma cópia, a fim de que tomemos conhecimento do que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O requerimento, que já foi proferido oralmente, também será apresentado por escrito.

(**Não identificado**) – Embora seja intempestiva a apresentação por escrito, acatamos, pelo bom andamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Pediria à assessora que saísse um pouco da frente.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. esclarecesse objetivamente o que estamos votando. Haverá votação em globo de que tipo de destaque? Inclusive os rejeitados serão votados em globo? Essa é a pergunta que faço a V.Exa. Se essa for a indicação do Senador Romero Jucá, S.Exa. está ferindo o Regimento. Não podemos votar um requerimento que revogue o Regimento. Se isso acontecer, esta Casa não terá mais condições de funcionar. É preciso levar em conta o que explicitamente estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Senador Romero Jucá, mais uma vez, irá falar sobre o mesmo.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, quero comunicar aos Parlamentares que já foram providenciadas cópias do requerimento. Estamos votando pedido para votação em globo dos destaques por categoria de parecer do Relator – destaques aprovados integralmente, destaques aprovados parcialmente e destaques rejeitados. Nos destaques rejeitados, serão ressal-

vados os pedidos de votação em separado dos Srs. Parlamentares presentes, na forma como prevê o Regimento, ressalvados os ausentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esta Presidência pede à assessoria que se encontra na última bancada que a desocupe, visto que há vários Parlamentares em pé.

Deputado Sérgio Miranda, vamos colocar em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

(Não Identificado) – Sou contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os votos contrários são dos Deputados Sérgio Miranda, Gonzaga Patriota, Fernando Coruja, Pedro Novais, Pedro Fernandes, Giovanni Queiroz, Jorge Bittar, João Grandão, Dr. Rosinha, Gilmar Machado, Virgílio Guimarães e João Coser.

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República, contra os votos dos Senadores Antônio Carlos Valadares e Tião Viana.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, estou prejudicado. Nesse microfone, para ser ouvido, tenho que me esgoelar. Estou tentando falar com a Mesa e não consigo, porque o microfone não emite som. Parece que há um boicote aqui ou alguma coisa está acontecendo.

Quero encaminhar pelo partido e não pude falar com a Mesa. Então, quero que V.Exa. peça ao companheiro do som que aumente ao máximo todos os microfones, porque o barulho é muito grande, para que possamos ser ouvidos no momento adequado.

Obrigado.

(Intervenções inaudíveis.)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Tem que apresentar agora, senão vai ter que abrir prazo para apresentarmos os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado José Borba retira os Destaques nºs 2.265, 2.269, 2.270, 2.271, 2.272, 2.273, 2.274, 2.277, 2.278, 2.279, 2.280, 2.283, 2.284 e 2.285. Outrossim, requer votação em separado dos Destaques nºs 2.275 e 2.276.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, solicito sejam votados em separado os Destaques nºs 1.469 e 1.470.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero tentar fazer um encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou terminar a leitura dos requerimentos. Em seguida, ouvirei os Parlamentares. Há vários requerimentos por escrito.

Com a palavra Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, há 2.400 destaques. É contraproducente esse comportamento. Poderíamos fazer o inverso. Não sou Líder do Governo, não estou na Mesa, mas V.Exa. poderia colocar em votação os requerimentos aprovados. Se alguém quiser destacar, destaca naquele bloco – isso vale para os aprovados parcialmente – e, quando chegar nos rejeitados, os que serão destacados... Há muito barulho, é difícil falar.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Tem nosso apoio, Sr. Presidente. Isso é lógico e de bom senso.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Serão destacados aqueles que não forem retirados. Tenho quinze. Gostaria que um deles fosse apreciado em separado. Vou pedir, naquele momento, a separação no meu. Caso contrário, iremos repetir 2.400 destaques. Este é o procedimento correto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sempre foi assim, Sr. Presidente. Muito bem Deputado João Coser!

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Este é o procedimento correto.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sempre foi assim, Sr. Presidente, sempre funcionou assim. Isso é bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Atenção para o requerimento seguinte.

Vou apresentar mais um requerimento do Deputado Pedro Novais. S.Exa. pede, nos termos regimentais, que se vote separadamente os Destaques nºs 1.260, 1.258, 1.259, 1.262, 1.263, 1.267 e 1.268. Todos com parecer pela rejeição.

O requerimento do Deputado Pedro Henry pede voto em separado dos Destaques nº 1.441 à 1446, 1.534 à 1.541.

Senador Antero Paes de Barros vai votar em separado Destaques nºs 1.545 e 1.546, 1.547 e 1.548.

Deputado Ricarte de Freitas pediu para votar em separado os Destaques nºs 1.426 a 1.440.

Deputado Coriolano Sales pede para votar em separado o Destaque nº 1.076.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – É o Destaque nº 1.076.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputada Laura Carneiro requer votação em separado dos Destaques nºs 1.083, 1.084, 1.086, 1.087, 1.089. O Destaque nº 1.089 é referente à Emenda nº 71200016. Há um erro na publicação. Em vez de 006 é 0016. E também os Destaque nºs 1.090, 1.092 e 1.098.

S.Exa. requer também votação em separado para os Destaques nºs 1.082, 1.085 e 1.088.

Deputada Laura Carneiro pede voto separado para os Destaques nºs 1.103, 1.104 e 1.105, 1.106, 1.107.

Senadora Marluce Pinto pede votação em separado do Destaque nºs 1.108.

Deputado Pedro Fernandes pede votação em separado dos Destaques nº 1.648, 1.652, 1.653 e 1.654.

Senador Amir Lando pede votação em separado dos Destaques nºs 1.252 a 1.257.

Senador Ricardo Santos: votação em separado dos Destaques nº 1.856, 1.857 e 1.858.

Senador Romero Jucá: votação em separado dos Destaques nºs 1.864, 1.642, 1.643, 1.632, 1.633, 1.627, 1.629 e 1.637.

Deputado Sérgio Miranda: votação em separado dos Destaques nºs 1.960, 1.961, 1.962, 1.963, 1.964.

Deputado Nelson Meurer retira os Destaques nºs 1.195, 1.196, 1.197, 1.198, 2.286, 2.287, 2.288, 2.289, 2.290, 2.291, 2.292, 2.294, 2.295, 2.296, 2.297, 2.298, 2.299 e 2.301. E votação em separado para os Destaques nºs 1.193 e 1.194.

Deputado João Coser: votação em separado do Destaque nº 1.490.

Senador Tião Viana: votação em separado dos Destaques nºs 1.042, 1.043, 1.047, 1.050, 1.046, 1.048.

Senador Wellington Roberto: votação em separado dos Destaques nºs 1.470 e 1.469.

Deputado Gilmar Machado: votação em separado dos Destaques nºs 1.510, 1.514, 1.520.

Deputado Divaldo Suruagy: votação em separado dos Destaques nº 1.883, 1.884.

Senador Moreira Mendes: votação em separado dos Destaques nºs 1.222, 1.223, 1.224 e 1.412.

Deputado João Leão: votação em separado dos Destaques nºs 1.270 a 1.893, 1.195, 1.196, 1.197 e 1.198.

Deputado Alberto Goldman: votação em separado do Destaque nº 1.975.

Deputado Roberto Balestra: votação em separado do Destaque nº 2.029.

Deputado Átila Lins: votação em separado dos Destaques nºs 1.063, 1.064, 1.065, 1.068 e 1.069.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Os Deputados Márcio Reinaldo Moreira e Danilo de Castro pediram para votar em separado o Destaque nº 1.681. Já está inscrito, e o documento foi para Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ainda existem muitos destaques, Deputado.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Armando Abílio: votação em separado dos Destaques nº s 1.220 e 1.221.

Deputado Jonival Lucas Junior: votação em separado dos Destaques nºs 1.408 e 1.409.

Deputado Jorge Bittar: votação em separa dos Destaques nºs 1.235 e 1.236.

Deputado Ariston Andrade: votação em separado dos Destaques nº 1.120 e 1.121

Deputado Ariston Andrade, por obséquio, se estiver presente, venha até a mesa para dizer se é n º 1.119 ou 1.779. Só Champolion para decifrar essa letra.

Deputado Pedro Chaves: votação em separado dos Destaques nºs 1.845, 1.846, 2.016, 2.064 e 2.065.

Deputado Danilo de Castro e Márcio Reinaldo Moreira: votação em separado dos Destaque nº 1.681.

Deputado Fernando Coruja.

Deputado Antônio Carlos Konder Reis: votação em separado dos Destaques nºs 1.210, 1.211.

Peço aos Líderes atenção. A Mesa vai levantar uma questão. Esse procedimento aqui está totalmente inviabilizado. Só o Deputado João Leão apresentou 600 destaques para votar em separado.

O Deputado Fernando Coruja destacou dos nºs 1 ao 2.000.

Então, este procedimento está inviabilizado.

(Não identificado) – Sr. Presidente, o Regimento diz que só pode destacar se for autor do destaque. Tem que ser autor do destaque.

(Não identificado) – Qual é o artigo do Regimento que diz isso?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

(Intervenções inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Estou sem som, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio no plenário.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Ou estou sem som ou não estou me ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Só apresentei os meus destaques. Não destaquei nenhum outro destaque. Em especial o Projeto Brejos da Barra. E outra coisa, Sr. Presidente, vale salientar que todos...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Espere. Só destaquei o que é meu. Só destaquei o que é meu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas V.Exa. apresentou mais de 600 destaques!

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sim, mas só os que eram meus. O que eu destaquei? Onde destaquei? Os Srs. Deputados...

(Intervenções simultâneas inaudíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, não posso falar devido ao barulho no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O requerimento de V.Exa. solicita votação em separado de mais de 600 destaques.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, solicitei destaque para votação em separado apenas para os destaques de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tais destaques são em número de seiscentos?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Algo em torno desse número, mas não chega a tanto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. deseja a votação de um por um?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, quero votar principalmente o destaque a respeito da região do semi-árido. Os Srs. Parlamentares vêem no mapa, durante a apresentação do boletim meteorológico da Rede Globo e de outras emissoras, a mancha amarela que corresponde à região do semi-árido.

(Não Identificado) – Sr. Parlamentar, não vamos discutir o mérito dessa questão agora.

Nobre Líder do Governo, falei com V.Exa. há uma hora. Não estamos discutindo o mérito neste momento.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Solicito destaque para votação em separado de todos as emendas de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O problema é que o Plenário aprovou a votação em globo de destaques com pareceres similares. Dessa forma, os requerimentos estão inviabilizando a resolução que foi aprovada.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Faço a seguinte sugestão: V.Exa. pode iniciar o processo de votação pelos destaques que podem ser aprovados em globo ou parcialmente aprovados. Quanto aos destaques rejeitados, V.Exa. pode, utilizando o Regimento, seguir a numeração – e isso não significa que os destaques de autoria do nobre Senador não serão votados. Necessariamente, os destaques estarão sendo votados em ordem.

Isso é muito mais simples do que a desorganização que se observa. É impossível a secretaria fazer o que se demanda dela. Mesmo que a secretária fosse mágica, ela não conseguiria tal feito. E não vamos conseguir acompanhar a votação dessa forma.

Como todos os anos, V.Exa. deve pôr em votação as emendas a respeito das quais há consenso, depois aquelas em que há consenso parcial e, por fim, como fizemos na primeira fase, vamos retirando os destaques à altura em que estes forem apresentados. Aqueles que desejamos que permaneçam vão permanecer.

Como exemplo, cito o fato de que a nobre Deputada Lúcia Vânia repetiu os destaques de minha autoria. Assim, S.Exa. pode retirá-los. O mesmo fez o Deputado Jorge Bittar, e S.Exa. também pode retirá-los.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, apóio a sugestão apresentada. Do contrário, não conseguiremos nos organizar.

Sr. Presidente, repito que apóio a iniciativa da Deputada Laura Carneiro. Ao mesmo tempo, anuncio o aniversário do nobre Deputado João Grandão. Mesmo sendo seu aniversário, S.Exa. aqui se encontra

para trabalhar pelo Estado do Mato Grosso do Sul. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O requerimento do Deputado Fernando Coruja está prejudicado. S.Exa. requereu votação em separado de todos os destaques – do nº 1 ao nº 2.331.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

É claro e evidente que fizemos tal requerimento com o intuito de obstruir a votação. Por outro lado, também é claro que já não é mais possível...

(O Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, desejo fazer um requerimento no sentido de tranqüilizar um pouco o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Fernando Coruja está com a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Então, quando S.Exa. terminar de falar, desejo utilizar da palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, é evidente que apresentamos o requerimento com o intuito de dificultar a votação e de obstruir os trabalhos. Por outro lado, esse requerimento é legítimo.

Afinal, é preciso diferenciar as coisas, e umas delas é o requerimento do destaque. Qualquer Deputado ou Senador pode requerer o destaque. Uma vez aceito, esse destaque não é mais do autor. No caso desta Comissão, esses destaques já foram aceitos. Já votamos a matéria, ressalvados os destaques aceitos. A matéria tem de ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Fernando Coruja, V.Exa. é um dos Deputados mais inteligentes desta Comissão e sabe muito bem por que a Mesa rejeitou o requerimento de sua autoria. Isso foi feito porque o Plenário decidiu há pouco de forma contrária ao seu requerimento. Foi decidido que os destaques que tivessem parecer semelhante seriam votados em globo. Então, o requerimento de V.Exa. é justamente o oposto disso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, tenho em mãos o requerimento do nobre Senador Romero Jucá, que passarei a ler.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Fernando Coruja, essa matéria é vencida. Solicito que V.Exa. colabore com a Mesa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, vou colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Li a matéria, nobre Deputado. Por isso, peço que V.Exa. colabore com a Mesa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço apenas mais um minuto. Passo à leitura do requerimento do Senador Romero Jucá.

"Requeiro, nos termos do Regimento Interno, a votação em globo dos destaques por categoria parecer de Relator, ressalvados..." Inclusive, o Senador escreveu a palavra "ressalvados" com apenas um "s", não tomando a devida atenção que o nobre Presidente havia solicitado naquele momento. "...ressalvados os pleitos de votação em separado."

Ora, este é um pleito de votação em separado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Fernando Coruja, interrompo-o apenas para informar que, quando o Líder do PT falou a respeito da questão da presença, ampliei o requerimento para incluir a frase "solicitado pelo autor desde que esteja presente". Na verdade, o requerimento foi complementar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas isso não consta da redação desse requerimento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Quando o Parlamentar está ausente, o requerimento fica prejudicado – isso está previsto no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o nobre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, tenho certeza de que minha proposta é no sentido de desobstruir os trabalhos. Como V.Exa. sabe, sou autor dos destaques que vão do nº 1 ao nº 1.041, tratando especificamente da questão do Imposto de Renda.

Apresento requerimento solicitando sejam votados em globo os destaques de minha autoria, ou seja, aqueles que vão do nº 1 ao nº 1.041, à exceção dos Destaques nºs 56 e 58, que foram atendidos pelo Relator – e certamente o foram para atender a outros objetivos nobres, não podendo, portanto, ser votados junto com os outros. Além desse, apresento um único requerimento, de interesse da Justiça Eleitoral, para que sejam votados em separado os Destaques nºs 1.934 e 1.935. Essa é minha proposta. Tenho certeza de que ela diminui em mais de um terço os requerimentos a serem votados. (Palmas)

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Antes de conceder a palavra a V.Exa., darei um aviso ao Plenário.

Aviso que os destaques que porventura tenham parecer do Relator-Geral pela aprovação integral ou parcial e que forem retirados por seus autores perderão o atendimento dado pelo referido Relator-Geral. É bom que isso fique claro. Da mesma forma, perderão o atendimento dado pelo Relator-Geral os destaques com parecer pela aprovação parcial que forem à votação nominal e rejeitados pelo Plenário. As emendas declaradas inadmitidas pela Presidência não poderão ser destacadas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado João Caldas, V.Exa. pede a palavra pela ordem?

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Não, Sr. Presidente, desejo apenas fazer a retirada de alguns destaques.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, solicito a retirada dos Destaques nºs 1.141, 1.142,1.144 e 1.146, e que se discutam os Destaques nºs 1.144 e 1.147.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Solicito que V.Exa. repita quais destaques deseja ver retirados.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Trata-se dos Destaques nºs 1.141, 1.142, 1.144 e 1.146. E solicito que se discutam os Destaques nºs 1.145 e 1.147.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Desejo a retirada de alguns destaques.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos agora...

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra para retirar destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente, solicito a gentileza de V.Exa. no sentido de retirar o Destaque nº 1.884 e substituí-lo pelo de nº 1.880.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. pode repetir seu pedido?

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Por fim, qual será a sistemática adotada por V.Exa. para o acolhimento ou não dos pedidos de destaque para votação em separado? Serão os pedidos isolados? Serão os pedidos como o feito pelo Deputado José Carlos Aleluia, que inova o Regimento? Qual a decisão? Será feito como tradicionalmente, isto é, pelo alto-falante?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator estava fazendo uma revisão de seu trabalho e, agora...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Deputado João Almeida... Eu apenas *(ininteligível)* pelo microfone.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Digo o seguinte: o Plenário decidiu votar em globo os destaques com parecer semelhante. Então, é isso o que vamos fazer.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – No momento em que houver a rejeição, a votação...

Vamos votar a aprovação integral e a aprovação parcial. Assim, aqueles que quiserem priorizar, após essas votações, pedirão sua prioridade.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Fiz a retirada de um destaque...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, desejo um esclarecimento a respeito de ofício lido por V.Exa. em meu caso concreto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Sérgio Miranda, outro Deputado já havia pedido a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Presidente, fiz a retirada de várias destaques. No afã de fazer a relação, pedi a retirada do Destaque nº 1.473. Na realidade, trata-se de um destaque parcialmente aprovado. Peço que seja feita a retificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os destaques vão ser votados em globo agora.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sei disso, Sr. Presidente, mas o Destaque nº 1.473 deve

permanecer como parcialmente aprovado, porque é para atender a Previdência Social.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

(Não identificado) – Sr. Presidente, gostaria de dar um aviso. Como vai ser votado...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, eu havia pedido um esclarecimento a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Estou aqui atrás.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, falo a respeito de um caso bem concreto, tendo em conta o ofício que V.Exa. leu. O Relator aprovou um destaque de minha autoria que aloca para o Hospital da Rede Sarah 5 milhões e 400 mil reais. Porém, considerando que já foi aprovado destaque da Deputada Laura Carneiro, do Rio de Janeiro, que visa à alocação de recursos para a construção do Sarah Rio, e da Deputada Lúcia Vânia, e considerando que tais recursos somam 13 milhões e 200 mil reais, montante suficiente para a Rede Sarah, eu posso transferir os recursos do meu destaque – não desejo que o Sarah seja superfinanciado – para os hospitais universitários? Esse destaque é de minha autoria e recebeu apenas 3 milhões de reais.

Portanto, consulto o Relator sobre essa questão, pois, na hora de votarmos em globo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra pela ordem há muito tempo.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não é hora agora...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Jovair Arantes, qual o número dos destaques?

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Quem determina a hora é o Presidente, e não outro Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Trata-se do destaque dos hospitais universitários.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Há um destaque de minha autoria também. O dele eu não sei. Sei que o meu destaque é de nº 1.103.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Trata-se do Destaque nº 1.963. E o destaque aprovado é de nº 1.965.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há apenas essa questão de V.Exa. para ser resolvida. Quero saber do Relator-Geral se isso é possível.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, isso é possível e será feito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Será feito. Então, vou colocar em votação...

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Antes de votarmos os destaques que possuem aprovação integral do Relator, passo a palavra ao Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Antes de colocar em votação os destaques, é preciso que V.Exa. anuncie o nome dos autores dos destaques e que S.Exas. se manifestem, estando presentes em plenário, para que seus destaques sejam aprovados. Afinal, quem teve seu destaque aprovado não está livre de permanecer presente à reunião. A pessoa tem mais obrigação de permanecer na sessão do que aqueles que não tiveram seus destaques aprovados. Portanto, Sr. Presidente, V.Exa. deve anunciar os autores dos destaques, para que os Parlamentares manifestem sua presença, e os destaques não sejam excluídos da relação dos aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Antes de darmos início ao processo de votação, vamos ouvir o Relator-Geral.

O requerimento de V.Exa. será atendido, nobre Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, desejo saber se apenas os Deputados que se encontram na frente podem ser atendidos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Jovair, eu gostaria de ouvir, primeiro, o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, digo isso, porque todos os Deputados que se encontram na frente do plenário estão sendo ouvidos. Estou brigando para ser ouvido há mais de uma hora e não consigo falar. Se é assim, estou pronto para esperar pela determinação de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares membros desta Comissão, considerando-se a pequena necessidade de acolhimento parcial dos destaques apresentados pelos Srs. Parlamentares antes da votação, informa-

mos que os recursos para tal finalidade são provenientes, primeiro, do excesso de recursos em relação aos parâmetros fixados na LDO de 2002 para a reserva de contingência e resultado primário hoje existentes na reserva de contingência e na amortização da dívida – seqüenciais nºs 1.143 e 1.230; segundo, do corte de 15 milhões de reais na Emenda nº 60030002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, e do corte de 19 milhões de reais na Emenda nº 50120001, da Comissão de Constituição e Justiça.

Destaque nº 0056, onde se lê "parecer: aprovado parcialmente", leia-se "parecer: rejeitado".

Destaque nº 0058, onde se lê "parecer: aprovado parcialmente", leia-se "parecer: rejeitado".

Destaque nº 1.067, onde se lê "parecer: aprovado parcialmente no valor concedido de 2.700", leia-se "parecer: rejeitado".

Destaque nº 1.167, onde se lê "parecer: rejeitado – valor concedido: zero", leia-se "parecer: aprovado no valor concedido de 2 milhões e 700 mil reais".

Destaque nº 1.310, onde se lê "parecer: rejeitado", leia-se "parecer: aprovado parcialmente, Modalidade 30, título: Desenvolvimento da Infra-estrutura em Transportes no Estado do Tocantins", leia-se "Modalidade 90, Título 153 Tocantins – Adequação de Travessias em Perímetros Urbanos no Estado do Tocantins".

Destaque nº 1.625, onde se lê "valor concedido: 4 milhões e meio", leia-se "valor concedido: 1 milhão e 500 mil".

Destaque nº 1.689, onde se lê "valor concedido: 7 milhões e 200 mil", leia-se "valor concedido: 2 milhões e 200 mil".

Destaque nº 1.690, onde se lê "valor concedido: 6 milhões, 750 mil", leia-se "valor concedido: 1 milhão, 750 mil".

Todos esses destaques de maior expressão e que sofreram uma redução mais profunda correspondem a destaques solicitados pelo Governador do Estado de São Paulo e pela Prefeita da Capital de São Paulo.

Destaque nº 1.965, onde se lê "valor solicitado: 1 milhão", leia-se "valor solicitado: 10 milhões".

Parecer aprovado integralmente, parecer aprovado parcialmente.

Destaque nº 1.981, onde se lê "valor concedido: 14 milhões", leia-se "valor concedido: 7 milhões".

Destaque nº 1.963, hospitais universitários, onde se lê "rejeitado", leia-se "aprovado".

Destaque nº 1.965, onde se lê "aprovado", leia-se: "rejeitado".

Destaque nº 1.488, onde se lê "parecer: rejeitado", leia-se "parecer: aprovado", com recursos decorrentes da Emenda 71090014, no valor de 5 milhões de reais do Estado do Espírito Santo.

Destaque nº 1.691, onde se lê "valor concedido: 6 milhões e 300 mil", passa-se a ler "valor concedido: 1 milhão e 300 mil. Essa emenda também é do Estado de São Paulo.

Finalmente, há um requerimento, nos termos do Regimento, de transferência do atendimento parcial do Destaque nº 1.218 para o Destaque nº 1.274, todos pertencentes à emenda da Paraíba, no mesmo valor, assinado pelo Deputado Domiciano Cabral.

Esses outros que não explicitei, se V.Exas. desejarem, a Assessoria pode esclarecer, caso a caso, o autor, o valor original e o valor reduzido, o número da emenda e o Estado interessado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Apresentei um dos requerimentos sobre três destaques que estão com seus subtítulos errados. Não estou discutindo valor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputada Laura Carneiro, isso será discutido depois.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Pedro Chaves tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, quero solicitar de V.Exa. a distribuição desses destaques lidos recentemente pelo Relator, para que possamos tomar conhecimento dos títulos e dos Estados afetados.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, minha questão de ordem era a mesma: como é que vou votar? Com todo o respeito, pelo menos as bancadas poderiam receber uma cópia dos destaques. Caso contrário, será impossível acompanhar isso aqui!

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – É verdade, Sr. Presidente. Precisamos de cópia de todas essas informações acerca de fontes de recursos, para acolhimento dos destaques e as retificações lidas pelo Relator. Acho que é importante que isso seja distribuído para todos os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – A Assessoria está informando que será distribuída a todos os membros da Comissão.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Em face do atendimento do meu requerimento por parte do Relator, Sr. Presidente, peço que V.Exa. desconsidere, no requerimento lido por V.Exa., um pedido para votação em separado do Destaque nº 1.963.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero avisar que, em função da desorganização que ocorreu com os requerimentos, peço que quem esteja atrás da mesa não perturbe, não converse aqui, que desça, porque precisamos de atenção. Há muita conversa na retaguarda e atrapalha. Como houve excesso de requerimentos e uma verdadeira desorganização, a Mesa vai desconsiderar e colocar agora, de acordo com sua praxe, primeiro, os destaques com aprovação integral, depois, com aprovação parcial. Na hora dos rejeitados, o Parlamentar que estiver presente pedirá o destaque que quiser que seja apreciado separadamente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

(Não identificado) – Sr. Presidente, nem entregamos requerimentos escritos!

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Apenas para sugerir a V.Exa. solicite novamente que não haja conversas paralelas prejudicando tanto as reuniões, como vem acontecendo. Da mesma forma lateralmente, pelas assessorias ou por quem quer que seja. Creio que estamos perdendo muito tempo nesta Comissão exatamente por causa dessa bagunça que está nos enervando cada vez mais.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A abordagem que V.Exa. fez a respeito da votação está correta. Mas precisamos ter os documentos antes de votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço aos Parlamentares que deixem o Relator-Geral e sua assessoria ouvir o Plenário. De nada resolve estar grudado em S.Exa. Isso não vai resolver o assunto de ninguém. A assessoria está atualizando os dados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, apenas para reiterar: sem ter os dados atualizados nas mãos, não podemos sequer avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sr. Deputado, não seria irresponsável de colocar matéria em votação sem ter distribuído os dados. A assessoria está atualizando as modificações e vou mandar tirar cópias para distribuir aos Parlamentares!

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – E dê um tempo razoável para analisá-las.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Para que V.Exa., como sói acontecer, vote com a maior tranqüilidade possível, sem nenhum peso de consciência, sabendo em que terreno está pisando. Quero segurança para V.Exa. e para todos os Parlamentares presentes.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Tenho certeza de que isso será feito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pode ficar tranqüilo, Deputado Virgílio Guimarães, porque ninguém votará no escuro. Vamos aguardar a assessoria fazer o levantamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – As emendas da pág. 139 aportadas pelo relatório do Comitê de Avaliação das Emendas como rejeitadas, como inadmitidas – confirmo a decisão do relatório do Comitê, inadmitindo-as –, não podem ser destacadas.

A Mesa vai suspender a reunião por 15 minutos, até que nos organizemos e tiremos cópia.

Está suspensa a reunião, com o apoio do Deputado João Grandão, o único que apoiou a Mesa.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, fora da reunião, quero solicitar a V.Exa., com o apoio da brilhante assessoria, que já realize...

(Não identificado) – V.Exa. tem de ouvir o baixo clero, Sr. Presidente. V.Exa. não está ouvindo o baixo clero. O Jovair está tentando falar há meia hora.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Há um mal-educado falando junto comigo.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, há uma hora estou querendo falar e V.Exa. não me concede. V.Exa. pediu um pouco de paciência, e já esgotei a paciência. V.Exa. há de convir que não dá para esperar esse tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Desculpe, Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Se for só para sentar do lado direito e aborrecer, vou fazer isso toda a reunião!

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, para ajudar a organizar, sugiro que V.Exa. solicite da assessoria uma lista para consulta de todos os Parlamentares que tenham emendas aprovadas e estejam presentes, para não criar uma nova desorganização.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tudo bem. Tem a palavra o Deputado Jovair Arantes, pedindo desculpas a S.Exa. pelo descuido da Mesa.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Tenho tido sempre a paciência e colaborado com a Mesa, mas há momentos que fico aborrecido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. merece prioridade absoluta.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, quero só que a Sra. Myrna anote para mim, por gentileza, que há três destaques que gostaria que fossem votados em separado. São eles os Destaques nºs 2.008, 1.137 e 1.129. Os demais até retiro. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Aquela relação que V.Exa. leu está mantida?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ela está inválida. Vou votar tudo em globo agora. Vai ser diferente, Deputado.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro reiniciada a 5ª reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esclareço que todos os requerimentos encaminhados e lidos por esta Presidência para votação em separado de destaque estão desconsiderados.

Colocarei, primeiro, em votação os destaques com parecer do Relator pela aprovação integral e, logo após, os de parecer pela aprovação parcial. Conforme ficou acertado, verificaremos se o autor do destaque encontra-se presente. Caso não esteja, o destaque será considerado prejudicado pela ausência do autor.

Após essas votações, os destaques com parecer pela rejeição serão votados em globo, por autor de destaque que, tão logo seja chamado, dirá quais os números de destaque que serão separados.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, esta reunião foi suspensa em virtude da necessidade de se fornecerem informações mais precisas em relação às alterações. Gostaria que o Sr. Relator, Deputado Sampaio Dória, pudesse ouvir também.

Dizia que esta reunião foi suspensa por solicitação de diversos Parlamentares, que pediram que as informações oferecidas oralmente pelo Sr. Relator-Geral fossem fornecidas por escrito. Tive oportunidade de lê-las e constato que estão absolutamente imprecisas. Vou mencioná-las.

Na primeira página, o título é Recursos para o Acolhimento de Destaques Apresentados ao Relatório Final.

Considerando-se a necessidade do acolhimento parcial dos destaques apresentados pelos Srs. Parlamentares, informamos que os recursos para tal finalidade são provenientes do excesso de recursos em relação aos parâmetros fixados na LDO 2002 para a reserva de contingência e resultado primário.

Ora, não há quantificação desses valores.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Permita, então, Deputado, para agilizar os trabalhos, que o Relator-Geral dê uma explicação mais detalhada ao Plenário. Assim, passaremos à votação.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, é que estou...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, estou acolhendo a ponderação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sim, sei disso, mas quero precisar a minha questão de ordem.

Sr. Presidente, essas informações têm de ser fornecidas com demonstrativo por escrito. Qual o volume de recursos que foi utilizado nos destaques? Não há qualquer menção, qualquer demonstrativo do excesso de recursos em relação aos parâmetros da LDO. Não me parece que seja correto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator vai dar a explicação, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Nobre Deputado, o montante exato é de 81 milhões, 232 mil, 479 reais, dos quais 56 milhões, 232 mil reais ficaram alocados na reserva de contingência, para posterior utilização no atendimento parcial ou total de destaques. Nesse montante de 56 milhões, 232 mil, 479 reais incluem-se dois cortes: um de 15 milhões e outro de 19 milhões nas dotações das Comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara, que explicitei no comunicado que li a V.Exas. E o remanescente – três mais

cinco, mais cinco, mais cinco, mais sete – resulta exatamente daqueles destaques que foram cortados e que também li juntamente com o relatório anterior. Então, na verdade temos: 56 milhões, 232 mil, 479 reais menos 34 milhões, ou seja, 22 milhões, 232 mil, 479 reais do que é chamado de excesso de recursos, mas que, na verdade, Deputado Jorge Bittar, foi o saldo do montante lido a V.Exas. na última reunião, acrescido dos cortes de custeio, que resultaram...

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Que cortes de custeio, Sr. Relator?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Os cortes de custeio realizados conforme disposto na LDO, no Poder Executivo, no Poder Legislativo e no Poder Judiciário.

Desses recursos, Deputado, restaram 22 milhões, 232 mil, 479 reais, que ficaram temporariamente alocados na reserva de contingência. A esses recursos se acrescentaram 15 milhões, decorrentes do corte da Emenda 60030002, da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, e 19 milhões, que resultaram do corte da Emenda 50120001, ambas do Ministério da Justiça, ambos das duas Comissões de Constituição e Justiça, do Senado e da Câmara, resultando em 56 milhões, 232 mil, 479 reais, aos quais foram acrescidos outros 25 milhões de cortes feitos duas horas atrás de alguns destaques que constavam como parcialmente atendidos no início desta reunião, três dos quais mencionei explicitamente quais seriam: cortes de destaques feitos em emendas aprovadas pela bancada de São Paulo, por solicitação do Governador Geraldo Alkmin e da Prefeita Marta Suplicy. Além desses cortes, Deputado Jorge Bittar, de 7, 5 e 5 milhões, foram feitos mais dois cortes adicionais: um de 3 milhões e um de 5 milhões, nos destaques citados no documento que está na mão de V.Exa. São cinco destaques, Deputado, que foram parcialmente reduzidos: no de nº 1.625 foram reduzidos 3 milhões; no de nº 1.689, 5 milhões; no de nº 1.690, 5 milhões; no de nº 1.691, 5 milhões; no de nº 1.981, 7 milhões, perfazendo 25 milhões. Esses 25 milhões, somados aos 56 milhões, 232 mil, 479 reais, resultaram em 81 milhões, 232 mil, 479 reais.

Espero, com isso, ter satisfeito a dúvida de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, para ser absolutamente sincero, é impossível acompanhar uma descrição numérica dessa forma.

(Não identificado) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Mesa vai colocar a matéria em votação. Os que têm parecer totalmente favorável do Relator, vou chamar aqui o autor do destaque. Aquele que estiver ausente será prejudicado, e o valor do destaque será remanejado.

Então, em votação os destaques com parecer totalmente favorável do Relator.

Destaque nº 1.209, do Deputado Darcísio Perondi.

S.Exa. está presente? *(Pausa.)* Ausente.

Declaro prejudicado o Destaque nº 1.209, pela ausência do Relator.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, pela ordem. Este não é um destaque de valor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não interessa, está prejudicado o destaque.

(Não identificado) – O Regimento não levanta exceções.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 1.247, Ricarte de Freitas. Presente.

Destaque nº 1.287, autor Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Sr. Presidente, eu estava com todo o meu material aqui e tinha ido ao banheiro. Está aqui o testemunho do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Veremos no final essa questão de V.Exa. Vou consultar o Plenário no final.

(Não identificado) – É justo o atendimento. S.Exa. está sempre presente aí.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eujácio Simões. Peço que a Assessoria desocupe as bancadas do fundo; quem não for Parlamentar desocupe as bancadas, porque os Parlamentares não têm onde sentar.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Presidente, o Parlamentar presente deve ser considerado. O Deputado que estava ausente agora está presente. Não tem sentido prejudicar o Parlamentar que está presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas nós veremos no final.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Para seguir como regra. O Deputado realmente está presente desde cedo aqui. Saiu, começou a sessão, não é esse o objetivo do ausente. O ausente é aquele cidadão que não está em Brasília, que está lá no seu Estado, porque não queremos beneficiar uma pessoa que

não está aqui. No caso do Deputado, S.Exa. está presente. Acho que se deve reconsiderar e fazer um critério geral.

(Não identificado) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, vou ler a lista dos Parlamentares que têm destaque aprovado integral e parcialmente. Peço a atenção do Plenário, porque quem estiver ausente ficará prejudicado.

José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Está ali.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Darcísio Perondi.

(Não identificado) – Está lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ricarte de Freitas. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eujácio Simões. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Está presente desde manhã, como o Deputado Darcísio Perondi, da mesma maneira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Onde está o Deputado Eujácio?

(Não identificado) – Ele está presente desde manhã aqui, esteve todo o tempo presente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Milton Monti. *(Pausa.)*

Airton Cascavel

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pedro Henry. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Também está aí presente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pedro Henry. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Pedro Henry esteve presente.

(Não identificado) – Deputado Pedro Henry está presente também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – No final, vou fazer nova chamada. Quem estiver ausente será eliminado.

João Coser. *(Pausa.)*

Paulo Kobayashi .*(Pausa.)*

A SRA. SECRETÁRIA (Myrna Lopes Pereira) – Está ali.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pedro Celso. *(Pausa.)* Ausente.

Sérgio Miranda. *(Pausa.)*

Alberto Goldman. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem de estar aqui, agora.**(Não identificado)** – Isso mesmo, tem de estar na hora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Wilson Braga. *(Pausa.)*

No final, vou repetir esses nomes. Não estando presente, ficarão prejudicados.

Wilson Braga, não está?

(Não identificado) – Não. Saiu.

João Almeida. *(Pausa.)*

Lael Varella.

O SR. DEPUTADO LAEL VARELLA – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Átila Lins. *(Pausa.)*

Narcio Rodrigues. *(Pausa.)*

A SRA. SECRETÁRIA (Myrna Lopes Pereira) – Está lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Zila Bezerra. *(Pausa.)*

A SRA. SECRETÁRIA (Myrna Lopes Pereira) – Está lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – João Caldas. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Não está aí, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nelson Meurer. *(Pausa.)*

Domiciano Cabral. *(Pausa.)*

Jorge Bittar. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, Domiciano Cabral, presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Carlos Bezerra. *(Pausa.)*

Pedro Novais. *(Pausa.)*

Leomar Quintanilha. *(Pausa.)*

Santos Filho. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Juquinha. *(Pausa.)*

Anivaldo Vale. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Luciano Castro. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Orlando Desconsi. *(Pausa.)*

Jorge Khoury. *(Pausa.)*

Jorge Alberto. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Este não está.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Carlos Batata.

O SR. DEPUTADO CARLOS BATATA – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Antônio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Paulo Mourão. *(Pausa.)*

Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Clementino Coelho. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mozarildo Cavalcante. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Mozarildo também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Giovanni Queiroz .

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Helenildo Ribeiro. *(Pausa.)*

Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – José Coelho. *(Pausa.)*

A SRA. SECRETÁRIA (Myrna Lopes Pereira) – Está ali.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou fazer a segunda chamada, repetindo os nomes dos que faltaram na primeira.

Eujácio Simões. *(Pausa.)*

A SRA. SECRETÁRIA (Myrna Lopes Pereira) – Está lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pedro Henry. *(Pausa.)*

(Não Identificado) – Pedro Henry estava presente.

(Não Identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente. Acabei de falar com o Deputado, S.Exa. acaba de sair de uma reunião de Liderança, está chegando aqui, ele está desde cedo no plenário. O Deputado está na Liderança acabando uma reunião com os Líderes e já está chegando ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou consultar o Plenário depois, porque não vou decidir isso sozinho.

Pedro Celso. *(Pausa.)* Ausente.

Wilson Braga. *(Pausa.)* Ausente.

Átila Lins.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Alberto Goldman. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, o Deputado Alberto Goldman assinou a lista, estava aqui até há pouquíssimo tempo. V.Exa. tem de estabelecer um tempo, porque, na chamada de **quorum**, chegou, aceita-se.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – João Caldas. *(Pausa.)* Ausente João Caldas? *(Pausa.)*

Orlando Desconsi.

O SR. DEPUTADO ORLANDO DESCONSI – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Jorge Alberto. *(Pausa.)*

(Não Identificado) – Sr. Presidente, o avião da VASP atrasou. S.Exa. está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Paulo Mourão.

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Clementino Coelho. *(Pausa.)*

Helenildo Ribeiro. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Se o Plenário concordar, a Mesa vai flexibilizar; se não, a Mesa vai cancelar os que foram chamados e não estão presentes.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, o Deputado João Almeida foi quem propôs que se fizesse a conferência de presença no caso das emendas aprovadas parcial ou totalmente.

Discordo, Sr. Presidente. Acho que, uma vez aprovada, foi aprovado de mérito. Estou presente, mas há companheiros que estavam aqui antes, agora a pouco, e que deixaram o plenário. Não é justo discriminarmos. Vamos votar esses aí considerando a aprovação do Relator.

No caso das rejeitadas, aí, sim, é necessária a presença do autor, para destacar para votação em separado. Com exceção desse caso, não há razão para fazermos essa apartação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ocorre que o Deputado Virgílio Guimarães, Líder do PT, levantou esse ponto, e a Mesa acatou a questão de ordem do...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, então, seriam todas as emendas aprovadas pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira a sua questão de ordem?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Eu retiro a questão. Independentemente de estar presente ou não. Seria igual para todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então vamos votar agora os destaques.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Acho perfeitamente plausível acatar esses destaques todos, mas é bom registrar que o Deputado Alberto Goldman é o mais ferrenho...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, eu estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Fernando Coruja, é uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Eu estou concordando também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não se trata de concordar. Nós temos de votar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, eu havia solicitado à D. Myrna que retirasse o meu destaque. Isso é tempestade em copo de água.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação, em globo, os destaques com aprovação integral do Relator-Geral.

São eles o 1209, do Deputado Darcísio Perondi,...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu havia solicitado à D. Myrna, depois de entregue o destaque, que ele fosse retirado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Dos que foram aprovados?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Aquele que foi aprovado parcialmente. V.Exa. ditou um destaque que foi aprovado parcialmente, de 900 mil, TRT de São Paulo. Eu apenas queria fazer uma observação sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu desconsiderei todos aqueles que foram feitos antes.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Eu solicitei a retirada do destaque. Por favor, considere o destaque retirado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então são eles os Destaques nº 1209, do Deputado Darcísio Perondi; nº 1247, do Deputado Ricarte de Freitas; nº 1287, do Deputado Eujácio Simões; nºs 1323, 1324, do Deputado Milton Monti; nºs 1380, 1381, do Deputado Airton Cascavel; nºs 1394, 1397, 1398, 1.399, 1400, 1401 e 1406, do Deputado Milton Monti; nº 1543, do Deputado Pedro Henry; nºs 1672, 1673, do Deputado João Coser; 1797, do Deputado Paulo Kobayashi; nºs 1798, 1805, 1809, 1810, 1824, 1825, 1830, 1832, 1833, 1834, 1835, 1836, 1837 e 1838, do Deputado Paulo Kobayashi; nºs 1847 e 1848, do Deputado Pedro Celso; nº 1965, do Deputado Sérgio Miranda; nº 1980, do Deputado Alberto Goldman, retirado.

É o integral que V.Exa. está retirando?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – É o parcial do TRT que ele está retirando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retificando, então, Destaque nº 1980, do Deputado Alberto Goldman, aprovado; nº 1982, do Deputado Alberto Goldman; nº 1988, do Deputado Alberto Goldman; nº 2306, do Deputado Wilson Braga; nº 2330, do Deputado João Almeida.

Esses são os destaques com aprovação integral do Relator.

Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com os destaques aprovados integralmente pelo Relator permaneçam como se encontram.

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos agora votar os destaques parcialmente aprovados.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, V.Exa. não precisa ler o número do destaque. Está na lista. Leia apenas o que mudou em relação à lista distribuída.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É obrigatória a leitura, para efeito de gravação, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Mas foi distribuída uma relação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É obrigatório que fique gravado.

Destaque nº 1061, do Deputado Lael Varella; nºs 1062, 1065, 1070, do Deputado Átila Lins; nºs 1.073, 1.074 e 1.075, da Deputada Zila Bezerra; nº 1081, do Deputado Narcio Rodrigues; nº 1102, da Deputada Laura Carneiro; nº 1143, do Deputado João Caldas; nº 1148, do Deputado Milton Monti; nºs 1150, 1153, 1160, 1163, 1168, 1169, 1174 e 1178, do Deputado Narcio Rodrigues, nºs 1189, 1190, 1191 e 1192, do Deputado Nelson Meurer; nº 1213, do Deputado Wilson Braga; nºs 1234, 1235, 1236, do Deputado Jorge Bittar; nºs 1248, 1249, 1250, do Senador Carlos Bezerra; nºs 1261, 1264, 1265 e 1266, do Deputado Pedro Novais; nº 1271, do Deputado José Carlos Aleluia; nºs 1307, 1319, do Senador Leomar Quintanilha; nºs 1366, 1367, 1368 e 1369, do Deputado Santos Filho; 1385, do Deputado Airton Cascavel; nº 1386, do Deputado Airton Cascavel; nºs 1393, 1395, 1402, 1403, 1404 e 1405, do Deputado Milton Monti; nº 1419, do Deputado Juquinha; nºs 1448 e 1451, do Deputado Anivaldo Vale; nº 1473, do Deputado Luciano Castro; nºs 1498, 1499, 1503, 1504, do Deputado Orlando Desconsi; nº 1550, do Deputado Jorge Khoury; nºs 1563 e 1565, do Deputado Jorge Alberto; nºs 1571, 1573, 1574, 1575, 1576, 1577, 1578 e 1579, do Senador Antonio Carlos Valadares; nºs 1610 e 1611, do Deputado Paulo Mourão; nº 1625, do Senador Romero Jucá; nº 1655, do Deputado Pedro Fernandes; nº 1661, do Senador Romero Jucá; nº 1677, do Deputado Virgílio Guimarães; nº 1682, do Deputado Carlos Batata; nºs 1683 e 1685, do Deputado Carlos Batata; nºs 1689, 1690, 1691, 1692, 1698, 1699 e 1700, do Deputado Paulo Kobayashi; nº 1702, do Deputado José Carlos Aleluia; nºs 1709, 1712, 1715, 1716, 1717 e 1718, do Deputado Paulo Kobayashi; nº 1724, do Deputado Jorge Khoury; nºs 1757, 1760, do Deputado José Carlos Aleluia; nº 1779, do Deputado Raimundo Gomes de Matos; nºs 1790, 1794, 1795, 1800, 1802, 1803, 1804, 1806, 1807, 1808, 1811, 1812, 1823, 1828, 1829 e 1831, do Deputado Paulo Kobayashi; nºs 1839, 1840 e 1841, do Deputado Clementino Coelho; nº 1854, do Deputado João Coser; nº 1948, do Deputado José Carlos Aleluia; nº 1949, do Senador Mozarildo Cavalcanti; nºs 1951, 1953, 1954, 1955, 1956, 1957 e 1958, do Senador Mozarildo Cavalcanti; nº 1966, do Deputado Raimundo Gomes de Matos; nºs 1967, 1969, 1970, 1972 e 1973, do Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Deputado Alberto Goldman, qual o número do destaque que V.Exa. retira?

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – É o nº 1975, Sr. Presidente. Ficam só 900 mil para o TRT, apenas para comprar explosivos para implodir aquilo lá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 1976, do Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Só estou retirando o Destaque nº 1975, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaques nºs 1978, 1981, 1983, 1984, 1985 e 1986, do Deputado Alberto Goldman; nºs 2009, 2015 e 2020, do Deputado Pedro Chaves; nºs 2039, 2042, 2046, 2049, 2054 e 2056, do Deputado Gonzaga Patriota; nº 2073, do Deputado Giovanni Queiroz; nºs 2213 e 2214, do Deputado Helenildo Ribeiro; nºs 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2232, 2233, 2235 e 2236, do Deputado Waldemir Moka; nº 2241, do Senador José Coelho; nº 2257, do Deputado José Borba; nºs 2258 e 2259, do Deputa-

do Mussa Demes; nº 2264, do Deputado José Borba; nº 2267, do Deputado Átila Lins; nºs 2273, 2278, 2281 e 2282, do Deputado José Borba; nºs 2293, 2298 e 2300, do Deputado Nelson Meurer; nº 2328, do Deputado Milton Monti.

E a errata que mudou o parecer do 1274 e do 1310.

São esses os destaques aprovados parcialmente pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos colocar em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, um momento. Não vejo o Sr. Relator presente, para responder algumas questões. Eu gostaria de pedir explicação sobre um destaque que não apareceu na lista. Conforme ficou acertado, o nobre Relator deveria estar presente.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Eu solicitei o esclarecimento antes do Deputado João Coser.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, apenas para saber se as emendas que fizeram parte da errata foram incluídas na leitura. Tenho a impressão de que não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Foram incluídas.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, por favor, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, ao votar agora a totalidade, com exclusão desses destaques, aprovado o texto do que foi aprovado parcialmente – em tese, votamos uma por uma as aprovadas parcialmente, ou destaque por destaque –, se esse destaque for aprovado, evidentemente teremos de retornar aos valores globais solicitados pelo destaque. Se forem rejeitados – pelo que sabemos não há mais recursos –, até mesmo os valores aprovados parcialmente cairão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu já anunciei isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sim, mas os Srs. Deputados não se deram conta disso. Os Srs. Deputados estão pedindo valores para serem repostos integralmente, e vão acabar perdendo aquilo que conquistaram parcialmente. Os Srs. Deputados e Senadores ainda não compreenderam isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou proceder à votação na Câmara dos Deputados.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, não podemos votar assim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só vou conceder a palavra pela ordem para encaminhamento da votação.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, eu pedi a presença do Relator porque preciso de um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, estão faltando duas minhas, a 2077 e a 2083. São 2 milhões numa e 3 milhões noutra. Acho que o Deputado Santos Filho pode ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pode repetir, Deputado?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Pois não. A 2077 e a 2083 não foram citadas. Eu acompanhei a leitura.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, eu quero pedir um esclarecimento ao Relator, antes de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, eu não solicitei a presença do Relator apenas por uma questão de formalidade, embora seja legítimo fazer esse pedido no momento da apreciação das emendas aprovadas parcialmente. Quero pedir um esclarecimento, porque não percebi entre as emendas aprovadas, integral ou parcialmente, um destaque que apresentei, o qual nem sei se precisava ter sido feito, já que o cancelamento feito lá atrás, no TSE, ficou sobejamente demonstrado que não existia.

Por medida acautelatória, apresentei um destaque recompondo aquele valor, seguindo sugestão de V.Exa., Sr. Presidente, mas não ouvi acolhido o Destaque nº 1796, nem integral nem parcialmente.

Talvez fosse difícil acolhê-lo integralmente, eu compreendo, mas nem parcialmente? Naquele dia eu

aprovei um destaque de 15 milhões para a informática. Retirei um destaque do outro. Do jeito que ficou, se eu não tivesse apresentado destaque nenhum, estaria dando 7,5 milhões a mais para o Tribunal. Ou seja, eu tirei o destaque aprovado e causei um prejuízo ao Tribunal. Isso é um negócio kafkiano.

Peço ao Relator uma explicação antes de votarmos, até porque, se recurso existe para outros, muito mais existirá para este caso, que, como é de amplo conhecimento da Comissão, decorre de um equívoco já demonstrado até em ata.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA– Deputado, V.Exa. tem integral razão na sua surpresa diante da decisão tomada em relação a esse pleito, mas conto com sua compreensão. Minha decisão se baseou na absoluta exigüidade de recursos nesta fase final de destaques e no compromisso expresso do Governo, solenemente assumido e reiterado pelo próprio Presidente da República, de prover as necessidades adicionais da Justiça Eleitoral, tendo em vista dotá-la dos meios materiais, humanos, de informática e financeiros que venham a ser necessários para a adequada realização do pleito de 2002. O Presidente da República chegou a explicitar, na hipótese de o Orçamento não ser aprovado este ano, quais despesas seriam honradas de qualquer maneira. Além daquelas que a lei e a Constituição determinam, acrescentou as eventuais demandas da Justiça Eleitoral para a realização do pleito de 2002. Temos todos, portanto, Deputado, a segurança de que esses recursos não faltarão ao TSE, esses e outros que eventualmente venham a ser necessários, seja para o TSE, seja para os Tribunais Regionais Eleitorais.

Faço um apelo a V.Exa., para que deixe momentaneamente de lado essa postulação. Eu próprio, V.Exa. e todos os demais envolvidos nessa discussão poderemos recorrer ao Presidente da República. Tenho absoluta certeza de que haverão de ser atendidas as demandas do TSE para a realização do pleito de 2002, sem necessidade de inclusão dessa emenda adicional que, infelizmente, não foi possível atender, embora eu admita que V.Exa. tenha integral razão no seu pleito. Apelo para a compreensão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Relator, veja bem, eu aprovei uma emenda aumentando o recurso, e o resultado disso será uma diminuição do recurso. Espero que V.Exa. pelo menos mantenha os recursos. De qualquer maneira, o que foi para a informática seria cortado, os 2,5 milhões. Na realidade, o aumento levou a um corte maior, e a equivalência do que teria sido transferido no corte de custeio foi mantida. Eu acabei prejudicando o Tribunal. Isso não é justo, francamente. Não vejo a lógica disso. Esse recurso está em algum lugar. Vários outros Parlamentares participaram dessa discussão. O Senador Lando participou intensamente dessa negociação, e eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA– Deputado Virgílio Guimarães, V.Exa. tem consciência de que todos os outros Tribunais Superiores foram atendidos também. A Justiça Eleitoral necessitará de atendimento privilegiado, que o Congresso Nacional e o Governo não vão deixar de assegurar. Tenho certeza de que a demanda será provida em tempo e na medida necessária.

Compreendo as razões de V.Exa. Tem razão V.Exa. O apelo que faço dá-se exatamente pela certeza que tenho de que o TSE terá do Presidente da República, do Governo e do Congresso tratamento privilegiado em face das eleições de 2002.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, chamo a atenção deste Plenário e da Casa para um tema que estaria absolutamente resolvido se resgatássemos a memória das notas taquigráficas ou as gravações do que ocorreu com os destaques oferecidos ao Relator-Setorial.

Havia dois destaques separados, autônomos. Um tratava do cancelamento das verbas destinadas ao TSE; outro, do acréscimo, da inclusão de 15 milhões de reais. Eu também tinha um destaque para aduzir cerca de 15 milhões para o TSE. No momento oportuno, houve a desistência do destaque de cancelamento. Caiu esse destaque, mas não o de inclusão, tanto isso é verdade que o meu destaque foi indeferido, alegando-se que a matéria já havia sido atendida num destaque anterior. Fiquei tranqüilo.

Tentamos corrigir esse lapso com o Relator-Geral, mas ele disse que não podia fazer nada, a não ser sugerir a apresentação de um destaque. O que temos de considerar, Sr. Presidente, é que foi aprovada a inclusão dos 15 milhões. Parece-me que é sentimento unânime desta Comissão, ou pelo menos majoritário, tentar resgatar aquilo que foi decidido na relatoria-setorial. De repente, num momento de apreciação do Relator-Geral, V.Exa., respondendo a uma questão de ordem, que não pode interferir em decisão do Plenário, dá uma explicação diferente ao que já havia sido decidido pelo Plenário, ou seja, a inclusão dos 15 milhões.

Isso resolve essa querela e resgata o sentimento majoritário dos membros desta Comissão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, agora há pouco o Relator-Geral assumiu o compromisso de resgatar isso. Não faz sentido votar a matéria antes que isso seja feito. Embora o Governo possa amanhã editar medida provisória concedendo crédito suplementar em razão das eleições, o Tribunal Superior Eleitoral está sendo muito prejudicado. O TSE está ficando com recursos que ele precisa usar já, imediatamente, no início do ano, até para adequar seu sistema de informática. Não podemos deixar esse vácuo, daí por que apelamos ao Sr. Relator-Geral, no sentido de que reponha esses recursos.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, a bancada de Sergipe teve aprovada parcialmente uma relação de destaques. Quando V.Exa. se referiu aos destaques parcialmente aprovados do Estado de Sergipe, só citou um. Quero saber se todos os destaques que constam dessa relação vão ser votados, porque V.Exa. só se referiu a um.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – De V.Exa.?

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São vários. V.Exa. é dos que mais destacou.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Na bancada do Estado de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – V.Exa. se referiu, então, a todos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Li todos.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Então agradeço a V.Exa. Muito obrigado.

É que eu estava preocupado com a chegada do Dr. Jorge e tive que sair um pouco. Deve ter sido isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Isso é natural, Senador. A Mesa não se esquece de V.Exa. Todos os seus pleitos aqui foram bem conduzidos. Seus direitos estão muito bem resguardados.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, existe algum destaque aprovado parcialmente que esteja sendo desconsiderado nessa votação em bloco? Faço a pergunta para evitar que algum Deputado seja inadvertidamente prejudicado. Não havendo, podemos continuar.

A pergunta é simples. Existe algum destaque que tenha sido retirado para ser votado em separado dos que foram parcialmente recomendados para aprovação?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não, ainda não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Outra observação, Sr. Presidente, para protegê-lo. Ao ler a errata, V.Exa. leu apenas o número do destaque. Quando V.Exa. leu os outros destaques, também leu os números, mas a relação continha um valor. Quando o atendimento é parcial, é preciso saber o valor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu não disse o valor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – A errata exige o valor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nós vamos votar a errata depois, na aprovação parcial.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Então eu vou precisar de uma cópia dela.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa., como todo bom nordestino, é vexado, mas nós vamos chegar lá. Logo depois que votarmos os destaques, votaremos a errata.

Vamos iniciar a votação. No meu entender, a matéria foi devidamente discutida em todos os seus detalhes e pormenores. Acho que está todo mundo satisfeito, bem inteirado da matéria. O Deputado João Grandão ainda tem alguma dúvida?

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Não, Sr. Presidente, estou apelando para que V.Exa. inicie a votação. Minha dúvida era a mesma do Deputado Virgílio Guimarães, mas pelo que entendi vamos votar em separado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Podemos votar, então.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada. Seguindo a determinação do Líder Walter Pinheiro, o PT se abstém de votar, porque concorda com alguns acolhimentos, mas discorda de outros, sobretudo do que trata do Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovado, com abstenção do PT.

(Não identificado) – Então ele tem que retirar o destaque. Se ele está se abstendo, tem de retirar o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Em abstenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovado no Senado da República, com abstenção do Senador Tião Viana.

Vamos votar agora a errata, a pedido do nobre Deputado José Carlos Aleluia.

Vamos ler a errata.

Destaque nº 0056. Onde se lê "parecer aprovado parcialmente", leia-se "parecer rejeitado".

Destaque nº 0058. Onde se lê "parecer aprovado parcialmente", leia-se "parecer rejeitado".

Destaque nº 1067. Onde se lê "parecer aprovado parcialmente", leia-se "valor concedido: 2,7 milhões...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – É preciso saber o nome do autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não tem nome de autor aqui. Depois nós diremos o nome do autor.

O SR. SENADOR SAMPAIO DÓRIA – No relatório tem o nome dos autores, Deputado José Carlos Aleluia, por ordem numérica. Portanto fica fácil manusear.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Leia-se "valor concedido: 2,7 milhões". Não, zero.

Destaque nº 1167. Parecer rejeitado. Valor concedido: zero. Leia-se "valor concedido: 2,7 milhões". Parecer aprovado.

Destaque nº 1218. Onde se lê "parecer aprovado parcialmente", leia-se "parecer rejeitado".

Destaque nº 1274. Onde se lê "parecer rejeitado", leia-se "parecer aprovado parcialmente, com recursos do Destaque nº 1218".

Destaque nº 1310. Onde se lê "parecer rejeitado, Modalidade 30, título Desenvolvimento da Infra-Estrutura de Transporte do Estado do Tocantins", leia-se "parecer aprovado parcialmente, Modalidade 90, título BR-153, Tocantins – Adequação de Travessia em Perímetros Urbanos no Estado do Tocantins".

Destaque nº 1488. Onde se lê "parecer rejeitado", leia-se "parecer aprovado com recursos da emenda 71090014, no valor de 5 milhões".

Destaque nº 1625. Onde se lê "valor concedido: 4,5 milhões", leia-se "valor concedido: 1,5 milhão".

Destaque nº 1689. Onde se lê "valor concedido: 7,2 milhões", leia-se "valor concedido: 2,2 milhões".

Destaque n.º 1690. Onde se lê "valor concedido: 6 milhões e 750 mil", leia-se "valor concedido: 1 milhão 750 mil".

Destaque nº 1691. Onde se lê "valor concedido: 6,3 milhões", leia-se "valor concedido: 1,3 milhão".

Destaque nº 1965. Onde se lê "valor solicitado: 1 milhão, parecer aprovado integralmente", leia-se "valor solicitado: 10 milhões, parecer rejeitado".

Destaque nº 1963. Onde se lê "parecer rejeitado", leia-se "parecer aprovado com recursos do Destaque nº 1965".

Destaque nº 1981. Onde se lê "valor concedido: 14 milhões", leia-se "valor concedido: 7 milhões".

Em votação na Câmara dos Deputados a errata que acaba de ser lida.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada no Senado Federal.

Agora, vamos aos destaques com parecer pela rejeição.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, posso fazer uma proposta à Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. está com a palavra.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – O Relator-Geral aprovou dois destaques, os de nºs 1.563 e 1.565, da iniciativa do Deputado Jorge Alberto, que já chegou em Brasília e está a

caminho. Entretanto, pode ser que não dê tempo até o final da sessão.

Sr. Presidente, dois destaques de minha autoria com o mesmo objetivo foram rejeitados pela Relatoria, com o mesmo valor. Proponho à Mesa, tendo em vista que o Deputado Jorge Alberto ainda não chegou neste plenário, que o Sr. Relator acate um pedido nosso da bancada de Sergipe, que houvesse a transposição, uma vez que não haverá aumento de despesa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sr. Senador, ainda não é o momento. Vamos chamar quando oportuno.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, os dois destaques do Deputado Jorge Alberto já foram votados e aprovados.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Já foram aprovados?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os destaques do Deputado Jorge Alberto já foram aprovados.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos chamar os Parlamentares que têm destaques aqui. Primeiramente, o Deputado José Carlos Aleluia, que tem os Destaques de nºs 1 a 1.041.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, eu necessitaria de uns cinco minutos para encaminhar os 1.041 destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não é encaminhamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – O Regimento Interno me assegura cinco minutos para cada um. Estou pedindo cinco minutos para os 1.041 destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estou de acordo. É com imenso prazer que este Plenário vai ouvi-lo, nesses poucos minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Quero deixar registrado, Sr. Presidente, mais uma vez, que o objetivo desses 1.041 destaques é absolutamente um só: o que pretendo é que o Congresso Nacional diga se quer, ou não, criar as condições para o Presidente da República sancionar a correção da tabela do Imposto de Renda. A correção da tabela do Imposto de Renda, aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, representa um avanço, mas também uma redução de 3 bilhões e 600 milhões de reais nas receitas do Imposto de Renda, 1 bilhão e 800 bilhões dos Municípios e dos Estados e 1 bilhão e 800 milhões do Tesouro da União.

Assisti às explicações do Relator e tenho de divergir de S.Exa. Usamos dois pesos e duas medidas. No instante em que deveríamos considerar a redução de receitas decorrentes da tabela do Imposto de Renda, não consideramos. Mantivemos no Orçamento a receita de 1 bilhão e 800 milhões, que só se concretizará se o Presidente da República vetar a correção da tabela. Isso representa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que o Congresso Nacional, ao rejeitar os meus destaques, está dizendo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso: "aprovamos a correção da tabela, mas não aprovamos a redução da receita". Deixamos o Presidente da República com duas alternativas: uma, a de vetar a correção da tabela; outra, a de fazer contingenciamentos que retira do Congresso Nacional o poder alocativo, que tanto temos lutado para recuperar.

Quero registrar que, no momento em que tivemos que considerar a receita advinda da contribuição dos inativos, cometemos outro erro.

Ora, consideramos uma receita de algo que não votamos, e desconsideramos uma perda de receita de algo que votamos. Mantenho os meus destaques. Solicito que votemos em globo. E aqueles que quiserem efetivamente dar um sinal ao Presidente da República de que estão de acordo com a correção da tabela do Imposto de Renda têm de votar "sim" aos meus destaques.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Peço a palavra para encaminhar, Sr. Presidente, pelo PDT.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Peço a palavra para orientar a bancada do PT, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, em nome do PDT, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O segundo Parlamentar que tem destaques que vamos consultar, seguindo a lista, é o Senador Tião Viana, o que S.Exa. mantém e o que retira.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, V.Exa. não vai colocar em votação?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, vamos terminar um para começar outro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os Destaques nºs 1.042, 1.043, 1.046...

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Vai desistir dessa?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pediram votação em separado. Destaques nºs 1.047 e 1.050.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Peço o cancelamento dos nºs 1.044, 1.045, 1.049, 1.051...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais, V.Exa. considera retirados?

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – É porque V.Exa. perguntou...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Repita os destaques que V.Exa. quer que se vote em separado.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Já pedi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só esses. Os demais são retirados.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Vou repetir os cinco, então: Destaques nºs 1.042, 1.043, 1.046, 1.047 e 1.050. Para esses, eu peço votação em separado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais são retirados?

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos ao próximo Parlamentar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, nós não vamos acabar um para começar outro?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, para esclarecer. Uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente, a sugestão de encaminhamento foi minha.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só estou cumprindo a decisão do plenário.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, não, Sr. Presidente, eu acho que...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu sei, Sr. Presidente, é sobre a decisão do Plenário. V.Exa. completa até o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um momento. Um de cada vez.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – V.Exa. poderia completar os destaques do Deputado José Carlos Aleluia, depois os do Senador Tião Viana, caso contrário não vamos acabar nunca. V.Exa. vai ter de repetir tudo de novo. Termina o Deputado José Carlos Aleluia, até o 1.041. Aí começa o Senador Tião Viana, depois o Deputado Narcio Rodrigues, depois a Deputada Laura Carneiro, depois a Deputada Zila Bezerra, e assim por diante. Senão V.Exa. vai ler duas vezes a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, V.Exa. disse que foi uma decisão do Plenário. Acho que a decisão do Plenário deve ser cumprida. Porém, há uma metodologia para cumpri-la. Entendo que a metodologia mais correta é a da nobre Deputada Laura Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A ordem dos fatores não altera o produto, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Altera.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. é um grande Parlamentar e sabe disso.

Vamos prosseguir.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, a leitura que faço é no sentido de que altera. Porque V.Exa. vai consultar todos, Deputados ou Senadores; depois então retoma novamente. Vamos gastar um tempo desnecessário. Se fizer a votação dos destaques do Deputado José Carlos Aleluia e depois os do Senador Tião Viana...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Lael Varella, V.Exa. retira todos os que foram rejeitados?!

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, face à argumentação do Deputado José Carlos Aleluia, peço a V.Exa. que antes de colocar em votação os destaques de autoria de S.Exa., eu possa ouvir o Relator-Geral, devido à importância das observações que S.Exa. fez aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – No final S.Exa. falará. O Deputado Lael Varella retirou todos.

Deputado Átila Lins, V.Exa. quer manter algum destaque ou quer retirar todos?

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – Excelência, vou manter apenas o de nº 1.068.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais V.Exa. retira. Mantém o de nº 1.068.

Deputado Coriolano Sales, V.Exa. retira todos ou vai deixar algum?

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – Sr. Presidente, eu só tenho um destaque. É um destaque muito importante para a continuidade...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não precisa justificar. V.Exa. quer que vote separadamente?

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – Mantenho. Quero quer vote e que o Relator acolha.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual o número?

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – O de nº 1.076.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Será acatado.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – Inteiramente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Narcio Rodrigues. *(Pausa.)*

O nobre Deputado Narcio Rodrigues está ausente.

Fica prejudicado pela ausência do nobre Deputado.

Retirar todos.

O próximo é da Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, eu imaginava outro tipo de encaminhamento, mas, enfim, eu só retiro os Destaques nº 1.091...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual é o que fica para ser votado separadamente?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – V.Exa. quer que eu diga um a um. Concordo. Três de títulos, que era só alterações de título; poderíamos ter resolvido antes, mas, enfim... Os de nºs 1.082, 1.085, 1.088... São apenas alterações do subtítulo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais serão retirados?!

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não, de jeito nenhum! Os de nºs 1.083, 1.084, 1.086, 1.087, 1.089, 1.090...

Vou repetir.

Os que não são relacionados a títulos: os de nºs 1.083, 1.084, 1.086, 1.087, 1.089, 1.090, 1.092. Eu posso retirar o de nº 1.098 porque o Deputado Jorge Bittar já foi atendido, e, portanto, a bancada foi atendida e não precisa... Ainda posso retirar os destaques de nºs 1.103...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais V.Exa. retira?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Não. Agora são os da Comissão, Sr. Presidente. Eu vou ler e depois retiro na hora. Assim é impossível. Os de nºs 1.103, 1.104, 1.105, 1.106 e 1.107. Permanecem todos esses. Eu ia dizer os que eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais V.Exa. retira?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Os demais retiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais V.Exa. retira.

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, quero destacar apenas o de nº 1.108.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais V.Exa. retira.

Concedo a palavra à Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 2.037, 2.029, 2.027, 2.030 e 2.024.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais V.Exa. retira?

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – Retiro todos. Vou repetir, Sr. Presidente: Destaques nºs 2.037, 2.029, 2.027, 2.030 e 2.024.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Ariston Andrade.

O SR. DEPUTADO ARISTON ANDRADE – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 1.119, 1.120 e 1.121, para evidentemente discuti-los e serem submetidos a votação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Jovair Arantes.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, estou fazendo um requerimento para que permaneçam os Destaques nºs 1.129, 1.137, 1.123 e o 1.135. O resto eu retiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Juquinha.

O SR. DEPUTADO JUQUINHA – Sr. Presidente, retiro todos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Todos?! O Deputado Juquinha retira todos.

Concedo a palavra ao Deputado João Caldas. *(Pausa.)*

O Deputado João Caldas está ausente.

Fica prejudicado pela ausência.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, quero manter só o Destaque nº 1.274; os demais eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O resto V.Exa. retira?

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Retiro, Sr. Presidente, para dar um bom exemplo ao andamento da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Narcio Rodrigues.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 1.078, 1.151, 1.156, 1.161 e 1.172; os demais eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 1.193 e 1.195.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira os demais?

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Sr. Presidente, mantenho o Destaque nº 1.201 e o 1.207; retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, apresentei dois destaques, o de nº 1.210 e o de nº 1.211. Mantenho o requerimento para que os dois sejam votados separadamente. Repito: 1.210 e 1.211.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sr. Presidente, mantenho o Destaque nº 1.212. Retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Braga. *(Pausa.)*

Ausente.

Prejudicado pela ausência.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Roberto.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Sr. Presidente, V.Exa. sempre muito atencioso comigo por ser conterrâneo da sua querida mãe.

Mantenho os de nºs 1.470, 1.469 e 1.471, e retiro os demais para não dar mais trabalho a ninguém e nem ter trabalho também, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Presidente, ficarei somente com o Destaque nº 1.220. É meu e do Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira os demais.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Mantenho os Destaques nºs 1.222, 1.223 e 1.224. E retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Mantenho os Destaques nºs 1.237 até 1.246. Todos dizem respeito a TRFs.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Poderia V.Exa. repetir, por obséquio?

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Mantenho os Destaques nºs 1.237 a 1.246, em seqüência. E retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Almir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, o conteúdo do meu requerimento é claro e insofismável. Solicitei a votação em separado dos Destaques nºs 1.252 a 1.257. Não há necessidade de eu reafirmar o pedido que fiz de votação em separado. Nós não estamos criando um procedimento diferente do Regimento.

V.Exa. deveria, com certeza, caso a caso, de acordo com a ordem cronológica, submeter à apreciação de quem quer, e, na hora "h", retira, se for o caso. Não entendo o porquê desse procedimento. Mas o meu requerimento não é de inclusão de destaque nem de retirada. O destaque é o intento modificativo do relatório. Ele foi oferecido em tempo hábil. E agora o meu pedido é, exatamente, essa votação em separado.

Ora, Sr. Presidente, a luta pelo Direito, segundo a lição de Von Ihering, é a essência do Direito, porque

o Direito é luta na sua essência. E eu tenho que lutar pelos interesses da minha terra, da minha gente, e pelos interesses coletivos com as emendas que ofereço; por exemplo, ao Sistema Sarah, e nada mais do que isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Mesa desconsiderou aqueles requerimentos anteriores. Vamos em frente, está encerrada a questão.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs: 1.258, 1.259, 1.260, 1.262, 1.263, 1.267 e 1.268. Retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Todos os destaques do Deputado Wilson Braga estão prejudicados pela ausência.

Concedo a palavra ao Deputado Eujácio Simões.

(Não identificado) – Sr. Presidente, à exceção daqueles já votados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os que já foram votados, nobre Deputado, V.Exa. sabe que os que já foram votados é assunto liquidado.

(Não identificado) – Para ficar registrado na fita.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É matéria vencida.

Concedo a palavra ao Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Mantenho os Destaques nºs 1.288, 1.289, 1.290, 1.291, 1.292, 1.293, 1.294, 1.295 e 1.296. Os demais eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Luciano Castro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Mantenho o Destaque nº 1.298.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira os demais.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs: 1.308, 1;309 e 1.318. Retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu tinha os destaques de 1.270 a 1.893. Muito poucos destaques. Vou retirar em função da Mesa, da boa vontade que acredito que o Relator terá com o Semi-árido nordestino e com a Universidade Federal da Bahia. Vou manter apenas os Destaques nºs 1.781, 1.198, 1.354 e 1.355. Estou trocando 600 destaques por apenas quatro destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Clementino Coelho. *(Pausa.)*

Ausente.

Prejudicado pela ausência.

Concedo a palavra ao Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Sr. Presidente, como subscrevi os destaques do meu Partido, o PPS, tenho de manter os de nºs 1.378, 1.379, de autoria do Deputado Clementino Coelho...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. não pode.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Eu assinei conjuntamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só os que estão no nome de V.Exa.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Estão assinados com o meu nome e o do Deputado Clementino Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Na relação aqui só há um autor. Esses dois que V.Exa. mencionou são do Deputado Clementino Coelho.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Estão subscritos por mim também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O segundo é apoiamento, não é considerado aqui, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Os de nºs 1.390 e 1.391, subscrito por mim, mas de autoria do Deputado Regis Cavalcante, 1.383, Bancada da Comissão da Amazônia e o de nº 1.382, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. poderia repetir, por favor?

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Destaques nºs 1.390, 1.391, 1.382 e 1.383. Os demais retiramos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, mantenho os Destaques para a votação em separado de nºs 1.392, 1.347, 1.449, 1.450, 1.452, 1.453, 1.454, 1.455, 1.456, 1.457, 1.458, 1.459, 1.460, 1.461, 1.462, 1.463, 1.464, e retiro o 1.465.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retira os demais?!

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Retiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 1.408, 1.409 e o 1.410. Retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha. *(Pausa.)*

Ausente.

Prejudicado pela ausência.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges. *(Pausa.)*

Ausente.

Prejudicado pela ausência.

Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – Sr. Presidente, mantenho os dois destaques: um em favor dos deficientes físicos, para atender a emenda da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, e outro na área de saúde...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa., por obséquio, mencione o número dos destaques.

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – São os de nºs 1.424 e 1.425. Mantenho os dois.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira os demais?

O SR. SENADOR RONALDO CUNHA LIMA – São apenas esses dois.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Ricarte de Freitas.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 1.427, 1.429, 1.430, 1.437, 1.439 e 1.440. Retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Pedro Henry.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Sr. Presidente, gostaria de manter todos os meus destaques feitos, porque entendo que teremos de ter um entendimento para a readequação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os números, por favor.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Destaques nºs 1.441, 1.442, 1.443,1.444, 1.445, 1.446, 1.534, 1.535, 1.536, 1.537, 1.538, 1.539, 1.540, 1.541, 1.542, 1.543, 1.544. Gostaria de mantê-los.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Só?

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – É um para cada emenda de Bancada, Deputado Fernando Coruja, do Estado de Mato Grosso, que são do interesse da Bancada. Estou defendendo o interesse da Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira os demais.

Concedo a palavra ao Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, conhecendo o orçamento, se o Relator tivesse mais uns 5 bilhões, talvez desse para atender um pouco mais a esses destaques. Mas, como o nosso papel é participar do processo de obstrução, vou pedir destaque para cerca de um terço dos que tenho. São os de nºs 1.478, 1.479, 1.480, 1.482, 1.483, 1.484, 1.485, 1.487, 1.489, 1.490, 1.491. São destaques da Bancada do Estado do Espírito Santo, e o Destaque de nº 1.492, da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Para efeito de debate político sobre conteúdo das emendas apresentadas pela Bancada do Espírito Santo, sabendo que o Relator não dispõe de recursos para acolher os nossos 300 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Orlando Desconsi. *(Pausa.)*

Ausente.

Prejudicado pela ausência.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero retirar, para facilitar o trabalho de V.Exa. e de todos nós. Eu cometi o equívoco de falar que manteria todos. Eu quero retirar os Destaques nºs 1.543 e 1.544.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Já foi aprovado parcialmente. Então, seria só a mudança de uma modalidade de aplicação. Quero retirá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não tem de retirar nada! Ele não deveria nem constar desta lista.

(Não identificado) – Parcial; se mantiver, perde.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já foi aprovado. A matéria está julgada. O seu julgamento é irreversível. O destaque foi acatado parcial-

mente. Isso aqui não altera nada, porque a Comissão já aprovou.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, nobre Relator, eu sei que nós faremos apenas um debate, tendo em vista as dificuldades que tivemos para chegar a um entendimento. Para o debate, constarão os Destaques nºs 1.510, 1.512, 1.514, 1.515, 1.517, 1.518 e 1.520.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira os demais?!

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Vou contribuir, Sr. Presidente, com quatro destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, vou manter os Destaques nºs 1.521, 1.522, 1.523, 1.524, 1.525, 1.526 e 1.527, que se referem à Justiça Eleitoral dos Estados. Manterei, igualmente, os Destaques nºs 1.529, 1.530, 1.531, 1.532 e 1.533, que se referem à Saúde, principalmente para ajudar a recompor o mínimo constitucional.

Há outros destaques que se referem a emendas estaduais de bancada. O Destaque nº 1.588 está mantido; o Destaque nº 1.589 diz respeito ao salário mínimo – para este nós vamos querer votação nominal. O Destaque nº 1.589 está mantido, bem como os Destaques nºs 1.590, 1.591 e 1.592. O Destaque nº 1.677 está retirado; os Destaques nºs 1.678, 1.679, 1.680 e 1.796 estão mantidos, sobretudo este último.

Talvez eu retire outros dois destaques. De início, eu me proponho a retirar os Destaques nºs 1.679 e 1.680, embora tenha dito que ficariam mantidos, mas, para ajudar na tramitação, retiro-os. Lembro que o Destaque nº 1.796, que está mantido, diz respeito exatamente à recomposição do recurso do TSE.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu passo a Presidência ao Deputado Santos Filho.

(Assume a Presidência o Deputado Santos Filho.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, eu gostaria de manter apenas os Destaques nºs 1.546 e 1.548, e retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Senador Antero de Barros, V.Exa. retira os demais?

O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, eu mantive apenas os Destaques nºs 1.546 e 1.548. Retiro os demais.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges para uma questão de ordem.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Sr. Presidente, tendo em vista a saga que exige ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Senador, antecipo a V.Exa., que acabou de chegar agora da viagem de avião, que, no final, será analisada a situação de V.Exa. e do nobre Deputado Jorge Alberto, de Sergipe, já que estavam voando e só chegaram à reunião agora.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Não, eu não estava voando, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Sr. Presidente, quero retirar todos os destaques que há pouco eu disse que manteria. Eu não sabia que já tinha havido entendimento com a bancada; portanto, quero retirar todos os destaques que foram rejeitados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado Pedro Henry.

Com a palavra o nobre Deputado Paulo Braga.

O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA – Sr. Presidente, eu mantenho os Destaques nºs 1.914 e 1.917, e retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Jorge Alberto. É o mesmo caso? Já foi votado, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Sr. Presidente, a título de confirmação, os meus dois destaques foram aprovados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exatamente, já foram aprovados parcialmente, nobre Deputado Jorge Alberto.

Nobre Deputado Jorge Alberto, os demais, que são pela rejeição, V.Exa. os retira?!

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – Os demais eu retiro, Sr. Presidente. Permanecem apenas os Destaques nºs 1.563 e 1.565.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Já foram votados e acolhidos parcialmente, nobre Deputado Jorge Alberto.

Com a palavra o nobre Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, a bancada de Sergipe está parcialmente satisfeita, porque, integralmente, é impossível. Diante do atendimento dos destaques do Deputado Jorge Alberto, eu retiro todos os destaques que apresentei.

Na oportunidade, parabenizo V.Exa. pelo trabalho que está desenvolvendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Muito obrigado, nobre Senador Valadares.

Com a palavra o nobre Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO– Sr. Presidente, temos três destaques e gostaríamos de mantê-los. Trata-se dos Destaques nºs 1.595, 1.594 e 1.593, evidentemente, na ordem inversa. Por que gostaríamos de mantê-los, ainda que não seja este o momento da discussão? O fato é que, em relação a estes destaques, praticamente nada foi atendido quanto à agricultura familiar e aos recursos para assentamentos.

Nós temos dois destaques que dizem respeito a esta questão e mais um, que se refere à drenagem em Mato Grosso do Sul.

Mantemos, portanto, os três destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Sr. Presidente, eu mantenho os Destaques nºs 1.596 a 1.605, em seqüência, e retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Por favor, nobre Senador, V.Exa. poderia repetir?

O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Sr. Presidente, eu mantenho os Destaques nºs 1.596 a 1.605, na seqüência, e retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Paulo Mourão.

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – Sr. Presidente, eu mantenho o Destaque nº 1.621, que diz respeito ao Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins, e retiro os demais.

Na oportunidade, parabenizo V.Exa. e o Relator, Deputado Sampaio Dória, pelo grande trabalho que vêm desenvolvendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Carlos Batata.

O SR. DEPUTADO CARLOS BATATA – Sr. Presidente, tendo em vista o bom andamento da votação do Orçamento, a bancada de Pernambuco está parcialmente satisfeita – mais seria impossível. Retiro todos os destaques que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado Carlos Batata.

Com a palavra o nobre Deputado Márcio Reinaldo Moreira. *(Pausa.)*

Chamaremos em seguida o nobre Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Com a palavra o nobre Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI – Sr. Presidente, mantenho o Destaque nº 1.792 e retiro os demais 35 rejeitados, da Agência Nacional das Águas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY – Retiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado Khoury.

O Nobre Deputado José Carlos Aleluia tem alguns destaques fora daquela série.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, só tratei dos assuntos daquela série porque entendi que seria votada em seguida.

Eu retiro os demais destaques, à exceção do Destaque nº 1.943, e o faço por solicitação do Deputado do meu partido que está exercendo o cargo de Ministro dos Esportes. Trata-se de uma rodovia em Minas Gerais, de interesse do Deputado.

Ademais, mantenho o Destaque nº 1.942, voltado para a área de esportes, capacitação de recursos humanos em esportes. Mantenho o Destaque nº 1.934, de pleito eleitoral. Mantenho apenas estes três destaques e a série que vai de 1 a 1.041, que eu solicitei fosse votada em bloco.

Da minha parte, são quatro votações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, mantenho o Destaque nº 1.765, que diz respeito à infra-estrutura urbana na cidade de Salvador, o Destaque nº 1.549, e retiro os outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, mantenho o Destaque nº 1.681 e retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Com a palavra o nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, retiro o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos retira o seu destaque, que já foi parcialmente acolhido.

Como o Senador Carlos Bezerra não se encontra no momento, nós o chamaremos em seguida.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Celso. *(Pausa.)*

S.Exa. fica prejudicado pela ausência.

Com a palavra o nobre Senador Nabor Júnior. *(Pausa.)*

Como S.Exa. estava presente há poucos instantes, também será chamado em seguida.

Com a palavra a nobre Deputada Lidia Quinan.

A SRA. DEPUTADA LIDIA QUINAN – Eu retiro o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputada.

O SR. SENADOR RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, acredito que V.Exa. saltou o meu nome, Senador Ricardo Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. será chamado depois da nobre Deputada Lidia Quinan.

Com a palavra o nobre Senador Ricardo Santos.

O SR. SENADOR RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 1.856, 1.857 e 1.858.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, mantenho apenas o Destaque nº 1.864.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Senador, V.Exa. retira os demais destaques?

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO – Sim, Sr. Presidente, retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Senador Jonas Pinheiro.

Por favor, nobre Senador Jonas Pinheiro, repita o número do destaque, pois a nobre Deputada Lidia Quinan está levantando uma dúvida.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, é o Destaque nº 1.864.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Sim, o Destaque nº 1.864. Aqui também aparece como destaque do nobre Deputado João Coser.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, deve ter havido algum erro, este destaque foi apresentado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Já vamos verificar, para que se esclareça a dúvida.

Cometeu-se um erro de digitação: o destaque, na verdade, é da autoria do nobre Senador Jonas Pinheiro. Fica, portanto, mantido o seu Destaque nº 1.864, e retirados os demais.

Com a palavra a nobre Deputada Zila Bezerra. *(Pausa.)*

No momento, S.Exa. não está presente.

Com a palavra o nobre Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 1.880 e 1.883. Os demais eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado Divaldo Suruagy.

Com a palavra o nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 1.961, 1.962 e 1.964. Retiro o Destaque nº 1.960, que foi atendido por meio de um destaque do Deputado Átila Lira, e o outro, o Destaque nº 1.963, que também foi atendido pela troca com o do Sarah.

São três, portanto, os destaques que eu mantenho – todos referentes ao FUST.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, retiro todos os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado Alberto Goldman.

Com a palavra o nobre Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 2.000 e 2.001, de interesse da bancada da Bahia, e os Destaques nºs 2.248, 2.249, 2.250, 2.251, 5.253 e 5.455, para recomposição das dotações de custeio para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – o Sul e o Sudeste tiveram recomposto, e a Região Nordeste não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. retira os demais, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Todos os demais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 1.845, 1.846, 2.012, 2.008, 2.016, 2.064 e 2.065, e retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, o Deputado Carlos Batata disse que a bancada de Pernambuco estava satisfeita. Eu apenas deixarei aqui os destaques de Comissões e nacionais: Destaques nºs 2.040, 2.041, 2.057, 2.059, 2.060 – este relativo à ponte do Senador José Coelho –, 2.061 e 2.062. Eu gostaria de ter a atenção do Sr. Relator-Geral para esses destaques, principalmente para o da ponte de Petrolina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Retira os demais, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Retiro os demais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado Gonzaga Patriota.

Com a palavra o nobre Deputado Zé Gomes da Rocha. *(Pausa.)* Ausente.

Os destaques estão prejudicados pela ausência.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, apesar da obstrução da Mesa por três horas, vou contribuir, retirando os de nºs...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, primeiro V.Exa. me diga os que quer manter.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Acho que é melhor inverter, porque a lista é maior.

(Não identificado) – Obstrução é citar um a um dos que S.Exa. tem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Retiro os Destaques nºs 2.076, 2.084, 2.122, 2.073, 2.075, 2.085, 2.086, 2.087, 2.088, 2.098, 2.100, 2.105, 2.106, 2.107, 2.108, 2.109, 2.112, 2.121, 2.136, 2.137, 2.138, 2.139, 2.152, 2.163, 2.166, 2.174, 2.175, 2.176, 2.184, 2.185, 2.186, 2.187, 2.196.

Mantenho os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado pela obstrução, nobre Deputado!

Com a palavra a Deputada Zila Bezerra, que se encontrava ausente, fazendo um lanche.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Qual o número do destaque, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Quero saber o destaque que V.Exa. deseja manter para discutir. Se V.Exa. já foi atendida, pode...

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Sr. Presidente, fui atendida com relação a três. Tenho mais três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Quer mantê-los ou retirá-los?

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Quero manter os três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Precisamos saber os números.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Um momentinho, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. falará mais tarde.

Com a palavra o nobre Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, antes gostaria de levantar uma questão de ordem. Destaquei quinze emendas do Estado de Santa Catarina. Elas foram acatadas parcialmente na hora em que foram votadas; estou destacando para ampliar o valor. Minha questão de ordem, igual à que o Deputado Alberto Goldman fez há pouco, é a seguinte: se não for aprovado o destaque para ampliação do valor, se ele for rejeitado, como ficará a emenda em si?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não há problema nenhum, nobre Deputado Fernando Coruja. Os destaques estão com valor concedido zero, até agora. V.Exa. pode pedir que sejam mantidos esses destaques. Se não forem acolhidos, permanecem os valores anteriores.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Permanecem os anteriores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exato.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Então, peço que sejam mantidos os Destaques de nºs 2.198 a 2.212. São quinze destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Sr. Presidente, os destaques a serem mantidos são os de nºs 1.869, 1.870 e 1.871.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Sr. Presidente, mantenho o Destaque nº 2.219, do Aeroporto do Zumbi dos Palmares, e retiro todos os outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Sr. Presidente, mantenho apenas e tão-somente o Destaque nº 2.221.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – E retira os demais, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Retiro. Sinto-me atendido pela bancada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o nobre Deputado Osvaldo Reis. *(Pausa.)* Ausente.

Fica prejudicado pela ausência.

Com a palavra o nobre Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 2.260, 2.261, 2.262 e retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Senador Gilvam Borges.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Sr. Presidente, consideramo-nos atendidos nos nossos pleitos em 99,9%. Portanto, ficamos bastante satisfeitos com o atendimento dado pelos Relatores e Sub-Relatores e também com a condução dos trabalhos do Orçamento por esta equipe fabulosa.

Apresentamos apenas um destaque, o de nº 1.413.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. mantém o Destaque nº 1.413?

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Mantemos o Destaque nº 1.413.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Senador.

Com a palavra o nobre Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – Sr. Presidente, mantenho os Destaques nºs 2.275 e 2.276. Retiro os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, nobre Deputado.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra, pela ordem, a Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Sr. Presidente, retiro os três destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Muito obrigado, nobre Deputada Zila Bezerra.

A Mesa pergunta se algum Sr. Senadores ou Sr. Deputado ainda não foi chamado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, fui chamado, mas, por lapso, deixei de pedir que votasse em separado o Destaque nº 1.935, da Justiça Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Destaque nº 1.935.

Todos os Srs. Parlamentares que tiveram destaques rejeitados e tiveram interesse em pedir já o fizeram. Está prejudicado o do Deputado Agnelo Queiroz, pela ausência.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Gonzaga Patriota, V.Exa. pede a palavra para uma questão de ordem?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Não, eu só queria confirmar o Destaque nº 2.038. Parece-me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Um momento só, Deputado.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – ... que pedi para destacá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O Destaque nº 2.038, não.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Eu gostaria de incluí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pois não, nobre Deputado. Destaque nº 2.038.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)*

Prejudicado pela ausência.

Já tendo sido todos os destaques rejeitados levantados perante o Plenário, vamos colocar em votação, primeiro, os do nobre Deputado José Carlos Aleluia, do nº 1 a 1.041, em globo.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, dada a relevância do assunto, solicitei à Presidência – e entendi que minha questão tinha sido aceita – ouvirmos o Relator antes da votação dos destaques do Deputado José Carlos Aleluia, que alega que a não-aprovação dos destaques irá ensejar o veto no projeto do Imposto de Renda.

Eu gostaria que o Relator explicasse por que não suprimiu das fontes de receita o montante que será reduzido, se, eventualmente, o projeto vier a ser sancionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Senador, a questão levantada por V.Exa. já foi respondida pelo Relator-Geral na sessão da semana passada.

Lembro ao Plenário que os destaques propostos pelo nobre Deputado José Carlos Aleluia eliminam todos os destaques e emendas de Parlamentares. É importante que isto fique bem claro: se forem acolhidos, não haverá recurso para as emendas de destaque dos Deputados.

(Não identificado) – Pelo contrário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, preço a palavra para que seja estabelecida a clareza.

(Não identificado) – O Deputado José Carlos Aleluia sonegou essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Aleluia. Depois a concederei a V.Exa., nobre Senador Lúcio Alcântara.

Na realidade, ouvirei depois o Relator, que não se encontrava no momento em que V.Exa. levantou sua questão de ordem.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, considerando essa informação de V.Exa., que é da maior importância – pelo menos para mim, pois eu não estava aqui e não sei as razões do Relator –, S.Exa. poderia esclarecer o assunto. Dois minutos bastariam. Acho que isso não dificultará nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Eu preciso esclarecer.

Teve V.Exa. o intuito de deixar claras as coisas, mas, por equívoco, não o fez. Na verdade, não corto todas as emendas dos Deputados. O que proponho é que todos os 1.041 itens de investimento que compõem o Orçamento, os propostos pelo Executivo e pelo Legislativo, sofram um corte linear da ordem de 11% ou 12% para permitir a redução de 1 bilhão e 800, que entendo não serão arrecadados, porque eu e o Congresso queremos que o Presidente sancione a tabela do Imposto de Renda. Se não retirarmos isso, estaremos dizendo ao Presidente que S.Exa. tem o dever de vetar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, quero justamente fazer uma pergunta ao Relator a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pois não.

Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães. Depois, passarei a palavra ao Relator a fim de que S.Exa. responda às três questões relacionadas ao mesmo assunto.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O que direi é extremamente pertinente.

O nobre Relator informou no início da reunião que não teria condições legais de fazer o corte antes da sanção do Presidente da República. Mas há uma figura criada, que são as receitas condicionadas. Por suposição se poderia criar também a figura do corte condicionado?

Nobre Relator, o Sr. Presidente da República anunciou que a sanção não será problema, porque S.Exa. tomará as providências no sentido de fazer o ajuste. Ora, se nós não fizermos o ajuste, deixarmos para o Executivo fazê-lo, estaremos abdicando de algo, porque S.Exa. cortará onde achar por bem cortar, fará o contingenciamento e depois as liberações como achar por bem fazer.

A pergunta que faço a V.Exa. é a seguinte: onde está a base legal para dizer que nós próprios não podemos fazer o ajuste, criando a figura oportuna do corte condicionado, acolhendo, dessa forma, as 1.041 emendas do Deputado José Carlos Aleluia, que perderiam o valor caso não houvesse sanção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comuniquei, logo no início dos nossos trabalhos, minha convicção de que, pelo fato de não se tratar formalmente de lei sancionada ou vetada, eu não via como me antecipar à san-

ção ou ao veto do Sr. Presidente da República e promover esses cortes, esses ajustes.

Srs. Deputados Virgílio Guimarães e José Carlos Aleluia, continuo com a mesma convicção, porque estamos concluindo a votação do relatório antes que se tenha dado formalmente o veto ou a sanção.

É óbvio que a hipótese apresentada pelo Deputado Virgílio Guimarães é a mais provável – porém não a mais desejável –, ou seja, estaríamos deixando ao arbítrio do Presidente da República, portanto, do Poder Executivo, o ajuste que melhor lhe conviesse.

Por outro lado, a menos que o Plenário decida o contrário, não me sinto minimamente à vontade para reabrir a discussão do relatório geral aplicando corte linear. Já ficou demonstrado que é muito difícil fazer esse tipo de operação, esse tipo de ajuste, pelo corte que realizamos por decisão dos Líderes da base do Governo de abrir espaço a fim de possibilitar o reajuste do salário mínimo para 200,00 reais.

Continuo partidário da tese de que, no momento em que formalmente se der a decisão do Presidente, o Orçamento já deverá estar nas mãos de S.Exa., e S.Exa. fará o ajuste.

Não tenho dúvida, Srs. Deputados Virgílio Guimarães e José Carlos Aleluia, de que o Presidente da República fará isso com critério. Um exemplo claro: no tocante à proposta de emenda constitucional que envolvia a taxação dos inativos do serviço público, já que o Congresso não se tinha disposto sequer a discutir, muito menos a votar essa receita condicionada que o Poder Executivo teria introduzido na sua proposta, o Ministro Martus Tavares interpelou-me a respeito das providências para o corte em emendas Parlamentares do equivalente àquele 1 bilhão e 400 milhões de reais de receita condicionada frustrada. Eu disse a S.Exa. que, poucos dias antes, o Presidente da República tinha feito aos Líderes da base do Governo uma comunicação no sentido de que, se a Câmara e o Senado aprovassem a correção da tabela do Imposto de Renda conscientes de que essa correção acarretaria uma redução significativa dos recursos advindos dessa tabela, ele, Presidente, se reservava o direito – que a meu ver é absolutamente indiscutível e incontestável – de cortar em emendas de Parlamentares o necessário para restabelecer o equilíbrio do Orçamento. Eu discordava da posição do Ministro Martus Tavares, que pretendia adotar o mesmo critério, ou seja, corte de emendas Parlamentares, para compensar a não-realização da receita resultante da taxação dos inativos do serviço público.

Eu achava que, por coerência, já que se cortariam emendas de Parlamentares para restabelecer o equilíbrio por conta da correção da tabela do Imposto de Renda, deveriam ser revistos e cortados investimentos previstos na proposta original do Poder Executivo para compensar a não-realização da receita decorrente da taxação dos inativos. Esse seria o critério justo e equilibrado.

Tenho certeza de que o Presidente da República haverá de ser justo e equilibrado. A responsabilidade pela aprovação da tabela sem mecanismos compensatórios foi da Câmara e do Senado.

Portanto, essas duas Casas estão absolutamente conscientes de que a eventual adaptação do Orçamento a essa perda de receita se dará pelo corte ou pelo contingenciamento. Imagino que a medida mais drástica a ser adotada será pelo corte de emendas Parlamentares. Assim como para restabelecer o equilíbrio pela não-obtenção de receita sobre a taxação dos servidores públicos inativos devem ser cortados investimentos do Poder Executivo e não emendas Parlamentares. Do mesmo modo, como a isenção da CPMF para operações em Bolsa deve resultar em perda estimada de 400 milhões de reais, também sou da opinião de que esses cortes devam se dar sobre investimentos previstos na proposta original do Poder Executivo e não sobre emendas Parlamentares. A decisão de isentar as operações de Bolsa do pagamento da CPMF foi do Presidente da República e do Ministro Interino da Fazenda, Dr. Amaury Bier.

Trata-se de responsabilidade do Poder Executivo e não do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Prestados os esclarecimentos pelo Sr. Relator, vamos colocar em votação.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para orientar minha bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Vou conceder tempo para orientação, Deputado.

Em votação as emendas mantidas aos Destaques nºs 1 a 1.041, do nobre Deputado José Carlos Aleluia.

Para encaminhar a orientação, cada Líder disporá de 1 minuto.

Pelo PCdoB, concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Miranda para orientar sua bancada.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Não é a primeira vez que tenho o prazer de concordar inteiramente com o Deputado José Carlos Aleluia.

Aumentamos este Orçamento liquidamente em quase 14 bilhões de reais. Se incluirmos a reserva de contingência que veio para as emendas, ultrapassa-

mos 15 bilhões de reais. Não resolvemos o problema do Imposto de Renda, da PEC da saúde nem aumento mais significativo para o salário mínimo. Aumentamos as emendas dos Parlamentares, mas concedemos ao Executivo todas as facilidades para poder cortar depois. Mais ainda. Representará derrota política para o Congresso, que fez um Orçamento inconsistente, e seremos chamados de irresponsáveis. Votamos a alteração da tabela e não fizemos o correspondente corte no Orçamento-Geral da União.

Voto "sim", com o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PDT, Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, como afirmou o Deputado Sérgio Miranda, ampliamos este Orçamento em aproximadamente 15 bilhões de reais.

Fala-se muito em responsabilidade fiscal, tese fundamental do Governo, e fala-se que há um risco muito grande de nos tornarmos a Argentina, quando queremos ampliar o salário mínimo e o gasto será de 1,5 bilhão. Essa ampliação de praticamente 15 bilhões pode ser considerada, do ponto de vista macroeconômico, irresponsabilidade fiscal.

No caso específico do Imposto de Renda, o Deputado José Carlos Aleluia se preocupa em demonstrar ao Congresso que é preciso retirar esse recurso e propõe um corte linear. Só temos de parabenizá-lo e votar a favor de S.Exa., que chama o Congresso à responsabilidade.

Em face disso, votamos "sim" à proposta do nobre Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pelo PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos bastante satisfeitos com o Relator Sampaio Dória ao dizer que a decisão não foi ainda tomada pelo Exmo. Sr. Presidente da República. Não devemos antecipar algo que não aconteceu.

Portanto, votamos "não", com o Relator, aos destaques do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado João Almeida, pelo PSDB. Em seguida, o nobre Deputado Virgílio Guimarães, pelo PT.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, além do que abordou tão bem o nobre Relator, temos de considerar o fato de que neste Orçamento há muitas receitas novas, para as quais não sabemos o desempenho da cobrança.

A própria Oposição insiste que a receita da CIDE será muito maior que a prevista. Há muita novidade sobre fundos de pensões e outras que poderão criar a folga necessária para cobrir a demanda de reajuste da tabela do salário mínimo.

Ademais, Sr. Presidente, este Governo tem-se mostrado muito eficiente na administração desses problemas na boca do caixa.

Nessa visão, o PSDB vota com o Relator, despreocupado, na certeza de que o assunto será bem cuidado pelo Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Virgílio Guimarães, pelo PT.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, nesta votação, que o PT vota "sim" à proposta do Deputado José Carlos Aleluia, estaremos definindo quem é a favor do reajuste da tabela do Imposto de Renda.

Sempre que se falou em reajuste da tabela, em contrapartida, mencionou-se a responsabilidade do Congresso de mostrar onde estariam os cortes. E aí está a resposta. Estaremos definindo também quem assume o fato de que o Congresso terá sua responsabilidade ou quem a delegará ao Presidente da República, uma vez que ao não fazer o corte, a Câmara e o Senado estarão dando a S.Exa. todos os argumentos para vetar. Se ele sancionar, estaremos lhe dando todos os argumentos para fazer o ajuste que bem desejar.

Portanto, ao fazer o corte, estaríamos fazendo também a contrapartida de receitas condicionadas à sanção ou ao veto.

Por essa responsabilidade e por querer assumir aqui a representação do povo brasileiro, votamos "sim" às propostas do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O PT encaminha contra a orientação do nobre Relator.

Com a palavra o nobre Deputado Nelson Meurer, pelo PPB.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – O PPB vota com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Mussa Demes, pelo PFL.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Sr. Presidente, o PFL libera sua bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pelo PL, concedo a palavra ao nobre Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, o PL encaminha o voto "sim" ao destaque do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pelo PPS, concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, falo pelo Bloco/PDT-PPS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O Deputado Fernando Coruja já encaminhou pelo Bloco/PDT, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Pelo PDT. O PPS também vota favorável ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Mas o Líder do PPS está presente. É o Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – S.Exa. me designou para falar pelo Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. razão. Vota pelo Bloco.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Logicamente, devemos ter responsabilidade neste Orçamento. Votar com o Deputado José Carlos Aleluia é ter responsabilidade Parlamentar.

O Presidente da República já chamou a atenção para o fato de que, se sancionar aquilo que aprovamos no Congresso, será necessário fonte compensatória. Daí, estamos dando essa fonte compensatória agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. encaminha "sim" aos destaques do nobre Deputado José Carlos Aleluia?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, é evidente que o Governo gostaria que o Congresso, a exemplo do que fez com o salário mínimo, quando decidiu aumentar a despesa, apontasse também os referidos cortes. A solução proposta pelo Deputado José Carlos Aleluia é alternativa para isso. Entretanto, sendo a solução um corte linear em todos os investimentos, indistintamente, não nos parece que seja a solução mais justa e mais adequada. Mas se trata de solução que se apresentou para o caso até de o Presidente já ter sancionado, neste momento da votação, esta matéria.

Como esta Comissão fala muito em orçamento impositivo, cabe-nos refletir quanto a essa questão, pois, se queremos orçamento impositivo, é preciso que as verbas que asseguram as emendas e os destaques sejam absolutamente seguras para que possam ser executados.

O Governo gostaria que, se fosse aprovada diminuição na receita, houvesse correspondente diminuição na despesa, mas respeita o posicionamento e o encaminhamento dos partidos da base, até porque, como disse o Relator, a matéria ainda não está sancionada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação os Destaques nºs 1 a 1.041, de autoria do nobre Deputado José Carlos Aleluia.

Vamos encaminhar a votação pela rejeição, que é o pronunciamento do Relator.

Em votação o parecer do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, solicito verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedida.

Apoiamento.

(Não identificado) – O PT apóia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Solicito ao nobre Senador Romero Jucá que faça a chamada dos membros da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. orientasse os Parlamentares. Quem vota com o Relator deve dizer "sim" ou "não"?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Quem vota com o Relator vota "sim".

(Não identificado) – Sr. Presidente, o PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O que está em votação são os destaques. O Relator rejeitou os destaques. Quem quiser rejeitar os destaques, vota com o Relator; portanto, vota "não". Quem quiser aprovar os destaques, vota com o Deputado José Carlos Aleluia; portanto, vota "sim".

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, só para esclarecer. Quem vota "sim", vota para que a execução orçamentária seja superior a 20%, como foi este ano.

(Não identificado) – O Deputado José Carlos Aleluia não pode mais fazer encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) **–** A Mesa já falou...

(Não identificado) – O Deputado José Carlos Aleluia não pode mais encaminhar nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A matéria já está em votação, nobre Deputado José Carlos Aleluia.

(Não identificado) – Chega! O Deputado José Carlos Aleluia não manda neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. tem tido toda a condescendência da Mesa.

(Não identificado) – Sr. Presidente, ponha em votação.

O Deputado José Carlos Aleluia não manda neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Alberto Goldman, "não".

Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Com o Relator.

(Não identificado) – O PPB está em obstrução.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Anivaldo Vale, "não".

Deputado Arnon Bezerra.

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Arnon Bezerra, "não".

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)* Danilo de Castro, "não".

Deputado Félix Mendonça. *(Pausa.)*

Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Helenildo Ribeiro, "não".

Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – João Almeida, "não".

Deputado José Carlos Elias. *(Pausa.)*

Deputada Lúcia Vânia. *(Pausa.)* Lúcia Vânia, "não".

Deputado Narcio Rodrigues.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Narcio Rodrigues, "não".

Deputado Paulo Feijó. *(Pausa.)* Paulo Feijó, "não".

Deputado Paulo Mourão.

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – Com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Paulo Mourão, "não".

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Sampaio Dória. *(Pausa.)* Voto conhecido, "não".

Deputado Saulo Pedrosa. *(Pausa.)* Saulo Pedrosa, "não".

Deputada Zila Bezerra. *(Pausa.)* Zila Bezerra, "não".

Deputado Adolfo Marinho. *(Pausa.)* Adolfo Marinho, "não".

Deputado Armando Abílio. *(Pausa.)* Armando Abílio, "não".

Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Batata. *(Pausa.)*

Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – "Não", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Domiciano Cabral, "não".

Deputado Paulo Feijó. *(Pausa.)*

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gonçalves.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES – Com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Fernando Gonçalves, "não".

Bloco PSDB/PTB, completo.

PFL:

Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – "Não", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Antônio Carlos Konder Reis, "não".

Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Divaldo Suruagy, "sim".

Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Jorge Khoury, "sim".

Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – José Carlos Aleluia, voto conhecido, "sim".

Deputado Lael Varella. *(Pausa.)* Lael Varella, "não".

Deputado Luciano Castro. *(Pausa.)* Luciano Castro, "não".

Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Mussa Demes, "sim".

Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Neuton Lima, "sim".

Deputado Osvaldo Coelho. *(Pausa.)* Osvaldo Coelho, "não".

Deputado Paulo Braga.

O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Paulo Braga, "sim".

Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – Com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Com o Relator , "não".

Deputado Santos Filho.*(Pausa.)* S.Exa. não vota, está na Presidência.

Deputado Wilson Braga. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Aracely de Paula. *(Pausa.)*

Deputado Ariston Andrade.

O SR. DEPUTADO ARISTON ANDRADE – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Ariston Andrade, "sim".

Deputado Átila Lins.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – "Não".

PFL, completo.

PMDB:

Deputado Antônio do Valle. *(Pausa.)*

Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – João Matos, "não".

Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Jonival Lucas Junior, "não".

Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – José Borba, "não".

Deputado José Chaves.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CHAVES – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – José Chaves, "não".

Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Marçal Filho. *(Pausa.)*

Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Milton Monti, "não".

Deputado Olavo Calheiros.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Olavo Calheiros, "não".

Deputado Pedro Novais. *(Pausa.)* Pedro Novais, "não".

Deputado Zé Gomes da Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Coriolano Sales.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Coriolano Sales, "não".

Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Darcísio Perondi, "não".

Deputado Eunício Oliveira. *(Pausa.)* Eunício Oliveira, "não".

Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)* Gastão Vieira, "não".

Deputado João Henrique. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Alberto.

O SR. DEPUTADO JORGE ALBERTO – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Jorge Alberto, "não".

PMDB, completo.

Informo ao PT e aos partidos de Oposição que o **quorum** foi alcançado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, uma vez alcançado o **quorum** , o PT orienta o voto "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Gilmar Machado, "sim".

Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – João Coser, "sim".

Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – João Grandão, "sim".

Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – João Magno, "sim".

Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Jorge Bittar, "sim".

Deputado Pedro Celso. *(Pausa.)*

Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Voto conhecido, "sim".

Deputado Carlito Merss. *(Pausa.)*

Deputado João Paulo. *(Pausa.)*

Deputado José Pimentel.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – José Pimentel, "sim".

PT, completo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O Bloco PDT/PPS sai da obstrução e orienta o voto "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – PPB:

Deputado Almir Sá.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Almir Sá, "não".

Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Apesar de achar que o Deputado José Carlos Aleluia tem razão, voto "não", com o meu partido.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – João Leão, "não".

Deputado João Pizzolatti. *(Pausa.)*

Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Márcio Reinaldo Moreira, "não".

Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Nelson Meurer, "não".

Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Roberto Balestra, "não".

Deputado Enivaldo Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado João Tota. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Fernando. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Lessa.

O SR. DEPUTADO PAULO LESSA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Paulo Lessa, "não".

PPB, completo.

Bloco PDT/PPS:

Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Airton Cascavel, "sim".

Deputado Airton Dipp. *(Pausa.)*

Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Giovanni Queiroz, "sim".

Deputado Clementino Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)* Fernando Coruja, "sim".

PDT, completo.

Bloco PSB/PCdoB:

Deputado Alexandre Cardoso. *(Pausa.)*

Deputado Givaldo Carimbão. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sérgio Miranda, "sim".

Deputado Agnelo Queiroz. *(Pausa.)*

Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Gonzaga Patriota, "sim".

Deputada Tânia Soares. *(Pausa.)*

Bloco PL/PSL:

Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Eujácio Simões, "sim".

Deputado João Caldas. *(Pausa.)*

Deputado Welinton Fagundes.

O SR. DEPUTADO WELINTON FAGUNDES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Welinton Fagundes, "sim".

Deputado Alceste Almeida. *(Pausa.)*

Deputado Juquinha. *(Pausa.)*

Deputado Robério Araújo. *(Pausa.)*

PV:

Deputado Orlando Desconsi. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)* Dr. Rosinha, "sim".

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, enquanto se faz a computação dos votos, uma vez que a televisão está transmitindo, quero esclarecer que os Deputados Dr. Rosinha e Orlando Desconsi são do PT; estamos ocupando, por cessão, a vaga do PV. O telespectador precisa saber que S.Sas. continuam filiados ao PT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Virgílio Guimarães, V.Exa. não precisa esclarecer isso, pois todo o Brasil sabe que o Deputado Dr. Rosinha, digno representante do Paraná, pertence ao PT.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – E o Deputado Orlando Desconsi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. sabe muito bem disso.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Resultado da votação: 41 votos "não", 21 votos "sim", nenhuma "abstenção".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Aprovado, na Câmara dos Deputados, o parecer do nobre Relator.

Rejeitados os destaques apresentados pelo nobre Deputado José Carlos Aleluia.

A matéria não vai ao Senado Federal.

Procedeu-se à primeira votação nominal às 21h42min.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Sr. Presidente, fui instado por V.Exa. há pouco para que me posicionasse com relação aos destaques por mim apresentados. Ainda em tempo, peço a V.Exa. que sejam relacionados para votação em separado os Destaques nºs 2.326, 2.325, 2.320 e retirados os demais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. será atendido, como os demais Parlamentares cuja chegada a Brasília foi retardada por problemas de vôo ou outros motivos, mas estão comprovadamente aqui, já tendo assinado lista de presença.

Em votação os destaques do Senador Tião Viana.

S.Exa. solicitou que fossem mantidos.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

(Não identificado) – Acho que o Deputado José Carlos Aleluia tem mais destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – No momento, pela ordem, serão apreciados.

Destaques nºs 1.042, 1.043, 1.046, 1.047, 1.050, do nobre Senador Tião Viana.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Serei breve.

Faço um apelo ao nobre Relator no sentido de corrigir a modalidade de aplicação 90 para 30, em função da existência de um convênio, uma delegação do DNER para o Governo do Estado, nos Destaques nºs 1.042 e 1.043. O Governo do Estado é quem exe-

cuta essa obra há vários anos. Estamos na expectativa de que o Relator compreenda a situação e mude a modalidade de 90 para 30.

Quanto aos outros três destaques que apresento, um deles diz respeito ao compromisso do Presidente da República com o Estado do Acre de conclusão da chamada "rodovia bioceânica", que chegará até o Pacífico. Faltam sessenta quilômetros para a conclusão dessa rodovia que nos vai integrar aos países andinos, a um mercado consumidor de 33 milhões de habitantes, que consumirão produtos da Amazônia Ocidental. Outro destaque diz respeito à conclusão do anel viário que Rio Branco ainda não tem na rodovia federal. O último destaque refere-se a uma luta incessante da Senadora Marina Silva, no Senado Federal, com outros Senadores, a favor do combate à pobreza. Conseguimos implantar no Estado do Acre esse programa que busca a inclusão social de 30 mil famílias famintas. Trata-se de recomposição de perda. Não estamos pedindo um centavo a mais para o Estado do Acre, a não ser que diminua o tamanho do corte feito para nosso Estado. Então, trata-se de recuperação de perda num programa inovador do Governo Federal.

Agradeço a V.Exa. e ao nobre Relator o que possa ser feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Senador Tião Viana, V.Exa. concorda que o Relator aprecie em bloco seus cinco destaques?

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Com muito prazer, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Senador Tião Viana, o Destaque nº 1.042, sob o subtítulo "construção de trechos rodoviários do Corredor Fronteira-Norte", que solicita mudança da modalidade de 90 para 30, foi acolhido. O Destaque nº 1.043, envolvendo o mesmo subtítulo e pleiteando a mesma transferência de modalidade, de 90 para 30, também foi acolhido. O Destaque nº 1.046, construção de trechos rodoviários no Corredor Fronteira-Norte, foi atendido em 2 milhões, 760 mil reais. O Destaque nº 1.047, construção de anel rodoviário no Corredor Fronteira-Norte, foi atendido com 2 milhões 214 mil reais. O Destaque nº 1.050, apoio ao desenvolvimento de programas inovadores no Estado do Acre, a que V.Exa. fez referência por último, foi atendido em 1 milhão 800 mil reais.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Muito obrigado.

Agradeço em nome da bancada do Acre e do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência vai colocar em votação os destaques apresentados pelo nobre Senador Tião Viana e acolhidos pelo Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não há necessidade de orientar a bancada nesse caso, nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A bancada do PT votará a favor e faz uma homenagem à luta do nobre Deputado...

(Não identificado) – Vote contra, nobre Deputado Virgílio Guimarães, os destaques do Senador do seu partido. É mais fácil para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não há orientação de bancada nesses casos.

(Não identificado) – Orientação de bancada há sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. diz que há e eu digo que não há. Vamos ficar nós dois para lá e para cá.

(Não identificado) – Olhe o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação.

Já foi votado na Câmara dos Deputados.

Na representação do Senado Federal: Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

Lembro a V.Exa. que já foi votado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Estou sabendo, Sr. Presidente.

Fico com o parecer favorável do Relator, também sou solidário. O que estou questionando é o direito de orientar a bancada em todas as votações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Acolho daqui para frente a solicitação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Pelo atropelo da primeira, V.Exa. está perdoado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Está certo.

Destaque nº 1.068, do Deputado Átila Lins. S.Exa. retirou os demais.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Átila Lins. *(Pausa.)*

Informo que vamos considerar prejudicados os destaques para votação em separado cujos Deputados que os apresentaram não estiverem presentes.

Prejudicado, portanto, o Destaque nº 1.068, do nobre Deputado Átila Lins.

Destaque nº 1.076, do Deputado Coriolano Sales.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – Sr. Presidente, Sr. Relator, o destaque é para prover projeto de complementação de adequação do contorno rodoviário na BR-116, em Vitória da Conquista. Trata-se de projeto antigo que vem sendo executado pelo Ministério dos Transportes e que não conta mais, já em dois Orçamentos, com emendas coletivas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Solicito aos Parlamentares que não importunem o nobre Relator porque S.Exa. terá de responder ao autor do destaque. Peço-lhes que façam isso posteriormente, para que o nobre Relator possa ouvir o autor do destaque.

Com a palavra o nobre Deputado Coriolano Sales.

O SR. DEPUTADO CORIOLANO SALES – Sr. Presidente, esse projeto é de grande importância para o Governo Federal, um projeto que foi provido por emendas coletivas da Bahia, da bancada baiana, no Congresso Nacional. Há dois Orçamentos não há esse apoio da bancada da Bahia. Essa obra vem sendo tocada por entendimento com o Governo Federal e por provimento de recursos desta Comissão, por esforço de articulação que venho fazendo aqui. O Ministério dos Transportes precisa fazer a complementação dessa obra, recuperando, refazendo oito quilômetros da BR-116, que vão ser repassados possivelmente para o Município de Vitória da Conquista, na Bahia. Há, portanto, necessidade evidente de recursos. A obra não pode ser interrompida, tem de ser iniciada e concluída possivelmente dentro de um ano, porque os oito quilômetros da BR-116 são dentro da cidade.

Então, Sr. Relator, peço atenção a V.Exa., porque por aquela artéria passam 8 mil veículos por dia, 240 mil veículos por mês e cerca de 1 milhão e meio de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, o Destaque nº 1.076, de autoria do Deputado Coriolano Sales, visando a adequação de rodovias federais, foi acolhido parcialmente em 1 milhão de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para orientação de sua bancada, concedo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, temos aqui uma emenda nacional de comissão referente à adequação de rodovias federais. Entretanto, pergunto-me segundo qual premonição o Sr. Relator acha que esse 1 milhão de reais vai ser alocado pelo DNT para a BR-116 no Estado da Bahia. Se é uma emenda nacional, deveria haver argumentação nacional, porque ela não pode ser carimbada parcialmente. Concordo com o Deputado Coriolano Sales que o aumento de recursos não deve ser vinculado a nenhum trecho. A direção do DENIT tem total arbítrio para definir os valores de cada trecho. Portanto, apóio o parecer do Relator com essa condição.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, Srs. Deputados, para discussão existem apenas dois tipos de encaminhamento: o de quem apresenta o destaque e o do Relator. Orientação de bancada é momento para dizer “sim” ou “não”; não se pode fazer encaminhamento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Esta a sua leitura.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não pode ser feito encaminhamento. Os Srs. Deputados estão usando a orientação para fazer encaminhamento. Se assim for, também quero ter o direito de encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Giovanni Queiroz, a questão de ordem do Deputado Alberto Goldman é procedente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – É, mas desde que me dêem 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – É regimentalmente procedente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Eu oriento ao meu modo, não tenho de obedecer à linha de S.Exa..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. não vai orientar ao seu modo, porque vai querer obstruir, como fez quando da leitura do seu destaque.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Vamos fazer o seguinte, Sr. Presidente: tenho 1 minuto para orientar minha bancada. Vou usá-lo como quiser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Vou seguir o Regimento religiosamente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Tenho que dizer o que quero.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Farei consulta ao Regimento para tomar uma decisão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para que não cometamos injustiças, vou analisar bem o Regulamento Interno. Diz o § 3º do art. 53: "Somente poderão falar sobre destaques, pelo prazo improrrogável de 3 minutos cada um, o autor do destaque ou da emenda e o Relator da matéria".

Somente poderão falar esses dois e não há orientação neste caso. A Presidência vai tomar a decisão de acordo com o Regimento. É questão de ordem decidida pela Presidência, quem quiser que recorra. Existe a possibilidade de recorrer à Comissão de Constituição e Justiça ou à Presidência do Congresso.

Vou repetir: "Somente poderão falar sobre destaques, pelo prazo improrrogável de 3 minutos cada um, o autor do destaque ou da emenda e o Relator da matéria". Já falaram o autor do destaque e o Relator.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Se for questão de ordem, pode fazer.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – É questão de ordem. Trata-se de uma emenda coletiva de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não, destaque apresentado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A emenda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não é esse o mérito.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O destaque só pode ser feito pelo coordenador da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Virgílio Guimarães, a Presidência já tomou a decisão: seguirá o que determina o Regulamento Interno.

Vamos colocar em votação o destaque do nobre Deputado Coriolano Sales.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator, acolhendo-o parcialmente, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator, acolhendo parcialmente o destaque do nobre Deputado Coriolano Sales, permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Destaque da nobre Deputada Laura Carneiro.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator para um esclarecimento.

Acho que é procedente a observação apresentada pelo nobre Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Exatamente o que eu ia dizer. A observação do Deputado é procedente, mas é preciso lembrar que não há vinculação à obra em si. Trata-se de dotar a Adequação de Rodovias Federais –Programa Nacional de valor que possa eventualmente atender a obras infra-estruturais para conclusão do contorno de trecho urbano em Vitória da Conquista, na BR-116, Estado da Bahia. Evidentemente vai depender de decisão do Ministério a destinação de recursos para essa finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Destaques nºs 1.082, 1.085, 1.088, 1.083, 1.084, 1.086, 1.087, 1.089, 1.090, 1.092, 1.103, 1.104, 1.105 e 1.107, apresentados pela nobre Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, V.Exa. esqueceu o Destaque nº 1.088.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Eu já havia falado sobre o Destaque nº 1.088.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Desculpe-me.

Sr. Presidente, disponho de 45 minutos, mas peço a V.Exa. autorização para dividir meu tempo em três blocos distintos, porque se tratam de destaques completamente diferentes.

Em primeiro lugar, gostaria de discutir os Destaques nºs 1.082, 1.085 e 1.088. Todos esses destaques, referentes a emendas da bancada do Rio de Janeiro, as quais já foram explicadas para o Relator, requerem apenas a modificação de subtítulos.

Portanto, no Destaque nº 1.082, requeiro a inclusão da expressão "Região Metropolitana"; no Destaque nº 1.085, "Regiões norte, noroeste, centro-norte serrana"; e no Destaque nº 1.088, apenas a modificação do subtítulo "Promoção de Turismo" para "Construção de Centro de Convenções de Médio Porte na Capital, Rio de Janeiro". Esses são os três primeiros destaques que gostaria de discutir, além de ouvir o Relator sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator, para discutir os três primeiros destaques apresentados pela nobre Deputada.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Os Destaques nºs 1.082, 1.085 e 1.088 foram atendidos para alteração de títulos. No caso do Destaque nº 1.082, a alteração foi para "Ações de Saneamento Básico na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro"; no Destaque nº 1.085, para "Ações de Saneamento Básico na região norte, noroeste, centro-norte e serrana do Rio de Janeiro"; e, finalmente, no Destaque nº 1.088, para "Construção de Centro de Convenções de Médio Porte na Capital, Rio de Janeiro".

Os três destaques foram acolhidos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Como os três destaques foram acolhidos, vamos à segunda parte dos destaques.

(Não identificado) – Sr. Presidente, sugiro que os coloque em votação. É melhor.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – V.Exa. não quer terminar e votá-los em seguida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Os três Destaques acolhidos foram os de nºs 1.082, 1.085 e 1.088.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Srs. Deputados, não há alteração de valores nesses destaques, apenas de título. Quanto aos outros destaques, preciso explicar um pouco mais.

O Destaque nº 1.083 abrange a região sul e centro-sul do Rio do Janeiro, a qual vem sendo atingida em parte, nos últimos dias, pelas chuvas que arrasam nosso Estado. Essa emenda tenta exatamente ampliar um pouco o valor designado à bancada do Rio.

Quanto ao Destaque nº 1.084...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputada, eu dei a V.Exa. três minutos no primeiro bloco. Vou-lhe dar mais três minutos para que se manifeste quanto ao restante.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Na verdade, Sr. Presidente, eu teria 45 minutos. Se V.Exa. não quiser que eu faça por bloco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não terá.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Estou tentando ser o mais rápida possível, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Está bem. Com a palavra V.Exa., mas o tempo não poderá ser este. V.Exa. terá três minutos para manifestar-se quanto a cada um dos blocos.

Qual bloco V.Exa. está apresentando agora?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Estou no bloco dos Destaques nºs 1.083, 1.084, 1.086, 1.087, 1.089, 1.090 e 1.092.

Na verdade, estou dividindo os destaques em blocos para que a discussão seja mais rápida.

O Destaque nº 1.084 diz respeito especificamente a obra de contorno numa região importantíssima. Esta obra fará com que Minas Gerais se comunique com Angra dos Reis através da BR-116 e da BR-101. Os Destaques nºs 1.086, 1.087, 1.089 e 1.090 e 1.092 dizem respeito à área de saúde, seja para a compra de equipamentos ou construção de hospitais, seja para o programa Materno-Infantil do Rio de Janeiro, para a recomposição de valores para o Instituto de Traumortopedia para beneficiar o Estado do Acre, além do Estado do Rio de Janeiro, é óbvio, ou para a região norte e noroeste fluminense. Todos esses destaques referem-se à área da saúde.

Por que isso, Sr. Presidente?

O Rio de Janeiro possui a maior rede SUS do Brasil. É, em verdade, a maior população **per capita**, mas seus hospitais, mesmo com todos os convênios, não conseguem suportar o número de atendimentos necessários ao Estado. Portanto, esses outros destaques são nesse sentido.

Para ser mais rápida, vamos ao terceiro bloco. São da Comissão de Seguridade Social e Família os

Destaques nºs 1.103, 1.104, 1.105, 1.106 e 1.107. O Destaque nº 1.103 poderia até ser por mim retirado, tendo em vista que foram solicitados pelo Deputado Sérgio Miranda 5 milhões e 400 mil reais para os hospitais universitários, o que foi acolhido pelo Relator, e o Destaque nº 1.236, do Deputado Jorge Bittar, também para a Comissão de Seguridade Social e Família, requer 2 milhões e 700 mil reais. Embora precisássemos de 45 milhões de reais, porque a idéia era destinar 1 milhão de reais para cada hospital universitário deste País, este destaque eventualmente poderá ser retirado, se houver algum tipo de acordo.

O Destaque nº 1.104 refere-se apenas a recomposição do que foi concedido pelo Relator Setorial. Já os Destaques nºs 1.105, 1.106 e 1.107 referem-se a custeio para a assistência social. Inicialmente, os 3 milhões de reais de cada um desses destaques foram cortados para 1 milhão e 700 mil reais. Significa dizer que teremos para atendimento a pessoa portadora de deficiência física em situação de pobreza 1 milhão e 700 mil reais; para atendimento a criança em creche, 1 milhão e 700 mil reais; e para atendimento a pessoa idosa, o mesmo valor.

Portanto, esses três destaques específicos destinam-se à área de assistência. Eles foram elaborados pela Comissão de Seguridade Social e Família para o País, não para Estados ou para os Deputados em particular. Como disse, visam a recompor os recursos necessários à área de assistência, de acordo com decisão do Conselho Nacional de Assistência Social.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer, Sr. Presidente. Tentei fazê-las em menos de 5 minutos, embora dispusesse de 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Destaque nº 1.105, da Deputada Laura Carneiro, prevendo atendimento a pessoa portadora de deficiência em situação de pobreza, foi acrescido de 1 milhão e 250 mil reais, não tendo sido possível acolher, por falta de recursos, as demais demandas aqui explicitadas pela Deputada, o que considero extremamente deplorável, dada a importância social desses pleitos.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – V.Exa. só não falou do bloco da bancada do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Realmente não dispusemos de recursos adicionais para atender também a esses pleitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência vai colocar em votação inicialmente os Destaques nºs 1.082, 1.085, 1.088, da nobre Deputada Laura Carneiro, acolhidos integralmente, e o Destaque nº 1.105, acolhido parcialmente.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Os Destaques nºs 1.083, 1.084, 1.086, 1.087, 1.089, 1.090, 1.092, 1.103, 1.104 e 1.107 foram rejeitados.

Em votação, na Câmara dos Deputados, os destaques da nobre Deputada Laura Carneiro, que não foram acolhidos pelo nobre Relator.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, registre, por favor, meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Aprovado, com voto contrário: da nobre Deputada Laura Carneiro, dos Srs. Deputados Darcísio Perondi, Narcio Rodrigues, Jorge Bittar, das Sras. Deputadas Lúcia Vânia, Lidia Quinan, dos Srs. Deputados Dr. Rosinha, João Leão, Ursicino Queiroz, Jovair Arantes, Juquinha, Gilmar Machado, José Pimentel, Virgílio Guimarães.

Aprovado o parecer, rejeitados os destaques.

A matéria não vai ao Senado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES – Sr. Presidente, gostaria que constasse Fernando Gonçalves também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado Fernando Gonçalves também votou contra o parecer.

Não vão ao Senado os destaques.

Destaque nº 1.108, de autoria da Senadora Marluce Pinto. Retirados os demais.

Com a palavra S.Exa. por três minutos.

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, nobres Senadores e Deputados, retirei os outros destaques e mantive apenas o de nº 1.108. Peço a V.Exa., Sr. Relator, que destine a esta única

emenda os recursos que seriam alocados nas demais, porque se trata de saneamento básico para o Estado de Roraima, em áreas bastante endêmicas, onde há dengue, malária, leishmaniose. E são obras caras, V.Exa. sabe disso. Então, já que retirei os demais destaques, gostaria que essa emenda fosse privilegiada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Solicito aos assessores que estão no plenário que se retirem do recinto ou que falem mais baixo, por favor. Deputado Márcio Reinaldo Moreira, por favor, o assessor está perturbando o andamento dos trabalhos.

A nobre Senadora acabou de falar, agora concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Destaque nº 1.108, da Senadora Marluce Pinto, para drenagem e manejo ambiental em áreas endêmicas de malária, foi acolhido em 3,5 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação na Câmara dos Deputados o destaque da nobre Senadora Marluce Pinto, com parecer parcialmente favorável do nobre Relator.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, quero alertar V.Exa. e a Comissão para o seguinte: no caso de o Relator emitir parecer contrário a alguns dos destaques por falta de recursos, esses ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Um momento, por favor, nobre Deputado Alberto Goldman. Quero pedir aos nobres Deputados que se encontram na minha retaguarda que se retirem, porque é impossível para a Mesa conduzir os trabalhos com esse barulho. Eu lhes peço apoio.

Com a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Quando se pede aumento de recursos e não há fonte, o destaque está prejudicado, não pode ser posto em votação. Não há como aprovar emenda ou destaque quando não há fonte de recursos. Este o alerta: o destaque está prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Alberto Goldman, a Mesa discorda de V.Exa. Mesmo que não haja recurso, vamos continuar colocando em votação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – E quando aprovar eventualmente alguma emenda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Aí, não há recursos. Mas nós vamos submeter a matéria à votação.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Aprova, mas não há recurso, e acontece o quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Cai. Não há recursos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Então, fica prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Mesmo sendo prejudicado, vamos submeter ao Plenário.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – V.Exa. declara a prejudicialidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A matéria deve ser votada, nobre Deputado. V.Exa. já foi Presidente de Comissão. Vamos continuar com esse procedimento.

(Não identificado) – Sr. Relator, não há recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não. Estamos prosseguindo.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Fez-se assim, Sr. Presidente, no ano passado: quando não havia recurso, ficava prejudicado o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Mesa já decidiu.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO –Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra a nobre Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, queria entender como não há recursos para as emendas da bancada do Rio de Janeiro e há recursos para outra emenda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência não é responsável por isso, nobre Deputada. Pergunte ao Relator.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Para melhor explicitar essa matéria, logicamente o

Relator, já tendo analisado todos os destaques, elegeu alguns que ele pode atender. Daí porque não há recursos para os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exatamente isso, nobre Deputado Giovanni Queiroz. Apenas alguns não querem entender, mas vamos prosseguir dessa maneira.

Destaques nºs 2.037, 2.029, 2.027, 2.030, 2.024, da nobre Deputada Lúcia Vânia.

Tem S.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o nobre Relator pelo trabalho e pedir atenção a S.Exa para o Destaque nº 2.029, que trata da implantação de Estação de Tratamento de Esgoto em Goiânia. Esse destaque é de suma importância. É prioridade da bancada e do Governo como um todo. Sei que V.Exa. conhece o problema, Sr. Relator. Todos nós estamos imbuídos do desejo de ver esse destaque acolhido.

Em meu nome próprio, em reconhecimento ao trabalho de V.Exa., retiro os demais destaques que foram feitos, deixando que permaneça apenas esse de nº 2.029.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Eu agradeço à Deputada Lúcia Vânia as referências extremamente generosas.

Devo informar ao Plenário que o Destaque nº 2.029, de autoria de S.Exa., para implantação de Estação de Tratamento de Esgotos na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, foi acolhido em 7 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação o parecer do nobre Relator para o Destaque nº 2.029, da nobre Deputada Lúcia Vânia.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Destaques nºs 1.119, 1.120 e 1.121, do nobre Deputado Ariston Andrade.

Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARISTON ANDRADE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Congressistas, aqui quem está falando é um filho do epicentro geográfico da fome, da pobreza e da miséria, razão pela qual pedimos ao Sr. Relator que nos ajude. Tenho observado, desde os primeiros dias em que esta Comissão se reuniu, que tem sido procedimento deste Colegiado imaginar que temos uma vida inteira pela frente, quando, na verdade, o mundo só nos oferece um dia de vida, sem a garantia do dia subseqüente. E o que fazer com aqueles que estão morrendo de fome, sede, inanição?

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, os Destaques nºs 1.119 e 1.120 referem-se à perfuração de poços, abertura de poços artesianos, à realização de aguadas de grande e médio porte, enfim, obras de saneamento básico, para combater a tuberculose, que ressurgiu violentamente no Nordeste, principalmente no semi-árido, bem assim para combater o calazar, a desnutrição, o aborto espontâneo, em função da fome que as gestantes passam.

As batalhas da vida nem sempre são para o homem mais forte. Cedo ou tarde, vence aquele que pensa poder vencer.

Assim sendo, a aprovação desses destaques, seja qual for o montante de recursos a eles destinados pelo Relator, é para mim a materialização de um sonho que acalento desde a infância, porque passei fome e sede.

Quero lembrar a todos os Parlamentares, ao Relator e a V.Exa., Sr. Presidente, que a história é feita pelos sonhadores e pelos obstinados. O povo sertanejo é sonhador, obstinado e arretado; ele não se entrega de jeito algum. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Os Destaques nºs 1.119, 1.120 e 1.121, de autoria do nobre Deputado Ariston Andrade, visando à construção e recuperação de infra-estrutura hídrica e ações de saneamento em pequenas localidades no Estado de Bahia, foram acolhidos em 1,5 milhão de reais, sendo 500 mil para cada um desses três destaques. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO ARISTON ANDRADE – Deus lhe pague.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação o parecer do nobre Relator aos Destaques nºs 1.119, 1.120 e 1.121, de autoria do ilustre Deputado Ariston Andrade.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Destaques nºs 1.129, 1.137, 1.123 e 1.135, do Sr. Deputado Jovair Arantes.

Tem S.Exa. a palavra por três minutos.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção do nobre Relator para o fato de que, quanto aos Destaques nºs 1.129 e 1.135, a bancada fez um pedido, assinado por mim e pelo Deputado Pedro Chaves, para que houvesse remanejamento de 3 milhões de reais da Emenda nº 1.135 para a Emenda nº 1.129, relativa à ETE, assim como a defendida pela Deputada Lúcia Vânia. Gostaria que essas emendas fossem tratadas de maneira igual.

Quanto às outras duas emendas, Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), como todos sabem, elas envolvem dezenove Municípios. Trata-se de emenda regional, assinada por representantes do Distrito Federal e do Estado de Goiás. Como coordenador da bancada, sinto-me na obrigação de defendê-la, porque destina recursos a obras de infra-estrutura. Somos conhecedores das muitas carências das cidades do Entorno, principalmente Águas Lindas, Cidade Ocidental e Luziânia. Então, gostaria que V.Exa. atendesse a essa solicitação.

A Emenda nº 1.123 refere-se à realização de obras de infra-estrutura na cidade de Aparecida de Goiânia. A proposta é de 7 milhões, mas estamos pedindo acréscimo de valor. Gostaria de contar com a possibilidade de ser atendido por V.Exa., Sr. Relator.

Nem eu, nem os demais Deputados estamos aqui lutando por algo que não valha a pena. Estamos realmente interessados em tentar resolver problemas, a fim de melhorar as condições de vida da população.

Tínhamos sessenta destaques. Retiramos 56 e nos centramos em quatro, um dos quais relativo a remanejamento de recursos, os demais a acréscimo de verbas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Nobre Deputado, o Destaque nº 1.129, de autoria de V.Exa., visando à implantação e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos, receberá recursos da ordem de 3 milhões de reais, advindos das Emendas nº 71100014 para a Emenda nº 71100008.

As demais, infelizmente, deixam de ser acolhidas, por falta de recursos.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação inicialmente o Destaque nº 1.129, do nobre Deputado Jovair Arantes, que foi acolhido pelo nobre Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Destaques nº 1.137, 1.123 e 1.135 não foram acolhidos .

O Destaque nº 1.135, alerta-me a Secretária Myrna, terá de ser votado, porque é dele que saem os recursos para o Destaque nº 1.129.

Portanto, em votação o Destaque nº 1.135, com parecer favorável do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Destaques nº 1.137 e 1.123 não foram acolhidos, conforme parecer do nobre Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acolhem o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados os Destaques nº 1.137 e 1.123.

Os destaques não vão ao Senado Federal.

O nobre Deputado Juquinha retirou todos os seus destaques.

O nobre Deputado João Caldas foi prejudicado pela ausência.

Com a palavra, por três minutos, o nobre Deputado Domiciano Cabral, para se pronunciar sobre o Destaque nº 1.274.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao nobre Relator-Geral. Esta é uma emenda da bancada da Paraíba, na qual pedimos mais de 10 milhões. Se V.Exa. puder conceder pelo menos 3 milhões de reais para

ajudar algumas regiões pobres do Estado da Paraíba, eu lhe serei muito grato e o Estado agradecerá a V.Exa.

Quero parabenizar o Relator pelo grande trabalho, bem assim os companheiros presentes neste plenário. Neste Orçamento, prevaleceu o entendimento. Se Deus quiser, neste final de semana teremos o Orçamento votado em plenário, um bom exemplo para os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Há pequena dúvida com relação ao Destaque nº 1.129, do nobre Deputado Jovair Arantes, e quanto ao Destaque nº 1.135, de onde sairiam os recursos. A assessoria está verificando e comunicaremos ao Plenário.

Com a palavra o nobre Deputado Relator para responder ao nobre Deputado Domiciano Cabral.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Destaque nº 1.274, do Deputado Domiciano Cabral, para implantação, ampliação, melhoria de obras de infra-estrutura urbana foi acolhido em 1,5 milhão de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Acolhido parcialmente o Destaque nº 1.274, do nobre Deputado Domiciano Cabral.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Destaques nºs 1.078, 1.151, 1.156, 1.161, 1.172, do nobre Deputado Narcio Rodrigues.

Tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO NARCIO RODRIGUES – Sr. Presidente, Sr. Relator, na verdade, faço alguns destaques que têm apenas a preocupação de recompor valores. Quanto ao Destaque nº 1.078, chamo a atenção do Relator para o fato de que, ao pedirmos a recomposição de recursos para promoção do associativismo rural e do cooperativismo, estamos propondo uma ação que, nas últimas edições do Orçamento, contemplou no mínimo a base de 30 milhões de reais. Existe hoje, Sr. Relator, 5 mil e 500 cooperativas com 5 milhões e 600 mil cooperados. Esse movimento tem recebido por parte do Congresso Nacional tratamento prioritário.

O Destaque nº 1.151 refere-se à introdução de um novo programa do Ministério do Esporte, que prevê ação de ciência e tecnologia para o desenvolvimento do Esporte. Na verdade, essa rubrica acabou esquecida, porque o valor contemplado pelo Congresso Nacional sequer permite o início ou a implantação de um dos oito núcleos pretendidos pelo Ministério do Esporte ao propor essa ação.

Quero também chamar a atenção para o Destaque nº 1.156, sobre a região do Triângulo Mineiro, que possui catorze usinas hidrelétricas. Na verdade, com muita felicidade a Comissão de Minas e Energia propõe ações que permitam ressarcir os Municípios com áreas afetadas por hidrelétricas. Tivemos apenas 7,5 milhões contemplados para essa ação.

Finalmente, peço atenção ao Sr. Relator também para o Destaque nº 1.161, que trata da capacitação de recursos humanos em esporte. Este Governo fez enorme investimento na construção de equipamentos esportivos em todo o País. Na verdade, fazemos investimentos em capacitação esportiva, preparando os jovens para que possam efetivamente utilizar bem os equipamentos construídos nos últimos sete anos.

Solicito também, através do Destaque nº 1.172, ampliação do recurso para adequação de rodovias federais.

Sr. Relator, sei das dificuldades de recursos, mas chamo a atenção para essas ações, que têm impacto nacional. Finalmente, cumprimento-o pela competência e paciência com que tem conduzido essa discussão final, o que não é nenhuma surpresa. A competência de V.Exa. já é conhecida por nós, do PSDB. Temos muito orgulho desse trabalho realizado no Orçamento, em nome da bancada do nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Agradeço ao Deputado Narcio Rodrigues as referências generosas e honrosas que faz a mim e ao trabalho que, ao lado de tantos outros companheiros, tive o ensejo de desenvolver nesta Relatoria. Devo dizer que o Comitê de Emendas teve a alegria de acolher muitas das sugestões propostas e dos pleitos encaminhados por S.Exa., envolvendo sempre interesses de seu Estado ou do Brasil. Desgraçadamente, entretanto, o nobre Deputado ampliou muito sua pesquisa junto a outros companheiros e Comissões, supondo que teríamos disponibilidades de recursos maiores do que o real. Por essa razão, vejo-me compelido, com muito pesar,

a dizer a S.Exa. que não dispomos de recursos para acolher, ainda que parcialmente, seus pleitos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação os destaques com parecer contrário do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados os destaques, contra o voto do Deputado Narcio Rodrigues.

Eles não vão ao Senado.

Deputado Nelson Meurer, Destaques nºs 1.193 e 1.195.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Sr. Presidente, Sr. Relator, o Destaque nº 1.193 reivindica aumento de dotação à Emenda nº 50100005, da Comissão de Agricultura e Política Rural, apoio ao Projeto de Desenvolvimento Rural. GND-3, 20 milhões; GND-4, 80 milhões. Reivindicamos esses recursos para dar condições ao Ministério da Agricultura de continuar o trabalho que tem realizado em parceria com os Municípios, em benefício dos pequenos agricultores. Temos esperança de que o Relator possa atender, dentro do possível, emenda tão importante para a agricultura brasileira. É uma reivindicação da Comissão de Agricultura e do meu partido, o Partido Progressista Brasileiro.

O Destaque nº 1.195, que reivindica recursos para a Emenda nº 81000175, é para implantação de projetos de irrigação.

Solicitamos ao Relator que analise e atenda, dentro do possível, essas duas emendas importantes para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada do Partido dos Trabalhadores em relação a esses destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não está ainda em votação. O Relator ainda vai falar sobre os destaques. Não há orientação de votação.

Com a palavra o Deputado Nelson Meurer, para terminar sua explanação.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Solicito então ao Relator que analise com carinho e atenda essas duas emendas tão importantes para o desenvolvimento dos pequenos agricultores do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há orientação de bancada. Só falam o autor e o Relator.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – A Emenda nº 1.193, de autoria do Deputado Nelson Meurer, para estímulo à produção agropecuária, está sendo atendida no montante de 14 milhões de reais.

A Emenda nº 1.195 está sendo reexaminada para comunicação posterior ao Plenário.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, pela ordem. Não entendi qual foi a posição do Relator. Esse destaque é de fundamental importância para a agricultura familiar, por isso, estou insistindo.

(Não identificado) – Também não entendi nada. O Relator está falando muito baixo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Nobre Relator, sou da Comissão de Agricultura e queria entender o encaminhamento dado por V.Exa., porque não consegui captá-lo.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Vou repetir. Para o destaque de estímulo à produção agropecuária, Emenda nº 1.193, foram destinados 14 milhões de reais. Em relação ao Destaque nº 1.195, a Assessoria Técnica ainda tem algumas dúvidas, e vamos examiná-las antes de comunicar ao Plenário.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Esperamos atendimento.

(Não identificado) – Então, será colocada em votação somente a primeira.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Portanto, só teria atendimento no momento o Destaque nº 1.195.

(Não identificado) – Foi acolhido com 14 milhões?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos colocar em votação. O Destaque nº 1.193 tem parecer favorável. Foi acolhido pelo Relator com 14 milhões.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado no Senado Federal.

Vamos ao Destaque nº 1.195, que tem parecer contrário.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, solicito que votemos o Destaque nº 1.195 um pouco mais adiante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pedido o adiamento da votação do Destaque nº 1.195.

Deputado Darcísio Perondi, Destaques nº 1.201 e nº 1.207.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – Apresentei dois destaques, dois investimentos mais do que necessários: um na área hídrica do Rio Grande do Sul, outro na área de saúde pública, mas quero fazer um registro. Evidentemente, o Norte e o Nordeste precisam receber mais recursos, para que sejam diminuídas as desigualdades regionais e a injustiça social no Brasil. O meu Estado, o quarto em arrecadação de impostos para a União, que contribui com esta Nação, não pode ficar em sexto, sétimo ou oitavo lugar na distribuição de recursos da Comissão de Orçamento. Infelizmente, não tivemos um Sub-Relator, nem um brilhante Relator como V.Exa., mas não podemos ficar, repito, em sexto, sétimo, oitavo lugar, porque lá também existe necessidade, pobreza e desigualdades entre regiões.

Por isso, Sr. Presidente, faço um apelo a sua razão e, se necessário, ao seu coração: que V.Exa. atenda a, no mínimo, esses dois destaques. Apresentei quinze destaques e, atendendo à solicitação do Sr. Presidente, Deputado Santos Filho, retirei treze e mantive esses dois.

Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Estado do Rio Grande do Sul, seguramente como São Paulo, não se encontra proporcionalmente aquinhoado nesse relatório. Da mesma maneira como não vi como fazê-lo em relação ao meu Estado, não vejo, Sr. Deputado, condições de destinar recursos adicionais ao Estado de V.Exa. neste momento.

Por essa razão, os destaques de V.Exa. não puderam ser acolhidos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – O Rio Grande do Sul foi injustiçado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parecer contrário aos Destaques nº 1.201 e nº 1.207.

Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados. O parecer do Relator é contrário.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram.

Rejeitados os destaques na Câmara dos Deputados.

Os destaques não vão ao Senado.

Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, apresentei dois requerimentos de destaque. O primeiro deles, o de nº 1.210, busca elevar as dotações destinadas ao Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Grande Fronteira do MERCOSUL. Esse é o único programa regional que contempla os Estados do Sul. Ele consta do PPA em vigor e foi contemplado na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Seu propósito é assegurar o desenvolvimento das regiões fronteiriças aos países do MERCOSUL: Paraguai, República Argentina e Uruguai.

No Orçamento em vigor, o Programa Grande Fronteira do MERCOSUL foi contemplado com 20 milhões de reais, e agora, na proposta orçamentária, recebeu 5 milhões e 280 mil reais. O programa tem como objetivo principal conter o êxodo rural, que é assustador na região da grande fronteira do MERCOSUL. Em Santa Catarina, o Município de Belmonte, situado na região da fronteira, que reunia bom número de brasileiros e onde havia igreja, escola, salão de festas, desapareceu. Hoje não existe mais.

Por outro lado também, o programa visa combater a poluição provocada pelos dejetos suínos. Toda a região tem seus lençóis freáticos comprometidos. Nessa região, cientistas encontraram um dos maiores aqüíferos do mundo, que se situa a 1.500 metros do subsolo da República da Argentina, do Uruguai, da Região Sul do Brasil, e parte do Paraguai.

Os cientistas já advertiram: se não houver um programa de combate à poluição pelos dejetos suínos e avícolas, correrá risco o Aqüífero Guarani.

Essas são, Sr. Relator, as justificativas que apresento à consideração de V.Exa. no que toca a este tema.

A outra emenda destacada, apresentada por solicitação da Universidade Federal de Santa Catarina, também diz respeito à elevação da dotação para programa especial de extensão do ensino superior. O destaque é de 4 milhões e 300 mil reais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, estamos acolhendo o Destaque nº 1.210, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, que tem por objeto ge-

renciamento da implementação de projetos para o desenvolvimento sustentável da mesorregião, à razão de 1 milhão e 500 mil reais.

Não dispomos de recursos para atendimento, ainda que parcial, do outro destaque apresentado por S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos colocar em votação primeiro o Destaque nº 1.210, que tem parecer favorável do Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço verificação de votação no Senado Federal.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com o apoiamento de V.Exa.

(Intervenção inaudível.)

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Apoiamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Jovair Arantes para fazer a chamada.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Srs. Senadores, peço silêncio no plenário, para podermos fazer a chamada rapidamente.

Senador Amir Lando, PMDB.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – "Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – O Senador Carlos Bezerra não vota.

Senador Gilberto Mestrinho. (*Pausa*.) Ausente.

Senador Gilvam Borges.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – "Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Senadora Marluce Pinto.

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO –"Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Senador Nabor Júnior. *(Pausa)* Ausente.

Senador Wellington Roberto.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – "Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Vou chamar três suplentes do PMDB: Senador Alberto Silva. (*Pausa*.) Ausente.

Senador Fernando Ribeiro. (*Pausa*.) Ausente.

Senador Gerson Camata. (*Pausa*.) Ausente.

Senador João Alberto Souza. (*Pausa*.) Ausente.

Senador Robinson Viana. (*Pausa* .) Ausente.

Senador Sérgio Machado.

O SR. SENADOR SÉRGIO MACHADO – "Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Senador Valdir Amaral. (*Pausa*.) Ausente.

PFL:

Senador Jonas Pinheiro.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO – "Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Senador José Coelho.

O SR. SENADOR JOSÉ COELHO – "Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Senador Moreira Mendes.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – "Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – PFL completo.

PSDB:

Senador Antero Paes de Barros.

O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – "Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Freitas Neto.

O SR. SENADOR FREITAS NETO – "Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – "Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Ronaldo Cunha Lima. (*Pausa*.) Ausente.

Suplente do PSDB:

Senador Lúcio Alcântara.

O SR. SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – "Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Completou o PSDB.

Bloco Parlamentar PT/PDT/PPS:

Senador Paulo Hartung. (*Pausa*.) Ausente.

Senador Sebastião Rocha. (*Pausa*.) Ausente.

Senador Tião Viana. (*Pausa*.) Ausente.

Vou chamar os suplentes.

Senador Eduardo Suplicy. (*Pausa*.) Ausente.

Senador Jefferson Péres. (*Pausa*.) Ausente.

Senador Roberto Freire. (*Pausa*.) Ausente.

Bloco Parlamentar PT/PDT/PPS, nenhum votante, nenhum comparecimento.

PSB:

Ademir Andrade. (*Pausa*.) Ausente.

Suplente. Senador Antônio Carlos Valadares. (*Pausa*.) Ausente.

PPB:

Benício Sampaio.

O SR. SENADOR BENÍCIO SAMPAIO – "Sim", com o Relator.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – PTB. Arlindo Porto. (*Pausa*.)

Suplente do PTB. Carlos Patrocínio. (*Pausa*.) Ausente.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Quinze votantes.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, queremos ouvir o resultado.

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, quinze Srs. Senadores votaram "sim" à matéria; nenhum "não".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aprovado no Senado da República.

A verificação deu-se às 22h52min.

Tem a palavra o Deputado Sérgio Miranda, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, a questão de ordem que faço a V.Exa. é que não considere esta verificação. O Senador Romero Jucá, que pediu a verificação, votou "sim". Não existe voto "não". Como pode haver verificação?

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – S.Exa. votou "sim"! Não houve um voto "não". V.Exa. não pode considerar esta verificação, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – A verificação só tem sentido quando existe alguém que se contrapõe à maioria e que exige a contagem do número de eleitores.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Quando todos têm a mesma opinião, não tem sentido haver verificação, Sr. Presidente. Esta é a questão de ordem que formulo a V.Exa.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar. Votei na primeira votação "não". Pedi verificação, mudei meu voto e votei "sim" depois. E não é o Deputado Sérgio Miranda que vai mandar no meu voto. Sinto muito. O voto foi "não" da primeira vez, cumprindo regimentalmente a questão, e na segunda vez foi "sim". Portanto, isso é matéria vencida. O Senado aprovou por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há questão de ordem a ser decidida. Vou colocar em votação o segundo destaque.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, V.Exa. tem condições de decidir que, nos casos em que haja unanimidade, mantém-se a verificação. Eu levantei uma questão argumentando que não é possível verificação quando todos votam "sim". V.Exa. pode decidir e dizer:...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) **–** O Senador votou "não" no primeiro voto.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, acabou de haver uma verificação. Deputado Jovair Arantes leu: quinze votos "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Nenhuma disposição regimental...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou responder à questão de ordem de V.Exa.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – ... acomoda a pretensão do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, que tem parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O segundo destaque, do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, tem parecer contrário. O Destaque

1.211. Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com a rejeição do destaque permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto dos Deputados Antônio Carlos Konder Reis, Darcísio Perondi e Laura Carneiro.

Não vai ao Senado.

Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Registro também, Sr. Presidente, meu voto contrário ao Relator nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não, V.Exa. vai falar sobre o Destaque 1.212.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Sim, mas V.Exa. não registrou o meu voto, por isso estou registrando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos registrar o seu voto.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, quando apresentei o destaque à emenda, fiz na busca de corrigir uma distorção, pois que uma emenda da bancada do meu Estado procura contemplar as pequenas unidades de saúde, sobretudo no interior dos Municípios, na zona rural, sobremaneira, nas suas necessidades.

Por isso, Sr. Relator, peço a atenção de V.Exa. para o Destaque nº 1.212, que pretende corrigir essa distorção e contemplar as pequenas unidades de saúde do interior do meu Estado com recursos capazes de habilitá-las a desincumbirem-se das suas finalidades.

Muito obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, infelizmente, Sr. Deputado, com todo o respeito às considerações que V.Exa. acaba de fazer e ao mérito da sua proposta, não houve condições financeiras de atendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Parecer contrário.

Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados o parecer contrário do Relator.

Os que estão de acordo com o parecer do Relator permaneçam como se encontram.

Rejeitado na Câmara.

Não vai ao Senado, contra o voto dos Deputados Fernando Coruja, João Matos, Virgílio Guimarães e Antônio Carlos Konder Reis.

Vamos ouvir o Senador Wellington Roberto.

O SR. SENADOR WELLINGTON ROBERTO – Esse Presidente é bondoso! Sr. Presidente, vou ser mais rápido do que o Senador Romero Jucá, porque, na verdade, estou pretendendo tomar o lugar dele quando forem fazer a chamada.

Foram apresentados três destaques. O de nº 1.470 trata de complementação de recursos para os Municípios atingidos pela seca. Queria que o nobre Relator usasse do bom senso e visse a possibilidade de acatá-lo.

O segundo é o Destaque nº 1.469, destinado à Defensoria Pública da União. Também acho, nobre Relator, que é mais do que justo, já que a Defensoria tem desenvolvido um grande trabalho no País, que ele seja acatado.

E o terceiro, para concluir, é o de nº 1.471, da Universidade Federal da Paraíba. Houve um grande corte que comprometerá, Sr. Relator, a manutenção futura da nossa querida universidade.

Então, gostaria que fosse feita justiça, fossem avaliados esses três destaques e, se possível, acatados. Enalteço o trabalho do nobre Relator e de toda a Mesa, coordenada pelo querido amigo Presidente Carlos Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Senador, o Destaque nº 1.470, de autoria de V.Exa., para a construção de obras que visam o fortalecimento da infra-estrutura hídrica no Estado da Paraíba, foi contemplado com 4 milhões e 400 mil reais, não tendo sido possível acolher os outros dois destaques de autoria de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual foi aprovado parcialmente?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O de nº 1.470.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os outros dois foram rejeitados?

Vou colocar em votação o Destaque nº 1.470, que tem parecer favorável do Relator.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado no Senado.

Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados os Destaques nºs 1.469 e 1.471, que têm parecer contrário do Relator.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o parecer permaneçam como se encontram.

Rejeitados na Câmara, não vão ao Senado.

Deputado Armando Abílio.

O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO – Sr. Presidente, Sr. Relator, o Projeto Mutilados, na cidade de Campina Grande, por sinal, cidade do Senador Ronaldo Cunha Lima, vem resolver em definitivo o abastecimento de água, inclusive potável, daquela cidade.

Sr. Relator, o próprio Ministério enviou os técnicos exatamente para estudar esse projeto. E o Poder Executivo destinou no PL recursos na ordem de 7 milhões. Eis que o Relator cortou 3,5 milhões desse projeto. A sua aprovação, Sr. Relator, significará dar água potável à cidade de Campina Grande. A construção do projeto terá duração de três anos. Seriam 7 milhões em 2002, mais 7 e mais 7. Em nome da bancada e do Senador Ronaldo Cunha Lima, estamos pedindo a V.Exa. para repor os recursos que vieram do próprio Poder Executivo.

Era essa a justificativa. Estou certo de que V.Exa. irá atender ao nosso pleito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Da forma como V.Exa. fala, sinto-me o próprio carrasco. Estamos acolhendo 1 milhão de reais nesse destaque, que, somado aos outros 3,5 milhões, completarão 4,5 milhões de reais para esse empreendimento. Lamento não poder ir além disso, Sr. Deputado Armando Abílio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é favorável, pela aprovação dos destaques, no valor de 1 milhão de reais.

Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado na Câmara, contra o voto do Deputado José Pimentel.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado no Senado.

Senador Moreira Mendes.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Sampaio Dória...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o PT gostaria de um entendimento maior, daí o voto contra o Relator.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Nosso voto ia para os 3,5, para repor em 7 milhões, encaminhados pelo próprio Executivo, por se tratar de nossa cidade, que tem graves problemas de abastecimento de água.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, estou com a palavra.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Gostaria de relembrar que os Relatores-Setoriais foram autorizados, em duas oportunidades distintas, a promover corte na ordem de 10% em cada uma das oportunidades, nos investimentos integrantes da proposta original do Poder Executivo. Embora dispondo da possibilidade de fazer cancelamentos e remanejamentos da ordem de 20%, na verdade, ao final, o montante a que se chegou de cancelamentos e remanejamentos, se não me falha a memória, foi de 9%. E todos os Estados, em vários dos seus empreendimentos, foram atingidos por esses cancelamentos, que foram estabelecidos pelos Relatores-Setoriais, de acordo com o que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Eles estavam na sua prerrogativa, fizeram esses cortes. Não os fizeram no montante autorizado, que era de 20%, ficaram em 9%. Infelizmente, esses cancelamentos alcançaram várias obras importantes, praticamente em todos os Estados do Brasil. Essa foi uma decisão que praticamente todos os Relatores-Setoriais tomaram.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o ilustre Senador Moreira Mendes.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Sr. Relator, tenho três destaques. Quero desistir do de número 1.224. Assim, restam apenas dois: o 1.222 e o 1.223.

Com relação ao de nº 1.223, construção de rodovias federais, pontes e anel viário no Estado de Rondônia, quero dizer a V.Exa., Sr. Relator, que o Governo do Estado de Rondônia, do total de trinta, tem apenas três emendas, duas delas estamos discutindo aqui, e o valor é significativamente baixo.

Trata-se de obras federais da mais alta importância delegadas ao Estado, que é a construção da BR-429 e da BR-421, rodovias importantíssimas para o desenvolvimento da região, e o anel viário de Ji-Paraná, segunda cidade mais importante de Rondônia. O valor acolhido de 8 milhões e 404 mil reais fica muito longe do mínimo para poder tocar as obras. Portanto, gostaria de fazer essa ponderação.

O Destaque nº 1.222 refere-se a um dos problemas mais sérios que temos no Estado: o abastecimento de água tratada, uma questão de saúde. Estranha e contrariamente a todas as outras emendas de bancada, esta teve seu valor reduzido. Ela foi acolhida pelo Relator-Setorial em 4 milhões e 164 mil reais e foi diminuída em 499 mil reais. Teve o valor diminuído do Relator-Setorial para o Relator-Geral.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Quais são os valores, Sr. Senador?

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – O valor do relatório setorial foi de 4 milhões, 164 mil e 400 reais. Estou falando do Destaque nº 1.222, que é o segundo. No relatório geral de V.Exa., teve uma redução de 499 mil e 728 reais. É a única emenda que teve reduzido o seu valor.

Quero ponderar e dizer a V.Exa. que está na modalidade 30 para o Estado, de extrema importância. Solicito a V.Exa. que seja sensível a esses dois destaques que apresento no momento.

No mais, quero parabenizar V.Exa. pela paciência.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Senador Moreira Mendes, no tocante ao Destaque nº 1.223, que tem como subtítulo "Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste –Norte", estamos acolhendo 2 milhões de reais.

Quanto ao destaque seguinte, relembro a V.Exa. que o corte que mencionou, relativamente ao valor que veio do Relator-Setorial, corresponde exatamente a 12%, percentagem que aplicamos por decisão dos Líderes Governistas na Câmara Federal às emendas de todos os Parlamentares para possibilitar o reforço das dotações do Ministério da Previdência, a fim de suportar o salário mínimo de 200 reais.

Com todas as emendas de bancada aconteceu o que V.Exa. está lamentando. Em relação às emendas de Comissão, o corte foi substancialmente superior, da ordem de 50%.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um pedido de esclarecimento ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra V.Exa.

(Não identificado) – Esse corte foi apenas na Fundação Nacional de Saúde ou em todas as outras emendas?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Todas as emendas estaduais, sem exceção, tiveram corte de 12%.

(Não identificado) – Um corte de 12%? Estou com o de Rondônia e é a única que tem corte.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Pode ter sido recomposto posteriormente.

O parecer é pelo acolhimento do Destaque nº 1.223, em 2 milhões de reais, e pelo indeferimento do destaque seguinte.

Gostaria, de qualquer forma, de pegar das mãos do Senador esse outro destaque, apenas para dar-lhe esclarecimentos adicionais que a Assessoria está me apresentando neste instante.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Eu quero deixar para o final e tentar uma solução.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Podemos fazê-lo, mas, de qualquer forma, se V.Exa. puder ouvir os esclarecimentos, a Assessoria já vai tentar elucidar para V.Exa.

Em suma, Sr. Presidente, Destaque nº 1.223, atendimento com 2 milhões de reais, e Destaque nº 1.222, rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação o Destaque nº 1.223, que tem parecer favorável, no valor de 2 milhões de reais.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Vou colocar em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Vou colocar em votação o Destaque nº 1.222, que tem parecer pela rejeição.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer, pela rejeição, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer na Câmara.

Foi rejeitado na Câmara dos Deputados, não vai ao Senado.

Deputado Jorge Bittar, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sr. Relator, posteriormente a minha solicitação para votação em separado dos Destaques n°s 1.237 e 1.246, que se referem a dotações orçamentárias para Tribunais Regionais Eleitorais, descobri que, na verdade, essa recomposição já havia sido feita pelo acolhimento dos destaques do Deputado Milton Monti. Por isso, retiro os destaques que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Senador Amir Lando, Destaques nºs 1.252 a 1.257.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, Srs. Relatores, Sras. e Srs. Parlamentares, apresentamos alguns destaques. Gostaria de discutir, em

primeiro lugar, o destaque que trata da Associação das Pioneiras Socais.

Sr. Presidente, foram aprovadas duas emendas, que totalizaram cerca de 12 milhões de reais. Nosso pleito foi para atender ao mínimo da recomposição daquilo que foi deduzido em razão dos cortes havidos.

Penso que não preciso, neste momento, ressaltar a importância e a qualidade dos serviços médicos e hospitalares prestados pelo Sistema Sarah Kubitscheck. Todos o conhecem e têm a obrigação de conhecer, porque a mídia tem falado constantemente no centro de excelência da medicina nacional que esse sistema representa. Pede-se uma complementação de 2 milhões de reais, que é o mínimo, para enfrentar os compromissos milimetricamente calculados, porque o Sistema Sarah não tem desperdício. Há uma racionalidade absoluta em termos de resultados e de gastos; há um equilíbrio perfeito. E esses 2 milhões de reais que faltam, Sr. Presidente e Exmo. Sr. Relator, são indispensáveis. É o apelo que faço a V.Exa. quanto a esse destaque, que tomou o número 1.255.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria que o Relator se manifestasse sobre esse pedido de complementação para o Sistema Sarah.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, em consideração ao mérito do apelo do Senador Amir Lando, vamos atender a sua solicitação em 2 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em qual destaque?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Destaque que acaba de ser citado pelo Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO– Destaque nº 1.255.

Sr. Presidente, tenho um apelo a fazer, em nome do Estado de Rondônia: a eliminação de pontos críticos. Ademais, situa-se na BR-364 o corredor de exportação norte, previsto no PPA. Mas o que é o PPA, Sr. Presidente? É o Plano Plurianual ou são os Passos Progressivos para Amnésia? Ou será ainda a Pandilha Progressiva para Amnésia? Realmente, o PPA não tem sido respeitado em momento algum, não tem sido valorizado. O PPA é um projeto que caiu no esquecimento.

É esse projeto que desejamos ressaltar, porque a BR-364 é o grande eixo de escoamento da produção de grãos de Mato Grosso, a região norte do Estado. É uma estrada que, com isso, teve seu tráfego aumentado. Ela passa por onze grandes cidades do Estado de Rondônia; é uma espécie de coluna dorsal ou espinha de peixe a partir da qual foram crescendo as cidades do nosso Estado.

Sr. Presidente, é um tráfego pesado, as cidades são cortadas por um fluxo brutal e os acidentes de trânsito são constantes e crescentes. Pessoas são sacrificadas diariamente ao longo desse eixo rodoviário. Como eliminar esses pontos críticos, com obras que vão dar, sobretudo, segurança para as populações que vivem ao longo dessas cidades?

A BR está implacável, com os eixos das carretas esmagando pessoas diariamente. Ninguém se comove, Sr. Presidente. Há uma petição intrínseca à própria natureza do pedido. E é este o pedido que se faz: a eliminação de pontos críticos em onze cidades do Estado de Rondônia. Vamos eliminar Ji-Paraná, que já tem dotação específica, mas são dez cidades, inclusive a Capital, Porto Velho.

Sr. Presidente, quero fazer um apelo: temos de analisar o mérito intrínseco da emenda, e ela quer abarcar e abraçar todas as cidades de Rondônia, quer proteger nossa população de um tráfego crescente e implacável. É por isso que suplico ao Relator que a examine com carinho. Sei que os recursos são restritos, mas essa emenda pede, reclama, tem uma postulação intrínseca a sua natureza. É em nome dela e não em nome daquilo que estou dizendo que peço um reforço conforme consta do nosso destaque, rejeitado liminarmente.

É o pedido que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação o destaque que foi acatado pelo Relator, de nº 1.255, com 2 milhões de reais.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Os demais destaques, de nºs 1.252, 1.253, 1.254, 1.256 e 1.257, tiveram parecer pela rejeição.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, os destaques serão votados um a um, não se vota em globo. Fiz a defesa apenas, agora, do 1.254. Fiz esse apelo e, inclusive, estou disposto a retirar os demais destaques, mas gostaria que o Relator se manifestasse sobre esse apelo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. já se manifestou sobre todos os destaques, Senador, e concedeu 2 milhões de reais apenas a um

destaque, o de nº 1.255, e rejeitou os demais. O parecer foi pela rejeição.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, o Senador Amir Lando fez posteriormente uma exposição a respeito desse último destaque. V.Exa. tinha parado no destaque anterior, pleiteando recursos para a Rede Sarah, que foi acolhido. Em seguida, V.Exa. leu o de nº 1.254. Esse, infelizmente, não vamos ter condições de acolher, Senador Amir Lando, mas, realmente, eu não tinha explicitado isso. Apenas comuniquei ao Presidente que não havia condições de acolher o último destaque apresentado por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São vários destaques, não é só esse último; são mais cinco destaques.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Quero fazer um apelo especial, tenho o direito de fazê-lo. Entendo que estamos tratando de um Estado inteiro, uma obra que é importante, isto é, eliminação de pontos críticos em onze Municípios. Realmente, 1 milhão de reais para alguns trechos de cidade, e alguns chegam a 25 quilômetros, realmente é insignificante.

Essa dotação tem o condão do desperdício. Faço um apelo especial sobre esse ponto de vista, que é o interesse do nosso Estado de Rondônia. Pedi em nome do Sistema Sarah. Fui atendido, mas não sou eu, é o Brasil que é atendido. Penso que o meu Estado de Rondônia mereceria essa dotação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pergunto ao Relator se S.Exa. muda o parecer a respeito.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Ou o aprecia posteriormente. E retiro os demais.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. é um admirável defensor dos interesses do seu Estado, Senador, mas, infelizmente, a esta altura, não dispomos de recursos adicionais para poder atender ao pleito de V.Exa.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Devo dizer que, infelizmente, cheguei tarde, porque para o destaque anterior ainda houve recurso, mas para o meu, não.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Senador, em vista de a Rede Sarah já estar aquinhoada, não na medida dos seus merecimentos e necessidades, mas em face da partição de recursos que aqui se fez por emendas de outros Deputados, consulto V.Exa. se não seria eventualmente de seu interesse destinar os 2 milhões de reais do Hospital Sarah para o destaque a que V.Exa. faz referência?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, apenas para dar uma ajuda ao Relator e ao Senador Amir Lando, a Rede Sarah pediu que o orçamento de 2002 fosse equivalente ao de 2001. V.Exa., ao viabilizar as duas emendas de 6 mil e 600 reais, já alcançou isso. Portanto, recomendo ao Senador Amir Lando que ele poderia dirigir os 2 milhões de reais que foram concedidos para uma emenda do seu Estado.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Agradeço ao Deputado Sérgio Miranda a intervenção, é exatamente o que acabei de propor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A matéria já foi votada.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Eventualmente, podemos refazer essa votação, Sr. Presidente.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, é uma situação dramática escolher entre o interesse nacional e o do meu Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A situação da Rede Sarah já foi resolvida.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Deputado Sérgio Miranda acabou de relatar que os pleitos...

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Aceito a sugestão de transferência dessa emenda para o Estado de Rondônia.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Desde que o Plenário manifeste sua concordância em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os 2 milhões de reais serão encaminhados para que destaque?

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, para o de nº 1.254, que estou defendendo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço aos Srs. Parlamentares que prestem atenção aos trabalhos, para ajudar no encaminhamento. Há matérias que já foram votadas e que voltam. V.Exas. têm de prestar atenção ao andamento dos trabalhos. Vamos ter de anular, agora, a aprovação do Destaque nº 1.255. Vou declarar anulado com a aquiescência do Plenário os 2 milhões de reais do Destaque nº 1.255, que irão para o Destaque nº 1.254. Vou destinar os 2 milhões de reais para o Destaque nº 1.254, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou colocar em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado.

(Não identificado) – Não há como votar sem ter uma resposta do Relator. O Relator está distribuindo recurso que S.Exa. responde, mas não temos noção do que existe disponível.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, não é matéria para ser debatida agora.

(Não identificado) – Está na planilha, mas não sei quanto é.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não é matéria para ser debatida agora.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Sr. Presidente, retiro os demais destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O autor retirou os demais destaques.

Vamos ao próximo Parlamentar, que é o Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, Sr. Relator, meu destaque é o de nº 1.258: remanejamento.

(Não identificado) – Melhor pedir verificação de **quorum**

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Apenas para esclarecer uma questão levantada pelo Deputado Virgílio Guimarães...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Pois não.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Virgílio Guimarães, para tentar sanar uma dúvida de V.Exa.: os 2 milhões de reais que foram destinados à Rede Sarah, em destaque do Senador Amir Lando, advieram do cancelamento de 2 milhões de reais de dois destaques subscritos pelo Deputado Átila Lins, que não estava presente no momento em que foi chamado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Pois não, obrigado.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Em seguida, esses 2 milhões de reais da Rede Sarah foram transferidos para outro destaque de S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado Pedro Novais tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Sr. Presidente, meus destaques são os de nºs 1.258, 1.259 e 1.260. São remanejamentos de valores aprovados anteriormente.

Já os destaques nºs 1.262, 1.263, 1.267 e 1.268 destinam-se a acrescer valores aprovados anteriormente.

O Destaque nº 1.262 refere-se à construção de barragens nos Municípios do Maranhão; o nº 1.263, construção e equipamento de quadra de esporte coberta; o nº 1.267, implantação e aparelhamento de unidades de saúde; e o nº 1.268, aquisição de unidades móveis de saúde.

Apelo para o Relator-Geral que contemple o nº 1.262 com 2 milhões de reais, se possível, e cada um dos demais com, pelo menos, 500 mil reais. É o apelo da bancada do Maranhão, que saiu bastante injustiçada neste relatório, conforme já demonstrei inúmeras vezes e vou demonstrar ainda agora.

Não quero dizer que os outros Estados não mereçam; sei que todos merecem, mas o Maranhão também tem esse direito e não pode receber menos recursos do que o Piauí, o Espírito Santo, o Distrito Federal, o Amazonas, o Pará, a Paraíba ou até Roraima.

Acho que há uma injustiça muito grande, tendo-se em vista que Roraima tem apenas 325 mil habitantes e o Maranhão, 5,6 milhões; o Acre tem apenas 600 mil habitantes e o Maranhão, 5,6 milhões; o Amazonas tem aproximadamente 2 milhões de habitantes e o Maranhão, 5,6 milhões; o Distrito Federal tem cerca de 2 milhões de habitantes e o Maranhão, 5,6 milhões; o Piauí tem pouco menos de 3 milhões de habitantes e o Maranhão, 5,6 milhões.

Portanto, Sr. Relator, apelo para seu espírito de equanimidade a fim de que estude melhor o assunto e atenda a esse último pedido da bancada do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Pedro Novais, após o apelo que V.Exa. fez na última reunião, os recursos destinados a reforçar as dotações do seu Estado para projetos diversos apresentados pela bancada do Maranhão, através de V.Exa., atingiram o montante de 12 milhões de reais.

No tocante aos destaques que V.Exa. apresentou, o de nº 1.258 prevê o remanejamento de 1 milhão e 80 mil reais da Emenda nº 71110014 para o Destaque nº 71110001, construção de trechos rodoviários no Corredor Araguaia –Tocantins, que foi acolhido.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Destaque nº 1.259, para implantação de sistema de coleta e tratamento de esgoto na Ilha de São Luís, prevendo o remanejamento de 532 mil reais da Emenda nº 71110014 para a Emenda nº 71110003, também foi acolhido.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Destaque nº 1.260, para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, prevendo remanejamento da ordem de 7 milhões de reais da Emenda nº 71110013 para a Emenda nº 71110002, também foi acolhido.

E, finalmente, a Emenda nº 1.262, para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, foi acolhida em 1,5 milhão de reais.

As demais, Sr. Deputado, não foi possível atender.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Acatou os Destaques nºs 1.258, 1.259, e 1.260, que são remanejamentos.

Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados, com parecer favorável do Relator.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Destaque nº 1.262, para construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, recebeu 1,5 milhão de reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mais o parecer favorável ao Destaque nº 1.262.

Em votação na Câmara dos Deputados, com parecer favorável do Relator.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

O parecer é contrário aos Destaques nºs 1.263, 1.267 e 1.268.

Vou colocar em votação o parecer contrário na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o parecer permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Rejeitado na Câmara dos Deputados, não vai ao Senado Federal.

Deputado Eujácio Simões.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, os destaques que mantive já foram por demais debatidos aqui em outras reuniões e referem-se à reposição dos recursos para o funcionamento dos Tribunais Regionais Eleitorais. São os Destaques nºs 1.288, 1.289, 1.290, 1.291, 1.292, 1.293, 1.294, 1.295 e 1.296. Na verdade, são valores pequenos em termos de nove destaques, só montam a cerca de 800 mil reais, beneficiando os Tribunais Regionais de Alagoas, da Bahia, de Roraima, de Mato Grosso do Sul, do Amazonas e de Rondônia.

Portanto, insistimos nessa questão, porque o Sr. Relator pode, pelo menos, em termos de funcionamento dos tribunais, dar uma solução imediata, deixando para um momento mais apropriado, talvez, como considerou no início dos debates, a questão das eleições vindouras.

Essa questão é de manutenção dos tribunais regionais, e gostaria de contar com a simpatia e a sensibilidade de V.Exa. para esses casos.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Com a minha simpatia, certamente, V.Exa. conta, Sr. Deputado, mas a possibilidade de atender a esses destaques não se viabilizou, embora isso possa ser atenuado pelas razões que considerei aqui anteriormente, no sentido de que o Governo Federal tem compromisso de atender às demandas e às necessidades do TSE e dos Tribunais Regionais Eleitorais, tendo em vista a melhor organização possível da Justiça Eleitoral para as eleições de 2002.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Sr. Presidente, quero contraditar, porque, na verdade, não se trata de recurso para as eleições, mas para custeio dos tribunais regionais – são oito tribunais regionais do Norte e do Nordeste. Não é para eleição. A eleição é a questão de informática, que vai ser tratada em outro destaque ou, futuramente, por V.Exa. Mas isso é custeio, que monta a 800 mil reais, atendendo a oito tribunais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual é o parecer? Contrário?

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, V.Exa. me permite apenas uma pequena observação sobre isso?

Sr. Relator, Deputado Sampaio Dória, quero só lembrar que as dotações dos TREs do Sul e do Sudeste foram recompostas. Seria até certa incoerência nossa não recompor as dotações dos TREs do Norte e do Nordeste.

Faço um apelo a V.Exa. para fazer um esforço no sentido de atender aos destaques apresentados pelo Deputado.

(Não identificado) – Os TRTs também... O TRT do Pará também ficou defasado.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Vou atender ao apelo do Deputado Eujácio Simões, endossado pelo Deputado Jorge Bittar. São 800 mil reais que estão acolhidos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas em que destaques? Qual é a proposta do Deputado Eujácio Simões?

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Nove destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Distribuídos igualitariamente?

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Não, os valores estão aí, cada um tem o seu valor.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. deveria ler...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Quais são os TREs que estão sendo atendidos, porque tenho destaque, também, sobre os TREs.

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – De Alagoas, da Bahia, de Roraima, de Mato Grosso do Sul, do Amazonas e de Rondônia. E a recomposição de uma verba nacional. O do Acre também.

Na de nº 1.288, Sr. Presidente, são recompostos 91 mil 227; na de nº 1.289, 173 mil 988; na de nº 1.290, 64 mil 366; na de nº 1.291, 171 mil 217; na de nº 1.292, 50 mil 267; na de nº 1.293, 58 mil 833; na de nº 1.294, 50 mil 997; na de nº 1.295, 68 mil 316; na de nº 1.296, 67 mil 672.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O total é 1 milhão?

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – Não, o total é 792 mil reais.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Está acolhido.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos votar! Vamos votar!

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Acolhidos os destaques de recomposição do custeio desses Tribunais Regionais Eleitorais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Repita somente os destaques dos Tribunais Regionais Eleitorais, Deputado Eujácio Simões. São todos? Todos se referem aos tribunais?

O SR. DEPUTADO EUJÁCIO SIMÕES – São nove, que perfazem esse valor, do nº 1.288 ao nº 1.296. São nove destaques.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Que, no total, perfazem 796 mil reais.

(Não identificado) – Todos os destaques somados dão esse valor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos colocar em votação os destaques com parecer favorável do Relator: nºs 1.288, 1.289, 1.290, 1.291, 1.292, 1.293, 1.294, 1.295 e 1.296, no valor de 796 mil reais.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

Tem a palavra o Deputado Luciano Castro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Sr. Relator, na realidade, retirei todos os meus destaques. Permaneci apenas com um, o de nº 1.298.

Sabedor da dificuldade que V.Exa. enfrenta na obtenção de recursos, quero encaminhar uma proposição: requeiro a V.Exa. que atenda ao Destaque nº 1.298, no limite de 1 milhão e meio, oferecendo como fonte de cancelamento parte do Destaque nº 1.473, também de minha autoria, aprovado parcialmente por V.Exa.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Estou encaminhando como sugestão ao Sr. Relator, para que atenda a esse destaque em 1 milhão e meio. Estou dando uma sugestão de cancelamento numa coisa que foi aprovada por mim parcialmente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Não estou destacando do de ninguém.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) – Quanto é, Deputado Luciano Castro?

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – Um milhão e meio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 1.493 já foi aprovado. Vamos ter de anular a votação desse destaque, porque vai sair 1 milhão e meio para o Destaque nº 1.298.

Então, vamos votar em bloco a saída de 1 milhão e meio do Destaque nº 1.493 e a entrada no Destaque nº 1.298.

O parecer do Relator é favorável?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – É favorável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, quero fazer uma observação para a bancada do PFL e para as outras bancadas também. Teremos uma longa jornada, iremos votar, provavelmente, até as 3h, as 4h da manhã. É necessário que os Srs. Deputados e os Srs. Senadores encontrem alguma forma de manter o **quorum**, de descansar ou se alimentar, para atingir esse objetivo.

Recomendo a cada bancada que se organize de modo que estejamos com **quorum** e com condições de permanecer aqui até as 4h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

O SR. SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Sr. Presidente, comece a cronometrar meu tempo quando eu puder ouvir o Relator.

Sr. Relator, eu começo cumprimentando V.Exa. pela competência com que se tem havido na condução dos trabalhos de elaboração do Orçamento, notadamente na administração da escassez, que é o retrato claro da exigüidade de recursos desta peça orçamentária. Compartilhei com V.Exa. a angústia de ter que distribuir o pouco para uma demanda tão acentuada neste País quando tive a honra de relatar a Área X do Orçamento.

Procurando defender meu Estado, o Tocantins, eu restringiria, Sr. Relator, o meu pedido da atenção de V.Exa. a três destaques, basicamente todos eles relacionados à infra-estrutura do Estado, um Estado novo, incrustado no coração do Brasil, que terá efetivamente a função de se articular com as demais regiões do País, e isso fará quando tiver as obras de infra-estrutura instaladas.

Por essa razão tanto lutamos pela alocação de recursos para a implantação da Ferrovia Norte-Sul, o nosso primeiro e mais importante projeto hoje. Em segundo plano, viriam as obras rodoviárias do Estado, com vistas a integrá-lo às demais regiões. Hoje, basicamente, o Estado do Tocantins é ligado às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste pela rodovia BR-153. É um verdadeiro hiato, há um estrangulamento ali. Por isso, é importante, para favorecer parcela considerável da população e permitir que o Estado do Tocantins se insira no processo de desenvolvimento do País, que tenhamos um aporte de recursos para as obras rodoviárias no nosso Estado. Seria o objeto do Destaque nº 1.308.

Da mesma forma, Sr. Presidente, Sr. Relator, na direção da infra-estrutura, a construção da eclusa da usina hidrelétrica de Lajeado permitiria a multimodalidade, o uso do modal hidroviário para facilitar o acesso e o transporte de cargas pesadas no nosso Estado. Seria o objeto do Destaque nº 1.309.

Por último, Sr. Presidente, verificamos que a alocação de recursos para a infraestrutura esportiva no nosso Estado ficou muito aquém do necessário, já que, além de atividades de entretenimento e lazer – diga-se de passagem que a grande maioria dos nossos Municípios não dispõe de outras opções de lazer –, o esporte proporciona integração social e a complementação da formação do caráter do indivíduo.

Por essa razão, faço um apelo a V.Exa., para que verifique a possibilidade de ampliar os recursos alocados na área de esporte, que ficaram, Sr. Relator, em apenas 2 milhões, 499 mil.

Era o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Senador, inicialmente, desejo e devo retribuir as referências elogiosas que V.Exa. me faz, já que, como Relator-Setorial de área extremamente sensível como a do desenvolvimento urbano do País, V.Exa., a despeito da exigüidade de recursos – no seu caso específico, foi marcante –, conseguiu realizar distribuição ab-

solutamente harmoniosa entre os pleitos das diversas Unidades da Federação.

Eu deveria dizer a V.Exa., Sr. Senador, que os recursos destinados ao Estado do Tocantins, certamente pelo fato de ser um Estado em fase inicial de desenvolvimento e de consolidação, poderiam e deveriam ser maiores. Todavia, não foi possível ir além do que fomos, inclusive no tocante aos destaques apresentados por V.Exa., que, lamentavelmente, deveremos rejeitar.

Manifesto, entretanto, a esperança de que o Presidente da República, que tem pelo seu Estado, por V.Exa. e pelo Governador de seu Estado estima toda especial, certamente haverá de ajudá-los, como tem feito até aqui. O Governador de seu Estado é o primeiro a reconhecer o empenho pessoal do Presidente da República em alavancar o crescimento do Tocantins. Espero que isso se prolongue por mais algum tempo. No tocante ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, seguramente esse empenho e esse carinho que tem pelo Estado do Tocantins, do qual V.Exa. pode dar testemunho melhor do que nós, vão traduzir-se em mais ajuda, em mais recursos para o Estado.

Lamento muito, pela enorme consideração pessoal que tenho por V.Exa., pela admiração que lhe devo e, mais do que isso, pela importante contribuição que V.Exa. deu como Relator, não poder atender aos seus pleitos nesta oportunidade. Mas espero que me perdoe e que, no futuro, eu possa redimir-me dessa falta perante V.Exa. Devo não acolher os destaques do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É o parecer contrário do Relator, que coloco em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o parecer do Relator, com relação aos Destaques nºs 1.308, 1.309 e 1.318, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer contrário na Câmara.

Em votação no Senado.

Não vai ao Senado.

Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Sr. Presidente, quero retirar o Destaque nº 1.195.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 1.195, que havia sido adiado, está sendo retirado.

Com a palavra o Deputado João Leão, para falar sobre os Destaques nºs 1.781, 1.198,1.354 e 1.355.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho tido um trabalho muito grande nesta Comissão, devido ao Projeto Brejos da Barra. É uma das regiões mais pobres do País. Infelizmente, nosso Relator diz que não é possível atendê-lo. Então, peço a S.Exa. que atenda na integralidade aos Destaques nºs 1.354, 1.355 e 1.356. O Destaque nº 1.354 trata da recomposição do Projeto Baixio de Irecê, no valor de 3 milhões, 843 mil 322.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Nobre Deputado, para esclarecimento da Mesa, V.Exa. mencionou o Destaque nº 1.356?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – É o do Vale do Iuiu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não está na relação.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Está, foi anotado, inclusive pelo Relator. Eu peço ao Relator que verifique se o Projeto Vale do Iuiu está em sua relação. Foi pedido.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. revela maior empenho no Destaque nº 1.354, não é isso?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Nos Destaques nº 1.354, que é o do Projeto Baixio do Irecê, e nº 1.355, que é o do Projeto Salitre.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, o Destaque nº 1.354, de autoria do nobre Deputado João Leão, tem como objeto a implantação de projetos de irrigação, perímetro de irrigação...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – V.Exa. poderia falar mais alto?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Implantação de projetos de irrigação, perímetro de irrigação Baixio de Irecê, no Estado da Bahia. Foi acolhido com 2 milhões e 400 mil reais. O Destaque nº 1.355, implantação de projetos de irrigação, perímetro de irrigação Salitre, no Estado da Bahia, foi acolhido com 600 mil reais.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Tenho ainda, nobre Relator, o Destaque nº 1.781. Esse destaque trata da construção, da ampliação e da melhoria da infra-estrutura do campus da Universidade Federal da Bahia. A UFBA vem passando por problemas muito graves, e os alunos estão em situação muito difícil. Eles assistem às aulas na chuva, principalmente agora, nas temporadas de verão. Então, já que o PT cortou um pedaço e depois V.Exa. recompôs outro pedaço no destaque do Deputado João Almeida, eu gostaria que recompusesse um pouco o destaque, porque a UFBA, realmente, está em situação caótica.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, no tocante aos dois destaques já citados, os de nºs 1.354 e 1.355, o atendimento é o mencionado, 2 milhões e 400 mil reais para o Destaque nº 1.354 e 600 mil reais para o Destaque nº 1.355, não havendo, deploravelmente, condições para atender ao derradeiro pleito do Deputado João Leão, para a Universidade Federal da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contrário aos demais destaques.

Vamos colocar em votação os dois que foram acolhidos, o de nº 1.354, com 2 milhões e 400 mil reais, e o de nº 1.355, com 600 mil reais.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o parecer favorável permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado no Senado.

Em votação os destaques com parecer contrário, os de nºs 1.781, 1.198 e 1.356. O parecer é contrário.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Rejeitado na Câmara.

Não vai ao Senado.

Registro o voto contrário do Deputado João Grandão.

Sobre a mesa requerimento do Deputado Virgílio Guimarães, de apreciação imediata, através de concessão de preferência, do Destaque nº 1.589, relativo ao salário mínimo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Peço a palavra para encaminhar o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra para encaminhar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, vamos discutir hoje, aqui, pacientemente, todos os assuntos. Mas, evidentemente, esse é um tema especial, que demanda atenção. Para facilitar o processo, eu próprio, que tenho vários destaques, vou agrupar diversos deles, para que sejam votados por assunto, dando celeridade aos trabalhos. Mas, no caso do salário mínimo, faço questão de votação específica.

Daí o porquê do encaminhamento deste requerimento de imediata votação do salário mínimo, que teria preferência sobre os demais assuntos neste momento.

É o encaminhamento que faço, pedindo apoio ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, não temos objeção a essa preferência, mas faríamos no conjunto. Passaríamos agora a apreciar todos os destaques de texto e, posteriormente, retornaríamos aos destaques que foram de mérito do Relator. Se houver esse entendimento, liqüidamos, já nessa inversão, todos os destaques de texto e ficamos apenas com os destaques de mérito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Consulto o Deputado Virgílio Guimarães sobre se está de acordo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Estaria mantida a preferência desse especificamente?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Estaria.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Esse teria preferência?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Começamos com esse e votamos todos os destaques de texto na seqüência, para, depois, retornarmos a essa votação.

(Não identificado) – É o procedimento correto.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não vejo nenhum inconveniente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em votação o requerimento do Deputado Virgílio Guimarães...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Acolhido o adendo do Deputado Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – ... de concessão de preferência para o Destaque nº 1.589, com o aditivo, agora, do Deputado Ricardo Barros, no sentido de votar todos os destaques ao texto do PL.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado no Senado.

Vamos, agora, à votação do Destaque nº 1.589 e depois dos demais destaques ao texto. O autor desse destaque é o Deputado Virgílio Guimarães, a quem passo a palavra neste instante.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Desejo a presença também do Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Indicou o Deputado Fernando Coruja?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Parece-me que S.Exa. ia levantar uma questão de ordem. Não sei se é a mesma, isto é, sobre a ausência do Relator.

Farei o encaminhamento como autor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Somente podem falar o autor dos destaques e o Relator.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Como o Relator não se encontra, estou aguardando. (*Pausa*.)

Sr. Presidente, há um pedido para que eu comece. Então, não vou criar esse...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A platéia está aqui para ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A platéia está aqui, e o Relator, tenho certeza, já conhece bem o teor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sem dúvida alguma.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Com certeza, como é diligente, o nosso Relator já estudou bastante o assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, a questão do salário mínimo tem polarizado a atenção desta Casa desde quando teve algum avanço, de 180 para 189 reais, que seria automático, e daí até 200. Temos feito um grande esforço, sobretudo a Oposição, também contando com a simpatia de segmentos da base do Governo, para avançarmos ainda mais.

O grande obstáculo apontado tem sido a falta de recursos. E, em torno da discussão desses recursos, também surgiram divergências. Temos apontado alternativas concretas para que o salário mínimo possa chegar, pelo menos, a 220 reais ou que, pelo menos, a provisão da Previdência Social seja suficiente para suportar o salário mínimo de 220 reais, mesmo que, em maio, possamos chegar a um valor acima desse, se houver recursos.

Sr. Presidente, o destaque que apresento se refere a emenda de texto aprovada na Comissão de Trabalho. Não se trata, portanto, da discussão que fazemos aqui a respeito do provisionamento de recursos da Previdência Social para suportar o aumento do salário mínimo. Não é isso. Trata-se de outra abordagem. E essa, sim, tenho certeza de que será aprovada por esta Comissão.

A Comissão de Trabalho, com a participação das centrais sindicais, da CUT, dos dirigentes sindicais, mostrou, numa emenda de texto, um caminho que pode ser a grande solução para esse impasse. Qual é o caminho? Que, no texto da lei do Orçamento anual de 2002, fique consagrado que a totalidade dos excessos de arrecadação seja direcionada para o salário mínimo, até que ele atinja o patamar estabelecido pela Constituição Federal.

Não estamos discutindo valores, Sr. Presidente, mas um critério de prioridade. E não se trata da primeira ou da segunda prioridade, porque, como o próprio nome diz, prioridade é o primeiro, é o objetivo, é a importância máxima. Se dermos importância máxima ao salário mínimo, à Previdência Social, ao aposentado, ao pensionista, ao trabalhador rural, que hoje está no interior do Brasil sustentando as economias locais de cidades empobrecidas do Nordeste, do Vale de Jequitinhonha, em Minas Gerais, e de tantos lugares, se tivermos, realmente, o compromisso com o social, com essa prioridade nacional, nós, sem dúvida, poderemos votar essa emenda de texto, que representa o pensamento do sindicalismo brasileiro mais autêntico e da Comissão de Trabalho.

Que todo o excesso de arrecadação, de que origem for, seja direcionado, no ano de 2002, para o salário mínimo. E o salário mínimo seria, portanto, elevado gradualmente para 210 reais, 220 reais, 240 reais, até onde for possível, até onde os recursos permitirem. Não há, portanto, discussão de limites de recursos, mas seria o que o excesso de arrecadação permitisse.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho aqui destaque de emenda fruto da elaboração dos dirigentes sindicais brasileiros, elaboração aprovada pela Comissão de Trabalho.

Em defesa do salário mínimo e da coerência de todos os que se dizem defensores do salário mínimo como prioridade, que nós aprovemos a emenda de texto, que dará uma orientação, que será suficiente para elevar substancialmente o ganho da sofrida população dependente da Previdência Social e do salário mínimo pago pela iniciativa privada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Muito bem, Deputado. Vamos ouvir agora o Relator.

Sr. Relator, V.Exa. ouviu o discurso entusiasmado do Deputado Virgílio Guimarães?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – E foi aprovado por unanimidade na Comissão de Trabalho.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Tenho certeza de que o convenci.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O discurso do Deputado Virgílio Guimarães é absolutamente impecável. Todavia, o excesso de arrecadação previsto como fonte para custear despesas orçamentárias adicionais decorrentes da correção do salário mínimo, de tal forma que possa ser recuperado o poder aquisitivo do mínimo e dos benefícios mantidos pelo Regime Geral da Previdência Social, nos termos do inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, pode originar-se de recursos que não sejam continuados, de recursos eventuais, esporádicos, aleatórios, que certamente não responderiam à necessidade de os recursos específicos sustentarem pagamentos de pessoal na área de Previdência Social, pagamento de inativos, pagamentos de beneficiários da assistência social.

E, também, no âmbito do Ministério do Trabalho, em função de alguns programas ali existentes e que estão atrelados ao salário mínimo, devo, por razões de ordem técnica, dar parecer contrário a esse destaque, mas admitindo, desde logo, que é preciso perseguir, como faz o Partido dos Trabalhadores e outros partidos oposicionistas desta Casa, outras alternativas, outros caminhos para que, realmente, a recuperação progressiva ou o avanço progressivo do salário mínimo se dê de forma mais acelerada, menos lenta do que se tem dado no Brasil.

A alegação de que o salário mínimo é inflacionário, evidentemente, é absolutamente descabida, absolutamente improcedente. O salário mínimo, como mecanismo de redistribuição de renda, é seguramente um instrumento que não pode ser neglicenciado. Evidentemente, nenhum de nós se sente bem em viver num país cujo piso salarial seja tão indigno quanto esse.

Eu me considero inteiramente solidário à preocupação que motivou esse destaque, mas, pelas razões expostas, devo manifestar-me contrariamente a ele.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contrário.

Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Acatado o parecer do Relator.

Portanto, rejeitado o destaque, contra os votos da bancada do PT, do PCdoB, que pedem verificação, assim como o Bloco Parlamentar PDT/PPS, com apoiamento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ANTONIO ALMEIDA – Do PSB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, para fazer a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – É bom que se registre que, apesar de eu ter sido signatário, é um destaque de todos os partidos da Oposição. Eu apenas o encabecei, mas ele é simultaneamente de autoria de todos os partidos. Não é do PT, mas dos sindicalistas, do PCdoB, do PDT, do PSB, do PPS ...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, apenas para esclarecer: quem vota com o Relator vota "não", e quem vota com o destaque vota "sim".

Vou começar a chamar os Deputados.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Quem vota com o salário mínimo vota "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Com o Relator, "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Com o Relator, "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro.

O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO – "Não", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Carlos Elias. *(Pausa.)*

Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – Com o Relator, voto "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Narcio Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Feijó. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Mourão.

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – Com o Relator, voto "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Sampaio Dória, voto conhecido, "não".

Deputado Saulo Pedrosa.

O SR. DEPUTADO SAULO PEDROSA – "Não", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputada Zila Bezerra.

A SRA. DEPUTADA ZILA BEZERRA – Com o Relator, "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Adolfo Marinho.

O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO – Com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Armando Abílio. *(Pausa.)*

Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Batata. *(Pausa.)*

Deputado Domiciano Cabral. *(Pausa.)* Deputado Domiciano Cabral, "não".

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gonçalves. *(Pausa.)*

Deputado Josué Bengtson. *(Pausa.)*

Deputado Jovair Arantes. *(Pausa.)* Deputado Jovair Arantes, "não".

Deputada Lidia Quinan. (*Pausa*.) Deputada Lidia Quinan, "não".

Deputado Nilo Coelho. (*Pausa*.) Deputado Nilo Coelho, "não".

O Bloco Parlamentar PSDB/PTB está completo.

PFL:

Deputado Antônio Carlos Konder Reis. (*Pausa*.) Deputado Antônio Carlos Konder Reis, "não", com o Relator".

Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Com o Relator, "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Lael Varella.

O SR. DEPUTADO LAEL VARELLA – "Não", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Luciano Castro.

O SR. DEPUTADO LUCIANO CASTRO – "Não", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA – "Não", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Osvaldo Coelho. (*Pausa*.) Deputado Osvaldo Coelho, "não".

Deputado Paulo Braga. (*Pausa*.)

Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Santos Filho. (*Pausa*.) Deputado Santos Filho, "não", com o Relator.

Deputado Wilson Braga. (*Pausa*.)

Deputado Aracely de Paula. (*Pausa*.)

Deputado Ariston Andrade.

O SR. DEPUTADO ARISTON ANDRADE – "Não", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Átila Lins.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – PFL completo.

PMDB:

Deputado Antônio do Valle. (*Pausa*.)

Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – "Sim", com o destaque.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Jonival Lucas Junior.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – Com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Chaves. (*Pausa*.)

Deputado José Priante. (*Pausa*.)

Deputado Marcelo Teixeira. (*Pausa*.)

Deputado Marçal Filho. (*Pausa*.)

Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – Com o Relator, "não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Olavo Calheiros.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – Com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Zé Gomes da Rocha. (*Pausa*.)

Deputado Coriolano Sales. (*Pausa*.)

Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI – "Não", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Eunício Oliveira. (*Pausa*.) Deputado Eunício Oliveira, "não".

Deputado Gastão Vieira. (*Pausa*.)

Deputado João Henrique. (*Pausa*.)

Deputado Jorge Alberto. (*Pausa*.)

Deputado Osvaldo Reis. (*Pausa*.)

Deputado Renato Vianna. (*Pausa*.)

Deputado Silas Brasileiro. (*Pausa*.)

Deputado Pedro Chaves. (*Pausa*.) Deputado Pedro Chaves, "não".

Deputado Waldemir Moka.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Algum Deputado do PMDB deixou de ser chamado?

PT:

Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – O menos vale, e mais salário para o povo. Voto "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Coser. (*Pausa*.) Deputado João Coser, "sim".

Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – A favor dos trabalhadores, por um salário mínimo digno, voto "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – "Sim", com o destaque.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Pedro Celso. (*Pausa*.)

Deputado Virgílio Guimarães, voto conhecido, "sim".

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – "Sim", com as pensionistas e os aposentados do Brasil.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – "Sim", senhor contador de votos.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – O PT está completo.

PPB:

Deputado Almir Sá.

SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – "Não", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI– "Não", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – Com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Roberto Balestra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – "Não".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – O PPB está completo.

Bloco Parlamentar PDT/PPS:

Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Airton Dipp. (*Pausa*.)

Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – "Sim", com os trabalhadores.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Clementino Coelho. (*Pausa*.)

Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – O PDT está completo.

Bloco Parlamentar PSB/PCdoB:

Deputado Alexandre Cardoso. (*Pausa*.)

Deputado Givaldo Carimbão.

Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Agnelo Queiroz. (*Pausa*.)

Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Com o salário mínimo, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputada Tânia Soares. (*Pausa*.)

Bloco Parlamentar PL/PSL:

Deputado Eujácio Simões. (*Pausa*.)

Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Welinton Fagundes. (*Pausa*.)

Deputado Alceste Almeida. (*Pausa*.)

Deputado Juquinha. (*Pausa*.) Deputado Juquinha, "não".

Deputado Robério Araújo. (*Pausa*.)

Na vaga do PV, Deputado Orlando Desconsi. (*Pausa*.)

Na vaga do PV, Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)* Deputado Dr. Rosinha, "sim". (*Pausa*.)

Sr. Presidente, o resultado é o seguinte: 43 votos "não" e 16 votos "sim".

O destaque está rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Foi rejeitado na Câmara dos Deputados. Por isso, não vai ao Senado Federal.

Aviso aos Srs. Parlamentares que esta Presidência convocará reunião para amanhã, às 14h, para votarmos os PLs.

Estava pensando que poderíamos votar alguma coisa hoje, mas devemos encerrar os trabalhos muito tarde.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Já convocaram reunião do Congresso Nacional?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Por que não de manhã, Sr. Presidente? A minha sugestão é que se convoque para as 11h ou as 12h.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 1.071, ao texto, do Deputado Átila Lins, foi retirado.

O Destaque nº 1.420, do Deputado Juquinha, foi retirado.

Os Destaques nºs 1.421 e 1.422, do Deputado Jovair Arantes, foram retirados.

Será apreciado agora o Destaque nº 1.590, do Deputado Virgílio Guimarães. Emenda nº 35820023, que diz:

Acrescente-se o seguinte artigo:

> *"As despesas obrigatórias de caráter continuado, previstas no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000, e listadas no anexo de que trata o § 2º do art. 2º da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, constituem obrigações legais para fim de aplicação do disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000."*

Com a palavra o autor.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o objetivo é apenas acentuar o caráter que essas despesas têm, de serem efetivamente obrigatórias. Isso corresponde ao que propõe a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, a lei orçamentária viria apenas consagrar essa preocupação, que é coerente com todo o escopo já colocado pela LDO e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse é o objetivo do destaque que apresento, dessa emenda de redação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Consigno que a votação nominal terminou à meia-noite e vinte minutos. Por um lapso da Mesa, faço o registro agora.

Para falar sobre o destaque apresentado, concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Se o Relator preferir, podemos fazer em bloco todas as emendas de redação.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Desejo acolher o Destaque nº 1.590, do Deputado Virgílio Guimarães. Mas, em relação ao Destaque nº 1.591, na minha avaliação e na da consultoria técnica do Sr. Deputado, a LDO tem avanços superiores aos que V.Exa. propõe em seu destaque. De qualquer forma, posso explicitar isso em seguida.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A idéia não era contraditar a LDO, como disse na minha defesa, e sim apenas reforçar, correndo o risco da redundância, mas a LDO desaparece com a aprovação da lei orçamentária anual. Nesse sentido, estou perenizando aquele dispositivo.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, a Relatoria acolhe o Destaque nº 1.590, do Deputado Virgílio Guimarães. No tocante ao Destaque de nº 1.591...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estamos apreciando apenas o Destaque nº 1.590.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Admitiria, se o Relator quisesse, para economia processual, como os outros Deputados fizeram, mas poderia discutir um por um, se o Presidente achar indispensável. Quando defendi a questão do salário mínimo, apenas adiantei que votarei alguns em conjunto. Não quero fazer disso objeto de protelação, mas, sim, de discussão profunda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Então, vamos colocar em votação o Destaque nº 1.590, e o parecer é pela aprovação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Destaque nº 1.591.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, alertado pela assessoria, percebo que houve um erro de redação. Realmente, deixei de incluir questões que estão lá. Então, prefiro retirar esse destaque. Lamentavelmente, retiro. O erro é de datilografia, mas vale o que está sendo votado. Infelizmente, estou retirando o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 1.592.

V.Exa. mantém ou retira?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – *(Ininteligível.)* do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Emenda nº 3.582/0017.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Destaque nº 1.591, portanto, foi retirado?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Lamentavelmente, porque o importante é o que está escrito. Houve um erro na transcrição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. quer falar algo a respeito do Destaque nº 1.592?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Da mesma forma, Deputado Virgílio Guimarães, a intenção de V.Exa. é a melhor possível, mas, no texto na lei, isso já está explicitado...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A intenção era a mesma que explicitei no anterior.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – ... no art. 20, que, na verdade, aprimorou o dispositivo. Então, tal qual em relação ao Destaque nº 1.591, quero crer que a intenção de V.Exa. é basicamente a mesma. Na essência, é a mesma que consta da lei. Como a lei vai um pouco além e é um pouco mais rigorosa, proponho a V.Exa. a retirada desse destaque, para não prejudicar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Apesar de que a LDO serve apenas para ilustrar a lei. Então, quero apenas defender o critério. Mas, de outra vez, vamos ser mais cuidadosos na transcrição. Veja bem, a LDO orienta a elaboração da lei anual, mas o que prevalece é a lei do Orçamento anual. Daí ter sentido a manutenção. Mas, acolhendo sugestão de V.Exa., vamos retirá-lo também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirado o Destaque nº 1.592.

Destaque nº 1.681, do Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, Sr. Relator, esse destaque se refere a uma rodovia que corta Minas Gerais, a BR- 482. Ela sai do Município de Conselheiro Lafaiete e vai a Porto Firme, Viçosa e Fervedouro. O trecho era esse em Orçamentos anteriores e no Plano Plurianu-

al de Aplicação – PPA. Lamentavelmente, o Executivo remete-nos a dotação nessa rubrica, BR-482, Conselheiro Lafaiete –Porto Firme, retirando os trechos Viçosa –Fervedouro, com o que afeta efetivamente as relações políticas de um dos Deputados de nossa região, Deputado Danilo de Castro, e só atende à região Lafaiete –Porto Firme, de outro Parlamentar.

Sr. Relator, nossa intenção não é alterar os valores. Pretendemos manter o mesmo volume de recursos. Já expusemos o assunto ao Relator-Setorial, que ficou de fazer uma recomendação ao Relator-Geral, apoiando a idéia. Ocorre que, até agora, nenhuma providência foi tomada. Levanto novamente o problema porque acredito que, ante as contribuições que virão na área rodoviária no próximo exercício, possivelmente haverá possibilidade de se estenderem determinados trabalhos. E o trecho Porto Firme –Viçosa –Fervedouro ficará prejudicado, porque, através de simples crédito adicional, teremos dificuldades em contemplá-lo.

Se V.Exa. acatar esse destaque, o único que mantivemos, estará garantindo o equilíbrio político-partidário e, ao mesmo tempo, permitindo que os habitantes de Viçosa e Fervedouro tenham a mesma oportunidade dos outros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator pede-me um prazo para examinar. S.Exa. tem uma simpatia muito grande pelo destaque, mas não está em condições de decidir.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Como emenda de bancada, sempre teve a denominação apontada pelo Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Sempre foi um trecho completo. Eu, como participante da coordenação da bancada, posso dar esse testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Até o final, o Relator dará uma posição a respeito da matéria, que será estudada pela assessoria.

Vamos ao próximo destaque.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – Sr. Presidente, gostaria de ressaltar apenas o caráter político da matéria. E a assessoria ainda não acordou para alertar devidamente tanto em relação ao relatório setorial, que já apresentara a questão, quanto ao Relator-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 2.145, do Deputado Giovanni Queiroz. Emenda nº 1.607/0046.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, estou retirando o Destaque nº 2.145.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirado.

O Destaque nº 2.146 está retirado.

Destaque nº 2.147.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Retirado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 2.148?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Também vou retirar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Emenda nº 1.607/0049?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Estou retirando.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirada.

Destaque nº 2.149?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Também está retirado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Estou contribuindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 2.150?

SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Retirado também.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 2.151?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Também retirado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 2.153?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, Destaque nº 2.152.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 2.152 já havia sido retirado antes.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Já? Ah, sim. Já havia sido retirado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 2.153 também está retirado, Deputado Giovanni Queiroz?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Estou consultando minha lista.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. retira o de nº 2.153?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, Sr. Presidente. E vou explicar o porquê. Quero contribuir com o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sou todo ouvidos, Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – V.Exa. está recebendo apelo de todos os Deputados para acrescer algo mais. E não será diferente em relação ao Estado do Pará.

Mas quero dar-lhe condições de poder atender a mais Parlamentares. Por isso, proponho o cancelamento de 5 milhões de reais do seqüencial 00222289, que diz respeito a comunicação de governo. Com esses recursos, V.Exa. poderá, sem dúvida alguma, voltar a dar maior equilíbrio à distribuição de recursos nacionais.

Assim, V.Exa. teria disponível mais 5 milhões de reais para atender à demanda de tantos Parlamentares, inclusive deste Deputado, que lhe fará um apelo na hora oportuna, para o acolhimento de algumas emendas.

Já há dinheiro demais destinado à comunicação de governo, e proponho a V.Exa. que cancele 5 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado está com dúvida em relação à emenda. Vou lê-la: "Cancelar no seqüencial 2289, Comunicação de Governo, o valor de 5 milhões de reais".

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA– Deputado Giovanni Queiroz, esta Relatoria, ao promover corte de custeio, privilegiou exatamente as ações referentes à publicidade, e chegamos a um corte médio de 17,5% dos gastos publicitários do Governo, atingindo um montante de 35 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Vamos cortar mais cinco, Sr. Relator?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contrário?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – É contrário, pelo fato de já termos cortado muito além dos 5 milhões que o Deputado Giovanni Queiroz sugere.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer do Relator é contrário.

Coloco a matéria em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto dos Deputados Giovanni Queiroz e Sérgio Miranda.

Rejeitado o destaque na Câmara dos Deputados, a matéria não vai ao Senado Federal.

Destaque nº 2.154, do Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, esse é de igual forma.

Sr. Relator, estou querendo ajudar-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Primeiro, tenho de ler a emenda, Deputado: "Emenda 1.607/0055, cancelar no seqüencial 4231, Fiscalização de Concessão de Rodovias, BR-040, Rio –Minas, Rio de Janeiro –Petrópolis –Juiz de Fora, o valor de 2 milhões de reais".

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Relator, estou apenas querendo ser coerente. Veja V.Exa. que, naquela rubrica...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. poderia falar um pouco mais alto, Deputado Giovanni Queiroz?

(Não identificado) – Pare essa briga, Sr. Presidente, para que possamos continuar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço silêncio.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ– Se o Relator me ouvir, verá que, nesses recursos de dotações, destinados à fiscalização de concessão de rodovias, o custo unitário varia de 9 mil e 700 reais por quilômetro/ano até o preço da Ponte Rio –Niterói, de 107 mil reais por quilômetro/ano. Só para fiscalizar concessão.

Estou querendo que haja um valor médio para a fiscalização. Com exceção da Ponte Rio –Niterói, vamos colocar para todas as rodovias o preço básico de 9 mil 722 reais. Por isso, estou propondo o corte de 2 milhões na fiscalização dessa concessão que vai do Rio de Janeiro a Juiz de Fora.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço aos Srs. Parlamentares que se reúnam na sala da Presidência. *(Palmas.)*

(Não identificado) – A base do Governo não se entende. Então, que se entenda lá na sala.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) – A base está rachada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Relator, quero ajudar-lhe. Vamos conseguir mais recursos para distribuir.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Acho a idéia de V.Exa. interessante. Gostaria de me aprofundar nela um pouco mais.

Ouço novamente V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Agradeço a atenção a V.Exa.

O meu raciocínio é o seguinte. Na proposta do Governo, a fiscalização de concessão de rodovias varia de 9 mil 722 reais por quilômetro/ano a 107 mil reais por quilômetro/ano, no caso da Ponte Rio –Niterói, um caso à parte. Proponho que fixemos em 9 mil e 700 reais o quilômetro/ano, aproximadamente 3 mil dólares, que é o preço de conservação de rodovias utilizado pelo DNER. Então, só para fiscalizar a concessão não pode custar mais do que isso.

Daí meu raciocínio é que fixemos em 9 mil e 700 por quilômetro/ano. Com o excedente, V.Exa. poderá atender à construção de outras rodovias, à restauração de estradas e a outras áreas da mesma unidade orçamentária. Essa é nossa proposta. E, para Ponte Rio –Niterói, fixaremos o dobro desse valor, porque se trata de estrutura maior e exige a presença de mais engenheiros.

O valor de 9 mil e 700 reais atende plenamente ao objetivo a que se presta, fiscalizar a concessionária da rodovia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O Relator está pedindo um tempo para analisar a matéria. Vamos deixar esse destaque para o final, como fizemos com o do Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Deputado Giovanni Queiroz, V.Exa. vai manter os demais destaques?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O Destaque nº 2.155 está na mesma situação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Por favor, verifique quais V.Exa. retirará.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Esse e o Destaque nº 2.155, que é idêntico ao primeiro, que trata também de cancelamento para fiscalização de concessão de rodovias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retira o Destaque nº 2.155?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, está na mesma situação do Destaque nº 2.154. Caminham juntos.

O Destaque nº 2.156 versa também sobre a Ponte Rio –Niterói. É a mesma matéria.

O Destaque nº 2.157 também trata de fiscalização de concessão de rodovias e retira mais 660 mil reais. É igual ao primeiro.

Dessa forma, ficaríamos com um valor uniforme para a fiscalização de concessão de rodovias.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Esse valor que V.Exa. sugere gera esse resultado líquido que consta aqui?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Gera esse resultado líquido. V.Exa. poderia até submetê-lo à assessoria, para verificar se não errei nas contas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São três idênticos?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Os Destaques nºs 2.154, 2.155 e 2.157. É isso mesmo?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Os Destaques nºs 2.154, 2.155, 2.156 e 2.157.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Destaque nº 2.156 diz respeito à Ponte Rio –Niterói, que V.Exa. decidiu excetuar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 2.157 não tem emenda.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Tem, sim, senhor. O Destaque nº 2.157 tem, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sem emenda, é o que está escrito aqui.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sim, sem emenda. Esse aqui é destaque supressivo, destaque de texto, não tem que ter emenda.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Então, ele não é igual aos demais.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Aliás, ele tem emenda, é igual aos outros. No caso da Ponte Rio –Niterói, proponho que o valor da fiscalização seja o dobro, em comparação com o valor destinado à fiscalização das rodovias.

Destaque nº 2.156, Emenda nº 57, Destaque nº 2.157, Emenda nº 58.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator está estudando esses três destaques. A matéria sobre que reza o Destaque nº 2.157 é um pouco diferente, já que não tem emenda.

V.Exa. mantém o Destaque nº 2.158?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deixa-me expor ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – E o Destaque nº 2.159?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Também, está aqui na minha mão. Deixe-me fazer um comentário.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, sou favorável à proposta do Deputado Giovanni Queiroz de cancelar, nos termos propostos, nos Destaques nºs 2.154, 2.155 e 2.157, os valores propostos de 2 milhões 660 mil, respectivamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 2.154 solicita o cancelamento da fiscalização e da concessão de rodovias na BR-040, Rio de Janeiro –Minas Gerais, Rio de Janeiro –Petrópolis –Juiz de Fora, no valor de 2 milhões.

O Destaque nº 2.155 solicita o cancelamento da fiscalização e da concessão de rodovias, BR-116, Rio de Janeiro –São Paulo, Rodovia Presidente Dutra, no valor de 2 milhões.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, seria possível sabermos quais são os valores iniciais?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Apenas um minuto, nobre Deputado, deixe-me terminar.

O Destaque nº 2.156 solicita o cancelamento da fiscalização e da concessão de rodovias, na Ponte Rio –Niterói, no valor de 1 milhão e 100 mil reais.

O Destaque nº 2.157...

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, por favor, nas emendas, são cancelados 2 milhões de quanto?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Dois milhões da Emenda nº 2.154, 2 milhões da Emenda nº 2.155 e 660 mil da Emenda nº 2.157.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Mas são 2 milhões de quanto? Qual era o valor inicial, Deputado Giovanni Queiroz?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Eram 6 milhões e 50 mil, 3 milhões 750 mil...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A Emenda nº 2.157 solicita o cancelamento da fiscalização e da construção de rodovias, BR-290, Rio Grande do Sul-Osório-Porto Alegre, no valor de 660 mil reais.

São esses os quatro destaques aos quais o Relator deu parecer favorável, e vamos colocá-los em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, gostaria de solicitar ao Relator apenas uma informação. Deve haver contratos a esse respeito. Se cortarmos os recursos, a concessão ficará sem fiscalização, o que é muito mais grave. A intenção pode ser boa, mas o resultado vai ser ruim.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Alberto Goldman, foi por isso que perguntei ao Deputado Giovanni Queiroz se os valores aqui apontados já resultam da aplicação desse critério que S.Exa. mencionou, que, em princípio, me parece racional. Na minha avaliação, está superestimado o valor original.

O Deputado Giovanni Queiroz alega, nesse caso, que a redução do custo unitário geraria os resultados líquidos aí apontados.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Esse é apenas um exercício de chute, Sr. Relator. Desculpe-me, mas é um exercício de chute.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Tenho certeza de que o Deputado Giovanni Queiroz tem os cálculos para demonstrar o resultado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Deve haver um contrato a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu vou colocar a matéria em votação. Quem for a favor vote a favor. Quem for contra vote contra.

O parecer do Relator é favorável aos Destaques nºs 2.154, 2.155, 2.156 e 2.157.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que são favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara, com o voto contrário do Deputado Alberto Goldman.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado da República.

Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, tendo em vista que os valores encontrados pelo Deputado Giovanni Queiroz dizem respeito ao Rio de Janeiro, solicito ao Relator que tente alocar os recursos em alguma das emendas de Estado, do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Rio de Janeiro e São Paulo, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Mas pode dividir: a parte de São Paulo fica alocada em São Paulo, e a do Rio de Janeiro fica nas emendas do Rio de Janeiro, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não se trata de questão de ordem. Não há questão de ordem a decidir.

Destaque nº 2.158, do Deputado Giovanni Queiroz, da Emenda nº 1.607/0059, que solicita o cancelamento da restauração das rodovias federais do Estado do Rio Grande do Norte, no valor de 2 milhões 118 mil reais.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, os Destaques nºs 2.158, 2.159, 2.160, 2.161, 2.162, 2.163, 2.164, 2.165 e 2.166 tratam da mesma matéria.

Sr. Relator, apenas para dar uma contribuição, no anexo que veio do PL, constam os preços unitários para restauração, construção, duplicação ou adequação, e esses valores que constam aqui vieram a maior, para a restauração, que é o caso. O preço proposto no anexo é de 100 mil reais por quilômetro – para restaurar uma rodovia, são destinados 100 mil reais.

Estou apenas retirando o excedente de 100 mil reais por quilômetro, para que V.Exa. consiga remanejar para a mesma área, tirando o que excedeu dos 100 mil reais por quilômetro, na proposta do Governo, que já veio errada. Não foi um erro cometido por V.Exa., que poderá distribuir melhor os recursos para outras rodovias que não foram premiadas com a restauração, que lhes é necessária.

É a proposta que faço a V.Exa., a fim de que adapte aquilo que já consta do relatório, do anexo do projeto de lei.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – O anexo dá o valor por metro...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está cortando recurso para a restauração de rodovias em vários Estados.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – São 100 mil reais por quilômetro.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Trata-se de um risco, Sr. Presidente, um risco.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Risco sempre há.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Esses destaques envolvem uma complexidade maior, Deputado Giovanni Queiroz, e demandariam análise mais aprofundada.

Por essa razão e por recomendação da Consultoria Técnica, devo rejeitá-los.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Relator, deixe-me fazer um apelo: deixe para avaliá-los no final e veja se conferem com meus números. Eu estou apenas querendo adequá-lo àquilo que veio no projeto de lei, ou seja, à recomendação de preços unitários da LDO. Fui eu que consegui inseri-lo na LDO.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Contrato sobre preços é para ser revisto. Tem razão o Deputado Giovanni Queiroz. O PT vai acompanhá-lo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Relator, sendo assim, eu solicito a V.Exa. que deixe para o final.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator já emitiu parecer contrário.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Vai manter o parecer agora? Não faça isso. Do contrário, vai prejudicar a LDO. A LDO prevê isso.

(Não identificado) – O Relator já emitiu parecer contrário!

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Os argumentos da Consultoria, Sr. Deputado Giovanni Queiroz, mostram que esse valor médio não se aplica, especificamente, a alguns casos. Portanto, não seria prudente, sem análise mais profunda, tomarmos essa decisão.

No tocante ao custo da fiscalização da concessão das rodovias, estou de acordo com V.Exa., principalmente porque o cálculo é muito mais simples de ser feito. Entretanto, no tocante aos projetos de conservação, eu optaria por rejeitar os destaques de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados os Destaques nºs 2.158, 2.159, 2.160, 2.161, 2.163, 2.164, 2.165 – o 2.162 e o 2.166 já haviam sido retirados. O parecer é contrário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

(Não identificado) – Contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Rejeitado, com o voto contrário dos Deputados Virgílio Guimarães, João Grandão, Carlito Merss, João Magno, João Coser, Sérgio Miranda, Gilmar Machado, Lúcia Vânia, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota e Jorge Bittar.

Sendo assim, não será encaminhado ao Senado Federal.

Destaque nº 2.167, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz, Emenda nº 1.607/0068.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, eu poderia discutir os destaques um a um, mas quero contribuir com a Casa. Entretanto, quem decide é a maioria. Estou querendo ajudar sempre.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Temos prazer em ouvi-lo sempre.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Os Destaques nºs 2.167, 2.168, 2.169 têm o mesmo objetivo.

Sr. Presidente, trata-se de 1 milhão de reais para duplicação de rodovias. Eu até concordo em que há trecho em que se gastem 10 milhões – é preciso fazer um viaduto ou um túnel –, mas, no caso de adequação das rodovias para o valor superior a 1 milhão de reais, há rodovia que se duplica com 500 ou 600 mil reais. O preço que vem no anexo prevê exatamente que haja um limite. E mais ainda: que valores superiores a esse, só no caso de justificativa técnica. É isso que prevê a LDO.

Os valores previstos no anexo do PL estão comigo. Só estou tentando contribuir, porque tenho certeza de que o Relator-Geral não tem como ver tudo.

Espero que S.Exa. acate esses elementos, porque, reduzindo o valor para 1 milhão, terá ainda o excedente para ajudar a duplicar rodovias em outros lugares. No Pará, por exemplo, existem rodovias que precisam ser duplicadas, e S.Exa. poderia ajudar-nos tirando desses em que há excesso. Lá estamos fazendo a duplicação com 700 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – A Consultoria solicita pelo menos trinta minutos para verificar esses contratos e levantar a eventual procedência das alegações do Deputado Giovanni Queiroz, ou até mesmo as contrapartidas. De qualquer forma, a Relatoria reconhece a extrema propriedade das propostas do Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contrário. Vou colocar em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não é, não, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Não é, não, Sr. Presidente. Estamos pedindo trinta minutos.

(Não identificado) – O Relator solicitou à assessoria que fizesse uma avaliação.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – A assessoria tem condições de fazer uma análise rápida desses aspectos, deixar para logo em seguida.

(Não identificado) – Passe para o final, Sr. Presidente. Por que perder essa contribuição?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 2.171, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, tenho uma dúvida: quando conversei com o Relator, não estava brincando quando disse que os recursos do Deputado Giovanni Queiroz poderiam ser utilizados em algumas das emendas, por exemplo, na da Comissão de Seguridade Social e Família. O Relator concorda com essa proposta.

O fato é que já votamos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Trata-se de matéria vencida, Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, tenha calma. V.Exa. já retornou votações em outras circunstâncias. Vou pedir o mesmo tratamento para a Comissão de Seguridade Social e Família. Eu estou fazendo esse pedido em nome das pessoas idosas, não peço para mim mesma – são emendas nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputada Laura Carneiro, retornei votações em função de outro destaque, quando havia outro destaque e o proponente pediu a substituição. Assim, cancelamos, de comum acordo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Se é assim, o que o Relator vai fazer com o dinheiro que sobrar?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ainda existem milhares de emendas para serem contempladas.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Quero saber o que o Relator vai poder fazer com o dinheiro encontrado pelo Deputado Giovanni Queiroz, se já votamos os destaques.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, não votamos todo, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tecnicamente, não há condições.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Ainda há muitos destaques de muitos Parlamentares de vários Estados para ser atendidos. Tenho um destaque para o Rio de Janeiro ainda comigo. Tenho matéria do Rio de Janeiro a destacar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Apenas suspendemos as votações dos destaques com valor. Há destaque ainda para ser votado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator tem mil, novecentos e noventa e nove lugares para usar os recursos.

(Não identificado) – Ainda existe muita coisa para ser votada, até mesmo emendas nacionais para a Saúde, etc.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Essa é uma matéria prejudicada.

Vamos em frente. Destaque nº 2.171, do Deputado Giovanni Queiroz. Emenda nº 1.607/0072.

Com a palavra o autor.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, V.Exa. saltou o Destaque nº 2.170, que trata da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os Destaques de nºs 67 ao 70 estão em análise.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, estava até o 69, porque o 2.170 já foi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Destaque nº 2.171. O Destaque nº 2.170 trata de outro assunto?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O Destaque nº 2.170 é igual ao de nº 2.171: construção com valores acima do preço unitário. O outro destaque tratava da duplicação ou da adequação. Esse aqui se refere à construção. Lá, foi até o Destaque nº 2.169.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Assim, Destaque nº 2.170, da Emenda nº 1.607/0071. A emenda trata do seguinte: cancelar no seqüencial 004359, Construção do Trecho Rodoviário no Corredor Leste, BR-342, Espírito Santo, entroncamento com a BR-101, Espírito Santo, Nova Venécia e Ecoporanga, divisa do Espírito Santo com Minas Gerais, o valor de 1 milhão e 800 mil reais.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – O que houve? O Deputado Giovanni Queiroz está querendo levar a estrada para o Pará?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não é bem isso. Quero apenas ajustar a tabela. O Anexo nº 3, que veio dos principais padrões de custo unitário, fala em 400 mil reais também para a construção. Até quero dar um exemplo. A BR-158, no trecho do Pará, concluiu agora sua construção pelo preço médio de 168 mil reais.

Estou pedindo que se restrinja a 400 mil reais por quilômetro construído. A Transamazônica Cuiabá –Santarém, estradas inóspitas, Sr. Relator, com dificuldades de material e tudo, está sendo construída nessa faixa de 400 mil. Então, penso que 400 mil reais atendem plenamente à construção dessas rodovias. Quero apenas adequar ao anexo da mesma forma que a duplicação.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, para contraditar. Tenho a impressão de que é falta de informação. A BR são quase 200 quilômetros. Esse dinheiro que está sendo destinado dá para fazer a poeira da terraplanagem. São quatro ou cinco trechos a que se refere o Senador Ricardo Santos. Se todo esse recurso que está sendo colocado fosse empenhado, daria para fazer um pedaço da estrada.

Tenho a impressão de que na emenda ficou registrada uma quantidade errada de quilômetros, porque o argumento do Deputado não corresponde à realidade. Vamos precisar, em vários anos, disponibilizar recursos nessa proporção para ter aquela estrada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Temos aqui vários destaques nesse mesmo sentido, retirando recursos de vários Estados, como Bahia, Alagoas.

Com a palavra o Relator para dar parecer.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, só quero responder ao Deputado João Coser.

O texto do PL vem propondo 9 milhões de reais para construir dezoito quilômetros de rodovia. É o que está proposto. Ou seja, custa 500 mil reais o quilômetro. Estou propondo a V.Exa. manter 400 mil reais e retirar os 100 excedentes para atender a outras demandas. Não quer dizer que seja somente no Pará. Aliás, o Pará é o que mais precisa, mas que sejam todos os Estados.

Estou propondo apenas adequar ao valor proposto no Anexo nº 3, que não é culpa de V.Exa. Veio do Governo, com valor de 9 milhões para atender a dezoito quilômetros, custando 500 mil reais o quilômetro. Estou propondo que fiquem 100 mil reais para atender a outras áreas, 1 milhão e 800 mil reais.

O Deputado João Coser entendeu-me, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Giovanni Queiroz, ainda que admitindo a gravidade das observações que V.Exa. tem feito na sustentação e na justificativa desses destaques, a Consultoria Técnica considera que seria leviano, de afogadilho, recomendar à Relatoria a aprovação, ainda que parcial, desses destaques.

Em substituição a esse procedimento, a Consultoria recomenda que encaminhemos todos esses casos ao Tribunal de Contas da União, com recomenda-

ção especial para analisar esses preços, esses parâmetros.

De afogadilho, repito, sem poder checar se há ou não contrapartida de cada um desses contratos, acrescentando ainda as observações que o Deputado João Coser fez, opto por rejeitar esses destaques, mas com o compromisso de encaminhar correspondência específica ao Tribunal de Contas da União para que faça exame mais aprofundado, acurado e calmo desses destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contrário aos Destaques nºs 2.167; 2.168; 2.169; 2.170 e 2.171.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acatam o parecer contrário do Relator ao destaque permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados os destaques, contra os votos dos Deputados João Leão, Gonzaga Patriota, Sérgio Miranda, Dr. Rosinha, Carlito Merss, João Grandão, Gilmar Machado, João Magno, Jorge Bittar, Virgílio Guimarães, Giovanni Queiroz.

Não serão encaminhados ao Senado Federal porque foram rejeitados na Câmara.

Destaque nº 2.172, Emenda nº 16070073; Destaque nº 2.173, Emenda nº 16070074. Os Destaques nºs 2.174, 2.175 e 2.176 foram retirados; Destaque nº 2.177, Emenda nº 16070078.

Deputado Giovanni Queiroz, com a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, vamos pôr ordem. O Destaque nº 2.172 está mantido?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Então, quero que seja analisado, juntamente com os demais, durante os trinta minutos pedidos. Trata-se da adequação acima de 1 milhão de reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Já foram votados.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – A adequação não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há mais análise, já foram rejeitados.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – A adequação não foi. Foi construção, essa última. A adequação não foi votada ainda, porque se pediu trinta minutos para análise.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer foi contrário, nobre Deputado. Eu coloquei em votação.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não; estou muito atento. Foi contrário no caso da construção; da adequação, não. Pediu-se trinta minutos para a assessoria fazer uma avaliação.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA– Deputado Giovanni Queiroz, para as obras de adequação também vale o parecer contrário. Mas reitero a V.Exa. e ao Plenário que vamos fazer correspondência específica ao Tribunal de Contas da União solicitando exame de cada caso para checar cada uma dessas situações e observações de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – É uma pena. Então, é o Destaque nº 2.172.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Destaque nº 2.172, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz. Emenda nº 16070073.

Com a palavra S.Exa. por dois minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Três minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Dois minutos. V.Exa. já ocupou mais de uma hora e meia, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deputado, pelo Regimento, tenho três minutos. Permita-me. Não atropele, vamos com calma. Vou retirar muitos, estou contribuindo.

O Destaque nº 2.172 incorpora-se aos demais que ainda não foram votados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não, vamos submeter à votação. Vou ouvir o parecer do Relator. E mais o Destaque nº 2.173, cujo autor é o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quero votar um por um, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Vote um por um então.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Então, vamos lá. Destaque nº 2.172.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. é que pediu votação em bloco desses dois, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não pedi. Vamos pôr ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Então, passemos ao Destaque nº 2.172.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Peço ao Relator que acate nossa proposta, porque o

valor está acima do 1 milhão previsto no Anexo 3, que vem junto ao PL. Daí podermos ter um excedente de recurso para atender a outras duplicações. É esta a nossa proposta, Sr. Presidente, Sr. Relator. Se quiser complicar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra o nobre Relator.

Destaque nº 2.172.

A Emenda nº 16070073. Nesta emenda, o Deputado Giovanni Queiroz propõe o cancelamento na seqüencial, 004445; adequação de trecho rodoviário do Corredor Nordeste, BR-104, Alagoas-Tibúrcio, Aeroporto Zumbi dos Palmares: 1 milhão e 500 mil reais.

Com a palavra o Relator.

(Não identificado) – Giovanni, ele quer tirar dinheiro da Paraíba.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Meu parecer é contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com parecer contrário do nobre Relator, vamos submeter à votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado, com o voto contrário do nobre autor do destaque, Deputado Giovanni Queiroz.

Rejeitado o destaque, não vai ao Senado.

Destaque nº 2.173. Autor do destaque: Deputado Giovanni Queiroz. A Emenda nº 16070074 também propõe o cancelamento na seqüencial 004450, Complexo Portuário do Porto do Pecém, no Estado do Ceará: 20 milhões de reais.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não, primeiro V.Exa. fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Relator, eu estive no Ceará com uma equipe desta Comissão e visitamos o Porto do Pecém...

(Não identificado) – Agora, vão tirar dinheiro do Ceará.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não é bem isso. Quero que o Ceará seja dotado de muito mais recursos ainda, mas quero explicar as minhas razões. Lá estivemos e verificamos que já foram investidos mais de 600 milhões de reais no Porto do Pecém, que é um porto extremamente importante não apenas para o Nordeste ou o Ceará, mas para todo o Brasil. Só que, ao mesmo tempo em que estava sendo construído o porto, deveriam estar sendo instaladas indústrias petroquímicas, indústrias outras de transformação, no entorno do Pecém, para que o porto pudesse fazer jus ao investimento já colocado. Até hoje não foi atracado nenhum navio. O porto está praticamente pronto, e nenhuma indústria começou a se instalar lá. Entendo que pode esperar um pouco mais para a conclusão de algumas pequenas obras e atender, por exemplo, a Pernambuco, Alagoas ou ao Pará em outros setores. Então, proponho tirar esses 20 milhões, porque o Porto do Pecém ficará como um elefante branco ainda por mais três ou quatro anos, até que essas siderúrgicas ou petroquímicas lá se instalem. É dinheiro público, já tem lá 600 milhões de reais.

Então, Sr. Presidente e Sr. Relator, na minha proposta, para que V.Exa. possa ter 20 milhões de reais para atender a outras demandas mais urgentes no Brasil, como por exemplo, a área educacional, da saúde, da habitação, do transporte, enfim, onde V.Exa. entender melhor e mais adequado. Para o Porto do Pecém, será um dinheiro parado.

Era essa a nossa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

Destaque nº 2.173.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O parecer do nobre Relator é contrário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o parecer, com o voto contrário do Deputado Giovanni Queiroz.

Rejeitado, não irá ao Senado.

Destaque nº 2.177 à Emenda de nº 16070078. Autor do destaque: o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

Também propõe cancelar, na seqüencial 004424, serviço de manutenção terceirizado da rodovia no Estado do Maranhão: 4 milhões, 28 mil e 496 reais.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Sr. Relator, se a rodovia foi terceirizada, é do Estado. O valor previsto para a manutenção é de 84 mil reais o quilômetro das rodovias. O DNER tem um preço médio de 3 mil dólares por quilômetro para manutenção de rodovias. Então, por que 84 mil?

(?)**O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES** – É conservação, não é manutenção.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Relator, estou tentando ajustar esses valores porque eles são colocados de forma irresponsável pelo Governo, o que não me assusta nem um pouco. De repente, estão citando tantos quilômetros e tem o dobro ou três vezes mais. Na verdade, o nosso Governo não tem seriedade ao apresentar uma proposta para esta Casa. Mas nós temos a obrigação de, pelo menos, adequar valores a um valor mais lógico. Na minha opinião, não dá para aprovar 84 mil por quilômetro para conservação de rodovia terceirizada. Esta é a nossa ponderação no caso do Destaque nº 2.177.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Nobre Deputado Giovanni Queiroz, nos termos do parecer preliminar ao PL, no art. 18, está estabelecido que as Relatorias-Setoriais, em seus relatórios 18.2, em anexo próprio, analisarão os critérios específicos utilizados na proposta orçamentária, indicarão os critérios para o acolhimento de emendas no âmbito de suas áreas temáticas, em especial o da distribuição regional e o de que tratam os itens 27 e 28. Isto posto, quero dizer a V.Exas. que não era esse dispositivo que eu deveria ler, e, sim, o anterior, 18.1. "Explicitarão os padrões de custos unitários médios adotados como referenciais para o acolhimento de emendas, nos termos do art. 66 da LDO 2002". Reiterando, os Relatores-Setoriais, em seus relatórios, tinham a obrigação de explicitar os padrões de custos unitários médios adotados como referenciais para o acolhimento de emendas.

Portanto, devo partir, até prova em contrário, de que os Relatores-Setoriais executaram o disposto nesse dispositivo. Devo presumir que V.Exa. também deve ter analisado os relatórios setoriais desta área atento a esta obrigação dos Relatores- Setoriais. A despeito disso, estou me dispondo a encaminhar ao Tribunal de Contas da União, pedindo que seja feita uma minuciosa e profunda verificação de todas essas situações, em consideração ao estudo que, presumo, V.Exa. tenha feito com todo o critério e com toda a profundidade. Todavia, tomar uma decisão agora sobre essas matérias que envolvem um exame complexo, e considerando ainda que é de se supor que os Relatores-Setoriais o tenham feito, nos termos do art. 18.1 do parecer preliminar, considero uma tarefa muita delicada e muito precipitada.

Por essa razão, lamento, mas devo rejeitar os destaques de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Parecer contrário do nobre Relator ao Destaque nº 2.177.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado, com os votos contrários dos nobres Deputados Sérgio Miranda, Gonzaga Patriota, Giovanni Queiroz, João Grandão e Dr. Rosinha.

Rejeitado, não irá ao Senado.

Destaque nº 2.178 à Emenda 16070079. Autor: nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quero ajudá-lo aí na Mesa, Sr. Presidente. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Vou dar conhecimento ao Plenário. Cancelado na seqüencial 004425, serviço de manutenção terceirizado de rodovias no Estado do Maranhão. Valor: 6 milhões, 562 mil e 662.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, quero propor à Mesa, já que V.Exa. tem sido tolerante comigo e com os companheiros, que votemos em bloco – estou contribuindo, pois a matéria é semelhante – os de nºs 2.178, 2.179, 2.180, 2.181, 2.182, 2.183.

Todos esses destaques dizem respeito à mesma matéria, e dizem respeito a isso que o nobre Relator agora observou. Conservação terceirizadas, na tabela do Anexo 3 estão previstos 3.500 reais – eu falei dólares, não? – por quilômetro. Veja V.Exa. como isso está majorado. Sei que no momento é impossível V.Exa. corrigir. As emendas são de texto e só V.Exa. pode interpretar e analisar. Na Relatoria-Setorial, não fiz emendas porque não caberia fazer, e eles também não o fizeram.

De qualquer forma, aceito a ponderação de V.Exa. de encaminhar uma recomendação ao Tribunal de Contas para que melhor se aprofunde nessas questões que entendo graves. Não consegui explicações lógicas para valores tão altos para conservação de rodovias terceirizadas.

Esta é a minha ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Desejo conferir com o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

São os Destaques nºs 2.178, 2.179, 2.180, 2.181, 2.182, 2.183? Correto, nobre Senador Giovanni Queiroz?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Vai dizendo que é Senador que isso pode pegar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Melhor que pegue no Pará ou no Carajás.

Com a palavra o nobre Relator para proferir parecer sobre esses destaques.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O parecer é contrário. Cumprimento o Deputado Giovanni Queiroz pela sua iniciativa, que me parece extremamente importante.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação os Destaques nºs 2.178, 2.179, 2.180, 2.181, 2.182, 2.183, com parecer contrário do nobre Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário dos nobres Deputados Giovanni Queiroz, Sérgio Miranda e João Grandão.

Rejeitado, não irá ao Senado.

Destaque nº 2.184 à Emenda nº 16. Autor: Deputado Giovanni Queiroz. Já foram retirados os Destaques nºs 2.185, 2.186, 2.187.

Em discussão o Destaque nº 2.188.

Concedo a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, posso contribuir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pois não.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Os Destaques nºs 2.188, 2.189, 2.190, 2.191 e 2.192 tratam também de matéria deliberada pelo Relator e diz respeito à adequação em valores superiores àqueles do anexo. Quero incorporá-los aos anteriormente feitos, pedindo ao Relator que os encaminhe ao Tribunal de Contas para realmente apurar esses valores, que, entendo, serem exagerados para adequação de rodovias. Peço-lhe também que vote em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Consulto o nobre Relator. Vamos votar em bloco os Destaques nºs 2.188, 2.189, 2.190, 2.191 e 2.192, do nobre Deputado Giovanni Queiroz.

Com a palavra V.Exa. *(Pausa.)*

Parecer contrário do nobre Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Rejeitado, não irá ao Senado.

Destaque nº 2.193 à Emenda 16070094, do nobre Deputado Giovanni Queiroz.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, essa emenda é mais grave. Diz respeito à BR-381, rodovia que liga São Paulo a Belo Horizonte.

Em 1995, quando fui visitar o prédio do TRT de São Paulo, fretei um carro. Naquela época, a Câmara não pagava um fretamento, como paga hoje. Fui de São Paulo até Belo Horizonte. Fiquei estarrecido porque, na verdade, o custo daquela rodovia, em termos de duplicação no trecho de São Paulo – a **Folha de S.Paulo** até trouxe o ano passado uma matéria de página inteira mostrando os desvios –, está ficando em torno de 6 milhões de reais o quilômetro. Eu disse 6 milhões de reais o quilômetro! E o trecho de Minas Gerais está ficando em torno de 3 milhões de reais.

Nasci em Minas Gerais, onde tenho parentes e amigos. Quero a rodovia, como quero o prédio do TRT de São Paulo; só não quero com a roubalheira que se pratica nessas construções. Há muitas irregularidades na BR-381. O Tribunal ainda está apurando irregularidades em vários trechos. Entendo que os 16 milhões que proponho sejam de lá extraídos e possam atender muito bem a outras rodovias por este Brasil afora, inclusive em Minas Gerais. Não precisa tirar de lá, mantenha-se lá, mas numa obra construída de forma decente em termos de valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator para o Destaque nº 2.193.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, meu parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Parecer contrário do nobre Relator.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

Rejeitado, o destaque não irá ao Senado.

Destaque nº 2.194; autor: Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, quero contribuir. Eu queria, primeiro, que

registrasse o meu voto contrário na votação anterior. Nesta, do Destaque nº 2.194, eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Registrado o voto na votação anterior.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A bancada do PT se absteve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O PT se absteve e o nobre Deputado Giovanni Queiroz votou contra o parecer do nobre Relator e retira o Destaque nº 2.194.

Obrigado, nobre Deputado Giovanni Queiroz.

Destaque nº 2.195.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Vou contribuir mais uma vez, Sr. Presidente. Como a adequação está nos mesmos termos das adequações anteriores, também retiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Retirado o Destaque nº 2.195.

O Destaque nº 2.196 já foi retirado.

Destaque nº 2.197 à Emenda nº 16070098. Autor: nobre Deputado Giovanni Queiroz.

Concedo a palavra a V.Exa., nobre Deputado Giovanni Queiroz .

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Tenho a certeza de que agora o Relator vai acatar.

Sr. Relator, trata-se daquela questão que V.Exa. tirou um pouquinho. V.Exa. precisa tirar um pouquinho mais da comunicação do Governo para atender a demandas na saúde, na educação, na construção de rodovias pelo Amazonas, Transamazônicas, Cuiabá-Santarém. Precisamos do apoio de V.Exa., que terá mais 5 milhões para atender a demandas justas dos demais Parlamentares desta Casa, daqueles que estão aqui até esta hora. Já estamos próximos de duas horas da manhã.

Apelo a V.Exa. para que acolha o nosso destaque. O Governo tem condições de mandar, depois, mais dinheiro. Aliás, ele nem vai poder fazer propaganda no período eleitoral. Não precisa de tanto dinheiro – 5 milhões – para que V.Exa. possa melhor atender à demanda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Giovanni Queiroz, faço uma consulta. Não me encontrava aqui no momento em que foi votado um destaque correspondente à Emenda nº 16070054 e V.Exa. também solicitava a comunicação de Governo e o cancelamento. É o mesmo ou é o outro?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – É outro; é semelhante, mas é outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator para proferir parecer ao Destaque nº 2.197.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Giovanni Queiroz, como já esclareci, a Relatoria já cancelou 35 milhões de recursos destinados à publicidade de órgãos governamentais.

Portanto, parece-me que o corte foi de dimensão apropriada nas atuais circunstâncias e não necessitaria ser agravado.

Sr. Presidente, dou parecer contrário a esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Parecer contrário do nobre Relator ao Destaque nº 2.197.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado, com voto contrário dos nobres Deputados Giovanni Queiroz, João Magno, Gonzaga Patriota, Sérgio Miranda e toda a bancada do PT.

Rejeitado, não irá ao Senado

O próximo era o Destaque nº 2.215. Não, este é do nobre Deputado Helenildo Ribeiro. S. Exa. já retirou.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – V.Exa. não presidia na hora, mas pouco antes de entrarem as emendas do Deputado Giovanni Queiroz, o Relator pediu um tempo para estudar emenda apresentada pelo Deputado Márcio Reinaldo Moreira. O Presidente havia acatado que voltaria com ela num tempo depois do estudo. Uma vez passadas as emendas do Deputado Giovanni Queiroz, parece-me que seria o momento de voltar À Emenda nº 1.681.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Acolho a sugestão de V.Exa., nobre Deputado Virgílio Guimarães.

Com a palavra o nobre Relator para proferir parecer ao Destaque nº 1.681. O autor do destaque é o nobre Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a princípio, o parecer é contrário, já que a inclusão ou o aumento de dotação ou a mudança de objeto exige apresentação de emenda. O aumento de trecho rodoviário altera o objeto.

A emenda de Relator requer iniciativa do Ministério se fosse o caso de erro ou omissão na proposta.

Todavia, se a bancada do Estado de Minas Gerais aceitar que se agregue à dotação relativa à rubrica genérica de construção de rodovia os valores ali

previstos, regimentalmente podemos atender ao pleito do Deputado.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – É esse o apelo que faço a V.Exa., Sr. Relator, aos membros da bancada mineira e aos colegas presentes, ressaltando que, de fato, houve falha. O trecho efetivo era esse que vai de Conselheiro Lafaiete, Porto Firme, Viçosa e Bebedouro. Há mais de quatro anos a bancada mineira apresenta emendas para esse trecho, que é o que está contido no PPA. O Deputado Virgílio Guimarães já testemunhou inicialmente sobre essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, esta Presidência esclarece que o Regimento determina que, se houver anuência da bancada e, principalmente, do Coordenador, no caso é o Deputado Danilo de Castro, se o Relator tiver interesse, pode acolher a emenda; não há impedimento regimental.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, lembro aos Srs. Parlamentares que no ano passado houve algo semelhante, quando tratamos de um trecho do metrô de Belo Horizonte e me opus, por ser contrário, ocasião em que argumentei exatamente que teria de haver concordância unânime da bancada. E eu não concordava. Este Plenário, inclusive, acolheu minha questão de ordem de que não se podia mudar sem concordância de toda a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Virgílio Guimarães, por isso esta Presidência prestou o esclarecimento.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – V. Exa. se lembra bem do fato porque foi meu defensor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Lembro.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Nesse caso, creio que há concordância.

O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO – Sr. Presidente, como coordenador da bancada, afirmo que a bancada concorda, porque acha o pleito justo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Cabe ao nobre Relator emitir seu parecer, já que há anuência e concordância da bancada mineira.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – A favor, agregando os recursos na Emenda nº 22 782835585/2002. Subtítulo: Construção e Pavimentação de Rodovias Federais no Estado de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. tem a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, desejo falar sobre uma questão pendente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, deixe-me concluir esta votação, depois darei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Relator acolheu o destaque do nobre Deputado Márcio Reinaldo.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o nobre Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, quero consultar o Relator. O Deputado Nelson Meurer apresentou dois destaques. O de 14 milhões de reais, relativo à agricultura, foi resolvido. O outro espera resposta de V.Exa.

(Não identificado) – Sr. Deputado, foi retirado.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Foi retirado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado Nelson Meurer retirou o destaque, nobre Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Terminamos a votação do texto.

Voltamos aos destaques anteriores suspensos por meio de requerimento.

Destaques nºs 1.390; 1.391; 1.382 e 1.383, do Deputado Airton Cascavel, a quem passo a palavra.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Sr. Presidente, para colaborar, retiro os Destaques nºs 1.390 e 1.391.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Os Destaques nºs 1.390 e 1.391 foram retirados pelo autor.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Fico apenas, para discutir em separado, com os Destaques nºs 1.382 e 1.383, por duas razões.

O Destaque nº 1.382, que visa restabelecer a eqüidade nas emendas de bancada do Estado de Roraima, trata da questão do desenvolvimento ambiental urbano do nosso Estado, que tem uma das maiores migrações em algumas cidades. Explicito a questão, abordada ontem pelo **Jornal Nacional,** de uma cidade que faz fronteira com a Venezuela e que recebe 20 mil venezuelanos toda semana e sequer tem infra-estrutura ambiental urbana. Refiro-me à Pacaraima, mas há outras cidades que não têm nenhuma infra-estrutura nesse setor.

Foi com esse objetivo que pedi para restabelecer o valor desse destaque, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator para falar sobre o Destaque nº 1.382.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, acolhemos parcialmente o Destaque nº 1.382, subscrito pelo Deputado Airton Cascavel, para o desenvolvimento ambiental urbano da Amazônia, no montante de 1 milhão e 500 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Relator acolhe parcialmente o Destaque nº 1.382, do Deputado Airton Cascavel.

Vamos passar à votação do Destaque nº 1.382, acolhido parcialmente.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tem a palavra o nobre Deputado Airton Cascavel.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Sr. Presidente, retirei os demais destaques. Gostaria que o Sr. Relator me desse especial atenção.

Sr. Relator, em nome da bancada da Região Norte, gostaria de saber sobre o atendimento ao Destaque nº 1.383, encaminhado a V.Exa. por meio da Assessoria da Comissão.

A bancada da Região Norte e a Comissão da Amazônia priorizaram duas emendas relativas à infra-estrutura do ecoturismo, por meio do PROECOTUR.

Ocorre que buscamos na Amazônia um novo modelo de desenvolvimento sustentado, a preservação do meio ambiente e alternativas econômicas que possam gerar nova atividade. Essa atividade é o ecoturismo. Infelizmente, mesmo atendendo a nove Estados da Região Norte, que têm uma bancada de 70 Deputados e 27 Senadores, o valor acolhido foi de apenas um milhão e meio de reais. Trata-se de programa de relevada importância para a Amazônia. Tenho certeza de que tenho apoiamento para essas emendas, que visam preservar a Amazônia, buscando a alternativa do ecoturismo.

Peço a V.Exa. especial atenção, visto que sobre sua mesa há documento de toda a bancada da Região Norte e da Comissão da Amazônia que apóia essas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, por falta de recursos, o parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O parecer do nobre Relator é contrário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com o voto contrário dos nobres Deputados Airton Cascavel, Giovanni Queiroz, Sérgio Miranda e Fernando Coruja.

Não vai ao Senado Federal porque já foi rejeitada.

Destaques do nobre Deputado Anivaldo Vale de nºs 1.392, 1.347, 1.449, 1.450, 1.452, 1.453, 1.454, 1.455, 1.456, 1.457, 1.458, 1.459, 1.460, 1.461, 1.462, 1.463, 1.464. S.Exa. retirou o Destaque nº 1.465.

Com a palavra o nobre Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Relator, vou tentar também colaborar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Luciano Castro, há orador na tribuna. Se formos ouvir todos os que quiserem falar atrás do Relator, não poderemos prosseguir.

(Não identificado) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, também vou colaborar no sentido de agilizar nossos trabalhos.

Chamo a atenção do Relator apenas para dois destaques dessa relação.

O primeiro destaque diz respeito à suplementação de recursos para o Estado do Pará, para a construção do Hospital Metropolitano de Belém, já que nosso destaque foi contemplado com cerca de 3 mi-

lhões e 600 mil reais para a construção do prédio do posto do Hospital Sarah Kubitschek. O segundo diz respeito à aquisição de veículos para manutenção das Forças Armadas em toda a Amazônia.

Queremos receber atenção especial do Sr. Relator para propiciar condições de trabalho àquela região, já que também fomos contemplados com 15 milhões e 300 mil reais para o fortalecimento do Calha Norte, programa da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Anivaldo Vale, V.Exa. poderia dar o número desses dois destaques?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – São os de nºs 1.447 e 1.451.

Gostaria de ouvir o Sr. Relator sobre esses dois destaques.

(Não identificado*)* – Nobre Deputado Anivaldo Vale, não é o 1.464?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O Destaque nº 1.451 diz respeito à implantação da Rede SUS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O Destaque nº 1.451 não está na sua relação, nobre Deputado Anivaldo Vale. Na sua relação há os Destaques nºs 1.392, 1.347, 1.449, 1.450, 1.452, 1.453, 1.454, 1.455, 1.456, 1.457, 1.458, 1.459, 1.460, 1.461, 1.462, 1.463 e 1.464.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Esse é o principal destaque nosso. Deve ter havido algum equívoco, mas o principal destaque é o de nº 1.451.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Mas ele não aparece na relação que V.Exa. pediu para destacar, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Como não aparece se está destacado?

(Não identificado*)* – Sr. Presidente, ele foi aprovado parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Ele não pode ser votado novamente, nobre Deputado Anivaldo Vale. Os destaques acolhidos parcialmente ou na totalidade não podem voltar à votação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Muito bem, discutimos apenas o Destaque n° 1.447.

(Não identificado) – Não é o Destaque nº 1.464?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – É o Destaque nº 1.447 mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O Destaque nº 1.447 também não está na relação. Há o Destaque nº 1.347. O Destaque nº 1.447 também não consta da relação destacada por V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Posso auxiliar?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, então, estou falando uma coisa e V.Exa. outra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não foi votado parcialmente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Anivaldo Vale, na sua relação há o Destaque nº 1.347. O nº 1.447 não está na relação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, quero que V.Exa. esclareça, porque ele consta da minha relação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Na sua relação constam todos, mas os que V.Exa. pediu para serem votados com preferência foram esses números que a Presidência nominou por duas vezes. Na sua relação constam todos, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Na minha relação está preferencialmente registrado.

(Não identificado) – Deputado Anivaldo Vale, como esse destaque foi acolhido parcialmente, sai da votação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – O Destaque nº 1.447 não foi acolhido parcialmente. Ele foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, os destaques para os quais V.Exa. pediu preferência...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Eu pedi para serem discutidos em separado os de nºs 1.392, 1.447.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nº 1.347, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Nº 1.392, Sr. Presidente, é o número que tenho registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, só um momento. Vamos conferir se o Destaque nº 1.347 é de V.Exa. Pode ser que tenha havido engano na anotação e que seja o de nº 1.447.

Vamos verificar.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Os outros Destaques são nºs: 1.449; 1.450; 1.452; 1.453; 1.454; 1.455; 1.456; 1.457; 1.458; 1.459; 1.460; 1.461; 1.462; 1.463 e 1.464. O Destaque nº 1.347 é do Deputado João Leão. Mas não estou falando 1.347, mas 1.447.

(Não identificado) – Estou tentando ajudar, Deputado Anivaldo Vale.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Anivaldo Vale, V.Exa. tem razão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Secretaria está informando que o Destaque nº 1.447 é de autoria de V.Exa. O Destaque nº 1.347 é de autoria do nobre Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Quero que meus destaques sejam votados em bloco, destacando apenas o de nº 1.447.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – V.Exa. retira os demais?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Quero ouvir o Relator sobre esses destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator para proferir parecer sobre os destaques do nobre Deputado Anivaldo Vale, cuja preferência é para o de nº 1.447. Os outros destaques serão votados em bloco, e o de nº 1.447, em separado, nobre Relator.

(Não identificado) – Sr. Presidente, qual o objeto desse destaque?

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Trata da aquisição de veículos, pelas Forças Armadas, para serem utilizados na Amazônia.

A SRA. DEPUTADA SOCORRO GOMES – É para o Calha Norte.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Não é Calha Norte. Calha Norte é outra coisa.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, o parecer é contrário ao destaque. No tocante a esse que o Deputado Anivaldo Vale ressalta – modernização da força terrestre nacional –, o que poderemos disponibilizar é tão pouco que acredito que seria vexatório oferecermos recursos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Diga, Relator, mesmo que seja pouco.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Quinhentos mil reais.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Está bom. Vou comprar um Toyota para andar lá.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, esse está aprovado, rejeitados os demais.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Menos do que isso é só o dinamite para explodir o prédio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O parecer do nobre Relator é para acolher parcialmente o Destaque nº 1.447, com a importância de 500 mil reais.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer para acolhimento parcial mantenham-se como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os demais destaques têm parecer contrário do nobre Relator.

Vamos submetê-los à votação, em bloco, na Câmara dos Deputados, conforme sugestão do Deputado Anivaldo Vale e acolhimento do nobre Relator.

Os Deputados que concordam com o parecer contrário do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tendo sido rejeitado, não será encaminhado ao Senado Federal.

Destaques nºs 1.408, 1.409 e 1.410, do nobre Deputado Jonival Lucas Junior.

Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – Sr. Presidente, Sr. Relator, retiro esses destaques de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Muito obrigado, nobre Deputado.

Retirados os Destaques nºs 1.408, 1.409 e 1.410, do nobre Deputado Jonival Lucas Junior.

Nobre Senador Gilvam Borges, V.Exa. não deu o número do destaque. Nobre Senador, primeiro nos dê o número do destaque, por favor.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Nº 1.415.

Sr. Presidente, esse destaque é importante para o Amapá. Considerando que o Plenário tem certa urgência, peço verificação de **quorum**, para que possamos, se Deus quiser, ao aprovar esse destaque com a anuência do nosso Relator, discuti-lo. Esse é o único destaque para o PROECOTUR. Estamos pedindo pouco dinheiro – 3 milhões, 520 mil reais – para completar ação para o desenvolvimento da Amazônia, especificamente do Estado do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – No momento não é cabível votação, nobre Senador.

Com a palavra o nobre Relator para analisar o destaque do Senador Gilvam Borges.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pois não, nobre Senador.

O SR. SENADOR GILVAM BORGES – Peça ao Relator para nos ajudar. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Com a verificação prévia num pedido. V.Exa. não entendeu, Sr. Presidente. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Nobre Senador, a menos que eu esteja equivocado, o pleito que V.Exa. faz é rigorosamente o mesmo que o Deputado Airton Cascavel encaminhou há poucos instantes, ou seja, para a implantação de infra-estrutura no pólos turísticos da Amazônia.

Essa emenda recebeu 7 milhões de reais, que, com o corte de 12%, caíram para 6 milhões, 160 mil reais. Em vista de ter, há poucos instantes, recusado o destaque do Deputado Airton Cascavel reforçando essa dotação, eu não teria como atender a pleito idêntico *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Parecer contrário do nobre Relator ao Destaque nº 1.415, do nobre Senador Gilvam Borges.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não irá ao Senado.

Rejeitado o destaque, não subirá ao Senado.

Do nobre Senador Ronaldo Cunha Lima, em discussão os Destaques nºs 1.424 e 1.425.

Com a palavra S.Exa. *(Pausa.)*

Ausente.

Prejudicados, portanto, os dois destaques.

Do nobre Deputado Ricarte de Freitas, em discussão os Destaques nºs 1.427, 1.429, 1.430, 1.437, 1.439 e 1.440. S.Exa. retirou os demais destaques.

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiramente, desejo enaltecer o trabalho do Relator, a paciência, a calma e a serenidade com que tem conduzido seu relatório. Dito isso, proponho, até pelo adiantado da hora, que sejam votados em bloco esses destaques da bancada de Mato Grosso. Mato Grosso hoje, sem dúvida alguma, é o Estado que mais cresce neste País. Conforme foi reconhecido inclusive pela última pesquisa do IBGE, trata-se de um Estado que tem crescido a taxas de mais de 10% ao ano. Esse fato, por si só, já justifica o tratamento diferenciado, até para atender às demandas dos brasileiros de todos os Estados que para lá se dirigem.

Então, a bancada de Mato Grosso, por meio desses destaques já relatados pelo Presidente, que se referem a ações de meio ambiente, à Secretaria Especial de Assuntos Sociais, à FUNASA, ao desenvolvimento urbano e a desporto, precisa realmente de ser contemplada com maior quinhão, até para que possa estar pelo menos perto da de outros Estados que já foram contemplados por V.Exa.

É o pleito de Mato Grosso, por meio dos Destaques nºs 1.427, 1.429, 1.430, 1.437, 1.439 e 1.440.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O autor dos destaques, nobre Deputado Ricarte de Freitas, concorda com que os mesmos sejam apreciados em bloco pelo Sr. Relator.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, há os destaques apresentados pelo Deputado Ricarte de Freitas, em nome da bancada do Estado de Mato Grosso, provendo, o de nº 1.427, ações de saneamento básico nos Municípios do Estado de Mato Grosso, está sendo contemplado com 2 milhões e meio de reais; o de nº 1.429, desenvolvimento ambiental urbano em Municípios do Estado de Mato Grosso, com 3,5 milhões de reais; o de nº 1.430, ações de geração de renda para populações carentes dos Municípios do Estado de Mato Grosso, com 4 milhões de reais; o de nº 1.437, implantação de infra-estrutura esportiva em Municípios do Estado de Mato Grosso, com 2 milhões de reais; o de 1.439, ações de saneamento básico no Estado de Mato Grosso, com 1 milhão de reais e, finalmente, Destaque nº 1.440, infra-estrutura urbana, 1 milhão de reais.

Aprovados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Parecer favorável do nobre Relator aos destaques do nobre Deputado Ricarte de Freitas.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O nobre Deputado Pedro Henry retirou todos os seus destaques.

Do nobre Deputado João Coser, em discussão os Destaques nºs 1.478, 1.479, 1.480, 1.482, 1.483, 1.484, 1.485, 1.487, 1.489, 1.490, 1.491 e 1.492.

Com a palavra S.Exa. o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, gostaria de dialogar com o Relator, não só em meu nome, mas em nome da bancada do Espírito Santo – a Deputada Rose de Freitas está tendo uma conversa ao pé do ouvido, e o Senador Ricardo Santos está nos apoiando na retaguarda.

Sr. Relator, a bancada do Espírito Santo não foi nenhuma vez pessoalmente a V.Exa. dar muito trabalho. Fomos contemplados no trabalho feito pelo conjunto do comitê, pelo Deputado Santos Filho, na segunda etapa. Neste momento, não estamos de fato fazendo nenhuma reclamação. A bancada foi atendida dentro das possibilidades do Orçamento. Tenho dois tipos de emenda: uma emenda grande, da Comissão de Educação, de apoio a entidades de ensino superior, num programa de extensão, de 79 milhões. Em nome da Comissão de Educação, apresentei o Destaque nº 1.492, para o qual gostaria do parecer de V. Exa.

O outro destaque é um conjunto, mas poderia fazer o desenvolvimento de todos os destaques. Na área de infra-estrutura, fomos bem contemplados; na área social, a presença foi menor do que desejávamos. Conversando com os Parlamentares, identificamos uma emenda que gostaríamos que fosse atendida, mesmo sabendo da dificuldade de V.Exa. Trata-se do Destaque nº 1.485, ações de desenvolvimento urbano.

Sr. Presidente, estamos naquela lista; já sei. Também não fizemos nenhuma romaria à sala da Presidência, nem à sala da Comissão, porque achamos que seria inconveniente fazer isso. Entretanto, de público, gostaríamos, em nome da bancada do Estado do Espírito Santo, de fazer esta última reivindicação a este Orçamento. Repito: não em meu nome, mas em nome da Deputada Rose de Freitas, do Senador Ricardo Santos e do conjunto dos Parlamentares. Essa é uma área importante para todos os Estado, e não poderia ser diferente para o Estado do Espírito Santo. Se o Sr. Relator ainda conseguir algum recurso – dos cortes, da alocação de recursos que porventura não tenha sido feita ou da sobra de algum recurso, como foi o caso de alguns pleitos aqui apresentados –, a bancada ficará extremamente feliz se puder ser contemplada nesse destaque.

Quanto aos outros destaques, vou retirá-los, porque sei que não há nenhuma condição de serem acolhidos emendas ou destaques em várias áreas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência consulta o nobre Deputado João Coser, para memorizar melhor junto ao Relator, se o Destaque de nº 1.485 refere-se à habitação.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Ações de saneamento básico...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Ações de saneamento básico?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Ações de desenvolvimento urbano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Desenvolvimento urbano. E o Destaque de nº 1.492 é área de educação?

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – O Destaque nº 1.492 é da Comissão de Educação, 80 milhões. Sou autor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, a Relatoria vai acolher, com 1 milhão de reais, o Destaque nº 1.485.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado João Coser retirou os demais destaques.

Aprovado, parcialmente, o Destaque nº 1.485.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Destaque nº 1.492 foi rejeitado.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Aprovado o parecer do nobre Relator.

Não irá ao Senado.

Do nobre Deputado Gilmar Machado, Destaques nºs 1.510, 1.512, 1.514, 1.515, 1.517, 1.518 e 1.520. S.Exa. retirou os demais.

Com a palavra V.Exa., nobre Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero dividir minha fala em três partes, abordando as três áreas que as emendas contemplam. Primeiramente, reforço meu apelo ao ilustre Relator. S.Exa. acatou em parte um destaque do Deputado Jorge Bittar que já contempla uma parte do Destaque nº 1.510, que trata de pesquisa de base para o CNPq. Havíamos colocado esse pleito no Relatório-Setorial nº 13, e S.Exa., em razão do corte que tinha de ser feito, cortou metade e repôs uma parte.

Sr. Presidente, entendo que não há país que cresça e se desenvolva se não tiver pesquisa de base. Então, qualquer coisa que pudermos acrescentar nessa área será fundamental para o desenvolvimento do País. Não estou pensando em mim, mas num punhado de cientistas que desenvolvem pesquisas fundamentais para todos nós. Esse é o apelo que faço.

O segundo ponto, nobre Relator, diz respeito à área da cultura. O Destaque nº 1.514 é sobre emenda da Comissão de Direitos Humanos, para a Fundação Cultural Palmares, destinada a reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos. Estamos fazendo todo um esforço – e não somente porque sou negro –, porque há um movimento da comunidade negra brasileira nesse sentido. Os remanescentes de quilombos têm uma demanda enorme a respeito. Há compromisso do Governo brasileiro, principalmente depois da participação do Brasil na Conferência Mundial de Combate ao Racismo, na África do Sul, sobre a questão das cotas, que o Ministério está assumindo, mas fundamental para nós é a demarcação das áreas remanescentes de quilombos. Isso se arrasta há muitos anos, embora a questão tenha papel fundamental para o Brasil. Na medida do possível, tentei priorizar essa área, mas infelizmente, com os cortes, os recursos reduziram-se à metade. Qualquer coisa a mais que vier, para nós será fundamental. Está se iniciando um trabalho importante, mas se não tiver pelo menos mais alguma coisa, não vamos conseguir atender a essa demanda, que considero fundamental.

A terceira questão para a qual gostaria de chamar a atenção de V.Exa. nesses destaques diz respeito a esporte e segurança. A Emenda nº 1.515 é para um projeto extremamente importante que o Ministério do Esporte e Turismo vem desenvolvendo, o projeto Pintando a Liberdade. Trata-se de um trabalho que está sendo feito nas penitenciárias e garante ao preso, para cada três dias de trabalho, um dia de diminuição da pena. O material por eles produzido vai para escolas e comunidade carente. São redes, bolas etc. Esse trabalho é fundamental para a questão de segurança. Quando há rebelião em presídios, dizemos que é necessário mais dinheiro para a construção de presídios. No entanto, esse é um trabalho importante para diminuir a violência, pois estimula o preso, garante a ele um salário e, ao mesmo tempo, produz um material fundamental para crianças de áreas carentes e escolas. Muita gente vai ao Ministério buscar esse material.

Portanto, chamo a atenção de V.Exa. para essa área, que considero extremamente importante.

Finalmente, Sr. Relator, V.Exa. sabe que um valor grande já foi aprovado para a área da educação. Quanto à universidade, V.Exa. manteve tudo, mas com relação à CAPES, tal não aconteceu, no que diz respeito a periódicos de desenvolvimento de pesquisa para os nossos estudantes de pós-graduação – mestrado e doutorado. Não há como fazer mestrado e doutorado sem bibliotecas equipadas, e é fundamental o portal que está sendo desenvolvido.

Portanto, chamo a atenção de V.Exa. para esses destaques. Se houver possibilidade de contemplá-los, será importante – pelo menos na minha concepção, que atuo na área de educação, cultura e esporte. Não são emendas de bancada, mas, sim, das Comissões que tratam dessas áreas. Gostaria que V.Exa. examinasse as questões com cuidado e, em especial – e não somente porque sou negro –, a que diz respeito a remanescentes de quilombos.

Muito obrigado, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. poderia repetir os números dos destaques pela ordem da sua exposição?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Destaque nº 1.510 – ciência, tecnologia e pesquisa de base; Destaque nº 1.514 – remanescentes de quilombos; Destaque nº 1.515 – projeto Pintando a Liberdade, fabricação de material esportivo por presidiários, e Destaque nº 1.520 – CAPES.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, a Relatoria vai acolher parcialmente os Destaques nºs 1.514, com 500 mil reais, e 1.520, com 500 mil reais. Quanto ao Destaque nº 1.515, é possível que o pleito já tenha sido contemplado, num reforço

que o Deputado Alberto Goldman obteve para as diversas dotações do Ministério do Esporte e Turismo.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Já olhei. Não foi.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Esse não, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Prezado Deputado Gilmar Machado, por falta de recursos, vamos deixar de acolher esse destaque, assim como o de nº 1.510.

Reiterando, Sr. Presidente: vamos atender aos Destaques nºs 1.514 e 1.520, com 500 mil reais cada. Os outros dois foram rejeitados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Relator acolheu parcialmente os Destaques nºs 1.514 e 1.520, do nobre Deputado Gilmar Machado.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator aos Destaques nºs 1.514 e 1.520 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator aos Destaques nºs 1.514 e 1.520 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Destaques nºs 1.510, 1.512, 1.515, 1.517 e 1.518 não foram acolhidos por falta de recursos.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados.

Não irão ao Senado.

Do nobre Deputado Virgílio Guimarães, Destaques nºs 1.521, 1.522, 1.523, 1.524, 1.525, 1.526, 1.527, 1.529, 1.530, 1.531, 1.532, 1.533, 1.588, 1.678 e 1.796.

Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, por medida de economia de tempo, vou agrupar os destaques em dois tipos. Peço permissão, dentro do espírito de colaboração, para passar ao Dr. Rosinha a defesa dos cinco destaques referentes às áreas de saúde e assistência social, e eu defenderei os dois destaques referentes ao Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Quais são os destaques sobre os quais o nobre Deputado Dr. Rosinha vai falar?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – São cinco destaques. Dois específicos da área de saúde e três da área de assistência social, todos já bastante conhecidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Peço ao nobre Deputado Dr. Rosinha que enumere os destaques que irá defender.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – São os de nºs 1.530, 1.531, 1.533, 1.532, 1.588.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra V.Exa., nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Relator, quero chamar a atenção de V.Exa. para dois destaques que fez o Deputado Virgílio Guimarães. O autor da emenda é a Comissão de Seguridade Social, cuja Presidenta, Deputada Laura Carneiro, está presente. Um deles diz respeito ao funcionamento dos hospitais universitários. Volto a insistir em que, quando analisamos a Emenda Constitucional nº 29, percebemos que há duas interpretações – V.Exa. sabe disso –: uma feita pelo setor econômico e outra, pelo setor da saúde. Pela interpretação do setor da saúde faltam ainda 800 milhões. Porém, os Destaques nºs 1.530 e 1.531 repõem boa parte desse recurso, caso sejam acatados integralmente, o que sabemos que provavelmente não ocorrerá, pois sabemos da dificuldade de V.Exa. Mas os hospitais universitários têm travado grande luta para ampliar seu atendimento, o que consideramos extremamente importante. A Emenda nº 1.530 diz respeito à ampliação do atendimento ambulatorial. A nº 1.533, que também é da Comissão de Seguridade Social, diz respeito ao atendimento à creche e à criança, que também não foi atendida de acordo com suas necessidades. Quanto às duas outras a que nos referimos, a nº 1.532, que diz respeito a abastecimento de água e saneamento de Municípios, é da Comissão de Assuntos Sociais, e a nº 1.588, da Comissão de Assuntos Econômicos, também representa o atendimento à área social, mais especificamente às populações carentes.

São todos destaques de Comissão, na qual vínhamos debatendo a fim de tentar ampliar o atendimento na área de saúde, de assistência social, de saneamento básico e no atendimento à pobreza. Pediria a V.Exa. bastante atenção a esse respeito. Creio que a Deputada Laura Carneiro, nossa Presidenta, também poderia tecer alguns comentários sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator para analisar os destaques defendidos pelo nobre Deputado Dr. Rosinha, de nºs 1.530, 1.531, 1.532, 1.533 e 1.588.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, a Deputada Laura Carneiro gostaria de fazer alguns comentários adicionais sobre o Destaque nº 1.533.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não é possível, nobre Deputado. Só pode falar o autor do destaque, e a Liderança delegou ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Vou considerar como feitas as observações da Deputada, que já sei quais são, e vou destinar 1 milhão de reais ao Destaque nº 1.533, da Comissão de Seguridade Social. Quanto aos demais, Deputado, lamentavelmente, deixo de atendê-los por falta de condições financeiras para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência vai colocar em votação os cinco primeiros destaques de autoria do nobre Deputado Virgílio Guimarães. O nobre Relator acolheu o Destaque nº 1.533, com a importância de 1 milhão de reais, e não pode acolher os demais Destaques de nºs 1.530, 1.531, 1.532 e 1.588.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator no acolhimento parcial do Destaque nº 1.533 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator para o Destaque nº 1.533 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Destaques nºs 1.530, 1.531, 1.532 e 1.588 não puderam ser acolhidos.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer, rejeitados os destaques.

Não seguirá para o Senado.

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, desejo apenas fazer um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, ficou combinado que amanhã, às 11h, realizaremos reunião com os Srs. Líderes da Comissão para fazermos triagem dos créditos que restaram da semana passada. Trinta e dois ainda não foram votados na Comissão. Queria fazer esse comunicado porque tivemos agora uma reunião e houve entendimento nesse sentido. Às 14h, haverá sessão, convocada pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Se o nobre Presidente da Comissão a convocou, está convocada.

O comunicado está feito e se relaciona ao Colégio de Líderes.

Volto a palavra ao nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Sr. Relator, vou abrir mão de uma série de outros destaques, todos relativos aos TREs. Alguns foram atendidos parcialmente, de maneira insuficiente; outros não foram atendidos, mas vou concentrar-me no assunto central que me faz usar a palavra neste momento. Defendo englobadamente dois destaques: um relativo ao cancelamento de 15 milhões de reais nas despesas correntes do Tribunal Superior Eleitoral, que já foi exaustivamente exposto e debatido nesta Comissão; outro referente às ações de informática. São os Destaques nºs 1.796 e 1.529. O primeiro veio para suprir o cancelamento feito indevidamente e o segundo supre ações na área de informática.

Sr. Presidente, estamos diante de uma coisa espantosa. O Tribunal Superior Eleitoral, que deveria ter sido beneficiado em ano eleitoral, foi prejudicado. Essa Comissão aprovou o acréscimo de 15 milhões de reais para ações na área de informática e, indevidamente, se cortou na despesa de custeio do TSE também 15 milhões de reais. Posteriormente, os 15 milhões de acréscimo foram reduzidos a 5 milhões de reais, quando foi feito o corte geral, pois os 15 acrescidos já encontraram 5 vindos junto com o PL, são 20. Com o corte de 50%, caiu para 10 milhões. Portanto, o delta foi 5. Ora, só aí o Tribunal saiu perdendo 10 milhões de reais. A Comissão aprovou o aumento. Se eu não tivesse feito nada, estaria melhor. É uma coisa absolutamente inaceitável! Nós votamos um acréscimo. Se há um buraco que tem que ser coberto de alguma maneira e não tem o recurso, então que se transfira. Por que ficar no TSE?Que se transfira esse buraco para o Ministério da Agricultura, por exemplo, que não atende às reivindicações dos Deputados, como todos sabem. Já votamos aqui duas vezes acréscimo de recursos para pagar emendas de Deputados. Os Deputados do PT não são atendidos, acredito que os da Oposição e os do Rio de Janeiro também não. Então, que se corte em outro lugar, mas não em cima do Tribunal Superior Eleitoral.

Quero ainda acrescentar, Sr. Presidente, que, por analogia com outro dispositivo, poder-se-ia entender que se há duas emendas do mesmo autor, uma que cancela e outra que suplementa, levando essa analogia a destaques – não está escrito destaque, mas há uma analogia possível –, o nobre Relator-Setorial se aproveitou de um destaque meu para cortar, de verdade, 15 milhões de reais do TRT de São Paulo. Cortou de fato. Para quê? Não serviu para abastecer sequer destaque sobre ação de informática da minha autoria. Quer dizer, fui responsável por corte de 15 milhões de reais do TRT de São Paulo, corte real nas despesas correntes do TSE de 15 milhões de reais, e fico com a cara de tacho vendo crescer 5 milhões de reais na informática do TSE. Isso é um despautério, é incrível! Era preferível eu ter ficado quieto e não ter feito nada. Quer dizer, lutei, aprovei, com ajuda do Senador Amir Lando, do Deputado Giovanni Queiroz e de muita gente que estava no plenário, e o resultado líquido foi uma redução. É incompreensível. Se não há recursos, tudo bem. Nós tivemos o trabalho de refazer a ata. A primeira lida aqui, longa, não foi obstrução, mas para limpar um erro que havia. Confrontamos com a gravação, gastei um tempo enorme ouvindo a gravação; os funcionários, cheios de tarefas por fazer, ouviram também, não havia cancelamento algum. Alguma coisa tem que ser feita a esse respeito. Quero, então, registrar, se não tiver dinheiro, se votar contra, que vote contra, mas, pelo menos, fica patente aqui que eu não tenho nada a ver com essa redução. Tenho a ver com o aumento de 15 milhões que foi aprovado. No máximo, minha emenda serviu de cavalete, de veículo para se meter a faca, passar a peixeira funda nos 15 milhões de reais do Tribunal de São Paulo. A intenção não era essa. Aliás, minha intenção original era, mas, em respeito à bancada do PT, que queria, de fato, apenas uma transferência de local, houve a minha emenda. Mas ela serviu de suporte para o Relator, aí sim, poder correr a peixeira e arrancar 15 milhões para distribuir sabe-se lá onde. Pelo menos, se tivesse sido para atender a minha emenda de 15 milhões de reais para ações da área de informática, ainda seria compreensível!

Deixo aqui meu desabafo, minha indignação e meu pleito, porque sei que tenho solidariedade da Comissão e o Tribunal também tem. Então, V.Exa. faça o que puder. Se não for possível, pelo menos deixo registrado que a posição desta Comissão é diferente desta resultante desse imbróglio tão desagradável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Relator.

O Deputado Virgílio fixou-se em dois Destaques, de nºs 1.529 e 1.796.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Vou rejeitar ambos os destaques, Sr. Presidente, ainda que reconhecendo que o Deputado Virgílio Guimarães pretendeu ajudar o TSE e acabou extremamente ressentido com o resultado final do tortuoso caminho percorrido por esse processo.

Para tranqüilizar um pouco S.Exa., devo informar-lhe que, do projeto original proposto pelo Executivo, da ordem de 6 milhões de reais, para ações de informática e investimentos, o TSE evoluiu, até o presente momento, a despeito de todos os percalços, para 12 milhões de reais. Portanto, foi dobrada sua dotação. A dotação de custeio caiu de 41 milhões, 585 mil reais para 41 milhões, 426 mil reais, ou seja, perda pouco expressiva, que certamente não vai refletir no desempenho do órgão. No global, o TSE entrou na proposta original do Governo com 411 milhões de reais, e neste momento encontra-se com 422 milhões de reais. Mostro esses números apenas para tranqüilizar o Deputado Virgílio Guimarães. É público e notório que S.Exa. fez o melhor que pôde para reforçar as dotações do TSE e não foi por sua culpa que o resultado não foi obtido. Devo admitir pessoalmente que, em parte, sou responsável por isso, na medida em que assumi compromisso que, afinal de contas, não pude honrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Relator não acolheu os dois Destaques de nºs 1.529 e 1.796.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado, com os votos contrários dos nobres Deputados Gonzaga Patriota, Fernando Coruja, Sérgio Miranda, toda a bancada do PT, Deputados Mussa Demes, Giovanni Queiroz, Márcio Reinaldo Moreira, Danilo de Castro, Deputada Laura Carneiro e Deputado João Caldas.

Rejeitado.

Não irá ao Senado.

Nobre Deputado Virgílio Guimarães, esta Presidência solicita a V.Exa. um esclarecimento: os demais destaques, nós os colocamos pela rejeição ou V.Exa. os retira?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, eu os retiro, para bem da celeridade do processo e para concentrar as atenções no essencial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Muito obrigado, Deputado Virgílio Guimarães. Ficam retirados os demais destaques, tendo sido acolhido anteriormente o Destaque nº 1.533, do nobre Deputado Dr. Rosinha. O Senador Antero Paes de Barros retirou seus dois destaques. O Deputado Paulo Braga também retirou dois destaques.

O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Desculpe, nobre Senador. V.Exa. retirou os restantes e manteve os Destaques nºs 1.546 e 1.548.

Com a palavra V.Exa.

O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, vou falar dos dois destaques pedindo o parecer do Relator em globo. O primeiro destaque, Sr. Presidente, é uma enorme injustiça que se comete com as regiões do Araguaia e Mato Grosso. A região do Araguaia é a mais pobre do nosso Estado. Foi a única recomposição solicitada pelo Governo do Estado de Mato Grosso. A ausência desses 800 mil reais no Destaque nº 1.546 vai impossibilitar a conclusão da ligação de um trecho da BR-158. Ela está no Programa Plurianual, na diretriz do Governo Federal. Se forem retirados esses 800 mil reais da proposta original do Governo Federal, não vai ser possível a conclusão de um trecho de 100 quilômetros. Com os 4 milhões de reais seriam completados os 100 quilômetros. Eu gostaria de reivindicar a reposição desses recursos, porque foi a única reivindicação encaminhada à nossa bancada pelo Governador Dante de Oliveira. Por que não fizemos emendas? Porque precisávamos apenas de 4 milhões e não havia por que solicitar um recurso adicional, já que os 4 milhões de reais eram suficientes para a conclusão desse trecho e vieram na proposta original do Governo.

Outro destaque, Sr. Presidente, é para uma questão que consideramos essencial. As bancadas de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul promoveram emenda regional destinando recursos para as universidades federais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Creio que esta é uma iniciativa positiva, no momento em que constatamos no noticiário brasileiro que analfabetos são aprovados em universidades privadas. Tomara que daqui a pouco isso não aconteça nas universidades públicas. Neste ano, o Congresso Nacional votou apoio às universidades públicas deste País. Dois Estados da Federação juntaram-se às expectativas regionais e se direcionaram para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e para a Universidade Federal de Mato Grosso. Foram destinados 4 milhões e 400 mil para essa emenda que era de 80 milhões de reais.

Nós estamos propondo, Sr. Presidente, pelo menos, que seja feita a recomposição de 15 milhões de reais, 7 milhões a mais para Mato Grosso e 7 milhões a mais para Mato Grosso do Sul. Apelo a V.Exa. no sentido de que acolha esses dois destaques. Conto com sua compreensão para que seja feito o possível. O que nós queremos é justiça com uma das regiões mais pobres de Mato Grosso e com o nosso ensino superior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Senador Antero de Barros, eu gostaria de dizer-lhe duas coisas. Em primeiro lugar, Mato Grosso, nessa fase final, foi o Estado mais contemplado com recursos adicionais, tanto em números absolutos quanto em números relativos. Em segundo, Senador, no tocante às universidades federais, devo admitir desde logo que o atendimento dispensado aos pleitos dessas entidades tão essenciais para o desenvolvimento do País ficou aquém do esperado, ficou aquém do mínimo necessário.

Em parte isso se deu pelo fato de nós termos destinado – nós significa Congresso Nacional – algo em torno de 630 milhões de reais de recursos, que poderiam ser direcionados a outras atividades das universidades federais ou a outras dotações nas áreas educacional, cultural ou em outras porque inúmeras lideranças, tanto de partidos oposicionistas quanto de partidos governistas, envolveram-se nas negociações dos movimentos grevistas de servidores e de professores que afetaram as universidades nos últimos cinco meses.

Foi pleito generalizado do Congresso Nacional que se priorizassem recursos para o atendimento das reivindicações das duas greves. Para se encerrar a greve dos professores, acertou-se que, pelo menos, uma parcela dos recursos necessários para a negociação do acordo adviria de indicações do Ministério da Educação.

Todavia, e certamente por equívoco, o Ministério da Educação acabou oferecendo recursos que em cerca de 80% não puderam ser utilizados para esse fim, por se tratarem de recursos ineptos e inadequados para pagamento de pessoal. Esse fato obrigou, mais uma vez, o Congresso a desviar recursos destinados a emendas parlamentares para atender a esses pleitos. Em suma, 630 milhões de reais foram destinados às universidades federais pela via dos

acordos que puseram fim às greves de servidores e de professores das universidades.

Por essa razão, escassearam-se os recursos para outras atividades das universidades. Embora eu tenha a maior consideração por V.Exa. e pelos pleitos que V.Exa. acaba de explicitar, tenho de recusar ambos os destaques sustentados por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Relator rejeitou os dois destaques do nobre Senador Antero Paes de Barros.

Vou submetê-lo à votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados, com o voto contrário dos Deputados João Grandão, Waldemir Moka e Ricarte de Freitas.

Aprovado na Câmara dos Deputados, rejeitados, portanto, os destaques. Não seguirá para o Senado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, quanto a esta votação, gostaria de justificar o meu voto.

Com relação ao último destaque, a bancada de Mato Grosso do Sul, em função de entendimento havido entre as duas bancadas, também o rejeitou. Faço este registro porque os Deputados do Partido dos Trabalhadores não tiveram a mesma atitude nessa votação referente à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Eu quero informar a V.Exa. que seria votado destaque do nobre Deputado Moka que está numa colocação bem posterior.

Com a palavra o nobre Deputado Paulo Braga sobre os Destaques nºs 1.914 e 1.917.

O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA – Sr. Presidente, eu retiro o Destaque nº 1.917 e mantenho o Destaque nº 1.914, que se refere à BR 135.

Sr. Relator, a BR-135 liga o Piauí a Minas Gerais, passando pela Bahia. Neste ano ela foi considerada pelo Guia Quatro Rodas a pior estrada federal do País. V.Exa. já fez aporte de recursos a mais nessas estradas, e nós já temos hoje 15 milhões e 840 mil reais para esse fim. Apelo a V.Exa. por um pouco mais de recursos pois, segundo estimativas do 4º Batalhão de Engenharia de Construções do Exército, que constrói a estrada, com cerca de 25 milhões de reais ela seria terminada. Apelo a V.Exa. nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, eu deploro não poder, por absoluta falta de condições, atender ao pleito consubstanciado nesse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O parecer do Relator é pela rejeição do destaque.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa*.)

Aprovado, com os votos contrários dos nobres Deputados José Carlos Aleluia, João Leão, Mussa Demes, João Almeida, Paulo Braga, Ursicino Queiroz, Félix Mendonça, Jorge Khoury, Márcio Reinaldo Moreira, Gerson Gabrielli e Jonival Lucas.

Rejeitado, não irá ao Senado.

O Deputado Jorge Alberto retirou os destaques.

O Nobre Senador Antônio Carlos Valadares também retirou.

Com a palavra o nobre Deputado João Grandão para os Destaques nºs 1.593, 1.594 e 1.595.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, nobre Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, nós temos três destaques: 1.593, 1.594 e 1.595. Eu sei que todos são importantes. Claro que nenhum deles tem vanilóquio, mas eu gostaria de chamar atenção para o destaque que se refere à educação de jovens e adultos.

Em primeiro lugar, verificamos que não houve atendimento no Orçamento em relação à agricultura familiar. Não conseguimos, embora tivéssemos apelado ao Relator-Setorial. Parece que o nobre Relator atendeu em parte ao nosso apelo, acatando 14 milhões que podem ser destinados para a agricultura familiar, embora não especificamente para o PRONAF.

Temos aqui destaque referente a investimento em infra-estrutura de assentamento. Nesse sentido, Sr. Relator, trata-se de investimento para infra-estrutura básica. Não se pode imaginar assentamento sem infra-estrutura para moradia, para estrada, para água. Nós chamamos atenção para o fato de que foram feitos vários assentamentos, inclusive com estrada e não há possibilidade de fazer distribuição de água, o que inviabiliza os assentamentos.

Em função da falta de investimento, uma pessoa fica ali dois, três anos, não agüenta, vende o lote e volta para a cidade. Por isso apresentei destaque des-

tinando verba ao projeto de alfabetização de jovens e adultos, que já tem toda a estrutura montada pelo MEC. Isso garantirá a permanência de jovens e adultos na roça. Hoje, o jovem acaba se deslocando para a cidade e, como na maioria das vezes esta fica muito distante, sente-se desestimulado. No Orçamento do ano passado constava emenda destinando 6 milhões à educação de jovens e adultos. Temos condições de comprovar a efetiva ação desse projeto. Solicito que ele seja recomposto, pelo menos em parte.

Apelo ao nobre Relator, para que destine especial atenção à questão da alfabetização de jovens e adultos em assentamentos de reforma agrária

O último destaque trata de obras de drenagem em Mato Grosso do Sul, na modalidade Estado e Município, especificamente, em Dourados, onde há sérios problemas de drenagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado João Grandão, solicito a V.Exa. que diga qual é assunto dos Destaques nºs 1.593 e 1.594.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – O de nº 1.593 trata de obra de drenagem; o 1.594 trata de alfabetização de jovens e adultos; e o 1.595 trata de investimentos em infra-estrutura básica para assentamentos da reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA – Infra-estrutura está no Destaque nº 1.595.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – O de nº 1.595 seria infra-estrutura para assentamentos e alfabetização de jovens adultos, e o 1.594, foi contemplado com 3 milhões, valor que consideramos insuficiente. No ano passado, foram destinados 6 milhões para essa área.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, vamos atender aos Destaques nºs 1.594 e 1.595 com 500 mil reais cada um.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Relator, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Relator acolheu dois destaques do nobre Deputado João Grandão, 1.594 e 1.595.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram.(*Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator aos Destaques nºs 1.594 e 1.595 permaneçam como se encontram. .(*Pausa.)*

Aprovado no Senado.

Em votação o Destaque nº 1.593, não acolhido.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Rejeitado, não irá ao Senado da República.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, recebo a votação dos destaques, hoje, como presente de aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Parabéns, então, nobre Deputado.

Tem a palavra o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti para falar sobre os Destaques de nºs 1.596 a 1.605.

O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu vi hoje uma relação comparativa de Estados. Considerando sua população, Roraima estaria até muito bem aquinhoado, no entanto, lembro que uma das missões não só da Comissão, mas da própria República é eliminar as desigualdades regionais. Reconheço a escassez de recursos e a boa vontade do Relator em relação ao nosso Estado, por isso destaquei dez emendas das quinze da bancada.

Peço especial atenção do Relator para o Destaque nº 1.598, que trata do fomento ao projeto de infra-estrutura econômica nos Municípios da Amazônia Ocidental, especialmente de Roraima, e para o de nº 1.609, destinado à construção de rodovia que o Governo do Estado está tocando com recurso da sua contrapartida. Que S.Exa. atenda a esses dois, em especial,.

Ficaremos muito gratos pelo que o Relator puder fazer em relação aos demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, deixo de atender por falta de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação na Câmara dos Deputados o parecer do Relator, que, por falta de recursos, não acolheu os destaques do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

Não vai ao Senado.

Tem a palavra o nobre Deputado Paulo Mourão, para falar sobre o Destaque nº 1.621.

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, Sr. Relator, em primeiro lugar, parabenizo-o por ter procurado, em seu relatório, dar continuidade ao desenvolvimento sustentável, que é a marca do Governo Fernando Henrique Cardoso e acelerar o processo de justiça social, principalmente combatendo as desigualdades regionais.

O Estado do Tocantins foi extremamente bem contemplado. A bancada, em nome do Governo do Estado, agradece.

Sr. Relator, peço a V.Exa. que dê ao Tocantins a mesma atenção que dispensou à questão do TRE, no programa de gestão dos processos eleitorais, nas Regiões Sul e Sudeste e em alguns Estados do Norte e Nordeste.

Houve recomposição de dotações, em função de cancelamento de 114 mil reais, feito por V.Exa. Esses recursos, mesmo de valor insignificante, tendo em vista a monta dos recursos nacionais, é fundamental para Tocantins por se tratar de Estado novo. Peço a V.Exa. que inclua o Tocantins nesse atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA– Deputado, qual é o valor dessa recomposição?

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – Cento e quatorze mil, oitocentos e três reais para manter recomposição que V.Exa. fez nos outros Estados.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Por coerência está aprovado.

O SR. DEPUTADO PAULO MOURÃO – Sr. Relator, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Parecer favorável do nobre Relator, para recompor, no destaque do nobre Deputado Paulo Mourão, a importância de 114 mil e 803 reais.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram.(*Pausa.)*

Aprovado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Fernandes, para os Destaques nºs 1.648, 1.652, 1.653 e 1.654.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, Sr. Relator, sei que essa distribuição de recursos é bastante difícil, mas o que nos choca é ver Estados ricos disputando recursos com Estados pobres.

Fiz quatro destaques, até para denunciar a injustiça cometida contra o meu Estado, o quarto em termos de população no Nordeste, com 5 milhões e 600 mil habitantes, e o sétimo a receber recursos federais.

Isso é uma tradição. O Maranhão, ao longo do tempo, tem recebido os retirantes do Nordeste, por isso é tão pobre. É bem verdade que estamos fornecendo habitantes para o futuro Estado do Carajás, que terá 23% de maranhenses. Portanto, o que desejo registrar é a injustiça que se comete com o Estado do Maranhão. Até por egoísmo, vamos ter de resolver a questão da igualdade. A população de baixa renda deveria migrar para São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, que recebem os recursos. Brasília, com 2 milhões de habitantes, tem enorme patrocínio do Governo Federal e recebe mais recursos do que o meu Estado. Isso é uma injustiça.

Sr. Relator, apresento quatro emendas. O povo do Maranhão agradecerá qualquer valor votado, pois se trata do Estado que possui menor renda **per capita**, maior pobreza, o que não é visto pelo Governo Federal. Sofremos para aprovar emendas de bancada e depois ficamos à espera de que Ministros liberem os recursos. Não sei por que isso acontece. Um político famoso disse que, depois que Sarney saiu do Governo: "Maranhão, nunca mais". Acho que é por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Deputado, embora compreenda a revolta de V.Exa., lembro que, nos últimos dias, o comitê de emendas acresceu às dotações do Estado do Maranhão 13, 5 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – E continuamos no sétimo lugar.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Deputado, foi o possível nas atuais circunstâncias. Em razão disso, deixo de acolher os destaques de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – A bancada do Estado do Maranhão sempre apóia o Governo, no entanto, outras bancadas estão recebendo maiores recursos. Se pensassem, agiriam diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O Parecer do nobre Relator é pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Não seguirá para o Senado.

Tem a palavra o Sr. Senador Romero Jucá para falar sobre os Destaques nº 1.632, 1.633, 1.642.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, retirei os outros destaques e mantive os de nºs 1.632, 1.633 e 1.642. Sei que o Relator não dispõe de recursos, então uso a mesma sistemática que já foi utilizada nesta Comissão. Essas emendas somam 5 milhões e 300 mil reais e aponto a fonte para atendimento desses três destaques, que é o Destaque nº 1.661, aprovado com o valor de 15,3 milhões. Sugiro que se retire 5,3 milhões desse total, deixando 10 milhões.

Estou fazendo isso para atender dois programas prioritários do Ministério da Justiça que, por um erro, não entraram. Portanto, estamos corrigindo agora. O primeiro trata de pagamento de indenizações a familiares de mortos e desaparecidos em razão de atividades políticas, nos termos da Lei nº 9.140, e o segundo programa é o de regularização da situação de estrangeiros no País. São dois programas importantes, que precisam ser implementados pelo Ministério da Justiça.

Repito: estou usando a mesma sistemática, sugerindo que sejam retirados recursos do Destaque nº 1.661, já aprovado, para que o Relator possa implementar os Destaques nºs 1.632, 1.633 e 1.642, que passarei às mãos de S.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Retirando dinheiro de que área?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência esclarece o Plenário que o Destaque nº 1.661 já foi aprovado anteriormente, e o nobre Senador Romero Jucá pede sua anulação parcial.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Peço a palavra para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Retirando dinheiro de onde? Qual foi a emenda aprovada anteriormente?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Destaque nº 1.661, de minha autoria, para o Ministério da Aeronáutica. Ele foi aprovado no valor de 15 milhões e 300 mil e ficará com 10 milhões. O restante estamos remanejando para esses destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado Giovanni Queiroz solicitou apenas o número da emenda. O destaque é do nobre Senador Romero Jucá.

Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Não tenho objeção, desde que haja amparo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Aprovada a solicitação do nobre Senador Romero Jucá.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com os votos contrários dos Srs. Deputados João Coser e Giovanni Queiroz.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Kobayashi para falar sobre o Destaque n.º 1.792.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI – Sabendo que o Relator não dispõe de mais recursos, retiro o destaque.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. contribuiu com a maioria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Aleluia, para falar sobre os Destaques nºs 1.943, 1.942, 1.934 e 1.935.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, os Destaques nºs 1.934 e 1.935 que trago à consideração do Sr. Relator tratam do Tribunal Superior Eleitoral. Sei da sua preocupação com a questão eleitoral nacional. Não se trata de uma questão da Bahia ou do Nordeste, mas nacional. Há uma preocupação muito grande do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral em razão das grandes demandas que surgirão com as eleições do ano que vem.

Submeto, portanto, esses dois pleitos ao Sr. Relator.

Quanto aos outros dois, o Destaque nº 1.942 refere-se à capacitação de recursos humanos no esporte nacional, um pleito do Ministério dos Transportes também de caráter nacional, e o último deles refere-se a uma estrada em Minas Gerais, sobre a qual

não posso dizer muita coisa. Peço aos companheiros de Minas que me ajudem na argumentação, na medida em que sei que se trata de pedido do meu ilustre companheiro Deputado, que está exercendo com muita competência o Ministério dos Transportes e foi Relator, inclusive, do Orçamento.

São essas três propostas que apresento.

Peço a ajuda de algum companheiro mineiro para defender a rodovia. O Senador Francelino Pereira ficou com o destaque na mão, não estou com ele.

(Não identificado) – Qual é a rodovia? V.Exa. pode citar o número do destaque?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, V.Exa. pode repetir os números dos destaques para saber qual o que se refere à rodovia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Destaques nºs 1.942 e 1.934, V.Exa. já explicou que eram outros assuntos, do Tribunal Superior Eleitoral e 1.935. Estamos pesquisando o Destaque nº 1.943 para ver se se refere à rodovia em Minas Gerais e qual rodovia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Destaque nº 1.943, recomposição de dotação cancelada, construção do trecho rodoviário do Corredor Leste, BR-265, divisa MG/RJ. Os Deputados de Minas Gerais podem falar a respeito, porque não conheço a estrada. Assinei como coordenador de bancada porque é meu dever atender às solicitações dos Deputados do meu partido.

O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra, coordenador que é da bancada mineira.

O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO – Embora agradeçamos muito ao Deputado José Carlos Aleluia a colaboração, não podemos concordar que essa emenda seja apresentada especificamente para essa estrada, já que a bancada votou para que houvesse emenda coletiva.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Não se trata de emenda, Deputado Danilo de Castro. É apenas um destaque.

O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO – Emenda global com a relação das estradas para o Ministério dos Transportes. Se essa emenda for acatada, haverá privilégio para uma estrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Na verdade, nobre Deputado José Carlos Aleluia, a bancada mineira, como fizeram a paranaense e diversas outras, incluiu todas as construções de estradas federais em uma emenda genérica, e o destaque trata especificamente de um trecho, fugindo, portanto, à orientação da bancada mineira, que apresentou emenda genérica. Isso é que não sei como poderíamos fazer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Curvo-me, com muito respeito, às informações do coordenador da bancada de Minas Gerais, Deputado Danilo de Castro, e mantenho as outras três propostas – as duas referentes ao Tribunal Superior Eleitoral e aquela referente ao Ministério dos Transportes – a serem consideradas pelo Sr. Relator, sem nenhum tipo de imposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Lamentavelmente, Deputado José Carlos Aleluia, não posso acolher os destaques de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Na medida em que o Relator não pode acolhê-los, retiro-os para evitar perda de tempo.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Retirados os três destaques pelo nobre Deputado José Carlos Aleluia.

Com a palavra o nobre Deputado Félix Mendonça pra falar sobre os Destaques nºs 1.765 e 1.549.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, um dos destaques refere-se a uma verba para a infra-estrutura urbana de Salvador.

Solicitamos 22 milhões e fomos contemplados apenas com uma pequena parte. Portanto, estou apelando para o nosso Relator, que tem tido atuação de grande eficiência nesta Comissão, que atenda esse destaque.

A outra solicitação trata-se de destaque da bancada da Paraíba. Nesse caso, peço aos membros da bancada da Paraíba que verifiquem a possibilidade de defendê-lo porque não conheço o problema. É para infra-estrutura hídrica na Paraíba.

Apresento os destaques à consideração do Sr. Relator, também sem nenhuma imposição, para que S.Exa. possa ou não atendê-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Não tenho condições, Sr. Presidente, de acolher os destaques do estimado amigo Deputado Félix Mendonça.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA – Nesse caso, peço a retirada dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirados os Destaques nºs 1.765 e 1.549.

Com a palavra o Deputado Almir Sá, para defender os Destaques nºs 1.674 e 1.676.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Sr. Presidente, vou ser objetivo aos falar dos meus dois destaques. Preliminarmente, quero parabenizar a Mesa, em especial o Relator, e os funcionários desta Casa, responsáveis pela eficiência desta Comissão. Parabéns aos dedicados funcionários da Comissão de Orçamento pela competência e perseverança no assessoramento aos Srs. Parlamentares. Ao Sr. Relator, parabéns pela eficiência e tranqüilidade com que vem conduzindo os trabalhos.

Sr. Relator, o Destaque nº 1.674 é para atender a bancada do Amapá, em especial o meu amigo, Deputado Benedito Dias, e refere-se à conclusão do Hospital do Câncer de Macapá. Então, invoco a sensibilidade de V.Exa., pois é importante sua contribuição.

O Destaque nº 1.676, um destaque de bancada, do qual sou padrinho, visa ao combate à malária na Amazônia. Portanto, é importante para mim também uma colaboração do nobre Relator no que se refere a este destaque, que trata da drenagem e manejo ambiental em áreas endêmicas de malária, que atinge substancialmente a Região Norte do Brasil, especialmente o Estado de Roraima.

Agradeço, sensibilizado, o que for possível V.Exa. atender.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, acolho o Destaque nº 1.674, que trata da implantação, aparelhamento e adequação de unidade de saúde no Estado do Amapá, com 500 mil reais, e o Destaque nº 1.676, que trata da drenagem e manejo ambiental em áreas endêmicas de malária nos Municípios do Estado, com outros 500 mil reais.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – Agradeço a V.Exa., nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Cada um aprovado com 500 mil reais.

Vou colocar em votação os Destaques nºs 1.674 e 1.676 na Câmara dos Deputados, que têm parecer favorável do Relator.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, meu voto é contra e peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual o apoiamento de V.Exa.? *(Pausa.)*

Vamos proceder à verificação.

Peço ao Senador Romero Jucá, se estiver presente, que faça a chamada dos Srs. Parlamentares.

O parecer é favorável aos Destaques nºs 1.674 e 1.676, do Deputado Almir Sá, cada um no valor de 500 mil reais.

Chamo o Senador Romero Jucá para fazer a chamada.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Alberto Goldman. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Anivaldo Vale. *(Pausa.)*

Deputado Arnon Bezerra. *(Pausa.)*

Deputado Danilo de Castro. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO – "Sim", com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Félix Mendonça. *(Pausa.)* Deputado Félix Mendonça "sim".

Deputado Helenildo Ribeiro. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Almeida *(Pausa.).* João Almeida, "sim".

Deputado José Carlos Elias. *(Pausa.)*

Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – "Sim."

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Narcio Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Feijó. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Mourão. *(Pausa.)* Paulo Mourão, "sim".

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Sampaio Dória. *(Pausa.)* Voto conhecido, "sim".

Deputado Saulo Pedrosa. *(Pausa.)* "Sim".

Deputada Zila Bezerra. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado Adolfo Marinho. *(Pausa.)*

Deputado Armando Abílio. *(Pausa.)*

Deputado Augusto Franco. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Batata. *(Pausa.)*

Deputado Domiciano Cabral. *(Pausa.)* Domiciano Cabral, "sim".

Deputada Fátima Pelaes. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Gonçalves. *(Pausa.)*

Deputado Josué Bengtson. *(Pausa.)*

Deputado Jovair Arantes. *(Pausa.)* Jovair Arantes, "não".

Deputada Lídia Quinan. *(Pausa.)*

Deputado Nilo Coelho. *(Pausa.)* Nilo Coelho, "sim".

Deputado Paulo Kobayashi. *(Pausa.)* Paulo Kobayashi, "sim".

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Raimundo Gomes de Matos. *(Pausa.)*

Deputado Renildo Leal. *(Pausa.)*

Deputado Roberto Rocha. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado Ricarte de Freitas

O SR. DEPUTADO RICARTE DE FREITAS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – O PSDB está completo.

PFL:

Antônio Carlos Konder Reis. *(Pausa.*) "Sim".

Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Jorge Khoury.

O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Lael Varella. *(Pausa.)*

Deputado Luciano Castro. *(Pausa.)* "Sim."

Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Neuton Lima. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Coelho. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado Paulo Braga.

O SR. DEPUTADO PAULO BRAGA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Pedro Fernandes. *(Pausa.)*

Deputado Santos Filho. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado Wilson Braga. *(Pausa.)*

Deputado Aracely de Paula. *(Pausa.)*

Deputado Ariston Andrade.

O SR. DEPUTADO ARISTON ANDRADE – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Átila Lins.

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Carlos Nader. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Gomes. *(Pausa.)*

Deputado Francisco Rodrigues. *(Pausa.)*

Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Gervásio Silva. *(Pausa.)*

Deputado José Thomaz Nonô. *(Pausa.)*

Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – O PFL está completo.

PMDB:

Deputado Antônio do Valle. *(Pausa.)*

Deputado João Matos.

O SR. DEPUTADO JOÃO MATOS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Jonival Lucas Junior. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado José Chaves. *(Pausa.)*

Deputado José Priante. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Marçal Filho. *(Pausa.)*

Deputado Milton Monti.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Olavo Calheiros. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado Pedro Novais. *(Pausa.)*

Deputado Zé Gomes da Rocha. *(Pausa.)*

Deputado Coriolano Sales. *(Pausa.)*

Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Deputado Gastão Vieira. *(Pausa.)*

Deputado João Henrique. *(Pausa.)*

Deputado Jorge Alberto. *(Pausa.)*

Deputado Osvaldo Reis. *(Pausa.)*

Deputado Renato Vianna. *(Pausa.)*

Deputado Silas Brasileiro. *(Pausa.)*

Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Alguma Deputada ou Deputado do PMDB deixou de ser chamado? *(Pausa.)*

PT:

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, como é evidente a existência de **quorum**, o PT não entrará em obstrução e já orienta o voto com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Gilmar Machado.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Coser. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Pedro Celso. *(Pausa.)*

Deputado Virgílio Guimarães. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado Carlito Merss. *(Pausa.)* "Sim".

O PT está completo.

PPB:

Deputado Almir Sá.

O SR. DEPUTADO ALMIR SÁ – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Leão. *(Pausa.)* "Não".

Deputado João Pizzolatti.

O SR. DEPUTADO JOÃO PIZZOLATTI – Com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado João Pizzolatti. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO NELSON MEURER – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Roberto Balestra. *(Pausa.)*

Deputado Enivaldo Ribeiro. *(Pausa.)*

Deputado João Tota. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Fernando. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Lessa.

O SR. DEPUTADO PAULO LESSA – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – O PPB está completo.

Bloco PDT/PPS

Deputado Airton Cascavel. *(Pausa.)*

Deputado Airton Dipp. *(Pausa.)*

Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, contra a obstrução da base do Governo, eu voto com o Relator, "sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Clementino Coelho. *(Pausa.)*

Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado Pompeo de Mattos. *(Pausa.)*

PSB/PcdoB:

Deputado Alexandre Cardoso. *(Pausa.)*

Deputado Givaldo Carimbão. *(Pausa.)*

Deputado Sérgio Miranda. *(Pausa.)* "Sim".

Deputado Agnelo Queiroz. *(Pausa.)*

Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)* "Sim".

Deputada Tânia Soares. *(Pausa.)*

PL/PSL:

Deputado Eujácio Simões. *(Pausa.)*

Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – "Sim".

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Deputado Welinton Fagundes. *(Pausa.)*

Deputado Alceste Almeida. *(Pausa.)*

Deputado Juquinha. *(Pausa.)*

Deputado Robério Araújo. *(Pausa.)*

Deputado Orlando Desconsi. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)* "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aviso aos Líderes que amanhã, às 11h, na Presidência...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, enquanto o Senador Romero Jucá conta os votos, aviso aos Srs. Parlamentares que, pelo número de folhas, nós já votamos dois terços dos destaques que foram pedidos para votação em separado. Portanto, temos ainda um terço do serviço a fazer. Só para os Srs. Parlamentares terem uma idéia e uma expectativa do tempo que ainda teremos nesta sessão. Portanto, peço aos Srs. Parlamentares que permaneçam no plenário a fim de concluirmos a votação ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu acredito que até às 6h da manhã concluiremos os nossos trabalhos.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, o resultado é: 43 votos "sim" e 2 votos "não".

A matéria foi aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os destaques foram aprovados na Câmara e vão ao Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados no Senado.

Às 3h15min foi feita a verificação.

Com a palavra o Senador Ricardo Santos, para falar sobre os Destaques nºs 1.856, 1.857 e 1.858.

O SR. SENADOR RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de discutir esses destaques em dois blocos. Um deles refere-se a uma emenda da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, e dois destaques, a emendas da Comissão de Educação.

Sr. Relator, o Destaque nº 1.857, que se relaciona com uma emenda da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, visa a abrir uma rubrica no FUNCAFÉ – Fundo de Desenvolvimento da Atividade Cafeeira. Portanto, não se trata de alocação de recursos ordinários do Tesouro.

O FUNCAFÉ possibilita apenas o apoio, via financiamento, aos produtores rurais para custeio e comercialização. A Fonte 180 trata de recursos diretamente arrecadados para o FUNCAFÉ, provenientes dos produtores rurais e de aplicações financeiras. Repito: não se visa a alocar recursos ordinários do Tesouro, mas abrir uma rubrica no FUNCAFÉ para financiar melhoria da qualidade do café.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, eu peço dois, três minutos para examinar melhor, do ponto de vista regimental, o pleito do Senador.

O SR. SENADOR RICARDO SANTOS – Sr. Presidente, enquanto isso, eu posso apresentar os outros dois destaques da Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. pode apresentar todos.

O SR. SENADOR RICARDO SANTOS – Um dos destaque é relativo a uma emenda aprovada pela Comissão de Educação do Senado que visa a apoiar as escolas técnicas federais, os centros federais de educação e as escolas técnicas agrícolas. Essa emenda foi aprovada pela Comissão de Educação e sofreu uma drástica redução no relatório geral. Solicitamos ao Sr. Relator uma recomposição parcial dos seus valores.

O outro, refere-se a uma emenda também apoiada pela Comissão de Educação do Senado e visa a constituir recursos para assistência ao educando carente do ensino de graduação nas universidades públicas brasileiras, sobretudo no que se refere a refeitórios, assistência médica etc.

Portanto, são duas emendas na área da Comissão de Educação e esta referente ao Fundo de Desenvolvimento da Atividade Cafeeira.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Nobre Senador, quanto ao primeiro destaque, nós estamos examinando mais aprofundadamente.

Quanto aos outros dois, conforme ressaltei há pouco, os recursos que tivemos de mobilizar para contribuir para a negociação das greves no âmbito das universidades federais absorveram um volume de recursos superior ao que supúnhamos inicialmente. Por conta disso, ficaram muito prejudicadas as possibilidades de atendimento compatível com os pleitos da área educacional. Por essa razão, e lamentando a impossibilidade de atendê-lo, recuso esses dois destaques.

O SR. SENADOR RICARDO SANTOS – Então, eu retiro os Destaques nºs 1.856 e 1.858, porque o 1.857 é o que está sendo analisado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. SENADOR JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, Sr. Relator, apesar de Mato Grosso ter recebido bom aporte de recursos na fase de destaques, na sexta-feira passada foi estabelecido que algumas injustiças nas emendas de bancada do Estado deveriam ser corrigidas. Uma delas refere-se à implantação de infra-estrutura esportiva. De segunda-feira para cá, essa injustiça foi aprofundada. Portanto, apresentamos o Destaque nº 1.864, que é exatamente uma tentativa de diminuir esse aprofundamento da injustiça das emendas de bancada no Estado de Mato Grosso. Sr. Relator, mesmo doente, continuo neste plenário ajudando a votação desta matéria e vendo se pode ser incluído um recursos a mais nesse destaque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Nobre Senador, lamento não poder, neste instante, acolher o seu pleito. V.Exa. mesmo admitiu, no início da sua fala, que o Estado de Mato Grosso teve um atendimento razoável nessa fase de destaques, mas o não-acolhimento não se dá por conta disso, mas pelo

fato de, realmente, terem-se exauridos os recursos disponíveis. Portanto, eu deixo de acolher o destaque de V.Exa., embora o meu desejo pessoal de poder atendê-lo, ainda que parcialmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contrário.

Vamos colocá-lo em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, rejeitado o destaque, que não vai ao Senado.

Com a palavra a nobre Deputada Zila Bezerra. *(Pausa.)* S.Exa. já retirou.

Com a palavra o nobre Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, eu tenho quinze destaques e peço a retirada de todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Muito bem, Deputado Fernando Coruja. Foi vivamente aplaudido.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Sr. Presidente, só para contribuir com os trabalhos.

Ainda tenho um destaque a ser discutido e parece que o nosso Relator não tem mais nada. Eu gostaria de saber se S.Exa. vai atender alguém daqui até o fim porque, se não for, eu vou retirar o meu destaque. Não adianta perdermos tempo falando e ele dizendo "não".

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o nobre Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente, Sr. Relator, retiro o Destaque nº 18.083 e enfatizo a sensibilidade do Sr. Relator em relação a uma obra da maior importância para o sertão alagoano, que é a adutora do Pão de Açúcar, que dá sustentação a todas as adutoras da região, beneficiando cerca de 300 mil pessoas. Quero congratular-me com V.Exa. pela sensibilidade na manutenção dos recursos atinentes à realização dessa obra.

Nobre Relator, V.Exa. deve conhecer a cidade de Maceió, que só tem três planos distintos, sendo que o último está abaixo do nível do mar e do nível da lagoa, portanto, são constantes as enchentes. Atendendo esse destaque, V.Exa. teria uma oportunidade maravilhosa de prestar um grande serviço à cidade de Maceió, resolvendo, com esse aporte de recursos, os problemas de enchentes da Capital alagoana. Conto com V.Exa. Os maceioenses bastante agradecidos vão reverenciar o nome de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Lamento, Governador, eu me encontrar, neste momento, sem condições de realmente poder responder aos anseios de V.Exa. e aos do seu Estado. De fato, não mais disponho de recursos, excetuados...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contrário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Rejeitados os Destaques nºs 1.880 e 1.883.

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de fazer uma sugestão. O nobre Relator tem a relação dos destaques que poderão ser atendidos. Dessa forma, para ganharmos tempo, sugiro que o nosso Relator dissesse a cada um dos Parlamentares os destaques que seriam atendidos.

(Não identificado) – Só se os autores desistirem.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – É isso mesmo. Por exemplo, o Relator diria: Deputado João Leão, vou atender a dez milhões de reais no Brejo da Barra; Deputado fulano de tal vou atender a isso, e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Sérgio Miranda, Destaques nºs 1.961, 1.962 e 1.964.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Faço três destaques a emendas do Relator. O Relator, a pedido do Ministério do Planejamento, argüido pela ANATEL, altera o GND (Grupo de Natureza de Despesa) de três ações do FUST.

Quero usar três argumentos.

O primeiro argumento é constitucional.

Diz o § 3º do art. 166 da Constituição Federal:

§ 3º As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

Sr. Relator, o outro argumento diz respeito à Resolução nº 1, que em seu art. 21 prevê:

As emendas ao projeto de lei orçamentária anual e aos projetos de lei de créditos adicionais que proponham inclusão ou acréscimo de valor somente poderão ser aprovadas pela Comissão caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

E mais: a Lei nº 10.297 alterou o Plano Plurianual e no programa do FUST os recursos na ordem de 2 bilhões 685 milhões, 2 bilhões 329 são despesas de capital. Ou seja, GND-4. Apenas 356 milhões são despesas correntes, de custeio. Logo, a proposta não está de acordo com o Plano Plurianual.

Segundo argumento. Proposta semelhante foi apresentada a esta Casa, sob forma de projeto de lei. Na minha opinião, o argumento utilizado representa uma agressão à Constituição e ao próprio Parlamento.

Diz a justificativa do Ministro – chamo a atenção do Relator para esse segundo argumento: "Além disso, verificou-se a necessidade do remanejamento das dotações alocadas ao FUST na Lei Orçamentária de 2001 classificada no Grupo de Natureza Investimentos para outras despesas correntes, permitindo que a execução das ações sejam realizadas na forma legalmente definida na Resolução nº 269 da ANATEL".

Sr. Relator quem deve adequar-se à lei é a resolução, e não o contrário. Essa questão representa enorme arrogância da ANATEL.

Terceiro argumento. Essa questão está **sub judice.** Existe um processo na Justiça Federal e no Tribunal de Contas da União. E o Tribunal suspendeu a licitação. Um dos argumentos utilizados na ação tanto na Justiça como no Tribunal de Contas da União foi de que os recursos eram investimentos. A aquisição de 290 mil computadores caracteriza uma compra.

A ANATEL para justificar a "venda", entre aspas, de computadores que podem ser exclusivamente vendido aos Estados pelas concessionárias, diz que não se trata de aquisição, mas de contrato, de **leasing**. Mas, Sr. Relator, 290 mil computadores, 48 mil **scaners**, 13 mil impressoras (dois tipos de impressoras) evidentemente são aquisições do Estado.

Levando em conta esses três argumentos, trata-se de matéria inconstitucional. Proponho, então, sejam rejeitados os argumentos trazidos à baila não pelo Relator-Setorial, mas pelo Relator-Geral a fim de que seja mantida a proposta original do PL.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem para fazer uma comunicação em nome da Liderança do PT.

Quero dizer a V.Exas. que há um PL de igual teor. Na reunião de Líderes fiz essa comunicação em nome do PT, e a faço novamente agora. Para nós, esse assunto é central. Estamos de acordo com o pensamento do Deputado Sérgio Miranda. Não aceitamos a maneira como o Governo transforma investimentos em prestação de serviços. Desse modo, iremos para o confronto. Quero alertar os Líderes para o fato a fim de que amanhã não sejam surpreendidos. Se isso for passado goela abaixo aqui ou no outro PL iremos partir para o confronto em todos os PLs.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Quero transmitir ao Deputado Sérgio Miranda e a V.Exas. alguns esclarecimentos preparados pela Consultoria Técnica.

Primeiro, o FUST foi incorporado ao PPA/2000/2003, por intermédio do art. 2º da Lei nº 10.297, de 2001, que alterou o referido PPA.

Segundo, na lei que alterou o PPA, a programação do FUST contempla recursos totais de 2 milhões 686 milhões de reais, dos quais 2 milhões 330 correspondem às despesas de capital e 356 são referentes às despesas correntes.

Terceiro, os remanejamentos realizados para a programação do FUST, em atendimento à solicitação do Ministério das Comunicações, compreendem remanejamento de despesas do GND-4 (investimentos) para GND-3 (outras despesas correntes) em montante da ordem de 700 milhões de reais.

Quarto, o art. 7º da Lei nº 9.989, de 2000, que dispõe sobre o PPA para o período 2002/2003 estabelece que "a inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas, quando envolverem recursos dos orçamentos da União, poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais alterando-se, na mesma proporção, o valor do respectivo programa".

Quinto não há, portanto, incompatibilidade dos remanejamentos procedidos à programação do FUST com o PPA 2000/2003, uma vez que a alteração de ações orçamentárias pode ser efetuada por meio da Lei Orçamentária Anual, alterando inclusive a distribuição dos recursos entre despesas correntes e despesas de capital. Essa alteração é assim compatível com o PPA.

O parecer é contra os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contra os destaques.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que estão de acordo com o parecer aos Destaques nºs 1.961, 1962 e 1964 com parecer contrário permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o parecer e rejeitados os destaques contra os votos dos Deputados Sérgio Miranda, Gonzaga Patriota, Carlito Merss, Gilmar Machado, Dr. Rosinha, João Grandão, João Magno, Jorge Bittar, Virgílio Guimarães, Fernando Coruja e Giovanni Queiroz.

A matéria não vai ao Senado Federal por ter sido rejeitada na Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Deputado João Almeida para falar sobre os Destaques nºs 2.000, 2.001, 2.048, 2.248, 2.249, 2.250, 2.251, 2.252, 2.253, 2.254, 2.255.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Sr. Presidente, os Destaques nºs 2.248, 2.249, 2.250, 2.251, 2.252, 2.253, 2.254 e 2.255 se encontram prejudicados e devem ser retirados, uma vez que foram atendidos em destaques apresentados pelo Deputado Eujácio Simões. Tratava-se de recomposição de dotação dos TREs do Nordeste.

Retiro o Destaque nº 2.000 para facilitar o entendimento.

Sr. Relator, insisto no Destaque nº 2201, da bancada da Bahia, que busca apoio ao desenvolvimento municipal no Estado da Bahia por meio do qual fazemos intervenções na região do São Francisco. Essa emenda ficou com dotação muito abaixo da expectativa da bancada. Estamos apelando para que o Sr. Relator verifique a possibilidade de eventual atendimento complementar a essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Como estamos na fase de inexistência de recursos adicionais, devo rejeitar os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é pela rejeição.Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Rejeitado na Câmara, não vai ao Senado Federal.

Concedo a palavra para falar sobre os Destaques nºs 1.845, 1.846, 2.012, 2.008, 2.016, 2.064 e 2.065 ao Deputado Pedro Chaves.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Sr. Relator, apresentei a votação em separado de vários destaques e agora vou fazê-lo em duas etapas.

Na primeira etapa os destaques referentes ao meu Estado de Goiás. E eu vou me concentrar apenas no Destaque nº 2.064.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os demais V.Exa retira?

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Não. Na primeira etapa os destaques do Estado de Goiás. O de nº 2.064 trata da duplicação da Estrada Anápolis – Porangatu, rodovia importantíssima para o Estado de Goiás e para a ligação Norte –Sul do Brasil. Peço a V.Exa. que atenda a esse destaque.

Na segunda etapa – não sei se V.Exa. percebe, mas não há Deputado do Distrito Federal nesta Comissão no presente momento – não foi acatado destaque algum do Distrito Federal. Coube a mim a apresentação de quatro destaques de Brasília. Peço a V.Exa. que dê atenção ao Destaque nº 1.845, que se refere ao saneamento básico. Lembro, mais uma vez, a V.Exa que nenhum destaque do Distrito Federal foi atendido, porque não há Parlamentar da bancada do DF no momento. Então, esses dois destaques, da segunda parte, são do meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Lamento, Deputado Pedro Chaves, mas não tenho como acolher os destaques de V.Exa. por falta de recursos.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Deve haver uma sobra do destaque do Deputado Giovanni Queiroz – 5 milhões. Acho que V.Exa. pode acatar alguma coisa.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, eu gostaria de ler exatamente o que falta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Acho que nem adianta Relator, porque todos gostariam de discutir o destaque. Os trabalhos deveriam ser objetivados.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Acho que vai objetivar, Presidente. Vamos deixar o Relator dizer quais destaques irá acatar e os companheiros os retiram.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só o autor do destaque pode retirá-lo.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu sei. Mas é o autor mesmo que irá retirá-lo.

O SR. DEPUTADO PEDRO CHAVES – Para a Bancada do DF nada foi atendido, Sr. Relator. Nada, nada, zero.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tudo bem.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Vamos fazer a experiência, não custa nada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos gastar mais tempo com a experiência do que com a votação.

(Não identificado) – Já votamos 90%, vamos continuar assim.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Os últimos três destaques, para os quais disponho de recursos já alocados no início da tarde, são de autoria do Deputado Giovanni Queiroz.

Destaque nº 2.083: aquisição de patrulha mecanizada em Municípios de assentamentos rurais no Estado do Pará – 3 milhões. (*Palmas*.)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Os trabalhadores rurais do Pará agradecem a V.Exa.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Destaque nº 2.077: apoio a entidades públicas de ensino superior no Estado do Pará – 2 milhões de reais. (*Palmas*.)

Em defesa do Deputado Giovanni Queiroz, devo dizer que há pleitos envolvendo não apenas outros Parlamentares do Pará, mas também do Governador do Estado, se é que isso legitima os pleitos de S.Exa.

Deputado Gonzaga Patriota, Destaque nº 2.060: eliminação de pontos críticos em rodovias federais.

Finalmente, será atendido o Destaque nº. 1.068, do Deputado Átila Lins, construção de trechos rodoviários no corredor Fronteira Norte. Por sua ausência, S.Exa. perdeu os destaques que havia apresentado. Por consideração especial de V.Exa, Sr. Presidente, que se dispôs a propor ao Plenário revisão do caso de S.Exa., receberia um milhão de reais para os dois anteriormente assegurados.

Com isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, esgotam-se os recursos disponíveis para alocação de emendas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – E o destaque do Senador Ricardo Santos?

Pergunto se os outros desistem dos destaques.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, eu tenho cerca de 65 destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – São 65 e tem de discutir um por um.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas não vou fazê-lo, até por que...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ainda é cedo, são apenas 3h40min.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não por mim, Sr. Presidente. Por mim, eu discutiria todos eles, até porque a nossa causa pela obstrução é a mais justa – é do interesse de todos os Parlamentares –, uma vez que está voltada para o bem do Brasil.

Quando iniciamos o processo de obstrução, primeiro, nós o fizemos pensando em depurar o Orçamento para retirar entulhos que estão inseridos. Por exemplo: receitas oriundas da cobrança de aposentados e pensionistas colocadas – não pelo Relator – pelo Executivo. Isso aí é bichado.

Segundo: nós fizemos isso pensando em dar ao trabalhador rural condição mais digna de receber salário – 15 milhões de brasileiros – e não esmolas, como propõe o Governo através do Vale-Gás. Bastaria o dinheiro do Vale-Gás para aumentar em 6 reais por mês o salário mínimo no País.

Sr. Presidente, buscamos outras fontes que poderiam financiar muito bem o salário mínimo para 220 reais que, sem dúvida alguma, seria uma das melhores formas de distribuição de renda do País.

O Relator-Geral não acatou não por sua vontade. Esta Casa não acatou não por vontade de nenhum Parlamentar porque todos concordam que o salário mínimo do Brasil é um salário de miséria e de fome. Foi a insensibilidade da área econômica do Governo do Sr. Fernando Henrique, que tem levado o País à desgraça de dever mais de 600 bilhões de reais acumulados em apenas seis anos de gestão e a pagar juros diários de mais de 250 milhões de reais.

Então, nossa obstrução é justa, Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral. A culpa não é nossa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pergunto: V.Exa. mantém os destaques ou os retira?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quero manter três destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos aos finalmente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Coloquei todos os destaques, mas quer me parecer...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas não está na hora de V.Exa. ainda. É só dar o número do destaque.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quero discutir com o Relator mais um destaque. O nosso Estado foi um dos mais prejudicados. O Estado do Pará é o que tem a maior malha rodoviária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual o número dos destaques, Deputado?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O Destaque nº 2.074 diz respeito à ponte sobre o Rio Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só o número agora, Excelência, porque não vamos discuti-lo agora.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Destaques nºs 2.074, 2.077 e 2.083.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Muito obrigado, Deputado.

Vamos votar agora os destaques do Deputado Pedro Chaves com parecer pela rejeição. São os de nºs 1.845, 1.846, 2.012, 2.008, 2.016, 2.064 e 2.065.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado, não vai ao Senado.

Vamos agora ao Deputado Gonzaga Patriota que teve um destaque atendido. V.Exa. retira os demais?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiramente quero parabenizar a toda a equipe que nos apoiou durante esse trabalho doloroso, principalmente o Sr. Relator.

Inicialmente eu quero pedir um remanejamento. Eu gostaria de transferir 1 milhão de reais do Destaque nº 2.049, de minha autoria, que é emenda de bancada de Pernambuco, para o Destaque nº 2.038. Esse é o primeiro destaque. Depois eu gostaria de votar...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual o número do destaque?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – É o nº 2.049 que aqui foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O nº 2.049 foi aprovado?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sim, da mesma maneira que foi feito com o Deputado Eujácio Simões e outros, eu gostaria de fazer esse remanejamento em razão de não ter sido atendido o destaque e ser muito importante transferir recursos de uma emenda para outra.

Segundo, eu gostaria rapidamente de discutir em bloco – serei mais breve do que o eminente Deputado Giovanni Queiroz – o Destaque nº 2.062, que trata de assistência médica e uma reposição da CBTU, até porque vou fazê-lo em plenário; o Destaque nº 2.041, que faz a transposição de Tocantins para o Rio São Francisco, também muito importante; o Destaque nº 2.057, do Tribunal Regional Federal, sobre informações jurisdicionais, vou discuti-lo também em plenário; o Destaque nº 2.059, que trata da Transnordestina, ferrovia que vai interligar todo o sistema ferroviário do Brasil, emenda regional; e o Destaque nº 2.061, que é do Habitat Brasil.

Eu sei que serão rejeitados, mas faço também num bloco. Por último, os Destaques da Comissão de Viação e Transportes: nºs 2.040 e 2.060. Este último V.Exa. falou que está sendo atendido, não sei ainda o valor.

O Destaque nº 2.040 trata da Comissão de Viação e Transportes –restauração de rodovias. Não sendo atendido o de nº 2040, eu vou me resguardar o direito de discuti-lo em plenário.

Quanto ao nº 2.060 que V.Exa. atende, eu espero que seja o dos 4 milhões, que é da ponte do Senador José Coelho. S.Exa. me pediu para mais uma vez reiterar esse valor. Essa ponte liga Petrolina a Juazeiro. É uma ponte muito importante, Sr. Presidente. Não vou ultrapassar mais um minuto para dizer que foi construída há mais de cinqüenta anos, quando Petrolina tinha 20 mil habitantes e Juazeiro 30 mil. Hoje cada uma dessas cidades está com a população de 300 mil habitantes. Se esta ponte parar, pára todo o trânsito do Nordeste com o Sul do País.

Temos alguns recursos. E nesta emenda da Comissão de Viação e Transportes, se alocarmos mais 4 milhões, tenho certeza de que a obra da duplicação vai começar. Menos do que isso, lamentamos porque não vai se iniciar esse trabalho.

Agradeço a V.Exa. e tenho certeza, já que o Relator não falou o valor, de que serão 4 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O nº 2.038 V.Exa. retira?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Não, foi feita a transferência do 2.049 para o 2.038.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

(Não identificado) – Transferência de uma emenda de bancada, Deputado Gonzaga Patriota?

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – As mesmas que foram feitas aqui hoje.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Isso exige apoiamento da bancada, Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Eu que apresentei todos os destaques da bancada de Pernambuco. Da mesma maneira que fora feita a transferência do Deputado Eujácio Simões e de outros Parlamentares aqui, eu quero que seja feito da mesma forma. Não houve emenda de bancada para bancada.

Sou o autor dos destaques e das emendas. À emenda de bancada eu sou o autor dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Só é de emenda de bancada para emenda de bancada, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Isso foi feito aqui hoje, no caso de três Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Então, vamos aceitar, Sr. Presidente. Quanto ao valor do Destaque nº 2.060 que ontem V.Exa. e o Senador me entregaram com o pleito de 3 milhões de reais e não de 4, foi atendido em 2 milhões de reais, que foi o atendimento pedido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sr. Relator, pela ordem. Para não perdermos tempo, eu esclareço a V.Exa. que os casos anteriores não foram relativos à emenda de bancada.

Há impedimento legal no caso de retirar recursos de emenda de bancada, a não ser que com autorização da mesma, por maioria – dois terços na Câmara e dois terços no Senado.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Autorização de bancada, foi o que eu disse.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Como que não foi de bancada?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Trata-se de emenda de bancada – é diferente dos outros casos em que aqui foi autorizada a reversão, portanto – e depende de autorização de dois terços da bancada na Câmara e de dois terços da bancada no Senado. Gostaria imensamente de equacionar o problema do...

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, sou o autor dos destaques. O Destaque nº 2.049 foi feito. O mesmo aconteceu com os destaques dos Deputados João Almeida, Eujácio Simões e outros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Gonzaga Patriota, V.Exa. está coberto de razão, mas não podemos nos expor aqui.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, se outros foram atendidos, eu quero o mesmo tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Segundo determina o Regimento, a emenda de bancada só pode ser modificada se dois terços da bancada na Câmara e dois terços do Senado, por escrito, aquiescerem, o que não é o caso aqui.

Com a palavra o Deputado João Almeida.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – V.Exa., ao compulsar a resolução, encontrará lá...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Art. 53 , § 2 º.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Embora se tenha divulgado isso aqui e eu fiquei na crença de que não podia, compulsei cuidadosamente e verifiquei que há possibilidade, sim, quando o coordenador da bancada substitui, para esse efeito, os dois terços da bancada. Assim, formulei destaque nesse sentido e fui atendido. No caso, não é anti-regimental. Se V.Exa. me der a resolução, eu mostrarei onde se embasa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O coordenador substitui, mas, nesse caso, não.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – O Relator já disse que atendia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Bom, estou apresentando a questão clara, se o Plenário resolver aprovar...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, pela ordem. Há aqui dois Parlamentares de Pernambuco que poderiam se manifestar. Peço a V.Exa. que consulte os demais Parlamentares do Estado.

Sr. Presidente, o princípio desta Comissão é o de que os presentes atuam e os ausentes são prejudicados. Quem está ausente está ausente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tudo bem, cabe ao Plenário a decisão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Há um Senador e dois Deputados de Pernambuco presentes. V.Exas. estão de acordo? *(Pausa.)*

Bom, eu vou consultar o Plenário na Câmara Federal.

O parecer do Relator é favorável.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Bom, gostaria de esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o parecer do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Deveremos anular a votação do Destaque nº 2.049, porque dele vai 1 milhão para o Destaque nº

2.038. O de nº 2.049 fica aprovado com menos 1 milhão, valor que será retirado para o 2.038.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA – Exatamente, foram 3,600 milhões e eu estou retirando um.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vou colocar em votação novamente o Destaque nº 2.049 no valor de 2, 6 milhões.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos aos demais destaques do Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Rejeitados, Sr. Presidente, por falta de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Rejeitado o de nº 2.060.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Destaque nº 2.060 com 2 milhões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Deputado pediu destaque para o 2.060, que diz respeito à Ponte do São Francisco. V.Exa. concedeu 2 milhões para a ponte?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Não é para o São Francisco, Sr. Presidente. O Destaque nº 2.060 é para a eliminação de pontos críticos em rodovias federais, 2 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O autor pede 4 milhões.

O SR. SENADOR JOSÉ COELHO – Sr. Presidente, peço a palavra para dizer somente duas palavras. Essa ponte foi construída há 53 anos. A primeira ponte de concreto protegida foi construída na Sibéria, a segunda maior é a de Petrolina. E há 53 anos ela não recebe nenhum socorro.

Todo o tráfego de madeira do Amazonas, do Pará, o arroz do Maranhão, o comércio do Ceará, do Piauí, o sal da Paraíba e do Rio Grande do Norte, tudo escoa por essa ponte. Toda a economia de São Paulo que atende ao Nordeste passa por essa ponte. Não existe nenhum outro recurso, nenhuma outra condição de transporte.

Não é possível que o Nordeste seja sacrificado toda a vida! Vale dizer que essa ponte não atende somente à Petrolina. Não. Atende também ao Estado da Bahia e a todo o Nordeste. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero a posição final do Relator sobre a matéria.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Deputado Giovanni Queiroz admite abrir mão de 1 milhão de reais do Destaque nº 2.083 ou do Destaque nº 2.077?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Seria de grande utilidade, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Sr. Relator, o Destaque nº 2.083 é referente à patrulha mecanizada para atender ao assentamento de colonos, de trabalhadores rurais. O Pará tem o maior volume, e o sul do Estado tem a maior superintendência do INCRA do Brasil. Imaginem V.Exas. o que são 60 mil famílias sem acesso, sem estrada. No caso, os recursos se destinam à duplicação de uma ponte, o que acreditamos legítimo.

São enormes as dificuldades no Pará. Pessoas carregam comida nas costas, muitas vezes, percorrem até 30 quilômetros na lama. É preciso estrada. Não adianta assentar o colono se não se der a ele as mínimas condições de escoar sua produção. Estão perdendo arroz, feijão, milho, porco, galinha, ovos, porque não têm como transportar a produção. Então, estou pedindo isso para fazer uma estrada vicinal a fim de atender aos colonos e às famílias pobres da região.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. não concorda?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, pela ordem. Tenho uma sugestão a fazer ao nobre Relator. Meu nobre Relator, no início das discussões, o Deputado Alberto Goldman pediu para retirar um destaque de 900 mil reais que não ficou contabilizado pela sua Assessoria. Esses 900 mil reais seriam destinados à compra de dinamite para o Tribunal. Então, esse recurso não saiu para canto algum.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não era para retirar, mas comprar dinamite.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Mas V.Exa. retirou o destaque. Então, há uma sobra de 900 mil reais que pode ser utilizada nessa ponte.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, se for para retirar os 900 mil de São Paulo, que sejam dados para outra obra em São Paulo. Não há sentido. Desculpe-me, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – V.Exa. retirou o destaque. Seu destaque morreu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos deixar o Relator resolver a matéria.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – O Deputado Alberto Goldman foi claro quando disse que retirava esse destaque. Então, há uma sobra de 900 mil reais.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Como vou comprar dinamite se não tenho o destaque? Se eu não tiver dinheiro, não posso comprar dinamite.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Deputado Alberto Goldman foi tão claro que, logo de imediato, passamos a dispor desses recursos, mas para atender ao Senador com 1 milhão de reais a mais, poderíamos utilizar exatamente a perda que o Deputado Átila Lins teve com a sua ausência do plenário.

(Não identificado) – Mas o Deputado Átila Lins está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, Sr. Relator, peço a palavra para fazer uma ponderação.

Sei que V.Exa, por diversas vezes, afirmou que não há mais recursos – e o fez principalmente nesta fase final –, mas quero fornecer um dado importante. Entendo que o esforço feito pelo Deputado Gonzaga Patriota leva em consideração não uma região onde há 600 mil habitantes, como disse S.Exa., mas 2 milhões de pessoas do Vale do São Francisco. As duas cidades atendidas polarizam hoje essa região. Inclusive, está em curso na Casa debate sobre o desmembramento dessa área para a criação de um novo Estado. Sou contrário à idéia, até por conta do que isso representa na economia do Estado de Pernambuco e do Estado da Bahia.

São duas cidades – Juazeiro e Petrolina – em que o agronegócio tem crescido absurdamente. O desenvolvimento econômico daquela região tem sido cada vez mais impulsionado. E essas duas cidades simbolizam esse desenvolvimento. Por essa ponte, como lembrou muito bem o Senador, passa um fluxo que se desloca do Sul para o Norte, um fluxo não só de negócios, portanto, de caminhões de carga, mas também de turismo. É uma região que efetivamente tem enorme potencial. Quem transita por ali nos chamados momentos de pico tem sido surpreendido exatamente pela incapacidade de a ponte suportar o tráfego que a região já absorveu em função de todos esses aspectos a que me referi.

Aproveito para fazer um apelo ao meu amigo e companheiro de bancada Virgílio Guimarães, que está aqui ao lado. Sei que o metrô é tão importante para o povo de Belo Horizonte, de Barreiro, quanto é a ponte Juazeiro –Petrolina para o povo daquela região, assim como são importantes os pleitos que vários Deputados fizeram aqui. Entretanto, se houver essa possibilidade, eu diria que o deslocamento de recursos destinados ao metrô de Belo Horizonte ajudaria bastante. Há um racha no PT para defender o Vale do São Francisco.

Eu diria mais ainda, Sr. Presidente: aquela região, marcadamente, hoje está sofrendo muito com a queda do nível de água de Sobradinho.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Quero lembrar ao Deputado Darcísio Perondi que tenho o direito de falar pela Liderança por 20 minutos, se eu quiser.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A qualquer instante.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Se o Deputado quiser, posso abrir mão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Temos prazer em ouvir V.Exa. Fique tranqüilo.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente. Se quiséssemos usar o tempo para fazer um pedido de verificação, eu teria pedido a palavra a V.Exa. pela Liderança e usaria os 20 minutos exatamente para fazer a verificação, mas não é essa a intenção. Portanto, contribuo nesse debate por entender o que significa essa ponte para a região. E esta é a única intervenção que fiz nesta Comissão acerca de emendas. Situações como esta merecem esse tipo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero testemunhar, Deputado, que o Senador José Coelho tem tratado do tema aqui diuturnamente. Há um verdadeiro desespero por parte de S.Exa. em relação essa ponte, que é importante, liga dois Estados do Brasil, está em situação muito precária e merece atenção.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Por isso fiz a sugestão, Sr. Presidente. Cheguei a conversar com o Deputado Virgílio Guimarães a respeito. Sei que o Relator pode buscar, talvez no fundo do baú, mais recursos, mas é necessário que todos entendam que não se trata de obra que atenderá ao Senador, ao Deputado Gonzaga Patriota ou à bancada da Bahia. Essa é uma obra que atende à população

de dois Estados e o fluxo econômico de toda a Região Nordeste.

O Deputado Sampaio Dória tem tido a capacidade de compreender esses aspectos e absorver os pleitos que aqui são firmados. Se S.Exa. tiver oportunidade de dar uma revirada no Orçamento e encontrar mais recursos, ótimo. Senão, acredito que o povo de Belo Horizonte, aqui representado pelo companheiro Virgílio Guimarães, saberá compreender a necessidade e a importância dessa obra.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, pela ordem. Tenho uma sugestão a fazer. Se o nobre Relator não puder atender à emenda no seu todo...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. já atendeu com 3 milhões.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – ... poderíamos submeter ao Plenário, que autorizaria ao Relator, numa rapa de tacho, completar. O que sobrar – 200, 500, 700 ou mesmo 1 milhão – S.Exa. destina a essa emenda. Acredito que seria uma boa sugestão. Já ficaria autorizado. O Plenário, portanto, daria a autorização, uma carta branca ao Relator para S.Exa. fazer essa modificação, uma prévia autorização para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Isso é proibido nesta Comissão. Cheque em branco não se dá aqui. Aqui, vota-se, decide-se.

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, eu sei que a luta que travamos em torno do ramal do Barreiro foi grande, sobretudo pela liberação dos recursos. Sei que em várias etapas conseguimos crescer o aporte ao metrô, sobretudo numa luta que foi vitoriosa agora. Quero comunicar à Casa que conseguimos a liberação agora em 2001, felizmente.

É uma questão complexa, porque é uma luta nossa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Para V.Exa. ver que este Governo libera dinheiro até para o PT.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Agora, o fundamental é a liberação de recursos, algo que não fosse afetar a obra, dentro do esforço nacional. Do contrário, Minas não suportaria. Agora, colocar só na mão de Minas...? Aqui estão dois mineiros que nos têm ajudado a lutar pela implantação do ramal de Barreiro. Minas é um Estado nordestino também. Fico sensibilizado com o problema da ponte, mas colocaria a questão nesses termos, para refletirmos melhor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. concorda ou não?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Proponho que façamos uma reflexão mais ponderada. Num esforço nacional, contribuímos.

(Não identificado) – Vamos avaliar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Num esforço nacional, Minas não se furta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A matéria vai ser votada agora.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Fundamentalmente, queremos a liberação de recursos para o metrô, até porque reconheço que a Deputada Laura Carneiro, a cada momento, diz que o nosso esforço para obter recursos orçamentários realmente foi vitorioso.

Agradeço a toda a Comissão. Todos sabem disso. Fico grato a todos, porque realmente o recurso veio em termos orçamentários, mas, no ano que vem, para a liberação, a luta será talvez até maior. Vamos pensar direitinho nisso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O destaque está com 3 milhões até agora.

O SR. SENADOR JOSÉ COELHO – Sr. Presidente, não pode ser menos de quatro. Essa ponte foi construída para um tráfego de 2 mil veículos a cada 24 horas. Hoje passam 30 mil veículos diariamente. Se houver qualquer dificuldade, qualquer acidente na ponte, toda a economia do Nordeste se acaba.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Relator, tire do restinho da reserva de contingência de 1 milhão. Tire dos Brejos da Barra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, aprovamos hoje várias emendas do Mato Grosso. V.Exa. poderia tirar um pouquinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – A reserva de contingência ficou com quanto, caro Relator?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, se, por hipótese, viermos a necessitar...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Relator, para contribuir, deixe-me abrir mão de 500 mil daquela emenda que V.Exa. propôs de 3 milhões para os colonos trabalhadores do Pará.

(Não identificado) – O Deputado João Leão vai ceder dos Brejos da Barra 1 milhão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Coitado dos Brejos da Barra, ficaram sem nada.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Não estou ouvindo, V.Exa., Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – V.Exa. propôs que eu abrisse mão de 1 milhão da Emenda nº 2.083 – aquisição de patrulha mecanizada para o INCRA. É uma dificuldade abrirmos mão disso, mas entendo as dificuldades também do Nordeste, e nós, do Pará, utilizamos muito essa ponte. Para ter acesso ao Tocantins, que é quem nos socorre na saúde, vejo a dificuldade gerada pelo fato de não haver ponte sobre o Rio Araguaia. Há pessoas que ficam seis, oito horas esperando uma balsa para poder ir ao Tocantins, que é quem nos socorre, repito, no sul do Pará.

Entendendo as dificuldades causadas pela falta de uma ponte e as dificuldades enfrentadas por V.Exas. Assim, abro mão de 500 mil para ajudar, de modo que minha emenda ficará com 2,5 milhões, ao invés de 3 milhões. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Com 1 milhão que o Relator conseguiu, já temos 1,5 milhão.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Como é muito raro o Deputado Walter Pinheiro, conceituado Líder do PT nesta Casa, endossar um pleito da Região, vamos atendê-lo. Se porventura for necessário algum recurso adicional, faremos uso dele, na medida do necessário, no caso da Emenda nº 50120001, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, da qual já tiramos 19 milhões de reais.

(Não identificado) – Quanto mais V.Exa. vai tirar?

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – V.Exa. vai receber os 4 milhões solicitados. (Palmas.)

(Não identificado) – Estão tirando tanto dinheiro da Comissão de Constituição e Justiça, que é uma verdadeira injustiça.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Mas fica registrado que Minas Gerais participaria do esforço nacional.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Brejo da Barra doa 540 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 2.060 foi aprovado com 4 milhões.

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação os Destaques de nºs 2.040, 2.041, 2.057, 2.059, 2.061 e 2.062, que têm parecer contrário do Relator, pela rejeição.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo com o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado na Câmara, não vai ao Senado.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Sr. Presidente, quero retirar o Destaque nº 3.219.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Fica retirado o Destaque nº 3.219, do Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Giovanni Queiroz, o Destaque nº 2.083 ficaria para trás?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirado também o Destaque nº 2221, do Deputado Waldemir Moka.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, que tratará dos Destaques nºs 2.074, 2.077 e 2.083.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Sr. Relator, eu já havia tecido considerações a respeito dessas três emendas. Relativamente ao Destaque nº 2.083, autorizei o Relator a retirar os 500 mil reais...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Giovanni Queiroz, para efeitos de esclarecimento da consultoria, quero sua confirmação de que o Destaque nº 2.083 passará a receber, ao invés de 3 milhões, 2,5 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Certo. Quinhentos mil reais vão para a ponte de Pernambuco.

(Não identificado) – V.Exa. será homenageado eternamente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Átila Lins, V.Exa. tinha os Destaques de nºs 1.067 e 1.068. V.Exa. opta por qual?

O SR. DEPUTADO ÁTILA LINS – Opto pelo Destaque nº 1.068, retirando o de nº 1.067.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos decidir os destaques do Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Perfeito. Desculpem-me a interrupção, mas precisava esclarecer a Consultoria.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Relator, com relação às duas outras emendas, Destaques de nºs 2.074 e 2.077, às quais V.Exa. já havia designado alguns valores, quero apenas...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – O Destaque nº 2.074 não está na lista, Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Está na lista e refere-se à ponte sobre o Rio Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. enumerou os Destaques de nºs 2.074, 2.077 e 2.083.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Exato. Relativamente ao Destaque nº 2.074, gostaria que o Relator o tomasse em consideração, tendo em vista que não temos a ponte sobre o Rio Araguaia.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é favorável aos Destaques nºs 2.077 e 2.083 e rejeita o Destaque nº 2.074.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – A respeito do Destaque nº 2.074, parece-me que o Relator tinha a intenção de atendê-lo. Eram precisos 10 milhões de reais para completar os recursos necessários ao prosseguimento da obra, que consta do PPA e é extremamente importante. Na Belém-Brasília, há a Rodovia 153, que entra em Araguaína e vai até Marabá. Essa rodovia está asfaltada nas duas pontas, faltando apenas a ponte.

Solicito que o Relator reconsidere seu parecer.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Na realidade, Deputado, ainda não havíamos avaliado essa emenda. V.Exa. se refere ao Destaque nº 2.074?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Exatamente.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, vamos designar 1 milhão de reais para o Destaque nº 2.074.

Quanto ao Destaque nº 2.083, este fica com 2,5 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – E o Destaque nº 2.077 fica com 2 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os destaques foram acolhidos com os seguintes valores: Destaque nº 2.074, 1 milhão de reais; Destaque nº 2.077, 2 milhões de reais; e Destaque nº 2.083, 2,5 milhões de reais.

O parecer foi favorável.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.(Palmas.)

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, a Deputada Laura Carneiro me pergunta de onde saiu o milhão concedido ao Destaque nº 2.074. Digo a S.Exa. que saiu do Destaque nº 1.067, do Deputado Átila Lins, que optou pelo Destaque nº 1.068. O Destaque nº 1.067, que era de 1 milhão de reais, ficou anulado.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Nobre Relator, eu disse simplesmente que o Deputado Giovanni Queiroz era um homem de sorte.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Pergunto ao Deputado Giovanni Queiroz se S.Exa. retira os demais destaques.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, é exatamente sobre isso que quero falar.

Todos estamos aqui realizando um trabalho que não chegará a bom termo se não avançarmos no sentido de estabelecer um Orçamento mandatório e impositivo. Corremos o risco de permanecer num faz-de-conta. É isso o que lamentavelmente o Governo faz conosco.

É justa e legítima a briga que todos travamos aqui em busca de recursos mínimos para atender à sociedade brasileira, seja em relação a universidades, hospitais, estradas, zona rural, ensino fundamental, seja quanto à construção ou duplicação de pontes, mas, lamentavelmente, ano a ano, o Governo executa menos do Orçamento no que diz respeito a investimentos.

Sr. Presidente, no ano passado só foram gastos 35% do que estava previsto no Orçamento. Este ano, até este momento, só 20% foram pagos. Há só 35% empenhados, estamos aqui a nos debater até esta hora, não pressionamos o Governo, que tem dinheiro em caixa...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Eu quero saber se V.Exa. mantém ou retira o destaque.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a V.Exa. mais um minuto para encerrar. Preciso que V.Exa. tenha paciência, porque vou retirar mais de 60 destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tenho toda a paciência, Deputado. Se V.Exa não retirar seus destaques, vamos ficar ouvindo V.Exa. Agora, se for, vamos encerrar a conversa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, também quero justificadas as posições tomadas. O nosso objetivo ao destacar tudo é o de tentar melhorar o Orçamento e avançar no sentido de uma melhor distribuição da renda nacional, por meio de um salário mínimo digno e da reposição do salário dos funcionários e dos servidores públicos federais, que há muitos anos não recebem correção salarial e que ganharam, no Supremo Tribunal, o direito a uma reposição de 72%.

O Brasil precisa pensar na distribuição de renda, Sr. Presidente. Precisa pensar na desconcentração de renda, precisa pensar na necessidade de haver melhor equilíbrio entre as diversas regiões do País. Daí a nossa busca incessante de mais recursos para atender a demandas mínimas. No entanto, apesar do nosso esforço, apesar de colocarmos dinheiro no Orçamento, o Governo não respeita nem a vontade nem o esforço do Parlamento. Até a sua própria proposta não é cumprida. Sr. Presidente, lamentavelmente, no ano que vem, estaremos fazendo o mesmo discurso...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. mantém ou retira os destaques?

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – ... e isso acontecerá até o dia em que venhamos a ter um orçamento impositivo, mandatório. Aí, sim, o Governo Federal terá de cumprir também a vontade do Parlamento.

Retiro os demais destaques, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirados os demais destaques do Deputado Giovanni Queiroz.

Destaque nº 1.068, do Deputado Átila Lins – no valor de 1 milhão. O parecer do Relator é favorável.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado da República.

Destaque do Senador Ricardo Santos aqui para ser votado. O Destaque nº 1.857 já tem parecer do Relator?

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, pela ordem. Peço a V.Exa. para que amanhã, durante a reunião, seja cumprido o que determina o Regimento. Está ali, inclusive, um cartaz sobre isso. O cigarro acaba com a gente. Permanecer 12 horas aqui com cigarros acesos é terrível. Peço, portanto, a V.Exa. que faça cumprir o Regimento, preservando a nossa saúde.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos ouvir o parecer do Relator ao Destaque nº 1.857.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, para que ninguém se surpreenda, eu anotei. O acolhimento do Destaque nº 1.857, de autoria do Senador Ricardo Santos, no valor de 150 milhões de reais, provenientes do seqüencial nº 1791, FUNCAFÉ, com o aval do Governo. Trata-se de mera transposição e não é despesa primária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é favorável ao destaque no valor de 150 milhões de reais, provenientes do FUNCAFÉ.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado da República.

Com a palavra o Deputado Mussa Demes para falar sobre os Destaques nºs 2.260, 2.261, 2.262.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Sr. Presidente, Sr. Relator, 14 Estados foram contemplados com recursos superiores ao que obteve o Piauí. E o Piauí, sabida e reconhecidamente, é o Estado mais pobre da Federação. Na minha visão, salvo melhor juízo, esse tipo de comportamento vai de encontro ao art. 165, § 7º, da Constituição Brasileira, que determina ser também o Orçamento instrumento de correção de desigualdades regionais.

O Piauí, entretanto, também na relação de habitantes por recursos recebidos ocupa a modesta 10ª posição. Esperava que o Relator tivesse guardado alguma coisa para atender a essa nossa reivindicação – um pouco mais de recursos –, especialmente nas áreas de recursos hídricos e de infra-estrutura urbana, objeto dos Destaques nºs 2.260, 2.261 e 2.262.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Deputado Mussa Demes, por mil razões, até pela enorme admiração pessoal e carinho que tenho por V.Exa., gostaria de poder atendê-lo. As razões que V.Exa. apresenta a favor do seu Estado são absolutamente justas e relevantes, mas, de fato, não tenho neste instante

nenhuma disponibilidade para poder acolher os pleitos de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contrário.

Em votação na Câmara dos Deputados os Destaques nºs 2.260, 2.261 e 2.262.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitados na Câmara, não vão ao Senado.

Com a palavra o Deputado José Borba para apreciação dos Destaques nºs 2.275 e 2.276.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – Sr. Presidente, para ser breve, retiro o 2.275.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Retirado o 2.275.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – Defendo apenas a mudança de órgão prevista no Destaque n 2.276, ou seja para que a operacionalidade da obra do metrô da Capital do Estado, em função das modificações, deixe de pertencer à CBTU e passe para o Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é favorável à mudança de unidade orçamentária.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado da República.

Com a palavra o Deputado Olavo Calheiros para falar sobre os Destaques nºs 2.326 e 2.325.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Sr. Presidente, retiro os Destaques nºs 2.326 e 2.325 e quero ater-me tão-somente ao Destaque nº 2.320. Encareço ao Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. não pediu esse destaque. Só pediu os de nºs 2.325 e 2.326.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Foram apresentados sete destaques, dos quais quatro foram retirados. Eu mantive três, o 2.320, o 2.325 e o 2.326. Estou retirando agora o 2.325 e 2.326 e ressaltando o de nº 2.320.

Sr. Relator, essa emenda percorreu o caminho inverso das demais. Ao invés de ser ampliada, V.Exa. a submeteu ao corte geral de 12%. Encareço a V.Exa. – e sei que esse é um dos últimos destaques a serem apreciados pelo Plenário hoje – para que reponha o valor originário do relatório setorial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Lamento, Deputado Olavo Calheiros, que o último pleito que devo examinar do Estado de V.Exa., de onde vieram os meus ancestrais – Município de Belmonte –, tenha de ser negado por absoluta impossibilidade de contemplá-lo ainda que minimamente.

Peço desculpas, mas não tenho, a esta altura, mais como atender a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é contrário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer contrário ao Destaque nº 2.320 permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado na Câmara, não vai ao Senador.

Vamos ao último item. O Senador Romero Jucá solicita seja desfeita a votação dos Destaques nºs 1.632 e 1.633, por tratar-se de destaques a emendas inadmitidas. Fica anulada, portanto, a votação dos Destaques nºs 1.632 e 1.633. Do destaque de 15,3 milhões, 5 milhões vão para o Destaque nº 1.642.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores...

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um minuto. A Senadora está alegando que foi por uma emenda do Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Esse é um destaque meu. Estou tirando de um destaque meu e colocando em outro destaque meu. Qual é o problema?

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO – Sr. Presidente, há muitos anos, sou desta Comissão e nunca gostei de escândalos. O que aconteceu foi o seguinte: eu estava fora quando o Senador Romero

Jucá fez essa troca. Fui procurada pelos assessores da Aeronáutica. O próprio assessor do Comandante telefonou querendo falar com o Relator-Geral. S.Exa. está sabendo disso. Disse-me o Coronel Sérgio que o Senador Romero Jucá apenas foi procurado por eles para assinar o destaque. Eles conseguiram esses 15 milhões e solicitaram que o Relator-Geral não deixasse a Aeronáutica perder esses 5 milhões, porque as Forças Armadas já estão com grande necessidade de verbas, sequer estão conseguindo o necessário, e a Emenda nº 1.642 é de bancada. Cada um tem uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Senadora, há um equívoco na votação.

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO – S.Exa. está tirando 5 milhões da Aeronáutica para colocar em emenda destinada a um pólo de lazer na Capital, Boa Vista, onde a esposa dele é Prefeita. Eu não queria trazer isso à tona, mas não é certo que S.Exa. tire 5 milhões da Aeronáutica para colocar numa emenda particular.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Quero explicar ao Plenário que houve um equívoco por parte da Assessoria.

Vamos, primeiro, esclarecer o que estamos votando, para, depois, conceder a palavra a quem quiser falar sobre o assunto.

O Destaque nº 1.661, do Senador Romero Jucá, foi contemplado com 15,3 milhões. S.Exa. não está dizendo que não quer os 15,3 milhões, mas que quer deslocar 5 milhões para outro lugar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, não posso aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – S.Exa. está deslocando para o Destaque nº 1.642.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, essa emenda é de Comissão. Não podemos fazer isso a esta hora da madrugada. A emenda é da Aeronáutica. Não tenho nada com a luta interna no Estado, mas não posso aceitar isso. Não posso participar disso.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, acabamos de aprovar uma transferência de recursos de uma emenda de Comissão do Deputado Giovanni Queiroz, que abriu mão de parte dos recursos para a ponte de Pernambuco. Não vamos mudar a conversa. A conversa aqui tem de ser uma só.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Senador, uma vez que V.Exa. citou o meu nome, permita-me falar. Não havia sido votado nenhum destaque meu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não é emenda de Comissão, é recomposição do seqüencial do PL. Não é emenda de Comissão. Vamos com calma que daremos todas as informações técnicas. Depois discutiremos.

A emenda para a qual S.Exa. está deslocando os 5 milhões é a de nº 7124008, da bancada de Roraima – implantação de infra-estrutura esportiva em comunidades carentes, construção de centros esportivos em Municípios.

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO – O destaque foi feito em cima de uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça relativa à Aeronáutica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está com 11 milhões e 290 mil. Agora passará para 16,5 milhões.

Então, o assunto é esse, para que não fique qualquer dúvida.

Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, uma pergunta regimental. Não temos por que tomar partido. Foi acolhido pelo Relator um destaque a uma emenda de Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não há emenda de Comissão.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Foram acolhidos 15 milhões num destaque do Senador Romero Jucá a uma emenda de Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não era emenda de Comissão. Não é esse caso.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – É emenda de quê?

(Não identificado) – Sr. Presidente, é esse caso, sim.

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO – Senador, é, sim, é da Comissão.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Não quero bater boca. Quero entender para ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não era emenda. Eu já disse.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – É recomposição de recursos?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É recomposição.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Se é recomposição de recursos, no caso da Aeronáutica, como é que se pode, numa recomposição, tirar 5 milhões e colocar numa outra emenda. Isso pode ser feito?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Desde que o Plenário aprove.

(Não identificado) – Já foi feito aqui.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, eu queria fazer um pequeno comentário sobre a possibilidade de o Parlamentar poder deslocar recursos de um destaque de sua autoria para outro. Isso, no fundo, equivale a entregar o dinheiro ao Parlamentar para que ele o coloque onde quiser. Não é bem assim, porque quando...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem de ter a aprovação do Plenário. Não é assim, não.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Claro. Tem de ser discutido no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Não é o Parlamentar sozinho. Por isso é colocado em votação.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Isso. Temos de discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos ouvir a abalizada voz do Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Estamos aqui discutindo e votando vários destaques que já foram vistos. Se continuarmos nessa lógica de rever destaques anteriores e discuti-los, teremos de discutir novamente todo o Orçamento. Acredito que não temos de retomar esse caminho. Aquilo que foi aprovado foi aprovado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Senador, vamos acabar derrubando a reunião. Não podemos fazer isso. Eu não participo disso.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Na verdade, fiz o destaque para três emendas que foram inadmitidas, duas delas do Ministério da Justiça. Por isso o assunto voltou à pauta. Tentei aprovar as duas emendas relativas a programas do Ministério da Justiça – pagamento de indenização a familiares de mortos e desaparecidos em razão da participação em atividades políticas no tempo da Lei nº 9.140, no valor de 1,5 milhão, e regularização da situação do estrangeiro nacional, no valor de 1,3 milhão. Aprovamos assim.

Agora, a Relatoria diz que essas duas emendas estavam inadmitidas, porque o Comitê não as tinha aprovado, por terem sido feitas pelo Relator-Setorial e não pelo Relator-Geral na correção dos dois programas que o Ministério da Justiça pediu.

Os 5,3 milhões que estavam divididos em três emendas estão passando para a única emenda que pode ser admitida, porque as outras duas não foram admitidas. Apelo para o Plenário no sentido de que aprove o termo original, senão como emenda, como errata do Relator...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – É onde eu quero entrar, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – ... para que haja condições de aprovarmos esses dois programas, que são importantes para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, é absurdo o que está acontecendo nesta Comissão. Votamos um Regimento, por intermédio do qual, inclusive, fui prejudicado anteriormente numa questão idêntica à do Senador.

Não vejo como a obra de interesse do Governo, com recursos que são do interesse do Ministério da Aeronáutica... Nesta Comissão, porém, não podemos fazer isso. E não entendo por que não podemos. Esta Comissão é soberana; este Plenário é soberano.

No ano passado, fizemos isso, atendemos diversos... Inclusive com a reivindicação de uma carta assinada pelo Ministro da Defesa e pelo Ministro da Justiça. Não vejo por que não atender isso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tudo bem. A matéria já foi votada e aprovada na Câmara dos Deputados.

Eu não prossegui com a votação, porque a Senadora Marluce Pinto levantou uma outra questão. E, em função da questão levantada por S.Exa., entendi por bem debatermos melhor o assunto, até para que...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Mas, Sr. Presidente, se houver posição do Plenário nesse sentido, podemos voltar à votação e atender aos dois programas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Também penso assim, Senador Romero Jucá.

A Senadora está satisfeita?

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO – Não, Sr. Presidente.

Levantei a questão, não porque quisesse fazê-lo simplesmente. Quando que vi que se estava tirando da Aeronáutica, entendi que não era justo, mas não falei nada. O coronel Sérgio, que é assessor da Aeronáutica aqui, procurou-me e pediu que eu falasse, a fim de que a Aeronáutica não perdesse esses recursos. Disse-lhe que não podia fazer isso, porque a matéria já havia sido votada. Aí, ele me trouxe o telefone. O coronel Sérgio pediu-me até para falar com V.Exa. primeiro. E V.Exa., então, disse para falar com o Relator. Então, solicitei ao Relator-Geral.

Disse eu a S.Exa. que não queria levar essa questão a público, tocar nesse assunto na tribuna da

Comissão, mas que queria saber se S.Exa. atenderia o coronel. S.Exa. respondeu: "Eu atendo amanhã de manhã." Então, o coronel frisou: "Amanhã não tem mais jeito, eu vou aí." O coronel está presente. Não é questão da Senadora Marluce, não. É questão da Aeronáutica.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sim, mas para a Aeronáutica, eu coloquei 10 milhões no meu destaque.

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO – Ele está me dizendo e mostrando que essa emenda foi aprovada na Comissão de Relações Exteriores. Eles pediram 42 milhões. Como não foram atendidos, segundo o coronel Sérgio, pediram ao Senador para assinar o destaque de 15 milhões. É um coronel da Aeronáutica que está dando a informação, e a estou repassando, porque o problema chegou às minhas mãos.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço a palavra para levantar uma questão de ordem efetiva.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Um esclarecimento, Sr. Presidente. Quero saber se é possível tirar de uma Comissão...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, quero levantar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado João Coser, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, com base no estatuto desta Comissão, temos aqui feito, de maneira bastante...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – ... liberal – obrigado pela ajuda –, uma interpretação desse nosso estatuto, que estabelece de maneira muito clara que qualquer modificação em emendas de Comissão ou de bancada teria de ser feita exclusivamente de...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Não é o caso, nem de Comissão, nem de bancada.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – É, sim.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Não é, a emenda...

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – É exatamente aí que quero chegar, Senador. O destaque não pode ser individual. Não pode.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela emenda original da Comissão, gente!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Pelo estatuto, não pode. Só pode por uma interpretação liberal, e quando houver acordo.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Não, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – E quando houver acordo.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Para um esclarecimento, Sr. Presidente. Peço que V.Exa. me esclareça.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – É a questão de ordem que apresento.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Enquanto houver acordo e houver, portanto, concordância, vale o entendimento geral. O que é mais democrático.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

(**Não identificado)** – Essa questão está muito clara no estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, solicito a intervenção do Relator. Estamos diante de fato que pode gerar desvio de comportamento. Por isso é grave. Sou contra isso aqui. Fui o único Deputado a votar contra, porque sabia que estávamos fazendo uma ilegalidade. Eu só não quis...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Por favor, neste ano não pode fazer, o Relator não tem competência... Curvei-me aqui a uma certa unanimidade. Registrei, porém, o meu voto contrário. Fui o único. Solicitei a V.Exa. que registrasse, e V.Exa. o fez.

Neste caso particular, estamos tratando de uma recomposição de recursos. O Relator, quando acolhe um destaque desses, acolhe com o espírito de atender a um corte feito para recompor uma instituição – os 15 milhões. Não é lícito um Parlamentar se apropriar de 30% disso para uma emenda particular. Eu fiquei aqui a noite inteira com a Deputada Rose de Freitas e com o Senador Ricardo Santos, para conseguir 1 milhão. Eu não posso concordar com essa manobra.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – E eu não consegui nada.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Portanto, eu não posso admiti-la. Eu não estou defendendo coronel,

Exército... Eu não posso é aceitar que o Parlamentar faça isso nas minhas costas, e eu faça de conta...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Por favor, eu estou expressando o meu sentimento. Não é possível isso, Relator.

(Não identificado) – Coincide com o que eu disse.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Então, V.Exa. tem de entender que, quando gastou os 15 milhões, não acolhendo as bancadas, gastou porque queria repor aquela rubrica daquele órgão. Quando V.Exa. quer atender a um Deputado, a um Senador, V.Exa. tem poder para dizer "Eu vou colocar 5 milhões, 10 milhões..." Aí, tudo bem, eu não estou chorando, mas não é correto fazermos isso.

(Não identificado) – Não, não.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Solicito ao Senador que faça o contrário, pois permitir que se volte para a área de origem cria um procedimento ruim e, no futuro, outras pessoas podem querer utilizar esse instrumento para aumentar uma emenda de caráter mais particular, o que não é correto.

O destaque é do Senador, mas a recomposição era de um órgão. Portanto, é diferente.

Nós aqui, para mexermos em 5 milhões da bancada do Espírito Santo, que tem unanimidade, precisamos colher assinaturas dos membros da bancada. É consenso entre nós. Está aqui o Senador Ricardo Santos que assinou, a Deputada não estava. Para mexer de uma estrada para outra, deve ter a assinatura de, no mínimo, dois Parlamentares: um Senador e um Deputado.

Agora, 5 milhões em um movimento individual?! Não temos condições de aceitar isso.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Pela ordem, Sr. Presidente, quero um esclarecimento.

(Não identificado) – Mas eu tenho uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É só um esclarecimento.

(Não identificado) – O estatuto não permite.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – A emenda original que abriu a possibilidade de apresentação do destaque de 15 milhões, não é uma emenda de Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Bezerra) – Não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – É uma emenda da Comissão de Relações Exteriores!

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É recomposição.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – No Orçamento, pelo Ministério.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, faço um apelo ao Senador Romero Jucá no sentido de que retire esse destaque, porque ele poderá criar problemas na aprovação do Orçamento.

(Não identificado) – Sr. Presidente, o Relator não se encontra à Mesa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Eu não posso participar disso. Faço, portanto, um apelo ao Senador Romero Jucá para que retire o destaque.

(Não identificado) – Sr. Presidente, houve ilegalidade flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos ouvir o Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, quando fiz o destaque, a intenção não era colocar 5 milhões na minha emenda, mas atender a dois programas do Ministério da Justiça que são fundamentais: a indenização a familiares de mortos e desaparecidos em razão da participação em atividades políticas e a regularização da situação de estrangeiros. Aprovamos dessa forma. O que aconteceu? Essas emendas foram inadmitidas pela Relatoria, depois de aprovadas.

Então, pergunto ao Relator se não há uma forma – e não estou querendo aumentar a minha emenda de bancada, não – de atender a essas duas emendas como propostas anteriormente, seja como recomposição, seja como errata, seja por meio de qualquer tipo de mecanismo que viabilize a implantação desses dois programas.

Gostaria de ouvir o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Não é permitido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, o ideal é voltar o dinheiro para a Aeronáutica. É uma Força carente.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O dinheiro é da Aeronáutica.

(Não identificado) – Peço a compreensão de V.Exa. na sua grandeza de Líder de um Partido do Governo no Senado. Vamos retroceder e deixar os recursos para a Aeronáutica. Eu não posso concordar com

outra forma. E poderemos interromper a reunião indevidamente neste momento.

(Não identificado) – E repor inclusive a Comissão em funcionamento normal.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Eu quero ouvir do Relator se há alguma forma de resolver isso, sobre a questão dos dois programas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Acredito, Senador, que o primeiro passo seria V.Exa. recuar no remanejamento desses recursos, uma vez que há um desconforto geral em relação a isso. Estudaríamos com V.Exa. uma forma alternativa de atender aos pleitos que V.Exa. cobriria com esses 5 milhões de reais.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Tudo bem. Retiro, então, acatando a sugestão de discutir depois com V.Exa. Vamos procurar uma saída.

(Não identificado) – Espera aí, deixa eu entender. Eu quero entender agora.

A SRA. SENADORA MARLUCE PINTO – E os 5 milhões ficam para a Aeronáutica?

(Não identificado) – Agora, quem quer entender sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. desiste do destaque?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Desisto, Sr. Presidente. S.Exa. disse que vai estudar depois uma forma de procurar resolver isso aqui.

(Não identificado) – Sr. Presidente, são 5 milhões!

(Não identificado) – Sr. Presidente, eu quero entender.

(Não identificado) – Discutir 5 milhões em particular, aí, não.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Eu quero entender o que o Relator disse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Encerrada aqui a votação do Orçamento, o Relator não pode fazer nada depois. É aqui, agora, depois não se pode mexer em nada.

(Não identificado) – No plenário, Senador.

O SR. DEPUTADO ROMERO JUCÁ – Tudo bem, Presidente, V.Exa. é meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Destaque nº 1.661, do Comando da Aeronáutica, fica com 15,3 milhões.

(Não identificado) – Aí, sim, está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O outro destaque fica sem os 5 milhões. (Palmas.)

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, quero apenas fazer um agradecimento a todos os Líderes, da base de apoio do Governo e da Oposição, e aos membros da Comissão.

Agradeço aos integrantes da base de apoio do Governo que nos ajudaram a manter, com determinação, a política e as diretrizes do Governo Fernando Henrique neste Orçamento, e agradeço também aos membros da Oposição, que nos permitiram realizar amplo debate sobre a matéria e até a alteração de alguns pontos do Orçamento que vieram a melhorar a proposta.

De modo especial, agradeço ao Presidente da Comissão, Senador Carlos Bezerra, e aos Deputados Santos Filho e Virgílio Guimarães, que se revezaram na Presidência dos trabalhos.

Não poderia deixar de agradecer também a todos os assessores desta Comissão, que muito colaboraram para o trabalho que concluímos com grandeza para o Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado João Leão.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Sr. Presidente, queria que o Relator me ouvisse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Relator já saiu, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Não saiu, não. S.Exa. está ali no canto. E eu gostaria que o Relator me ouvisse.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Amanhã, às 11 horas, haverá reunião dos Líderes.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Não terminamos ainda, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que dos dê o calendário de amanhã, porque eu inclusive fiquei sabendo que há uma convocação do Congresso. É fato?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – A sessão do Congresso será no fim da tarde de amanhã.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Eu pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, porque o caso que foi aconteceu agora foi o mesmo da emenda relativa aos Brejos da Barra. Um caso idêntico. Então, peço a esta Comissão que reveja a retirada desse meu destaque. É um caso idêntico.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Qual o número do destaque a que V.Exa. está se referindo?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Digo-lhe agora, Sr. Presidente. Só um momento...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – O Deputado João Leão tem razão.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis)

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Não, não senhor, não se encerrou a votação, não.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Destaque nº 1.198.

(Não identificado) – Se qualquer coisa a mais for votada, vou pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Faça um destaque para apresentar no plenário do Congresso, pois aqui a votação já foi encerrada. V.Exa. faz o destaque lá, e nós ajudamos a aprová-lo no plenário do Congresso.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO – Mas não é justo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Portanto, teremos para amanhã, reunião às 11h e às 14h aqui e, às 17 horas, sessão do Congresso Nacional.

(Não identificado) – Eu avisei isso à Assessoria. Infelizmente, a Assessoria hoje sai daqui de cabeça baixa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Aliás, hoje, reunião às 11h e às 14h aqui.

Boa-noite a todos.

Está encerrada a reunião.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Primeira Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 26 e 28 de fevereiro de 2002

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dois, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 01/2002. Foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Danilo de Castro, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, Lael Varella, Marçal Filho, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Orlando Desconsi, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães e Wilson Braga; – Senadores titulares: Amir Lando, Carlos Bezerra, José Coelho, Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior e Tião Viana; – Deputados suplentes: Adolfo Marinho, Ariston Correia Andrade, Armando Abílio, Carlito Merss, Carlos Nader, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Domiciano Cabral, Dr. Gomes, Eunício Oliveira, Fernando Coruja, Gastão Vieira, João Tota, Josué Bengtson, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Silas Brasileiro e Telma de Souza; – Senadores suplentes: Carlos Patrocínio e Romeu Tuma. Foi registrada a ausência dos membros: – Deputados titulares: Alexandre Cardoso, Arnon Bezerra, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, João Caldas, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Junior, José Carlos Aleluia, José Chaves, José Priante, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Novais, Pinheiro Landim, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Saulo Pedrosa, Welinton Fagundes, Wilson Braga, Zé Gomes da Rocha e Zila Bezerra; – Senadores titulares: Ademir Andrade, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Benício Sampaio, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Moreira Mendes, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha e Wellington Roberto. ABERTURA: Às dezoito horas e quarenta e sete minutos, o Presidente em exercício, Deputado Gonzaga Patriota, conforme disposto no art. 8º da Resolução no 1, de 2001, do Congresso Nacional, deu início à reunião. Comunicou, em seguida, que adiaria a apreciação das Atas por não haver número regimental para deliberação naquele momento, de acordo com o § 1º do art. 29 do Regimento Comum. AVISOS: O Presidente em exercício informou aos membros que conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº

01, de 2001, do Congresso Nacional, estaria aberto o prazo de 27 de fevereiro a 06 de março (8 dias) para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo sobre a execução orçamentária de contratos relativos ao Subtítulo 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste – BR-232/PE – Recife – Caruaru (condicionado ao art. 12 desta Lei), constante do Quadro VII, anexo à Lei Orçamentária para 2002, cujo relator seria o Deputado Santos Filho. Às dezoito horas e quarenta e nove minutos, o Presidente em exercício suspendeu a reunião, sem realizar a leitura do expediente, em decorrência do início da ordem do dia no Plenário da Câmara dos Deputados, conforme disposto no § 1º do art. 46, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e oito de fevereiro do mesmo ano, o terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Virgílio Guimarães, reabriu a reunião, comunicando que adiaria a apreciação das Atas por não haver número regimental para deliberação naquele momento, conforme o disposto no § 1º do art. 29 do Regimento Comum. Em seguida, o Presidente em exercício procedeu à leitura do expediente. EXPEDIENTE: I) Correspondência interna recebida: 1) Ofício 48, de 18 de dezembro, do Senador Renan Calheiros, Presidente da Comissão Especial destinada ao "Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da Instalação do Respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelos decretos S/Nº de 05 de junho de 2001)", que encaminha o primeiro Relatório Preliminar da Comissão. 2) Ofício nº 244, de 27 de dezembro, do Deputado João Grandão que, na qualidade de Relator sobre a execução orçamentária do Subtítulo 26.782.0236.5709.0003 – Construção de Trechos Rodoviários no Corredor Oeste-Norte – BR-174/AM – Divisa MT/AM – Divisa AM/RR, solicita o aguardo de informações adicionais pelo Tribunal de Contas da União sobre o seu saneamento, para proferir parecer definitivo sobre a liberação dos recursos, tendo em vista a existência de dois processos da mesma obra em tramitação naquela Corte de Contas. 3) Ofício nº 001/2002, de 20 de fevereiro, do Deputado Waldemir Moka encaminhando cópia da decisão nº 008/2002-TCU que trata da construção do Contorno Ferroviário de Campo Grande – MS.- Expedientes justificando ausência às reuniões, deferidos pela Presidência: 1) Ofício nº 18/2002, de 26 de fevereiro, do Deputado Paulo Mourão, justificando sua ausência no período de 26 de fevereiro a 12 de março do corrente ano. 2) Expediente de 26 fevereiro, do Senador Lúcio Alcântara, justificando sua ausência no dia 27 de fevereiro do corrente ano. II) Correspondência externa recebida: 1) Ofício-Circular 16 de 27/11/2001, do Dr. Antônio Augusto Oliveira Amado, Presidente da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, encaminhando relatório de reunião sobre a Lei Complementar prevista no art. 165, § 9º, da Constituição Federal. 2) Ofício-Circular 001/2002. de 15/02/2002, do Dr. Manoel Gomes de Lima, Secretário-Executivo da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, encaminhando convite para o "XIV Curso de Planejamento e Orçamento Públicos". 3) Aviso nº 40/MME, de 15 de fevereiro, do Ministério das Minas e Energia referindo-se às obras com indícios de irregularidades graves, constantes do Quadro VII, da Lei Orçamentária para 2002. 4) Ofício nº 51/MP, de 26 de fevereiro, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, informando sua disponibilidade em comparecer à Comissão para prestar esclarecimentos sobre o Decreto de Programação Financeira para 2002. – Expedientes encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2001: 1) Ofício 48, de 28 de janeiro, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Desembargador Adalto Dias Tristão. 2) Ofício 44, de 30 de janeiro, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, Juiz Raimundo de Oliveira. 3) Ofício 90, de 31 de janeiro, da Presidenta do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Presidenta Yvonne Santiago Marinho. 4) Ofício 56, de 31 de janeiro, da Presidenta do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, Juíza Vera Lúcia Câmara de Sá Peixoto. 5) Ofício 7, de 1º de fevereiro, do Diretor-Geral do Supremo Tribunal Federal, Dr. Francisco Silvino de Jesus Ferreira Matos. 6) Ofício 50, de 04 de fevereiro, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Desembargador João Batista Machado. 7) Ofício 2, de 06 de fevereiro, do Secretário de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Dr. Wagner Azevedo da Silva. 8) Ofício 4, de 06 de fevereiro, da Diretora Geral da Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Dra. Nancy Rosa Caruso. 9) Ofício 322, de 07 de fevereiro, do Secretário de Planejamento e Controle do Superior Tribunal Militar em exercício, Senhor Marcos Medeiros de Carvalho. 10) Ofício 4, de 07 de fevereiro, do Diretor do Serviço de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, Dr. Francisco Wellington Fernandes. Relativo ao 3º quadrimestre do exercício de 2001. 11) Ofício 2, de 08 de fevereiro, do Diretor

Financeiro da Subsecretaria de Administração Financeira do Senado Federal, Dr. Celso Aparecido Rodrigues. 12) Ofício 558, de 08 de fevereiro, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Desembargador José Mauri Moura Rocha. 13) Ofício 77, de 18 de fevereiro, do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto. 14) Correio Eletrônico, de 29 de janeiro, do Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, Senhor Alencar Minoru Izumi. 15) Correio Eletrônico, de 29 de janeiro, do Coordenador de Controle Interno – Substituto do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, Senhor Carlos Jorge G. do E. Santo. 16) Correio Eletrônico, de 29 de janeiro, da Coordenadora de Controle Interno – Substituta do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Senhora Renata Sílvia Rocha. 17) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. 18) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Secretário de Orçamento e Finanças Substituto do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Dr. Carlos Yukio Fujimoto. 19) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Secretário de Controle Interno do Conselho da Justiça Federal, Dr. Darse Arimatéa Ferreira Lima. 20) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Núcleo de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, Dra. Ângela Nickol Carvalho Motta. Referente ao 3º quadrimestre de 2001. 21) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, da Coordenadora de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Dra. Sônia Maria dos Santos Prestes. 22) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Secretário de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Dr. Carlos Nogueira Relvas. 23) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade – Substituto do Tribunal de Contas da União, Dr. Humberto Durães Versiani. 24) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, Dr. Leonardo Guedes Pereira. 25) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Gestor Financeiro da Secretaria de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, Senhor Francisco Alexandre B. Kausch. 26) Correio Eletrônico, de 31 de janeiro, do Secretário de Administração do Tribunal Superior Eleitoral, Dr. Salatiel Gomes dos Santos. 27) Correio Eletrônico, de 31 de janeiro, da Secretária de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Dra. Nara S. L. Camanducaia. 28) Correio Eletrônico, de 31 de janeiro, da Diretora da Secretaria de Execução Contábil, Orçamentária e Financeira do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Dra. Enilce Francisca Rocha. 29) Correio Eletrônico, de 01 de fevereiro, da Coordenadora de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Dra. Sônia Maria dos Santos Prestes. 30) Correio Eletrônico, de 01 de fevereiro, do Coordenador de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, Senhor Stenius Lacerda Bastos. 31) Correio Eletrônico, de 04 de fevereiro, da Coordenadora Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Dra. Sônia Maria G. de Sá Seixas. 32) Correio Eletrônico, de 06 de fevereiro, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Juiz Francisco Antônio de Oliveira. 33) Correio Eletrônico, de 06 de fevereiro, da Chefe da Seção de Contabilidade Substituta do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Dra. Gilcleide Silveira Santos. 34) Correio Eletrônico, de 07 de fevereiro, da Coordenadora de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Dra. Denize Aparecida de Souza Mello. 35) Correio Eletrônico, de 07 de fevereiro, do Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade – Substituto do Tribunal de Contas da União, Dr. Humberto Durães Versiani. 36) Correio Eletrônico, de 14 de fevereiro, do Secretário de Administração e Orçamento do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, Dr. Estênio Preza de Mattos. 37) Correio Eletrônico, de 21 de fevereiro, da Coordenadora de Controle Interno – Substituta do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Dra. Renata Sílvia Rocha que encaminha cópia de retificação do Relatório de Gestão Fiscal em complemento à mensagem de 29 de janeiro de 2002. 38) Ofício 14, de 18 de fevereiro, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, Juiz Fausto Lustosa Neto. 39) Correio eletrônico de 27 de fevereiro, do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. – Avisos/GP remetidos pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: 1) 1.695, de 12 de dezembro de 2001, encaminhando cópia da Relação nº 76/2001, sobre auditoria realizada na obra de construção do Anel Rodoviário no Corredor Fronteira Norte – BR 364 em Rio Branco – AC. 2) 1.771, de 10 de dezembro de 2001, comunicando a reeleição e posse do Ministro Humberto Souto no cargo de Presidente daquela Corte de Contas para o ano de 2002, juntamente com o Ministro Valmir Campelo no cargo de Vice-Presidente. 3) 79, de 30 de janeiro, encaminhando cópia da deliberação conforme Relação nº 26/2001, sobre auditoria realizada nas Obras de Ampliação da capacidade da usina hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) de 40 para 70 MW (3ª unidade), no Estado do Amapá. 4) 87, de 31 de janeiro, encaminhando cópia do Relatório de Auditoria rea-

lizada na Fundação Cristiano Varella. – Avisos/SGS remetidos pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: 1) 6.653, de 14 de dezembro de 2001, encaminhando cópia da Decisão 1.094/2001, referente à auditoria realizada nas Obras do Contorno Leste de Curitiba (BR-116/PR) – DNER/PR. 2) 26, de 24 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão 006/2002, considerando cumpridas as exigências de emissão, publicação e encaminhamento de Contas dos relatórios de gestão fiscal relativos ao primeiro quadrimestre de 2001, por parte dos poderes e órgãos da esfera federal referidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal. 3) 53, de 24 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão 009/2002, referente à auditoria realizada nas obras de construção do edifício-sede do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. 4) 055, de 24 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão 008/2002, referente à auditoria realizada na Construção de contornos ferroviários no corredor sudoeste, município de Campo Grande/MS. 5) 56, de 24 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão 004/2002, referente à auditoria realizada no Perímetro de Irrigação de Baixio de Irecê/BA. 6) 57, de 24 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão 007/2002, referente à auditoria realizada na Construção de obras de infra-estrutura hídrica – aproveitamento hidroagrícola do Rio Bálsamo, em Palmeira dos Índios – AL. 7) 146, de 30 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão 027/2002, referente à auditoria realizada na Construção do Edifício-Sede da Procuradoria-Geral da República em Brasília/DF. 8) 173, de 30 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão 026/2002, referente aos relatórios das inspeções realizadas nas Superintendências Estaduais do INSS, consolidados pela 7ª SECEX, envolvendo apuração de irregularidades, em todo o território nacional, relativamente a pagamentos de débitos trabalhistas referentes aos extintos INPS, INAMPS E IAPAS – INSS. 9) 215, de 06 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão 064/2002, referente à representação formulada por licitante acerca de possíveis irregularidades na condução da Concorrência nº 001/2000 na obra do Edifício-Sede do TRF/MT. 10) 235, de 06 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão 057/2002, referente à auditoria realizada na Construção da rodovia BR-156/AP, trecho Tracajatuba – Calçoene. 11) 236, de 06 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão 054/2002, referente à solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados no sentido de que o Tribunal fiscalize a TERRACAP, em virtude de indícios de irregularidades praticadas em desapropriações e "grilagem" de terras públicas. 12) 241, de 06 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão 067/2002, referente à solicitação para esclarecimentos ao Congresso Nacional acerca da abrangência das irregularidades que cercam a execução do Programa de Trabalho "Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) – Ivaiporã – Itaberá – Tijuco Preto – 585 Km de linha de transmissão e subestações associadas". – Avisos/SGS remetidos pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: 1) 208/SGS, de 01 de fevereiro, encaminhando cópia das Decisões 011 e 012/2002, referente às auditorias realizadas nas obras de Construção, ampliação, reforma e aparelhamento de Estabelecimentos Penais no Pará e nas obras de complementação e melhoramento do Porto de Suape em Pernambuco. 2) 267, de 07 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão 020/2002, referente à auditoria realizada na Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, acerca de negligência na gestão da arrecadação de receitas públicas. – Mensagens encaminhadas pela Presidência da República: 1) Mensagens 786, 787 e 788, de 2001-CN, encaminhando à Comissão cópias de decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, nos termos do § 3º do art. 42 da Lei 9.995, de 25/07/2000. 2) Mensagem nº 19, de 2002-CN, encaminhando cópias de decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária, nos termos do § 3º do artigo 42 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, e parágrafo único do artigo 41 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001. – Distribuição de matérias: Foram designados os relatores para as seguintes matérias: 1) Subtítulo 26.782.0235.5728.0009 – ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE – BR 232/PE – RECIFE – CARUARU, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002). – Relator designado: Deputado Santos Filho, do PFL/PR. 2) Subtítulo 28.846.0909.0195.0035 – Construção Do Forum Trabalhista da Primeira Instância na Cidade de São Paulo – SP – No Município de São Paulo, Constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária Para 2002). – Relator Designado: Senador Moreira Mendes, do PFL/RO. 3) Subtítulo 25.752.0296.3422.0001 – Implantação Do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (Ivaíporã-Itaberá-Tijuco Preto), Constante Do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária Para 2002). – Relator Designado: Deputado Nárcio Rodrigues, do Bloco PSDB/PTB – MG. 4) Subtítulo

18.544.0515.1851.0406 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Bálsamo, em Palmeira dos Índios – AL, Constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária Para 2002). – Relator Designado: Deputado Anivaldo Vale, do Bloco PSDB/PTB, pa. 5) Subtítulo 02.061.0569.7241.0003 – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal – Seção Judiciária Em Cuiabá/Mt, Constante do Quadro VII da Lei Nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária Para 2002). Relator Designado: Deputado Pedro Novais, do Pmdb/Ma. 6) Subtítulo 26.783.0232.5769.0001 – Construção De Contornos Ferroviários No Corredor Sudoeste, Município de Campo Grande/Ms, Constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária Para 2002). – Relator Designado: Deputado Milton Monti, Do Pmdb/Sp. 7) Medida Provisória Nº 19/2001, de 28/12/2001, Que "Abre Crédito Extraordinário, Em Favor Do Ministério Da Integração Nacional, no valor de R$ 13.000.000,00, para os fins que especifica". – Relator designado: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, do PPB/MG. 8) Medida Provisória nº 20/2001, de 31/12/2001, que "Abre crédito extraordinário, ao Orçamento de Investimento para 2001, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R$ 2.816.630.828,00, e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas no valor global de R$ 1.846.971.305,00, para os fins que especifica". – Relator designado: Senador Romero Jucá, do PSDB/RR. 9) Medida Provisória nº 23/2002, de 18/01/02, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R$ 115.000.000,00, para os fins que especifica". – Relator designado: Deputado José Borba, do PMDB/PR. O Presidente em exercício, Deputado Virgílio Guimarães, observou que o prazo final para a análise na Comissão das Medidas Provisórias nº19, nº20 e nº23 encerrava-se naquele dia, e que, em virtude da falta de quorum, as referidas Medidas Provisórias não seriam apreciadas tempestivamente pela Comissão. O Presidente ressaltou a exigüidade do prazo para análise, vencendo no mesmo dia em que se fazia a leitura das respectivas Medidas Provisórias no expediente da Comissão. Nesse momento, o Deputado Antônio Carlos Konder Reis, fazendo uso da palavra, lembrou que havia logrado êxito no oferecimento de emenda à Medida Provisória nº 31/2002 somente no último dia do prazo e que, portanto, a tramitação pelos órgãos do Congresso Nacional estaria contribuindo para diminuir a celeridade da análise das Medidas Provisórias pela Comissão. O Presidente em exercício comunicou que à Comissão foi concedida nova atribuição, qual seja, de examinar medida provisória que abra crédito extraordinário, conforme disposto no art. 2º, inciso IV da Resolução no 1, de 2001, do Congresso Nacional, e que ainda não havia ajuste das Casas quanto à tramitação da matéria. Após essas considerações, o Presidente em exercício deu continuidade à leitura da distribuição de matérias. 10) Medida Provisória nº 31/2002, de 15/02/02, que "Abre crédito extraordinário, no valor global de R$ 209.600.000,00, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, para os fins que especifica". – Relator designado: Deputado Freire Júnior, do PMDB/TO. O Presidente em exercício frisou que voltaria a abordar os aspectos da exigüidade de prazos para a análise das medidas provisórias na reunião seguinte. Após essas considerações, o Presidente em exercício deu continuidade à leitura da distribuição de matérias. 11) Relatório de Levantamento de Auditoria realizada nas Obras de Ampliação da capacidade da usina hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP) de 40 para 70 MW (3ª unidade) / no Estado do Amapá. Relator designado: Deputado Olavo Calheiros, do PMDB/AL. 12) Mensagem nº 43, de 2002-CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 18 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, e do § 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o relatório contendo a demonstração e a avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais federais não financeiras, fixada para o exercício de 2001. – Relator designado: Senador Amir Lando do PMDB/RO. ENCERRAMENTO: Às onze horas e trinta e três minutos, o Presidente em exercício, Deputado Virgílio Guimarães, encerrou a reunião, por inexistência de quorum para deliberação, antes convocando os membros para a 1ª Reunião Ordinária, a ser realizada às 14:30 do dia 5 de março de 2002. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Virgílio Guimarães**. Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gonzaga Patriota) – Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destina-

da à apreciação das matérias constantes da pauta nº 01/2002.

Não havendo número para deliberação, informo aos membros que, conforme o estabelecido no art. 35,VIII, c, da Resolução nº 1/2001 do Congresso Nacional, está aberto o prazo de oito dias – de 27 de fevereiro a 6 de março – para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo sobre a execução orçamentária de contratos relativos ao subtítulo "Adequação de trechos rodoviários do corredor Nordeste, na BR-232, Pernambuco, de Recife a Caruaru", condicionado ao art. 12 desta lei, constante do Quadro 7, anexo à Lei Orçamentária para 2002, cujo Relator é o ilustríssimo Deputado Santos Filho.

Como está havendo votação no plenário e não há quorum para votação na Comissão, suspenderei esta reunião até a próxima quinta-feira, às 10 horas da manhã.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Continuação da primeira reunião extraordinária de 2002.

Havendo número regimental, declaro reaberta a primeira reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 01, de 2002.

Esclareço que farei a leitura do Expediente. Se houver número, a reunião será realizada. Caso contrário, encerraremos a nossa reunião extraordinária.

Expediente:

I – Correspondência interna recebida.

1 **–** Ofício nº 48, de 18 de dezembro, do Senador Renan Calheiros, Presidente da Comissão Especial destinada ao "Acompanhamento e Avaliação do Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da instalação do respectivo Comitê de Bacia (instituídos pelos decretos S/Nº, de 05 de junho de 2001)", que encaminha o primeiro relatório preliminar da Comissão.

2 – Ofício nº 244, de 27 de dezembro, do Deputado João Grandão que, na qualidade de Relator sobre execução orçamentária do Subtítulo 26.782.0236.5709.0003 **–** construção de trecho rodoviário do Corredor Oeste–Norte, BR-174 divisa Mato Grosso–Amazonas, divisa Amazonas–Roraima. Solicita o aguardo de informações adicionais pelo TCU sobre o seu saneamento, para proferir parecer definitivo sobre a liberação dos recursos, tendo em vista a existência de dois processos na mesma obra em tramitação no Tribunal de Contas da União.

3 – Ofício nº 001, de 2002, de 20 de fevereiro, do Deputado Waldemir Moka, encaminhando cópia da Decisão nº 008, de 2002, do TCU, que trata da construção do Contorno Ferroviário de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Expedientes justificando ausências às reuniões, deferidos pela Presidência:

1 – Ofício nº 18, de 2002, de 26 de fevereiro, do Deputado Paulo Mourão, justificando sua ausência no período de 26 de fevereiro a 12 de março do corrente ano.

2 – Expediente de 26 de fevereiro, do Senador Lúcio Alcântara, justificando sua ausência no dia 27 de fevereiro do corrente ano.

II – Correspondência externa recebida.

1 **–** Ofício circular nº 16, de 27 de novembro de 2001, do Dr. Antônio Augusto Oliveira Amado, Presidente da Federação Brasileira do Orçamento Público (ABOP), encaminhando relatório de reunião sobre lei complementar prevista no art. 165, § 9º da Constituição Federal.

2 **–** Ofício circular nº 001, de 2002, de 15 de fevereiro de 2002, do Dr. Manoel Gomes de Lima, Secretário Executivo da Associação Brasileira do Orçamento Público (ABOP), encaminhando convite para o XIV Curso de Planejamento e Orçamento Públicos.

3 **–** Aviso nº 40/MME, de 15 de fevereiro, do Ministério de Minas e Energia, referindo-se às obras com indícios de irregularidades graves, constantes do Quadro VII, da Lei Orçamentária para 2002.

4 **–** Ofício nº 51/MP, de 26 de fevereiro, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, informando que estará à disposição desta Comissão para debater o Decreto de Programação Financeira para 2002, dia 27 de fevereiro de 2002.

O requerimento anterior não foi votado, porque não houve quorum no dia 26, e os chamados Ministros muito expeditos, os chamados Ministros flash, antes de receberem a convocação estavam aqui presentes. No entanto, vejo que S.Exa. enviou ofício **–** deve ter sido pela manhã –, porque ontem mesmo estava aqui.

Expedientes encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a", § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2001:

1) Ofício nº 48, de 28 de janeiro, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, Desembargador Adalto Dias Tristão;

2) Ofício nº 44, de 30 de janeiro, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, Juiz Raimundo de Oliveira;

3) Ofício nº 90, de 31 de janeiro, da Presidenta do Tribunal Eleitoral do Pará, Sra. Yvonne Santiago Marinho. Período: janeiro a dezembro de 2001;

4) Ofício nº 56, de 31 de janeiro, da Presidenta do Tribunal Regional Eleitoral do Trabalho da 11ª Região, Juíza Vera Lúcia Câmara de Sá Peixoto;

5) Ofício nº 7, de 1º de fevereiro, do Diretor-Geral do Supremo Tribunal Federal, Dr. Francisco Silvino de Jesus Ferreira Matos;

6) Ofício nº 50, de 4 de fevereiro, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Desembargador João Batista Machado;

7) Ofício nº 2, de 6 de fevereiro, do Secretário de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Dr. Wagner Azevedo da Silva;

8) Ofício nº 4, de 6 de fevereiro, da Diretora-Geral de Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Dra. Nancy Rosa Caruso;

9) Ofício nº 322, de 7 de fevereiro, do Secretário de Planejamento e Controle do Superior Tribunal Militar em exercício, Sr. Marcos Medeiros de Carvalho;

10) Ofício nº 4, de 7 de fevereiro, do Diretor de Serviço do Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, Dr. Francisco Wellington Fernandes, relativo ao terceiro quadrimestre do exercício de 2001;

11) Ofício nº 2, de 8 de fevereiro, do Diretor Financeiro da Subsecretaria de Administração Financeira do Senado Federal, Dr. Celso Aparecido Rodrigues;

12) Ofício nº 558, de 8 de fevereiro, do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Desembargador José Mauri Moura Rocha;

13) Ofício nº 77, de 18 de fevereiro, do Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto Pinto;

14) Correio Eletrônico, de 29 de janeiro, do Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral do Trabalho da 24ª Região, Sr. Alencar Minoru Izumi;

15) Correio Eletrônico, de 29 de janeiro, do Coordenador do Controle Interno Substituto do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, Sr. Carlos Jorge G. do E. Santos. Período: janeiro a dezembro de 2001;

16) Correio Eletrônico, de 29 de janeiro, da Coordenadora do Controle Interno Substituta, do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Sra. Renata Sílvia Rocha;

17) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região;

18) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Secretário de Orçamento e Finanças Substituto, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Dr. Carlos Iokiu Fujimoto;

19) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Secretário de Controle Interno do Conselho de Justiça Federal, Dr. Darse Arimatéa Ferreira Lima;

20) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Núcleo de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, Dra. Ângela Nickol Carvalho Motta, referente ao terceiro quadrimestre de 2001. Período: janeiro a dezembro de 2001;

21) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, da Coordenadora do Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Dra. Sônia Maria dos Santos Prestes;

22) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Secretário de Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Dr. Carlos Nogueira Relvas;

23) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade Substituto do Tribunal de Contas da União, Dr. Humberto Durães Versiani;

24) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, Dr. Leonardo Guedes Pereira;

25) Correio Eletrônico, de 30 de janeiro, do Gestor Financeiro da Secretaria de Orçamentos e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, Sr. Francisco Alexandre B. Kausch;

26) Correio Eletrônico, de 31 de janeiro, do Secretário de Administração do Tribunal Superior Eleitoral, Dr. Salatiel Gomes dos Santos;

27) Correio Eletrônico, de 31 de janeiro, da Secretaria de Orçamentos e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, Dra. Nara S. L. Camanducaia;

28) Correio Eletrônico, de 31 de janeiro, da Diretora de Secretaria de Execução Contábil Orçamentário e Financeiro do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Dra. Enilce Francisca Rocha;

29) Correio Eletrônico, de 01 de fevereiro, da Coordenadora do Controle Interno do Tribunal Regio-

nal Eleitoral do Paraná, Dra. Sônia Maria dos Santos Prestes;

30) Correio Eletrônico, de 01 de fevereiro, do Coordenador de Orçamentos e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, Sr. Stenius Lacerda Bastos;

Chique o termo "correio eletrônico". Nós devíamos falar "correio eletrônico" ou "sítio", em vez de "site". A palavra portuguesa para essa significação é "sítio". Ela é utilizada em todos os países de língua espanhola e portuguesa, exceto no Brasil. Gostei do termo "correio eletrônico" em vez de "e-mail".

31) Correio Eletrônico, de 04 de fevereiro, da Coordenadora Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, Dra. Sônia Maria G. de Sá e Seixas;

32) Correio Eletrônico, de 06 de fevereiro, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Juiz Francisco Antônio de Oliveira. Período: janeiro a dezembro de 2001;

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Esclareço a V.Exas. que esses dados estão na Internet. A leitura, portanto, cumpre formalidade regimental. Estamos aproveitando a reunião de hoje para diminuir esse volume, mas não há prejuízo real da divulgação efetiva dos elementos aqui lidos na medida em que todos estão na Intranet e na Internet.

Quero apenas registrar que a formalidade da leitura a ser feita com qualquer número, evidentemente acima de zero, é formalidade da Presidência. Vamos prosseguir, com a concordância do Deputado Carlito Merss e do Senador Nabor Júnior.

33) Correio eletrônico, de 6 de fevereiro, da Chefe da Seção de Contabilidade Substituta, do Tribunal Regional Eleitoral, Dra. Gilcleide Silveira Santos;

34) Correio eletrônico, de 7 de fevereiro, da Coordenadora de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Dra. Denise Aparecida de Souza Melo;

35) Correio eletrônico, de 7 de fevereiro, do Secretário de Orçamento e Contabilidade Substituto, do Tribunal de Contas da União, Dr. Humberto Durães Versiani;

36) Correio eletrônico, de 14 de fevereiro, do Secretário de Administração e Orçamento do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, Dr. Estênio Preza de Mattos;

37) Correio eletrônico, de 21 de fevereiro, da Coordenadora de Controle Interno Substituta, do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Dra. Renata Sílvia Rocha, que encaminha cópia de retificação do relatório da gestão fiscal, em complemento à mensagem de 29 de janeiro de 2002;

38) Ofício nº 14, de 18 de fevereiro, do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, Juiz Fausto Lustosa Neto;

39) Correio eletrônico, de 27 de fevereiro, do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão;

Veio por correio eletrônico, a origem estava identificada, porém sem assinatura. A origem era efetivamente o Tribunal.

Avisos.

GPs remetidos pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

1) Nº 1.696, de 12 de dezembro de 2001, encaminhando cópia da Relação nº 76/2001, sobre auditoria realizada na obra da construção do Anel Rodoviário do Corredor Fronteira Norte, BR-364, em Rio Branco, Acre.

2) Nº 1.771, de 10 de dezembro de 2001, comunicando a reeleição e posse do Ministro Humberto Souto, no cargo de Presidente daquela Corte de Contas para o ano de 2002, juntamente com o Ministro Valmir Campelo no cargo de Vice-Presidente.

3) Nº 79, de 30 de janeiro, encaminhando cópia de deliberação, conforme Relação nº 26 de 2001, sobre auditoria realizada nas obras de ampliação da capacidade da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes, de quarenta para setenta megawatts (terceira unidade), no Estado do Amapá.

4) Nº 87, de 31 de janeiro de 2002, encaminhando cópia do relatório de auditoria realizada na Fundação Cristiano Varella, Minas Gerais.

O Relator já se encontra aqui.

SGSs remetidos pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

1) Nº 6.653, de 14 de dezembro de 2001, encaminhando cópia da Decisão nº 1.094, de 2001, referente à auditoria realizada em obras do Contorno Leste de Curitiba, BR-116, DNER do Paraná.

2) Nº 26, de 24 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão nº 006, de 2002, considerando cumpridas as exigências de emissão, publicação e encaminhamento de contas dos relatórios de gestão fiscal relativos ao primeiro quadrimestre de 2001 por parte dos poderes e órgãos da esfera federal referidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

3) Nº 53, de 24 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão nº 009, de 2002, referente à auditoria realizada nas obras de construção do edifício-sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de Brasília.

4) Nº 55, de 24 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão nº 008, de 2002, referente à auditoria realizada na construção de contornos ferroviários do Corredor Sudoeste no Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

5) Nº 56, de 24 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão nº 0044, de 2002, referente à auditoria realizada no perímetro de irrigação do Baixio de Irecê, na Bahia.

6) Nº 57, de 24 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão nº 007, de 2002, referente à auditoria realizada na construção de obras de infra-estrutura hídrica. Aproveitamento hidroagrícola do Rio Bálsamo, em Palmeira dos Índios, Alagoas.

7) Nº 146, de 30 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão nº 027, de 2002, referente à auditoria realizada na construção de edifício-sede da Procuradoria-Geral da República em Brasília, Distrito Federal.

8) Nº 173, de 30 de janeiro, encaminhando cópia da Decisão nº 026, de 2002, referente aos relatórios das inspeções realizadas nas Superintendências Estaduais do INSS, consolidadas pela 7ª SECEX, envolvendo apuração de irregularidades, em todo o território nacional, relativamente a pagamentos de débitos trabalhistas referentes aos extintos INPS, INAMPS e IAPAS – INSS.

9) Nº 215, de 6 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 064, de 2002, referente à representação formulada por licitante acerca de possíveis irregularidades na condução da Concorrência nº 001/2000, na obra do edifício-sede do TRF, Mato Grosso.

10) Nº 235, de 6 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 257/2002, referente à auditoria realizada na construção da Rodovia BR-156, Amapá, trecho Tracajatuba–Calçoene.

11) Nº 236, de 6 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 054, de 2002, referente à solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados no sentido de que o Tribunal fiscalize a TERRACAP, em virtude de irregularidades praticadas em desapropriações e grilagem de terras públicas.

12) Nº 241, de 6 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 067, de 2002, referente à solicitação para esclarecimentos ao Congresso Nacional acerca da abrangência das irregularidades que cercam a exibição do Programa de Trabalho Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (Paraná) – São Paulo, Ivaiporã, Itaperá e Tijuco Preto –, com 585 quilômetros de linhas de transmissão e subestações associadas.

SGSs remetidos pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1) Nº 208/SGS, de 1º de fevereiro, encaminhando cópia das Decisões nºs 11 e 12, de 2002, referentes às auditorias realizadas nas obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Pará e nas obras de complementação e melhoramento do Porto de Suape, em Pernambuco.

2) Nº 267, de 7 fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 020, de 2002, referente à auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, acerca de negligência na gestão da arrecadação de receitas públicas.

Mensagens encaminhadas pela Presidência da República:

1) Mensagens nºs 786, 787 e 788, de 2001 – CN, encaminhando à Comissão cópias de decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária, nos termos do § 3º do art. 42 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000.

2) Mensagem nº 19, de 2002 – CN, encaminhando cópia de decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária, nos termos do § 3º do art. 42 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, e parágrafo único do art. 41 da Lei nº 10.236, de 24 de julho de 2001.

Distribuição de matérias:

Foram designados os Relatores para as seguintes matérias:

1) Subtítulo 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de trechos rodoviários do Corredor Noroeste, BR-232 (Pernambuco), Recife–Caruaru, constante do Quadro VII da Lei nº 10.047, de 10 de janeiro de 2002 (Lei Orçamentária para 2002).

Relator designado: Deputado Santos Filho, do PFL do Paraná.

Quero esclarecer, Srs. Parlamentares, que de 27 de fevereiro a 16 de março correrá o prazo para emendas a esse subtítulo específico.

O ofício sobre esse assunto foi encaminhado aos respectivos gabinetes dos Srs. Parlamentares.

Chamo a atenção para o prazo de recebimento de emendas, que vai até o dia 6 de março de 2002. O Relator foi designado, o parecer oferecido e se encontra à disposição dos Srs. Deputados na Secretaria da Comissão Mista de Orçamentos.

2) Subtítulo 28.846.0909.0195.0035 – Construção do Fórum Trabalhista da Primeira Instância na cidade de São Paulo, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002 (Lei Orçamentária para 2002).

Relator designado: Senador Moreira Mendes, do PFL de Rondônia.

3) Subtítulo 25.752.0296.3422.0001 – Implantação do sistema de transmissão de Itaipu, Paraná – São Paulo, Ivaiporã, Itaberá, Tijuco Preto, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002 (Lei Orçamentária para 2002).

Relator designado: Deputado Narcio Rodrigues, do Bloco PSDB/PTB de Minas Gerais.

4) Subtítulo 18.544.0515.1851.0406 – Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, aproveitamento hidroagrícola do Rio Bálsamo, em Palmeira dos Índios, Alagoas –, constante do Quadro VII, da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002 (Lei Orçamentária para 2002).

Relator designado: Deputado Anivaldo Vale, do Bloco/PSDB/PTB do Pará.

5) Subtítulo 02.061.0569.7241.0003 – Construção do edifício-sede da Justiça Federal, Seção Judiciária, em Cuiabá, Mato Grosso –, constante do Quadro VII, da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002 (Lei Orçamentária para 2002).

Relator designado: Deputado Pedro Novais, do PMDB do Maranhão.

6) Subtítulo 26.783.0232.5769.0001 – Construção de contornos ferroviários do Corredor Sudoeste, Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul –, constante do Quadro VII, da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002 (Lei Orçamentária para 2002).

Relator designado: Deputado Milton Monti, do PMDB de São Paulo.

7) Medida Provisória nº 19/2001, de 28 de dezembro de 2001, que "Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R$ 13.000.000,00, para os fins que especifica".

Relator designado: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

A medida foi publicada no Diário Oficial da União no dia 31 de dezembro de 2001.

Emendas foram oferecidas até 19 de fevereiro de 2002. O prazo final nesta Comissão vai de 15 a 28 de fevereiro, que é a data final.

A Secretária Mirna esclarece que esse erro de português não é dela, mas do Congresso, pois já veio com essa formulação. Não existe prazo final, mas um prazo. Aqui está escrito: prazo final de 15 de fevereiro a 28 de fevereiro. Portanto, esse solecismo não é de responsabilidade da Comissão, pois veio dessa forma do Senado. Não é prazo final; apenas prazo. O prazo na Comissão é de 15 a 28 de fevereiro. A data final, se quiserem assim expressar, é dia 28 de fevereiro, hoje.

Portanto, remessa de processo da Câmara dos Deputados, 28 de fevereiro. Será remetido hoje, ao final do expediente, sem manifestação da Comissão, em que pese o fato de que, ontem, durante a sessão, nós da Comissão rebatemos um Deputado dizendo que as MPs sem parecer tinham sido em decorrência – o que todos sabem – da dúvida inicial a respeito da tramitação. Essa agora vai por inadimplência mesmo. (*Risos*.)

Ontem a Comissão foi criticada no plenário por um Deputado. Eu próprio e o Deputado Márcio Reinaldo contestamos lembrando que aquelas medidas provisórias foram apreciadas num rito antigo. Quando ainda estava sendo constituída a Comissão havia dúvida quanto à tramitação. No caso dessa MP, parece-me que já se enquadra no rito novo. Portanto, deveria ter sido apreciada por esta Comissão.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Francamente, estou em dúvida quanto a esse caso. O Deputado Konder Reis, que nos está acompanhando, já fez uma reclamação a esse respeito. A medida chegou a esta Comissão no último dia do prazo de emendas.

Estou até sentindo dificuldade em prosseguir a leitura, na medida em que ontem o assunto foi levantado no plenário.

Nós, Comissão de Orçamento, rebatemos e nos defendemos dizendo que a tramitação ainda não havia sido observada, em função de que o Senado Federal estava obedecendo ao rito anterior, de constituição da Comissão Especial de Medida Provisória, e não havia sido enviada por esta Comissão.

O assunto foi largamente debatido nesta Comissão e no plenário por meio de sucessivas questões de ordem definidas a favor da tramitação nesta Comissão – Resolução nº 01, de 2001, mas havia dúvidas a respeito disso.

Portanto, a responsabilidade é da Comissão no que se referia àquelas medidas provisórias que votamos ontem em plenário. Não havia por que o Deputado fazer aquela crítica no plenário.

No que se refere a isso, a Secretária da Comissão está esclarecendo, secundada pelo Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Quero registrar isso nos Anais, porque, apesar de indiscutivelmente existir rito

novo. Agora, as medidas provisórias referentes a créditos extraordinários são de responsabilidade desta Comissão e não de uma Comissão específica de medida provisória.

A Secretária Mirna disse que isso foi alvo de reclamação do Deputado Antônio Carlos Konder Reis – faço questão de registar –, aqui presente, mas esta Comissão só teve conhecimento desse processo no último dia de apresentação das emendas. E hoje encerra-se o prazo de tramitação na Comissão.

Portanto, o processo será apresentado ao Plenário sem parecer, e possivelmente suscitará novamente polêmica sobre o não-cumprimento das obrigações por parte desta Comissão, mas creio que o assunto deverá ser discutido.

Com a palavra o nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Devo esclarecer a V.Exa., para que conste da ata, que não fiz nenhuma reclamação ao Plenário desta Comissão nem ao da Câmara dos Deputados. Apenas fiz uma observação na Secretaria da Comissão relativa à Medida Provisória nº 31. Eu desejava emendá-la.

Por isso, como volto para Brasília todas as semanas no domingo, na segunda-feira fui à Secretaria-Geral e fui recebido por um funcionário muito atencioso. Tomei conhecimento de que a tramitação da medida provisória estabelecia o prazo final para apresentação de emendas o último dia 23, segunda-feira.

Preparei a emenda e apresentei-a à Secretaria da Comissão. A emenda foi acolhida, deu um pouco de trabalho porque foi no último dia. Aliás, o último dia era sábado, 21. Como sábado não há expediente foi prorrogado para 23.

Esse é o episódio do qual participei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Depois quero dar o meu depoimento pessoal a respeito desse assunto e discutir como corrigi-lo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Quanto à Medida Provisória nº 31, tomei conhecimento e abri créditos extraordinários a vários Ministérios, inclusive ao Ministério da Integração Nacional. Procurei a Comissão e tomei conhecimento de que o prazo terminaria na segunda-feira, 23. Preparei e apresentei a emenda, que foi acolhida. Aqui no plenário da Comissão, repito, e no da Câmara dos Deputados não fiz nenhuma intervenção sobre o assunto.

Entendo, Sr. Presidente – e agora é uma opinião de ordem pessoal –, que esses desencontros que se têm verificado, no que toca a prazos para apresentação de emendas, são naturais, uma vez que estamos estabelecendo novos critérios para o exame das medidas provisórias. E o fato de estarmos agora nos adaptando a um novo critério, um novo rito, como disse V.Exa. muito bem, ainda foi agravado em razão do recesso. Medidas provisórias foram editadas no dia 30 de dezembro, veio o recesso e só tomamos conhecimento em 15 de fevereiro.

O grande erro, Sr. Presidente, está na própria emenda constitucional. Inclusive apresentei sugestão para que as medidas provisórias examinadas pelas Comissões Mistas fossem ao Plenário do Congresso, e não primeiro à Câmara dos Deputados e, depois, ao Senado. Isso tem dificultado. A medida provisória é editada, encaminhada à Presidência do Senado, e a Secretaria do Senado encaminha à nossa Comissão. Tudo isso leva tempo, principalmente no início de sessão legislativa. Daí os prazos são encurtados pelos fatos, não pela lei.

Era o esclarecimento que gostaria de prestar a V.Exa. agradecendo a oportunidade a mim oferecida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Aproveito para registrar o reconhecimento desta Presidência à diligência do Deputado Antônio Carlos Konder Reis, ou seja, a sua participação nesta Comissão.

Deputado Antônio Carlos Konder Reis, aproveitando o início da Sessão Legislativa de 2002 – depois quero conversar com o Presidente sobre isso –, quero, desde já, registrar e pedir à Secretária que tome providências no sentido de adaptar o funcionamento da Secretaria da Comissão a esses novos critérios, a esse rito atual, porque evidentemente há toda uma explicação para esses fatos, mas eles não podem se repetir.

O Coordenador da Assessoria do PT encontra-se aqui e sabe o quanto eu fiquei aborrecido ontem. Fizemos até uma reunião de emergência em função desses acontecimentos, a perda de prazos de emendas. Essa não é uma questão de cada partido tomar suas medidas. Eu realmente fiquei muito aborrecido, e falo aqui na condição de Vice-Presidente da Comissão, mas sou também Coordenador da Bancada do PT, e a nossa bancada perdeu todos os prazos, talvez por responsabilidade nossa, mas também pelo fato de que a Comissão – a Secretaria-Geral, enfim, a Casa – não ofereceu as mínimas condições para que os Parlamentares pudessem funcionar adequadamente. Isso também deve ser registrado.

Apesar da minha opinião inconformada com a própria Assessoria do Partido por não ter nos informado a tempo, creio que também compete à Mesa da Comissão, da qual faço parte, tomar as medidas. E quero anunciar isso aqui para que esse problema seja resolvido. Não tem a menor condição a Comissão – não é pela crítica pública recebida em plenário, porque seguramente voltará a receber, mas pelo fato de que ela terá perdido a oportunidade de efetivamente apreciar as medidas provisórias, acolher emendas e discuti-las.

Todos sabemos que quando a medida provisória é apresentada ao Plenário, há o "sim" e o "não" a ela. A possibilidade de emendas se dá efetivamente na Comissão.

Então, temos de ter regulamento aqui que viabilize o funcionamento da Comissão. A questão abordada pelo Deputado Antônio Carlos Konder Reis é pertinente por se tratar de critério novo. Estávamos em recesso, porém vamos aproveitar esses acontecimentos para corrigir o que se refere à tramitação das próximas medidas provisórias.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Se V.Exa. me permite, quero ainda acrescentar à explicação que acabo de oferecer à Comissão que, no dia 23, último dia do prazo para apresentação de emendas à Medida Provisória nº 31, fui à Seção de Avulsos, e lá o funcionário da Câmara, quando pedi o avulso da referida medida provisória, numa primeira resposta, disse que ainda não tinham. Mas, depois de procurar comunicou-me que chegara naquele dia. Então, realmente não é apenas a Comissão que tem de tomar providências, mas toda a Casa. Se eu tivesse ido no sábado ou na sexta-feira, não havia o avulso, que não é da responsabilidade da Comissão.

Obrigado a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Essa discussão não é tanto a busca de responsabilidade para culpar esse ou aquele órgão da Casa, mas para detectar onde não há adequação ao novo rito e corrigir o problema. É evidente que a responsabilidade não pode ser atribuída, e cada um terá sua explicação. A Secretaria da Comissão conhece, mas temos de diligenciar no sentido de que o funcionamento das Casas do Congresso Nacional seja adaptado a esse novo rito, para que a Comissão tenha objetivamente como receber a tempo o avulso e poder oferecer emendas e, inclusive, os Parlamentares possam se oferecer como Relatores. O Presidente tem nomeado a seu critério, mas também segundo as solicitações que recebe dos Líderes das bancadas ou da provocação e pedidos dos próprios Parlamentares.

Quero que o debate fique bem claro para que a Comissão tome providências no sentido de verificar, de agora em diante, a perfeita tramitação desses assuntos.

Acredito que, da mesma forma que o Deputado Antônio Carlos Konder Reis não fez uma reclamação pública, mas registrou um ponto de vista na Secretaria, eu, na condição de Líder de bancada na Casa, fiquei extremamente aborrecido com o acontecimento. Fiz inclusive uma reunião sobre esse assunto e acredito que outras Lideranças e Parlamentares devem ter tido o mesmo sentimento. Efetivamente isso não pode se repetir.

Vou voltar à leitura da medida provisória. O prazo está vencido, aliás dessa e de todas as outras. Infelizmente a nossa Comissão vai se colocar como inadimplente frente a essas medidas provisórias.

Muitos Parlamentares, acredito – e muitos não estão aqui –, vão também ficar aborrecidos com esse acontecimento, mas, de fato, temos de diligenciar no sentido de corrigir esse problema.

Continuo:

7) Medida Provisória nº 19/2001, de 28 de dezembro de 2001, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R$ 13.000.000,00, para os fins que especifica".

Relator designado: Deputado Márcio Reinaldo Moreira, do PPB de Minas Gerais.

Registro que também está vencendo o prazo desta. Já venceu o prazo de emendas, e hoje é o prazo final de apreciação na Comissão.

8) Medida Provisória nº 20/2001, de 31 de dezembro de 2001, que "Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2001, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R$ 2.816.630.828,00, e reduz o Orçamento de Investimento das mesmas empresas, no valor global de R$ 1.846.971.305,00, para os fins que especifica.

Relator designado: Senador Romero Jucá, do PSDB de Roraima.

Trata-se da mesma situação. A diferença está no valor. Uma é de R$ 13 milhões, e a outra R$ 2,8 bilhões. E passa aqui sem apreciação desta Comissão.

Creio que o assunto deverá ser bastante discutido na reunião da próxima semana, porque, com certeza, haverá grande indignação por parte de vários Deputados, assim como nós, aqui presentes, estamos demonstrando.

9) Medida Provisória nº 23/2002, de 18 de janeiro de 2002, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R$ 115.000.000,00, para os fins que especifica.

Relator designado: Deputado José Borba, do PMDB do Paraná.

Igualmente, foi encerrado o prazo de emendas para tramitação nesta Comissão.

10) Medida Provisória nº 31/2002, de 15 de fevereiro de 2002, que "Abre crédito extraordinário, no valor global de R$ 209.600.000,00, em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional, para os fins que especifica.

Relator designado: Deputado Freire Júnior, do PMDB do Tocantins.

O prazo de emendas se encerrou no dia 23 de fevereiro, e o prazo final da Comissão será na segunda-feira.

11) Relatório de levantamento de auditoria realizada nas obras de ampliação de capacidade da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (Amapá), de 40 para 70 megawatts (terceira unidade), no Estado do Amapá.

Relator designado: Deputado Olavo Calheiros, do PMDB de Alagoas.

12) Mensagem nº 43, de 2002 – CN, que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.995, 25 de julho de 2000, e do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o relatório contendo a demonstração e avaliação do cumprimento da meta de resultado primário do conjunto dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do programa de dispêndios globais das empresas estatais federais não-financeiras fixadas para o exercício de 2001.

Relator designado: Senador Amir Lando, do PMDB de Rondônia.

Encerrada a leitura do Expediente.

Parece-me que se iniciou a Ordem do Dia no plenário, e também não há número suficiente. Assim, se não houver oposição, vamos encerrar nossa reunião ordinária e convocar outra para a próxima terça-feira.

A rigor, deveria haver convocação para segunda-feira ou para amanhã, pois há medida provisória cujo prazo vence segunda-feira. Sabemos de antemão, porém, que não haverá quorum.

Esta Presidência em exercício sabe que, de ofício, teria obrigação de fazer a convocação. Não quero ser co-responsável por essa decisão, mas como é evidente que não haverá quorum, na medida em que não houve prévia discussão, aproveito para registrar que, na nossa reunião ordinária de terça-feira, o assunto voltará à baila e será discutido.

A menos que haja provocação de algum Parlamentar, não convocaremos reunião extraordinária, seja para amanhã, hoje à tarde ou segunda-feira, pela razão evidente: não alcançaremos número. De qualquer maneira, não lograremos nosso objetivo.

Portanto, fica convocada reunião ordinária desta Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para a próxima terça-feira, às14h30min.

Está encerrada a reunião.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Segunda Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 2 e 4 de abril de 2002

Aos dois e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dois, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência de seu Primeiro Vice-Presidente, Deputado SANTOS FILHO, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 06/2002. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Airton Cascavel, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Carlos Elias, José Chaves, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nelson Meurer, Neuton Lima, Orlando Desconsi, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Roberto Balestra, Sampaio Dória, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães e Wilson Braga; – Senadores titulares: Carlos Bezerra, Freitas Neto, Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Júnior, Tião Viana e Wellington Roberto; – Deputados suplentes: Armando Abílio, Carlito Merss, Coriolano Sales, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fernando Coruja, Gastão Vieira, Jorge Alberto, José Pimentel, Josué Bengtson, Juquinha, Lídia Quinan, Osvaldo Reis, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Renato

Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Sérgio Barcellos, Sérgio Barros, Silas Brasileiro e Waldemir Moka. Não houve registro de presença de Senadores suplentes. A Deputada Zila Bezerra justificou a ausência. Registrou-se o comparecimento dos Deputados não-membros: Custódio Mattos e Ildefonço Cordeiro. Foi registrada a ausência dos membros: – Deputados titulares: Airton Dipp, Alberto Goldman, Antônio do Valle, Eujácio Simões, Freire Junior, João Caldas, João Pizzolatti, José Borba, José Carlos Aleluia, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Pedro Novais, Roberto Rocha, Santos Filho, Saulo Pedrosa e Welinton Fagundes; – Senadores titulares:. Ademir Andrade, Amir Lando, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Benício Sampaio, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Moreira Mendes, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima e Sebastião Rocha. ABERTURA: Às dezoito horas e vinte e cinco minutos do dia 02 de abril de 2002, conforme disposto no art. 12 do Regimento Comum, o Presidente em exercício deu início aos trabalhos. Em seguida, informou que adiaria a apreciação das Atas por não haver, naquele momento, número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. AVISOS: Conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, o Presidente em exercício comunicou a abertura do prazo – de 03 a 10 de abril (8 dias) – para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo referentes à execução orçamentária do Subtítulo nº 02.061.0569.7241.0003 – Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal – Seção Judiciária em Cuiabá/MT, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002). Relator: Deputado Pedro Novais. Às dezoito horas e vinte e sete minutos, em virtude da inexistência de quorum para deliberação na representação do Senado Federal, conforme disposto no art. 14 do Regimento Comum, o Presidente em exercício suspendeu a reunião, convocando os membros para a sua continuação no dia quatro de abril às nove horas e trinta minutos. A reunião foi reiniciada às nove horas e quarenta e três minutos do dia quatro de abril. Em seguida, conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, o Presidente em exercício comunicou a abertura do prazo – de 05 a 12 de abril (8 dias) – para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo referentes à execução orçamentária dos seguintes Subtítulos, constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): 1) Subtítulo: Dragagem no Porto de Vitória – no Estado do Espírito Santo. Relator: Deputado Almir Sá. 2) Subtítulo: Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutrutura Hídrica/Obras de Infra-Estrutura em Municípios da Região do Baixo São Francisco (Canal de Xingó) – SE. Relator: Deputado Alberto Goldman. EXPEDIENTE: Distribuição de Matérias: o Presidente em exercício procedeu à leitura das seguintes matérias distribuídas aos respectivos relatores: I- Projetos de Lei: 1) Projeto de Lei nº 05/2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R$ 223.590.266,00 (duzentos e vinte e três milhões, quinhentos e noventa mil, duzentos e sessenta e seis reais)". Relator designado: Senador Tião Viana. II- Subtítulos constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): 1) Subtítulo: Dragagem no Porto de Vitória – Estado do Espírito Santo. Relator designado: Deputado Almir Sá. 2) Subtítulo nº 26.784.0909.5873.0002: Participação da União no Capital – Companhia Docas do Espírito Santo – Recuperação e Modernização da Infra-Estrutura Portuária – no Estado do Espírito Santo. Relator designado: Deputado Nelson Meurer. 3) Subtítulo nº 20.607.0379.1836.0029: Implantação de Projetos de Irrigação – Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos no Estado do Piauí. Relator Designado: Deputado Marcelo Teixeira. 4) Subtítulo nº 26.782.0235.5714.0003: Construção de Anéis Rodoviários no Corredor Nordeste – Expresso em Fortaleza. Relator Designado: Deputado Olavo Calheiros. 5) Subtítulo nº 26.784.0235.5864.0024: Melhoramento das Instalações do Porto de Natal – no Estado do Rio Grande do Norte. Relator Designado: Deputado Jonival Lucas Júnior. ENCERRAMENTO: Às nove horas e quarenta e seis minutos, em virtude da inexistência de quorum para deliberação na representação do Senado Federal, conforme disposto no art. 14 do Regimento Comum, o Presidente em exercício encerrou a reunião, antes convocando os membros para a 5ª Reunião Ordinária, a ser realizada no dia nove de abril, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Santos Filho,** Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Declaro iniciada a segunda reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 6, de 2002.

Apreciação da ata da terceira reunião ordinária, realizada nos dias 19 e 20 de março de 2002; do Termo de Reunião nº 1, de 2002, de 26 de março de 2002.

Havendo concordância do Plenário fica dispensada a leitura da ata e do termo de reunião por terem sido distribuídas cópias antecipadamente.

Não havendo discussão, e conforme estabelecido no art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, deixamos, nesse caso, de declarar a ata e o termo de reunião aprovados porque não há quorum.

Aviso.

Prazo para abertura de emenda de subtítulo.

Informo aos membros que, conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c" da Resolução nº 1 de 2001 do Congresso Nacional está aberto o prazo de 3 a 10 de abril para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo, constante do Quadro nº 7 da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002; construção do edifício sede da Justiça Federal, Seção Judiciária em Cuiabá, Mato Grosso, cujo Relator é o Deputado Pedro Novais.

Suspendemos esta reunião e marcamos a próxima para quinta-feira, às 9h30mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a segunda reunião extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 6, de 2002.

Distribuição de matérias.

Projeto de Lei nº 5, de 2002, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União em favor do Ministério de Defesa crédito especial no valor de 223 milhões 590 mil 266 reais.

Relator designado: Senador Tião Viana.

Há subtítulos constantes do Quadro nº 7 da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.

1) dragagem no Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo.

Relator designado: Deputado Almir Sá;

2) participação da União no capital. Companhia Docas do Espírito Santo; recuperação e modernização da infra-estrutura portuária no Estado do Espírito Santo.

Relator designado: Deputado Nelson Meurer;

3) implantação de projeto de irrigação. Perímetro de irrigação Tabuleiro Litorâneo, no Estado do Piauí.

Relator designado: Deputado Marcelo Teixeira;

4) construção de anéis rodoviários no Corredor Nordeste, expresso em Fortaleza.

Relator designado: Deputado Olavo Calheiros;

5) melhoramento das instalações do Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Relator designado: Deputado Jonival Lucas Junior.

Avisos.

Prazo para abertura de emendas de subtítulos.

Informo aos membros que conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c" da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, está aberto o prazo de 5 a 12 de abril para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo constante do Quadro nº 7 da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.

1) dragagem no Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo.

Relator designado: o Deputado Almir Sá;

2) construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica em Município da região do Baixo São Francisco, Canal de Xingó, Sergipe

Relator designado: Deputado Alberto Goldman.

Não havendo quorum no Senado da República, deixamos de fazer também a apreciação das atas dessas reuniões.

Está encerrada a presente sessão.

Convocamos a próxima reunião para terça-feira, às 14h30min.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Primeira Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 26 de fevereiro de 2002

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dois, às quinze horas, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do seu Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho. A reunião foi convocada com o objetivo de receber os Senhores Secretários do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, e, do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, cujo

tema abordado foi o Relatório de Avaliação da Meta Fiscal Quadrimestral relativo ao terceiro quadrimestre do ano de dois mil e um, conforme o disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Almir Sá, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Danilo de Castro, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Coser, João Magno, Jonival Lucas Junior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Varella, Luciano Castro, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Neuton Lima, Paulo Feijó, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Santos Filho, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães e Wilson Braga; – Deputados suplentes: Ariston Correia Andrade, Armando Abílio, Átila Lins, Carlito Merss, Carlos Nader, Clementino Coelho, Dr. Gomes, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fernando Coruja, Gastão Vieira, João Tota, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Silas Brasileiro e Waldemir Moka; – Senadores titulares: Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior e Tião Viana. Não houve registro de Senadores suplentes. Foi registrado o comparecimento do Parlamentar não-membro Deputado Ildefonço Cordeiro. ABERTURA: O Presidente em exercício declarou iniciada a reunião, convidando o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa e o Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque para comporem a mesa. Continuando, esclareceu que de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Senhor Secretário do Tesouro Nacional disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Presidente comunicou que os Senhores Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. A palavra foi transferida ao Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, que discorreu sobre o tema em questão. Encerrada a exposição, os debates foram iniciados pelos questionamentos do Deputado Sérgio Miranda. Em seguida, o presidente em exercício organizou a discussão de forma que se manifestassem dois Parlamentares em seqüência. Após as interpelações dos Parlamentares, os Secretários responderiam aos questionamentos de ambos. O Deputado Virgílio Guimarães deu continuidade às interpelações, respondidas pelo Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, seguido pelo Dr. Paulo Rubens Fontenele de Albuquerque, que acrescentou outros esclarecimentos. Após as respostas dos Secretários, o Deputado Sérgio Miranda efetuou réplica, respondida pelo Dr. Fábio de Oliveira Barbosa. Em seguida, o Deputado Virgílio Guimarães também apresentou réplica, novamente respondida pelo Dr. Fábio de Oliveira Barbosa. Os Parlamentares Ricardo Barros, Alberto Goldman, Giovanni Queiroz e Fernando Coruja deram prosseguimento às interpelações, respondidas pelos Secretários convidados. As respostas foram sucedidas pelas réplicas dos Parlamentares Giovanni Queiroz e Fernando Coruja. O Dr. Fábio de Oliveira Barbosa prestou os esclarecimentos finais. ENCERRAMENTO: Ao agradecer a presença dos Secretários, o Presidente em exercício encerrou a reunião, às dezesseis horas e cinqüenta e cinco minutos, antes, informando que se realizaria, no mesmo dia, às dezoito horas, a Primeira Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 01/2002. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Santos Filho,** Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Declaro aberta a 1º Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em 2002.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, e o Sr. Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, que discorrerão acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais do último quadrimestre, conforme o disposto no art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Sr. Fábio de Oliveira Barbosa e o Sr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque já se encontram à Mesa.

Comunico ao Plenário que, de acordo com o estabelecido no art. 255, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de vinte minutos para sua exposição, não podendo ser aparteado.

Conforme estipulado no art. 255, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – Exmo. Sr. Presidente em exercício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Deputado Santos Filho; Sr. 3º Vice-Presidente, Deputado Virgílio Guimarães; Sras. e Srs. Parlamentares membros da Comissão; senhoras e senhores, é com satisfação que comparecemos a esta Comissão Mista, mais uma vez, para demonstrar e avaliar o cumprimento da meta de superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, nos termos do estabelecido na Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, alterada pela Medida Provisória nº 2.211, de 29 de agosto de 2001, e do estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como é do conhecimento dos senhores, a LDO 2001 fixou em 29,4 bilhões de reais o superávit primário do Governo Federal. O Decreto nº 3.776, de 22 de março de 2001, procedeu à distribuição do esforço primário em 23,3 bilhões de reais, relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e 6,1 bilhões de reais às empresas estatais federais não financeiras.

A evolução da economia brasileira e os desdobramentos do cenário internacional ao longo de 2001 implicaram a revisão dos objetivos de política fiscal para o Governo Federal e os demais integrantes do setor público consolidado. Com efeito, a meta anual de resultado primário para o conjunto das entidades públicas não financeiras foi elevada para 3,35% do Produto Interno Bruto, em 2001, e para 3,5% do PIB, em 2002.

Assim sendo, o resultado primário do Governo Federal, no exercício de 2001, totalizou 29,6 bilhões de reais, cumprindo integralmente a meta estabelecida de 29,4 bilhões de reais. Desse total, 22 bilhões de reais foram gerados no Governo Central e 7,6 bilhões de reais nas empresas estatais federais.

Tendo em vista a meta global, a diferença observada na distribuição de resultados entre esses dois segmentos, em relação àquela prevista no Decreto nº 3.776, encontra amparo no § 1º do art. 18 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2001, que permite a compensação de frustração da meta dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por excedente de resultado primário apurado nas empresas estatais federais.

Nesse contexto, é importante destacar quatro aspectos fundamentais relativamente aos resultados de 2001: I) a receita total do Tesouro Nacional líquida de restituições de transferências a Estados e Municípios ficou em linha com as estimativas; II) a despesa total do Tesouro Nacional foi executada de acordo com o previsto; III) a evolução do déficit da Previdência Social explica parcialmente o resultado primário do Governo Central, abaixo do valor projetado; e IV) o menor superávit primário do Governo Central foi compensado com o melhor resultado das empresas estatais federais.

Desse modo, o País vem consolidando sua reputação de responsabilidade fiscal, duramente construída com o apoio da sociedade e Congresso Nacional, elemento fundamental na preservação da conquista da estabilidade econômica e na retomada do processo de crescimento sustentável.

Não temos dúvida de que o sucessivo cumprimento dos objetivos fiscais tem sido fator essencial na condução da política econômica, particularmente em face de uma conjunção de choques econômicos adversos, talvez sem precedentes na história recente, com destaque para aqueles relacionados à deterioração observada no cenário internacional ao longo do ano passado.

Com efeito, a depreciação da moeda nacional em relação ao dólar acumulado no ano e a necessária resposta de política monetária por meio da elevação das taxas de juros e controle da liquidez apresentaram impacto relevante sobre o montante da dívida líquida do Governo Central em relação ao PIB. Os expressivos resultados primários alcançados têm permitido limitar a evolução desse indicador, que passou de 31%, em dezembro de 2000, para 33,32%, em dezembro de 2001, ancorando inclusive o bem-sucedido processo de alongamento da dívida pública federal interna, cujo prazo médio era superior a três anos ao final de dezembro do mesmo ano.

Com relação às receitas do Tesouro Nacional, líquidas de restituições e de transferências, essas atingiram 167,2 bilhões de reais contra a estimativa de 167,4 bilhões. O maior recolhimento das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, de 6,7 bilhões de reais (desvio de 3,8%), compensou, parcialmente, a frustração na arrecadação das demais receitas, inferior em 4,3 bilhões de reais ao valor originalmente projetado.

Por outro lado, a mudança na composição dos ingressos públicos afetou o montante das transferên-

cias constitucionais a Estados e Municípios, tendo em vista o comportamento da arrecadação do Imposto de Renda.

O crescimento das receitas administradas em relação à projeção decorreu, em grande medida, dos efeitos das trajetórias das taxas de juros e de câmbio sobre a arrecadação. O aumento da taxa SELIC para 19%, contra a estimativa inicial de 14,2% ao final do ano, e a depreciação da taxa de câmbio para 2,32%, comparada à projeção de R$1,83 para dezembro, contribuíram para a elevação da arrecadação do Imposto de Renda retido na fonte, rendimentos de capital e remessas ao exterior em 5,5 bilhões de reais em relação aos valores previstos. Além disso, a receita da contribuição para a Seguridade Social superou em 1,2 bilhão de reais o valor constante do Decreto nº 3.776, uma vez que os efeitos da mudança na forma de tributação do setor de combustíveis e do pagamento por substituição pelo setor automotivo não foram plenamente antecipados.

As receitas não administradas apresentaram resultado abaixo do estimado pelo decreto, devido à frustração parcial de receitas decorrentes dos leilões das bandas de telefonia celular D (1 bilhão de reais) e E (1,7 bilhão de reais) e a frustração integral da banda C (1,9 bilhão de reais). Ademais, foi registrado um resultado menor do que o esperado na conta-petróleo, a qual somou 1,9 bilhão de reais, contra uma estimativa de 4 bilhões de reais, refletindo a trajetória observada do preço do petróleo no mercado internacional e a evolução da taxa de câmbio ao longo ano.

O desempenho das mencionadas receitas foi parcialmente compensado pelos maiores recolhimentos no âmbito do REFIS (1,1 bilhão de reais), pelo crescimento da cota-parte de compensações financeiras associado à maior produção nacional de petróleo e gás natural e à elevação em 8,3% do preço médio de referência do petróleo (608,9 milhões de reais) e, finalmente, pelo maior ingresso de dividendos referentes às participações acionárias do Tesouro Nacional (451,7 milhões de reais).

Quanto às despesas, o gasto realizado alcançou exatamente o montante de 132 bilhões de reais previsto no decreto em referência. No entanto, sua composição apresentou variações relevantes na distribuição entre os grandes agregados "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes e de Capital". Com efeito, a expressiva elevação dos gastos com a folha de pagamento do serviço público federal foi absorvida pela redução equivalente nos demais itens de despesa.

Os gastos com pessoal e encargos sociais foram superiores em 4,2 bilhões de reais à previsão inicial ou cerca de 6,9%, o que pode ser explicado pela não-antecipação plena dos seguintes fatores: I) aumento das despesas com pessoal militar, decorrente da Medida Provisória nº 2.131 e reedições; II) primeira parcela do passivo relativo ao adicional por tempo de serviço; e III) pagamento de acréscimo salarial de 11,98% ao pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, relativo à conversão dos salários pela URV, em cumprimento a decisões judiciais.

As demais despesas de custeio e capital ficaram 6% abaixo da projeção inicial, o que pode ser atribuído à evolução da despesa discricionária do Poder Executivo, que totalizou 48 bilhões contra 52 bilhões de reais autorizados. Por outro lado, as despesas discricionárias do Legislativo, Judiciário e do Ministério Público da União apresentaram acréscimo de 527,1 milhões de reais em relação ao projetado, devido à elevação de dotação orçamentária durante o exercício.

O déficit da Previdência Social superou em 717,2 milhões de reais o valor previsto no Decreto nº 3.776, explicado pelo menor ingresso de receitas relativamente ao previsto. Essa queda pode ser atribuída aos efeitos do menor crescimento do PIB sobre a evolução da massa salarial no mercado formal de trabalho. Entretanto, a evolução dos demais componentes do setor público federal mostrou-se suficiente para compensar o desvio verificado.

Em conclusão, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, entendemos demonstrado o estrito cumprimento da meta fiscal do exercício de 2001, aprovada pelo Congresso Nacional por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, inclusive com desvios pouco expressivos em sua composição em relação à meta estimada inicialmente, se levados em conta os fluxos totais envolvidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência agradece ao Dr. Fábio Barbosa, Secretário do Tesouro Nacional, a presença, dando cumprimento a um dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Sérgio Miranda. S.Exa. disporá de três minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, nobre convidado, Dr. Fábio Barbosa, sempre é um prazer debater com V.Exa., não só pela competência sempre demonstrada, mas também pela capacidade de informação que V.Exa., devido ao

cargo que ocupa, tem e que poderá ser grande valia para o esclarecimento de algumas questões.

Eu defendo a tese, Dr. Fábio Barbosa, de que a qualidade do ajuste fiscal que vem sendo praticado pela União deixa muito a desejar. Como se expressa essa qualidade? Por exemplo, esse superávit primário vem sendo obtido à custa de contenção de despesas, de arrecadação de fundos – há fundos provenientes de taxas ou contribuições econômicas vinculadas. Nesse Orçamento para 2002, as reservas feitas nos fundos equivalem a quase 5 bilhões de reais. Quanto, por exemplo, representa o superávit pelo fato de não ter sido gasto o FUST? Um bilhão e 200 milhões de reais. Há outras receitas vinculadas que não são gastas, mas que também não podem ser aplicadas no abatimento da dívida.

Como se está expressando o ajuste fiscal feito pelo Governo? Primeiramente, eu queria essa informação quanto às disponibilidades financeiras da União no final de 2001: a que elas correspondem? Às de origem financeira ou não-financeira? A recursos livres ou vinculados? Eu peguei um relatório e vi quanto da CPMF não foi gasto. É um recurso vinculado, mas não foi gasto; ela permanece na conta única, e não pode ser usada para abater a dívida. V.Exa. poderia informar uma divisão das disponibilidades financeiras por fonte de receita? Qual é a contribuição dada pelos fundos e demais entidades que têm receitas diretamente arrecadadas para a composição desse superávit?

O segundo aspecto, talvez, esse sim, mais preocupante, diz respeito a restos a pagar. Quando se iniciou o Programa de Ajuste Fiscal, em 1998, a média de restos a pagar inscritos no final do exercício anterior era de 3 bilhões de reais. A partir de 1998 e 1999, foram 21 bilhões de reais; em 2000, foram 31 bilhões de reais; em 2001, baixou para 12 bilhões de reais; e, em 2002, temos de restos a pagar 21 bilhões de reais.

Isso inclui recursos financeiros e não-financeiros, mas, do ponto de vista de não-financeiros, o fluxo vem numa tendência crescente. No ano passado, foram não-financeiros 8 bilhões. Neste ano, são 13 bilhões. V.Exas. estão deixando um enorme esqueleto para a futura administração.

Se grande parte das despesas está empenhada, liquidada e não-paga, isso, de certa forma, constitui direito líquido e certo dos credores do Estado que será cobrado um dia. Encontramos então uma aberração no decreto de contingenciamento – vamos debater isso com o Ministro. Para determinados Ministérios, o que existe de restos a pagar é muito superior ao que existe de disponibilidade financeira. Vão ficar restos a pagar para o exercício de 2003. Pode-se falar de ajuste fiscal objetivo, real, se são usadas essas manobras?

Chama-me a atenção também, Sr. Secretário, o fato de que, no decreto de contingenciamento – pelo menos é o que me parece, e V.Exa. pode nos esclarecer –, se está cometendo uma ilegalidade. O art. 5º, § 2º, inciso I, diz: "As ordens bancárias emitidas a partir do dia 28 de dezembro de 2001, cujo débito na conta única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, se efetue no exercício financeiro de 2002..." Isso parte do caput do art. 5º, que diz que o pagamento da despesa no exercício de 2002, inclusive dos restos a pagar de exercícios anteriores discriminados no anexo, observadas as exclusões, fica autorizado até o montante constante.

O que se quer dizer com isso? Que as ordens bancárias – não é empenho, é ordem bancária – emitidas a partir do dia 28 serão incluídas no Orçamento de 2002. Existe uma alteração do ano fiscal. Na minha opinião, essa alteração do ano fiscal fere a Lei nº 4.320 frontalmente. Eu queria uma explicação de V.Exa. sobre isso.

O terceiro aspecto diz respeito às estatais. V.Exa. justifica que o Orçamento previa superávit primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social de 28 bilhões de reais e das estatais de 1,2 bilhão de reais. O montante realizado das estatais foi de 7,6 bilhões de reais e o dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade foi de 22 bilhões. Esse processo de crescimento do superávit das estatais vem ocorrendo desde 1999.

Vamos analisar um pouco o que significa esse superávit das estatais. Ele não significa pagamento de dívida, mas entesouramento, principalmente de títulos emitidos pela União. É isso. Esse superávit das estatais é feito à custa do seu investimento. Não é estranho o fato de termos convivido com uma crise energética, transferindo o superávit para as estatais.

Hoje, por exemplo, o crescimento da dívida no mês de janeiro, que foi para 55% do PIB, deve-se à transferência de parte desses títulos que estão entesourados na conta da Petrobras, para o pagamento de passivo do fundo.

O outro argumento que eu levanto é sobre a transferência das responsabilidades de realizar o superávit primário para Estados e Municípios, que estão pagando uma conta muito mais elevada do que a União nesse processo.

Tudo isso mostra – essa é a minha conclusão, Sr. Presidente, e eu queria submetê-la à consideração do Dr. Fábio Barbosa – que estamos realizando

um superávit à custa de distorções na economia real, através de cobrança de contribuições sociais cumulativas, regressivas, de difícil desoneração para a exportação, apenando e deformando a concepção da arrecadação de taxas, de receitas diretamente arrecadadas, apenando as estatais, transferindo para futuros governos, através de restos a pagar, uma maquiagem que se faz do superávit, não dando transparência clara.

Se fosse regulado apenas o floating, se o fluxo de restos a pagar de um ano a outro fosse constante, não haveria alteração, mas o resto a pagar está num crescendo, estão sendo transferidos esqueletos, porque são dívidas líquidas e certas, para futuros governos.

Eu queria que V.Exa. discutisse conosco a qualidade desse ajuste fiscal diante dessas observações que venho fazendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência vai ouvir dois Deputados de cada grupo de chamadas e, posteriormente, o nobre Secretário formulará as respostas.

Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Secretário Fábio Barbosa, em boa parte e em boa medida, o Deputado Sérgio Miranda antecipou-se em pelo menos duas questões centrais que eu pretendia levantar, a questão das estatais e a maneira como foi incluída no Decreto nº 4.120 a data de 28 de dezembro, sobre a qual o decreto incide, considerando-se – parece-me corretamente por esse lado – que o contingenciamento teria toda validade sobre aqueles recursos com ordens bancárias emitidas, porém não efetuadas, nos termos do decreto de contingenciamento, o Decreto nº 4.120.

Nesse sentido, a pergunta coincide com a do Deputado Sérgio Miranda, mas eu queria aprofundá-la num aspecto: por que essas despesas não haviam sido efetuadas ainda? O que ocorreu entre os dias 28 e 31 de dezembro?

Quanto ao que dispõe o decreto fica uma dúvida, mas ainda caberia alguma justificativa do ponto de vista legal – talvez, não sei. Gostaria de ouvir a resposta. Mas, no que se refere à apuração de resultado, não. Esses valores, seguramente, deveriam estar na apuração de resultado de 2001, independentemente do que diz o decreto de contingenciamento, que determina que o contingenciamento incide sobre tudo, inclusive sobre essa parcela.

Podemos discutir partindo das dúvidas do Deputado Sérgio Miranda, mas, no que se refere à apuração de resultado, não há dúvida alguma. Esses números, Secretário, ficaram fora da apuração dos resultados de 2001? Ou seja, no popular, teria havido maquiagem desses números apresentados? Se esses recursos não tivessem sido contabilizados na apuração do resultado que V.Exa. apresentou, de 2001, não haveria uma distorção grave, dependendo do volume total desses recursos? Qual teria sido esse volume? Qual foi o número?

É importante que se diga que foi um final de ano tumultuado. Nesta Comissão, vivemos um período politicamente bastante conturbado, que acabou refletindo-se em plenário. Não sei se foi a primeira vez que aconteceu, mas, seguramente, foi a primeira vez que tomei conhecimento de que um volume imenso de projetos de lei de suplementação orçamentária, de créditos extraordinários – especiais não sei, talvez não –, não foi aprovado.

Houve uma realocação? O que houve? Esse período entre 28 e 31 de dezembro deixou uma dúvida enorme, suscitada sobretudo quando o próprio Decreto nº 4.120 é expresso ao estabelecer essa data misteriosa de 28 de dezembro. Por que 28 de dezembro?

Há essa dúvida, de fato, quanto ao relatório de V.Exa., que sempre é muito claro. Eu o elogio pelo trabalho feito em outras ocasiões e também agora. V.Sa. realmente prima pela qualidade técnica, tem uma trajetória reconhecida em sua carreira e tem-nos brindado, apesar de divergências, sempre com absoluta clareza. Mas, desta vez, a dúvida, o ponto de interrogação é muito grande.

Quanto às demais questões, o Deputado Sérgio Miranda já abordou, do ponto de vista de fundo, a que diz respeito às estatais. Precisamente no ano em que se imaginava que teríamos uma execução maior nas estatais, mais uma vez observamos o mesmo fenômeno do ano anterior, o que aliás viabilizou esse resultado que V.Exa. apresentou. Essa parte já foi abordada pelo Deputado Sérgio Miranda. Quero reiterá-la, mas me atenho mais ao Decreto de Contingenciamento nº 4.120, sobretudo no aspecto da apuração do resultado, ou seja, precisamente na exposição de V.Exa. Qual foi o tratamento dado a essas despesas? Quais os valores delas? Quais foram elas? Como se comportaram e como foram tratadas, do ponto de vista contábil e da apuração de resultado?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência foi condescendente, não apenas

com V.Exa., mas também com o nobre Deputado Sérgio Miranda, até porque considera que tendo em vista a importância dessa matéria e as presenças dos nobres Secretários do Tesouro Nacional e do Orçamento Federal, devemos aproveitar a presença de S.Exas., até para debatermos com mais profundidade assunto que interessa demais a esta Casa, principalmente a esta Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, que também disporá de um tempo maior para responder a essas indagações.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – Muito obrigado. Inicialmente, gostaria de agradecer aos Deputados Sérgio Miranda e Virgílio Guimarães as palavras generosas. É, de fato, um prazer estar aqui e debater com V.Exas., apesar de eventualmente termos diferenças de pontos de vista.

Vou começar tentando responder aos pontos levantados pelo Deputado Sérgio Miranda, sobre a qualidade do ajuste fiscal. Entendo, Deputado, que avançamos muito no terreno fiscal, não só do ponto de vista institucional e legal, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também em termos de qualidade do ajuste fiscal.

Implementamos, com o apoio deste Congresso Nacional, uma série de reformas: a da ordem econômica; as privatizações; a da Previdência; a administrativa; o acordo de refinanciamento da dívida de Estados, que foi inclusive objeto de apreciação pelo Congresso como um todo e, mais especificamente, pelo Senado Federal, em cada um dos contratos; o acordo de refinanciamento da dívida dos Municípios; enfim, coroando isso tudo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei Complementar de 4 de maio próximo passado.

Então, acho que isso dá a dimensão do esforço na direção do ajuste fiscal, inclusive indo ao encontro de expectativas ou, melhor dizendo, tendo um esforço direcionado a cada um dos pontos que, no debate econômico dos anos 80, início dos anos 90 – final do Governo Sarney e início do Governo Collor –, eram exatamente as reformas estruturais. E esse Governo fez essas reformas estruturais, num esforço tremendo, em conjunto com o Congresso Nacional. E em particular, a partir de setembro de 1998, tivemos a implementação do programa de estabilização fiscal e estamos cumprindo, sucessivamente, já por treze trimestres consecutivos, as metas fiscais, num esforço muito grande, não resta dúvida, mas num esforço que não foi feito às expensas do gasto na área social, em particular.

Lembro aos Deputados que o salário mínimo de 1994 era de 64 reais, quando teve início o Plano Real; ele hoje é mais do que três vezes superior. Hoje a Previdência Social paga mensalmente 20 milhões de benefícios aos brasileiros. Criamos a LOAS, criamos a bolsa-alimentação, a bolsa-escola, o seguro-renda, o seguro-safra, os programas do PRONAF, as renegociações da dívida agrícola, enfim, é uma lista interminável de ações com foco nas medidas com maior impacto social. Foi possível conciliar, com esforço de arrecadação, sim, é verdade, o aumento do gasto na área social com o estrito cumprimento das metas fiscais, associado a uma qualidade melhor do ajuste fiscal expressa nas reformas apresentadas. Então, tenho uma visão um pouco distinta. Podemos avançar, sim, mais na qualidade do gasto.

Temos a questão que V.Exa. mencionou aqui, que é a questão de vinculação do Orçamento, o que faz com que o gestor público tenha uma margem de manobra muito restrita com relação ao grau de vinculação orçamentária, em particular com o grande número de programas de duração continuada que foram implementados por esse Governo, visando exatamente as camadas menos favorecidas da população. Essa é uma questão importante na administração orçamentária.

Deputado Sérgio Miranda, V.Exa. mencionou o FUST, que não foi gasto. V.Exa. acompanhou muito de perto esse assunto, em função da discussão que estava tendo lugar no Congresso Nacional. Como o limite financeiro orçamentário é o mesmo, não tinha sentido manter um limite para um gasto que não se ia realizar na sua integralidade no exercício e não abriu espaço para outros gastos que poderiam representar impacto econômico e social mais direto. Então, dada a previsão de que o gasto não ia acontecer nas dimensões pensadas inicialmente, houve uma realocação em benefício de outros órgãos da Administração Federal.

Com relação à CPMF, a própria lei complementar que regulamentou o Fundo de Combate à Pobreza, editada, se não me engano, em julho, e promulgada após aprovada pelo Congresso Nacional, seguindo o que dispõe a emenda constitucional que trata da CPMF e do Fundo de Combate à Pobreza, segregou parcela da alíquota de 0,08% para esse Fundo, determinando que os recursos não gastos sejam executados no exercício seguinte, e é o que vamos fazer, conforme consta inclusive do Decreto 4.120, que estabeleceu a compatibilização dos gastos com as metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, acredito que o recurso a que V.Exa. esteja se referindo da CPMF

seja exatamente esse recurso do Fundo de Combate à Pobreza, que será executado ao longo deste ano.

Não tenho a disponibilidade por fonte de receita, mas posso remeter a V.Exa. a posição final em 31 de dezembro. Vou pedir a minha assessoria que providencie e envie o mais breve possível.

Com relação à contribuição dada pelos fundos e receitas diretamente arrecadadas, temos como premissa básica, inclusive para estimular os órgãos a arrecadarem, não proceder a limitações nos tetos financeiros e orçamentários das receitas próprias ou diretamente arrecadadas. Exatamente para dar um impulso à arrecadação desses componentes da receita agregada.

Quanto a Restos a Pagar, V.Exa. mencionou alguns dados referentes aos Restos a Pagar totais e depois se concentrou no que chamamos "universo do decreto". Saímos de 8,5 bilhões de reais para 13,1 bilhões de reais – se não estou enganado.

De fato, houve esse aumento de Restos a Pagar. Estou me referindo só à parte não-financeira, só ao universo do decreto de 3,5 bilhões mais 1 bilhão e 100 milhões do Fundo da Pobreza que, por dispositivo legal, não poderíamos ter gasto no ano passado.

Quando o Governo tratou dos 3,5 bilhões no Decreto nº 4.120, e até já havia sido objeto de discussão anteriormente, o limite de movimentação foi estabelecido em um valor inferior a 1 bilhão e 750 milhões ao limite financeiro do Decreto nº 4.120. Ou seja, à parte o Fundo da Pobreza, que tem um tratamento específico, conforme determina a legislação, o Decreto nº 4.120 prevê, já na saída da execução, uma redução à metade do acréscimo de Restos a Pagar observados entre o exercício passado e o corrente.

O objetivo é eliminar a outra metade nos próximos meses, ao longo da execução, por meio fundamentalmente do limite de movimentação e empenho menor do que o financeiro nesse montante, ou, se for possível, se de fato for observado um cancelamento de empenhos que não tenham sido ainda liquidados e possam ser cancelados. Portanto, cumprindo o mesmo objetivo de reduzir os Restos a Pagar.

Mas a filosofia básica é esta: queremos reduzir o montante de Restos a Pagar aos mesmos níveis que prevaleceram ao final de 2000 e início de 2001. Esse é o nosso objetivo e já demos um passo enorme nessa direção.

Como disse, do acréscimo de 3,5 bilhões mais 1,100 bilhão do Fundo da Pobreza, metade já fizemos. A outra metade faremos ao longo dos próximos meses. O tratamento do Fundo de Combate à Pobreza é previsto na Legislação do próprio Fundo. Não é nossa intenção deixar esqueletos para a próxima gestão, sob a forma inclusive de empenhos liquidados e não-pagos, que tenham essa característica de uma dívida não-reconhecida pela União. Não é a nossa postura, de forma nenhuma trabalhamos nessa direção.

Como a própria pergunta sobre a PETROS e os próprios esqueletos reconhecidos, somos penalizados por uma postura de transparência que temos em relação a passivos de outros Governos que foram reconhecidos por este Governo, num grande esforço, e que, eventualmente, dão margem a alguma confusão com relação à trajetória da dívida publica.

Portanto o nosso objetivo é limitar os Restos a Pagar ao mesmo nível de 2000 e 2001. Temos e teremos disponibilidade de caixa necessária e suficiente para satisfazer todas as obrigações por fontes do Orçamento na virada de 2002 para 2003, e atender plenamente aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com relação ao decreto de contingenciamento, o Deputado Virgílio Guimarães também menciona a questão do dia 28. É por razão operacional.

Novamente somos penalizados pela transparência. O que acontecia até 1998? Até 1998, o resultado fiscal da execução do Tesouro era pelo conceito de liberação. Ou seja, o Tesouro liberava os recursos para os Ministérios que, por uma razão "a", "b" ou "c", se não gastavam o dinheiro no mesmo dia ou no mesmo mês, havia uma discrepância. Por quê? O dinheiro ainda estava na conta do Tesouro, e acusava uma despesa maior porque o pagamento efetivamente não tinha sido realizado.

A partir de 1999 nós modificamos e passamos a considerar o gasto pela ótica do pagamento efetivo. Ou seja, a partir do momento em que os recursos da União saem dos cofres públicos e vão para terceiros. Esse é o chamado critério do pagamento efetivo.

O que corre com isso? Uma ordem bancária emitida no dia 28 só vai cair na conta única do Tesouro Nacional no dia útil seguinte. Por que dia 28? Dia 28 de dezembro foi uma sexta-feira; dia 31 de dezembro foi feriado bancário, quando os bancos fazem os balanços; dia 1º de janeiro, Dia da Paz, foi feriado. O primeiro dia útil posterior era o dia 2 de janeiro, ou seja, a ordem bancária emitida no dia 28 necessariamente pelo floating de 24 horas, um dia útil, só cairia no dia 2. Portanto, dentro dos limites de pagamento efetivo do exercício de 2002. Essa é a razão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, só para entender. Abro mão da minha tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Virgílio Guimarães, V.Exa. terá direito à réplica, posteriormente. Inclusive peço ao Secretário que abrevie a sua fala.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – Peço desculpas, Sr. Presidente.

Basicamente o que aconteceu entre o dia 28 e 31 foi um fim de semana, não houve dia útil até o dia 2. Portanto, todas as ordens emitidas no dia 28 cairiam dentro do exercício de 2002.

Com relação ao crescimento do superávit das empresas estatais em grande medida é derivado de dois componentes. Como já comentamos nesta Comissão no ano passado, PETROBRAS e Itaipu têm créditos a receber em dólar, no caso de Itaipu, e no caso da PETROBRAS, o preço do petróleo de referência no mercado internacional, para não penalizar a empresa, é o preço internacional corrigido pela taxa de câmbio. A taxa de câmbio avançou quase 20% em termos nominais no ano passado.

Itaipu também teve uma receita derivada da correção dos seus ativos pelo dólar. Não tenho o volume de investimentos das empresas estatais, mas posso assegurar a V.Exa. que é um volume bastante expressivo que não foi comprometido pelo objetivo fiscal a ser alcançado, exatamente em função da saúde financeira desfrutada, em particular, pela PETROBRAS.

Talvez nossos colegas de planejamento possam enviar a execução do PDG de 2001, comparando os investimentos com 2000, para atender a V.Exa.

Quanto à dívida PIB é o que já mencionei de passagem, anteriormente. No caso da PETROS, Deputado, foi um esqueleto reconhecido derivado de no passado as contribuições da empresa não terem sido suficientes para pagar as aposentadorias dos funcionários da PETROBRAS. O que ocorria? O Fundo dava uma deficiência atuarial. Essa deficiência foi reconhecida no balanço da empresa, em 1999. Em final de 2001, início de 2002 concluímos uma negociação com a PETROBRAS, pela qual ela pagou ao Fundo a dívida de 8 bilhões que já tinha sido provisionada no balanço.

Essa era a dívida de uma entidade do setor público não-financeiro, PETROBRAS, com uma entidade privada, o Fundo de Pensão PETROS. Ou seja, apesar de ser uma dívida decorrente do passado e de um provisionamento em 1999, ela só foi paga como se tivéssemos feito o empenho da dívida lá atrás – usando o jargão do Orçamento. A liquidação se deu no provisionamento em 1999, e o pagamento efetivo aconteceu em janeiro.

Isso afetou em 8 bilhões o estoque da dívida pública, com uma postura realmente transparente. Era mais fácil ou menos problemático deixar as coisas como estavam. Mas, foi reconhecido, explicitado no balanço, apresentado aos acionistas, inclusive, aos trabalhadores que compraram as ações da PETROBRAS, e essa dívida foi paga.

Da dívida que V.Exa. mencionou, reconhecemos que quase 10% do PIB são esqueletos reconhecidos por este Governo de outros Governos. Esta postura de transparência é bastante positiva.

Quanto à transferência de responsabilidade a Estados e a Municípios, novamente, tenho de expressar minha discordância. Não se trata de uma transferência de responsabilidades, mas de um esforço do contribuinte brasileiro por ter pago sob a forma de subsídios a Estados e a Municípios devido ao refinanciamento das dívidas. Há financiamentos da ordem de 250 bilhões de reais para Estados e Municípios, pagando em geral IGP mais 6%. Captamos recursos do mercado. Hoje mesmo fizemos um leilão de títulos da ordem de 19% a 19,5%. Ou seja, além do subsídio na saída em relação à data de corte da dívida mobiliária. Foi feito um grande investimento dos contribuintes do País inteiro num regime fiscal mais sustentável para Estados e Municípios. Custou caro, mas os resultados estão aparecendo e eles hoje são parceiros do Governo Federal no esforço de ajuste fiscal.

Portanto, isso mostra um esforço fiscal muito melhor distribuído. Não posso concordar com a questão de o esforço ser à custa da economia real. Um setor público descontrolado causa danos para toda população.

Temos aperfeiçoamentos a fazer na área de arrecadação. Concordo com esse ponto de vista. Não estamos transferindo o RAP adicional deste ano para o ano que vem, e quanto aos Restos a Pagar que ficarão para o próximo Governo haverá recursos financeiros disponíveis para sua liquidação.

Não estamos fazendo maquiagem nas estatísticas. Espero que tenha ficado claro esta questão do dia 28 de dezembro, pois ocorreu o contrário. Exatamente para dar mais transparência, maior precisão às estatísticas que mudamos o critério. O critério agora é quando o dinheiro sai efetivamente da conta única do Tesouro Nacional. Então, foi um aperfeiçoamento e não uma maquiagem.

Vou tentar ser breve. Com relação ao que disse o Deputado Virgílio Guimarães, quanto à questão do dia 28 de dezembro, parece que ainda restou alguma dúvida. Terei prazer em tentar esclarecê-la. Não tenho o valor das ordens bancárias deste dia precisamente. Vou tentar obtê-las e enviar posteriormente a V.Exa.

Em relação aos projetos de lei dos créditos orçamentários do final do ano, se o Presidente estiver de acordo, o Secretário de Orçamento Federal poderá dar alguns esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra ao Dr. Paulo Rubens Fontenelle Albuquerque para concluir a resposta ao Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. PAULO RUBENS FONTENELLE ALBUQUERQUE – Muito obrigado.

Deputado Virgílio Guimarães, o Congresso Nacional não aprovou – se não me engano – aqueles 32 créditos. Naturalmente não houve autorização. Mas V.Exa. se recorda que parte das disponibilidades que seriam direcionadas para esses créditos foi direcionada para descontingenciamentos no final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência concederá a palavra ao Deputado Sérgio Miranda para sua réplica, solicitando aos Deputados que respeitem o tempo regimental de três minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Vou me ater fundamentalmente a obter informações. Sei que o Dr. Fábio Barbosa tem sido sempre muito ágil no fornecimento dessas informações.

Dentro das disponibilidades financeiras no fim do exercício de 2001, quero saber quais são as de origem financeira, quais as de origem não-financeira. Quais os recursos livres e quais os recursos vinculados. Gostaria que S.Sa. fizesse uma descrição das disponibilidades por fontes e, mais ainda, por fundos. Por exemplo: Fonte nº 129 – recursos de concessão, mas parte deles está vinculada ao FUST. Além dos fundos, pelas demais receitas diretamente arrecadadas. Também há o FUNDAF, o FUNTEL e outros.

Nobre Secretário, V.Exa. disse que pode dar esta informação posteriormente: qual o montante das ordens bancárias que efetivamente estão entrando no ano de 2002 e foram emitidas após o dia 28?

Quanto ao decreto, espero – e seria atitude efetivamente responsável – que não se deixem restos a pagar, um montante expressivo, para o futuro Governo. V.Exa. argumenta que há um plano sobre o assunto.Os recursos financeiros expressos no decreto são superiores apenas em 1,5 bilhão aos recursos orçamentários. Considero que nesse valor estão incluídos os restos a pagar liquidados.

Então, vou aguardar com ansiedade as suas informações e acompanharei o cumprimento dos compromissos, da promessa de liberar verbas para Deputado, para garantir a votação aqui, já que V.Exa. disse que há disponibilidade de recursos.

O problema das estatais, nobre Secretário, é que o superávit alcançado, como vem sendo feito constantemente, não implica objetivamente abatimento de dívida. Implica entesouramento de títulos públicos.

Não tenho o relatório de dezembro, mas, se não me engano, já devem estar nas contas das estatais 25 bilhões em títulos públicos federais. Isso, num país que está com sua infra-estrutura em frangalhos, representa custo muito grande.

Vou citar como exemplo o problema de Estados e Municípios. O Governo enviou para o Congresso – e aqui há vários Deputados preocupados com o pacto federativo –, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, proposta sobre os níveis de endividamento, a fim de o Senado discuti-la. Veio uma proposta única, envolvendo União, Estados e Municípios. Depois, aqui, foi dividida: União, uma proposta; Estados e Municípios, outra. Foi aprovada a de Estados e Municípios no fim do ano passado, que são as Resoluções nºs 43 e 40. E a da União? Quando será aprovada? Sabe quando? Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para concluir, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Assim como o PL que tramita para cumprir a obrigação constitucional de definir limite de dívida para a União nunca será aprovado. Está aí guardado. Por quê? Porque a concepção – e isso está escrito numa resposta a requerimento de informação feito pelo Deputado Fernando Coruja – é a de que não pode haver limites para a execução da política monetária e cambial. Não pode haver limites para conter os gastos do Banco Central, por exemplo, para gerir a política monetária e cambial. Então, é por isso que o Banco Central sai da esfera da União. Se for aprovado esse conceito no Senado, no outro dia entro, no Supremo Tribunal Federal, com ação judicial contra a aberração de retirar o Banco Central da esfera da União, argüindo a inconstitucionalidade dessa resolução.

Eram essas as informações que gostaria de obter, sempre agradecendo a V.Exa. a postura cordial no trato dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Secretário, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não seria o caso de eu fazer a tréplica, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Prefiro que o convidado responda a cada um, para que possamos dimensionar melhor o tempo, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Pois não.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Deputado. Bom, vamos providenciar rapidamente os dados sobre as disponibilidades financeiras, os valores das ordens bancárias, lembrando que o balanço geral da União incorpora as despesas pelo critério de despesas liquidadas. Então, elas vão incorporar as despesas de competência de 2001 da mesma forma.

Trata-se exatamente da segregação do conceito de empenho e liquidação do pagamento efetivo, indicador do desempenho fiscal. Mas do ponto de vista formal e do balanço da União, as despesas de competência de 2002 estarão lá como valor liquidado.

Com relação ao decreto, o número é 1 bilhão e 750 milhões e não 1 bilhão e 500 milhões, como V.Exa. mencionou. A metade, excluindo o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que tem tratamento específico, equivale ao valor de acréscimo dos restos a pagar de 2001 para o início de 2002.

Como já disse, o nosso objetivo é trabalhar para eliminar essa variação. V.Exa. pode ter certeza de que vamos cumprir plenamente a Lei de Responsabilidade Fiscal, com recursos necessários à satisfação de cada uma das obrigações, por fonte.

Com relação às empresas estatais, na prática, o desempenho delas têm ajudado a aliviar a pressão sobre o Orçamento do Governo Federal, ou seja, têm tido participação importante nesse resultado que alcançamos e, repito, sem prejuízo dos investimentos necessários.

Pediria novamente ao Deputado Sérgio Miranda paciência, pois enviarei posteriormente dado atualizado sobre o nível de investimentos das empresas.

Quanto à resolução da União, eu tenho a impressão de que ela foi enviada em separado para o Senado Federal: uma resolução para o União, outra para Estados e outra para Municípios, agregando-se tudo depois. Mas não sei exatamente como foi o trâmite. Mandamos também, em agosto de 2000, conforme previa a Lei de Responsabilidade Fiscal, projeto de lei estabelecendo os limites da dívida mobiliária.

Em relação ao Banco Central, Deputado, não seria essa resolução ou esse projeto de lei o meio mais apropriado, dado o nível da carteira de que dispõe a instituição, da ordem de 190 bilhões de reais em títulos públicos, em plena capacidade de operação e já contemplado. Não sei o que está acontecendo com relação à sua tramitação. É verdade que, no ano passado, foi feito grande esforço de saneamento dos bancos públicos federais, inclusive da Caixa Econômica Federal – estávamos antecipando esses eventos, esta Casa sabe –, o que significou a emissão de títulos para sanear e capitalizar a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e para comprar alguns ativos do Banco do Brasil. Essa operação não estava prevista. Mas a concepção de limites para alteração da política monetária e cambial, dada a capacidade do Banco Central na sua carteira, não é um problema. Eu, sim, tenho essa visão. Não sei se é a visão do Governo, mas, por outro lado, os agentes econômicos não podem perceber o Banco Central amarrado, incapaz de agir, quando necessário – como fizemos num passado recente –, para lidar com situações adversas. Isso cria a aposta natural contra a política do Banco Central, contra a política econômica, gerando inflação ou estagnação. Assim sendo, é necessário que o Banco Central tenha plena capacidade operacional, embora não sejam a resolução nem o decreto que o limitam nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Para a réplica, concedo a palavra ao nobre Deputado Virgílio Guimarães, por três minutos.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Secretário, peço apenas um pequeno esclarecimento. O Decreto de Contingenciamento nº 4.120 se refere a ordens bancárias emitidas e não efetuadas. Não sei de cor a sua data, mas me parece ser dia 8 de fevereiro, se não me engano, sexta-feira de carnaval.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – O dia 28 de dezembro foi...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não. O Decreto de Contingenciamento.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – Foi sexta-feira, dia 8 de fevereiro.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Foi sexta-feira de carnaval. O dia 31 de dezembro caiu numa segunda-feira.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – Foi feriado bancário.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Mas as compensações bancárias foram feitas. O Governo estava, justamente, os ajustes aos quais o Secretário Paulo Fontenele se referiu. No dia 31 se trabalhou e muito nos Ministérios.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – Nós trabalhamos, e os bancos também trabalharam, mas fechados ao público.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Pois é. O que estranho é isso: o que seriam essas ordens bancárias já emitidas e não efetuadas que estariam sujeitas a limites. Francamente, essa questão é muito nebulosa. A explicação dada por V.Exa. não esclarece porque que no dia 8 havia ainda esse tipo de pendência para ser incluída no limite do decreto. Isso eu não entendi. Há algo que meus conhecimentos sobre operações bancárias não alcançam?

O fato me pareceu extremamente esquisito. Era uma espécie de empenho, de estado de espírito que vigorou até o dia 8, para que depois ficasse sujeito a limites de execução algo que já tinha sido objeto de ordem bancária? Esse é um lado da explicação. A outra se refere, exatamente, aos resultados apresentados por V.Exa. O que aconteceu em termos de apuração de resultados? Sem querer praticar qualquer tipo de agressão, pergunto se não teria sido mascarado o resultado, mesmo involuntariamente. Daí minha insistência no esclarecimento de situação que me causou estranheza. Ou seja, foi só uma compensação bancária, no dia 8 de fevereiro, de algo que foi emitido no dia 28 de dezembro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Fábio de Oliveira.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – Deputado Virgílio Guimarães, serei bem objetivo: não houve maquiagem; não houve alteração do resultado. V.Exa. deve recordar que a Lei Orçamentária foi sancionada na primeira semana de janeiro; logo em seguida foi editado decreto normatizando-a, enquanto preparávamos o Decreto nº 4.120, estabelecendo os limites para o mês de janeiro, um critério de duodécimos de custeio, de acordo com o projeto de lei enviado.

Tendo em vista o critério de pagamento efetivo para a apuração do gasto ou dos limites a serem concedidos ao Ministério, fizemos o decreto. Ora, as ordens bancárias emitidas no dia 28 de dezembro de 2001 só seriam liquidadas durante o exercício de 2002, pela defasagem que comentei com V.Exa. Não havia a hipótese de uma ordem bancária emitida da conta única do Tesouro Nacional a favor de terceiros, fora das contas da União, ter sido compensada; ela só seria transferida no dia 2. Portanto, afetou o limite de gasto efetivo de 2002.

Conforme estabelece o decreto, para efeito de apuração da meta fiscal, se a ordem bancária emitida no dia 28 de dezembro só será compensada no dia 2 de janeiro de 2002, está incluída no limite de execução deste ano. Foi o que aconteceu. A ordem bancária do dia 28 já estava liquidada, já podia estar efetivamente paga. Repito: para efeito de apuração do resultado que a LDO determina, temos de conciliar os conceitos, só isso. Mas não houve maquiagem, alteração; o resultado é esse mesmo. E, se V.Exa. tiver interesse, posso verificar quantas ordens bancárias foram emitidas no dia 28 de dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, Sr. Secretário, vemos com a alegria mais um quadrimestre de cumprimento das metas fiscais. Há anos que o Governo vem cumprindo as metas estabelecidas por nós aqui, quando votamos a LDO e o Orçamento da União.

Seria previsível que, neste ano, o Secretário do Tesouro Nacional aqui estivesse justificando, em virtude da crise argentina e dos atentados terroristas de 11 de setembro, o não-cumprimento das metas fiscais pelo Governo. Felizmente, mesmo com esses percalços extremamente graves que afetaram de forma muito decisiva a nossa economia, conseguimos mais um resultado positivo no cumprimento das metas fiscais.

Esse é o ponto que gostaria de destacar. Na verdade, tratamos da questão política e vale ressaltar as sucessivas oportunidades em que o Governo estabelece metas e consegue cumpri-las. Vale destacar também o bom senso da Comissão Mista de Orçamento que seguidamente reavalia as receitas enviadas pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei, no mês de agosto. E nós votamos o Orçamento em dezembro. Portanto, durante esse período podemos ter noção mais clara do comportamento da economia. E anualmente se confirmam as receitas que o Congresso acresce ao Orçamento da União.

Isso é bom porque mostra a capacidade do Governo de estabelecer metas, de acordo com a previsão dos acontecimentos, especialmente de acordo com os paradigmas do Orçamento: o câmbio, o crescimento econômico e a inflação.

Podemos comemorar mais esse cumprimento das metas porque, dadas as dificuldades enormes

que enfrentamos no ano passado. Este, efetivamente, é um momento de alegria e de recompensa.

Observamos que o Governo procura estabelecer um superávit primário capaz de manter a relação dívida/PIB estável. E temos conseguido cumprir os superávits primários. A expectativa de crescimento do PIB foi frustrada no ano passado. Lamentavelmente, foi menor do que a expectativa do início do ano, que era muito positiva. Mesmo assim, conseguimos manter essa relação de forma adequada.

Portanto, estamos aqui falando de 29,6 bilhões de reais, o resultado primário do Governo, sobre meta estabelecida de 29,4 milhões de reais. Assim, praticamente acertamos na mosca a previsão. Evidentemente, o Governo também restringiu seus gastos para que a meta fosse cumprida.

Quanto à arrecadação, previámos 23,3 bilhões de reais para o Orçamento Fiscal da União e realizamos 22 bilhões de reais. Em compensação, no que se refere às empresas estatais, estavam previstos 6 bilhões de reais de superávit, e conseguimos 7,6 bilhões de reais.

Acredito que o decreto de contingenciamento estabelecido pelo Governo confirma as alterações feitas por esta Comissão, tanto na CIDE quanto no acordo dos fundos de pensão. Novamente, isso demonstra o acerto da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no que se refere a suas previsões. Lamentavelmente, algumas despesas e receitas previstas no próprio PL não se confirmaram ou foram confirmadas a mais, ou seja, as receitas e as despesas não coincidiram, o que criou essa diferença.

Farei apenas um registro da situação. Temos limites orçamentários, em 2002, da ordem de 48 bilhões e 600 milhões de reais, e limites financeiros de 50 bilhões e 394 milhões de reais. Portanto, temos cerca de 2 bilhões de reais de folga entre os valores orçamentários e financeiros. Por outro lado, temos 12 bilhões de reais em restos a pagar. Portanto, na prática, estamos com 10 bilhões de reais a menos entre o orçamentário e o financeiro. Essa é uma questão que precisa ser corrigida, pois temos de fechar este exercício, o último ano de mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sem restos a pagar. Isso será necessário para que possamos entregar os dois mandatos da forma mais adequada o possível.

Não tenho perguntas a fazer. Registro apenas minha alegria de ver o cumprimento das metas, apesar das enormes dificuldades que tivemos durante o ano de 2001.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra o nobre Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, Sras. e Deputados, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, Dr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, o quadro apresentado mostra, provavelmente, uma das maiores vitórias dos anos de Governo Fernando Henrique Cardoso.

Em algumas áreas alcançamos posição razoável, em outras áreas, no meu entendimento, as coisas não marcharam como deveriam. Mas não posso deixar de reconhecer que, na gestão financeira, o trabalho realizado pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento deu a este período de governo e ao País equilíbrio e tranqüilidade.

É claro que temos muitas questões a discutir no âmbito macroeconômico, da política monetária e cambial. Existem muitas questões a serem levantadas, mas é indiscutível que, na gestão financeira, o trabalho feito pelos dois Ministérios citados deu muita tranqüilidade ao País. E isso foi muito importante para que conseguíssemos garantir a estabilidade da moeda e estabelecer patamar consolidado para o desenvolvimento econômico.

Creio que vamos chegar ao final do ano dando plenas condições de funcionamento ao próximo Governo, o que não temos visto acontecer em outros países da América Latina. Temos agora o exemplo de nosso país vizinho, a Argentina. Teremos plenas condições de dar um salto no desenvolvimento econômico.

Quero ressaltar alguns aspectos da exposição dos convidados. Antes, vou fazer uma solicitação ao Presidente da Comissão. Seria muito importante que, antes de serem apresentados a esta Casa, os relatórios fossem entregues, talvez, com 24 horas de antecedência, para que possamos analisá-los e não apenas ouvir a leitura dos mesmos. É muito difícil, numa audiência pública apenas, tirar as conclusões adequadas. Os números são lidos muito rapidamente, e nos perdemos.

O documento que temos em mãos mostra tendência sempre preocupante em toda a execução orçamentária: o crescimento das despesas de pessoal e o decréscimo das despesas correntes, as despesas de capital.

Evidentemente, temos que destacar, a exemplo do que fez o Deputado Ricardo Barros, o resultado primário global, de acordo com as metas fiscais. Mas se formos analisar as parcelas, vamos verificar que se deram em virtude, evidentemente, da ação do Ministério, que foi liberando ou não recursos conforme os

acontecimentos durante o ano. Uma série de transferências, de liberações, de despesas é absolutamente fixa, não é possível movimentá-las além daquilo que a lei determina.

Na área de pessoal e de encargos, por exemplo, havia previsão de 60.7 bilhões; no entanto, foram gastos 64.9 bilhões. Como se resolve essa questão? Evidentemente, com as despesas correntes de capital, principalmente as discricionárias. Em vez da previsão de 52.2 bilhões do Poder Executivo, gastam-se 48 bilhões. Os quatro bilhões a mais lá vão vir a menos aqui. É uma sintonia do Tesouro Nacional. Assim é feito porque é necessário o equilíbrio, é necessária a gestão equilibrada.

Sem dúvida, ela tem conseqüências nas despesas que nós fazemos ou que pretendemos fazer, sempre importantes. E, quando afetam as despesas discricionárias, são, em geral, investimentos. Investimentos representam emprego. A simples afirmativa de que nós estamos fazendo investimentos sociais, a ênfase da campanha eleitoral e divulgada publicamente, parece-me, não satisfaz, porque a despesa discricionária, de investimento, é tão importante quanto a chamada despesa social. Ela é social também. Ou será que criação de empregos não diz respeito à área social? Há algo mais social do que criação de empregos?

Evidentemente, o resultado final é o do cumprimento das metas. Não há o que discutir em relação a isso.

Quero também cumprimentar os Ministros pela transparência com que têm atuado por meio dos sistemas criados. O SIAFI, por exemplo, é fantástico! Às vezes, é mal utilizado.

Li, hoje, matéria interessante e curiosa. O jornal Folha de S.Paulo, há poucos dias, divulgou as despesas do Ministério da Saúde no combate ao mosquito da dengue. O Deputado Dr. Rosinha – se não me engano, membro desta Comissão – extraiu um valor do SIAFI, e o jornal, de forma leviana, fez estardalhaço, dizendo que os gastos com o combate ao mosquito tinha sido muito menor no ano 2001 do que no ano 2000. Hoje, lê-se a resposta do Ministério da Saúde. E o jornal confirma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, conclua, por favor. V.Exa. já ultrapassou o seu tempo em seis minutos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Estou apenas tentando equilibrar o tempo do Deputado Sérgio Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Mas foi dado tempo idêntico ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Não vou usar o tempo seguinte. O jornal, no fim da página, reconhece que errou; alegou que o Deputado, utilizando mal o SIAFI, não sabia que existiam outras rubricas com verbas destinadas ao combate ao mosquito da dengue, o que somava valor muito maior do que o despendido em 2001. Claro que o uso político e de forma pouco criteriosa do citado sistema de administração financeira tem levado a esse tipo de conclusão.

Aos Secretários quero fazer a seguinte pergunta: no ano passado, recebemos vários pedidos de suplementação. Algumas delas foram feitas utilizando-se recursos do superávit financeiro. Esses projetos não foram votados. Como serão utilizados os recursos do superávit financeiro? Aonde foram parar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, V.Exa., que foi presidente extremamente rigoroso desta Comissão, deveria colaborar conosco.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Terminei, Sr. Presidente. V.Exa está sendo mais rigoroso comigo do que foi com o Deputado Sérgio Miranda, mas deve ter as suas razões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O tempo de V.Exa. foi maior do que o do nobre Deputado Sérgio Miranda. Esta Presidência está controlando pelo relógio.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – S.Exa. tem ciúme de mim.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sempre tive. Tenho ciúme da inteligência de V.Exa. e da compreensão que o Presidente dispensa ao nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – É acentuado e conhecido esse ciúme, nobre Deputado Sérgio Miranda.

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, esclareço uma dúvida suscitada pelo nobre Deputado Alberto Goldman. O Governo entregou os relatórios dentro do prazo determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, somente hoje pela manhã a Presidência do Congresso Nacional fez a leitura e encaminhou a esta Comissão. Houve uma falha, mas não da Secretaria desta Comissão.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Sr. Fábio de Oliveira Barbosa, Sr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, prezados Deputados, na última vez em que aqui esteve, Sr. Secretário do Tesouro Nacional, V.Exa. disse que a não-liberação dos recursos forçava o superávit financeiro. Naquele momento, disse que tinha distribuído, aproximadamente, 5 bilhões de reais pelos Ministérios, cuja dificuldade era fazer os recursos chegarem à ponta.

Tive oportunidade de ir a um Ministério checar a informação. E V.Exa. tinha razão. O Ministério repassa recursos para a Caixa Econômica, que não executa os programas, na ponta. Enfim, o dinheiro estava sendo liberado, mas os Ministérios eram incompetentes na sua utilização. Logicamente, V.Exa. não disse isso; eu só traduzi. V.Exa. disse que os órgãos da ponta são incompetentes na aplicação do dinheiro. E é verdade. Quem está dizendo que são incompetentes, agora, sou eu. Mas fiz questão de checar antes.

O que mais me preocupa agora é o seguinte: o art. 2º do decreto de 12 de dezembro diz:

Art. 2º. As despesas inscritas em Restos a Pagar em 2001, assim como em exercícios anteriores, e não liquidadas até 31 de março de 2002 serão integralmente anuladas naquela data.

Ou seja, em 31 de março, os restos a pagar que não foram utilizados serão anulados, a não ser que alguém reclame esse direito.

Sou testemunha de obras concluídas, já vistoriadas pela Caixa ou por órgão competente e não pagas. As Prefeituras alegam que não têm o recurso financeiro. Fui cobrar do Ministério, pensando tratar-se do caso de haver dinheiro e não ser utilizado. Dessa vez, entretanto, ele não tem disponibilidade financeira, ou seja, o Tesouro ainda não liberou recursos para que resgatem esses restos a pagar. O Brasil todo está reclamando por obras contratadas no ano anterior, já concluídas e ainda não pagas.

Houve superávit primário de aproximadamente 5 bilhões em janeiro, ou seja, pouco maior do que a média mensal que deveria ser atingida. Então, o Tesouro está equilibrado em termos fiscais. Aliás, o superávit financeiro está além do necessário para cumprir a meta fiscal.

Se o Governo tem dinheiro, deve liberá-lo, porque não haverá recursos para saldar os restos a pagar. O Governo, unilateralmente, decide que, se não pagar até 31 de março, caracteriza-se o calote. É isso que está no decreto, que é horrível. Quem contratou com a União, fez a obra e não recebeu até 31 de março, não recebe mais, Sr. Presidente. É o que diz o decreto.

A pergunta é esta: o Tesouro tem condições de liberar os recursos, para que sejam resgatados os compromissos assumidos, até 31 de março? Caso contrário, muita gente vai falir.

Há mais uma questão séria que temos de discutir. Quem é o incompetente nessa história? V.Exa. já afirmou que não é o Tesouro, e eu até concordo, porque existia o dinheiro.

Hoje eu percorri um trecho da Rodovia Belém-Brasília, entre Conceição do Araguaia e Palmas. Sr. Presidente, V.Exa. não calcula a vergonha que é transitar numa rodovia como aquela. Filas de caminhão fazendo ziguezague a dez ou vinte quilômetros por hora para desviar de buracos. Há um atropelo vergonhoso numa extensão de 80 quilômetros. Logicamente, isso continua para o Norte e para o Sul.

Enquanto isso, o Governo tem superávit financeiro de 49,5 bilhões, em 2000, e de 85 bilhões, em 2001. Ou seja, há dinheiro em caixa, além do superávit primário, mas não são executadas obras que atenderiam à demanda nacional. Por exemplo: o escoamento de produtos e bens, para prestação de serviços Brasil afora. Não vou discutir aqui a escassez de dinheiro para o combate à dengue e à malária. São 800 casos por mês só no Município de Santana do Araguaia, no sul do Pará. Por incompetência, os órgãos não aplicam o dinheiro, embora o Brasil passe por tantas necessidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o último orador inscrito, Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Fábio de Oliveira Barbosa, Sr. Paulo Rubens Fontenele Albuquerque, quero apenas fazer breve comentário a respeito do superávit primário e das empresas estatais.

Várias perguntas foram feitas pelos Deputados Sérgio Miranda e Virgílio Guimarães. E, apesar da gentileza com que o eminente Secretário responde, constatamos que a maioria das perguntas fica sem resposta. Ficamos sem saber por que o Governo toma determinado posicionamento. Muitas questões são difíceis de responder. A Lei de Responsabilidade Fiscal, por exemplo, só vale para Estados e Municípios. Não vale para a União. Votei contra a lei exatamente porque, apesar de ter boa intenção, acabaria tendo esse encaminhamento. Ela serve, na verdade, para garantir o pagamento de dívidas e juros.

Verificamos que mais de 7 bilhões do superávit primário tiveram origem nas empresas estatais. Se não me engano, a previsão era de 1,24 bilhão. Essa é uma questão absolutamente grave, porque o superávit primário, a meu ver, serve apenas para garantir as contas do Governo. São os preços públicos que sofrerão um aumento. A partir da semana que vem, por exemplo, os brasileiros vão pagar um percentual maior na conta de luz, embora o sistema energético esteja se deteriorando. Onde vão parar esses recursos? Eles têm necessariamente de ser aplicados em investimentos, mas estão sendo aplicados em títulos do Governo.

Então, a pergunta é a seguinte. Nesse caso específico, o Governo não estaria utilizando uma artimanha para contabilmente ter esse superávit primário, apesar de saber que esses recursos terão de ser investidos em breve? Precisamos investir, não há outro destino para esses recursos.

O endividamento das estatais está negativo. O que V.Exas. acham que vai acontecer com os recursos públicos das estatais? O Governo está criando uma maneira artificial de ter um superávit primário. Nesse caso específico, ele não vai servir, porque toda a finalidade do superávit primário é, em tese, abater a dívida pública, que tem aumentado numa escalada monstruosa. Chegamos nesse final de ano a quase 700 bilhões. Está anunciado hoje nos jornais de circulação nacional que ela chega a 55,4% do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Secretário Fábio de Oliveira Barbosa.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço o registro feito pelo Deputado Ricardo Barros.

Com relação ao que disse o Deputado Alberto Goldman sobre o crescimento da despesa com pessoal, esclareço que o gasto com pessoal está muito acima do que foi inicialmente estimado pela medida que reestruturou a carreira dos militares e o pagamento pelo Judiciário e pelo Legislativo do ônus de 98%. Só esse elemento foi objeto até de um crédito no final do ano para fazer o pagamento.

Peço que o Sr. Paulo Rubens Fontenelle de Albuquerque fale um pouco sobre o superávit financeiro.

O SR. PAULO RUBENS FONTENELLE DE ALBUQUERQUE – Estamos orientando cada Ministério que, uma vez remanesça a necessidade daquelas despesas que estavam incluídas naqueles créditos, eles executem essas despesas à conta do Orçamento de 2002. Não havendo rubrica orçamentária correspondente, deve encaminhar novos créditos, suplementares ou especiais, à conta daquelas despesas que não foram executadas em função da não aprovação daqueles créditos. É isso que estamos recomendando.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – Com relação ao que mencionou o Deputado Giovanni Queiroz, fico feliz pelo seu reconhecimento do erro de avaliação quando estive aqui na última vez. Naquela ocasião, os valores eram de 5 bilhões e 800 milhões. No dia seguinte, mandei essas informações para esta Comissão.

O Ministro Pedro Malan e eu demos uma entrevista coletiva para explicar essas informações, e esse número ficou próximo a 5,8 bilhões, 6 bilhões, 6,5 bilhões até o início de dezembro. E, no mês de dezembro, tivemos a execução do componente de custeio e investimento no agregado de quase 9 bilhões de reais, reduzindo bastante esse valor, sem contudo eliminar exatamente aí o acréscimo de restos a pagar acontecidos.

Afirmar que o decreto propõe o calote unilateral, lamento dizer, é de novo improcedente. V.Exa. leu o decreto, mas não o leu em toda a sua extensão. O Sr. Paulo Rubens Fontenelle Albuquerque explicará agora a questão do empenho, da liqüidação e do pagamento e como eles ficam de acordo com o decreto de restos a pagar.

O SR. PAULO RUBENS FONTENELLE ALBUQUERQUE – O decreto determina que serão anulados os empenhos correspondentes aos restos a pagar não liquidados até 31 de março de 2002. Portanto, aqueles que foram liquidados, ou seja, teve a dívida reconhecida, serão honrados. Logo, não há a menor possibilidade de calote, uma vez que isso até configuraria enriquecimento ilícito da administração pública. Portanto, aqueles que forem efetivamente liquidados, no conceito da 4.320, ou seja, haja uma contraprestação de bens ou de serviço, a dívida está atestada, reconhecida e, com toda certeza, será paga.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – No mês de janeiro foram gastos 4 bilhões e 800 milhões nesse universo de custeio e investimento, que é praticamente mais do que o duodécimo do chamado OCK. Ou seja, houve uma intensa execução de despesa durante o mês de janeiro. Estamos cumprindo integralmente o decreto da programação financeiro. Não há registro de ordem das propostas de programação financeira que não tenham sido liberadas em linha

com o decreto. Ou seja, tudo que chegou ao Tesouro solicitando recursos e estava de acordo com o decreto em termos do limite estabelecido pelo Presidente da República, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias, está sendo cumprindo. Não há registro, portanto, de recusa de PPF.

Corrija-me se estiver enganado. Todos os recursos do mês de fevereiro foram liberados até o início desta semana. Então, não há retenção de recursos. Estamos cumprindo o decreto e iremos cumpri-lo integralmente. Não sei o que está acontecendo na ponta, mas o decreto será cumprido, e o gestor terá de escolher entre restos a pagar e despesas da competência do Orçamento de 2002, quando tiver um montante mais elevado de resto a pagar em relação ao ano passado. V.Exa. pode observar nos anexos que todas as propostas de programação financeira consistentes com o decreto foram liberadas. Não há retenção.

Com relação aos 85 bilhões, Deputado, é como emitir dinheiro sem observarmos o limite da programação fiscal. Se gastarmos 85 bilhões, como V.Exa. está propondo, teremos um déficit do mesmo montante. Vamos cumprir a ordem que o Congresso nos deu de fazer um resultado primário este ano da ordem de 36 bilhões.

Além disso, Deputado, esses recursos servem também como elemento de segurança do Tesouro Nacional, do contribuinte, para lidar com as situações de mercado quando, por exemplo, os leilões da dívida pública encontrarem uma maior volatilidade. Não podemos estar na mão do mercado quando precisamos de recursos para nos financiar, porque temos compromissos a pagar não só da dívida mas outros também.

Então, é importante ter uma reserva, uma capacidade financeira de lidar com essa situação. E o gasto desses recursos seria extremamente danoso sob esse ponto de vista, além de inviabilizar completamente o cumprimento da meta fiscal, que, acredito, não seja o que o Deputado deseja.

Com relação às observações do Deputado Fernando Coruja, lamento discordar frontalmente da assertiva de que a Lei de Responsabilidade Fiscal só vale para os Municípios. O fato de aqui estarmos hoje é a clara demonstração de que ela vale também para o Governo Federal, pois estamos dando cumprimento a um dispositivo dessa lei.

Não sei se V.Exa. sabe, Deputado, mas também publicamos nosso relatório de gestão fiscal, assim como todos os Estados e Municípios. Fizemos a transferência das atividades de avaliação do controle de endividamento de Estados e Municípios para o Tesouro Nacional. Enfim, foi uma série de atos decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal que afetam a união.

Outro exemplo que eu mencionaria poderia ser o próprio Decreto de Programação Financeira, atendendo estritamente ao dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse decreto estabelece que esses limites são obrigatórios para a União, os Estados e os Municípios, não havendo discriminação.

Como eu já disse, com relação ao superávit primário das empresas estatais, o resultado obtido não foi feito às expensas de investimentos. Enviaremos as informações a esse respeito à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A PETROBRAS e a Itaipu têm receitas fortemente influenciadas pela noção da taxa de câmbio; no caso da PETROBRAS, pelo preço internacional do petróleo. Hoje ela é uma grande empresa internacional, crescendo muito e investindo como nunca graças às ações deste Governo.

Os números falam por si só. A melhor forma de esclarecer esse mal-entendido é exatamente o envio dessas informações a esta Comissão.

Com relação à dívida pública, tentei esclarecer anteriormente que esse aumento observado em janeiro decorre da política clara deste Governo no sentido de dar transparência às contas públicas, ao invés de fazer o gasto público e ocultá-lo da sociedade, do contribuinte, do Congresso Nacional, o que antes era usual. Reconhecemos aproximadamente 10% do PIB em dívidas constituídas e não pagas por Governos anteriores. A dívida cresceu em grande medida em função da postura de transparência e de respeito ao contribuinte e ao Congresso Nacional, que é a tônica deste Governo.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra para a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Concedo a palavra a V.Exa., para a réplica, por três minutos, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Dr. Paulo Fontenelle, gostaria de entender melhor o seguinte: liquidação se dá quando a obra é feita, prestam-se contas, restando somente o pagamento, certo? O senhor há de convir que, no final do ano, centenas de obras foram empenhadas pelo Brasil todo. Há o corre-corre dos últimos dias para empenhá-las. E algumas dessas obras, e até algumas aquisições de bens, como patrulhas agrícolas mecanizadas e mesmo a construção de estradas pelo INCRA – no caso

do sul do Pará –, não podem ser feitas no período em que ocorrem 150 a 200 mm de chuvas por mês na Região Norte.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Evidentemente, não estarão liquidadas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não estando liquidadas, não serão pagas. É esse o caso? Eles podem pedir prorrogação do prazo da obra? A obra empenhada, cujo convênio é feito no final do ano, ficou com o resto a pagar com prazo de seis meses para a construção daquela estrada. Logicamente, até março não haverá prazo para a conclusão, pois até o contrato tem seis meses de prazo. Essa questão deve ser observada.

Quero reafirmar que tenho certeza de que não é desejo do Tesouro Nacional nem do Governo que cada vez mais aumente o superávit financeiro. É natural que os senhores tenham esse colchão de liquidez, até para buscar certo controle sobre o mercado de títulos. Na verdade, essa reserva financeira estará sendo aumentada em detrimento de serviços básicos fundamentais para a estrutura do País. Já citei a Belém–Brasília, as universidades e a malária, que mata 800 pessoas por mês num Município do sul do Pará com 40 mil habitantes. Os recursos não são disponibilizados. Se o são, há incompetência do Ministro José Serra, que agora quer ser Presidente. Não consegue nem cuidar da malária naquele Município. Ou seja, alguma coisa está errada. Se tudo estivesse certo no Governo, o Brasil estaria uma maravilha. Está uma desgraça total.

Os jornais de hoje, como já falaram outros companheiros, apontam a maior dívida pública do Brasil percentual em relação ao PIB. Portanto, preocupa-me o cumprimento de restos a pagar de 1999 ainda. A Caixa Econômica Federal diz que não tem dinheiro para pagar e o INCRA diz que não tem o financeiro. Isso é sério. Quando o Governo vai pagar essa conta? Dizem que estão mandando o dinheiro, mas este não dá para pagar as contas assumidas pelo Governo. Não depende do Tesouro? O senhor já disse que não, e eu até quero concordar com V.Exa., porque, na verdade, quando visitamos os Ministérios vemos que o dinheiro ainda não foi aplicado nisso ou naquilo e o senhor o retém aqui para as outras ações que deveriam ser pagas.

A minha observação, Dr. Paulo e Dr. Fábio, é de que alguma coisa está errada e tem que ser concertada . Não podemos dizer que há dinheiro em caixa se o Brasil continua nessa miséria. Isso é o que não pode continuar. Há alguma coisa errada na gestão pública do Estado brasileiro. Se o problema não é do senhor, vamos ver onde é. O Congresso não pode ficar calado, observando tudo isso e dizendo amém. O senhores vêm aqui e justificam, mas as rodovias estão esburacadas, a malária continua matando, a dengue está aumentando e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado Fernando Coruja fará o uso da palavra por 3 minutos para a réplica.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Para cada pergunta, evidentemente sempre há uma resposta. O Deputado Giovanni Queiroz, quando faz uma abordagem macro, acena para o fato de que realmente alguma coisa está errada.

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, do ponto de vista formal, o Governo claramente a vem cumprindo. Mas, do ponto de vista material, percebemos que várias leis inclusive passaram pelo Congresso Nacional e deixaram alguns questionamentos. Por exemplo, as resoluções foram aprovadas para os Estados e Municípios, mas não para a União. Percebemos, então, que, de uma maneira ou outra, o Governo procura fugir da Lei de Responsabilidade Fiscal no tocante a alguns pontos, e isso pode criar uma camisa-de-força difícil de sair.

Quanto à dívida pública, reconhecemos que o Governo expôs muitos esqueletos que estavam aí. No entanto, ela vem aumentando fundamentalmente por causa da política econômica do Governo: taxas de juros... O Governo alongou a dívida e percebemos isso como algo positivo, mas há uma preocupação. A política econômica do Governo está produzindo uma dívida pública que não sabemos como se comportará daqui a pouco em relação ao outro Governo. Estamos vendo a Argentina. O próprio Presidente do Banco Central reconheceu que os planos da Argentina e do Brasil não são da mesma gravidade, mas são da mesma família.

Finalmente, o terceiro ponto. Na conta de luz que qualquer cidadão brasileiro hoje paga, pelas circunstâncias criadas, independentemente da empresa – no caso do combustível a PETROBRAS – ter outros rendimentos ou de estar investindo, crescendo, está embutido o superávit primário do Governo, que poderia ser menor se não precisasse ter um superávit desse tamanho. Logo, percebemos que, na prática, a conta de luz do cidadão, do pobre, serve na ponta da linha para aumentar o superávit primário, que serve para pagar a dívida pública e para financiar setores importantes do sistema financeiro. O pobre, quando paga essa conta de luz, na verdade está pagando, de uma forma indireta, o juro do sistema financeiro, do superávit primário, dos títulos, que de uma forma ou de outra estão embutidos. Isso não é possível! Não é possível transformar preço público

em tributo. Está-se transformando indiretamente preço público em tributo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Secretário, para responder, e na tréplica, os nobres Deputados Giovanni Queiroz e Fernando Coruja.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – Deputado, quanto à questão dos programas públicos, novamente sou obrigado a discordar. Avançou-se muito no próprio sistema de planejamento federal. Temos um PPA que é efetivamente instrumento de gestão e alocação de gasto público, mais um grande êxito desse Governo. O nível de gasto aumentou em todos os anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Não houve um ano sequer que o nível de gasto não tenha aumentado.

Agora, este ano, por exemplo, Deputado, estamos destinando, conforme determinado pelo Congresso Nacional, 5 bilhões e meio ao Fundo de Combate à Pobreza. No ano passado, gastamos 500 milhões. Estamos gastando este ano, com saúde, só da parte de custeio e capital, 22 bilhões de reais. Gastávamos 14 bilhões em 1999. Gastamos 520 milhões com programas na área de segurança do Ministério da Justiça. Gastamos 1 bilhão e 200 milhões no ano passado, e vamos gastar 1 bilhão e 400 este ano.

Outro dia houve comentários do Ministro dos Transportes em relação ao nível de investimentos previstos para este ano, que é muito superior ao dos anos anteriores. As coisas estão acontecendo, Deputado. Agora, é um País que tem grandes necessidades. O fato de ter necessidades não se pode utilizar como forma de não perceber os avanços realizados. Temos muito a avançar, mas já avançamos muito. Isso é nítido na estrutura do gasto público, na estrutura de aplicação dos recursos e na forma como apresentamos o Orçamento e gerenciamos o planejamento no âmbito federal.

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, volto a insistir. Apresentamos a proposta de resolução da União juntamente com a proposta de Estados e Municípios. Percebo que essa é uma preocupação grande da Comissão. Vamos conversar no Senado Federal, para atender essa preocupação.

Quanto à dívida pública, já comentei. Evidentemente, ela reflete o reconhecimento de esqueletos – diria quase 40% – e também o saneamento financeiro de Estados e Municípios que o contribuinte financiou, Deputado. Fizemos refinanciamento das dívidas de 25 Estados e 180 Municípios. Isso custou dinheiro. A preço de hoje custou 260 bilhões de reais. A dívida era de 60, mas só esse evento de Estados e Municípios corresponde a quatro vezes o estoque da dívida, que é sempre usado como referência. As pessoas esquecem-se de que do outro lado há um programa de saneamento das finanças estaduais, da recuperação da capacidade de investimento de Estados e Municípios. É preciso ver o que foi feito com esses recursos.

Uma parte desse crescimento é exatamente o que o Deputado Giovanni Queiroz estava mencionando: a disponibilidade financeira, para não ficarmos forçados a vender a qualquer preço e a qualquer custo nos leilões. Ou seja, 45 bilhões, se não me engano, desse crescimento da dívida não foi gasto. Extraiu-se recursos de outros programas de Governo. Ele simplesmente representou, conforme autorização do Congresso Nacional, uma captação líquida de recursos para fortalecer nossa posição financeira. Felizmente, temos uma posição muito confortável com relação a isso.

No que diz respeito às contas de luz, Deputado, elas embutem várias coisas, inclusive impostos estaduais – ICMS –, impostos municipais, os derivados de combustíveis. Como pudemos ver com muita clareza na discussão, envolve impostos de Estados e Municípios, além dos federais. O senhor pode fazer uma associação entre uma conta de luz que paga uma pessoa de baixa renda – em alguns casos inclusive não paga, há incentivos, etc. – com outros gastos. V.Exa. pode associar também com a escola pública, com o Sistema Único de Saúde, enfim qualquer associação que V.Exa. quiser fazer com gastos. O senhor fez com juros, mas não necessariamente essa correlação prevalece. Ela deveria prevalecer. Essa é a chamada falácia da composição. V.Exa. pegou um dado e disse: "Não, é esse dado aqui, é esse recurso aqui que financia aquela despesa." Ou, por exemplo, citou a redução do Imposto de Renda na Fonte, em função da correlação da tabela, e é um gasto. E não é esse pobre que V.Exa. mencionou que paga uma baixa conta de luz que está sendo beneficiado por isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – É por causa do superávit das estatais.

O SR. FÁBIO DE OLIVEIRA BARBOSA – Estou só fazendo menção que V.Exa. citou uma conta de luz do pequeno. Não é verdade. As estatais colaboram, sim, no esforço, inclusive para ampliar o espectro de ações do Governo Federal nos programas de Governo que não podem ser realizados às expensas das empresas estatais, que têm acionistas, inclusive trabalhadores, como no caso da PETROBRAS. Não podemos causar um prejuízo à PETROBRAS em função da necessidade de implementação de um progra-

ma público. Isso tem que ser feito no Orçamento Geral da União, com transparência, com a decisão soberana do Congresso Nacional em relação à alocação de recursos.

Isso acabou. É por isso que tínhamos esqueletos, é por isso que tínhamos uma conta petróleo de 5 bilhões e 800 milhões em 1988, para dar subsídio ao consumidor de gasolina, de diesel, de gás etc., o que não passou pelo crivo, pela aprovação do Congresso Nacional. Isso gerou, em 1988, 6 bilhões na dívida pública.

O que gerou a capitalização do Banco do Brasil em 1996 foram empréstimos concedidos que não tiveram seu retorno assegurado, porque representavam ações públicas. Não foram feitos via orçamentária. E nós o fizemos.

A série de benefícios, de aperfeiçoamentos que foram implementados por este Governo têm uma avaliação negativa, porque se olha simplesmente o indicador de dívida pública, esquecendo o que representa e o que era a situação anterior em relação a esse indicador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência agradece a presença ao Sr. Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, creio que faltou uma resposta à pergunta do Deputado Giovanni Queiroz ao Dr. Paulo Fontenelle sobre a questão da liquidação. Eu pelo menos não ouvi, a não ser que tenha sido no momento em que fui acender meu charuto lá fora. Acho que o Deputado Giovanni Queiroz fez um questionamento sobre algo que foi empenhado e não houve tempo de fazer a liquidação, porque ainda não foi concluída a licitação. Isso vai ser cancelado dia 31 de março?

O SR. PAULO RUBENS FONTENELLE ALBUQUERQUE – Sim, isso será cancelado. Aquilo que não for executado e, portanto, não for liquidado até 31 de março será anulado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Nada será executado, porque tudo foi empenhado no final de dezembro. Não será executado nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, esta Presidência já encerrou a reunião.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Pedi a palavra a V.Exa. para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – S.Sa. já forneceu o esclarecimento a V.Exa. anteriormente, nobre Deputado Alberto Goldman, e o renova agora.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Na vez anterior, não; agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Se V.Exa. foi acender um charuto lá fora, não temos culpa.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – V.Exa. me desculpe. Citei isso como uma ironia. V.Exa. sabe que não é isso. Estou aqui assistindo à exposição o tempo inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Já encerramos a reunião, os Srs. Secretários já responderam, houve réplica, houve tréplica. A reunião está encerrada.

A Presidência agradece o comparecimento ao Secretário do Tesouro Nacional, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, e ao Secretário do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Paulo Rubens Fontenelle Albuquerque. Agradecemos também a presença aos auxiliares dos nobres Secretários dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Comunicamos aos Srs. Parlamentares que às 18h será realizada a primeira reunião extraordinária desta Comissão.

Está encerrada a reunião.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Segunda Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada em 27 de fevereiro de 2002

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dois, às dez horas e trinta e um minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do seu titular, Senador CARLOS BEZERRA. A reunião foi convocada com o objetivo de receber o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, e o Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Pedro Malan, para prestarem esclarecimentos acerca do Decreto nº 4.120/2002 – Contingenciamento do Orçamento para 2002. Foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Grandão, João Leão,

João Magno, João Pizzolatti, Jonival Lucas Junior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Feijó, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães e Wilson Braga; – Deputados suplentes: Adolfo Marinho, Ariston Correia Andrade, Armando Abílio, Augusto Franco, Carlito Merss, Carlos Nader, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Fernando Coruja, Gastão Vieira, Gerson Gabrielli, João Tota, José Pimentel, Laura Carneiro, Nilo Coelho, Paulo Lessa, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Renildo Leal, Ricardo Barros, Silas Brasileiro, Tânia Soares e Telma de Souza; – Senadores titulares: Benício Sampaio, Carlos Bezerra, José Coelho, Nabor Junior e Tião Viana; – Senador suplente: Romeu Tuma. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares não-membros: Deputados Alexandre Santos, Ildefonço Cordeiro, Luiz Carlos Hauly e Marcelo Teixeira. ABERTURA: O Presidente declarou iniciada a reunião, convidando para comporem a mesa o Dr. Martus Tavares, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Dr. Pedro Malan, Ministro de Estado da Fazenda, o Deputado Sampaio Dória, Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002 e o Deputado Heráclito Fortes, Líder do Governo no Congresso Nacional. Continuando, esclareceu que, de acordo com o estabelecido no art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Senhores Ministros disporiam, cada um, de vinte minutos para fazer suas exposições, não podendo ser aparteados. Após as exposições do Dr. Martus Tavares e do Dr. Pedro Malan, o Deputado Sampaio Dória, na qualidade de Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2002, iniciou o debate, solicitando o registro em ata de que o Congresso Nacional não havia superestimado receitas durante a apreciação da Proposta Orçamentária para 2002. Após os questionamentos do Deputado Sampaio Dória, fez uso da palavra o Deputado Ricardo Barros, representante da Liderança do Governo na Comissão. Antes de prosseguir com o debate, o Presidente organizou a discussão de forma que se manifestassem três parlamentares em seqüência. Após as interpelações dos Parlamentares, os Ministros responderiam aos questionamentos do grupo. O Deputado Jorge Bittar, terceiro parlamentar inscrito, deu continuidade ao debate, finalizando o primeiro grupo de questionamentos. O Presidente, em seguida, enfatizou o cumprimento do prazo para uso da palavra. Conforme o estipulado no art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente pelo prazo de três minutos. O Presidente passou, novamente, a palavra ao Ministro Martus Tavares para responder às questões colocadas pelos Deputados Sampaio Dória, Ricardo Barros e Jorge Bittar. Às onze horas e cinqüenta e oito minutos, conforme o disposto no art 8º da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, assumiu a Presidência o 1º Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, solicitando aos palestrantes, particularmente ao Ministro Martus Tavares, que fossem mais breves nas respostas. Informou, ainda, que para cada grupo de três oradores concederia doze minutos aos palestrantes, sendo seis minutos para cada um. Às doze horas e quinze minutos, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, reassumiu a Presidência. Transferiu a palavra ao Ministro Pedro Malan, que acrescentou respostas às interpelações dos Deputados Sampaio Dória, Ricardo Barros e Jorge Bittar. Após as considerações do Ministro, os Deputados Jorge Bittar e Sampaio Dória proferiram réplicas. Dando continuidade aos questionamentos, o Presidente concedeu a palavra aos Deputados Fernando Coruja, Sérgio Miranda e Alberto Goldman. Após a manifestação dos três parlamentares, o Presidente passou a palavra ao Ministro Martus Tavares. Antes, porém, o Deputado Santos Filho levantou questão de ordem sobre o prazo para uso da palavra aos palestrantes nas repostas às interpelações de cada grupo de três Parlamentares. Às treze horas e quatro minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, assumiu a condição de Presidente em exercício, concedendo ao Ministro Martus Tavares o uso da palavra para finalizar as respostas aos questionamentos dos Deputados Fernando Coruja, Sérgio Miranda e Alberto Goldman. Às treze horas e treze minutos o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, reassumiu a Presidência. Em seguida, transferiu a palavra ao Ministro Pedro Malan, que respondeu às interpelações dos Deputados Fernando Coruja, Sérgio Miranda e Alberto Goldman. Após as respostas do Ministro, o Deputado Sérgio Miranda proferiu réplica. O Presidente deu continuidade ao debate concedendo a palavra ao Deputado Osvaldo Coêlho. Sucederam-no, no uso da palavra, os Deputados Giovanni Queiroz e Arnon Bezerra. Após a manifestação dos três parlamentares, o Presidente passou a palavra ao Ministro Pedro Malan, que respondeu às interpelações. Em seguida, o Ministro Martus Tavares acrescentou esclarecimentos adicionais. Após as respostas dos Ministros, o De-

putado Giovanni Queiroz proferiu réplica. Dando prosseguimento à discussão, o Presidente ressaltou o tempo excessivo utilizado pelos debatedores, informando que estavam sendo utilizados cerca de quarenta minutos por grupo. Em seguida, fizeram uso da palavra os seguintes Deputados: Virgílio Guimarães, Gilmar Machado, Nilo Coelho, Anivaldo Vale, Adolfo Marinho e Laura Carneiro. Às quatorze horas e quarenta e dois minutos, assumiu a Presidência o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, concedendo o uso da palavra aos Deputados Luiz Carlos Hauly, Lúcia Vânia e Domiciano Cabral. Os Ministros Martus Tavares e Pedro Malan prestaram esclarecimentos finais acerca dos questionamentos do último grupo de parlamentares. ENCERRAMENTO: Ao agradecer a presença dos Ministros, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, na condição de Presidente em exercício, encerrou a reunião, às quinze horas e vinte e nove minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Carlos Bezerra**. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro aberta a reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o Exmo. Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, para prestarem esclarecimentos acerca da execução orçamentária de 2002.

Convido os ilustres Ministros a tomarem assento à mesa.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no § 2º do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os palestrantes disporão de vinte minutos para suas exposições, não podendo ser aparteados.

Conforme o estipulado no § 5º do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar os expositores poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição e pelo prazo de três minutos, tendo os interpelados igual tempo para responder, facultadas réplicas e tréplicas pelo mesmo prazo.

Com a palavra o Ministro Martus Tavares.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES – Sr. Presidente, Sr. Líder do Governo no Congresso Nacional, Srs. Líderes presentes, Parlamentares, senhoras e senhores, é um prazer mais uma vez comparecer à Comissão Mista de Orçamento para debater com os Srs. Parlamentares o que considero um dos assuntos mais importantes para a solidificação da democracia: o uso dos recursos arrecadados pelo Governo e sua respectiva destinação.

O que se faz anualmente no Congresso Nacional é um exercício de fortalecimento das instituições e da democracia. Trata-se de projeto de lei orçamentária nem sempre compreendido, em toda sua extensão, até mesmo no próprio Congresso, no Executivo, na sociedade em geral. Na realidade, é assunto muito sério e importante, porque diz respeito às ações e aos compromissos do Governo, do Congresso Nacional e das Casas Legislativas, em qualquer nível de Governo, com a sociedade que os elegeu. Então, considero minha vinda a esta Casa, acompanhado desta vez do Ministro Malan, mais uma oportunidade para que realizemos debate de alto nível sobre projeto tão importante como este.

Tomado por essa consciência, farei algumas observações a respeito do projeto de lei orçamentária anual, aprovado pelo Congresso Nacional e em execução. Já fiz isso em outras oportunidades, mas chamo mais uma vez a atenção de todos, em particular da imprensa – que sempre acompanha essa importante matéria durante a sua tramitação, execução e nas nossas vindas à Comissão –, para os avanços institucionais que ocorreram ao longo dos últimos anos no Brasil, sempre com apoio do Congresso Nacional. Muitos desses avanços foram iniciados na década de 80, especialmente nos anos 1985 e 1986, confirmados depois na Constituição de 1988 e aprofundados durante esses treze anos, como eu disse, sempre acompanhado do Congresso Nacional. Poderia falar da Lei de Responsabilidade Fiscal e das Leis de Diretrizes Orçamentárias aprovadas ao longo desses treze anos, instrumentos importantíssimos para o avanço de uma base institucional e configuração de um novo regime fiscal no País.

A partir da crise de 1978, instalamos no Brasil novo regime fiscal, calcado na responsabilidade e em compromissos para reduzir ou, no máximo, manter a relação dívida/PIB. Institucionalizamos esses compromissos, como eu disse, sempre com apoio do Congresso Nacional. Estabelecemos metas a serem cumpridas pelo Poder Executivo e empresas estatais, cumprindo o Orçamento Geral da União. E, a cada ano, reafirmamos nossa convicção da importância dessa institucionalização, da assunção desse tipo de compromisso para a estabilidade macroeconômica e,

conseqüentemente, alcançarmos o crescimento sustentado. É isso que o Governo tem proposto e o Congresso deliberado e apoiado ao longo desses anos.

Apesar desses avanços no plano institucional, a peça orçamentária tem sido motivo permanente de discussão. E é natural que seja assim. Sempre que venho a esta Casa, faço questão de ressaltar que considero absolutamente natural esse embate. Seria muito estranho o Executivo apresentar uma proposta orçamentária para que o Congresso a aprovasse passivamente, sem nenhum tipo de discussão e que, depois, durante a execução, também não houvesse nenhum tipo de debate. Da forma que tenho me posicionado ao longo desses anos, penso que o debate faz parte do processo, uma vez que não só legitima como confirma, como eu disse no início, a importância do projeto de lei orçamentária e de sua discussão. Faço essa ressalva com muita tranqüilidade, porque a transparência tem sido a marca do Governo Fernando Henrique. Nossa disposição tem sido a de discutir abertamente todas as questões. E discutir abertamente a questão orçamentária é enfrentar a realidade, analisar nossas condições e reconhecer nossas limitações.

É muito importante relembrar alguns dos pontos que sempre, ou recorrentemente, temos tido oportunidade de discutir. Recordo que há cerca de três anos, logo que assumi o Ministério, compareci a esta Comissão e apresentei uma propostas. Na realidade, era mais uma provocação no sentido de que o Congresso, esta Comissão em particular, discutisse a proposta orçamentária de forma distinta da que era feita até aquele momento. Àquela época, mencionei que deveríamos ter quatro etapas na discussão do Orçamento. Peço desculpas pela repetição, mas ela se faz necessária porque pouco avançamos. Reconheço a legitimidade e a importância dessa discussão. Mas, se tivemos avanços em alguns pontos, reconheço que ainda precisamos avançar mais em outros.

Quero mencionar novamente os quatro pontos, relembrando a V.Exas. a discussão de três anos atrás.

Sugeri a atuação de dois Relatores: um de despesa e um de receita. Sugeri ainda que, quando da chegada da proposta orçamentária, primeiro fosse feita a discussão da receita e somente quando estivesse fechado o relatório de receitas e não houvesse mais nenhuma discussão em torno da matéria, que se passasse à discussão seguinte, a da despesa, que deveria ser feita em três fases. A primeira seria discutir os grandes blocos de despesa, para onde iriam os recursos – saúde, defesa, meio ambiente, transporte, energia –, quais os destinos. A segunda, discutir os grandes programas em cada uma das áreas. Se decidíssemos gastar não 22 bilhões, mas 30 bilhões na Saúde, iríamos discutir como gastá-los. Se decidíssemos gastar não 4 bilhões, mas 6 bilhões nos transportes, discutiríamos depois onde e como gastá-los. E, por último, discutiríamos questões regionais. Aí entrariam aquelas que tanto afetam o dia-a-dia de V.Exas., legítimos representantes das diversas comunidades, ou dos mais de cinco mil Municípios brasileiros. Todos temos compreensão das questões regionais e locais, mas, talvez, entre Executivo e Legislativo, V.Exas. tenham de fato mais preocupação e mais conhecimento das questões locais. Acho isso tudo muito legítimo, mas deveria haver um momento adequado para acontecer.

No meu entendimento, essas etapas – e me manifestei naquela oportunidade – deveriam ser sucessivas. Gostaria de me ater hoje a apenas uma delas: o Relator de receita. Argumentava, nas oportunidades anteriores em que tratei desse tema, que é muito difícil a mesma pessoa que está decidindo sobre despesa ter capacidade de decidir sobre o volume de receita e de alterar os números da receita. É muita tentação, muita pressão. Diria que a pressão é desumana. Por isso – permita-me, Ministro Malan, fazer uma brincadeira –, no Executivo há dois Relatores: o Relator da receita, o Ministro Malan, e o Relator da despesa, o Martus Tavares. Somos dois Relatores. Não posso colocar no Orçamento o número de receita pelo fato de estar submetido à pressão. O número de receita da proposta orçamentária que chega ao Legislativo não é do Ministério do Planejamento, mas do Ministério da Fazenda. É o Ministro Malan com sua equipe, com base nos parâmetros e no cenário traçado – e, nesse caso, os cenários são definidos conjuntamente –, que faz a estimativa da receita. E ela é absolutamente adequada. Tomo esse número como um dado, essa é a realidade. O Orçamento tem de ser feito dessa forma. Gastamos os nossos salários dessa forma. Não defino o total da despesa na minha casa e saio atrás da receita. Isso até seria perigoso. Defino o gasto a partir do meu salário; é assim que nos comportamos, e nem poderia ser diferente.

Então, a preparação do Orçamento da União dá-se dessa forma. Define-se número da receita e depois temos de fazer caber todos os nossos programas, intenções e ações que pretendemos desenvolver, dados os objetivos do Governo, dentro daquele número da receita. Assim se define o tamanho do Orçamento. Fazemos isso, evidentemente, com muito critério, porque nunca e vai estar sobrando recursos. Não conhecemos nenhum lugar, em qualquer tempo,

em que tenha sobrado recursos. O volume de necessidade é e sempre será superior ao de recursos disponíveis para gastar. Então, temos de eleger prioridades. Fazemos isso com as orientações definidas pelo Congresso, a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e definimos as prioridades do Governo. Elas são apresentadas ao Congresso Nacional na forma de projeto de lei para serem discutidas. O Congresso não necessariamente tem de concordar com as prioridades que o Governo acredita sejam as mais importantes para o País. Durante a tramitação, V.Exas. discutem as prioridades governamentais. Nunca nos deveríamos afastar dessa realidade. É um dado real. A receita sai do quadro macroeconômico e da base legal, ou seja, da legislação tributária. Ela é a combinação dessas duas. Não existe outra saída. Não adianta o Ministro do Planejamento querer mais recursos, porque não vai fazer aparecer. Seria uma ilusão perigosa.

Com muita freqüência – nesses oito anos em que estou nessa área, coordenando a elaboração do Orçamento – temos discutido esse tema, mas uma questão permanece: quem superestimou e quem subestimou? Por isso não conseguimos avançar mais. Fomos capazes de aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal, somos capazes de aprovar anualmente uma lei de diretrizes orçamentárias cada vez melhor, mais condizente com o mundo contemporâneo e com a necessidade de manter a economia estabilizada, assegurando condições para o crescimento sustentado, no entanto ainda não somos capazes de fazer uma discussão da receita de forma adequada. Com muita freqüência nos acusamos mutuamente de superestimar ou de subestimar a receita. Mas por que isso? Com isso também lido com naturalidade, porque essa é a origem, é o que vai fundamentar e justificar aquilo que efetivamente desejamos fazer.

Todos queremos gastar mais. Não tenho a menor dúvida disso. E também o Ministro Malan sabe que isso é verdade. Já disse que o Ministro do Planejamento gostaria de gastar mais, mas nunca de forma irresponsável ou além dos seus limites. Queremos investir mais, isso é verdade. O Presidente Fernando Henrique, antes de todos nós, gostaria de investir mais, de gastar mais. No entanto, a responsabilidade com que conduzimos a administração das contas públicas, o respeito a essas regras, ao reconhecimento da importância desse tipo de comportamento para a estabilidade da economia, acho que não precisamos lembrar. Temos exemplos recentes, próximos a que estamos assistindo. Acho que não precisamos de nada disso. Então, temos mantido uma conduta, não de querer superestimar ou subestimar receita. Não nos interessa superestimar, porque criaríamos ilusões e problemas políticos num segundo momento.

Gostaríamos que a despesa, principalmente a de investimento, fosse maior na área social e de infra-estrutura; o País precisa disso. No entanto, não nos interessa criar frustrações. Subestimar para quê? Anos atrás – e isso também já mencionei em outra oportunidade nesta Comissão –, quando não tínhamos as metas fiscais institucionalizadas, fixadas em lei, fazia sentido se pensar que o Executivo tivesse interesse em subestimar, mas nem disso ele precisava, porque podia definir qualquer receita e segurar na boca do caixa .

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Solicito ao Ministro que sintetize, porque seu tempo está esgotado.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES – Também não temos interesse em subestimar a receita, porque não queremos fazer mais superávit do que aquilo que está previsto na lei. Não temos necessidade disso. Quando temos necessidade, apresentamos e discutimos com o Congresso Nacional, porque tem que constar da LDO. Sempre que foi necessário fazer isso nós o fizemos. Foram duas oportunidades no ano de 2001, em abril e em julho, tornadas públicas e discutidas.

Em resumo, buscamos o realismo orçamentário. É o que buscamos. Todos nós queremos um Orçamento impositivo. Ouço diariamente declarações de Parlamentares defendendo o Orçamento impositivo. Mas para chegarmos a esse estágio, teremos de aceitar a realidade e nossas limitações. Sem observarmos as restrições e a realidade, o Orçamento nunca será impositivo. Não é possível. Não existe consistência num desejo de Orçamento impositivo sem se considerar a realidade existente e posta pelo quadro macroeconômico e pela legislação tributária.

Sr. Presidente, gostaria apenas de ressaltar o compromisso do Governo Fernando Henrique com a responsabilidade fiscal e com a observância dessas regras para termos a garantia de estabilidade macroeconômica, e de forma duradoura, a fim de que também tenhamos crescimento duradouro. É a nossa disposição e a conduta que tem marcado este Governo.

Nos dias que antecederam a edição do decreto, observamos na imprensa a divulgação de notícias de que o Governo estava com o caixa cheio de dinheiro e por isso iria gastar, e gastar muito, porque estamos em ano eleitoral. Dias depois, viu-se a edição de um decreto cortando mais de 2 bilhões de reais. Isso sig-

nifica responsabilidade e compromisso com a estabilidade e com as condições de crescimento sustentado. É a proposição, é o que está na base do decreto editado pelo Presidente por absoluta necessidade.

Não temos o menor gosto, a menor vontade de cortar despesa aprovada pelo Congresso Nacional se ela puder efetivamente ser realizada. Simplesmente trata-se de uma adequação daquilo que foi aprovado à realidade que, consideramos, vai acontecer em 2002.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN – Exmo. Senador Carlos Bezerra; Deputado Heráclito Fortes; Deputado Sampaio Dória, Relator do Orçamento de 2002; Srs. e Sras. Deputados; meu caro colega de Governo, Ministro Martus Tavares.

Posso ser breve, porque o Ministro Martus Tavares já expôs boa parte daquilo que gostaria de dizer. Quero enfatizar alguns aspectos, sem entrar em detalhes, porque estou seguro de que nos serão feitas pertinentes perguntas, críticas, comentários e sugestões, que fazem parte do jogo e do debate democráticos.

Assim como o Ministro Martus Tavares, acho extremamente importante a vinda a esta Casa não só dos Ministros, como também de técnicos do Governo. Ontem estiveram aqui os Secretários do Tesouro Nacional e o de Orçamento e Finanças. Virão tantas vezes quantas sejam necessárias, porque este debate é fundamental neste processo, não só de consolidação da democracia no Brasil, como também de consolidação de um regime fiscal adequado ao País no qual nós gostaríamos de viver no século XXI. E esse regime fiscal, disse-o bem o Ministro Martus Tavares, passa necessariamente – antes que entremos nos detalhes específicos do projeto A, do projeto B, de uma pequena rubrica ou conjunto de rubricas do Orçamento – por uma visão do conjunto, que seria extremamente benéfica para o País, se compartilhada com uma abordagem inicial pelo Executivo e pelo Legislativo. Acho que não seria pedir demais.

Estamos lidando com um problema fiscal que tem dois componentes. Há o componente de gastos, o uso de recursos públicos escassos, sempre insuficientes em relação às demandas legítimas da sociedade brasileira por aumentos de gastos, por expectativa de gastos no futuro. E o outro componente são as fontes de recursos que permitem financiar esse tipo de gastos. Não existe país nenhum do mundo que tenha descoberto outras fontes de receitas que não as três que vou citar: impostos e contribuições amplamente definidos, aumento do endividamento público, não importa o tipo de Governo, e o imposto inflacionário – o uso do ganho de senhoriagem associado à inflação.

Não queremos trazer a inflação de volta e achamos que a esmagadora maioria da população brasileira hoje não permitirá que qualquer governante a ser futuramente eleito traga de volta, ainda que gradualmente, o flagelo inflacionário a este País. Portanto, temos que trabalhar com as duas outras fontes de recursos para os gastos planejados, impostos e contribuições e o aumento do endividamento público, que obviamente têm limitações porque significam gastos futuros.

O Ministro Martus Tavares chamou a atenção, com propriedade, e concordo inteiramente com S.Exa., para o fato de que estaríamos dando um grande passo adiante se iniciássemos – e já foram feitas tentativas nesse sentido; acho que chegaremos lá com apoio do Congresso em algum momento no futuro –, a discussão inicial da peça orçamentária com um debate sobre as estimativas e projeções de receita. Pode ser um processo interativo, mas é fundamental que, num primeiro momento, se estabeleça com clareza, analisando os detalhes de cada componente da estrutura e composição da receita, qual o volume de recursos públicos escassos que estarão sendo alocados.

Identificado esse volume, discute-se o nível para uma meta fiscal a ser alcançada e, principalmente, como abordou o Ministro, a estrutura e a composição do gasto público. Tem razão S.Exa. ao sugerir que isso seja feito numa discussão prévia dos chamados grandes blocos de despesa. Não me refiro exclusivamente ao orçamento de custeio e investimento. Hoje, no Brasil, cerca de 70% da receita total, do total geral, incluídos todos os tipos de receita – administrada, não-administrada e de todas as fontes –, estão sendo utilizados com pessoal e encargos, benefícios da Previdências e transferências a Estados e Municípios.

Despesas em expansão – as três – são definidas por obrigação constitucional, por decisão legal, por crescimento vegetativo, ou por rigidez, não passíveis de tratamento a curto prazo. Mas sete de cada dez reais da receita total estão automaticamente utilizados nesses três grandes blocos de receitas. O quarto grande bloco de receita é o orçamento de custeio e investimento, no qual há vários componentes. Estamos falando aqui do financiamento da máquina pública, do investimento do Governo Central; estamos falando de uma parte significativa dele, também

rígida; da dificuldade de redução a curto prazo; do financiamento da máquina.

Portanto, em termos de discussão do Orçamento no Brasil, trata-se de uma parcela extremamente reduzida do conjunto total de receitas do Governo Central. E essa é a razão pela qual essa discussão é tão complexa, tão emocional, tão difícil e tão politicamente carregada. Não estamos alocando 300 bilhões de reais. Mais de 80% disso já estão previamente alocados por outros grandes grupos de despesa. E quando se faz a discussão do orçamento de custeio e investimento, devemos ter presente isso, pois estamos tratando de uma parte reduzida do conjunto de arrecadação total.

Essa é a razão pela qual a discussão deve ser aprofundada em termos de prioridades dos programas, da distribuição regional dos grandes blocos de despesa e seus programas, com clara a percepção de que, quando se toma decisões legítimas, como, por exemplo, aumentar o volume de recursos para determinado setor, isso significa que, para um dado nível de arrecadação e de gasto, está-se reduzindo necessariamente – é uma questão aritmética – a taxa de expansão de outras rubricas e dispêndios do Governo.

Sei que isso é difícil. Não parece fácil à primeira vista. Infelizmente, nossa tradição política considera todas essas demandas por maiores gastos aditivas e legítimas, numa sociedade com tantas carências, as quais devem adicionar-se umas às outras. Governos e parlamentos em qualquer parte do mundo têm a obrigação de fazer a totalização e ver se aquele agregado do desejo de gastos é compatível com o agregado de receitas e com o objetivo fiscal estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na LRF.

Deixem-me citar apenas o discurso de posse da Prefeita de uma importante cidade deste País e que chama a atenção, em palavras singelas, para isso, palavras que eu gostaria de fazer minhas e que fossem entendidas por todas. Com muita clareza, disse a Prefeita de São Paulo – e a cito textualmente aqui, sem outras considerações: "Tudo não será possível. As tarefas são gigantescas, as dificuldades são enormes, faltam recursos e as necessidades são imensas. Será necessária a contribuição de todos para que o possível possa ser realizado." Em outro trecho disse: "Quatro anos serão poucos para responder aos desafios."

Cito isso porque, na verdade, esse é o drama, como bem notou o Ministro Martus Tavares, com que se defronta qualquer administrador de recursos públicos escassos. Isso vale para os 5.571 Prefeitos, para os 27 Governadores e seus Secretários de Fazenda, e para nós, do Governo Federal. É claro que gostaríamos de gastar muito mais do que estamos gastando, se isso fosse compatível com a responsabilidade fiscal, se isso fosse compatível com a preservação da estabilidade macroeconômica, algo que vem diferenciando o Brasil de outros países em grandes dificuldades econômico-financeiras e político-institucionais porque têm problemas não equacionados nessa área fiscal, área chave para definir a capacidade de um país resolver seus próprios problemas.

Não é fácil, nunca foi fácil, nunca será fácil, mas não há alternativa. Lidamos com recursos públicos escassos. Há decisões difíceis. Há escolhas que contrariam interesses, sim, e há necessidade de escolhas a serem feitas, decisões a serem tomadas. Nem sempre é possível atender a todas, porque há outros objetivos maiores em jogo.

Não quero me estender demais, mas concordo integralmente com o que disse o Ministro Martus Tavares.

Outro comentário que gostaria de fazer – apenas fazendo uma introdução à discussão específica que, estou seguro, teremos a seguir – diz respeito ao projeto de lei orçamentária encaminhado ao Congresso em até 31 de agosto de um exercício. Para que isso aconteça, é necessário definir certos parâmetros, expectativas para o ano seguinte, mais de seis meses antes do seu término.

Portanto, após o envio do projeto de lei orçamentária ao Congresso, passam pelo menos seis meses, ao cabo dos quais é obrigação de qualquer governo, de qualquer governador e de qualquer prefeito reavaliar e saber se aqueles parâmetros estabelecidos em maio, junho, julho do ano anterior continuam tendo vigência em janeiro e fevereiro do ano subseqüente. Como o mundo muda, e não poderia ser de outra forma, pois a história é cheia de peripécias e incertezas de toda ordem, é preciso fazer essa reavaliação em relação a algo que era uma projeção ou expectativa, e não uma meta, seis, sete ou oito meses antes. Isso é feito.

Nesses seis, sete ou oito meses, as economias nacional e internacional, e sua interação, por vezes mostram variações que também têm de ser levadas em conta. Muitas decisões tomadas envolveram o Congresso Nacional no período entre o envio do projeto de lei orçamentária ao Congresso, sua aprovação no final do ano e revisão, que tem lugar no início do ano subseqüente. O Congresso legitimamente toma suas decisões, nem todas incorporadas no Orçamento, devo dizer.

Nós – o País, a sociedade brasileira – tivemos no ano passado duas grandes vitórias, e cito o salário

mínimo. Pela primeira vez na história do Brasil, discutiu-se efetivamente o aumento do salário mínimo, demanda legítima, no bojo da discussão da peça orçamentária. Até ano retrasado, o valor do salário mínimo era decidido em abril do ano subseqüente, sem qualquer relação com a discussão do Orçamento do exercício anterior. Era como se não guardasse nenhuma relação com o uso de recursos públicos escassos, com impacto sobre o déficit da Previdência e sobre todos os gastos do Governo hoje referenciados de alguma maneira ao mínimo.

No ano 2000, conseguimos dois enormes ganhos conceituais. Primeiro foi dizer que o mínimo tinha de ser discutido no contexto do debate da peça orçamentária, porque ele tem implicações fiscais para o Governo Federal. O outro ganho, ainda subestimado, mas, acho eu, da maior importância, foi a aprovação de lei por esta Casa determinando que hoje no Brasil cada Governador, obviamente consultados sua Assembléia, seu Secretário de Fazenda e setor privado, tem condições de estabelecer o valor do salário mínimo na sua respectiva Unidade da Federação. É um enorme progresso em termos de democracia neste País. Permite que cada Estado, à luz da sua situação econômico-financeira e do seu estágio de desenvolvimento econômico e tecnológico, possa estabelecer o mínimo que lhe pareça apropriado. O mínimo de São Paulo pode ser muito mais alto do que o mínimo do Estado do Piauí, por exemplo. Basta olhar as remunerações médias do trabalhador nesses dois Estados. Na verdade, trata-se de enorme progresso tirar essa discussão da pura emoção e do debate político de Brasília, como se fosse um problema do Governo Federal, quando, na verdade, hoje cada Governador tem liberdade para estabelecer o mínimo que lhe pareça apropriado.

Portanto, muitos discursos feitos aqui poderiam e deveriam ser feitos em frente ao Palácio de cada Governador. Hoje, ele tem autoridade para estabelecer o mínimo que lhe pareça apropriado.

O que fizemos com esse decreto de 7 de fevereiro foi exatamente avaliá-lo. Passado mais de meio ano desde o envio da peça orçamentária ao Congresso Nacional, beneficiando-nos das discussões que obviamente ocorreram aqui e levando em conta as decisões que o Congresso tomou e tudo que aconteceu nas economias brasileira e internacional nesse período, foi feita a reestimativa de receita atualizada, que, devo dizer, no que diz respeito à receita total, é maior do que a do projeto de lei orçamentária encaminhada ao Congresso.

Quanto à receita administrada, ela é maior do que a que consta da lei orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional, porque, depois de uma longa, tortuosa, tensa e difícil discussão com os fundos de pensão, ganhamos na Justiça a questão da não-imunidade dos fundos de pensão, e pagamentos foram feitos em 31 de janeiro de 2002, os quais foram incorporados, sendo que a metade é divida com Estados e Municípios. Mas a receita administrativa do decreto é superior não só à receita administrativa do projeto de lei orçamentária enviada ao Congresso, como também à receita estimada pela lei orçamentária anual, tal como aprovada por este Congresso.

Em relação às despesas, trata-se de discussão de restrições e de prioridades. Não quero entrar em detalhes aqui, mas estamos à disposição, eu e o Ministro Martus Tavares, para discutir com os Deputados.

Termino novamente com um apelo. Vamos discutir cada árvore. Vamos aprofundar a discussão sobre cada árvore, mas não vamos perder de vista a floresta. E a floresta é uma discussão mais ampla sobre o problema fiscal no Brasil, sobre a necessidade de compatibilizar demandas que excedem de muito a capacidade de atendê-las com recursos públicos escassos.

Chamo a atenção para o fato de que hoje o Brasil é singularizado pelo seu regime fiscal como um país diferenciado em relação a muitos países em desenvolvimento que não conseguiram equacionar sua problemática fiscal a contento. Este é um enorme ativo que temos hoje em termos de percepções domésticas e internacionais sobre o País e seu futuro. Estou confiante e seguro sobre a importância de se preservar a responsabilidade fiscal, em nada incompatível com a responsabilidade social. Alguns programas de partidos políticos consideram as duas incompatíveis. Isso é uma tolice. Não o são. É perfeitamente possível compatibilizar responsabilidade fiscal com a social. Tanto é assim que nenhum Governo na história deste País destinou percentual tão elevado de recursos orçamentários, custeio e investimento para a área social como o de Fernando Henrique Cardoso. Nenhum Governo na história deste País até hoje o fez, o que mostra que é possível compatibilizar responsabilidade fiscal com responsabilidade social, como se vem fazendo. Espero que seu sucessor, qualquer que venha a ser, continue a fazê-lo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Sampaio Dória, Relator-Geral do Orçamento para 2002.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, Senador Carlos Bezerra, Srs. Ministros Martus Tavares e Pedro Malan, Srs. Líderes do Governo,

Deputados Heráclito Fortes e Arnaldo Madeira, meu prezado Líder do PSDB, Deputado Jutahy Junior, Sras. e Srs. Congressistas, vou limitar-me a algumas considerações a respeito de duas questões mal resolvidas desde sempre e relacionadas com o processo de elaboração orçamentária no âmbito do Executivo e do Legislativo. Uma, relativa à previsão de receitas; e, outra, relacionada com a definição de dispêndios.

Tradicionalmente, o Congresso tem sido acusado de superestimar receitas, quando não de lançar mão de receitas fictícias, inexeqüíveis para dar suporte às suas pretensões de gastos. A esse respeito e relativamente ao Orçamento de 2002, objeto de discussão desta audiência pública, desejo dizer, até para que fique consignado nas atas deste trabalho, que o Congresso Nacional não superestimou receitas, nem recorreu às receitas inconsistentes, questionáveis em qualquer medida. O Congresso pode ser e é parcialmente responsável pela frustração da receita global por conta de outra decisão que não tem absolutamente nada a ver com previsão de receita. O Congresso deliberou – e nessa discussão o meu partido ficou absolutamente isolado nas duas Casas –, promoveu um reajuste parcial nos valores integrantes da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física sem aceitar a introdução simultânea de mecanismos tributários compensatórios. Em decorrência disso, o Congresso foi responsável por uma frustração de receita da ordem de 3 bilhões 700 milhões de reais. Mas decisão da mesma natureza e com o mesmo objetivo tomou o Governo, por exemplo, ao decidir propor ao Congresso a isenção das operações no mercado financeiro, especialmente na Bolsa de Valores, da incidência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, que deverá ser objeto de decisão da Câmara dos Deputados, hoje à tarde. São decisões que, ora o Executivo, ora o Congresso tomam e que implicam perda de receitas, bem como a tentativa de conquista de um objetivo superior, que supostamente justificaria aquela perda de receita. Não é disso, entretanto, que desejo falar, mas, sim, do exercício responsável da previsão de receitas.

Reitero que o Congresso, no tocante ao Orçamento de 2002, foi extremamente responsável, prudente e até conservador na introdução de receitas adicionais ao Orçamento da União. Alguns poucos exemplos, Srs. Ministros, poderiam deixar isso absolutamente claro. Dos poucos mais de 13 bilhões de reais que o Congresso aditou à proposta orçamentária de 31 de agosto, mais da metade – 7 bilhões de reais – era proveniente basicamente do saldo líquido do estoque de dívidas fiscais acumuladas pelos fundos de pensão com a Receita Federal ao longo de mais de uma década de discussões judiciais envolvendo até mesmo a imunidade tributária dos fundos e que tiveram, como acaba de relembrar o Ministro Pedro Malan, desfecho desfavorável em relação aos fundos de pensão no final do ano. A partir daí, nos termos estabelecidos e previstos pela Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro, teve início um processo de negociação e de adesão dos fundos, principalmente dos grandes, ao Regime Especial de Tributação, previsto por aquela medida provisória, que poderia resultar, como tem resultado e deverá resultar, em um montante aproximado de 7 bilhões de reais, estimativa que o Congresso simplesmente assimilou, porque, na verdade, foi feita por quem de direito: a Secretaria e o Secretário da Receita Federal, no momento oportuno. Como demonstração de que o Congresso foi prudente e até conservador, como disse, nessas estimativas, deixamos de incorporar ao Orçamento, ou pelo menos ao relatório do Congresso, cerca de 720 milhões de reais relativos ao fluxo dessa receita derivada do Regime Especial de Tributação, previsto na medida provisória e que o Governo deverá arrecadar ao longo de 2002, para eventualmente ter de cobrir alguma perda ou frustração parcial decorrente da não-adesão de 100% dos fundos de pensão ao Regime Especial de Tributação. E mais: um segundo colchão de segurança acabou se estabelecendo, pelo fato de o montante das reduções e abatimentos – previstos na medida provisória para os fundos que abrissem mão da discussão judicial e aderissem ao RET – sobre o valor nominal dos débitos não ser, como se supôs inicialmente, de 50%; tem sido, na prática, da ordem de 40%, o que deve também gerar recursos adicionais aos 7 bilhões inicialmente previstos.

Portanto, Srs. Ministros, a respeito dessa receita, a principal apropriada pelo Congresso no seu relatório, há uma margem de segurança muito grande não só da nossa parte, como da parte do próprio Governo relativamente à viabilidade destes 7 bilhões de reais, aí incluídas as margens de segurança que o Congresso deixou implícitas para o Governo. Em segundo lugar, e relativamente a uma proposta de emenda constitucional que tramitava na Casa, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre importação e comercialização de combustíveis, na verdade, essa discussão, Srs. Ministros, deu-se de forma absolutamente clara, transparente, conduzida em larga medida pelo Deputado Arnaldo Madeira, Líder do Governo nesta Casa, de modo que ficasse absolutamente claro e estabelecido que as alíquotas dessa contribuição seriam dimensionadas e calibra-

das de modo a atingir três objetivos: primeiro, a reposição dos 4 bilhões e 600 milhões que a Parcela de Preços Específicos – PPE previa e que, evidentemente, deixaria de ocorrer com a extinção da PPE e a introdução da contribuição sobre combustíveis no seu lugar.

Segundo, além desses 4 bilhões e 600 milhões, o Congresso Nacional decidiu explicitar e introduziu não só como receita, mas também como despesa, nos encargos financeiros na União 1 bilhão e 400 milhões relativos a subsídios, que a PEC previa para derivados de gás, álcool e eventualmente petróleo.

Terceiro, aí sim, um acréscimo líquido de investimentos da ordem de 1 bilhão e 250 milhões de reais, sendo 1 bilhão para investimentos na área de infra-estrutura e transportes e 250 milhões para projetos ambientais.

Na verdade, desses 7 bilhões e 250 milhões de reais que o Congresso acabou introduzindo no Orçamento, 4 bilhões e 600 milhões referem-se simplesmente à reposição dos recursos líquidos previstos pela proposta original de arrecadação pela PPE; 1 bilhão e 400 milhões para explicitar os subsídios dos quais o Governo eventualmente lançaria mão, e 1 bilhão e 250 de investimentos adicionais.

Neste caso, também houve duas margens de segurança que o Congresso deixou à disposição do Executivo. Até o momento em que o Congresso discutiu e votou o seu relatório, o Governo havia decidido apenas a respeito de um subsídio, o relativo ao consumo de gás pelas famílias de baixa renda, que montaria a alguma coisa em torno de 800 a 900 milhões de reais, ficando, portanto, disponíveis para o Governo algo como 500 a 600 milhões. A outra margem de segurança seria para outros subsídios que o Governo viesse a decidir – e, até aquele momento, não havia decidido – ou para eventual esterilização.

Além disso, o Congresso também deixou de apropriar um recurso da ordem de 360 milhões de reais provenientes da chamada CIDE ampliada, que se destinam a pesquisas tecnológicas, também para cobrir uma eventual frustração de receita daqueles 7 bilhões e 250 milhões inicialmente previstos.

Um terceiro grupo importante de receitas é o resultante da revisão por conta de um índice Geral de Preços, que já não era, como lembrou o Ministro Malan, projetado em maio, junho, julho, agosto, mas efetivamente realizado. Na verdade, quando fizemos a revisão do Índice Geral de Preços, chegamos a tomar como índice já realizado e publicado o de mês de novembro, que acabou nos levando a um número da ordem de 7,23%, em substituição aos 5,96% previstos e implícitos na proposta do Governo e que acabou sendo o número que o próprio Governo utilizou na revisão realizada em janeiro deste ano, de 7,24%.

Mesmo considerando que o Congresso não promoveu redução na expectativa de PIB real para 2002, deixando intocada a previsão inicial de crescimento de 3,5% – e o Governo fez a revisão para 2,5% – como o Congresso havia chamado a atenção no seu relatório para o fato de o Executivo não ter incorporado a projeção de cálculo para o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica de 2002, o resultado da tributação excepcional sobre a tributação das operações de swap, especialmente de swap cambial ocorrido ao longo de 2001, foi que o Governo fez também a inclusão desta estimativa na base de arrecadação de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e acabou chegando a um acréscimo da ordem de 2 bilhões e 300 milhões, cerca de 700 milhões menor do que o Congresso havia feito.

De qualquer forma, fica claro que a diferença entre o que o Congresso introduziu no Orçamento e aquilo que o próprio Executivo, a Receita e o Ministério do Planejamento admitem como factíveis, realizáveis, consistentes aproxima-se de 90% da estimativa do Congresso.

Por outro lado, Srs. Ministros, Srs. Congressistas, houve frustrações de receita relevantes em relação a algumas receitas administradas, ou não administradas, previstas na proposta original do Poder Executivo, ou em relação a algumas receitas superestimadas. Não tenho nenhuma preocupação em insinuar, muito menos em afirmar, que o tenham sido por malícia ou com segundas intenções; simplesmente constato: superestimadas, como o próprio Governo acaba de admitir ao fazer uma revisão para baixo, substancial, de algumas dessas receitas, como, por exemplo, a relativa a concessões e permissões, especialmente em face dos leilões da telefonia celular nas bandas C e E.

Esta receita, Srs. Ministros, pareceu-nos, desde o primeiro momento, excessivamente exagerada e descolada da realidade não só do mercado brasileiro, mas, na verdade, do mercado mundial de telecomunicações, que, com exceção do mercado chinês, já era extremamente deprimido e decadente em todo o mundo em meados do ano passado. Isto estava claramente refletido na perda de rentabilidade das ações das empresas operadoras de telecomunicações em todo o mundo e refletia-se também, como não poderia deixar de ser, no Brasil, fosse pela competição acirrada, fosse pela perda de rentabilidade.

O fato é que a disposição de investimento dessas empresas operadoras aqui, como em todo o mundo, de expandir suas atividades reduziu-se a nada. Houve inclusive – V.Exas. certamente não ignoram – grandes operadoras americanas que chegaram a devolver licenças conquistadas a peso de ouro, pelo fato de não haver o menor interesse objetivo na sua implantação, por esgotamento dos mercados consumidores.

Na verdade, essa receita pareceu-nos extremamente superestimada e, por conta disso, geraria, evidentemente, uma frustração, que o Governo acaba de admitir, da ordem de 3 bilhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço ao Deputado Sampaio Dória que sintetize sua fala porque o tempo já está esgotado.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Tentarei fazê-lo, Sr. Presidente.

Isso poderia estender-se também, já não falo de superestimativa de receita, mas de irrealismo de receita no tocante, por exemplo, à contribuição para os inativos do setor público. Já estava absolutamente claro pela palavra de todos os Líderes da base do Governo, nas duas Casas do Congresso, que esta proposta não teria condições de superar, o que lamento, porque tenho a impressão de que, com um mínimo de flexibilização do conteúdo dessa proposta, seria possível, eventualmente, obter condições políticas de aprová-la nesta Casa.

Assim também, a receita de importações acabou sendo reestimada para baixo em cerca de 1 bilhão e 600 milhões de reais em relação à receita de concessões de telefonia celular, Srs. Ministros, em julho de 2001. Houve também o declínio da atividade econômica no País e no mundo. Esta situação foi provocada, seja por razões de ordem interna, como a crise da oferta energética, seja pelo retraimento do mercado americano, dos mercados mundiais e pelo agravamento da crise argentina, ou pela pressão cambial brutal que já se abatia sobre o País, tendo feito até com que o Brasil voltasse a recorrer ao Fundo Monetário Internacional. Tudo isso, evidentemente, conspirou para que as importações declinassem e o PIB diminuísse. O Governo, todavia, decidiu manter o PIB em 3,5% para 2002 e preservar íntegra a receita de importações, quando àquela altura já se sinalizava que ambas eram declinantes.

Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Congressistas, o exercício dessas previsões de receitas – estou inteiramente de acordo com as considerações feitas pelos dois Ministros – deve-se fazer de modo mais prudente, mais fundamentado e mais responsável. Quero crer que, no tocante à previsão de receitas, o Congresso está mais impregnado do espírito de responsabilidade fiscal do que o Governo, porque, na verdade, responsabilidade fiscal não implica, não pressupõe apenas austeridade nos gastos; implica e impõe também realismo na previsão de receitas. O Congresso foi rigorosamente realista e conservador na apropriação de receitas postas no bojo do Orçamento, diferentemente do Executivo, que talvez tenha acreditado excessivamente na evolução das conjunturas, na melhoria do cenário de telecomunicações, de retomada de crescimento, que, afinal de contas, não se deram e, por isso, geraram essa frustração de receita.

Em vez da proposta do Ministro Martus Tavares, de fazer pura e simplesmente uma divisão mecânica de responsabilidades entre receita e despesa na relatoria do Orçamento do Congresso Nacional, seria mais interessante o Congresso introduzir, na própria Lei da Responsabilidade Fiscal – na minha avaliação pessoal – dispositivos mais rigorosos. Considero a Lei da Responsabilidade Fiscal a mais importante lei votada nesta Legislatura, a que representa o avanço mais significativo para a disciplina e seriedade das contas públicas neste País. Disso não tenho dúvidas. Quero aperfeiçoá-la, para evitar que aconteça no futuro, uma vez mais, o que aconteceu no passado e ainda hoje acontece: superestimativa de receitas por parte do Legislativo ou por parte do Executivo.

Devemos introduzir na Lei da Responsabilidade Fiscal dispositivos que determinem obrigatoriedade maior e mais clara de fundamentação dessas receitas e da estimativa delas. Fundamentação estatística, econômica e jurídica, de modo que não seja o Congresso obrigado a fazer aquilo que é o sonho do Deputado Arnaldo Madeira, e confesso que meu também: que o Congresso Nacional tenha a coragem de, em determinado momento, constatadas superestimativas óbvias, evidentes e ostensivas, promover esses cortes, como os Congressos de outros países fazem. Seria o ideal, mas não se pode esperar isso da parte dos legisladores, num País que acumula carências tão agudas no plano social e na infra-estrutura. Ainda mais que a maior parte dos legisladores representa nesta Casa, regiões, Estados e Municípios extremamente carentes e dependentes dos recursos federais, diferentemente do Estado que eu e o Deputado Arnaldo Madeira representamos. Atingiríamos esse objetivo – sem esperar que o Congresso evolua e amadureça o suficiente, para promover cortes em estimativas de receitas do próprio Governo – se pudéssemos exi-

gir dos formuladores de receitas, seja no âmbito do Executivo ou do Legislativo, nas três esferas, obrigatoriedade legal de fundamentação muito mais séria do que a que se tem feito até o presente, para justificar aquelas estimativas. Desse modo, evitaríamos frustração e teríamos a segurança do que os dois Ministros aqui presentes querem, no sentido de que, quando se comece a discussão de receitas, esteja absolutamente clara, assentada, pacífica e acordada a questão das receitas públicas para o exercício seguinte.

Paralelamente, à discussão sobre como fundamentar, como exigir dos administradores públicos, no âmbito do Executivo, e até dos responsáveis pelo orçamento público do âmbito do Poder Legislativo, como explicitar a obrigatoriedade de fundamentar melhor suas manipulações de receitas – não importa se de boa ou má-fé, com ou sem malícia, mas simplesmente com o exercício de previsões que podem resultar em números superestimados ou subestimados –, devemos começar a discutir a alocação de recursos para investimentos.

Como diz o Deputado José Carlos Aleluia, o Governo tende – isso não é uma crítica. A rigor, qualquer de nós, sentado no Executivo, tenderíamos também – a exercer o monopólio do poder alocativo de recursos para investimentos. O Governo tende a se julgar legitimado para isso, porque foi eleito pela maioria da sociedade. Por isso, reputa seus projetos de natureza estratégica, de interesse nacional, de amplitude e importância indiscutivelmente maiores do que investimentos paroquiais, investimentos menores, projetos de âmbito provincial ou até distrital, que, no, entanto, também são legítimos. Parte importante deste País – e reitero: isso não acontece com meu Estado – depende de recursos federais, até para implantar guias em sarjetas no sistema viário, o que é absurdo e irracional, mas próprio da realidade brasileira. Essas despesas, a rigor, são tão legítimas quanto as grandes rodovias, os grandes portos e aeroportos do País, pelo fato de que, excluída a hipótese de socorro por recursos federais, aquelas regiões, aqueles Municípios ou Estados paupérrimos, tão dependentes do Poder Central, ficariam absolutamente despojados da possibilidade de ter melhoria na sua qualidade de vida.

Sr. Presidente, a discussão sobre o monopólio ou não que o Executivo deva exercer sobre o poder de alocar recursos não se deixará de introduzir nos debates nesta Casa. Realmente, assim como o Governo se sente legitimado, pela maioria da vontade da sociedade expressa nas urnas, de exercer esse monopólio, também o Congresso considera legítimas suas intervenções, pelo fato de representar, mais do que a maioria absoluta, todo o universo social brasileiro, embora tenda – vamos admitir – a patrocinar projetos de dimensão e impacto muito menores do que aqueles do Poder Executivo.

Encerro, reiterando a admiração e o respeito que tenho pelos Srs. Ministros, pela contribuição que ambos têm dado, muito mais do que ao Governo, ao País. Não lhes tenho nenhuma pergunta a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Agradeço a V.Exa. O problema a que V. Exa. se referiu por último é secular e só se resolverá, quando fizermos uma verdadeira reforma tributária no Brasil. A União ainda fica com 65% dos recursos do País e somente 35% vão para Estados e Municípios. No dia em que essa pirâmide for invertida, será fácil resolver toda esta situação e não terá ninguém de pires na mão em Brasília. Trata-se de problema secular e gravíssimo que atrapalha nosso desenvolvimento. O Brasil, se quiser ser uma grande Nação, terá de resolvê-lo um dia.

Com a palavra o primeiro inscrito, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente; Srs. Ministros; Líder do Governo no Congresso, Deputado Heráclito Fortes; Deputado Sampaio Dória, Relator do Orçamento; Líder Arnaldo Madeira; senhores membros da Comissão, ontem tivemos a alegria de receber a apresentação do relatório sobre cumprimento de metas.

Afirmei, na ocasião, que seria previsível até termos aqui o Governo se apresentando e justificando que, em função da crise da Argentina, da crise energética e do ocorrido em 11 de setembro, as metas fiscais não poderiam ter sido cumpridas, porque realmente fatos relevantes afetaram a economia interna e externa neste ano. Mesmo assim, tivemos a oportunidade de ver o cumprimento das metas fiscais. Mais uma vez – e acho que são treze quadrimestres consecutivos –, o Brasil cumpre as metas fiscais que estabelecemos e votamos nesta Comissão.

A Comissão tem evoluído no sentido de estabelecer o Comitê de Emendas, o Comitê de Receitas, de dividir a responsabilidade do Relator sobre essas matérias com os demais companheiros da Oposição e da Situação. Isto com o objetivo de que efetivamente o que se apresenta no Orçamento possa ser o mais próximo do Orçamento real, o que é também deseja a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Tradicionalmente, as receitas previstas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização se realizam, até porque votamos o Orçamento no final do ano e o Governo faz sua previsão ainda no meio do ano. Portanto, temos também uma visão mais próxima do que acontecerá no ano seguinte e do que o Governo poderia em termos de projeto de lei.

O Ministro Martus Tavares falou sobre os direitos orçamentários nas questões que vemos aqui. Temos, este ano, mais ou menos 48 bilhões de limite orçamentário autorizado pelo projeto, 50 bilhões de limite financeiro. Portanto, são 2 bilhões a mais para o financeiro em relação ao orçamentário, mas temos de 12 a 13 bilhões de restos a pagar. Em verdade, temos 11 bilhões de diferença entre o que está autorizado, empenhado este ano mais o que já foi empenhado no ano passado, e o limite financeiro autorizado.

Este ano é o último do Governo Fernando Henrique Cardoso. A pergunta que faço é se manteremos a transferência de restos a pagar para o próximo exercício. Temos também a consciência do compromisso com Lei de Responsabilidade Fiscal. Todos queremos o orçamento impositivo, sem dúvida nenhuma seria ideal e talvez devêssemos pensar – gostaria de consultar o Sr. Ministro – sobre uma reserva de contingência maior. Talvez fosse ideal, já que há uma tradição, e existe aqui uma resolução da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, aprovada pelo Plenário, que estabelece as emendas de bancada e as individuais, e é necessário que os recursos para elas existam. Quem sabe se o Governo não encaminha num projeto de lei uma reserva de contingência maior, de 5%, a fim de que esses recursos já estejam disponíveis para alocação pelo Parlamento. Dessa maneira, não teríamos que procurar novas receitas, reavaliar outras para encontrar os recursos, buscando atender à demanda dos Parlamentares.

Essa é uma questão a ser considerada e indago sobre a possibilidade de o Orçamento vir com reserva de contingência maior.

O Ministro bem lembrou que o Orçamento é de 300 bilhões e ficamos aqui discutindo 8 a 10 bilhões na Comissão Mista de Orçamentos. Tanto esforço para discutir tão pouco do total do Orçamento.

Então, isso nos remete aos problemas maiores que temos de enfrentar. A Argentina sofreu grandes reveses, não suportou a conta e temos de tratar da contribuição de inativos, porque a previsão deste ano é de 29 bilhões de déficit só para os servidores liberais, mais 16 bilhões de déficit da Previdência, em geral. Portanto, essa é uma questão a ser tocada e que nós, da Comissão, temos de enfrentar e também o Plenário do Congresso Nacional.

Minha outra pergunta, Ministro Malan, é qual o impacto desse corte na área social. Sou representante do Líder do Governo nesta Comissão, fazemos debates intensos aqui e, por isso, procuro na minha intervenção refletir o pensamento do conjunto da Comissão e os questionamentos que faz sobre o cumprimento daquelas questões que aqui são decididas pelo Governo. Repito: qual é o impacto do corte geral estabelecido na área social?

O Deputado Eliseu Resende, aqui a meu lado, faz a seguinte consulta: aprovamos a CIDE, que tem recursos vinculados à restauração de estradas. Evidentemente, quando saímos da conta petróleo, a PPE, de 4 bilhões para uma CIDE de 7 bilhões e meio de arrecadação, justificamos à sociedade que iríamos consertar as estradas. Pergunto: há contingenciamento dessa receita vinculada? Se há – e ela é vinculada pela Constituição – qual o destino que se pretende dar a esses recursos arrecadados e não aplicados no destino veiculado?

Parabenizo os Srs. Ministros pela oportunidade do debate e ao Relator Sampaio Dória pela explanação que fez, também reflexo do pensamento do conjunto desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Os Ministros responderão as perguntas em blocos de três em três Parlamentares. Já há dois: o Relator e o Deputado Ricardo Barros.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar, que é o terceiro, por três minutos.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Srs. Ministros Martus Tavares e Pedro Malan; Sr. Presidente; Deputado Heráclito Fortes; Deputado Sampaio Dória, Relator desta Comissão, Sras. e Srs. Parlamentares presentes, cabe-nos, em três minutos, tecer algum comentário sobre o decreto de contingenciamento, estrategicamente editado na sexta-feira que antecedeu ao carnaval. Por motivos óbvios, não suscitou grande debate na sociedade, embora tenha causado grande impacto na decisão desta Casa sobre a matéria orçamentária. Aliás, a decisão sobre matéria orçamentária resultou do grande esforço desta Casa no sentido de que pudéssemos concluí-la ainda durante o mês de dezembro, apesar das evidentes divergências de natureza política, existentes, que não nos impediram de realizar um esforço de entendimento e, por acordo, aprovar o Orçamento, que foi trabalhado – como bem disse o Deputado Sampaio Dória – com o máximo de seriedade e competência.

Ressalto a competência que a Consultoria Técnica desta Casa tem revelado nos últimos anos, quando trabalha sobretudo os aspectos relativos às estimativas de receita. Temos acertado corretamente na estimativa de receita, uma vez que temos agido com competência técnica e a devida responsabilidade nesta matéria.

A observância dos números pode-nos levar a uma falsa conclusão. Se verificarmos o montante do acréscimo de receitas realizado por esta Casa, ele chega a 13.8 bilhões de reais. Se observarmos o montante dos cortes realizados, eles montam a 13.2 bilhões de reais. Observador desavisado, com visão superficial, poderia tirar a conclusão precipitada de que os cortes se devem à inconsistência da reestimativa de receita realizada por esta Casa, dada a proximidade dos números, como pude refletir. No entanto, análise mais acurada dos números nos leva à conclusão profundamente diferente. Acredito que o Relator Sampaio Dória, com muita felicidade e clareza, explicitou isso.

Ouvimos longamente, nesta Casa, o Secretário da Receita Federal Dr. Everardo Maciel, ouvimos todas as autoridades relacionadas com as fontes de receitas para as quais queríamos trabalhar reestimativas, e fomos até conservadores na sua busca. Cito particularmente as três principais componentes dessa reestimativa: a tributação dos fundos de pensão, a CIDE, que substituiu a PPE, e a atualização de receita, dada a reestimativa inflacionária deste ano. Constato que acertamos nessa reestimativa de receita, conforme revelam o próprio documento e as próprias declarações das autoridades da área econômica e orçamentária do Governo.

Com isso, saliento que, desta forma, tendo o Congresso feito esforço, não só nessa matéria mas também no que diz respeito à definição de certos gastos que consideramos essenciais, dada a representatividade e a seriedade desta Casa, a constatação é que os cortes ocasionarão sério prejuízo às decisões desta Casa. Por exemplo, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que trata do gravíssimo problema das cidades brasileiras que se encontram destruídas, que cuida da infra-estrutura do desenvolvimento urbano...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a V.Exa. que conclua, pois já excedeu o seu tempo em um minuto.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Peço apenas um minuto para concluir, Sr. Presidente.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano ficará com um orçamento, para despesa de capital e outras de custeio, de 49 milhões de reais, para mais de 5 mil Municípios brasileiros, e com um corte de 96% dos gastos. A Secretaria de Integração Nacional, que cuida de irrigação e de obras de drenagem extremamente importantes, teve um corte igualmente de 76%, Srs. Ministros e Srs. Deputados, ficando com uma dotação orçamentária de apenas 556 milhões. A do Meio Ambiente – é desnecessário falar da importância do meio ambiente neste País – teve igualmente um corte de 61%. O resultado disso é que, na verdade, o Congresso Nacional, que agiu com absoluta seriedade, dessa forma se vê usurpado no seu papel de definir prioridades de gastos neste País. Isto porque as prioridades serão definidas pela área econômica e pelos Ministros, que alocarão apenas os investimentos e gastos de custeio previamente determinados na proposta orçamentária, deixando de acrescentar importantes contribuições do Congresso Nacional. Considero isso um fato grave para a democracia brasileira e para a necessária transparência, o necessário diálogo que deva existir entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, ressaltado inclusive pelo Ministro Martus Tavares. Essa decisão, da forma como foi tomada, pelo conteúdo que tem, acaba sendo um atentado grave às relações institucionais e democráticas entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo, causando graves prejuízos ao Brasil.

Sobretudo nós, do Partido dos Trabalhadores, como bem ressaltou o Ministro Pedro Malan, pelas declarações da Prefeita de São Paulo e de tantos outros administradores públicos deste País, somos defensores da responsabilidade fiscal. Mas somos defensores também da verdadeira compatibilidade entre a responsabilidade fiscal e a social no Brasil. A nossa divergência não se dá no campo do necessário equilíbrio fiscal, mas no que diz respeito a aspectos essenciais das políticas macroeconômicas brasileiras, sobretudo aquelas que nos levam à enorme vulnerabilidade externa da economia brasileira neste momento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Informo ao Plenário que serei inflexível. O último orador falou durante sete minutos. O tempo é de três minutos. Se não formos rigorosos, ficaremos aqui per omnia saecula saeculorum nessa reunião, sem terminá-la. A Mesa terá de, infelizmente, cortar a palavra do orador.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Peço desculpas, não tive a intenção de fazê-lo, mesmo porque a matéria é complexa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tudo bem. Outros também se excederam, não foi só V.Exa. Vamos cumprir o Regimento, para que a nossa reunião termine no tempo combinado.

Passo a palavra ao Ministro Martus Tavares, para responder aos três primeiros Parlamentares.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES – Sr. Presidente, creio que, como disse no início, a discussão da matéria orçamentária é muito importante. Temo ficarmos aqui horas e horas debatendo, sem deixar claro, para a compreensão de todos e também daqueles que nos assistem pela televisão, do público em geral, o que estamos falando. Podemos discorrer sobre números para cá e para lá e nada ser compreendido claramente. Estamos, no entanto, convergindo, reafirmando nossas convicções. Prefiro ater-me a elas, em relação à responsabilidade e ao fato de que existem limitações. Se aceitamos que temos de ser responsáveis – temos que ser responsáveis – e que existem limitações, a questão é só quantificar. Nesse caso, concordo inteiramente com o Deputado Sampaio Dória, o Relator da Lei Orçamentária de 2002. Tudo passará a ser uma questão de sentar e, do ponto de vista técnico, porque aí a discussão passa a ser técnica. Se aceitamos politicamente que é importante ser responsável e que existe uma restrição, vamos só quantificar. E a quantificação de estimativa de receita não é um ato político, mas técnico.

Continuo reafirmando a minha convicção de que deveríamos ter – e espero que avancemos na Comissão ainda neste aspecto – dois Relatores. A mesma pessoa cuidando e sendo pressionada pelos pares legitimamente – não estou questionando a legitimidade – para viabilizar mais recursos pode conduzir a resultado insatisfatório. Falei isto o tempo todo, sem me referir em nenhum momento ao Orçamento de 2002. Até porque não precisa. Eu disse que, ao longo desses últimos anos, temos sido acusados, ou nos acusamos mutuamente, de superestimar o subestimável, as receitas. Parti desse princípio.

Pela primeira vez, fui acusado de superestimar a receita. É uma acusação, no mínimo, interessante. Deveríamos nos ater às nossas convicções. Mas mencionarei alguns pontos, pois acho importante tê-los em conta, para chegarmos ao realismo do Orçamento.

De fato, o Executivo propôs a manutenção ou a recuperação da cobrança da contribuição dos inativos. Fizemos isto com toda a consciência, sabendo da dificuldade que o Congresso tinha de aprovar a matéria, em particular num ano de eleição. No entanto, colocamos o tema numa proposta, não numa lei, para ser discutida. Sabíamos disso e avisamos a respeito. Estive aqui, logo que enviamos a proposta orçamentária e dissemos com toda a clareza que, se não fosse aprovada, evidentemente, haveria um corte. O Congresso fez o corte. Curiosamente, fez o corte onde não poderia tê-lo feito, porque o fez na despesa de pessoal. Então, não está exatamente adequado a esse tipo ou não está compatível com a realidade que estamos pregando.

O projeto de lei que corrigia a tabela do Imposto de Renda também foi aprovado. Mas o efeito negativo não foi considerado, porque é uma questão de tempo, reconheço – a data em que foi aprovado e o momento em que se encontrava da tramitação do Orçamento. Mas sobrou para o Executivo a tarefa de fazer o ajuste. Nós nos podemos manter na convergência do estrutural, do permanente, daquilo que importa. Por outro lado, temos também que reconhecer diferenças, e não esbarrarmos nelas. Vamos apenas reconhecê-las.

A revisão da receita foi feita com base nos parâmetros. Por exemplo, considerou-se o aumento da inflação, mas não se considerou a redução do PIB que estava visível durante o segundo semestre de 2002. Então, isso, na mesma linha, não estava compatível. Não se considerou o efeito da mudança do câmbio relativamente ao que estava na proposta orçamentária. O salário mínimo foi aprovado. O Ministro Pedro Malan tem razão ao dizer que estamos avançando nessa matéria e discutindo despesa nova com receita nova. No entanto, aqui temos um problema: a fonte de receita era renúncia de despesa que ainda não estava financiada adequadamente.

Ainda que estejamos convergindo nos conceitos e nas intenções, na prática, no detalhe, há diferenças na aplicação ou na compreensão de algumas questões. Porém, não quero esbarrar nelas, porque vamos realizar uma discussão infundada. Basta compreendermos algumas dessas questões.

O Ministro Pedro Malan ressaltou que a receita posta no Orçamento é estimada no mês de julho, seis meses antes. Durante seis meses, o Ministro ressaltou, muita coisa muda. Pode não acontecer nada, mas às vezes muda muita coisa na economia internacional. E mudou, no segundo semestre. Enviamos a proposta orçamentária para o Congresso Nacional no dia 31 de agosto, antes do dia 11 de setembro, quando todo o mundo se alterou. Isso é uma realidade. Enviamos a proposta dez dias depois de ter sido frustrado o leilão das bandas B e C da área de telecomunicações. Não sabíamos ainda o que poderia acontecer e que efeito isso teria, no que diz respeito à situa-

ção final, se teríamos ou não condições de fazer outro leilão ainda em 2002. Aconteceu o que previámos. O cenário depois se mostrou. Seis meses depois, só agora temos a convicção de que efetivamente não era mais possível ter-se o nível de receita que projetamos.

Não tínhamos nenhum interesse em fazer uma elevação artificial da receita. Fizemos uma proposta orçamentária com 2 bilhões a menos de despesa de investimento em relação à proposta do ano de 2001. Na partida, já fizemos isso, e se a receita não fosse compatível com nove, seria com oito; se não fosse compatível com oito, seria com sete; e, se não fosse compatível com sete, seria com seis. A nossa responsabilidade e a que o Presidente demonstrou, ao assinar esse decreto, são as mesmas. Igualmente, são as mesmas intenções e preocupações em relação ao País do dia 31 de agosto, quando enviamos a proposta para o Congresso.

Se compararmos o que aconteceu com as receitas ou com as projeções de receitas da proposta original, daquilo que foi aprovado pelo Congresso e dos dias de hoje, veremos que existem razões dos dois lados. Não previámos alguns casos e estão acontecendo, por exemplo, relativos aos fundos de pensão. Não podemos olhar os fatos ex post, como se tudo estivesse acontecido antes do dia 31 de agosto e nada tivesse acontecido durante a tramitação do Orçamento. A situação não pode ser olhada estaticamente ou ad post, numa única data. Quando todos os fatos são conhecidos se torna mais fácil estimá-los. Talvez a diferença histórica entre nós – e não me refiro apenas à proposta de 2002 – é que temos o hábito de considerar também os "menos", as diminuições, que muitas vezes são grandes e expressivas.

Gostaria de mencionar alguns números. A reestimativa atual de receita do Executivo, que sustenta o decreto que foi editado, é 11 bilhões e 700 milhões maior do que a do projeto de lei. Reconhecemos que ela hoje é 11 bilhões e 700 milhões maior do que a do projeto original nosso. Refiro-me à receita bruta. A receita líquida em relação ao projeto de lei, no entanto, descontados os "menos" – nem tudo são acréscimos –, que são cerca de 7 bilhões e 600 milhões, e descontadas as transferências constitucionais, de 3,1 bilhões, é de apenas 1 bilhão de reais.

O Deputado Jorge Bittar tem razão. É preciso compreendermos bem por que os números coincidem. Já aconteceram outras coincidências no passado. No ano de 2000 aconteceu o mesmo. O Congresso elevou em 9 bilhões o Orçamento e o corte foi de 9 bilhões. Agora o valor também foi parecido. No entanto, quando verificamos em detalhe cada um dos itens de receita e de despesa, concluímos que efetivamente é uma coincidência, porque há muitos mais que justificam a reestimativa para cima da receita e muitos menos que justificam a reestimativa para baixo. Temos hoje uma reestimativa de apenas 1 bilhão, em termos líquidos, inclusive de transferências constitucionais, acima do projeto de lei, que está com 7 bilhões e 200 milhões menos do que a Lei Orçamentária aprovada. A despesa, por outro lado, em relação ao projeto de lei, sofreu um acréscimo de 3,7 bilhões. Em relação à lei, 2,8 bilhões. Isso tudo tem de ser considerado. Ou seja, não podemos apenas levar em conta aquilo que favorece, que vai na direção do nosso desejo bom e comum a todos nós de gastar mais em investimentos na área social e na área de infra-estrutura.

Quanto à questão do Deputado Ricardo Barros sobre reserva de contingência, eu diria que neste ano tínhamos uma obrigação, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de colocar uma reserva de contingência num determinado montante. A falta de recursos era tão grande que cheguei a propor ao Presidente, confesso aqui, um veto a esse dispositivo que dificultaria mais ainda a nossa possibilidade de alocar recursos. Mas não o fiz porque havia um compromisso com V.Exas. Não poderíamos fazer aquilo. Não o fizemos, mas o fato limitou a nossa capacidade de apresentar, na proposta orçamentária, investimentos adicionais. Nesse sentido, concordo com V.Exa. É realmente importante, e seria desejável; no entanto, não consigo antever uma situação que favoreça a elevação da reserva de contingência.

Quanto ao impacto social, ele foi mínimo. O ajuste feito foi muito criterioso. Tenho dito isto em outras oportunidades: o planejamento e as informações que temos hoje são sobre a execução do PPA, dos projetos estratégicos. Todo o sistema de informações que detemos permite-nos fazer escolhas absolutamente adequadas em relação àquilo que pode e deve ser gasto primeiro e aquilo que deve ser gasto mas pode ser adiado. Decidimos exatamente, Deputado Jorge Bittar, com base nesses critérios e num outro ponto. V.Exa. indagou-me por que os cortes são elevados na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, no Meio Ambiente, na Integração, no Esporte e Turismo, que V.Exa. não mencionou. Temos aqui um problema. É preciso que reconheçamos isso. Nos últimos anos, temos discutido muito, e o fizemos em 1994 na edição do Plano Real, na época da URV. Aprovamos o Fundo Social de Emergência. Para que era esse Fundo? Para desvincular os recursos, porque a vinculação

estava excessiva. No entanto, depois de 1994, aprovamos emendas constitucionais e leis que ampliaram essas vinculações. O que significa isso? Significa que algumas áreas têm recursos assegurados independentemente do quadro, da realidade econômica. Destacamos os recursos para a educação, e ainda somos criticados por não cumprir integralmente. O Deputado Gilmar já está ali olhando para mim, a Deputada Laura Carneiro igualmente, esperando a oportunidade para defender a vinculação dos recursos da educação e da saúde. Todos defendem essas vinculações. Só que elas geram uma restrição, porque o volume de recursos é um dado, e, se algumas áreas têm recursos assegurados, qualquer ajuste ou frustração que haja na receita recairá inevitavelmente sobre outras áreas.

Quanto mais avançarmos nas vinculações, na medida em que tenhamos necessidade de fazer qualquer reajuste, a base sobre a qual ele incidirá se tornará menor e, portanto, o peso proporcional desse ajuste se tornará maior. O Deputado Jorge Bittar, por sua experiência na área de planejamento, sabe disso. É complicado. A vinculação assegura o recurso para a área, e beneficia essa área que está recebendo os recursos; no entanto, há conseqüências, não necessariamente agradáveis, em determinada conjuntura, para aqueles que não têm vinculação garantida pela Constituição Federal ou pela legislação infraconstitucional.

Deputado Ricardo Barros, tivemos de fazer os reajustes com base na conjuntura. Fizemos toda uma reestimativa de receita e despesa, chegamos ao número necessário para proceder ao ajuste e o fizemos com critério, procurando preservar ao máximo a área social. Isso foi assegurado, até porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias, não fossem as emendas constitucionais, a base constitucional para educação e saúde e a prioridade que o Presidente Fernando Henrique Cardoso dá à área social, garantiria outras áreas sociais. A área social foi preservada.

Em relação aos Restos A Pagar – RAP, à data de 31 de março e a como conduziremos a questão, temos um problema preocupante: os Restos A Pagar têm aumentado. O Deputado Sérgio Miranda em outras oportunidades já mencionou isso. Há dois anos seguidos tentamos reduzir os Restos A Pagar. Este ano estabelecemos uma regra para reduzi-los. Não há conveniência alguma. Temos um problema: o Orçamento tem sido aprovado em uma data e o calendário de execução tem-se deslocado muito para o segundo semestre. Isso tem gerado uma parte dos Restos A Pagar, uma parte das transferências de despesa de um exercício a outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Ministro, V.Exa. já utilizou mais de dezoito minutos. Ainda teremos de ouvir as considerações dos Deputados. Para melhor aproveitar o tempo, sugiro que os Parlamentares que querem utilizar a palavra o façam por blocos de três, por doze minutos, e os Srs. Ministros disporão de doze minutos para responder. Temos vinte Parlamentares inscritos. Sei que V.Exa., Ministro Martus Tavares, tem necessidade de expor suas idéias, e o Plenário também necessita ouvi-lo, mas, na realidade, se V.Exa. usar vinte minutos para responder às perguntas de dois Deputados, o Ministro Pedro Malan poderá ficar constrangido e não querer fazer uso da palavra. E também queremos ouvir S.Exa., que também detém a chave do cofre.

Peço que V.Exa., Ministro Martus Tavares, amigo de longa data desta Comissão, ajude-nos um pouco.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, o Ministro vai colocar-se à disposição durante todo o dia, se necessário, de forma que V.Exa. não precisa ter a pressa que ele não tem. Vamos discutir a matéria, que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Depois V.Exas. cobram de mim obediência ao Regimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – A matéria é mais importante do que o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não vou debater com V.Exa.

Tem a palavra o nobre Ministro para concluir.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES – Sr. Presidente, para fazer justiça, quem detém a chave do cofre é apenas o Ministro Malan. Eu bem que gostaria de ter acesso a ela.

Brincadeiras à parte, para concluir, eu mencionava os Restos A Pagar. Estamos com a política de reduzir os Restos A Pagar. No entanto, temos tido problemas, ao longo dos últimos anos, porque os RAP têm crescido e gerado impacto na execução do Orçamento corrente. Diferentemente do que foi noticiado, com base em notas técnicas de algumas assessorias – que tínhamos dinheiro para gastar e que Presidente Fernando Henrique Cardoso gastaria o valor do Orçamento do ano passado que não foi gasto mais o Orçamento de 2002 –, os Restos A Pagar diminuem a capacidade de gastar do Orçamento corrente. Por isso, temos de reduzi-los, estabelecemos essa regra, e infelizmente precisamos dela. Não podemos estar todos de acordo, como na questão da responsabilidade fiscal, quanto a que temos de ser responsáveis ou concordar em reduzir os Restos A Pagar e, na hora

em que for estabelecida a norma, não concordar com ela. É preciso compreender que a norma foi criada exatamente para corrigir um problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem a palavra o Sr. Ministro Pedro Malan.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN – Poderei ser mais breve do que o Ministro Martus Tavares, porque S.Exa. já expôs vários aspectos que eu gostaria de abordar. No entanto, farei alguns comentários sobre intervenções importantes do Relator, o Deputado Sampaio Dória, por quem tenho grande apreço e admiração pessoal.

No geral, expresso minha satisfação com o fato de o Relator aparentemente estar de acordo conosco sobre a importância de um diálogo cuidadoso, cauteloso e interativo. Concordo com o Deputado Jorge Bittar quando diz que existem pessoas na Consultoria Legislativa, membros do Parlamento extremamente competentes e capazes de travar essa discussão. Devemos realizar um debate. Não basta o simples envio de uma proposta pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, uma proposta que é alterada sem interação, sem uma discussão que, francamente, tem de ter uma dimensão técnica.

Esta é uma Casa política, mas a discussão sobre as projeções de cada rubrica de um item de imposto devem ser feitas num primeiro momento pelas partes técnicas envolvidas. Existe competência técnica para isso tanto no Executivo quanto no Legislativo. Sr. Presidente, não se pode considerar isoladamente determinada fonte de receita. Por exemplo, tivemos dezenas de horas de negociação sobre os fundos de pensão; buscamos argumentos na Justiça para derrubar a tese de que eles eram imunes em relação ao pagamento de IR. (Pausa.)

Continuo, com a autorização do Presidente Aécio Neves. Não me estenderei nos detalhes, mas só concluímos essas conversações e tivemos a decisão da Justiça no final do ano passado. Resolvemos o problema de fluxo, mas o estoque era uma decisão voluntária dos fundos de pensão. O principal deles, por exemplo, não aderiu no dia 31 de janeiro. Não tínhamos certeza alguma, apenas uma estimativa precária quanto ao volume daquela arrecadação, que dependia da adesão voluntária dos fundos de pensão, o que só se configurou no dia 31 de janeiro. Nossa estimativa era uma arrecadação da ordem de 7 bilhões, dividida por Estados e Municípios. Estamos falando de Imposto de Renda. Não é tudo da União. O mesmo vale para outras questões mencionadas, como a CIDE, a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, que este Congresso só adotou no final de dezembro. Havia uma grande incerteza até aquele momento.

A receita de concessão – perdoe-me, Deputado Sampaio Dória – era uma estimativa que tínhamos. Não considero que haja um erro de estimativa do Governo nas receitas de concessões, porque tínhamos determinada avaliação, que, como tudo na vida, poderia materializar-se ou não. Tanto é assim que, insisto, a estimativa de receita do projeto de lei enviado ao Congresso em 31 de agosto do ano passado, no que diz respeito à receita administrada, por exemplo, era de 201,4 bilhões de reais; o projeto de lei orçamentária, tal como aprovado pelo Congresso, elevou-a para 210,6 bilhões de reais. O Decreto de 7 de fevereiro tem uma previsão de receita administrada de 213,47 bilhões de reais; portanto, ela é maior do que as duas, tanto que o projeto de lei contraria a Lei Orçamentária. A arrecadação líquida do INSS é praticamente a mesma; na verdade, aumentou em 500 milhões de reais, e o Congresso aumentou as receitas mínimas administradas, que no projeto de lei eram de 35,2, para 38,5, e nossa estimativa recente é 27,4. Essas eram as questões que deveríamos discutir.

O ponto central que gostaria de mencionar é que não se pode considerar uma fonte de receita e adicionar a estimativa global de receita como se tudo mais permanecesse constante, porque, como na vida, tudo mais não permanece constante. É preciso considerar as adições de itens de receita, como por exemplo, fundo de pensão, CIDE, não totalmente previstos, com certeza, mas também as frustrações de outros itens de receita, na consideração do agregado da receita. Assim como na despesa, é preciso considerar as adições desejadas no volume agregado de gastos; é preciso considerar também as adições já contratadas, como disse o Deputado Sampaio Dória, seja por decisão desta Casa, ou do Executivo, ou conjunta, Executivo e Legislativo. É por isso que insisto na importância do diálogo, da interação e do debate entre o Executivo e o Legislativo.

Expresso minha concordância com o que disse o Deputado Arnaldo Madeira, citado, não sei se impropriamente, pelo Deputado Sampaio Dória, no sentido de que não teríamos problema algum, pelo contrário, se o Congresso tecnicamente mostrasse que o Poder Executivo enviou uma proposta superestimada de receita e promovesse cortes nas eventuais superestimativas de receitas feitas pelo Poder Executivo, desde que, ao fazer esses cortes, também indicasse quais são os cortes de despesa que têm de ser feitos para acomodar a frustração de receita agregada realizada para determinado cumprimento da meta.

Faço um último comentário sobre a contribuição dos inativos. Em algum momento, uma futura administração deste País terá de encarar essa contribuição. Por exemplo, a diferença entre os pagamentos feitos a inativos e pensionistas do Governo Federal, dos Estados e Municípios, em relação às contribuições feitas por servidores ativos, no ano passado, foi da ordem 45 bilhões de reais. Corresponde a duas vezes mais do que o Governo gasta com a saúde; seis vezes o que gasta com investimentos; seis vezes o que gasta com educação. Em algum momento no futuro, esse desequilíbrio entre os dispêndios e as contribuições terá de ser enfrentado, não tenhamos dúvida. O problema é mais grave ainda em Estados e Municípios do que no Governo Federal. O corporativismo terá de ceder em algum momento no futuro à realidade de um desequilíbrio crescente ao longo do tempo. Não foi possível este ano, mas qualquer analista sério do desequilíbrio fiscal brasileiro terá de deixar o corporativismo de lado e tratar dessa questão.Este ano o diferencial será de mais de 45 bilhões de reais. Não podemos continuar imaginando que esse não é um problema que tenha de ser enfrentado pelos três níveis de Governo, em particular por aqueles que se dizem responsáveis fiscalmente. Farei um comentário sobre isso em seguida, em função de uma observação do Deputado Jorge Bittar.

Deputado Ricardo Barros, sobre os Restos A Pagar, o Ministro Martus Tavares já mencionou e é muito importante entender algo aqui, porque estou seguro de que haverá outras perguntas a esse respeito. Temos de lidar com os Restos A Pagar porque não entregaremos este Governo, na virada de 2002 para 2003, com um volume de Restos A Pagar superior àquele com que viramos 2000 para 2001. Houve um aumento de Restos A Pagar na virada de 2001 para 2002 que será resolvido ao longo deste exercício. Isso exige, necessariamente, que o orçamentário de 2002 seja inferior ao financeiro de 2001, de modo a reduzir os Restos A Pagar. Exige, portanto, que esse problema seja equacionado ao longo do exercício. Essa é uma das razões pelas quais estamos dizendo que esse cancelamento dos Restos A Pagar, da parte, digamos, não liquidada até 31 de março depende, ao longo do exercício, da evolução da receita durante o ano. Trata-se de discussão que envolve necessariamente a percepção de que não podemos, no ano calendário de 2002, executar Orçamentos, o de 2001, restos a executar, transferidos de 2001 para 2002, e também o de 2002. Os Ministros em algum momento terão de decidir, no exercício de 2002, se darão prioridade aos restos a executar de 2001 ou à suas prioridades para 2002. Não é possível, em um exercício, executar simultaneamente dois Orçamentos. Essa é uma questão que terá de ser discutida nesta Comissão. Não há recurso para executar dois Orçamentos num mesmo exercício.

Sobre o impacto na área social, repito, essa é a área mais preservada em termos de custeio de investimento neste Governo. Por exemplo, este ano o Congresso Nacional, por unanimidade, ao aprovar a PEC da saúde, indexou os recursos da saúde à evolução do PIB nominal, inflação mais PIB real pelos próximos anos. Isso significa que os recursos da saúde estão preservados por uma emenda constitucional. Serão 22,1 bilhões de reais este ano. Eram 14,1 em 1999. Houve um aumento de 8 bilhões de reais por decisão do Congresso Nacional, ao definir legitimamente a prioridade que atribui à saúde, assim como definiu outras, como as estradas, o FUNDEF, o Fundo para a Erradicação da Pobreza e a CIDE, mencionada pelo Deputado Ricardo Barros.

Reporto-me à questão levantada pelo Deputado Jorge Bittar, que chamou a atenção para a importância do desenvolvimento urbano, da integração nacional e do meio ambiente. É claro que são questões importantes. O problema é que o Congresso define prioridades no processo de tomar decisões, e quando tudo é prioritário, nada é prioritário. Chamo a atenção para isso porque os recursos públicos são escassos, e o Deputado reconheceu isso, ao mostrar sua satisfação pela referência que fiz a um membro do seu partido. E há vários outros exemplos. Se os recursos são escassos, é preciso definir prioridades, e definem-se essas prioridades; na definição, há outros setores que não recebem a mesma prioridade que aqueles para os quais se estarão alocando recursos expandidos. Senão, a demanda será por tudo, e será preciso alocar mais recursos para tudo. Isso significa que, se o postulante desse tipo de tese fosse coerente, ele deveria estar pleiteando ou o aumento de impostos e contribuições – e achamos que a carga tributária do País já é elevada para o nosso nível de desenvolvimento econômico-social e a nossa renda per capita –, ou o aumento do endividamento público, ou a volta da inflação.

Não é possível propor aumento de gastos em todos os setores, chamando a atenção para o fato de que todos eles são igualmente prioritários, sem olhar o outro lado da equação – as fontes de recursos para financiar esse aumento de gasto.

Deputado Jorge Bittar, V.Exa. mencionou que é um defensor da responsabilidade fiscal, e sabe do respeito que lhe devoto, anunciado várias vezes.

V.Exa. e seu partido, acredito plenamente em V.Sa., são defensores da responsabilidade fiscal, mas deixe-me dizer-lhe: não achamos que o Congresso Nacional está sendo usurpado em suas atribuições de definir prioridades. Ele vem fazendo isso. Citei aqui a Saúde, a Educação, o Fundo de Pobreza. Com o apoio do Poder Executivo, o Congresso está definindo prioridades. O que não se pode é dizer que tudo é prioridade.

Agora, sobre a sua observação quanto à responsabilidade fiscal, com todo o respeito, vou permitir-me citar aqui uma resolução do diretório nacional do seu partido, aprovada pela Executiva e pelo Encontro Nacional, exposta no site do seu partido, o PTnet, em dezembro de 2000: "É preciso mudar radicalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal". E lá consta também o porquê: "porque o preço da suposta responsabilidade fiscal não pode ser a irresponsabilidade social". E vai além: "Esta postura é fundamental para o programa do partido nas eleições de 2002". Nesse mesmo texto consta que o objetivo é inviabilizar o Governo Fernando Henrique Cardoso, devo dizer.

Então, como levo a sério as decisões de um partido pelo qual tenho respeito e que, em seu estatuto, no art. 209, salvo engano, "Das Infrações Éticas e Disciplinares", afirma que constitui penalidade passível de punição com advertência, punição essa que pode chegar ao afastamento e à perda de mandato, o não acatamento de uma decisão do Diretório Nacional ou da Executiva; é uma decisão tomada por uma instância partidária à qual atribuo importância, e que espero seja revista à luz do que V.Exa. acabou de dizer, porque não existe qualquer incompatibilidade entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social, como vem mostrando este Governo. Basta ver o crescimento da parte do Orçamento que é alocada e destinada à área social, como apontei aqui. Nenhum Governo na História deste País destinou percentual tão elevado do Orçamento de custeio e investimento do Governo Federal para a área social. Portanto, não existe incompatibilidade entre essas duas coisas.

É sempre possível, no entanto, alguém dizer: "ah, mas tal setor não teve a expansão que seria necessária ou desejável". Não teve porque houve outras expansões decididas por esta Casa, atendendo a pleitos da sociedade, que levaram à recomposição, à reestruturação do gasto público. Quando tudo é prioritário, nada é prioritário; quando tudo é prioritário, deve-se aumentar a carga tributária, impostos, contribuições, endividamento público, e trazer de volta a inflação. Presumo que não seja isso que este País, que a sociedade e esta Casa queiram, e não é o que o Poder Executivo quer.

Acho que esse deveria ser um tema importante no debate público ao longo dos próximos sete meses, porque o País e o seu futuro no século XXI dependem do entendimento, por parte da sociedade, deste debate e de suas implicações.

Prometi que não ia estender-me demais, mas já o fiz. Quero parar por aqui, agradecendo os comentários já feitos. Apesar de a Mesa permitir que eu me deixe levar pela eloqüência – afinal, estou na Casa da eloqüência –, atribuo enorme importância a este debate.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, tenho direito à réplica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Infelizmente, nos termos regimentais, não há condições.

Passo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda, próximo orador inscrito.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, pelo contrário. O Regimento Interno prevê o direito à réplica, insisto, por um minuto. Estou amparado pelo Regimento Interno. É apenas um minuto.

Ouvi com atenção o Ministro Pedro Malan, e o Ministro sabe o respeito que lhe devoto, por sua seriedade e sua competência. Mas, no que diz respeito à responsabilidade fiscal, é preciso que fique claro – e os nossos textos todos têm deixado claro – que o PT não se opõe à Lei de Responsabilidade Fiscal como um todo, mas tem divergências quanto a certos aspectos dessa lei. Aliás, integrantes do seu partido também têm. O Deputado Sampaio Dória disse aqui que precisamos aperfeiçoar a Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito às estimativas de receita, para que não surjam essas discrepâncias que acabam distorcendo a alocação de prioridades por parte do Congresso Nacional.

Quando digo que o Congresso Nacional foi usurpado, Sr. Ministro, é porque, quando temos uma certa estimativa de receita elaborada com seriedade pelo Congresso Nacional, alocamos esses recursos de maneira criteriosa; quando o Poder Executivo corta o Orçamento, subverte essas prioridades definidas pelo Congresso Nacional parcialmente. Não discordo de que tenha havido prioridades e avanços na área de Saúde e em tantas outras, mas me refiro a esse aspecto específico, que precisa ser aperfeiçoado.

No que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, não queremos elevar a idéia de pagamentos de serviço de dívida a um pedestal que esteja total-

mente dissociado de uma lógica de enfrentamento do desafio social neste País. Achamos que há um desequilíbrio, uma assimetria no tratamento dessas duas questões, e queremos que elas tenham um tratamento mais equilibrado. Se o preço disso for a necessidade de reestruturação de dívidas, de alongamento de dívidas, o que quer que seja, pretendemos fazê-lo, se um dia viermos a ser Governo neste País, com absoluta responsabilidade, com absoluto respeito aos credores de nossa dívida, mas dando à questão social a prioridade que merece neste País, sobretudo promovendo um processo de desenvolvimento com uma visão macroeconômica, em que o social não seja visto apenas do ponto de vista da compensação, das políticas compensatórias, mas sim como algo estruturante, do ponto de vista do direito ao trabalho, à renda, à qualidade de vida para a maioria da população brasileira. É isso que pensamos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esgotou-se o tempo de V.Exa.

Concedo, por um minuto, a palavra ao Deputado Sampaio Dória.

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Sr. Presidente, quero fazer algumas observações rápidas acerca de alguns comentários vindos dos Ministros.

O Sr. Ministro Martus Tavares alega que o Congresso Nacional agiu inadequadamente ao suprimir despesas obrigatórias quando eliminou a hipótese de aprovação da contribuição sobre os inativos do setor público. Gostaria de esclarecer que, na verdade, quem agiu de modo inadequado foi o Governo, porque ele – e isso já ficou claro na discussão da LDO – não poderia, é um procedimento absolutamente ilógico, condicionar uma despesa obrigatória como é a previdenciária a uma receita condicionada. Não poderia fazer isso ontem, não pode fazer hoje e nunca poderá fazer. Ou a despesa é obrigatória e, portanto, independe da ocorrência de uma condição, ou não. Se é obrigatória, necessariamente tem de ser coberta por uma receita igualmente segura. Considerando que o texto da PEC frustrada estabelecia com toda a clareza, como não poderia deixar de ser também, que aquela receita que eventualmente o Congresso Nacional aprovaria estaria destinada, vinculada à manutenção do regime previdenciário, e isso está no texto da emenda e também na exposição do Presidente da República, se ocorresse, essa receita estaria necessariamente vinculada à manutenção do regime previdenciário.

Em segundo lugar, não cabe, Ministro Martus Tavares, pendurar uma despesa obrigatória, legal, constitucional, em uma receita condicionada, que pode ocorrer ou não.

Finalmente, como última observação, respondendo também à provocação de V.Exa. de que me limitei a falar de receitas e não falei de despesas, quero dizer o seguinte: sobre esses 13 bilhões e 800 milhões que o Congresso Nacional adicionou, não considerado o montante de 1 bilhão e 870 milhões da reserva de contingência adicional, que, nos termos da LDO, se destinavam a dar cobertura a emendas do Congresso Nacional, e deles deduzidos os 3 bilhões e 700 milhões da frustração de receita causada pelo Congresso Nacional com a correção da tabela do Imposto de Renda sem mecanismos compensatórios, e abatidos também entre 3 bilhões e 100 milhões a 3 bilhões e 200 milhões de transferências constitucionais a Estados e Municípios, e ainda 1 bilhão e 400 milhões de subsídios para o gás e o álcool, e cerca de 1 bilhão de reais que o Governo, em sua revisão de receitas de janeiro, não admite como procedentes naquele montante de 3,8 bilhões, ainda assim, Ministros Pedro Malan e Martus Tavares, temos um saldo da ordem de 5 bilhões e 400 milhões de reais, que, somados aos 1 bilhão e 800 milhões do Fundo de Reserva de Contingência Adicional, alcançaria algo em torno de 7,5 bilhões, suficientes para, primeiro, cobrir os 700 milhões de acréscimos salariais de servidores e funcionários da Previdência Social e das universidades federais; segundo, cobrir os impactos nas contas previdenciárias do Ministério do Trabalho e da Lei Orgânica de Assistência Social do reajuste adicional do salário mínimo, de 189 reais para 200 reais.

Estimamos 1 bilhão, 550 milhões, após consultas ao Ministério da Previdência, do Trabalho e do Planejamento. Parece que, na revisão do Governo, a conta chega a 1 bilhão e 800 milhões. Ainda assim, teríamos 700 milhões do reajuste dos servidores das universidades; 1,8 bilhão do impacto do reajuste adicional do salário mínimo – já são 2,5 bilhões; 1 bilhão, 170 milhões de emendas individuais, e alguma coisa em torno de 7 bilhões e 200 milhões de emendas coletivas, das quais daria para realizar, não fosse a frustração das receitas apropriadas pelo Governo, algo em torno de 40% a 45%.

O problema, Srs. Ministros – e o Ministro Martus Tavares acaba de relembrar –, é que, em relação à lei orçamentária, houve um decréscimo da ordem de 7 bilhões de reais de receitas frustradas. A soma das receitas frustradas ou irrealistas que o Poder Executivo introduziu na proposta leva exatamente a 6 bilhões e 800 milhões, sendo 3 bilhões de receitas de concessões de telefonia celular, 1 bilhão e 600 milhões de

Imposto de Importação, 800 milhões de salário-educação e 1 bilhão e 400 milhões da frustrada tentativa de cobrar contribuição dos inativos do setor público. Esse montante de frustrações, na verdade, deve-se quase exclusivamente a receitas frustradas introduzidas pelo Poder Executivo. Agora o próprio Poder Executivo as revê e as refaz, com os pés no chão, admitindo que estavam superestimadas ou que eram irrealistas.

Finalmente, para encerrar, respondendo a uma questão que o Ministro Pedro Malan elaborou, gostaria de dizer que, quando citei o Deputado Arnaldo Madeira, disse que o que se propõe, provocativamente, é que o Congresso Nacional, a rigor, faça ele próprio a revisão dessas receitas que reputa superestimadas. Apenas observei que não é realista supor e esperar que o Congresso de um País com tantas carências tenha a capacidade política de promover cortes em despesas de investimento e de custeio por conta de receitas superestimadas originárias do Poder Executivo. Por isso propus a revisão, como uma maneira mais prática e mais realista de se evitar esse tipo de ocorrência, inclusive no âmbito do Poder Legislativo, onde, concordo com V.Exas., é muito mais freqüente isso acontecer do que no âmbito do Poder Executivo. O que houve este ano no Poder Executivo é uma exceção.

V.Exa. disse que errar é humano, mas prever uma receita de telefonia celular da ordem de 3 bilhões de reais quando o cenário mundial de telecomunicações está absolutamente deprimido, decadente, caminhando rapidamente para um retrocesso dramático, realmente, mais do que irrealismo é quase surrealismo, Ministro Pedro Malan. Para evitar esse tipo de problema, o que proponho, para aperfeiçoar essa obra-prima – sem nenhuma ironia – da Lei de Responsabilidade Fiscal do Ministro Martus Tavares, que considero a lei mais importante desta década, deveríamos introduzir a obrigatoriedade de uma fundamentação mais séria, estatística, econômica, jurídica, das estimativas e reestimativas de receitas, sejam feitas pelo Poder Executivo, sejam feitas pelo Poder Legislativo, em todos os âmbitos, Federal, Estadual e Municipal. Acho que seria um avanço importante e permanente se o incorporássemos à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja, por três minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, saúdo rapidamente a Mesa e os Ministros, em função do pouco tempo que temos. Vou fazer quatro considerações. A primeira diz respeito a essa velha discussão entre receita e despesa: quem acerta, e se há ou não subestimação da receita. O velho Machado de Assis já dizia que os adjetivos passam, mas os substantivos ficam. Ele gostava dos algarismos porque são objetivos.

Quem analisa a história do Orçamento percebe que é evidente que o Governo subestima a receita todos os anos. Quer dizer, a cada ano há uma explicação, mas há uma subestimação. Quem acerta a receita é o Congresso Nacional. Quando os Ministros falam, parece que querem dizer-nos que queremos sempre mais recursos. Acho que não é isso que este Congresso Nacional quer. Queremos distribuir os recursos que existem, porque essa é a função do Congresso Nacional. O Governo, quando faz decretos legislativos, usurpa, sim, a função do Congresso Nacional, porque distribui de outra forma, diferente daquela que propusemos aqui – independentemente das prioridades. Concordo plenamente com o que considera o Ministro Pedro Malan: se tudo é prioritário, nada é prioritário. A discussão tem de ser sobre como vamos distribuir recursos.

O segundo ponto diz respeito à dívida pública e aos superávits. Gostaria de fazer uma pergunta ao Ministro Pedro Malan, porque ontem discutimos esse assunto aqui com o Secretário do Tesouro Nacional. O superávit do ano de 2001 das estatais foi de pouco mais de 7 bilhões. A previsão era de 1 bilhão, 240 milhões. Ora, se estamos criando superávits das estatais, que são recursos que terão de ser aplicados em investimentos de outras áreas, a pergunta é: não estamos criando para os preços públicos – porque a conta de luz é preço público –, transformando-os em tributo? O sujeito que paga uma conta de luz no interior do Paraná ou em Santa Catarina está pagando, porque a energia está cara, para Itaipu ser superavitária, para ter superávit primário, para garantir as contas e, no fundo, para pagar juros. Quer dizer, há uma distorção.

Ministro Pedro Malan, ontem o Secretário do Tesouro Nacional disse que essa dívida que está aumentando, essa escalada, ocorre fundamentalmente porque havia um esqueleto na questão da dívida dos Estados. Concordo plenamente. Acho que este Governo fez muitas coisas importantes. Essa é uma coisa importante. Tenho de reconhecer.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O tempo de V.Exa. esgotou.

Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Vou concluir, mas peço que V.Exa. tenha a mesma tolerância que teve com os outros.

Um dos tripés da dívida são, sem dúvida nenhuma, os juros. Sou médico e posso não entender de política econômica, mas o povo espera que a equipe econômica acerte essa escalada da dívida que será entregue ao outro Governo.O terceiro ponto, rapidamente, é a questão dos créditos adicionais que foram vetados. Este Congresso Nacional estabeleceu que os créditos adicionais fossem separados em questão de pessoal e de obras. O Governo vetou quando não poderia vetar, porque não é inconstitucional, e diz respeito ao Orçamento. A segunda questão não é contrária ao interesse público. Queremos votar aqui créditos adicionais separadamente. Caso contrário, vem uma obra irregular; mas, e o salário? O pessoal fica pressionando-nos para votar o crédito como um todo. Os créditos, no ano passado, somaram 125, sendo que 88 vieram no último dia. É preciso mudar um pouco essa política.

Para terminar, quero falar sobre a questão do decreto. Ora, o decreto, primeiro, afronta a Lei de Responsabilidade Fiscal, que queremos cumprir. Reza a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 9º, que o contingenciamento tem de ser feito só depois de 60 dias. Então, pergunto: por que não esperar os 60 dias para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal? Quando se contingencia dessa forma, o que acontece? Diz-se que tal Ministério pode gastar tanto, mas ele tem 30 projetos para custear; transfiro aquilo que escolhemos aqui, porque reduzi a receita, para o Ministro; aí, entre esses 30, gasta-se em 3. Transfiro a responsabilidade do Congresso Nacional para o Ministro, que está lá há 3 ou 4 meses, que vai atender os seus afilhados; ora, se isso não é retirar a competência do Congresso Nacional...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado Fernando Coruja, peço a V.Exa. que encerre.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Acho que é evidente que um decreto dessa ordem tira, usurpa a competência do Congresso Nacional, porque passa para o Ministro a destinação; o Sr. Ministro Pedro Malan passa os recursos, o Ministro Martus Tavares diz que pode gastar, mas quem vai decidir é o outro Ministro, que vai atender a seus afilhados. Usurpa, sim, a função do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Passo a palavra ao Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Ministros, ontem tivemos aqui um bom debate com o Dr. Paulo Fontinelli e com o Dr. Fábio Barbosa. Tratamos de questões gerais nesse debate, da qualidade do ajuste fiscal, da questão dos restos a pagar, da questão da relação Estados, Municípios e União, da carga necessária para cumprir as metas fiscais, que é distribuída desigualmente; então, não vou tratar desses assuntos aqui. Vou ater-me a perguntas bem objetivas, porque acho que será melhor.

A primeira pergunta que quero fazer ao Ministro Martus Tavares é sobre a questão dos restos a pagar: que conselhos V.Exa. dará ao Sr. Ney Suassuna, Ministro da Integração Nacional, que tem de restos a pagar de 2001 R$1.003.418.000,00, e tem um limite autorizado de 556 milhões para o Orçamento de 2002?

Levanto uma segunda questão: V.Exa., na nota à imprensa que foi divulgada, comenta a nova expectativa de crescimento da despesa de pessoal, em torno de 2 bilhões. Há uma referência a um aumento dos militares. Eu pergunto a V.Exa.: o aumento dos militares deu-se antes de ser enviada a proposta orçamentária; para se cumprir o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, tão exaltado pela Mesa, seria preciso haver uma compensação, porque é uma despesa obrigatória de caráter continuado; não foi feita essa compensação? Não foi prevista essa compensação nos próximos três anos? Então, aumenta-se agora a expectativa de despesa e cortam-se despesas porque não foi feita a compensação?

Uma terceira pergunta, Ministro: nós aprovamos o Orçamento de 2001, que, logo depois, sofreu um acréscimo de 40 bilhões. Foram 65 decretos, 121 projetos de lei de créditos adicionais, 7 projetos de lei de créditos extraordinários – muitos deles medidas provisórias. Liquidamente, houve um acréscimo de 21 bilhões nas despesas primárias, e grande parte dos recursos utilizados como fonte de receita para suprir essas despesas foram receitas financeiras. Há uma diferença, só de superávit financeiro, de 13 bilhões. Há uma diferença entre o gasto primário, de 21 bilhões, e a receita primária, de 11 bilhões, de 9 bilhões de déficit primário. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, também tão exaltada, para se manter a meta de superávit primário, foi necessário compensá-la com alguns cortes. Onde foi cortado? Qual a transparência desses cortes?

Dirijo-me agora ao Ministro Malan. Ministro, antes quero fazer um comentário sobre o problema das receitas. As receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal normalmente estão ajustando-se com as previsões – inclusive, merece um elogio a

ação da Receita Federal pela sua disponibilidade em justificar suas previsões. O que se frustram normalmente são as receitas não administradas. Essas é que têm tido maior frustração. O Congresso tem dado uma contribuição para o crescimento das receitas administradas pela Secretaria da Receita por meio da votação de projetos de lei, de alterações no Código Tributário, e principalmente por meio da permissão da utilização da CPMF para poder fazer controle de sonegação e de combate ao crime organizado. Eu perguntaria a V.Exa., já que vamos votar hoje um destaque que trata da CPMF: o cálculo que fiz a partir do relatório do Ministro Delfim, que diz: "Em reais, a meta primária de 2002 é de 29,2 bilhões, e a receita da CPMF, com a aprovação dessa PEC, descontada a perda com a não-incidência nas operações em bolsas que nosso Substitutivo prevê, equivalerá a cerca de 65% desse resultado", é bem simples. Sessenta e cinco por cento de 29,2 bilhões dão 18 bilhões. A previsão era 19 bilhões; diminuí 18 de 19, o que resultou nos 920 milhões de isenção para os aplicadores financeiros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. já utilizou o dobro do tempo, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Só um minuto, para encerrar.

Vai haver, então, um novo decreto? Como serão compensados esses 920 milhões? Se não são 920 milhões, são 380? Vai haver um novo decreto? Porque vamos aprovar.

Para concluir, V.Exa., que é um homem de finanças públicas, concorda em se dar imunidade tributária – não é isenção fiscal para as bolsas, que já a têm garantida hoje pelo art. 8º –, constando na Constituição um benefício fiscal para os aplicadores em bolsa? V.Exa. concorda que esses aplicadores fugirão do caráter fiscalizatório que a CPMF tem, que permitiu inclusive aumento de arrecadação? Todos são santos? Não há ação do crime organizado? Não há ação de lavagem de dinheiro por parte desses aplicadores em bolsa? Será o único setor da economia brasileira que não será controlado. V.Exa. não considera que isso será um campo aberto, quando tanto se discute segurança neste País, para o crime organizado, para a sonegação e para a lavagem de dinheiro?

Elogiei a Receita Federal e quero aproveitar para elogiar a COAF, que tem dado uma grande contribuição para o combate ao crime neste País.

Por último, rapidamente, V.Exa. propôs que os restos a pagar de 2002 equivalessem ao de 2001. Por que não aos de 1998? No começo do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o resto a pagar era de 3 bilhões. Em 2002, são 21 bilhões. Em 1999, foram 21 bilhões; em 2000, 31 bilhões. Existem restos a pagar financeiros também em 2001 de 12 bilhões. Os não-financeiros de 2001 são 8 bilhões. Por que não voltamos a 1998?

Eram essas as perguntas bem objetivas que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está encerrado o tempo de V.Exa.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Passo a palavra ao Deputado Alberto Goldman, por três minutos.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – V.Exa. pode conceder-me pelo menos metade do tempo do Deputado Sérgio Miranda? (Risos.) Muito obrigado. Eu sou mais conciso.

Quero dizer, em primeiro lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as pressões exercidas sobre o Congresso, sobre a Comissão de Orçamento, sobre os Relatores Setoriais, sobre o Relator-Geral e sobre o Presidente da Comissão, por todo o Congresso e por toda a sociedade, pois é a sociedade que pressiona, fundamentalmente...

O SR. DEPUTADO SAMPAIO DÓRIA – Governadores e Ministros também.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Os Governadores e os Ministros. Os Ministros que não conseguem fazer aquilo que deveriam fazer no Planejamento vêm aqui fazer pressão sobre os Srs. Deputados. Toda a sociedade faz isso aqui, mas, de uma certa forma, faz isso também no Executivo. De uma certa forma, todos eles fazem a mesma pressão no Executivo, a sociedade, os Parlamentares, os partidos, e as demandas da sociedade expressam-se não apenas no Congresso Nacional, mas também no Poder Executivo.

Eu diria que só posso admitir que tenha havido essa hoje verificada frustração da receita prevista pelo Executivo na época exatamente porque, de uma certa forma, o Executivo também procura resolver um pouco das pressões que são exercidas sobre ele com aquela história: "é possível que se aprove aquele 1,4 bilhão de cobrança dos inativos?" Bem, possível é, e até, na minha opinião, seria necessário, mas com frustração das receitas de concessões, com despesas que acabaram aparecendo durante o ano e que poderiam eventualmente ter sido previstas naquele momento da execução do Orçamento.

Essas pressões existem, de qualquer forma, e de todo lado. Eu diria que, quando chegam ao âmbito do Congresso, multiplicam-se. Chegam ao limite, à última hora, no último momento. Depois não há mais chance. Evidentemente, o Congresso faz o que sempre fez: quando há uma receita a mais que possa ser apropriada, ele apropria; quando há uma receita que já se sabe ser menor – já se sabia evidentemente, em dezembro, que muitas dessas receitas não seriam realizadas –, fazemos de conta que não vimos. O mesmo ocorre com despesa com sinal contrário.

Chega o momento, evidentemente, da revisão desse orçamento, que é feito nesse decreto de contingenciamento. Diria, portanto, que a usurpação – palavra que foi utilizada com relação ao Executivo – é uma usurpação que nós, aqui no Congresso Nacional, determinamos ao Executivo. Estamos dizendo ao Executivo: "Os senhores têm que fazer isso, porque não temos condições políticas de fazê-lo. Não temos a capacidade e nem força política para fazê-lo. Os senhores vão ter que fazer isso." Então, devolvemos ao Executivo. É uma usurpação, de fato, do ponto de vista do que significa a decisão do Congresso sobre alocação de recursos. É uma usurpação, mas é uma usurpação que nós determinamos ao Executivo e que ele, Executivo, tem de fazer. Não tem como não fazer. Tem de ser feito.

Como podemos enfrentar essa questão e diminuir o grau de discussão que tem todo ano a respeito disso?

Quando o Executivo estiver elaborando o Orçamento, no primeiro momento, não há nenhum impedimento em que alguns membros da Comissão de Orçamento, designados pela própria Comissão, sentem-se com os Ministros e discutam a receita. Não vai ser nada formalizado e aprovado, porque não há forma de aprovar; vai-se discutir a receita: "Olha, nessa estamos pondo as seguintes questões etc. Colocamos nossos técnicos do Executivo e podemos chegar a um número aproximadamente consensual."

Isso é uma forma.

Além disso, proponho que, ao invés de se ter dois relatores, que se tenham duas votações no Congresso. Podemos fazer no Congresso, como tentamos fazer através da Comissão de Orçamento, em dois momentos, duas votações do Orçamento. Num primeiro momento, a votação da receita. O mesmo Relator apresenta a receita, votada no plenário do Congresso. Aprovada a receita, passamos a tratar das despesas. Dessa forma, evitamos essa situação que acabamos impingindo ao Executivo: a necessidade de ele usurpar um papel que é nosso e que acabamos delegando ao próprio Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Isso evita que aconteça esse tipo de distribuição de contingenciamento, que vai desde o Ministério da Justiça, 4%, Educação, 7%, Saúde 4%, CDUR, 96%, Integração, 76%. Quem vai fazer isso somos nós e não o Executivo.

Quero aproveitar este momento, Sr. Presidente, apenas para fazer uma referência ao Decreto nº 4.049, de 12 de dezembro de 2001, que se refere aos restos a pagar em 2001, assim como nos exercícios anteriores e não liquidados até 31 de março de 2001, os quais serão integralmente anulados naquela data.

Se V.Exas, Srs. Ministros, permitindo que fosse feito o empenho no dia 31 de dezembro, nos últimos dias do mês do ano passado, conhecem evidentemente a Lei de Licitações – Lei nº 8.666 – que, no mínimo, vai exigir 90 dias para qualquer licitação, significa que, ao emitir esse decreto, anula-se, de forma imediata, tudo aquilo que foi feito no final do ano passado. Não há nenhuma lógica em se estabelecer esse prazo. É uma violência! Há prazos a serem cumpridos. Isso vale para qualquer Prefeito que vá receber qualquer recurso para qualquer obra. Se vai ter uma obra de uma estrada, uma obra de um recurso hídrico qualquer, como é que se imagina que se possa fazer a licitação, executar a obra e liquidar em 90 dias? Desculpe-me, mas alguém está fora de órbita.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Passo a palavra ao Ministro Martus Tavares, por seis minutos, para responder aos questionamentos dos Srs. Parlamentares.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES – Sr. Presidente, estou entendendo que tenho o mesmo tempo daquele que me indagou. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Ficou acertado aqui que os Ministros teriam seis minutos cada um para responder aos Parlamentares. Então, V.Exa. tem seis minutos.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Na realidade, quando eu estava momentaneamente na Mesa, havia ajustado com os dois Srs. Ministros que o tempo ocupado pelos três Parlamentares, que normalmente seria de 9 minutos, seria dividido. Se os Parlamentares ocupassem 15 minutos, dividiriam os 15 minutos. Isso foi o que ajustei, e pediria a compre-

ensão de V.Exa. para esse acordo, pois contei com a benevolência dos dois Srs. Ministros.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tudo bem.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES – Vou tentar ser breve e responder a todas as questões.

A título de explicação ao Deputado Sampaio Dória, de fato, a contribuição dos inativos precisava ser cortada, na medida em que não foi aprovada. No entanto, comentei que não ficou adequado se cortar despesa a qual foi destinada. Então, V.Exa. diz: "Mas foi destinada à despesa que não podia ser cortada; não poderia ter sido destinada a isso." Então, eu diria que a contribuição dos servidores é constitucionalmente vinculada à despesa de pessoal. Ela não poderia ser destinada a nenhum outro lugar. O certo mesmo, V.Exa. tem razão, é que nós, ao propormos uma receita condicionada, colocássemos despesas que poderiam ou não acontecer. No entanto, a Constituição obriga-nos a destinar a despesa de pessoal. Então, se previámos, tínhamos que necessariamente incluir. Na hora de fazer o ajuste, como essa despesa não pode ser cortada, o certo era cortar no custeio e no investimento dos projetos. O Congresso não fez dessa maneira.

Gostaria de concluir esse debate em relação à receita, que é importante, atendo-me ao que foi mencionado pelo Deputado Alberto Goldman. Como aqui mencionei, o 11 de setembro é posterior a 31 de agosto. Isso condicionou fortemente a conjuntura do segundo semestre, condicionou a arrecadação federal no segundo semestre e, por conseguinte, condicionou a estimativa de arrecadação de 2001. Isso tudo aconteceu após o envio da proposta orçamentária.

O leilão que foi feito das Bandas B e C deram-se no dia 21 de agosto, isto é, 10 dias antes do envio da proposta. Não tínhamos condições, naquele momento, de avaliar corretamente quais eram as razões da frustração. V.Exa., sendo um especialista na área, talvez tivesse mais informação, mas o Governo não foi capaz de avaliar essa questão e não tínhamos condições de rever. Esperávamos fazer o leilão proximamente.

Sobre a questão dos inativos, já mencionei. Quanto ao fundo de pensão, todo processo de negociação, aprovação e decisão final do Supremo Tribunal Federal deu-se após o dia 31 de agosto.Então, tivemos, sim, frustrações em alguns itens e apareceram receitas em outros itens. Isso dentro de uma normalidade, não dentro de um princípio ou de uma orientação para superestimar a receita, o que é absolutamente indevido. Nesse caso, prefiro ficar com a menção feita pelo Deputado Sérgio Miranda, de que a arrecadação estimada pela Receita Federal, em particular a administrada, tem sido ou se tem tornado muito compatível ou muito próximo daquilo que efetivamente ocorre depois.

Sobre essas questões, deveríamos concluir dessa forma. Disse aqui na minha exposição inicial, compreendendo razões do Congresso e razões do Executivo. Não vamos dizer que alguém superestimou ou subestimou. Ocorre que há erro de estimativa tanto num caso quanto no outro; só que não o estou atribuindo a algo deliberado intencionalmente ou previamente definido, mas à conjuntura e a outros fatores que aconteceram durante o processo.

Em relação ao comportamento do Congresso Nacional, a forma como o Deputado Alberto Goldman apresentou, com quem concordo integralmente, está muito adequada e responde ao que foi mencionado pelo Deputado Fernando Coruja. Efetivamente, temos que nos pautar pela realidade. Tanto eu quanto o Ministro Pedro Malan falamos que não podemos considerar apenas os mais das receita ou aquelas coisas boas e positivas, ainda que seja uma tentação muito grande fazê-lo. Ao não procedermos dessa maneira, ao deixar que o Executivo inclua os menos, efetivamente, sobra um poder de arbitragem do Executivo de escolher como gastar a despesa, porque a autorização de gasto é muito superior à capacidade de fazê-lo. Isso é aritmético. Não há novidade. Concordo inteiramente com a síntese feita pelo Deputado Alberto Goldman.

Com relação ao que foi exposto pelo Deputado Fernando Coruja, sobre créditos adicionais e de separar créditos de pessoal com créditos relativos a obras ou a projetos, procuramos fazê-lo sempre. Caso tenha havido algum tipo de problema de estar no mesmo projeto despesas de duas naturezas tão distintas, o Legislativo pode separá-las. V.Exa. tem razão. Estou concordando com a observação feita.

Quanto ao que foi mencionado objetivamente pelo Deputado Sérgio Miranda: que conselho eu daria para os Ministros... Efetivamente, Deputado Sérgio Miranda, reconheço que os limites possíveis autorizados para a execução do Orçamento de 2002 são baixos em relação ao que foi aprovado pelo Congresso e à própria proposta do Executivo. A realidade que está implícita no decreto de programação nos impôs um ajuste ou um corte em relação ao próprio projeto do Executivo. Num certo sentido, isso retira a idéia ou a imagem que às vezes fica em coincidências de números de que o Executivo tende a cortar os projetos do Legislativo. Cortamos 4 bilhões do projeto do próprio

Executivo por absoluta necessidade de compatibilizar a despesa à receita que está sendo esperada para o ano de 2002. Então, é muito menos dramático, do ponto de vista político, quando reconhecemos isso.Deputado Sérgio Miranda, o conselho é que vamos ter de administrar essa situação. Temos de executar os restos a pagar de acordo com o limite financeiro dado. Também é importante saudar esses compromissos. V.Exa. é um defensor da redução dos restos a pagar e em outras oportunidades tem apresentado de forma veemente essa questão. O objetivo aqui de ter dado um limite orçamentário menor do que o financeiro é exatamente para corrigir essa distorção provocada pelos restos a pagar. Agora, isso gera uma sensação de não execução do Orçamento de 2002. Em alguns casos, não é só a sensação, mas isso é muito concreto.

Em relação à despesa dos militares, o ajuste foi concedido em duas parcelas, sendo que uma segunda parcela ficou para ser dada posteriormente. O que fizemos? O Presidente Fernando Henrique, numa medida provisória, no final do ano passado, postergou essa decisão, porque não tínhamos colocado na proposta orçamentária recursos suficientes. Essa decisão ficou para ser tomada ao longo do primeiro semestre de 2002. A lei, no entanto, ainda não existe. Vai ser necessária uma lei, assim como para o salário mínimo.

A compensação da Lei de Responsabilidade Fiscal deve-se dar, assim como aconteceu com o salário mínimo, no ano passado, no momento efetivo da autorização do respectivo aumento. Isso deve ocorrer tanto no caso do salário mínimo quanto dessa segunda parcela dos militares. No entanto, o decreto que foi autorizado já prevê na despesa de pessoal esse aumento. Portanto, a fonte já está implícita nas contas. A compensação já está contabilizada, ainda que não explicitada na legislação que se fará acompanhar, através de exposição de motivos, autorizando o efetivo cumprimento do que é hoje o desejo de se elevar o salário mínimo. É mais do que um desejo; é um acordo político no sentido de se elevar o salário mínimo para 200 reais e conceder a segunda parcela, que estava prevista, do aumento dos militares.

Durante o exercício, parece-me que se está financiando despesa primária com superávit financeiro. Efetivamente, do ponto de vista do projeto em si, daquele projeto que se manda para cá, isso pode estar acontecendo. No entanto, no âmbito do resultado global, do balanço da União, isso não se verifica, porque outros gastos primários não vão acontecer. O fato de termos o superávit primário é a demonstração cabal de que não existe financiamento de despesa primária ao final do exercício com recursos financeiros ou com superávits financeiros. No entanto, é possível que durante o exercício algum projeto dê essa conotação, na medida em que a fonte de financiamento oferecida é o superávit financeiro. No entanto, ao fim do exercício, isso não acontece.

Para finalizar, Sr. Presidente, em relação ao que foi mencionado pelo Deputado Alberto Goldman, quanto às propostas, de toda essa discussão do Orçamento de 2002, em particular a questão da receita, devemos aperfeiçoá-la. Essa foi a minha intenção quando recoloquei a questão do Relator. Quando falo do Relator, sempre mencionei um segundo Relator para discutir a receita e aprovar o seu relatório. Entendo que a sua proposta é aprovar talvez no âmbito de plenário. Estava falando no âmbito de Comissão. Seria importantíssimo. Eu diria que complementa tudo isso que temos discutido. Diria que isso seria um avanço importante que deveríamos fazer: ter na Comissão um Relator e aprovar esse relatório. Uma vez aprovado o relatório, quem for relatar a despesa tem que se contentar, tem que ficar balizado e restrito ao que foi aprovado no relatório de receita. Acho absolutamente adequado. Seria um avanço adicional importante que deveríamos ser capazes de produzir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN – Deputado Fernando Coruja, não quero me estender demais sobre a sua observação de que a história mostra que o Governo subestima a receita. Isso pode ter ocorrido no passado, mas não ocorre hoje. A melhor maneira de dirimir dúvidas a esse respeito é exatamente fazendo essa sugestão que acaba de apresentar o Ministro Martus Tavares; ou seja, mantermos um diálogo técnico continuado, sistemático com os assessores dos Parlamentares da área técnica, antes mesmo do envio da proposta e particularmente após o envio da proposta. Acho que estaríamos dando um grande passo adiante se conseguíssemos – sei que é difícil – fazer isso que está sendo sugerido aqui, ou seja, ter um Relator específico da Receita e que o Congresso reconheça ou aprove a estimativa de receita para exercícios subseqüentes. Esse é um passo fundamental para que o Congresso possa fazer o que lhe é de direito, como V.Exa. diz, que é decidir a distribuição e a composição do recurso, uma vez que foi identificado o volume disponível para ser alocado.

O Deputado Alberto Goldman diz que isso não é uma tarefa fácil pela própria natureza e composição dos vários interesses também apresentados nesta

Casa, mas eu não vejo nenhuma razão para que não se possa continuar tentando. Portanto, eu não concordo com a idéia de que há uma usurpação deliberada do Executivo em relação a poderes do Congresso Nacional. Conheço muitos Parlamentos do mundo em que é o Congresso Nacional, sim, que distribui os recursos, tudo que chega ao entendimento do âmbito do Congresso sobre sua distribuição. Se há dificuldade de fazê-lo aqui, não cabe a mim analisar. O fato é que o recurso tem que ser distribuído em algum momento do tempo. O País não pode parar à espera de uma tentativa de equacionamento desse problema.

Sobre dívida, a pergunta de V.Exa. é por que ela está aumentando. O Secretário do Tesouro Nacional esteve aqui ontem, mas não sei se ele apresentou dados – espero que tenha feito; se não, o trabalho está à disposição de V.Exa. –, mostrando as razões do aumento da dívida de 1994 para cá. O papel das reestruturações de dívidas nos Estados e Municípios, no qual a União assumiu dívidas impagáveis dos Estados e Municípios com subsídio, reestruturando-as em 30 anos, isso aumentou a dívida do Governo Federal, sim. Foi o preço a pagar por equacionar problemas de 25 Estados e 180 Municípios ao longo dos últimos anos.

Além disso, temos um crescimento de esqueletos, que eram dívidas já incluídas no passado e não registradas nas nossas estatísticas. Este Governo, com a política de transparência, decidiu registrá-las, e, ao fazê-lo, aumentou, explicitou dívidas – que não são deste Governo; estavam lá simplesmente não-registradas, e passaram a ser registradas. Há claramente o efeito da desvalorização igual a 1999 e o efeito dos juros, que estão explicitados lá. O trabalho está à disposição de V.Exa. ou de qualquer Parlamentar interessado.

Farei um comentário rápido sobre superávit das estatais. O superávit das estatais são fundamentalmente de PETROBRAS e ITAIPU e compensam os déficits das demais. O superávit da PETROBRAS, no ano passado, foi fundamentalmente derivado, além da maior eficiência com que a empresa vem sendo gerida, da mudança nos últimos tempos, do curso do câmbio e do preço do petróleo. Eu quero lhe assegurar que o orçamento de investimento das empresas estatais, que é aprovado por esta Casa, é enviado ao Congresso, é separado do AGU – chama-se Orçamento de Investimento das Empresas Estatais. Ele é encaminhado ao Congresso, é aprovado pelo Congresso Nacional. E há o PDG, que é o Programa de Dispêndio Global, no qual, na parte de investimento, segue o Orçamento de Investimentos das Estatais, tal como aprovado nesta Casa.

Não houve nenhum contingenciamento de investimento de estatais federais nesse último exercício. Esse superávit observado é o resultado, no caso da PETROBRAS, da evolução fundamentalmente de câmbio e petróleo. E, no caso de Itaipu, a empresa que está pagando dívidas. A LDO, tal como aprovada nesta Casa, permite uma composição entre o resultado do Governo Federal e o resultado das estatais federais no cumprimento da meta.

Deputado Sérgio Miranda, dois comentários rápidos sobre suas perguntas. Primeiro, quero agradecer, em meu nome pessoal, em nome do Everardo Maciel e em nome de todos os auditores fiscais, os seus comentários positivos em relação à Secretaria da Receita Federal e ao trabalho da COAF, ao qual atribuímos uma enorme importância, hoje reconhecido internacionalmente, devo dizer. Acho que V.Exa. reconhece, e fico satisfeito em ver isso.

No que diz respeito a receitas administradas, as previsões têm sido bastante razoáveis. Elas são checadas e rechecadas por pessoas competentes, inclusive V.Exa. Por exemplo, a previsão de maio do ano passado da receita total foi 272,6 bilhões de reais e o alcançado no ano foi 272,2, ou algo assim, se não me engano. Portanto, foi razoavelmente acordado. A memória de cálculo, o imposto por imposto, está disponível para a assessoria técnica desta Casa. Portanto, na receita administrada, acho que avançamos enormemente nesse diálogo técnico, não só político, mas também técnico entre o Executivo e o Legislativo.

V.Exa. notou com propriedade que, às vezes, o que se frustra são receitas não-administradas. É verdade, Deputado. Receitas não-administradas impõem, por exemplo – já tive oportunidade de mencionar aqui – expectativas quanto à realização de vendas de concessões do serviço público. Então, nós não podemos ter nenhuma certeza a priori; depende do interessado que se dispõe a comparecer na disputa daquela concessão, do ágio ou do prêmio que eventualmente resulte daquela venda. Portanto, é muito mais difícil prever esse tipo de receita. Acho que isso deveria ser entendido por todos. Tanto é assim que mencionei aqui que a nossa estimativa do projeto de lei, tal como encaminhado ao Congresso, dessas receitas não-administradas, em agosto, era 35,2 bilhões de reais; a lei orçamentária anual aumentou-as para 38,5; e, agora, no decreto, com o benefício de ter a experiência de sete, oito meses decorridos desde a sua primeira estimativa, em meados do ano passado, ela está em 27,4 bilhões de reais.

Sobre a outra pergunta de V.Exa., a respeito da CPMF. O Ministro Delfim Netto aparentemente está correto. A meta aprovada na LDO para este ano é 29,2 bilhões de reais; a receita estimada para a CPMF, já incorporando o efeito da estimativa, tenho a impressão, é de mais de 19 bilhões de reais. Portanto, o percentual é esse, mais ou menos, que V.Exa. falou. A estimativa da perda de arrecadação não é 900 milhões nem 700 milhões, mas pouco mais de 300 milhões, segundo a última estimativa da Receita Federal. Não há uma grande questão para este ano, porque estamos falando de metade disso, se o Congresso houver por bem aprovar o relatório do Deputado e ex-Ministro Delfim Netto.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para chamar a atenção dos senhores, que estarão votando isso hoje, no sentido de que é um equívoco achar que a única questão que está sendo proposta é essa da isenção para as Bolsas, que vêm sendo afetadas negativamente por uma expressiva transferência para o exterior de negócios de Bolsa no Brasil, com perda expressiva de possibilidades e com menor desenvolvimento do mercado de Bolsas no Brasil, com implicações na captação de poupança no Brasil e nos investimentos em empresas brasileiras no Brasil. Portanto, achamos que é razoável o que foi proposto pelo Relator, Deputado Delfim Netto, e que deveria merecer o apoio desta Casa.

Agora, não é só isso. Há, por exemplo, Deputado Sérgio Miranda, uma proposta de fazer deslanchar, e eu acho fundamental, o mercado secundário para estímulo a desenvolvimento da habitação, investimento imobiliário no Brasil, que é o mercado de recebíveis imobiliários, que permite a securitização de recebíveis imobiliários. Portanto, é um estímulo ao investimento no setor imobiliário de construção civil no Brasil, que é um setor altamente gerador de emprego e que hoje está travado exatamente porque a CPMF neste tipo de instrumento de recebíveis imobiliários torna-o inviável do ponto de vista de instrumento financeiro. Aqui, Deputado, não há perda de arrecadação. É zero hoje. O mercado não existe. É preciso criá-lo, para favorecer o investimento em habitação e financiamento imobiliário no País.

O mesmo se aplica ao sistema brasileiro de pagamentos, os chamados clearings. Trata-se de aumentar a eficiência do funcionamento do sistema de intermediação financeira no Brasil e promover a redução do spread, o que interessa à sociedade como um todo. Isso justifica a proposta tal como encaminhada.

O combate ao crime organizado, ao crime de colarinho branco, à fraude, à corrupção e à impunidade de todo tipo exige trabalho em várias frentes. Isso não é resolvido apenas com o uso da CPMF, embora ela seja uma componente da questão. Esse crime tem de ser combatido. Há várias formas de fazê-lo, envolvendo diferentes instâncias de governo.

Por último, V.Exa. disse que não quer passar para 2003 com volume de restos a pagar superior ao de 2000 para 2001 – pouco mais de 8 bilhões de reais. Perguntou, também, por que voltar a 2000-2001 e não a qualquer outro ano.

Há duas razões. A primeira é que voltar a um ano anterior – isso está sendo feito agora e já tem criado incompreensão – significaria ter o orçamentário ainda menor que o financeiro, para que se pudesse orçar bem e fazer a redução dos restos a pagar. Não sei se esta Casa está disposta a fazer isso, já que encontra dificuldades na proposta para este ano.

A segunda razão, Deputado, é que restos a pagar são naturais. V.Exa. sabe disso. Há um elemento razoável de transferência de um exercício para outro. Quanto à diferença de restos a executar, vou comentar a seguir.

Quando o ACK era entre 35 e 40 bilhões de reais, tínhamos restos a pagar médios equivalentes a um ACK mensal, digamos, pouco mais de 5 bilhões de reais. Agora temos um ACK de 60. Se era razoável passar de um exercício para outro o valor de pouco mais de 5 bilhões enquanto o ACK era 35 bilhões, também é passar 8 em relação a 60. Salvo melhor juízo, é uma questão de julgamento.

O ponto central, na verdade, é o anterior. Para voltar a um ano anterior e reduzir ainda mais os restos a pagar, teríamos de ter o orçamentário ainda menor que o financeiro proposto agora, cujo diferencial é de 1 bilhão e 750 milhões.

O último comentário é sobre os restos a pagar de 31 de março. O que fazer nessa data? É fundamental entender a diferença entre o empenho, a liquidação e o pagamento. Foi dito aqui que o cancelamento refere-se apenas aos restos a pagar escritos e não liquidados até 31 de março deste ano. A liquidação é o segundo estágio da cadeia, que corresponde à entrega do bem ou serviço. Estamos dizendo que os restos a pagar escritos, cujo bem ou serviço não tenha sido entregue efetivamente em 31 de março, devem ser cancelados.

Se o bem ou serviço está prestes a ser entregue, há duas possibilidades. O Ministro em questão pode usar as dotações do Orçamento de que dispõe para 2002 ou solicitar suplementação, mediante o cancelamento da dotação desse ano. Trata-se de op-

ção que cada Ministro tem de fazer entre o Orçamento de 2001 e o de 2002. Por quê? Porque o limite financeiro não é compatível com a execução, num mesmo exercício, de dois Orçamentos. O Ministro "A", "B" ou "C" não pode, em 2002, executar simultaneamente o Orçamento de 2001 e o de 2002, como se os dois se adicionassem. Podemos resolver isso ao longo do tempo, após o cancelamento do que for possível em 31 de março e mediante o aumento de receita, o que só conheceremos durante o exercício.

Era o que tinha a dizer sobre os restos a pagar.

Quero agradecer, mais uma vez, aos Deputados Fernando Coruja, Sérgio Miranda e Alberto Goldman, as observações.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço um minuto para a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. tem um minuto.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, perguntei objetivamente ao Ministro Malan se concorda com o conceito de imunidade tributária, não de isenção fiscal. Hoje, existe isenção fiscal para a movimentação interna das bolsas, segundo o art. 8º da lei complementar que regulamentou a CPMF. Estamos votando a inclusão da imunidade na Constituição. Uma jornalista, recentemente, usou a expressão "blindagem institucional" para definir algumas leis votadas agora para condicionar o futuro Presidente. Se há interesse, por que não alterar a lei, em vez da Constituição? Já que o instrumento fiscalizatório da CPMF é importante, por que não incluir uma alíquota pequena para o investidor, em função dessa fiscalização? A Deputada Laura Carneiro fez uma observação muito interessante: se hoje esse não é um campo para o crime organizado, sem dúvida o será, porque ele ficará à margem da fiscalização.

Chamo a atenção do Sr. Ministro para a imunidade tributária, que compara o mercado bursátil a igrejas e entidades filantrópicas. Por que não na lei? Não é mais lógico? Que condicionante vai se dar ao futuro Presidente, que não poderá alterar a Constituição? Esta Constituição já está muito embaralhada nessa questão!

Em relação aos restos a pagar, houve, a partir de 1998, um crescimento absurdo. Naquele ano, foi assinado o acordo com o FMI que exigia superávit primário. Minha tese é de que a questão foi usada para que a União pudesse cumprir sua cota naquele superávit. Essa é uma das perdas causadas pela conquista do superávit primário.

Podemos trocar idéias, mas insisto no problema da imunidade tributária para o investidor, não para a Bolsa.

É correto imunidade na Constituição?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Ministro tem meio minuto para responder.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN – Em meio minuto, Deputado, além de reiterar mais uma vez a admiração que tenho por V.Exa., quero dizer duas coisas. Primeiro, entendi que sua preocupação, muito bem expressa, não é com a substância ou a idéia, mas com o instrumento legal apropriado: a legislação ordinária ou, tal como decidiu o Deputado Delfim Netto, em sua competência de Relator, uma PEC de prorrogação da CPMF. Esta é uma discussão que cabe ao Congresso.

Na minha visão, justifica-se a idéia tal como apresentada. Nas três dimensões que mencionei – clearings, sistema brasileiro de pagamentos, recebíveis imobiliários e bolsa –, o combate ao crime organizado, à lavagem de dinheiro, ao crime do colarinho branco, à fraude e à corrupção deve ser feito por meio de vários mecanismos. Assim como o combate à violência, ele exige o emprego de diversos instrumentos, em vez de se depositar esperança em apenas um. Portanto, é possível prevenir crimes eventuais na bolsa com outros elementos.

Gostaria muito de continuar a discutir com V.Exa. sobre restos a pagar. Quero só registrar que decidimos, em setembro de 1998, um mês antes das eleições, sem qualquer conversação com o Fundo Monetário Internacional – peço a V.Exa. que leia o texto do decreto e da medida provisória de 8 de setembro – gerar superávits primários crescentes, com o objetivo de estabilizar a relação dívida/PIB. Não teve nada a ver com o Fundo Monetário Internacional. Foi uma decisão nossa, à luz das circunstâncias derivadas da moratória russa e do fracasso do hedge fund americano, o LTCM.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Parlamentares, no ano passado, espontaneamente compareci ao gabinete do Ministro Martus Tavares para assustá-lo: comuniquei a S.Exa. que não estava ali para fazer um pedido, mas para manifestar meu reconhecimento pelo trabalho que fazia em favor do Brasil e, sem maiores comentários, retirei-me de seu gabinete.

Anunciei que faria o mesmo com o Ministro Pedro Malan, mas houve um desencontro do meu gabi-

nete com o dele. Portanto, faço aqui um agradecimento, em nome do Brasil, pelo trabalho que V.Exas. vêm desempenhando nas Pastas sob sua responsabilidade.

Srs. Ministros, a Constituição diz que as desigualdades econômicas e interpessoais têm de ser encurtadas. Desgraçadamente, no Brasil, elas são alongadas. O PPA, assim como a LDO, também tem o objetivo de diminuir as desigualdades inter-regionais e interpessoais.

Não sei como V.Exas. deixam escapar tantas oportunidades de obedecer à Constituição, a Lei Maior do Brasil. Quando o Presidente Fernando Henrique assumiu e fez o primeiro Orçamento, excluía do contingenciamento tudo que dizia respeito à irrigação no Nordeste. Desde então, as coisas voltaram à vala comum, sem exceção.

V.Exas. fazem, agora, outro plano. Pergunto: qual foi a atenção dada à Constituição no sentido de diminuir as desigualdades? Creio que não houve nenhuma. Já que vamos preparar o novo Orçamento, creio que V.Exas. deveriam fazê-lo de acordo com os dispositivos constitucionais.

O Semi-árido tem a maior riqueza do mundo: o solo. Falta-lhe água, sem a qual nada cresce. Quem bem diz isso é o representante de Santa Catarina, ex-Senador, ex-Governador e atual Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Ontem, S.Exa. comoveu a Câmara dos Deputados ao dizer que faltava água em sua região, porque deixou de chover por dois meses. Se nós, do Nordeste, dissermos o mesmo em plenário, não teremos atenção nenhuma, pois todos estão cansados das nossas reclamações e fazem ouvidos moucos.

Louvo-me nas palavras do Deputado Konder Reis: sem água, nada cresce. O Governo não pode se divorciar dessa realidade. Aí está o São Francisco, com 1 milhão de quilômetros quadrados irrigáveis. Foram irrigados, cansadamente, 500 mil; resta outro tanto. É preciso uma luta absurda, para se mostrar o óbvio!

Graças a Deus, noutro dia o Presidente da República sobrevoou a região, acompanhado por mim e alguns Ministros. Todos ficaram assustados com os efeitos da água no solo, sob a influência do sol.

Brasília não entende essa verdade. Não falo apenas em meu nome, mas no de meus eleitores, não os do litoral nem do Centro-Sul, mas aqueles que não bebem água, que sonham com a igualdade mas são discriminados.

Peço a V.Exas. para reparar esse contingenciamento e dar novos rumos ao Brasil. Nossa região não aceita atraso ou ignorância. As informações lá chegam a mãos-cheias; a televisão já mostrou tudo, e ninguém aceita mais ser diferente dos brasileiros de outras áreas.

Essa é minha reclamação. Tenho confiança de que essas palavras não ficarão só nas paredes ou nos ouvidos dos nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz, que dispõe de três minutos.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Parlamentares, o Ministro Martus Tavares aqui esteve várias vezes. Eu culpava S.Exa. por alguns fatos, mas, hoje, ele transferiu a chave do cofre ao Ministro Pedro Malan, diante de quem fico mais à vontade para interpelar. Além disso, o decreto está assinado, primeiro, pelo Presidente Fernando Henrique, e, segundo, pelo Ministro Pedro Malan; não pelo Ministro Martus Tavares. A ordem não é alfabética; talvez seja de influência...

O art. 2º diz que os restos a pagar, a partir de 31 de março, não estariam liquidados e seriam integralmente anulados. Coincidentemente, o Decreto nº 4.049 é de 12 de dezembro, e a data de 31 de março é a mesma do Golpe Militar. Parece um golpe, mas não quero acreditar nisso. Creio que a intenção do Governo é apenas restringir os restos a pagar, não acumulando dívidas.

Como V.Exa. bem disse, são dois Orçamentos a cumprir com o financeiro de um ano só. É uma questão conceitual que se poderia modificar: ao se transferirem os restos a pagar por ano de serviço, far-se-ia o mesmo em relação ao financeiro. Entretanto, não podemos discuti-la agora.

O superávit financeiro pulou de 49 bilhões acumulados do ano passado para 85 bilhões, porque não cumpriram o Orçamento nem pagaram as contas, inclusive os restos a pagar de 2000. Ainda resta muito, mas aqui se encerram os restos a pagar acumulados dos anteriores, não só de 2001.

O Deputado Alberto Goldman externou sua preocupação de que não há tempo para licitar a compra de equipamento hospitalar nem de executar a obra. Como disse V.Exa., liquidado é o serviço prestado ou o bem entregue. Não é possível fazer isso.

Não estou me queixando pelo fato de só duas de minhas emendas terem sido atendidas. Nós, Deputados de Oposição, sofremos nesta Casa, mas

também temos o direito de falar um pouco mais do que os do Governo.

De qualquer forma, chamo a atenção de V.Exa. para o fato de que em março será impossível cumprir a intenção do Governo, a não ser que a caracterizemos como golpe. É preciso elasticidade para atender às demandas naturais dos recursos empenhados ao final do ano. Não foi culpa de ninguém. O Governo é que retardou o empenho dos investimentos, para fazer o superávit primário. No mês de agosto, a meta já estava praticamente atingida. Na verdade, isso veio atropelar o desempenho de final de ano. Por conseqüência, não teremos mais tempo de atender às demandas.

O BNDES – que acrescentou o "S", de social, em 1996 – tem 1,6 bilhão de reais para o atendimento da área social, 48 milhões a fundo perdido e o resto para empréstimos, inclusive subsidiados. Mas nós, do Congresso, não temos acesso às informações sobre o destino desses recursos nem o critério usado para sua distribuição.

Temos de rever tudo isso. O BNDES deve nos informar os critérios e as ações que serão desenvolvidas, porque 48 milhões a fundo perdido equivalem a emendas de 24 Parlamentares, no valor de 2 milhões de reais cada.

A Dra. Beatriz Azeredo – cuja entrevista li nos jornais do dia 21 – está, como se diz, rindo para as paredes. É natural, com tanto dinheiro: 1,6 bilhão mais 48 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O tempo de V.Exa. já se esgotou.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Só mais três pontos, Sr. Presidente. Serei bem objetivo.

A execução orçamentária tem sido lamentável. O Governo anuncia que nunca injetou tanto dinheiro na área social e outras. No entanto, o Ministério de Agricultura, por exemplo, apesar de ter apresentado formidável superávit na balança comercial, de acordo com o desejo do Governo – no ano passado, em torno de 12 bilhões de reais e, neste, 20 bilhões projetados – recebeu apenas 54,6% dos recursos previstos no Orçamento. Além disso, só a educação teve, como superávit financeiro, 3,2 bilhões não aplicados.

O Presidente da República nos disse, em dezembro de 2000, que precisávamos ajudá-lo a gastar, porque havia dinheiro em caixa. Ou seja, S.Exa. chamou de incompetentes seus auxiliares Ministros – não a V.Exa., que tem a chave do cofre; S.Exa. quis dizer que não aplicavam na ponta. Alguns dizem que isso se deve à ausência do financeiro. V.Exa. tem de abrir o cofre, senão teremos superávits financeiros acumulados e não veremos a execução das obras.

Apesar da situação precária das estradas, o Ministério dos Transportes recebeu apenas 59,19% dos recursos. Recentemente, ao transitar pela Belém–Brasília, descobri que ela está uma vergonha: filas de caminhões em ziguezague, andando a dez ou vinte quilômetros por hora, para desviar de buracos. As rodovias estão em retalhos, pelo Brasil afora, mas os investimentos não estão sendo aplicados.

Não adianta brigar se o Governo não tem capacidade para executar o Orçamento ou não quer fazê-lo. Eu até admitiria que fosse por frustração de receita, Ministro Malan, mas não é. V.Exa., agora mesmo, deu a conta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Deputado, peço a V.Exa. que conclua.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Concluindo, Sr. Presidente, não vou falar do contingenciamento do art. 9º, que não está sendo cumprido, Ministro Martus Tavares. Só no bimestre V.Exa. poderia encaminhar justificativas sobre o que prevê o § 3º do art. 67:

> O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, no mesmo prazo previsto no § 1º deste artigo, relatório que será apreciado pela Comissão Mista.

Precisamos ter essas informações em mãos, para que possamos avaliá-las.

Após o primeiro bimestre, V.Exa. deveria ter verificado e não antecipado a frustração de receita, que não ocorreu em janeiro, e, espero, também não ocorrerá em fevereiro.

Deixe-me falar de juros, Ministro Pedro Malan. O Brasil, dizem, tem credibilidade. V.Exa. está cumprindo à risca todos os compromissos assumidos com o FMI e outros órgãos internacionais. Por que nós temos de pagar os juros reais mais altos do mundo? É uma sangria do nosso povo, que aumenta o desemprego e a criminalidade de forma assustadora, além de levar à falência universidades e outras instituições do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – V.Exa. já falou nove minutos. Vamos ao "finalmente", Deputado, com menos filosofia.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não estou filosofando, Sr. Presidente. Estou sendo objetivo.

Ministro Pedro Malan, isso é gravíssimo! Estudo recente sobre a política de juros aponta que os ban-

cos rendem mais que a indústria e o comércio. Desde 1994, eles foram os únicos que conseguiram manter retornos altos e quase sempre crescentes. Os indicadores mostram o quanto ganham as empresas. Os vinte maiores bancos do Brasil tiveram rentabilidade total entre 13% e 19%, com juros altos. Estes permitiram que o spread fosse de 25% para a indústria e em torno de 70% para o consumidor e o comércio, porque captam mais barato e vendem muito mais caro. A outra opção é comprar títulos do Governo, com os juros reais mais altos do mundo.

Nossa dívida saltou de 64 bilhões de reais para 560 bilhões de reais. Está certo que V.Exa. incorporou um pouco da dívida dos Estados, em torno de 180 bilhões, que estão sendo amortizados, mas o Brasil não pode viver assim.

V.Exa. tem o instrumento que pode fazer o Brasil avançar. Senão, teremos superávits financeiros primários muito maiores. A dívida continua crescendo, porque os juros não permitem que ela baixe. Não há superávit que segure o crescimento da dívida pública brasileira!

Ministro, vamos baixar os juros. V.Exa. tem coragem, competência e credibilidade para isso. Portanto, não pode mais permitir que o País seja explorado, espoliado e sangrado em seu coração, cérebro e estômago.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o nobre Deputado Arnon Bezerra.

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA – Sr. Presidente, Senador Carlos Bezerra, Deputado Sampaio Dória, Relator do Orçamento do ano passado, Líder Ricardo Barros, minhas saudações.

Cumprimento os Ministros Martus Tavares e Pedro Malan, que gentilmente vêm a esta Casa sempre que convidados para oferecer as informações de que precisamos. Isso faz um bem enorme para a democracia e para o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo!

Somo-me à preocupação do Deputado Alberto Goldman quanto à data-limite de 31 de março. Temo que qualquer remendo para evitar possíveis prejuízos cause grande dificuldade. Tivemos, no final do ano passado, uma correria que até agora não terminou.

Atendendo à exigência do Sr. Presidente, farei apenas duas perguntas objetivas. Primeira: por que o Governo não aguardou o encerramento do primeiro bimestre para fazer o ajuste na execução orçamentária, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal? Segunda: por que foram contingenciados 96% do limite orçamentário da Secretaria de Desenvolvimento Urbano?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Passo a palavra ao Ministro Pedro Malan, para responder aos nobres Deputados.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN – Muito obrigado, Deputados Osvaldo Coelho, Giovanni Queiroz e Arnon Bezerra.

Deputado Osvaldo Coelho, já tivemos oportunidade de conversar, mais de uma vez, sobre a importância que atribuo ao aumento de eficiência e produtividade do agronegócio brasileiro. A expansão da fruticultura da região de Petrolina/Juazeiro, que V.Exa. tão bem representa, é um exemplo do enorme potencial de desenvolvimento nessa área, com base na irrigação e numa agricultura mais eficiente, produtiva e exportadora. Estou de total acordo com V.Exa. quanto à importância de investimentos na infra-estrutura de abastecimento de água e irrigação, especialmente para o desenvolvimento de regiões carentes.

V.Exa. fez referência a determinações constitucionais no sentido de que as desigualdades econômicas, sociais e regionais no Brasil devem ser encurtadas. Asseguro a V.Exa. que muito do que o Governo fez, com o apoio e respaldo desta Casa, caminha nessa direção.

O que é o Fundo de Combate à Pobreza senão uma tentativa de encurtar as distâncias sociais, infelizmente ainda enormes, que prevalecem no País? O que é o apoio ao crescimento expressivo da destinação de recursos à área de saúde e educação, saúde com vinculação constitucional, estabelecida por esta Casa, que assegura o crescimento continuado de recursos, independentemente da arrecadação? Esta pode cair 20% ao ano, mas aqueles têm de aumentar, porque estão indexados ao PIB nominal. O FUNDEF também tem como objetivo a subvinculação de recursos para a educação.

Portanto, muito vem sendo feito com o propósito de reduzir as desigualdades econômicas, sociais e regionais. O processo de desconcentração da atividade econômica no agronegócio, na indústria e nos serviços que se vem observando no Brasil é um mecanismo não só de elevação da produtividade média da economia, que é a base de crescimento futuro, como também de redução de disparidades regionais na distribuição do investimento, do emprego e da renda.

O Ministro Martus Tavares fará alguns comentários específicos sobre a questão das limitações orçamentárias e de empenho.

Deputado Giovanni Queiroz, do meu ponto de vista, além de estar à frente na ordem alfabética, o Ministro Martus Tavares também o está na ordem de importância relativa. Em qualquer outro critério, S.Exa. deverá vir na frente, dado seu papel crucial no processo de elaboração e gestão orçamentária.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Foi erro de grafia no decreto.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN – Seguramente. O Ministro Martus Tavares deve sempre vir à frente do Ministro da Fazenda.

S.Exa. falará sobre o BNDES, que já foi subordinado ao seu Ministério.

Devo dizer com toda a franqueza, Deputado, que me causou enorme estranheza – se entendi bem – V.Exa. citar recursos do BNDES da ordem de 48 bilhões de reais.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Milhões. Corrigi a tempo: 1,6 bilhão de reais foi a quantia destinada para o social; 48 milhões a fundo perdido.

Desculpe-me, Ministro!

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN – Entendi mal, porque esse não é o orçamento total do banco.

O Ministro Martus Tavares terá algo a dizer sobre o "S" do social, quando chegar sua vez.

Quero comentar novamente os restos a pagar e a execução orçamentária. Não sei se V.Exa. tomou conhecimento de minha iniciativa, em setembro do ano passado, de convocar a imprensa para entrevista coletiva. Esclareci, na ocasião, que o Ministério da Fazenda estava sendo acusado, de maneira injusta e equivocada, de reter recursos de vários Ministérios.

No mês subseqüente, fiz o mesmo. Expliquei que o conjunto dos Ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso não estava sendo capaz de gastar o que havia sido autorizado pelos decretos editados pelo Presidente da República. A diferença, em setembro, era de mais de 5 bilhões de reais de despesas autorizadas, que, por várias razões – cada Ministro poderia esclarecer a sua –, não estavam sendo executadas. Afirmei também que estávamos prontos a liberar esses recursos se nos chegassem os PPFs, mas eles não chegaram. Em outras palavras, estávamos correndo o risco de ter um resultado primário, em 2001, muito superior ao necessário, não por cortes e contingenciamentos do Ministério da Fazenda, mas por conta da não-realização de despesas autorizadas em sucessivos decretos presidenciais.

Concordo com V.Exa. em que há um problema. Vários Ministérios não foram capazes de se organizar apropriadamente para fazer os empenhos, liquidações e pagamentos de projetos específicos. Esse foi um dos motivos pelos quais pedi aos jornalistas que se dirigissem a cada um dos Ministros.

A partir de então, fizemos um esforço conjunto com o Ministério da Fazenda, do Planejamento e outros, para reprogramar gastos inclusive entre Ministérios, envolvendo realocação de recursos de determinados programas que não estavam tendo êxito, para permitir que eles fossem utilizados.

V.Exa. fez menção à decisão tomada no começo de dezembro, no sentido de reduzir os restos a pagar de 2002/2003 em relação aos de 2001/2002, com data para cancelamento de empenhos não liquidados. Foi uma exigência para que aceitássemos a expansão feita no último mês e meio do ano. Caso contrário, correríamos o risco de não cumprir a meta e ter um volume de restos a pagar muito superior ao palatável, criando um enorme problema para a execução orçamentária e financeira de 2002.

Conforme respondi ao Deputado Sérgio Miranda, precisaríamos ampliar muito a diferença entre o orçamentário e financeiro. Em outras palavras, teríamos de colocar o orçamentário no empenho em 2002 a nível muito inferior ao financeiro, para lidar com o legado transferido de 2001 para 2002.

Portanto, a discussão é relevante e tem a ver com a capacidade de execução orçamentária de empenho, liquidação e pagamento dos vários Ministérios, tarefa que não cabe ao Ministro da Fazenda.

Asseguro a V.Exa. que não houve, da parte do Ministério da Fazenda, nenhuma restrição a que vários Ministérios utilizassem o que poderiam em 2001, em função de decretos presidenciais. V.Exa. sabe bem que não é função do Ministério da Fazenda a alocação específica de recursos. Ela é responsabilidade de cada Ministro, respeitadas as prioridades do Governo – isso deveria ser feito por todos.

Concordo com V.Exa. quanto aos juros. Eles não podem continuar elevados, seja em termos nominais, seja em termos reais, por um período prolongado de tempo. Isso seria insustentável. Eles precisam e vão baixar – a tendência é declinante. Isso acontecerá com mais intensidade e rapidez se formos capazes de mostrar não ao resto do mundo, mas sobretudo à sociedade brasileira que somos capazes de equacionar nossos problemas.

A área fiscal é importante, mas o País mudou, em termos da percepção do que é necessário para que olhemos o futuro com confiança. Isso não eliminou a possibilidade de uma grande ruptura, segundo a expressão de um partido político usada em recente

encontro nacional. Ela gera incertezas, na medida em que não é explicitada.

São questões que devemos encarar com tranqüilidade, assim como o processo eleitoral que se avizinha. Isso é natural no Estado Democrático de Direito. É importante, a exemplo do que estamos fazendo aqui, que a sociedade, ao longo dos próximos sete meses, aprofunde essa discussão, tendo em vista a transição de 2002 para 2003 e o período subseqüente, quem quer que venha a ser eleito. Os candidatos, em particular, devem ter interesse numa transição menos ruidosa, menos turbulenta e menos traumática.

Também acredito que os juros, numa perspectiva de médio prazo, têm uma trajetória declinante; estamos criando as bases para isso.

A pergunta do Deputado Arnon Bezerra será respondida pelo Ministro Martus Tavares.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Ministro Martus Tavares.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES – Deputado Osvaldo Coelho, agradeço a V.Exa, mais uma vez, as palavras.

Concordo em que sem água nada cresce, mas, reafirmando o que disse o Ministro Pedro Malan, do ponto de vista das finanças públicas, sem arrecadação não pode haver gastos. Para haver arrecadação, é necessário crescimento. Para que o País cresça, é preciso que as finanças sejam administradas com responsabilidade, como defende V.Exa.

Estamos diante de uma seqüência de decisões e encaminhamentos que visam chegar ao crescimento. Todos queremos que ele seja duradouro. Com ele teremos a arrecadação de recursos para assegurar a redução principalmente das desigualdades regionais. Nesse ponto, a água é importantíssima para o Nordeste.

Como V.Exa. mencionou, o PPA tem, dentro do Projeto Avança Brasil, um conjunto de programas estratégicos. Estamos em via de concluir importantes obras hídricas na região, neste e no próximo ano. Essa tem sido uma prioridade do Governo Fernando Henrique Cardoso. Além da construção de adutoras e açudes, temos também obras na área de irrigação. A região de Petrolina e Juazeiro, no Vale do São Francisco, é nossa maior referência não só de produção e produtividade, como de todos os benefícios que pudemos ver a partir da aplicação adequada de recursos. Estou de pleno acordo com V.Exa.

Recebo muitos Parlamentares e Ministros em meu gabinete. Todos gostaríamos de suplementar o PIB, mas para isso precisamos tomar algumas providências. Às vezes, uma administração séria e responsável pode parecer dura e inconveniente, sob outros aspectos, pelo menos a curto prazo.

Sem dúvida, estamos construindo uma trajetória de longo prazo que possibilite recursos para um crescimento sustentado, gerando os benefícios que desejamos.

Deputado Giovanni Queiroz, entendi que eu seria dispensado desta vez porque, em todas as outras oportunidades, respondi às perguntas dirigidas ao Ministro Pedro Malan. Mesmo assim, coube-me uma relativa ao BNDES.

Na qualidade de membro do Conselho de Administração do banco, coloco-o inteiramente à disposição da Comissão de Orçamento para prestar qualquer esclarecimento sobre a aplicação dos recursos na área social, mas quero antecipar alguns.

Primeiro, o "S" do BNDES não é de fundo perdido, mas de empréstimos em condições favorecidas. O banco tem feito excelente trabalho nessa área, produzindo parcerias importantes com ONGs na área do microcrédito. Essa atividade é conduzida, na diretoria da Área Social, pela Dra. Beatriz Azeredo.

No que diz respeito aos recursos a fundo perdido, eles são mínimos. Mesmo assim, são definidos pela diretoria. A cada ano, o Conselho de Administração fixa o montante, por meio de decisão colegiada. Então, não há um poder excessivo da diretora, no caso.

Não tenho dúvida de que a Dra. Beatriz Azeredo, assim como toda a diretoria do banco, está inteiramente disponível para quaisquer esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço ao Ministro que conclua.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES – O Deputado Arnon Bezerra fez duas perguntas objetivas, que procurarei responder da mesma forma.

S.Exa. indagou por que antecipamos o que deveria ser feito pela Lei de Responsabilidade Fiscal ao final do primeiro bimestre e afirmou que o decreto deveria ser editado apenas no final de março, ao tomarmos conhecimento dos dados de execução e de arrecadação do período. Isso também foi questionado pelo Deputado Giovanni Queiroz.

A Lei de Responsabilidade Fiscal obriga o Governo a editar decreto se as metas estiverem sendo comprometidas; no entanto, não o impede de antecipá-lo. Foi isso o que fizemos, como no ano passado, em que tivemos a mesma discussão. Explicamos que o Presidente não poderia sancionar a lei orçamentá-

ria, disponibilizando o volume global de despesas aprovado pelo Congresso Nacional, se já sabíamos que a receita não se daria da forma aprovada. Então, antecipamo-nos ao previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal; não há impedimento para isso.

Quanto ao volume de cortes na Secretaria de Desenvolvimento Urbano, cujo titular é o Ministro Ovídio de Angeli, já respondi à questão.

Por que os cortes recaem sobre determinadas áreas? Este quadro demonstra as dificuldades oriundas da vinculação de recursos. O Congresso Nacional aprovou um Orçamento cujas despesas primárias são da ordem de 290 bilhões de reais. Desse total, 256 bilhões não são passíveis de contingenciamento, porque se destinam a despesas de pessoal, de transferência constitucional, benefícios da Previdência ou subsídios. Há uma série de emendas constitucionais que asseguram recursos para determinadas áreas.

Já mencionei esse argumento várias vezes. No entanto, não havia apresentado esse quadro. Ele demonstra que, de 290 milhões aprovados para despesas, apenas 12%, ou seja, 34 milhões, estão sujeitos a contingenciamento, porque as áreas da saúde, da educação e outras têm recursos constitucionalmente assegurados.

Não estou discutindo o mérito; essa é a realidade.

As áreas que não têm vinculação constitucional ou legal representam apenas 12% do total. Dessa forma, se temos de fazer qualquer tipo de ajuste nas despesas, é inevitável que o corte relativo seja elevado.

Então, Deputado Arnon Bezerra, o resultado observado é um corte de 96% na área de desenvolvimento urbano; de mais de 70% na de integração, que compreende importantes projetos de recursos hídricos para regiões com baixo desenvolvimento; na de meio ambiente, esporte, turismo e assim por diante.

Infelizmente, essa é a realidade orçamentária, que não podemos ignorar. Como disse o Ministro Pedro Malan, às vezes tomamos decisões individuais e não nos damos conta do que se passa no todo. Os ajustes são causados por vinculações aprovadas sem estimativas de receita realistas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço um minuto para a réplica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, primeiro, agradeço ao Ministro Pedro Malan por me permitir chegar à constatação de que as coisas não estão funcionando. O Presidente da República havia dito isso a cerca de 20 Deputados e Senadores, em 2000, pedindo-nos que o ajudássemos a gastar.

Há incompetência – V.Exa. não usou essa expressão; ela é minha – dos gestores; não é culpa do Tesouro. O Dr. Fábio havia afirmado o que V.Exa. agora reitera. Se 5,8 bilhões foram disponibilizados mas não aplicados, não há por que o Tesouro liberar mais. Não cabe a alegação dos Ministros de que falta dinheiro. Vamos questionar as contas de S.Exas.

Faço uma sugestão, Sr. Ministro. A dívida ativa da União cresceu de 60 bilhões, em 1996, para 206 bilhões, O Tribunal de Contas da União tem reiteradamente alertado para esse ponto, ao apreciar as contas do Presidente. A arrecadação tem sido de 0,2%. Então, é necessário investir mais na AGU ou em algum instrumento que resgate os recursos da União. Ou seja, o Tesouro e a Receita fazem seus esforços, mas os sonegadores estão ganhando com isso, porque só se recolhem 2% do previsto.

Vamos convocar o BNDES, por sugestão de V.Exa., Ministro Martus Tavares, para que nos explique como são aplicados os recursos. Temos certeza de que isso é feito com muito critério, mas queremos conhecê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Previno os Srs. Deputados quanto ao fato de que estamos levando 40 minutos em cada bloco. Não será possível ouvir todos, porque em breve começará a Ordem do Dia no Senado.

Sr. Ministro, chamo a atenção de V.Exa. para uma questão ainda não levantada, que pode servir como fonte de receita. Segundo avaliação feita há dois anos, a União tem mais de 400 bilhões em imóveis arrecadados, que não lhe rendem nada. A Caixa Econômica poderia leiloá-los. Seria uma grande fonte de receita para o desenvolvimento de vários programas no País. Essa proposta, feita há dois anos e deixada de lado, poderia ser retomada.

Passo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães, por três minutos. A Mesa será mais rígida, agora; caso contrário, não daremos oportunidade a todos.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Ministro Pedro Malan, Ministro Martus Tavares, na qualidade de Vice-Presidente da Comissão, mantenho postura de isenção à Mesa. O Presidente, Senador Carlos Bezerra, sai à vontade, sem preocupações.

No próximo ano, serei Líder do Governo. Por enquanto, sou Líder da bancada do PT; daqui não saio, daqui ninguém me tira. Nem preciso convidar o Minis-

tro Martus Tavares para ir à Serra da Piedade, em Minas, ouvir os ensinamentos teológicos do Padre Virgílio, pois conto com a presença de S.Exa. O vinho de longa guarda não tem importância. Deve estar envelhecendo, porque serve ao final das pregações. Podemos ir de metrô, que, espero, estará concluído.

Ministro Malan, reforma estrutural nada tem a ver com caos fiscal. Aliás, entre as obrigações dos Ministros da área econômica está a de colaborar com a sociedade, por meio da transparência da qual o Ministro Martus Tavares tem sido professor e praticante.

Devemos apresentar, junto com a LDO, a LDOP – Lei das Diretrizes do Orçamento Participativo Federal. Teremos a oportunidade de corrigir vários erros, mostrando que a verdade orçamentária deve prevalecer.

Concordo com o Ministro Martus Tavares em que nada é tão impositivo quanto o Orçamento verdadeiro. Se o Congresso Nacional se negar a fazer modificações, terá de aplicá-lo; se deixar de fazê-lo, aumentará indesejavelmente o superávit. Se este existe, o ajuste orçamentário torna-se uma obrigação.

Deveríamos reformular inclusive a Lei das Diretrizes Orçamentárias, que já teria um apêndice de emendas individuais, com indicações do Orçamento Participativo Nacional. Este passaria pelo crivo das Comissões da Casa e das bancadas estaduais.

O Orçamento Participativo, que implantaremos a partir do ano que vem, precisa ter características próprias para se tornar federal. Traremos ao Parlamento nossa experiência com os OPs municipais, fazendo chegar à Casa a Lei das Diretrizes do Orçamento Participativo – LDOP, de que já falei.

Isso não implicaria o envio, pelo Executivo, de um Orçamento já contendo as demandas. Na votação, só haveria ajustes estruturais. Deveríamos ter, junto com a LDO, a previsão de arrecadação, para que o Executivo já nos mandasse a lei orçamentária com o cálculo feito pela Comissão de Receitas. Ao final do ano, teríamos a revisão geral do Orçamento, para evitar a bateria de projetos que atropelam nossos trabalhos.

Assim, iríamos zerar, de fato, os restos a pagar, que povoam o Orçamento sem qualquer possibilidade de se concretizarem. Portanto, teremos participação, mudança estrutural e prioridade para o social, ao lado de um efetivo equilíbrio fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Deputado Gilmar Machado, por três minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO –Srs. Ministros, fui Relator-Setorial de quatro áreas do Orçamento: educação, cultura, ciência, tecnologia e esporte.

Concordo com o Deputado Giovanni Queiroz no que se refere aos cortes. Não consigo entender a maneira como foram feitos. Não estou discutindo sua necessidade, mas fazendo o acompanhamento do que estava previsto e foi votado em 2001, porque havia dinheiro. Foi aprovada a receita, sem cortes. Pode ser que, agora, os outros Ministros também façam cortes. O Ministro Martus Tavares não pode permitir que eles lhe tirem a função.

No Ministério da Educação, o Ministro Paulo Renato deixou de executar importantes programas, como de formação de jovens e adultos e de alfabetização, no valor de 2,5 bilhões. Isso agrava o problema social.

Na área da cultura, em que o orçamento é pequeno, 40 milhões não tiveram destinação. Na de ciência e tecnologia, foram 500 milhões. Isso é absurdo, num País que quer crescer e se desenvolver. O Ministro Martus Tavares cortou um pouco; o Ministro da área completou o corte. No esporte e turismo, foram 230 milhões.

Na qualidade de membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Casa, questionei o Ministro Paulo Renato e outros sobre o assunto. Eles argumentaram que V.Exa. só lhes envia o dinheiro em dezembro e, por isso, eles não conseguem gastá-lo. O que fazer para que os Ministros apliquem os recursos aprovados pelo Ministro Martus Tavares?

No decreto de contingenciamento, os restos a pagar chegam a 13,3 milhões. O art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – quero que se cumpra a lei – determina que as obrigações a serem pagas no mandato seguinte tenham contrapartida em disponibilidades livres. É o que diz o texto da lei escrito por V.Exas. e referendado no Congresso. Como ficará essa questão?

Por último, por que o Governo vetou o artigo da lei orçamentária que previa a revisão semestral do Orçamento, mantendo a enorme disfunção de dezenas de projetos de créditos adicionais?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Passo a palavra ao Deputado Nilo Coelho, por três minutos.

O SR. DEPUTADO NILO COELHO– Srs. Ministros, quero abordar, mais uma vez, o prazo de 31 de março para a liquidação dos restos a pagar.

Ao longo dos anos, tenho acompanhado, no Congresso, o perfeito entendimento entre o Executivo e o Legislativo. A quase totalidade das propostas do Executivo têm sido atendidas. O Presidente Fernando Henrique Cardoso é o maior responsável por isso.

No final de 2001, fizemos acordo com o Governo sobre as emendas de Parlamentares e de bancada, no sentido de que os recursos seriam empenhados e executados no início de 2002. Houve um compromisso do Governo, que tem de ser honrado.

Na realidade, Ministro Malan, os restos a pagar de 1999, de 2000 e de 2001 não devem ser tratados igualmente. Se eles só foram empenhados a partir de janeiro, é inviável que estejam pagos em 31 de março.

Permita-me sugerir que os prazos sejam diferenciados. Podem-se até anular os restos a pagar de 1999 e de 2000, mas os de 2001 são objeto de compromisso. Seria prudente, por parte do Ministério, alongar esse prazo – senão até dezembro, pelo menos até junho, julho ou setembro –, para que seja respeitado o compromisso existente entre o Executivo e o Legislativo.

É essa a proposição que faço ao Ministro Pedro Malan.

Srs. Ministros, não obstante a criação do Fundo de Combate à Pobreza, iniciativa do Legislativo que tem minorado as diferenças sociais e carências da população, não construiremos uma grande Nação enquanto tivermos os pobres do Nordeste e os ricos do Centro-Oeste e Sul. Como parte principal do Governo, é responsabilidade de V.Exas., da área econômica, diminuir as desigualdades regionais. Somos solidários aos nordestinos. Somos o mesmo povo e o mesmo sangue.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O próximo inscrito é o Deputado João Leão. (Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale, por três minutos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Ministro Pedro Malan, Sr. Ministro Martus Tavares, Sras. e Srs. Deputados, a motivação principal desta audiência são os restos a pagar, que nos incomodam pelos corredores. Não vou falar sobre o assunto, porque já foi muito discutido.

Cumprimento os Ministros pela presteza com que atenderam, mais uma vez, ao convite da Comissão de Orçamento. Depois de quatro horas de debate, serei breve.

Peço a S.Exas. que não se esqueçam do Estado do Pará, da BR-230, da BR-163 e da eclusa. Paralisar essas obras custaria mais ao Governo que lhes dar continuidade. No ano passado, por falta de providência de um Ministério, deixou-se de aplicar quase 100 milhões de reais na recuperação daquelas estradas. Em conseqüência, há um trecho de Medicilândia a Rurópolis sem licitação, apesar de sobrarem recursos.

Peço aos Srs. Ministros que tomem providências nesse sentido. A situação do Nordeste sensibiliza todos, mas a do Norte é miserável. Por isso, precisamos ter uma atenção especial.

Foi dito que a chave do cofre está com o Ministro Pedro Malan. Nunca vi abrir cofre só com chave. Antes, tem-se de acionar o segredo, que acredito estar com o Ministro Martus Tavares. Nesse decreto, o Presidente usou muita tinta; ela travou o segredo, e este trancou o cofre. Precisamos rever a situação.

Por fim, o Governo Fernando Henrique Cardoso, especialmente a política de estabilização da economia. Vejo que a política de estabilização da economia é o grande programa social deste Governo.

O Brasil de 2002 é muito melhor do que o de 1994. Vejo com muita satisfação o fato de a Oposição reconhecer o que temos dito sobre a competência e a seriedade do Ministro Pedro Malan. O Ministro passa à história do Brasil pelos serviços prestados com competência, seriedade e honradez. Tivemos no Brasil a chamada política do feijão com arroz, que elevou a inflação a um índice superior a 80% ao mês.

Tivemos tantos choques que a sociedade já estava desanimada. Tivemos, por fim, um Presidente que disse que só tinha um bala no revólver para acabar com a inflação. Deu o tiro e errou. Agora, estamos vivendo um momento interessante.

Na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, quando apresentamos emendas para pequenos Municípios, é porque, naturalmente, o Orçamento-Geral da União não os alcança. Então, é uma contribuição do Deputado, vista como paroquial, como de seu interesse, quando destina recursos para um posto de saúde, uma escola, etc.

O que vai corrigir isso é o regime de governo parlamentarista, talvez com o voto distrital ou o voto distrital misto, porque aí veremos no distrito as suas necessidades.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Apóio V.Exa. porque esse é o único dinheiro que efetivamente chega nos Municípios brasileiros. Acho

que o grande erro que se comete no Brasil é centralizar todos os recursos na União federal.

Concedo a palavra ao Deputado Adolfo Marinho.

O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento os Ministros Pedro Malan e Martus Tavares e manifesto meu respeito pelos serviços que têm prestado ao País, sobretudo no tocante à governabilidade, à estabilidade das instituições, que se evidencia nessa turbulência da América Latina hoje.

Na verdade, estamos diante de um dilema. Esta é uma reunião programada, planejada. O que estamos fazendo é um jogo cênico de transferência de responsabilidades.

Temos nesta Casa, por objetivo, por interesse, o orçamento autorizativo. Temos de mudar essa sistemática. Vamos ter ene reuniões iguais a esta. A minha abordagem não é essa. Quando vejo o Orçamento e a LDO, fico pensando se é assim que o Brasil deve pensar o Brasil.

No Brasil, a demografia aponta para um rumo que não sei se é o do orçamento. Temos 4.200 Municípios com menos de 20 mil habitantes e quase 1.500 com menos de 5 mil habitantes. Nas regiões metropolitanas, percebemos ganhos decrescentes de escala, decorrentes de uma política governamental que incentivou a macrocefalia. Vejo um País em que as cidades de porte médio não estão preparadas para receber a migração dos negócios que estão acontecendo.

Na verdade, quando observo isso no PPA, na LDO, no Orçamento, não vejo compatibilidade. É evidente que os dados são muito claros, 11% das despesas são sujeitos à limitação de empenho, mas o que tem funcionado são os quase 90%. O que eu desconto é quanto aos programas.

Como posso entender um País que não tem uma linha estratégica para 80% da população urbana? Na área urbana, tem 49 milhões. Sei que isso é simbólico e não estou querendo entrar nessa discussão. O que estou querendo abordar é que os fundos de pensão têm dinheiro e vão ter cada vez mais; as seguradoras, mais ainda. A previdência complementar vai contribuir muito. Não vejo nada estratégico preparado para aplicar isso nas cidades.

O Ministro Pedro Malan disse, com muita propriedade, que a securitização é um caminho importante, e o que vamos votar hoje também é. Mas a poupança também é, Sr. Ministro. O FCVS corresponde – é difícil dizer aqui em Brasília – a mais de 60 bilhões, segundo o Banco Central, 10% da dívida.

No entanto, os bancos estão ganhando dinheiro com o FCVS. Deixam de aplicar em habitação, mas aplicam no mercado e ganham dinheiro. Hoje, de cada 100 reais da poupança, no máximo 35% estão aplicados em habitação.

Por outro lado, gostaria de dizer que ao se criar o Fundo de Erradicação da Pobreza previu-se aplicação de um percentual em habitação. No ano passado sobrou dinheiro em saneamento, e todo mundo sabia que não ia ser aplicado, porque é impossível, em apenas um ano, fazer projeto. É preciso aplicar em habitação também.

Por fim, quero dizer que suportamos esse contingenciamento público transparente. O que não agüento é o contingenciamento na execução orçamentária. Há uma emenda individual e, de repente, dela são subtraídos de 10 a 15% dos recursos, até porque não sei onde estão aplicados.

Gostaria de ver este País com políticas públicas compatíveis com a demografia que temos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Com a palavra o Ministro Pedro Malan para responder aos Parlamentares.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem a palavra V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Vamos até o final, Sr. Presidente. Quantos faltam?

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Faltam quatro.

A próxima inscrita é a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Gostaria de fazer minha homenagem pessoal aos Ministros Pedro Malan e Martus Tavares e dizer do carinho que tenho pelos dois. Depois passo a ser a coordenadora da bancada do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O Rio de Janeiro é que foi muito eficiente no Orçamento deste ano, graças a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO – Obrigada, Sr. Presidente, mas não adiantou nada. Todo ano é a mesma brincadeira. Passamos o ano inteiro com tudo contingenciado. No final do ano, trabalhamos o Orçamento, deixamos de dormir, ficamos sem comer, passamos madrugadas aqui, preparamos tudo e, na verdade, o Orçamento vai ser pago dois anos depois.

Em 2001 nos convidaram para modificar um pouco esse processo. As bancadas se reuniram com

a Presidência da República e ficou-se de optar pelos Municípios que seriam beneficiados com os empenhos. Os Deputados ficaram nos Ministérios com o pires na mão. Vi Senadores reclamando, nessa altura da vida, que ficavam de três a quatro horas esperando para serem recebidos pelo Ministro.

Fomos aos Municípios, assinamos os convênios com os Prefeitos, com a Caixa Econômica Federal e agora me dão notícia do decreto de 30 de março.

Tenho duas reflexões: ou sou palhaça ou tinha de cometer uma irregularidade. O Prefeito e eu teríamos de ter preparado a licitação antes do empenho, para a obra começar antes de o dinheiro chegar.

Vou dar dois exemplos simples. Um convênio assinado em janeiro. A SEDU manda que, depois de assinado o convênio, se prepare o projeto executivo. Aí a Caixa Econômica Federal vai examinar o projeto para poder autorizar a licitação. Feito isso, passa-se à primeira fase, que é a da autorização da obra. Aliás, duvido que alguma obra seja autorizada. Autorizada a obra, a CEF libera 20% na primeira fase – são cinco fases –, faz a medição e libera a segunda parcela; faz outra medição e libera outra parcela.

Isto na SEDU. Agora vamos ver na Saúde.

O Ministério da Saúde foi lá e fez a programação de uma maternidade em Lídice, no interior do Rio. As duas primeiras parcelas foram liberadas e a terceira programada para abril. Como vai-se dar a liberação em abril, se existe um cronograma de liberação definido pelo decreto? Como vai ser a prestação de contas, se ela é o que vai possibilitar a liberação da terceira parcela?

Quero entender que loucura é essa – para mim não tem outro nome. No ano passado estavam liberando as parcelas de 98 e 99. Então, para que fizeram o empenho? Deveriam ter assumido que não iam empenhar. O Prefeito gasta dinheiro para fazer o projeto executivo, licita, em alguns casos, inicia a obra. E depois pára? Liquidar significa terminar a obra. Como é que se vai terminar uma obra em 31 de março, quando o empenho foi feito em 31 de dezembro? Que mágica é essa?

Ministro Malan, um outro ponto é o que foi levantado pelo Deputado Sérgio Miranda sobre a CPMF. V.Exa. disse com muita propriedade que, em relação à segurança pública, a fiscalização por intermédio da CPMF era um dos componentes para combater o crime organizado.

Participei de todas as comissões sobre o assunto constituídas nesta Casa e hoje participo da Comissão Mista de Segurança Pública. Digo a V.Exa. que não quero perder nem meio componente. Mesmo os especialistas na área talvez não tenham noção da gravidade e da amplitude do crime organizado neste País. E vamos estar perdendo um componente? Parece irrisório, mas não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Parlamentares, creio que não há orçamento mais participativo no mundo do que o brasileiro. A participação de Estados e Municípios, com as transferências, os fundos constitucionais, é absoluta, ampla, geral e irrestrita. Não vejo folga nenhuma no Orçamento da União há muitos e muitos anos. Esse é um problema crônico e histórico no Brasil.

Há vinte anos, as dívidas interna e externa já comprometiam 53% do PIB brasileiro, mas eram pagas com a inflação, com o sacrifício de milhões de trabalhadores, com a remarcação de preços o dia inteiro. Enquanto o salário subia pela escada, os preços subiam pelo elevador. De lá para cá isso mudou, o Plano Real trouxe a estabilidade e a responsabilidade do ajuste fiscal.

Estava tentando interpretar o quadro apresentado por V.Exas. e constatei que não há espaço para nada. Se considerarmos as transferências para Estados e Municípios, o SUS, a Lei Kandir, a LOAS, o PROAGRO, o FGTS, o FNDE, não sobra quase nada do Orçamento.

Então, o problema central do Brasil é tentar cortar mais alguma coisa onde for possível. Acho que estamos no exercício máximo da nossa capacidade de cortes. Sabemos hoje que a despesa com a folha de pagamento da União, Estados e Municípios e mais a Previdência já comprometem quase 20% do PIB. Cento e setenta milhões de brasileiros têm de trabalhar para pagar a folha de mais ou menos sete milhões e meio de trabalhadores do setor público e de mais vinte milhões de previdenciários. É um ônus extraordinário.

Temos que fazer o País crescer – não há outro caminho –, porque as receitas chegaram a um terço do PIB. Daqui para frente, o aumento da arrecadação é extremamente difícil. Precisamos fazer a economia crescer.

Vejo o Ministro Martus Tavares e o Ministro Pedro Malan mais ou menos como Turgot, que foi Ministro das Finanças na França de Luís XV ou XVI. Quando foi convidado a assumir o cargo, não pôde recusar.

Escrevendo a carta ao rei, seu amado, disse que seria condenado à prisão. Acabou sendo guilhotinado.

O cobertor é curto no nosso País. É verdade! As receitas são curtas. Falta um pouco de compreensão de que o País tem um comprometimento que se amarrou ao longo de décadas. Os cortes orçamentários são uma necessidade do Governo Fernando Henrique Cardoso, do Governo do PT no Rio Grande do Sul, do Governo da Prefeita Marta Suplicy em São Paulo ou de qualquer partido em qualquer lugar do Brasil.

Contingenciamento, cautela, equilíbrio, moderação fazem parte da receita do bom administrador. E é por isso que o Brasil não virou uma Argentina, graças ao equilíbrio e discernimento do nosso Governo, pilotado e comandado pelos nossos Ministros que aqui estão.

Vamos lutar para que tenhamos disponibilidade e para que o Orçamento esteja livre para pagar tudo o que é possível. Evidentemente, aqueles comprometimentos assumidos com o Parlamento devem ser honrados. Não há como não honrar os compromissos feitos com o Parlamento, que é a fração menor dessa briga toda.

O Brasil não sabe que o Parlamento é a menor fração de todas as despesas, com as emendas individuais e as coletivas. Diante da disponibilidade, a sobra, a poupança é muito grande.

Parabéns pelo trabalho e pela firmeza. Os brasileiros sabem que o País está sendo bem conduzido, com seriedade e compromisso com o futuro, com o crescimento sustentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra a nobre Deputada Lúcia Vânia.

A SRA. DEPUTADA LÚCIA VÂNIA – Sr. Presidente, Srs. Ministros, gostaria de fazer coro às palavras do Deputado Luiz Carlos Hauly e de fazer algumas observações.

Na discussão do Orçamento nesta Casa, o Executivo mostrou suas dificuldades. Gostaria de apontar algumas delas.

Entendo que há uma verdadeira desarticulação entre o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a lei orçamentária. Acho que isso nos impede de fazer uma avaliação mais profunda do Orçamento.

Em segundo lugar, gostaria de apoiar as palavras do Ministro Martus Tavares quando disse da importância de se criar um Relator para a estimativa das receitas. Isso vai ser produtivo para o Executivo e para o Legislativo. Acredito que vamos obter mais informações, principalmente sobre a metodologia de estimativa das receitas.

Ao relatar a LDO, pude sentir a dificuldade e a falta de alguns dados para entender a metodologia de estimativa das receitas. Portanto, estamos num exercício muito importante. Avançamos muito na Comissão de Orçamento.

Cumprimento a equipe técnica desta Casa, que nos assessorou para que pudéssemos aprofundar a discussão. Agradeço ao Presidente da Comissão, que conduziu com sabedoria os trabalhos, e principalmente ao Relator, pela sua paciência e determinação. Como Relatora da última Lei de Diretrizes Orçamentárias, agradeço ao Ministério Martus Tavares pela paciência e seriedade do trabalho à frente do Ministério do Planejamento. Por fim, cumprimento o Ministro Pedro Malan, ressaltando que todos os brasileiros nos sentimos honrados por tê-lo à frente do Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Domiciano Cabral, último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Ministro, reporto-me às palavras da Deputada Laura Carneiro, que se referiu a convênios, restos a pagar. O mesmo aconteceu comigo no meu Estado. É difícil ver na Paraíba obras já iniciadas serem paralisadas. Teremos de instaurar nova Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as obras inacabadas, porque haverá milhares delas se for cortado o recurso de quem não o utilizar até março.

Aproveito a oportunidade para sugerir que sejam honrados os compromissos dos empenhos feitos até 31 de dezembro, referentes a 2001, mesmo com o sacrifício do Orçamento de 2002, especialmente no tocante a emendas individuais e coletivas. É necessário concluir o que já foi firmado perante a opinião pública nos nossos Municípios. Temos muita dificuldade de enfrentar as pessoas em nossas bases porque votamos com o Governo para que atenda nossos pedidos, beneficiando os Municípios, por intermédio de nossas emendas, autorizando a liberação de recursos para obras de grande importância. Fica difícil enfrentarmos o povo em praça pública se, para dar sustentabilidade ao Governo no Congresso, exigimos obras de infra-estrutura nos nossos Municípios, que são iniciadas e de repente têm de ser paralisadas. Sugiro que os recursos de 2002 sejam liberados apenas para custeio, que se analise as emendas de bancada e coletivas e seja feito um levantamento das obras em andamento para identificar as que não podem ser pa-

ralisadas, para que possam prosseguir, mesmo em ritmo lento. Algumas obras são fundamentais, de grande vulto, e não podem ser paralisadas. Sugiro que o Orçamento de 2002 só seja liberado após a conclusão das obras previstas no Orçamento de 2001. Talvez também se possa prorrogar para junho o prazo do decreto, último prazo para contratações e liberação de recursos antes das eleições. Acho que seria bem sensato. O decreto poderia ser mantido para os recursos não utilizados até junho.

Aproveito para dizer ao Ministro Pedro Malan que, como membro do PSDB, sinto-me honrado de tê-lo como Ministro do Governo Fernando Henrique Cardoso. Pena que não se tenha filiado ao nosso partido, porque seria um candidato que deixaria os brasileiros seguros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Conclua, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Muito bem dito. Esta parte é ótima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Virgílio Guimarães, V.Exa. não pode apartear o orador.

O SR. DEPUTADO DOMICIANO CABRAL – Sr. Presidente, diante do que, infelizmente, está acontecendo na Argentina, ficamos mais honrados ainda vendo que o Brasil está no rumo certo, que seu desenvolvimento, sua economia estão seguros com o Ministro Malan.

Espero que, se o Ministro José Serra assumir a Presidência da República, tenha juízo e mantenha a equipe econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Ministro Martus Tavares para responder às perguntas dos onze Srs. Deputados.

O SR. MINISTRO MARTUS TAVARES – Há um ponto em comum nas manifestações de todos os Srs. Deputados, do Deputado Virgílio Guimarães até o Deputado Domiciano Cabral: as conseqüências do decreto que fixa o dia 31 de março como data de corte para os projetos empenhados no ano passado, que vão desde tornar obras inacabadas como tornar frustrados, não honrados compromissos políticos assumidos.

Não era nossa intenção provocar conseqüências políticas e econômicas, como a paralisação de obras. Reconheço o significado dessas conseqüências. O decreto foi baixado por uma única razão: temos restos a pagar elevados, que se vêm acumulando ao longo dos anos. Precisávamos tomar uma medida e ele foi antecipado – inclusive foi editado muito antes de alguns empenhos terem sido realizados. Precisamos de uma regra. Não estamos aqui nos furtando a isso, pois não faria sentido eu vir aqui, passar cinco horas com V.Exas., ouvir as observações, reconhecer a relevância do problema e não demostrar sensibilidade não só para o significado, como também para a realidade em si. Mas rogo a compreensão de V.Exas., pelas razões já expostas. É preciso encontrar um equilíbrio entre as duas coisas. Há necessidade de restrição. O decreto está diretamente associado aos limites que foram fixados. No entanto, temos um problema. Precisamos nos debruçar sobre a matéria, levando em conta tudo o que ouvimos, para ver que tipo de encaminhamento podemos dar ao tema.

Creio que o Ministro Pedro Malan concorda com minha posição. Não estou me comprometendo a mudar a data, ainda que seja a sugestão mais ouvida aqui, mas o mínimo que posso fazer é uma avaliação para verificar com que alternativas podemos contar para equacionar o problema.

Outras observações foram feitas. O Deputado Gilmar Machado perguntou por que parece que estão ocorrendo outros cortes.

Tenho aqui alguns números da área social. Foi com surpresa que ouvi esse comentário, porque os números de que disponho não vão nessa direção. Na área social, no ano passado, tivemos na lei orçamentária aprovado o montante de 29,9 bilhões de reais, o OCC da área social, e foram liquidados 29,8. Portanto, acho que precisamos conversar depois sobre o assunto. A assessoria está à disposição para saber exatamente quais são os pontos a que V.Exa. se refere, qual a razão desse descompasso entre o que foi autorizado pela área econômica e o que foi realizado pelos Ministérios setoriais. É preciso analisar isso. É com surpresa que ouço esse tipo de comentário, que causou também surpresa a toda a assessoria. Os números dão conta de uma outra realidade, mas podemos conversar sobre isso depois.

O Deputado Adolfo Marinho disse que precisamos de uma discussão mais estratégica quanto à habitação. O Deputado Adolfo Marinho tem sempre se referido ao assunto, certamente por se tratar de um especialista da área, com uma formação que lhe permite fazer essas observações com responsabilidade. De fato, precisamos avançar nisso. O Ministro Ovídio de Angeli está fazendo um trabalho que merece ser ouvido em relação a essa provocação.

Por último, gostaria de acrescentar mais um ponto em relação a tudo o que foi mencionado pela Deputada Lúcia Vânia e pelo Deputado Adolfo Marinho no que diz respeito à recorrência que há nesse

tipo de discussão. Considero até que o trabalho ficou mais rápido. Da última vez fiz uma brincadeira, disse que toda vez que venho a esta Casa permaneço aqui uma hora por bilhão cortado. Desta vez deveríamos ter ficado muito mais tempo, mas acabamos ficando menos. Isso deve ter ocorrido pela presença do Ministro Pedro Malan, pela eficiência das respostas, pelo grau de convencimento, pela eloqüência de S.Exa. Isso tudo resultou numa economia de tempo.

De fato precisamos adotar uma sistemática para avançar. Precisamos compreender tudo o que aconteceu, não somente neste, mas em outros anos, para avançar.

A relatoria de receita é importante. Apóio inteiramente a sugestão do Deputado Alberto Goldman de que seja levado ao Plenário do Congresso um relatório de receita para liquidar isso. A partir daí, entraremos na discussão da despesa em três fases: global, por área e regional, mais específica dos Srs. Deputados.

Aproveito para me despedir e agradecer à Presidência a oportunidade de esclarecer o ato do Executivo, dentro do princípio que temos, sob orientação do Presidente Fernando Henrique, de assegurar a estabilidade. Assegurar a estabilidade é fazer uma execução responsável do Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Sr. Ministro Pedro Malan.

O SR. MINISTRO PEDRO MALAN – Muito obrigado.

Queria fazer um comentário rápido sobre cada uma das intervenções dos oito Parlamentares que registrei aqui. E gostaria de, ao final, tecer algumas observações sobre este tema, que parece ser recorrente. Julgo importante termos comparecido a esta Comissão para ouvir os Parlamentares sobre este tema que tanto preocupa corações e mentes presentes: restos a pagar e a data de 31 de março.

Sobre alguns comentários específicos, serei muito breve. Peço desculpas, de antemão, por não refletir toda a riqueza das intervenções feitas.

Deputado Virgílio Guimarães, é sempre um prazer ouvi-lo. Registrei que V.Exa. espera estar expressando-se como Líder do Governo a partir do ano que vem. Não ficou claro para mim se V.Exa. se referiu a Líder do Governo na Assembléia Legislativa de Minas Gerais ou em outros Parlamentos. De qualquer maneira, desejo sucesso a V.Exa. e a seus companheiros de jornada.

Sobre o Orçamento Participativo, o Deputado Luiz Carlos Hauly fez uma observação interessante. Definido em sentido lato, esse Orçamento federal é um orçamento com alta taxa de participação direta e indireta: direta dos Parlamentares e indireta de todos aqueles que se expressam através dos Parlamentares, legitimamente, como ocorre em uma democracia. Contudo, quero fazer um comentário somente sobre orçamento participativo.

Acho que há uma pequena diferença entre orçamento participativo num Município de porte mais reduzido e orçamento participativo num País de 170 milhões de habitantes, com um PIB de 1 trilhão e 300 bilhões de reais, onde, pela própria natureza das coisas, é difícil imaginar uma democracia plebiscitária, de praças gregas, onde os cidadãos decidem a alocação de cada dracma e segundo seus programas.

Contudo, eu acho muito importante – e tenho certeza de que V.Exa. apoiará nossa sugestão, pois a considero muito importante – um orçamento participativo com a participação do cidadão, no sentido de entender a natureza mais ampla do problema, e não uma discussão sobre se a parte alocável ou distribuível dos recursos, que geralmente é de 10%, 15% ou 20%, depois de todas as despesas incomprimíveis, rígidas, deve ser feita para uma fonte aqui, para uma escola ali, para uma estrada ou para uma ponte acolá. Gostaria de que fosse entendido esse problema mais amplo para o qual o Ministro Martus Tavares chamou-nos a atenção aqui. Acho fundamental, seja no âmbito do Município, de capital ou não, seja no âmbito de um Estado, seja no âmbito do Governo Federal, que o cidadão brasileiro e a cidadã brasileira tenham uma percepção da natureza do problema. Acho que isso ainda não está claro. Como mostrou o Ministro Martus Tavares, ainda não está claro hoje que, quando se considera a receita total, no sentido mais amplo, 85% ou mais de cada real arrecadado já esteja com sua destinação configurada, seja por obrigação constitucional, seja por rigidez no curto prazo. Acho que orçamento participativo deveria partir dessa percepção mais ampla, para que se possa, com uma informação apropriada, discutir a alocação específica de recursos para atividades não menos importantes, mas com um quadro geral na cabeça. Foi o apelo inicial que fiz: vamos olhar as árvores, mas vamos procurar ter uma visão da floresta na qual se encontra cada árvore.

Achei boa sua sugestão de uma revisão geral do Orçamento. V.Exa. sugeriu no final de cada ano. Eu queria dizer que a Lei de Responsabilidade Fiscal já o faz. Hoje estamos obrigados a comparecer a esta

Casa e a apresentar um relatório quadrimestral de gestão fiscal, três vezes por ano, maneira pela qual esta Casa faz o acompanhamento. Espero que aqui seja cobrado algo que eu disse a público em setembro do ano passado: "Olha, o conjunto dos Ministérios tem autorização para gastar tanto. Gastou 5,8 bilhões de reais menos do que estava autorizado a gastar". É importante que isso seja discutido, e que seja discutido aqui também.

Agradeço a V.Exa. os comentários.

Deputado Gilmar Machado, o que eu tenho a dizer também tem a ver com restos a pagar. Peço a V.Exa. que aguarde um pouco.

Deputado Nilo Coelho, eu não poderia concordar mais com V.Exa. O Brasil não será mais aquele país no qual todos teremos orgulho de viver enquanto não tivermos encurtado as distâncias sociais, econômicas e regionais que existem no País. Estou confiante de que o faremos, sem aquele açodamento voluntarista e messiânico de alguém que acha que o fará em um par de anos ou no curto espaço da sua gestão. Onde foi resolvida essa questão, ela foi resolvida com o esforço de mais de uma administração, às vezes de mais de uma geração. Estou confiante em que nós caminharemos para construir esse país que desejamos, se tomarmos a postura apropriada e não nos deixarmos levar por cantos de sereia de salvadores da pátria, messianismos políticos e voluntarismos de toda a natureza.

Quanto ao que tenho a dizer sobre restos a pagar, peço a V.Exa. que aguarde um pouco.

Deputado Anivaldo Vale, gostei muito da sua distinção entre a chave do cofre e o segredo do cofre, bem assim da sua atribuição de responsabilidades. Uma coisa é a chave, outra coisa é quem detém o segredo e o poder de alterar o segredo do cofre, que é tão importante quanto ser detentor de um segredo de um cofre, como o é o Ministro Martus Tavares. Portanto, julguei boa a distinção que V.Exa. fez. Portar a chave simplesmente não significa muito quando se defronta com cofres cujos segredos foram alterados.

O Deputado Adolfo Marinho fez observações extremamente importantes sobre a necessidade de definição de uma estratégia com visão de curto, médio e longo prazos no que diz respeito à área urbana. Sempre procurei chamar a atenção para o fato de que há 50 anos a população urbana do Brasil era de 17 milhões de pessoas, hoje é de 137 milhões. A população urbana do Brasil cresceu, no curto espaço de 50 anos, cerca de 120 milhões de pessoas. Só a China e a Índia tiveram, na segunda metade do século XX, uma expansão urbana dessa magnitude, com toda a necessidade de investimento em infra-estrutura básica que uma expansão desse tipo demanda. Em 1950, um em cada dois brasileiros era analfabeto. O problema do analfabetismo estará eliminado ao fim desta década em grande parte das áreas metropolitanas e de certas regiões do País. Portanto, houve avanços nessa área.

A sua pergunta sobre questão urbana e aumento de poupança é absolutamente essencial.

Deputado Laura Carneiro, é sempre um prazer ouvi-la. Anotei a observação sobre a eficiência de V.Exa. na defesa dos interesses do Estado do Rio de Janeiro. Agradeço a homenagem pessoal. Posteriormente, farei um comentário sobre restos a pagar.

Deputado Luiz Carlos Hauly, se é intenção e desejo de V.Exa. o destino do Ministro Turgot, da França do século XVII – o cadafalso e a guilhotina –, a alguém, que seja ao Ministro Martus Tavares e não ao Ministro da Fazenda.

Concordo com a observação de V.Exa. de que o orçamento brasileiro não é o melhor exemplo de orçamento participativo. O Ministro ameaça levar consigo o segredo do cofre. *(Risos.)*

Realmente, uma das coisas que vem diferenciando o Brasil de outros países em desenvolvimento, que hoje experimentam séria e grave crise econômica, bancária, financeira, política e institucional é o fato de que conseguimos, ao longo do período, Executivo e Legislativo, avançar juntos quando era necessário – o Congresso não faltou ao País nesse momento –, assim como conseguimos avançar na direção de mudança do regime fiscal no País. Agradeço os comentários de V.Exa.

Concordo com a Deputada Lúcia Vânia, é fundamental buscar maior integração entre o PPA, o Programa Plurianual de Ação do Governo, e a LDO no processo de execução orçamentária. Acho importante registrar o apoio da Deputada Lúcia Vânia à sugestão do Ministro Martus Tavares. Espero que seja possível, já em 2003, termos um relator para receita e um relator para o gasto. Agradeço as referências feitas a mim.

Por último, Deputado Domiciano Cabral, vou deixar de lado os comentários sobre filiação partidária e de outra natureza e registrar a observação de V.Exa. sobre a situação do Brasil em relação a outros países.

Quero fazer um comentário geral, para concluir, sobre restos a pagar e a data de 31 de março proposta no decreto como limite para o cancelamento de restos a pagar inscritos e não liqüidados até aquela data. Não poderia concordar mais com todos aqueles

que disseram que compromissos devem ser honrados. Nunca fugirei dessa observação de caráter geral, mas quero deixar claro o compromisso das reuniões de que participei, um compromisso que, espero, seja honrado.

Citei Keynes mais de uma vez nesta Casa: quando as circunstâncias mudam pode ser que uma determinada avaliação também leve em conta a mudança das circunstâncias. Até setembro, outubro e a primeira metade de novembro do ano passado, os Ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso, no seu conjunto – não quero dizer que isso vale para todos, mas certamente para alguns –, estavam mantendo os pagamentos exatamente no limite autorizado pelo decreto. Havia uma autorização para pagamento efetivo no decreto que não estava sendo utilizado, razão pela qual declarei à imprensa, em setembro ou outubro: "É injusto, equivocado e politicamente de má-fé acusar o Ministério da Fazenda de estar retendo recursos. Os recursos estão aqui, só que não estão sendo demandados. São recursos já autorizados. Se terminarmos o ano com o resultado primário muito superior ao requerido, não terá sido por empenho de contingenciamento e contenção de recursos de um malévolo Ministro da Fazenda. Terá sido porque alguns Ministérios não estão conseguindo realizar as despesas autorizadas pelo decreto em vigor".

O que fizemos a partir daí à luz desse problema? Fizemos – os Ministros da Fazenda e do Planejamento – um esforço sério com esses Ministros para remanejar e realocar recursos a fim de permitir a realização do gasto. A cada Ministro foi dito: "O senhor tem autorização de gasto que não está realizando. Vamos discutir como reprogramar e remanejar recursos dentro do que está disponível em seu orçamento".

Depois disso, discutimos redistribuição, no final de novembro ou dezembro, o que permitiu expressivo aumento de empenho, e nos convencemos de que cumpriríamos a meta – e cumprimos à risca – da LDO para o Governo Federal e que talvez fosse possível autorizar um aumento de empenho. Mas me lembro muito bem que o compromisso do qual participei tinha duas condições para aquela expansão. O primeiro deles: eliminar, ao longo de 2002, o aumento de restos a pagar resultante desse tipo de decisão que estava sendo tomada de, no final do exercício, permitir aumento de empenho. Esse é um ponto importante que cumpriremos. Está no decreto feito em final de novembro, começo de dezembro. Vamos eliminar o aumento de restos a pagar da virada de 2001 para 2002, voltando ao volume de restos a pagar da virada de 2000 para 2001. Essa foi uma das condições do compromisso, que também acho que deve ser honrado.

A outra condição do compromisso era, na verdade, um apelo para que os encarregados daquele gasto levassem em conta que não se estava iniciando um novo ano, estava-se terminando um ano. Assim, os empenhos a serem feitos deveriam poder ser liqüidados em um prazo hábil. Já que havia tanta demanda reprimida, coisas prontas a serem feitas – que só não estavam sendo feitas, porque não havia autorização para empenho –, seria razoável que houvesse alguma data em 2002, e não no final do ano, para que os empenhos não-liquidados fossem cancelados, abrindo-se, assim, espaço para remanejamentos no Orçamento de 2002.

Esses foram os compromissos dos quais eu participei e penso que devem ser levados em conta com as percepções que estou vendo que existem de outros compromissos, provavelmente comunicados sem o compromisso assumido com determinadas pessoas.

Deixem-me dizer as possibilidades de se resolver esse problema. São inúmeras, se sentarmos e conversarmos de boa-fé.

Primeiro, eu não tenho dados de fevereiro, mas eu tenho dados de janeiro. Volto a dizer, em janeiro, os pagamentos efetuados foram de 3 bilhões e 658 milhões de reais. Os pagamentos que receberam autorização, pelo decreto em vigor, para ser efetuados ao longo do mês de janeiro poderiam ter sido de 4 bilhões e 719 milhões. Portanto, a diferença entre o que o decreto autorizava pagar e o pagamento efetivamente realizado até 31 de janeiro, só no mês de janeiro de 2002, foi da ordem de 1 bilhão e 61 milhões de reais. Isso significa que há um espaço para certo tipo de conversa.

De outra forma, nós podemos, ao longo do exercício, na medida em que haja uma receita superior àquela que está contemplada, ir resolvendo essa questão também, como estamos reduzindo restos a pagar. Estamos sempre abertos a ouvir, como estaremos fazendo aqui amanhã com os representantes do Congresso Nacional.

O que eu queria dizer – e é muito importante –, já que se disse tanto aqui que os compromissos devem ser honrados, é que nós fomos partícipes de outras reuniões nas quais compromissos também foram assumidos. Então, uma não tem, a meu ver, uma enorme precedência sobre qualquer outra. Agora, de maneira franca, objetiva e por meio de um diálogo de boa-fé, podemos ponderar todos os com-

promissos e verificar se é possível uma solução mutuamente satisfatória para o problema. E a esse diálogo nós nunca nos furtamos e nunca nos furtaremos.

Era o que eu queria dizer neste contexto.

Por último, pedindo permissão aos presentes, o Deputado Eliseu Resende – não o vejo mais aqui, mas eu estou sem óculos – encaminhou uma pergunta por escrito, a qual, dada sua importância, eu gostaria de esclarecer agora, se possível. É rápido.

A pergunta é sobre a CIDE e a vinculação dos recursos à área de transportes, em sentido lato, e meio ambiente, enfim, as vinculações que foram acordadas. O Deputado Eliseu Resende pergunta se, em relação a essas disposições do Congresso em aprovar a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico nessa área, haverá o descumprimento da Constituição em relação à CIDE, deslocando-a para outros fins. Segundo, o que o Governo pretende fazer com os recursos da CIDE.

Quero deixar claro aqui que não há qualquer descumprimento da Constituição. Na verdade, recursos vinculados não utilizados permanecem na conta única do Tesouro Nacional com registro específico. Tal como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, os recursos vinculados só podem ser utilizados nas vinculações que a lei determina, mesmo que em um exercício financeiro subseqüente, no caso de não ser todo ele executado naquele exercício por razões que não são do Ministério da Fazenda.

Portanto, eu quero assegurar aqui que, se os recursos da CIDE não forem utilizados este ano, por razões de projetos ou o que quer que seja, como aconteceu com o Fundo de Pobreza este ano, que não foi possível utilizar – com o FUST o mesmo, como lembra aqui o Ministro Martus Tavares –, esses recursos só poderão ser utilizados em exercícios futuros nas mesmas despesas a que se refere a vinculação da PEC aprovada pelo Congresso. E tanto isso não é ilegal que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal prevê a possibilidade de utilização dos recursos vinculados para determinado exercício no exercício subseqüente, mas assegurando que é sempre para aquela atividade. Era isso que eu queria dizer, em resposta à inquietação, digamos assim, do Deputado Eliseu Resende.

Por último, como aparentemente já se esgotou a lista, eu quero, mais uma vez, em meu nome pessoal e da minha equipe, agradecer pela atenção com que os senhores nos ouviram e dizer que, como sempre, nós tomamos nota, registramos e estaremos conversando entre nós e com o Congresso Nacional sobre as questões que identificamos aqui como sendo as mais tormentosas, digamos assim, à luz das apresentações feitas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência agradece a presença aos Srs. Ministros Pedro Malan e Martus Tavares.

Apesar de ontem termos recebido os dois Secretários dos respectivos Ministérios, que cumpriram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, os Srs. Ministros participaram hoje da reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, colocando-se à disposição e participando dos debates. Eu, que me encontro desde 1974 na Casa, quero deixar aqui bem clara a minha alegria de ver o quanto já evoluímos, o que o Ministro Martus Tavares tem pedido sempre. Esta Comissão vem evoluindo ano a ano.

Vejo hoje com satisfação que bancadas da Oposição, de uma maneira respeitosa e firme, debatem e dialogam com os Ministros do Governo. Isso é uma demonstração, Srs. Ministros, de que mesmo discordando, mesmo tendo posições contrárias a nossa – que fazemos parte da base do Governo –, a Oposição reconhece, numa demonstração pública, o quanto têm feito em benefício do País a área econômica principalmente e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, assegurando à população brasileira um continuado crescimento e dando a certeza de que nós teremos dias melhores.

O Governo do Presidente Fernando Henrique – falo em nome do nobre Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo que teve de se ausentar – vem cumprindo seus compromissos. Defeitos, deficiências nós temos, nós, base de apoio do Governo.

Srs. Ministros, faço aqui um apelo, em nome desta Presidência e desta Comissão, para que V.Exas. analisem realmente esse problema dos restos a pagar e desse decreto. Talvez seja aquilo que V.Exa. sempre tem dito: as coisas se sucedem, se modificam constantemente. Acreditamos principalmente no bom senso dos Ministros Pedro Malan e Martus Tavares para que essa solução seja encontrada.

Agradecemos, mais uma vez, a todos os Srs. Parlamentares a maneira respeitosa e firme de cada um na defesa dos seus pontos de vista, o que demonstra que estamos evoluindo democraticamente. Isso é o que todos nós, brasileiros, desejamos.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Primeira Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada em 2 de abril de 2002, pelas Comissões: Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e de Fiscalização e Controle do Senado Federal

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia quatro de abril do ano dois mil e dois, reuniram-se as Comissões Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD); de Assuntos Econômicos, do Senado Federal (CAE/SF); e de Fiscalização e Controle do Senado Federal (CFC/SF), no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados. A reunião foi convocada para receber o Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga e realizar o debate sobre o tema "Avaliação do impacto e dos custos fiscais, decorrentes das políticas monetária, creditícia e cambial – balanço do ano 2001", em atendimento ao disposto no *art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal*. Foi registrado o comparecimento dos seguintes Parlamentares: – **Deputados:** Airton Cascavel, titular da CMO/CN; Alberto Goldman, titular da CMO/CN; Alex Canziani, titular da CEIC/CD; Alexandre Cardoso, titular da CMO/CN; Almir Sá, titular da CMO/CN; Aloízio Mercadante, suplente da CFT/CD; Anivaldo Vale, suplente da CFT/CD; Antônio do Vale, titular da CFFC/CD, suplente da CEIC/CD; Antônio Carlos Konder Reis, titular da CMO/CN; Armando Abílio, suplente da CMO/CN; Arnon Bezerra, titular da CMO/CN; Basílio Villani, suplente da CFT/CD; Benito Gama, titular da CFT/CD; Carlito Merss, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD, suplente da CEIC/CD; Chico Sardelli, suplente da CEIC/CD; Corauci Sobrinho, titular da CEIC/CD; Coriolano Sales, suplente da CMO/CD; Custódio Mattos, titular da CFT/CD; Danilo de Castro, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; Divaldo Suruagy, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD, suplente da CEIC/CD; Dominiciano Cabral, suplente da CMO/CN; Dr. Rosinha, suplente da CMO/CN; Edinho Bez, titular da CFT/CD; Eunício Oliveira, suplente da CMO/CN; Fernando Coruja, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Fetter Júnior, titular da CFT/CD; Freire Júnior, titular da CMO/CN; Germano Rigotto, titular da CFT/CD, suplente da CEIC/CD; Gilmar Machado, titular da CMO/CN; Giovanni Queiroz, titular da CMO/CN; Gonzaga Patriota, titular da CMO/CN; Helenildo Ribeiro, titular da CMO/CN; João Almeida, titular da CMO/CN; João Eduardo Dado, titular da CFT/CD; João Grandão, titular da CMO/CN; João Leão, titular da CMO/CN; João Magno, titular da CMO/CN, titular da CFFC/CD; João Matos, titular da CMO/CN; Jonival Lucas Júnior, titular da CMO/CN; Jorge Alberto, suplente da CMO/CN; Jorge Bittar, titular da CMO/CN, suplente CEIC/CD; Jorge Khoury, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; José Carlos Elias, titular da CMO/CN; José Carlos Fonseca Júnior, titular da CFT/CD; José Chaves, titular da CMO/CN; José Pimentel, suplente da CMO/CN, titular da CFT/CD; Júlio Redecker, titular da CEIC/CD; Juquinha, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD; Léo Alcântara, suplente da CFFC/CD, suplente da CEIC/CD; Lídia Quinan, suplente da CMO/CN; Luciano Castro, titular da CMO/CN; Marçal Filho, titular da CMO/CN; Marcelo Teixeira, titular da CMO/CN; Márcio Fortes, titular da CFT/CD; Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN; Milton Monti, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Mussa Demes, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Nárcio Rodrigues, titular da CMO/CN; Nelo Rodolfo, titular da CFFC/CD; Nelson Meurer, titular da CMO/CN; Neuton Lima, titular da CMO/CN; Orlando Desconsi, titular da CMO/CN; Osvaldo Reis, suplente da CMO/CN; Paulo Feijó, titular da CMO/CN; Paulo Kobayashi, suplente da CMO/CN; Paulo Mourão, titular da CMO/CN; Pedro Celso, titular da CMO/CN; Pedro Chaves, suplente da CMO/CN; Pedro Eugênio, titular da CFT/CD; Pedro Fernandes, titular da CMO/CN; Rafael Greca, titular da CFFC/CD; Raimundo Gomes de Matos, suplente da CMO/CN; Renato Vianna, suplente da CMO/CN; Ricardo Barros, suplente da CMO/CN; Ricardo Berzoini, titular da CFT/CD, suplente da CEIC/CD; Rodrigo Maia, suplente da CFT/CD; Ronaldo Vasconcellos, suplente da CEIC/CD; Santos Filho, titular da CMO/CN; Sérgio Barcellos, suplente da CMO/CN; Sérgio Barros, suplente da CMO/CN; Sérgio Miranda, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD; Silas Brasileiro, suplente da CMO/CN; e Wilson Braga, titular da CMO/CN. – **Senadores:** Ari Stadler, suplente da CAE/SF; Carlos Bezerra, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF; Freitas Neto, titular da CMO/CN, titular da CAE/SF, suplente da CFC/SF; Marluce Pinto, titular da CMO/CN, suplente da CAE/SF; Mozarildo Caval-

canti, titular da CMO/CN; Nabor Júnior, titular da CMO/CN; Tião Viana, titular da CMO/CN; e Wellington Roberto, titular da CMO/CN, suplente da CFC/SF, titular da CAE/SF. Registrou-se o comparecimento do Parlamentar não-membro Deputado Ildefonço Cordeiro. **ABERTURA:** A reunião foi iniciada sob a direção do Senador Carlos Bezerra, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, que convidou os seguintes Presidentes de Comissões para a composição da mesa: Deputado Benito Gama, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Corauci Sobrinho, Presidente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Deputado Nelo Rodolfo, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Lúcio Alcântara, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; e Senador Amir Lando, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no *art. 256, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, o Dr. Armínio Fraga disporia de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado. Conforme o estipulado no *art. 256, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os Senhores Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. O Presidente informou aos presentes que seriam autorizadas as inscrições, inicialmente, aos membros das Comissões participantes e, havendo tempo, seria concedido prazo a outros parlamentares. A seguir, a palavra foi assegurada ao Dr. Armínio Fraga, que procedeu à exposição utilizando recursos audiovisuais de um "data-show" instalado no plenário. Concluída a apresentação, o Presidente deu início ao debate, transferindo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Sérgio Miranda. Às quinze horas e trinta e sete minutos, o Deputado Benito Gama, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, assumiu a direção dos trabalhos. No prosseguimento do debate, o Dr. Armínio Fraga respondeu às interpelações do Deputado Sérgio Miranda, que fez uso do direito de réplica. Dando continuidade à reunião, o Deputado Aloísio Mercadante apresentou seus questionamentos, utilizando também o direito à réplica. O Dr. Armínio Fraga forneceu os respectivos esclarecimentos. Em seguida, o Deputado Ricardo Barros, formulou suas perguntas ao Presidente do Banco Central. Tendo em vista a iminência do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente anunciou que o debate seria concluído após a término da manifestação do Deputado Ricardo Barros. Os Deputados Giovanni Queiroz, Fernando Coruja e Ricardo Berzoini, no uso da palavra, propuseram que o debate se estendesse até o efetivo início da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente transferiu a palavra ao Dr. Armínio Fraga, que teceu considerações acerca das interpelações do Deputado Ricardo Barros. Em seguida, o Deputado Ricardo Berzoini, em substituição ao Deputado Jorge Bittar, efetuou questionamentos ao Dr. Armínio Fraga, que prestou as informações solicitadas. Manifestou-se, no prosseguimento do debate, o Deputado Fernando Coruja. Em seguida, o Deputado Giovanni Queiroz propôs que se apresentassem três oradores em seqüência. Dessa forma, o Dr. Armínio Fraga responderia de uma só vez aos questionamentos do grupo. O Presidente acatou a proposta e deu continuidade à reunião, assegurando a palavra ao Deputado Giovanni Queiroz. O Dr. Armínio Fraga, em atendimento à solicitação do Presidente, respondeu de imediato às questões proferidas pelo Deputado Giovanni Queiroz, que havia comunicado a necessidade de ausentar-se do plenário. Em virtude do encerramento da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente ofereceu aos demais parlamentares a oportunidade de apresentar novas perguntas ao Presidente do Banco Central. Assim sendo, procederam às interpelações os Deputados Edinho Bez e Jorge Bittar, que havia cedido a palavra como orador ao Deputado Ricardo Berzoini. O Dr. Armínio Fraga, por sua vez, respondeu aos Deputados Fernando Coruja, Edinho Bez e Jorge Bittar. Novamente com a palavra, o Deputado Fernando Coruja acrescentou indagações ao Dr. Armínio Fraga, que forneceu os esclarecimentos solicitados. Manifestaram-se, em seqüência, os Deputados Divaldo Suruagy e Júlio Redecker. O Dr. Armínio Fraga respondeu a ambos os parlamentares. Último orador com a palavra, o Deputado João Almeida apresentou outros questionamentos, seguidos pelas explicações finais prestadas pelo Dr. Armínio Fraga. **ENCERRAMENTO:** O Presidente agradeceu a presença do Dr. Armínio Fraga e encerrou a reunião às dezoito horas e dois minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no **Diário**

do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Carlos Bezerra.** Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Declaro abertos os trabalhos desta primeira reunião de audiência pública conjunta de 2002, a ser realizada com a participação de Comissões da Câmara dos Deputados (Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Economia, Indústria e Comércio e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle), do Senado Federal (Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Fiscalização e Controle) e do Congresso Nacional (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização).

O tema a ser debatido será a avaliação do impacto dos custos fiscais decorrentes da política monetária, creditícia e cambial – balanço do ano 2001, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Convidado: Dr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central do Brasil.

Convido os Srs. Presidentes de Comissões para compor a Mesa. Da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Benito Gama; da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Corauci Sobrinho; da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Nelo Rodolfo; da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Senador Lúcio Alcântara; da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Amir Lando.

De acordo com o estabelecido no § 2º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o palestrante disporá de vinte minutos para fazer a sua exposição, não podendo ser aparteado.

Conforme o estipulado no § 5º do art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo. Será autorizada a inscrição inicialmente aos membros da Comissão participante. Ainda havendo tempo, será concedido prazo a outros Parlamentares.

Com a palavra o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Arminio Fraga, por vinte minutos. *(Pausa.)*

O SR. ARMINIO FRAGA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é com satisfação que compareço a esta sessão conjunta, sendo esta a quarta vez que venho ao Congresso Nacional, cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e prestando contas sobre o trabalho do Banco Central, sua atuação nas frentes de política monetária cambial e também discorrendo sobre o impacto fiscal das operações do Banco.

Minha apresentação será projetada. Farei uso de gráficos ou tabelas que virão a seguir. Temos também cópias.

Para economizar tempo, pularei as primeiras páginas, que apenas repetem os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da LDO, que dizem respeito a esta nossa reunião.

Vou diretamente para a minha apresentação, que será composta, como das outras vezes, por três grandes blocos. No primeiro, discutirei a questão direta do custo fiscal ou do impacto fiscal da nossa atuação. Depois, tratarei em mais detalhes da atuação do Banco Central especificamente e, finalmente, respondendo a sugestões que me foram dadas das outras vezes por alguns Parlamentares, discorrerei um pouco sobre o desempenho da economia brasileira no segundo semestre de 2001, período referente ao qual prestamos contas hoje.

De antemão, coloco-me à disposição, como sempre, para discutir temas mais recentes da economia brasileira. Sem mais delongas, vamos ao tema do dia.

(Projeção de imagens.)

Na página 8 (transparência nº 8), destacamos um ponto que já vimos das outras vezes. O impacto fiscal das nossas operações corresponde ao resultado do Banco Central que é, por sua vez, contemplado no Orçamento Fiscal, a conta do Tesouro Nacional.

O resultado do segundo semestre do ano passado foi positivo em 7,16 bilhões de reais e foi direta conseqüência da nossa estrutura patrimonial. O Banco Central tem, na base monetária, um passivo que não tem custo, não paga juros e, na média, salvo variações em taxa de câmbio, principalmente, mas em taxa de juros também, o Banco Central deve dar um resultado positivo, mesmo quando descontamos o custeio do Banco Central.

No semestre passado, a taxa de câmbio variou bastante ao longo do semestre, mas, quando examinamos o assunto ponta a ponta, a variação foi pequena. O resultado do Banco, após a constituição das reservas, de acordo com o regulamento, foi transferido ao Banco Central agora no dia 16 de março. Está na página 10. A transferência foi de 5,37 bilhões.

Uma rápida decomposição do resultado – o nosso balanço, evidentemente, faz isso em mais detalhes e mostra os principais agrupamentos de contas. O Banco Central tem títulos no ativo que renderam esses 5,8 bilhões e tem também, em operações de área externa, reservas cambiais que são nossas e rendem também juros. Tem no passivo a maior conta, que é a conta única do Tesouro Nacional. Os itens são, essencialmente, a remuneração dos depósitos e a remuneração do resultado negativo do primeiro semestre do ano passado.

Na página 13, apresentamos alguns resultados não recorrentes que já foram prática também. Nas últimas reuniões que tivemos, houve mudança na metodologia do ajuste das NTN-D em que utilizávamos como parâmetro a taxa de juros dos títulos da dívida externa brasileira no mercado internacional. Chegamos à conclusão de que existia um parâmetro melhor calculado pela ANDIMA: a taxa do cupom cambial. Foi utilizada uma taxa de desconto doméstica e não internacional, o que gerou um resultado positivo não recorrente.

Depois, tivemos também uma alteração na contabilização das NBCs cambiais e se alterou o critério dos juros por competência. Essencialmente, estamos falando do valor do cupom que não era contabilizado e passou a sê-lo. Bem, não há problema algum, pois é um resultado pequeno.

Na próxima tabela, embora não tenha sido relevante para esse período, a página 14 da apresentação mostra o resultado do banco e a variação da taxa de câmbio. Como o banco tem como regra um descasamento cambial, fica claro que, quando temos uma depreciação da moeda, há uma perda no Banco Central; quando temos uma apreciação, há um lucro, e quando o resultado é, como foi nesse semestre, de pouca variação cambial, medido ponta a ponta, o resultado não depende disso. É apenas um registro.

Nossas demonstrações contábeis foram auditadas, como sempre, pela auditoria do Governo. As contas são examinadas pelo TCU e também, de um ano para cá, temos tido a auditoria externa, que foi contratada a partir de uma licitação feita pela empresa aí registrada.

Quando eu estive aqui, há seis meses, o parecer dos auditores veio com duas ressalvas. Uma das ressalvas foi resolvida, a que dizia respeito à auditoria dos balanços dos bancos em liquidação. Fazíamos uma fiscalização nossa. Agora, além disso, fazemos também uma auditoria externa. Portanto, essa ressalva desapareceu.

Persiste ainda a ressalva que diz respeito ao passivo atuarial não-contabilizado. O que é isso? Trata-se de um ponto importante, mas não representa um problema. Na contabilidade do setor público, os pagamentos aos inativos fazem parte da folha de pagamento; portanto, não é um número computado como passivo. Se esse número fosse computado como uma dívida, evidentemente, teríamos de contabilizar, do outro lado, um superávit primário muito maior, na medida em que o pagamento seria uma amortização. Portanto, as receitas que hoje são destinadas ao pagamento dos inativos engordariam o saldo primário.

De qualquer maneira, a LDO para 2003 vai incorporar, do ponto de vista do setor público como um todo, uma estimativa de valor presente dos pagamentos a inativos. O Governo terá de decidir se vale a pena quebrar esse valor em subitens, e um deles seria o do Banco Central.

Eu não sei se esse ponto está claro. Se nós incorporarmos o passivo atuarial das aposentadorias futuras, isso deveria ser contrastado com um superávit primário muito maior, porque a arrecadação de hoje seria destinada à amortização de um passivo. Portanto, essa amortização não seria uma despesa corrente, e as receitas então nos dariam um primário mais elevado. Trata-se de um ponto mais macro; do ponto de vista do Banco Central, creio que essa ressalva não traz problema.

Com relação ao impacto fiscal da política do Governo em geral, dadas as circunstâncias que enfrentamos no ano passado – eu volto a esse ponto em questão de minutos –,verificamos que houve um aumento da relação dívida/PIB, que saiu de 51,6%, ao final de junho, para 53,4%, arredondando, ao final de dezembro. Essa tabelinha faz uma decomposição e fica claro. Nós passamos esse período com a taxa de juros em 19%, o que deu uma taxa de juros real maior do que a taxa de 2000, por exemplo, uma taxa, dependendo do índice de inflação, geralmente acima de 10%. Isso provocou um aumento na relação dívida/PIB, que está explicitado aqui. Vejam que nesse período não houve impacto relevante da variação cambial, pelas razões que eu já explicitei.

A próxima tabela faz uma simulação da evolução da relação dívida/PIB. Na verdade, o que temos aqui são cenários, mas esse é um ponto importante. Quando olhamos essa tabela, saindo de 1995 e 1996 e chegando aos dias de hoje, verificamos um aumento na relação dívida/PIB, e freqüentemente surge a pergunta: será que isso continuará a acontecer no futuro? Trata-se de uma preocupação natural, mas, a

meu ver, não diz respeito tanto ao futuro, e mais ao passado.

Por quê? Como fica claro a partir dessa simulação, acreditamos que a tendência da relação dívida/PIB, daqui para frente, será de queda. Para que esse argumento seja convincente, é preciso explicitar o que está por trás dessa tabela. E as hipóteses são as seguintes: uma taxa de crescimento do PIB – depois eu posso passar uma tabelinha com essas hipóteses, mas eu falo só para registrar – de 2,5% de crescimento neste ano, 3,5% no próximo ano e 4% daí para o futuro. Creio ser uma taxa de crescimento conservadora para o potencial da nossa economia, tema que eu gostaria de discutir mais adiante e com mais tempo. E uma taxa de juros real que cai para um nível de 8%, a partir de 2003, e ainda em torno de 11,5% neste ano.

Isso foi feito supondo-se uma taxa de juros constante, apenas para não incorporar nenhuma falsa projeção para o ano de 2002, supondo também uma taxa de câmbio de 2,40%, taxa que vigorava no dia em que nós fizemos a conta – sempre, no que diz respeito à taxa de câmbio, utilizamos a taxa de câmbio do dia para facilitar e não gerar nenhuma sinalização –, supondo-se também que a taxa de câmbio vai com o diferencial de inflação e supondo-se também um primário de 3,5% do PIB.

Resumindo, essa trajetória declinante tem por trás as seguintes hipóteses importantes: uma taxa de crescimento do PIB de 4,5%, que acredito ser baixa em relação ao nosso potencial; segundo, uma taxa de juros real de 8%, que acredito ser um número alto, se forem preservadas as estruturas fundamentais que temos hoje na nossa economia, principalmente na nossa macroeconomia – responsabilidade fiscal, solidez bancária, câmbios flutuantes e assim por diante; e um superávit primário de 3,5% do PIB. O que está dito aí é que nós, com um pouco de perseverança, a meu ver, temos boas notícias ao longo do caminho.

Incluímos nessa simulação o que resta dos chamados esqueletos e muito pouco de privatização, também com a idéia de dar um sinal conservador para demonstrar que esse gráfico é um sonho bastante razoável.

Se V.Exas. acreditarem, como eu, que a taxa real de juros, a longo prazo, mantidos os fundamentos, cairá e que teremos chance de crescer mais, a relação dívida/PIB tende a cair ainda mais rapidamente.

Na próxima tabela está também um gráfico, a meu ver, importante quando se pensa hoje no perfil de risco da nossa economia e nas perspectivas para o nosso País.

(Projeção de imagens.)

Esse gráfico diz respeito ao prazo da dívida pública. Se examinarmos, temos duas curvas: uma dos títulos registrados no SELIC e outra da dívida mobiliária federal total. Observamos que temos tido, ao longo dos últimos anos, principalmente a partir do final de 1999, uma trajetória de alongamento nos prazos da nossa dívida, que, a meu ver, é crucial. Não podíamos permanecer reféns de uma dívida de curtíssimo prazo com receio de cada rolagem que vinha. Hoje, como está apresentado aqui, o prazo médio da nossa dívida é de cerca de três anos.

Além do prazo médio, temos outro indicador bastante promissor e reconfortante: apenas 25% da nossa dívida vence em um ano ou menos. Para dar uma idéia, para os Estados Unidos esse número é de aproximadamente 20%. Portanto, nossa dívida ainda é curta, mas hoje tem um perfil bastante diferente. O prazo médio da dívida chegou, em 1997 ou 1998, a números próximos a um ano, para V.Exas. terem uma idéia. Foi um alongamento feito gradualmente, com resultados satisfatórios, e creio que isso vai continuar. Passamos muitos anos com horizontes excessivamente curtos na nossa economia em decorrência de um ambiente de alto risco e de grande turbulência, mas esse quadro vem mudando, e a nosso favor. O alongamento de horizontes na economia é fundamental. A idéia de que temos que pensar no longo prazo, na poupança e no investimento de longo prazo é crucial, e este trabalho é parte desse processo.

A próxima tabela, na página 20, exibe o déficit nominal do setor público pelo conceito harmonizado. O que quer dizer conceito harmonizado? É o conceito usado na grande maioria dos países do mundo, exclui o efeito do câmbio sobre o estoque da dívida, mas mantém o efeito da taxa de câmbio sobre os fluxos. É assim que a grande maioria dos países contabiliza o seu déficit. Inclusive, esse foi o critério adotado no Acordo de Florianópolis, em que assinamos nós, nossos parceiros do MERCOSUL, a Bolívia e o Chile.

Podemos ver igualmente que temos tido, nos últimos anos, significativa queda no déficit nominal, o que é um sinal também positivo.

O próximo quadro ilustra um ponto que sempre traz a pergunta: quanto custa, em termos de relação dívida/PIB, o aumento de um ponto na taxa de juros e uma depreciação de 1%? É um pouco menos do que um quarto de um ponto do PIB na relação dívida/PIB. Há uma notinha que diz que não necessariamente significa desembolso, trata-se de um impacto patrimonial.

Para resumir, o semestre, do ponto de vista financeiro, para nós, do Banco Central, teve pouco a ver com o que foi a realidade do período, que foi de alta turbulência. O Banco Central acabou produzindo um resultado positivo, de acordo com a estrutura do seu balanço, superior ao que calculo que seja um resultado normal, porque foi um período de taxa de juro alta, que aumenta o resultado do Banco Central, na medida em que temos um passivo que não custa nada e o ativo rende juro, e também na medida em que tivemos algumas receitas não recorrentes. Mas isso pouco teve a ver com o ambiente em que vivemos.

(Projeção de imagens.)

A próxima tabela mostra um pouco do que foi esse período, realmente de conjuntura poucas vezes vista na nossa história recente. Realmente, foi um ano de grandes desafios, de grande turbulência. Listamos alguns. Primeiro, a crise na Argentina, que começou no início do ano e depois se agravou ao final do ano. Houve um período de calmaria no inverno, mas que veio apenas a adiar o que acabou e tem sido uma crise gravíssima no nosso vizinho. Segundo, a economia global passou por um período de recessão que aumentou o grau de aversão ao risco dos investidores e banqueiros na comunidade internacional. Esse quadro de aversão ao risco se agravou com os atentados de setembro do ano passado. Terceiro, tivemos a nossa crise de energia. Quarto, tivemos turbulências na área política, principalmente no início do ano. Quinto, do ponto de vista da inflação e a partir principalmente da crise de energia, houve fortes pressões também nos preços administrados.

Portanto, foi um ano extremamente complicado para nós, o que fez com que a gestão das políticas monetária e cambial representassem um grande desafio. Posso testemunhar que realmente houve um gigantesco contraste, quando nos lembramos do ano 2000, que foi um ano mais tranqüilo, com ambiente internacional mais favorável, em que o Brasil cresceu bastante, teve inflação em queda, enfim, um ano que apontou na direção do que creio ser o nosso potencial de crescimento e de segurança econômica, principalmente.

A tabela na página 24 ilustra um pouco esse clima. Quer dizer, começamos o semestre com o prêmio de Risco Brasil – e digo por esse índice do EMBI – em torno de 800 e chegou a 1.250, em outubro. Depois, voltou a cair, tendo encerrado, em dezembro, em 870, mais ou menos quando começou o semestre, e depois tendo caído ainda mais.

Esse período de turbulência, em paralelo ao aumento no prêmio de risco Brasil, também exibiu fortes pressões no mercado de câmbio. Se examinarmos a tabela na página 27, veremos um padrão de comportamento muito semelhante ao do prêmio de risco. A taxa de câmbio terminou o ano de 2000 abaixo de 2 reais por dólar, vivemos um período de depreciação praticamente contínua, tendo atingido um pico num momento de pânico, no início de outubro – se não me falha a memória –, de pouco mais de 2,80, pico que depois não voltou a ser alcançado.

Voltando para a página 25, ao longo desse período, tomamos algumas decisões. Primeiro, V.Exas. hão de se lembrar, no ano passado, acompanhando essas tendências e em particular as expectativas de inflação nossas e da sociedade, tomamos a decisão, no início do ano passado, de natureza preventiva, de aumentar a taxa de juros. Esse período de aumento de taxa de juros, no nosso entender, foi suficiente, e mesmo durante a fase mais crítica da crise do segundo semestre do ano passado, mantivemos o juro constante em 19%.

Por acreditarmos que várias dessas turbulências eram de natureza transitória, temporária, tomamos a decisão, além de reforçar alguns mecanismos de redução da liquidez, através do aumento do depósito compulsório – o que fizemos no início do segundo semestre –, de intervir no mercado de câmbio. Fizemos isso em função do diagnóstico, primeiro, de um certo pânico e um certo exagero no mercado à época e em função de problemas como a crise de energia, que enxergávamos como sendo de natureza transitória, e também da desaceleração e do pânico globais que se seguiram à desaceleração e a um início de ano razoável, e o pânico com relação aos atentados, como já mencionei.

Adotamos uma política de intervenção, que começou em junho, com algumas intervenções esporádicas, que somaram um valor bastante significativo; depois a substituímos por uma política de intervenção mais transparente, de cinqüenta milhões de dólares por dia. A adoção dessa política foi uma decisão difícil que tomamos naquele momento em função de sua transparência. Foi algo que gerou certas críticas, na medida em que pareceu para alguns uma decisão de tirar flexibilidade do Banco Central. Na verdade, nosso objetivo foi sinalizar claramente que entendíamos que o balanço de pagamentos passava por um choque, ou seja, vivia um período de seca na conta de capital e também vivia um período de forte demanda por proteção cambial, principalmente por parte de empresas. Decidimos tratar a intervenção no mercado à vista, no mercado pronto, como sendo uma operação de apoio ao balanço de pagamentos, sem prejuízo de

outras formas de intervenção, que discutirei em instantes.

A idéia era alimentar, sim, o mercado, mas não sinalizar uma mudança na política cambial por si só. A política era, como continua sendo, de câmbio flutuante. Ao anunciar uma quantidade fixa de intervenção, por esse período de seis meses, procuramos sinalizar também que a taxa de câmbio continuaria a flutuar. Foi isso o que foi feito. Encerramos esse processo no dia 26 de dezembro.

Nossas reservas, hoje, em números redondos, estão em 36 e meio bilhões de dólares, aproximadamente – não conferi o número exato antes de sair de casa –, e as reservas líquidas, mesmo subtraídos os recursos do Fundo Monetário, ainda estão próximas de 29 bilhões; ou seja, hoje, poderíamos, com toda a tranqüilidade, pagar integralmente os recursos que sacamos no FMI e, ainda assim, permanecer com um nível de reserva altamente confortável.

Mencionei que, além de termos feito essa intervenção, que na época chamamos de irrigação, para diferenciar da intervenção clássica, atuamos no mercado de títulos indexados à taxa de câmbio, injetando, principalmente nesses dois meses de pânico, como se vê na página 26, volumes bastante significativos, aproximadamente 21 bilhões de reais – notem que os valores estão em reais –, ou algo em torno de 8 bilhões de dólares. Isso foi feito nesses momentos de maior pânico, quando a taxa de câmbio andava pela faixa dos 2,70, 2,75, algo assim.

Fizemos isso justamente pela razão que mencionei há pouco: segundo nosso diagnóstico, aquilo era pânico, era um movimento que representava certo exagero. Não havia leniência na condução da política macroeconômica. Ao contrário, boa parte dos analistas nos acusava de conduzir uma política excessivamente dura. No fundo, fizemos isso como uma forma de suplementar os instrumentos tradicionais de taxa de juros, política de crédito e de uma boa política fiscal, que mantivemos ao longo do período.

Aí, volta a tabela da taxa de câmbio. Os resultados, felizmente, foram bastante satisfatórios. Esse foi um período em que, infelizmente, nossos vizinhos, na Argentina, viram o aprofundamento de sua crise. Para nós, embora o impacto direto da crise persista – é bom que tenhamos isto em mente: a Argentina é um importante parceiro comercial do Brasil, importa produtos nossos, e essas importações caíram muito –, do ponto de vista financeiro, houve clara reversão de expectativas, portanto, certo descolamento.

Ao longo desse período, em função dos vários eventos que descrevi, dos vários choques, vimos a trajetória da inflação distanciar-se da meta fixada para o ano, que, como sabem V.Exas., era de 4%. A meta que havia sido decidida em 30 de junho de 1999 era a terceira de uma seqüência de metas decididas àquele momento: 8% para 1999 – meta cumprida, nossa inflação ficou um pouquinho abaixo de 9; 6% para o ano 2000 – tivemos a inflação muito próxima a esse número; e 4% para 2001.

Ao final do ano 2000, as expectativas, tanto nossas quanto dos analistas de mercado, dos pesquisadores, dos consultores, eram de que a inflação ficaria próxima da meta. Infelizmente, não foi isso o que aconteceu, e as razões foram essas, bem conhecidas. Nossa taxa de inflação acabou sendo pressionada predominantemente por fatores de oferta ou de custos, que incluem os impactos diretos e indiretos da crise de energia e, principalmente, a forte depreciação advinda do choque da conta de capital. Isso levou a inflação a superar a meta, ficando em 7,7%.

(Projeção de imagens.)

A próxima tabela mostra as expectativas de inflação. Felizmente, ao longo desse processo, foi possível preservar a estabilidade nas expectativas. Não houve, portanto, descontrole. As expectativas fecharam o ano em torno de 4,8% e, agora, em parte em função dos preços do petróleo, vêm superando um pouco os 5%, algo perfeitamente justificável, levando-se em conta a natureza desses choques.

Nossas expectativas e as do mercado para o ano que vem já apontam para mais uma queda, o que nos dá também alguma segurança para navegar essas águas turbulentas que ainda nos cercam pelo mundo.

A próxima tabela, apresentada na carta que encaminhei ao Ministro Pedro Malan, que é parte do sistema de metas para a inflação, decompõe o resultado da inflação de 2001. A conclusão a que se chega é que, quando se excluem o repasse cambial e o impacto dos preços administrativos, o que sobra é uma inflação bastante próxima da meta. Esse mesmo exercício tem sido feito para este ano.

Este é um ponto, a meu ver, importante – se houver interesse, posso voltar a ele. Diz respeito a como administrar um sistema de metas para a inflação, como administrar, particularmente, choques de oferta, apenas de maneira resumida.

Nossa resposta a choques de oferta tem sido aceitar o impacto direto dos choques, mas não aceitar uma inercialização da inflação. Isso significa que, quando os choques ocorrem, o nível de preços sobe e a inflação registrada, portanto, sobe, mas isso rapida-

mente leva a um teste de consistência da política. Olhamos, então, para frente: se observarmos a volta da inflação a sua trajetória desejada, teremos um sinal de que a política é adequada.

Outro ponto que faz parte da nossa discussão, já pela quarta vez, diz respeito à política creditícia. Temos tido como objetivo – certamente desde 1999, quando tive a honra de assumir a Presidência do Banco Central, embora meu esforço já viesse ocorrendo antes dessa data – o funcionamento eficiente e seguro do mercado financeiro, em particular do mercado bancário. E esse objetivo foi formalizado e cristalizado num projeto nosso lançado no final de 1999, que buscava a redução do chamado **spread** bancário, ou seja, do custo que o tomador de juros paga além da taxa básica da economia.

(Projeção de imagens.)

A próxima tabela – já a apresentei aqui algumas vezes – mostra os resultados que têm sido atingidos nessa área. O que temos aqui são duas curvas. A linha amarela crescente mostra o volume de crédito livre, que, no ano de 2001, exibiu um crescimento de 25%, bastante razoável, embora tenha sofrido uma desaceleração, no final do ano, e uma pequena queda.

Vemos aqui também o comportamento do **spread** bancário, que exibiu um padrão de queda acelerada até o início de 2001, ano difícil nessa área: ele subiu e voltou a cair no final do ano e está aí hoje bastante abaixo desses níveis exibidos aqui, bastante abaixo, portanto, do que prevalecia quando começamos com esse trabalho, mas ainda muito acima do que gostaríamos.

Nessa área, além de medidas que já apresentei aqui e sobre as quais prestamos conta todo mês numa coletiva com a Imprensa e também por meio de um relatório que publicamos no **site** do Banco Central, tomamos outras – e pedirei licença para não as discutir em detalhes, apenas para economizar tempo.

Passo, então, a rápidos comentários finais sobre o comportamento mais geral da economia nesse período.

A pergunta que sempre surge – já tive essa conversa algumas vezes com alguns dos senhores presentes, como o Deputado Sérgio Miranda – é qual o custo dessa política. Eu procuro responder sempre de maneira global, tentando entender bem contra o que vamos medir o custo numa determinada política. Esse é que é o desafio, e reconheço que não é fácil. O custo direto, nesse período, não pode ser medido pelo resultado do Banco Central, assim como, quando o resultado era negativo, eu formulava o mesmo argumento. Eu creio que, na verdade, o que estamos fazendo é um exercício de simulação mental, perguntando-nos: o que aconteceu com a economia nesse período? Foi bom o resultado? Não foi? Foi mais ou menos? O que poderia ter acontecido?

A minha resposta, obviamente enviesada a favor do trabalho que conduzimos, mas reconhecendo que não foi um período fácil, é que, dadas as circunstâncias, a economia se comportou razoavelmente bem. Tivemos, ainda no ano de 2001, um crescimento de aproximadamente 1,5% do PIB, crescimento que ocorreu quase todo no início do ano; tivemos, sim, uma recessão industrial no segundo semestre, acompanhando a desaceleração global e, no nosso caso, a desaceleração regional, que foi dramática, e terminamos com uma inflação bem superior à meta, mas, a meu ver, com a justificativa clara de que foram choques de oferta e que as expectativas já apontam e apontavam, ao final do ano, para uma queda da inflação.

Tivemos um juro real que terminou o ano com níveis superiores aos do ano 2000 e na média de 2001, mas, mesmo para 2001, quando olhamos para trás, a média do ano da taxa SELIC ficou em dezessete e poucos por cento, portanto, uma taxa real de um dígito; infelizmente, em grande parte porque a inflação ficou acima do previsto, mas, assim mesmo, uma taxa de juro real de um dígito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Peço a V.Sa. que conclua, pois já dobramos o tempo.

O SR. ARMINIO FRAGA – Perdão. V.Exa. tem razão. Concluo em dois minutos.

No que diz respeito à taxa de desemprego, os indicadores estão aí: iniciamos o ano com a taxa de desemprego baixa, que subiu um pouco ao longo do período. Na média, ela ficou abaixo do ano 2000, mas exibindo uma tendência de crescimento. Se a economia se recuperar, como eu já vejo, creio que essa tendência ao aumento do desemprego vai-se reverter.

No saldo comercial, a partir principalmente da depreciação da taxa de câmbio, temos tido resultados bastante positivos, apesar da profunda recessão na Argentina. Temos uma balança de pagamentos que exibe um déficit em conta corrente em níveis próximos ao investimento direto, o que representa uma balança de pagamentos saudável, e a política fiscal tem sido uma âncora da nossa economia, em grande parte, graças a reformas aprovadas aqui no Congresso e ao bom desempenho das áreas responsáveis no Governo.

Sem querer resumir, porque foi uma longa apresentação, creio que o mais interessante é sempre a

fase de discussões. Então, sem maiores delongas, coloco-me à disposição dos Srs. Parlamentares e agradeço pela paciência e pelo tempo que me foi dado, do qual abusei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Vamos dar início aos debates.

O primeiro inscrito é o Deputado Sérgio Miranda, para o qual passo a palavra, por três minutos.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Presidentes das várias Comissões que compõem esta audiência pública, caro Presidente do Banco Central, não conseguimos ainda, apesar de esta ser a terceira vez, ter uma interpretação comum do objetivo da vinda de V.Sa. a esta Comissão.

Vamos ler o § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal:

> *§ 5º. No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas da política monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.*

Na parte final da sua intervenção, fica evidente que o resultado demonstrado no balanço não pode ser igual ao impacto e ao custo fiscal das operações do Banco Central. É claro, porque, se fosse, não haveria uma redundância! Como é que nós mediríamos o impacto e o custo fiscal das operações do Banco Central?

Eu tentei fazer uma medida. Por exemplo, temos um anexo das metas fiscais, a LDO, que, no § 4º do art. 4º, define os objetivos da política monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para os seus principais agregados. Ora, então, a medida que poderia ser feita, caro Presidente, seria entre o que foi previsto e o que foi realizado.

Nós, na Lei de Responsabilidade Fiscal, Dr. Arminio, demos uma liberdade excessiva ao Banco Central. Cobramos, em troca, a transparência, a prestação de contas em uma audiência pública. Ora, qual o custo da política monetária creditícia e cambial? É isso que V.Sa. deveria responder! O próprio resultado do Banco Central – e V.Sa. fez uma exposição didática – redunda basicamente da variação do câmbio e da remuneração dos títulos indexados que o Banco Central tem em carteira. No terceiro trimestre, a remuneração dos depósitos do Tesouro foi de 4 bilhões e 848 milhões; no quarto trimestre, essa remuneração foi de apenas 27 milhões. Logo, a explicação do resultado positivo não pode ser a avaliação da política cambial. Previmos uma taxa de câmbio de 1,84% no anexo da política monetária, creditícia e cambial, e ela foi de 2,35%; uma inflação de 4%, e ela foi de 7,7%; uma taxa de juros SELIC de 14,2%, na média, e ela foi de 17,68%; um crescimento do PIB de 4,5%, e ele foi de 1,5%; quanto à dívida líquida, a previsão era que chegássemos, no final de 2001, com 27,85% do PIB e ela está em 33,68%.

Objetivamente, Sr. Presidente, isso implica um custo para a sociedade. A política monetária e cambial tem um custo fiscal, e podemos medir o resultado, por exemplo, do ponto de vista social. Em quanto aumentou a taxa de desemprego durante esse período? Do ponto de vista humano, temos a epidemia da dengue. O Brasil se comprometeu, há dez anos, Sr. Presidente do Banco Central, a erradicar a hanseníase. Não conseguiu. Pelo contrário, ela está crescendo. Esse é um dos custos da política monetária, creditícia e cambial.

Temos de entrar em acordo. Não basta vir aqui para justificar o resultado do Banco Central. Esse é apenas um dos elementos. Há outras questões, como o problema dos passivos do Banco Central, Sr. Presidente.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 34, diz que, a partir de maio, o Banco Central não vai mais emitir títulos. Ora, no cálculo da dívida líquida do setor público, o único passivo do Banco Central contabilizado são os títulos. Se ele não emite mais títulos, quais os outros passivos do Banco Central que serão incluídos? Ou não terá nenhum passivo?

Sobre as operações de **swap**, na nota que foi distribuída à imprensa, está dito que, nas notas distribuídas à imprensa sobre a dívida mobiliária interna e sobre política fiscal, estará explicitada a exposição cambial advinda desses contratos. O Banco Central tem outras exposições. Por que elas não são contabilizadas dentro dos passivos do setor público brasileiro?

Lamentavelmente, o Presidente da CAE não está presente, porque estamos vivendo uma aberração. O Executivo, obedecendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, enviou, para que o Congresso apreciasse, os limites de que trata o art. 52 da Constituição, os limites para a União, para Estados e Municípios. Foi a Mensagem nº 154. O Senado votou os limites para os Estados e Municípios, forçando, assim, a realização de superávits primários pelo respeito a esse limite, porque, senão, haverá punição. E o limite da União? Por que não há limites para a União? E descubro,

numa nota do Banco Central, a justificativa de não haver limites para a União. O que diz a nota?

> *Coaduna-se com o preceito de que a LRF disciplina questões de financiamento fiscal, não se permitindo, portanto, gerar restrições à condução da política monetária, creditícia e cambial por intermédio de limitação ao montante do passivo decorrente da emissão de títulos da autoridade monetária.*

Logo, a autoridade monetária não tem limites. É a posição de defesa do Banco Central. Se ela não tem limites e a União tem limites, ela não faz parte da União, a quem o Banco Central deve, e não presta contas da política monetária, creditícia e cambial.

Estamos vivendo o pior dos mundos. Essa política econômica tem um custo social altíssimo, e não é feito sequer um debate sobre esse custo para que a sociedade compreenda.

Eram esses pontos que eu queria abordar. Há outras questões mais objetivas, mas posso consultar a assessoria de V.Exa. para que sejam esclarecidas. Eu queria situar o nosso debate mais nesse terreno macro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Obrigado, Deputado Sérgio Miranda.

Com a palavra o Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado. Confesso que, embora concorde com vários pontos que V.Exa. levantou, tenho que discordar no que diz respeito à distância que nos separa. Penso que os números que apresentamos aqui não são os únicos. É possível ficar horas discutindo a nossa economia, as suas contas e tudo o mais. Eles dão, eu diria, um bom resumo do que são os comandos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por exemplo, é verdade, como nós dois dissemos, que o resultado do balanço do Banco Central não representa o custo fiscal, mas a evolução da dívida é um bom indicador do conjunto de políticas que o Governo adotou nas circunstâncias que, enfim, emolduraram as nossas decisões.

Então, há uma demonstração e uma decomposição. A decomposição mostra que, de fato, a taxa de juros no segundo semestre foi mais elevada do que no primeiro semestre, houve um custo, e assim por diante.

Procurei apresentar também os dados de desemprego, que, embora na média tenham ficado inferiores aos do ano anterior, exibiram uma tendência de crescimento para um ambiente terrível.

Creio que seria, sem dúvida alguma, possível comparar o que foi previsto com o que foi realizado. O meu receio é que isso não leve em conta os imprevistos, que tanto podem ser negativos quanto positivos. Neste momento, eles têm sido negativos, mas esse, certamente, não será o estado das coisas daqui para a frente. No futuro, teremos momentos positivos, crescimento na Argentina, e assim por diante.

Tenho uma preferência, embora reconheça que é difícil quantificar isso, por tentar situar as coisas num determinado contexto. Quer dizer, a projeção de crescimento da LDO de 4,5 e uma inflação de 4% parecia razoável no ambiente em que vivíamos ao final de 2000, mas, como procurei listar aqui – esqueci de mencionar a crise na bolsa global do início do ano –, as coisas infelizmente mudaram.

V.Exa. levanta o tema dos passivos do Banco Central e, de forma mais geral, a questão de limites no setor público. Vislumbro um momento importante na estruturação das contas públicas no Brasil a partir de maio deste ano. Creio que será um grande avanço quando o Banco Central deixar de emitir títulos, pois isso vai simplificar essas contas. Nessa fase de transição, de fato, há um conceito que foi adotado pela Lei de Responsabilidade Fiscal que não é permanente, até porque pode ser debatido, conforme o foi à época, e chegou-se ao acordo de que era o razoável para esse período. Daqui para a frente, com a saída do Banco Central do mercado de emissão, creio que tudo fica mais claro. O Banco Central deixando de emitir, simplifica-se a análise dessas contas e separa-se melhor as questões de natureza fiscal das de natureza monetária.

Nossa realidade é a de um país onde há muita dívida com taxa flutuante, tanto de juros quanto de câmbio. Isso é bastante complicado. Tendo a concordar nesse ponto com V.Exa. Sim, flutua. Mas o que fazer? Que tipo de amarra queremos colocar no Governo Federal e no Banco Central? Essa é a pergunta, em última instância, e sobre isso tenho algumas considerações a fazer. Anotei seu comentário referente a que o BC nem a União têm limites, e é sobre isso que gostaria de falar um pouco.

Na minha visão, qual o desenho correto dessa coisa macro? Acredito que aprendemos no Brasil, e não fomos os únicos, a importância de se separar as questões fiscais das questões monetárias. A Lei de Responsabilidade Fiscal consagrou esse princípio. Nossa própria Constituição, ao proibir o Banco Cen-

tral de financiar o Tesouro, também nos brindou com um ponto fundamental.

Novamente, pela minha leitura, a forma mais eficiente de se estruturar a política macroeconômica é definir uma trajetória sustentável para a política fiscal, o que significa produzir, no caso do Brasil atual, um superávit primário razoável que nos dê uma trajetória de queda na relação dívida/PIB – sobre o que tentei argumentar ainda hoje, que temos esse superávit primário –, e, paralelamente, dá-se ao Banco Central a missão de zelar pela estabilidade dos preços e pela trajetória da inflação desejada pela sociedade. Não cabe ao Banco Central decidir qual é esse nível; a sociedade é quem dá esse comando ao Banco, como ocorre atualmente, através dos seus representantes eleitos. Mas, ao mesmo tempo, é preciso dar ao Banco Central flexibilidade para atuar no curto prazo perseguindo esses objetivos. Isso significa que, a médio e longo prazos, vamos ter as duas coisas desejadas: uma situação fiscal de solvência, com taxa de juros e prêmio de risco em queda, e uma inflação controlada. O problema é que, ao longo do caminho, num determinado ano – o ano passado foi um bom exemplo –, podemos nos ver diante de choques e movimentos desse tipo. Esse exemplo significa que temos de ter bastante cuidado ao definir certos limites, em particular o limite de endividamento para o setor público e também para o Banco Central.

No que diz respeito ao setor público, gosto da idéia de trabalhar no superávit primário dentro da LDO, uma coisa plurianual, algo responsável. Isto é, define-se e, depois, fica-se um pouco ao sabor dos ventos. Em certos anos teremos problemas, como tivemos ano passado; em certos anos teremos ventos a favor e, na média, as coisas se acertam.

Sobre o Banco Central, deixaremos de emitir, o que vai simplificar o acompanhamento das nossas contas e a nossa própria atuação. Temos, no entanto, descasamentos do nosso balanço – a questão cambial diz respeito a isso – e essa inovação, que foi a operação de **swap**, é da mesma família. Ela não representa um endividamento, porque, a cada instante, o **swap** tem valor zero. É um instrumento que transforma, no caso, juro e câmbio, isto é, faz uma troca; é o câmbio mais o juro internacional contra o juro local.

É importante explicitar algumas coisas. Primeiro, nos comprometemos a usar o **swap** apenas na rolagem dos títulos cambiais, que iniciamos agora, é o que faremos e prestaremos contas a cada operação. Isso será feito praticamente em tempo real. Segundo, o valor do **swap** estará sempre explicitado e será sempre transparente para que não haja dúvida.

A pergunta feita por V.Exa. foi: faz sentido dar ao Banco Central... Hoje temos esse limite. É um compromisso nosso não fazer **swap** além da rolagem da dívida. Será que isso será razoável no futuro? Conforme V.Exa. nos indagou fora deste plenário, com relação à resolução do Conselho Monetário, de fato, em tese, o Banco Central não teria limites; são limites auto-impostos. Creio que V.Exa. tem razão ao dizer que não deveria ser assim. Creio que isso é algo que poderemos, a curto prazo, colocar debaixo do Conselho Monetário Nacional, pois, sendo assim, ficaria sob as autoridades fiscais, e, quando chegar o momento, deveria fazer parte de uma nova lei do Banco Central.

Em nossa minuta de trabalho, que algum dia servirá no futuro, está dito que qualquer operação do Banco Central que ponha em risco certo valor deve ser submetida a uma consulta das autoridades fiscais. Acho esse um bom sistema. Qualquer operação de liquidez, qualquer intervenção no mercado de câmbio, se envolver mais do que determinado valor, deveria gerar uma consulta para que isso não fique somente no Banco Central.

Temos agido assim desde a crise de outubro do ano passado. Fomos às autoridades fazendárias, conversei com o Ministro Pedro Malan e disse que aquela era a situação; que queríamos fazer uma intervenção no mercado de câmbio, pois, do contrário, o custo social seria muito maior. Creio que tivemos sorte naquela ocasião.

Quando chegar o momento de discutirmos uma nova lei do Banco Central, esse ponto deveria fazer parte dela, e sei que esse é um ponto que V.Exa. defende.

Enfim, procurei responder a suas questões, mas podemos continuar essa conversa em momento oportuno, pois tem sido muito produtiva para nós, do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra para a tréplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Deveria haver uma correção. Concordo com V.Exa., que é um homem inteligente, e, lendo a lei, fica evidente que não podemos considerar, no custo fiscal da política monetária, o resultado do Banco Central. Mas está escrito no relatório que o resultado das operações do Banco Central, após a constituição ou reversão de reservas, representa o custo fiscal. Sinceramente, isso

é uma enormidade! É como se o Brasil se reduzisse ao Banco Central, aos custos do Banco Central!

Qual é o grande problema? Creio que aí está o cerne do nosso debate. Podemos encontrar na pág. 10, no penúltimo parágrafo. Qual é o ponto que nos separa, Dr. Arminio? É que considero que hoje as questões fiscais não são separadas da questão monetária. Nós damos liberdade para execução da política monetária e cambial, que tem um custo fiscal embutido, e isso não é explicitado. Vamos supor que fosse o contrário, que quem tivesse essa liberdade fosse o ex-Ministro José Serra, ou seja, que o Ministro da Saúde tivesse a liberdade de fazer todas as operações que estão represadas, de fazer todo o saneamento básico. Não é dessa forma; ele tem limites orçamentários. A política monetária tem custos fiscais. Se a taxa de juros ficou em 19%, com uma média de 17%, isso representa aumento da dívida pública; assim, exige superávit primário. Essa é a questão básica.

O SR. ARMINIO FRAGA – Deputado, já entendi o seu ponto. Acho que V.Exa. tem razão. Creio que nossa apresentação em si procura responder a sua pergunta, embora tenha gastado quarenta minutos, quando era para ter usado apenas vinte. V.Exa. tem razão. Acho que essa frase não é tão abrangente quanto a lei gostaria que fosse, mas a nossa apresentação o é. É só repetir aqui o que disse verbalmente, ou seja, que esse resultado é o custo direto da atuação do Banco Central. Mas temos de levar em conta o impacto global da política. Nesse sentido, creio que temos diferenças na forma de medir isso. Há um elemento subjetivo aí, mas acho que é apenas problema de definição. Vou corrigir isso. V.Exa. tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Pediria agora um pouco de síntese nas perguntas e respostas, em função da Ordem do Dia, que deverá ter início às 16 horas. Lembro o trancamento da pauta da Câmara dos Deputados com as medidas provisórias.

Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE – Inicialmente, quero saudar os Presidentes das várias Comissões e todos os Parlamentares presentes nesta audiência em que se faz um balanço da política monetária, de crédito cambial, enfim, do desempenho do Banco Central nesse período.

O meu primeiro comentário, Presidente Arminio Fraga, é que o Banco Central não cumpriu a meta inflacionária. Não só a imprensa como o sistema financeiro – inclusive várias personalidades, intelectuais vinculados a essa concepção monetarista que orienta a política econômica do Brasil, especialmente da Oposição – passaram meses cobrando um compromisso com a meta inflacionária. Essa era uma cláusula absolutamente essencial, intransponível, inegociável da política econômica. Os senhores não cumpriram a meta programada pelo próprio Governo.

Havia uma segunda cláusula pétrea intransponível em toda execução da política monetária e cambial, ou seja, o País tinha de absorver todo o custo econômico e fiscal da política do Banco Central, desde que a relação dívida/PIB não se alterasse, não passasse do patamar mágico de 50% do Produto Interno Bruto. Passou. Os senhores transpuseram o segundo limite, que era absolutamente definidor, era o coração da política econômica.

Quer dizer, o País teria de agüentar o custo fiscal que tivesse de pagar, o custo econômico, o desemprego, a falta de crescimento, desde que esses dois itens absolutamente essenciais, definidos como prioritários fossem respeitados; e não o foram.

Faço agora uma leitura um pouco diferente, que é a analise do custo econômico e fiscal propriamente dito dessa política. Nós tivemos um crescimento da dívida mobiliária do Governo Federal, que é a que conta, de 113,4 bilhões de reais nesse período. E o elemento central para explicar o crescimento do endividamento do setor público no Brasil são os juros, não é esqueleto, não é rolagem de dívida dos Estados e Municípios. O elemento central do endividamento do País são os juros. Os juros explicam 66,4% da dívida mobiliária federal de 1995 a 2001.

É verdade que, neste ano, pagamos 66 bilhões de juros – o que representa quatro orçamentos da educação; quatro vezes mais do que o País gasta em sala de aula é o que está pagando de juros, é o que o Governo Central pagou de juros este ano. Se tirarmos o superávit primário, no ano passado, os juros explicam 38,7% do crescimento da dívida. Houve uma diminuição, quando se leva em conta o histórico deste Governo. Se tirarmos o superávit primário de todo o período, os juros explicam 53% do endividamento. Então, mais da metade da dívida pública está composta por taxa de juros.

De outro lado, e igualmente grave, temos o seguinte: como é possível os bancos captarem a 20,3% – a média do ano passado – e emprestarem a 60,2%, ou seja, um **spread** de 40% ao ano? É só olharmos o balanço dos bancos para ver sua exuberância ao lado da taxa medíocre do crescimento do País, do nível de desemprego, de violência, que tem sido absolutamente inaceitável, insustentável.

Não podemos continuar com esse custo fiscal, com essa velocidade de endividamento do setor público, com esse comprometimento da capacidade de investimento público, transferindo renda para o setor privado com essa rapidez, o que se dá basicamente pela política de juros. Não se trata só da política básica de juros, que é prisioneira de uma política macroeconômica, da vulnerabilidade externa, mas da política de juros na ponta, na qual o Banco Central poderia interferir com muito mais determinação. O crédito no País é um pouco mais do que 30% do PIB com taxas de juros dessa magnitude, com lucros exuberantes, que são os melhores resultados que os bancos tiveram em toda economia internacional.

Então, falo com veemência, Presidente, porque acho que o Governo ainda não se deu conta para valer de que temos de inverter a concepção de política econômica. É preciso atacar com toda eficácia a vulnerabilidade cambial. O País precisa exportar mais, substituir importações, defender-se, do ponto de vista comercial, com mais coragem.

Basta ver o exemplo da siderurgia. Ou seja, os senhores continuam com uma retórica liberalizante, os Estados Unidos, a Europa, o México, o Chile, a Venezuela, a Índia, a China, a Rússia aumentaram a tarifa de proteção do aço, e o excedente de aço vai ser jogado aqui dentro do mercado interno, arrebentando ainda mais a estrutura produtiva. Esse é um exemplo claro de que essa retórica não se sustenta, de que nós precisamos de uma estratégia de defesa comercial, de promoção das exportações, de melhoria na qualidade de exportações, de substituição das importações, para não depender desse capital volátil, para não fazer um balanço como esse que estamos fazendo aqui. Precisamos ainda de uma política econômica voltada para o crescimento, Presidente Arminio Fraga. Este País precisa produzir, crescer.

Termino citando dados deste Governo. A taxa de crescimento no ano passado foi de 1,5%. Ao longo dos sete anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil cresceu a uma taxa média anual de 2,4%. Se considerarmos o período de um século, é o quarto pior desempenho. Só na Primeira Guerra Mundial, na crise de 29 – ou seja, no Governo Venceslau Braz –, no Governo Washington Luiz e no Governo Collor o Brasil cresceu menos do que no Governo Fernando Henrique Cardoso. V.Sa. poderia dizer que agora temos uma recessão internacional, mas tivemos oito anos de crescimento sustentado da economia norte-americana, taxas espetaculares de crescimento internacional, liquidez, taxas de juros internacionais baixas.

O que está errado é a concepção, a essência, a estrutura, o rumo da política econômica. Se não mexermos no coração da política econômica, vamos continuar fazendo balanços como esse; talvez não tão dramáticos quanto eram na época da âncora cambial. Houve melhora no saldo comercial, houve menor impacto fiscal, mas ainda são balanços extremamente inquietantes, com um resultado medíocre em termos de crescimento. E continuamos nos endividando numa velocidade tal que o País não tem como se sustentar a médio e a longo prazo.

Quando V.Sa. projeta o futuro, ele é sempre promissor. No ano passado foi assim também: iríamos crescer 4,5%, a inflação seria de 4%, a relação dívida/PIB cairia. Só que, quando se faz o balanço do que passou, o quadro é totalmente diferente. Então é preciso fazer um balanço mais realista, e não vamos conseguir projetar um futuro mais próximo da realidade enquanto não for mudada radicalmente a visão econômica do Governo, que ainda é muito prisioneira das idéias liberalizantes que nos levaram a essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Benito Gama) – Obrigado, Deputado Aloizio Mercadante.

Com a palavra o Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – Agradeço a oportunidade. Vou procurar abordar alguns dos pontos. Este é um assunto para horas de conversa, mas eu gostaria de me concentrar em alguns pontos específicos.

V.Exa. mencionou o sistema de metas para a inflação. Só o futuro dirá se minha visão é certa ou não. O ano passado demonstrou que o câmbio flutuante com metas para a inflação é um bom sistema. Ele foi testado em ambiente extremamente adverso e creio que nos deu um resultado certamente muito aquém do que nós desejávamos e até previámos, mas certamente razoável, diante dos desafios que enfrentamos.

A idéia de que o sistema de metas para a inflação representa a camisa-de-força absoluta, a meu ver, nunca fez parte do nosso entendimento sobre o sistema. Se daqui a vinte anos, mantido esse sistema, olharmos para trás, se ele tiver sucesso, o que vamos ter é uma taxa de inflação que vai oscilar, mas que vai sempre convergir para a trajetória desejada pela sociedade.

O ano passado foi um bom exemplo. Choques enormes nos levaram a um desvio. Avaliamos corretamente que não era razoável, no intervalo de alguns meses ou mesmo de um semestre, promover uma correção, inclusive de choques de oferta. E chegamos a esse resultado que, embora tenha sido pior do que o esperado, foi razoável diante do quadro.

A questão dos juros é extremamente delicada. É verdade que o Brasil pagou, nos últimos anos, taxas de juros extremamente elevadas em sua dívida pública. É verdade também que essas taxas vêm caindo e que entraram numa trajetória de declínio bastante acelerado a partir de uma guinada na política fiscal, a partir do final de 1998, e de um reforço institucional permanente que foi dado ao País, pelo Congresso, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, as leis da Previdência e muitas outras. Houve mudança estrutural fundamental.

A questão da taxa de juros sempre remete à pergunta: o que podemos fazer com a taxa alta? Acredito que a preservação de um superávit primário nos níveis atuais e um sistema bancário sólido, de um regime de taxa de câmbio flutuante, para que o nosso balanço de pagamentos não nos torne vulneráveis, vão nos dar essa trajetória.

Prova disso foi o ano 2000. Nesse ano, num ambiente normal – o País cresceu 4% –, houve inflação em queda, taxa de juros em queda, prêmio de risco em queda, investimentos subindo e tudo isso. E acredito que todo esse quadro difícil do ano passado, embora nos tenha dado um crescimento de apenas 1,5%, foi a prova de que estamos caminhando na direção correta.

Vejo o Brasil – com essa relação dívida/PIB de 53% – como um país confortavelmente solvente. E creio que, para nós, a melhor alternativa, de longe, é insistir nesse modelo que temos, sem prejuízo de uma série de outras políticas de natureza mais micro, que também terei enorme prazer em discutir com V.Exas., mas acho que o Deputado Benito Gama vai me cassar aqui rapidamente. Então, vou procurar ser razoavelmente bem comportado. A questão dos juros vem se resolvendo. Sei que 8% de juro real é taxa muito alta. A nossa história, infelizmente, foi uma história difícil.

V.Exa. mencionou 2,4% de crescimento, a partir de 1995. De fato, o resultado, quando visto de forma isolada, certamente é inferior ao que se desejava e ao nosso potencial. Porém, nesse período, alguns fatos importantes aconteceram. Tivemos o fim da hiperinflação, uma conquista fundamental, principalmente para os mais pobres e para a sociedade como um todo.

Vivemos uma profunda crise bancária. Como V.Exa. sabe, tivemos todos os bancos estaduais, com raras e honrosas exceções, caminhando para a bancarrota, os bancos federais em sérias dificuldades e alguns bancos privados importantes e grandes também quebrando. Foi feito todo um trabalho de reestruturação e hoje temos um sistema financeiro bem capitalizado.

Tivemos, nesse período, uma crise cambial de gravíssimas proporções. Hoje abandonamos o que era considerado modelo importante para quem queria sair da hiperinflação, mas que na verdade representava, a meu ver, um obstáculo ao crescimento do País, que era o sistema de câmbio fixo. De fato, ao longo desse período, tivemos também crises externas de grandes proporções: a crise mexicana, a asiática, a da Rússia etc. Então, não foi um período dos mais favoráveis.

Temos hoje um país preparado para crescer. Realmente acredito ser isso verdade a partir de uma análise básica. Tínhamos 20% das crianças fora da escola há dez anos. Hoje esse número caiu para 3%. Tenho certeza de que o próximo Governo vai levar esse número a zero, dando continuidade a esse trabalho. Temos feito investimentos em saúde e numa série de outras áreas. Vejo o País muito bem posicionado para crescer e insistiria nesse modelo de responsabilidade fiscal e transparência.

Vou concluir com alguns pontos mais específicos. O **spread** bancário é crucial, como também o tamanho do crédito no Brasil. A relação crédito/PIB é extremamente baixa no País, sinal de que algo precisa melhorar. Isso vem melhorando. O crédito livre cresceu 25% no ano passado, o que representa crescimento razoável num ano difícil. Mas V.Exa. tem razão, não podemos nos contentar com um **spread** de 40% ao ano. Ele espelha uma série de fatos: inadimplência, cunha fiscal, compulsórios que ainda temos, embora os tenhamos reduzido bastante ao longo do tempo. E espelha também um ponto que comentarei.

Recomendo, se V. Exa. me permite, a leitura de artigo do Prof. Marcelo Neri, publicado hoje no jornal **Valor Econômico**, sobre garantias. O Brasil precisa continuar a aperfeiçoar mecanismos de crédito, para que principalmente os mais pobres possam se alavancar em cima do que têm. Isso hoje é extremamente difícil. É todo um universo de medidas. Alguns passos foram dados.

Temos algumas medidas provisórias aguardando apreciação do Congresso, cédula de crédito bancário, alienação fiduciária, mas temos de ir muito além, e creio que isso é possível.

O **spread** bancário parou de cair em 2001 por razões conjunturais. E tenho certeza de que ele vai continuar a cair ao longo do tempo. V.Exa. mencionou o lucro dos bancos.

Hoje eu estava dando uma olhada no jornal, numa tabela que veio dos dados do próprio Banco Central. O patrimônio líquido do sistema bancário bra-

sileiro terminou no ano passado na faixa de aproximadamente 98 bilhões de reais, patrimônio total dos bancos. E os bancos ganharam aproximadamente 7,76 bilhões. Eles tiveram uma rentabilidade de mais ou menos 8% sobre o patrimônio líquido. Foi um ano razoável, mas, olhando especificamente esses números, num país que teve juros de 17%, os bancos ganharam 8%. Estamos de olho. É importante ficar de olho nas práticas dos bancos.

V.Exa. talvez saiba que encaminhamos parecer ao Supremo Tribunal Federal, inclusive recomendando e referendando a idéia de que o Código de Defesa do Consumidor deve, sim, ser aplicado ao sistema financeiro. Exceção feita à formação de preços – essa, sim, deve se submeter a uma vigilância concorrencial. Temos inúmeras iniciativas nessa área.

A rentabilidade patrimonial do sistema financeiro no Brasil demonstra sinais de saúde, mas não demonstra lucros extraordinários, quando se leva em conta o tamanho do patrimônio dos bancos. É algo em que temos de ficar de olho, é parte da nossa missão, mas não creio que os números por si só representem uma evidência de problemas, embora nossa vigilância seja total.

O seu ponto em relação à política de comércio exterior me parece ser, aliás, como vários pontos que foram mencionados, absolutamente correto. Mesmo alguém de persuasão liberal como eu tem de reconhecer que a política do Governo americano é absurda. Tive ocasião de dizer pessoalmente a pessoas do meu conhecimento, do Governo americano, que elas, ao pretenderem um mundo mais livre, mais democrático e mais justo, foram pegas numa contradição extraordinária com essa medida.

Temos tido atuação bastante competente e agressiva, mas sem prejuízo – creio que, quanto mais, melhor – nessa área. Temos atuado na OMC, procurando deixar claro que as negociações só interessam ao Brasil se forem para valer, se forem para abrir mercado para nós, e assim por diante.

Com relação ao balanço de pagamentos, o que aconteceu no ano passado pode ser visto de duas formas. Primeiro, sim, temos de ter um balanço de pagamentos ajustado, flexível e não podemos depender principalmente de capital de curto prazo. Porém, acredito que haja o outro lado dessa mesma moeda.

Quando um país passa pelo que passamos no ano passado preservando ainda algum crescimento, é sinal de que a vulnerabilidade diminui bastante. O câmbio flutuante, a meu ver, foi a principal razão, mas existem outros mecanismos que temos de perseguir.

Na minha leitura, há vários passos: primeiro, aumentar a poupança interna, para que possamos, com o tempo, usar menos da poupança externa, sem prejuízo da taxa de crescimento do País; segundo, a reforma tributária, que espero tenha início este ano, com esse trabalho em cima da cumulatividade, que é apenas o início; terceiro, abrir mercado para nossos produtos é fundamental; e muitos outros.

Embora acredite que houve grande avanço com o câmbio flutuante, entendo que podemos fazer mais. Em última instância, queremos uma economia mais flexível. Creio que nossa economia é bastante flexível, mas poderia ser mais.

Enfim, sem querer me alongar muito, o assunto é palpitante. Peço desculpas a todos por ter-me estendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Não, pelo contrário. V.Sa. está nesta Casa para discutir realmente os problemas do Banco Central, da economia, do câmbio, da política monetária. São fundamentais o seu depoimento e o debate de V.Sa. com os Parlamentares.

Com a palavra, para a réplica, o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. DEPUTADO ALOIZIO MERCADANTE – Serei bem objetivo. Presidente Arminio Fraga, veja que a resposta que o Governo americano deu à crise e à recessão é a que nós demos. Por sinal, escreveu um excelente artigo intitulado *"Faça o que eu faço e não o que eu digo"*.

Eles reduziram a taxa de juros de 6,5% para 1,75%. Nós a aumentamos de 13,14% para 19%. Eles saíram de um superávit primário espetacular, aumentaram os investimentos públicos, devolveram 38 bilhões de dólares de impostos para os contribuintes, estimularam a demanda agregada para tentar sair da recessão. Estamos fazendo exatamente o inverso: aumentando a carga tributária, cortando gastos nos investimentos e aumentando o superávit primário para suportar o aumento da taxa de juros que incide decisivamente sobre o endividamento do País.

Não podemos continuar prisioneiros dessa lógica e sustentar teoricamente que esse é o rumo certo. Isso é o inverso do que a história econômica nos ensina, quando a referência é a produção, quando a referência é o crescimento. É só olhar para o que Keynes escreveu nos anos 30 e verificar qual a resposta que os Estados Unidos dão num momento de crise e de recessão.

É verdade que não temos a liberdade de política econômica que eles têm. E não a temos porque este

Governo destruiu o saldo comercial, gerou déficit de transações correntes absolutamente infinanciável nas circunstâncias que estamos atravessando, o que acaba pressionando a política monetária, a política de câmbio e arrebentando as finanças do crescimento econômico.

Não tenho como me estender no segundo comentário, mas vou falar um pouco sobre o balanço dos bancos. Gostaria, depois, de mandar um contraponto a essa sua avaliação. O Governo realmente deve olhar para o sistema financeiro com outra percepção, porque o sistema financeiro tem de servir à sociedade e não se servir da sociedade, como vem acontecendo nessa história recente, com as fusões e as compras. A evolução patrimonial de alguns bancos nesse período do Governo Fernando Henrique Cardoso é absolutamente fantástica, incompatível com o crescimento do PIB, com o nível de retorno do setor produtivo – esse é o elemento central do debate. De qualquer forma, só na variação do câmbio, no primeiro semestre, o lucro líquido dos bancos foi de 8 bilhões e 400 milhões de reais. Deveria haver um mecanismo fiscal para proteger o Tesouro desses ganhos extraordinários, quando eles associavam o destino do Brasil ao da Argentina – e não havia nenhuma associação entre os dois países. Aquilo fazia parte de um processo especulativo absolutamente inaceitável, cujo preço estamos pagando, quando vamos votar o Orçamento deste ano: falta dinheiro para saúde, educação, infra-estrutura, energia. Por isso temos de discutir a fundo essa relação Banco Central/sistema financeiro, e o PIB fica para uma outra oportunidade.

Porém, as lições dos Estados Unidos vão além da política comercial, porque ali também a retórica é liberal, mas onde eles não são competitivos são protecionistas, defendem o emprego, defendem o setor produtivo e não negociam inclusive o **fast track** aprovado lá, os trezentos itens em cuja produção não são eficientes não estão na mesa de negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Com a palavra o Sr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – V.Exa. citou um ponto, mas também me deu espaço para resposta – eu até diria de convergência.

Este é um ponto crucial: a administração macroeconômica de um país que é percebido como sendo de alto risco, embora essa percepção venha melhorando, é extremamente difícil. Estou inteiramente de acordo com seu ponto de vista.

Nós, de fato, fizemos no ano passado – e não foi a primeira vez em nossa história – políticas pró-cíclicas. Não é contestável essa afirmativa, enquanto os americanos, os ingleses e os europeus fizeram políticas anticíclicas. Quem recomendou a saída para a depressão tinha um quadro claro de políticas anticíclicas em mente a partir de uma situação em que governos não eram tidos como sendo eles próprios a fonte de risco.

Este é o desafio para nós: temos de criar uma certa folga. O Brasil precisa sair dessa categoria de alto risco e passar para uma vida mais tranqüila, do ponto de vista macroeconômico. Não acredito que exista um atalho para isso. É algo que vai acontecer com perseverança. A meu ver já está acontecendo. Quero crer que estamos a poucos passos de uma era de crescimento, a partir dos pontos por mim mencionados.

Os norte-americanos, de fato, podem se dar o luxo de fazer uma política agressiva anticíclica, porque consolidaram essa situação. E é algo que precisamos levar em conta. No entanto, não é uma panacéia.

A economia japonesa tem-nos dado um quadro diferente. No últimos anos, o Japão promoveu espetacular expansão fiscal, aumentando extraordinariamente o seu endividamento. Promoveu a política monetária, que chegou ao seu limite de expansão, mas nem por isso obteve resultado satisfatório.

Por que menciono esse caso? Porque, no caso do Brasil, em face das circunstâncias, dado que não começamos por uma situação ideal, tivemos de navegar essas dificuldades conjunturais com custos mais elevados do que os desejados. Infelizmente isso é fruto de uma história recente e difícil, particularmente acontecida na década de 80, início da de 90.

Em relação aos bancos, insisto, podemos exigir deles concorrência leal. Temos acompanhado a situação de perto. Acreditamos que há espaço para melhorar. Temos de dar ao cidadão maior controle sobre seu cadastro. Estamos tratando de construir uma central de risco que vai dar essa faculdade. O bom devedor não será punido por causa do mau devedor. Esses são avanços institucionais que apontam na direção correta. Já obtivemos alguns resultados, mas ainda estão longe do que gostaríamos.

Não sei como V.Sa. construiu esse número do resultado cambial. O fato é que o resultado global dos bancos gerou rentabilidade patrimonial de 8%. Estamos caminhando no fio da navalha. Temos de ter um sistema saudável, bem capitalizado, rentável, para evitar problemas como aqueles que assolaram alguns países da Ásia e hoje praticamente paralisaram a economia argentina.

De um lado, queremos um sistema financeiro sadio, mas competitivo; de outro, queremos evitar os riscos tanto de monopolização quanto de oligopolização do sistema, o que seria extremamente nocivo, ou uma fragilização igualmente perigosa.

Enfim, creio que temos assunto para muitas horas de conversa. Talvez possamos continuar depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente desta reunião conjunta, Sr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central, é evidente que temos de comemorar. Recebemos a visita do Secretário Fábio Barbosa, para nos apresentar o cumprimento das metas fiscais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, que agora nos permite freqüentes debates sobre temas que antes sequer eram conversados e em relação aos quais poucos especialistas desta Casa tinham conhecimento. Realmente temos de comemorar.

O ano foi de imensas dificuldades aqui relatadas, como a crise da bolsa global, da Argentina, o episódio do dia 11 de setembro e a crise energética.

É evidente que não cumprimos as previsões, mas ainda assim não nos desviamos tanto delas quanto se poderia esperar, diante de tantas dificuldades por que passamos, especialmente com o nosso parceiro do MERCOSUL, a Argentina – 4 pesos por dólar. Imaginem que há pouco tempo um aposentado argentino, que tinha em sua poupança um determinado valor em dólar, hoje só tem 25%. Realmente a situação é grave.

O Brasil enfrentou todas essas dificuldades e conseguiu manter na estabilidade, no desenvolvimento econômico sustentado o seu maior patrimônio. Esta foi realmente a grande contribuição do Governo Fernando Henrique Cardoso para a Nação: livrar nossos assalariados de ter sua remuneração consumida pela inflação em poucos dias. Era uma das coisas mais perversas a que assistíamos no País.

Como podemos avaliar? Como disse o Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, a previsão não pode contar com os imprevistos. E imprevistos são imprevistos.

Neste momento, há conflito no mundo árabe, onde estão os donos do petróleo. Daqui a pouco o preço do óleo vai acabar subindo muito e novamente teremos os reflexos na nossa economia, na inflação. A globalização é uma realidade com a qual temos de conviver, e sofremos o reflexo dos problemas que acontecem fora do País.

Sr. Presidente, temos de comemorar a boa gestão feita pelo Banco Central, pelo Ministério da Fazenda, pela área econômica do Governo, para que tenhamos essa estabilidade.

Quando falamos em descolar da Argentina naquele momento de crise mais grave, muitos não acreditaram. Hoje o dólar baixou para 2 reais e 30 centavos, enquanto a Argentina enfrenta situação extremamente adversa, mas que não afeta a nossa operação cambial.

Presidente Arminio Fraga, quero apenas provocá-lo no seguinte sentido: pareceu-me que os momentos mais graves que passamos foram os de 11 de setembro, as crises energética e argentina, situações nas quais poderíamos ter tido de tomar medidas mais duras, como tomamos anteriormente, quando o nosso juro esteve a 45%.

Esta é a provocação que faço: quais seriam os reflexos em nossa economia, se a taxa SELIC subisse mais do que subiu? Se a reação do Banco Central tivesse sido mais dura, agravando a taxa de juros, como seria o fechamento deste ano? Qual foi o raciocínio do Banco Central para estabelecer essa reação, menor do que aquela que eu mesmo e muitos brasileiros esperávamos? E mesmo assim estamos hoje nesta situação de inflação e juro decrescentes e economia em crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Dr. Arminio Fraga, antes de conceder a palavra a V.Sa., informo aos Srs. Parlamentares que a Ordem do Dia vai se iniciar daqui a pouco.

O Deputado Ricardo Barros pede desculpas aos demais, uma vez que foi o último inscrito.

Concedo a palavra ao Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, pela ordem. Peço desculpas ao Presidente do Banco Central pela interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Deputado Giovanni Queiroz, V.Exa. tem a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, antes de começar a Ordem do Dia há debates e discussões. Proponho a V.Exa. que não encerre esta audiência pública, porque gostaríamos de fazer algumas perguntas, expressar idéias e ainda há interpelações de companheiros sem resposta. Como V.Exa. afirmou há alguns minutos, é importante que ampliemos este debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Compreendo perfeitamente o que V.Exa. está dizen-

do, mas hoje é um dia atípico em relação à Ordem do Dia. A pauta da Câmara dos Deputados está trancada, em função da não-votação das Medidas Provisórias nºs 9 e 14. Além da sinalização formal, o Presidente Aécio Neves mandou avisar que vai começar agora. Por isso temos de encerrar esta audiência. Teremos de estar presentes no plenário, sob pena de não haver **quorum** para votação tão importante.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, mas todos já registraram suas presenças.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, como temos de ir ao plenário, gostaria de sugerir a V.Exa. que nos encaminhasse as respostas por escrito. Em vez de o Sr. Arminio Fraga me responder agora, eu cedo esse tempo para que os Srs. Parlamentares rapidamente façam suas perguntas. Se houver tempo, S.Sa. responde; se não houver, encaminha as respostas por escrito, posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Não posso concordar com isso, Deputado Ricardo Barros, sob pena de perder o controle da sessão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) –Tem a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, a audiência não tem de ser necessariamente interrompida pelo início da Ordem do Dia, porque há ainda as sessões deliberativas. Estamos em audiência pública e temos informações de que o PFL vai obstruir a votação. A sessão vai demorar a começar. Então, acho que poderíamos ser mais tolerantes. Quando a Ordem do Dia começar rediscutiremos a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Está bom. O problema não é o PFL ou qualquer partido obstruir a votação.

Entendo que, se não encerrarmos a reunião, não haverá Ordem do Dia, que é fundamental, porque a pauta da Câmara está trancada, em função da não-votação das medidas provisórias.

Concedo a palavra ao Dr. Arminio Fraga. Se for o caso, faço outro convite para que S.Exa. possa voltar outro dia.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, antes da palavra do Presidente do Banco Central, quero manifestar que essa forma de procedimento está totalmente fora da tradição das reuniões das Comissões. Já fizemos várias audiências como esta e foi garantida a sua continuação mesmo com o início da Ordem do Dia. Os Deputados já marcaram presença. Quem tinha de registrar a presença já o fez, quem ainda não registrou sua presença pode fazê-lo e voltar.

Se V.Exa. mantiver essa posição, quero registrar o meu protesto, porque aborta um debate fundamental para o País, que poderia ser aprofundado com a presença do Presidente do Banco Central. Creio que a posição de V.Exa. não se justifica sob nenhuma hipótese, porque todos nós podemos sair para votar e voltar, permanecendo o debate, como é tradição nas Comissões.

Solicito a V.Exa. que reconsidere essa decisão, porque lamentavelmente será constrangedor para todos nós que aqui estamos até agora para dialogar com o Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Dr. Arminio Fraga, V.Sa. tem a palavra.

O SR. ARMINIO FRAGA – Vou procurar ser breve. Não domino as regras de funcionamento do Congresso Nacional como V.Exas., mas registro a minha disponibilidade para continuar esta audiência, se necessário, uma vez que parte da culpa é minha, porque eu me alonguei muito em minhas respostas.

V.Exa. pergunta sobre a taxa SELIC, se tivesse subido ou caído ainda mais, o que norteou a nossa decisão. Procuramos acompanhar essencialmente dois parâmetros ou conjunto de parâmetros: primeiro, tentamos entender as origens do desvio prestando particular atenção ao choque de oferta, que é o mais perverso, porque reduz a produção e aumenta a inflação. Ele produz, portanto, conflito na resposta de política econômica. Entendemos importante um ajuste preventivo no ano passado, de dez a vinte pontos percentuais, não como os que tivemos antes.

Há também uma segunda variável, um segundo teste, que são as próprias expectativas num horizonte de tempo que ultrapasse o que se entende por período de choque. E se, nesse horizonte mais longo, de doze a dezoito meses, a inflação prevista por nós, por consultores, por analistas, por modelos intuitivos, enfim, por um conjunto de elementos é algo que não se possa fazer pontualmente, há que se levar em conta uma gama de fatores subjetivos. Inclusive, se houver convergência da taxa de inflação, significa que não é necessário aumentar. Até em certos casos discutidos nas últimas duas reuniões do COPOM, mesmo com a inflação ainda acima da nossa meta, como entendemos que ela apontava na direção correta, foram possíveis duas reduções. Essa foi a tentativa de decompor os desvios e entendê-los e só então testá-los adicionalmente com expectativa futura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Tem a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, pela ordem. Eu havia pedido para mudar a ordem de inscrição, em função de compromisso que tenho com o Deputado Aécio Neves. Troquei minha vez com o Deputado Ricardo Barros. De qualquer maneira, agradeço ao Deputado Jorge Bittar por lembrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Não, V.Exa. não trocou com o Deputado Ricardo Barros. V.Exa. avisou à Mesa e eu fiz a inversão de pauta.

Tem a palavra o Deputado Jorge Bittar e logo depois V.Exa.

Deputado Jorge Bittar, a menos que V.Exa. abra mão da sua posição de inscrição.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, não estou entendendo o comportamento de V.Exa. Sinceramente, não há razão para isso.

O SR. JORGE BITTAR – O Deputado Ricardo Berzoini estava inscrito antes. Teve de retirar-se do plenário por alguns minutos. Pediu que houvesse a inversão de ordem de inscrição. Temos tido sempre um comportamento liberal. Aqui não há problema. Como ele está inscrito antes, estou permitindo que possa fazer a sua intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Deputado Jorge Bittar, compreendo V.Exa. Fiz a inversão da ordem da inscrição. O Deputado Ricardo Berzoini vai falar logo depois de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Eu retiro a minha palavra, eu retiro a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Então, o Deputado Ricardo Berzoini tem a palavra. Está cancelada a sua inscrição.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, sinceramente, fiquei bastante constrangido com essa inversão de ordem, que não tinha razão de ser. De qualquer maneira, vamos ao que interessa, ao debate. Vamos superar essa fase.

Cumprimento o Presidente do Banco Central e me atenho a uma questão na qual continuo insistindo, fundamental para a economia brasileira. E só insisto por conta disso.

Na minha avaliação, temos duas amarras para o nosso desenvolvimento. Uma delas é a estrutura tributária. Aliás, estamos nos empenhando no sentido de pelo menos encontrar uma solução para a cumulatividade do PIS/PASEP ao final da atividade legislativa desse período. A outra, já debati com V.Sa., é o custo do dinheiro para atividade de consumo e de produção em nosso País.

Fiquei muito animado, devo dizer-lhe, quando, logo após a sua posse, V.Sa. anunciou um programa de redução do **spread** no Sistema Financeiro Nacional, através de uma série de medidas. E me dispus, juntamente com o Deputado Sampaio Dória e outros, a acompanhar esse trabalho no Parlamento, através da Comissão de Finanças e Tributação. Lamentavelmente, hoje não estou animado e creio que o trabalho infelizmente fracassou. Quero dizer por que acredito nisso.

O próprio relatório, publicado em novembro de 2001 pelo Banco Central, que está na página do Banco na Internet, diz em seu segundo parágrafo:

> *As taxas médias de aplicação das instituições financeiras atingiram 65,8% em outubro deste ano, aumentando 11 pontos percentuais nos últimos doze meses, com* ***spread*** *médio totalizando 46,9% ao ano, mais 8,3% pontos percentuais no mesmo período.*
>
> *Não obstante a elevação dos juros e a desaceleração na realização de novas operações, as operações de crédito do segmento livre continuam se constituindo no segmento mais dinâmico dos empréstimos do Sistema Financeiro Nacional.*
>
> *O crédito livre apresentou um crescimento de 39,2% nos últimos doze meses, atingindo o saldo de 199 bilhões, o que representa 59,4% dos empréstimos do Sistema Financeiro Nacional.*

Os bancos sempre alegaram várias razões para o alto **spread** em nosso País.

O próprio Banco Central aceitou, no meu entendimento, de maneira equivocada, um tipo de metodologia que os bancos defendem historicamente, muito antes de sua presença na Presidência, que é a composição que inclui na estrutura de custos do juro despesas com impostos que fazem parte de tributação sobre o resultado, ou seja, operações tributadas no final do resultado dos bancos.

Essa composição basicamente aumentou a participação da margem líquida dos bancos na estrutura do **spread**. Se a reversão da queda do **spread** se desse exclusivamente por conta de outros fatores – tributários, custo de captação ou até mesmo inadimplência –, poderíamos admitir até como bem-sucedido o programa do Banco Central.

No entanto, quando o Banco Central publica na sua própria estatística que a participação da margem líquida dos bancos subiu de 29%, em fevereiro de 1999, para 37%, em agosto de 2001, Sr. Presidente, creio que reforça a argumentação que lhe apresentei no final do ano 2000, que é a seguinte: o Banco Central não age, em relação aos bancos deste País, como uma autoridade efetiva que busca dialogar para que se reduzam margens, mas com a força da autoridade.

Gostaria que V.Exa. me dissesse se conhece alguma margem como essa em outro país do mundo. Creio que os bancos, no Brasil, estão na situação mais favorável de toda a história do País e internacional.

Se pegarmos os balanços dos principais bancos – vou citar um, sem declinar o nome, para não parecer questão pessoal –, sob uma base de despesa de intermediação financeira de 7 bilhões, 440 milhões, a margem do resultado bruto é de 2 bilhões, 803 milhões, o que leva, depois de receita de tarifa, abatidas as despesas de pessoal, administrativas etc., a um lucro líquido de 2 bilhões, 872 milhões.

Digo isso, Sr. Presidente, por um único motivo: se não houver por parte do Governo, por parte do Banco Central uma atuação que vá além das medidas que estão colocadas nesse caderno e que são em grande parte positivas, mas que apostam na boa vontade dos banqueiros, que não existe... Os banqueiros estão lutando para aumentar cada vez mais suas margens.

O que aconteceu no último período com o **spread** bancário – está na própria página do Banco Central – é algo que deixa qualquer brasileiro envergonhado: 141% de **spread** no cheque especial, não é de taxa; 66% de **spread** médio no crédito pessoal; 49% na aquisição de bens; 23% na aquisição de veículos, que é feita com alienação do veículo. Ou seja, faltam nove meses para o término deste Governo. Se nesse período o Banco Central não tomar providências, os balanços publicados em 2003 vão registrar lucros ainda mais recordes. E a população, que quer produzir, vai continuar massacrada por essas taxas de juros inaceitáveis.

O problema não é a taxa SELIC – na minha opinião ela está acima do necessário –, mas uma questão subjetiva: cada um julga de acordo com sua visão do mercado financeiro.

Do ponto de vista do **spread**, não há subjetividade. Todo analista sabe que não é possível desenvolver qualquer economia no mundo com o **spread** dessa maneira. E sinto que o Governo não aja com a firmeza necessária para que possamos reduzir esses **spreads** para patamares compatíveis com países do Terceiro Mundo, como a Venezuela, a Colômbia, o Peru ou o Chile. Nossas taxas, infelizmente, são maiores.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado. É um debate que temos travado há algum tempo e creio que tenha de ser entendido em um contexto que vai além do ano 2001.

O ano de 2001 foi difícil e, de fato, houve um aumento no **spread**. Estamos inclusive alterando a metodologia, porque os juros de 6 meses e 1 ano subiram muito mais que a SELIC. V.Exa. há de se lembrar que, lá pelos idos de setembro e outubro do ano passado, os juros de 6 meses estavam em torno de 25%. Como os empréstimos são tipicamente de 3, 6, 12, 18, até 24 meses, quando a estrutura de juros exibe esse comportamento, isso tem impacto também no custo na ponta.

Ao mesmo tempo em que concordo com a base da sua crítica, de que nosso crédito ainda é pequeno e o custo é elevado, discordo da sua avaliação da tendência do processo. Quer dizer, estamos observando crescimento relevante do crédito no sistema – 25% em um ano difícil. Creio que não seja um número desprezível do crédito livre. E a tendência do **spread**, a meu ver, é de clara queda.

Classificaria como normal o resultado dos bancos, quando medido como retorno sobre o patrimônio. Ao longo dos anos o setor financeiro, no Brasil, não foi dos mais lucrativos, haja vista que, como mencionei há pouco, quase todos os bancos estaduais quebraram, os bancos federais tiveram desempenho extremamente modesto, alguns até deficitário, e alguns bancos importantes do setor privado também quebraram nesse período.

Então não vejo a questão por aí. Creio que estamos saindo de um círculo vicioso e que nosso diagnóstico deve ser parecido: pouco volume; uma história de crédito ruim, que temos de ir construindo e superando; dificuldade de os bons devedores demonstrarem que o são – isso temos de resolver com o cadastro; enfim, temos um sem-número de medidas em andamento.

Nós, institucionalmente, procuramos ficar atentos a qualquer sinal de comportamento não competitivo no mercado. Não temos evidência disso, embora tenhamos deixado claro – e isso foi feito publicamente

– que alguns produtos chamam nossa atenção: cheque especial, cartão de crédito, que não estão sob a gerência do Banco Central. Temos procurado inclusive alertar a população quanto ao perigo de financiar usando cartão de crédito e cheque especial. Isso é um atoleiro. Ela deve fugir desses produtos. Se houver necessidade de financiar, deve buscar outros itens de crédito pessoal, financiamento de bens duráveis e assim por diante. Iria além. Acho que acidentes acontecem na vida do cidadão. Se eles acontecerem, a recomendação que deve ser feita – isso foge à minha alçada, mas creio que não foge à alçada de homens públicos como V.Exa. – é a seguinte: converse com seus amigos, com sua família, mas não entre no cheque especial, no cartão de crédito, porque daí não se sai. Esse é o trabalho que temos feito.

Acredito que a combinação essencial é esta: concorrência, para que a margem de lucro no setor seja normal, compatível com o risco que se corre e transparência dos produtos, inclusive com continuidade, nesse processo de melhoria na qualidade dos instrumentos jurídicos que vão dar principalmente aos mais pobres o direito de se alavancar em cima de garantias, em cima da casa própria – hoje é algo muito difícil no Brasil; vem melhorando, mas ainda não chegou lá – e de outros produtos.

Então é um trabalho que, na minha opinião, vai demorar. Mas é claro que tenho um viés a favor do trabalho que temos desenvolvido.

Acredito que o simples fato de estarmos tendo esta discussão, com base em dados que hoje podemos medir... Acho que V.Exa. tem razão quando diz que temos de tirar o Imposto de Renda, porque não faz parte disso. Não está na nossa conta, não tem Imposto de Renda...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ARMINIO FRAGA – Não, não como parte do **spread**. Acho que isso deveria...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Está no critério do Banco Central, Sr. Presidente.

O SR. ARMINIO FRAGA – Hein?!

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Está no critério, como impostos indiretos.

O SR. ARMINIO FRAGA – Mas imposto indireto deveria estar no...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Está aqui no relatório. Depois V.Exa. consulta o relatório.

O SR. ARMINIO FRAGA – Enfim, só o fato de estarmos tendo esta discussão, quantificando – onde está, quem está ganhando e quanto – é um avanço.

Penso que parte do nosso papel é promover a discussão, ouvir idéias e tentar resolver o problema. O que existe hoje não é satisfatório, mas a tendência é boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Para a réplica...

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, para não tomar o tempo dos demais Deputados, não vou usar o direito à réplica. Quero pedir algo ao Presidente do Banco Central: se V.Sa. conhece em algum outro país banco do porte do Banco Itaú – vou citar agora o nome –, que consiga ter uma margem de 35% no resultado bruto da intermediação financeira, encaminhe-me o balanço, porque eu não conheço.

Acho que, no Brasil, está se praticando um crime contra a sociedade brasileira, que são essas margens absurdas no resultado bruto da intermediação financeira. Então, se V.Exa. conhece qualquer exemplo, encaminhe-me, porque gostaria de conhecer.

O SR. ARMINIO FRAGA – Parte disso é o problema do volume, porque o rendimento sobre o patrimônio do banco, analisando o lucro líquido, ficou em torno de 15%.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI – A rentabilidade do Banco Itaú foi próxima a 30%; do Santander, BANESPA, recém-privatizado, 36%. Se consultarmos os dados sobre rentabilidade, verificaremos que está totalmente fora do padrão internacional para bancos de varejo. Para bancos de atacado pode até estar mais aproximado; para bancos de varejo está totalmente fora.

O SR. ARMINIO FRAGA – Mas é cíclico, tem de se olhar isso também ao longo de alguns anos. Não adianta pegar um ano bom.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ARMINIO FRAGA – Não, não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou ser objetivo e fazer algumas perguntas ao Sr. Presidente do Banco Central, até porque ouvimos aqui pessoas como os Deputados Ricardo Berzoini, Aloizio Mercadante e Sérgio Miranda, que certamente entendem muito mais de economia que eu, que sou médico e, portanto, não tão afeito às questões da macroeconomia.

Ao mesmo tempo, descobri com o meu companheiro Jorge Bittar que sou anticíclico, que não sabia nem o significado da terminologia, mas concordo com

o Deputado Aloizio Mercadante. Consigo perceber que o eminente Presidente do Banco Central lida bem com as perguntas, inclusive concorda com muitas coisas ditas aqui e, de certa forma, também concordando com o Deputado Sérgio Miranda, que foge um pouco ao que propõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, acaba tecendo algumas considerações importantes.

Quero ser objetivo. A primeira pergunta que faria já foi largamente abordada – o lucro dos bancos.

Ouço V.Exa. explicar por que o lucro dos bancos é tão alto. Os eminentes Deputados, como representantes do povo brasileiro, não podem entender também, assim como eu, como essa situação perdura há tanto tempo, tendo alguém com sua competência, Dr. Arminio Fraga, com seu conhecimento de economia à frente do Banco Central. Não sei qual seria a solução, mas o Governo deveria tê-la. Os bancos não podem ter essa lucratividade, e o salário mínimo passar de 180 reais para 200 reais. Não podem os bancos ter essa lucratividade, e o **spread** bancário ser desse tamanho. Quer dizer, alguma coisa está errada na macroeconomia. Não sei exatamente o que é.

A segunda questão: por que a regra geral é que as previsões do Governo são sempre mais otimistas que a realidade? Sempre, no final do ano, não conseguimos atingir aquilo que foi proposto na LDO.

A terceira pergunta: não acha V.Exa., sinceramente, que estamos criando para as novas gerações uma bomba relógio ao vendermos nosso patrimônio e aumentarmos a dívida? Qualquer pessoa que faça isso em âmbito privado corre o risco de ser condenado pela família por estar dilapidando o patrimônio, deixando uma situação difícil para o futuro.

Como quarta e quinta perguntas objetivas: qual o risco que V.Exa. acha que corremos, já que temos uma política parecida, daqui a pouco, de estarmos na situação da Argentina? Porque adotamos o mesmo modelo adotado por eles em tempos anteriores. E qual a influência que V.Exa. acredita – porque vejo muitos economistas ligados ao Governo falarem sobre as eleições, dizendo que se o candidato "A" estiver bem... –, em relação à macroeconomia, que haverá se as Oposições ganharem a eleição no País?

Finalmente, Dr. Arminio Fraga, vejo que a discussão sobre política financeira hoje predomina no debate nacional. E, quando se fala em custo cambial, em custo fiscal, em custo monetário, esquece-se muito da questão social. Temos um país onde o crescimento da renda foi pífio nos últimos anos. Alguns dados sociais melhoraram, mas, quando comparados a outros países, não tanto quanto deveriam. Outros pioraram muito, haja vista casos como o da a saúde, com a dengue, o da distribuição de renda, da violência no campo, das greves nas universidades, etc. Será que não tem algo errado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – O último ponto é sobre a questão da responsabilidade fiscal.

O Deputado Sérgio Miranda diz que isso não vale para o Banco Central e não vale muito para a União. E percebemos que é assim.

Agora mesmo deveríamos estar votando no plenário a Medida Provisória nº 14, de 2001, que emite títulos no valor de 16 bilhões para a CBEE, Comissão de Energia, que vão servir como um PROER para o setor elétrico.

Acabamos por perceber que não vale a mesma coisa a Lei de Responsabilidade Fiscal para os Prefeitos e para o Governo Federal. Será que não há algo errado nisso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Dr. Arminio Fraga.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, sugiro a V.Exa, dado o adiantado da hora, ouvirmos três intervenções e, depois, a resposta do Presidente do Banco Central, como de praxe se faz na Casa, para acelerarmos o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Pois não, aceito a sugestão de V.Exa.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz e, logo após, o Deputado Edinho Bez, último orador inscrito.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, estou aqui ouvindo os companheiros e não ouvi a explanação do Presidente do Banco Central. Ouvi apenas poucas intervenções.

Estou há 11 anos nesta Casa e, durante todo esse período, vejo o Presidente do Banco Central e o Ministro da Fazenda dizendo que estamos no caminho certo.

De repente, eu disse: eu que estou no caminho errado; porque sou oposição, acho que está tudo errado.

Quando dizíamos que o câmbio fixo iria arrebentar com o País, estava aniquilando a empresa nacional, a indústria nacional, favorecendo a entrada do

capital, diziam-nos que o câmbio é que estava segurando a inflação – até que estourou.

V.Exas. vêm aqui com o mesmo discurso dizer que a economia agora está no caminho certo! Está no caminho certo e todas as projeções feitas de macroeconomia do Banco Central, por exemplo, que previam uma inflação de 4%, com mais ou menos 2%, foi para 7,5%. Pensavam aí em uma conta corrente negativa de apenas um resultado, de apenas 17 bilhões negativos, mas foram 43 bilhões negativos. Pensavam no crescimento da dívida pública em um percentual pequeno, mas ela foi muito maior. Assim, todos os dados previstos pelos senhores – tenho aqui os números – para o ano passado foram superados negativamente. E agora V.Exa. diz que estamos no rumo? V.Exa. tem um colegiado de homens, com certeza, craques do Banco Central, mas até agora não acertaram o rumo.

O Brasil tem 50 milhões de pobres, dentre os quais 22 milhões considerados indigentes. E pode-se dizer: "Cresceu, pois havia 20% de alunos fora da escola; agora, só 3%." Mas devemos citar que cresceu em 200% a criminalidade deste País, aumentou demais o desemprego, o País não cresce, temos hoje a mesma distribuição de renda que tínhamos em 1982.

Sr. Ministro, vejo as pessoas aqui fazendo afirmações e ninguém se indignando. Eu estou indignado! Acho que V.Exa, que fala manso e com certeza tem emoções também, porque é ser humano e brasileiro, controla-se, mas precisava ficar indignado. Não se pode mais aceitar V.Exa. falar para o Sr. Márcio e o grupo que o está assessorando e mais alguns que ficaram no Banco Central que vão resolver essa parada!

Sr. Presidente, desculpe-me a indignação. Não vou poder ficar porque tenho um compromisso sério, que já adiei por duas vezes, mas precisava ficar aqui para ouvi-lo mais. Queria vê-lo indignado, porque o Brasil não está no rumo certo.

Os números que tenho aqui me deixam assustado, assim como os números que vemos pela imprensa todo dia. E V.Exa., com a fala mansa, seguro, firme, controlando-se, tenho certeza, por dentro está se moendo.

Diga-nos por que V.Exa. não ajuda a mudar essa política de juros. Se o Brasil tem credibilidade lá fora, não precisa pagar os juros reais mais caros do mundo. Que credibilidade é essa? Tem credibilidade coisa nenhuma! V.Exas. não têm, o Governo não tem credibilidade nenhuma! Se tivesse, não precisaria estar pagando os juros mais altos do mundo! Vamos parar com esse discurso falacioso! Que país tem credibilidade? Se tenho credibilidade, porque vou pagar os juros mais caros do mundo? Os juros do cheque especial como V.Exa. disse? Busco um crédito pessoal com juros muito menor. Agora, se não tenho crédito, tenho de pagar os juros mais caros do mundo.

É o que acontece com o Brasil. Ou V.Exas. não têm coragem de baixar os juros porque têm medo da situação econômica do Brasil e de o capital fugir? Saímos de 60 bilhões de dívidas, há 6 anos, e hoje devemos 660 bilhões.

Incorporaram 200 Estados e Municípios, tudo bem, mas e o restante? Não se construiu uma grande ponte neste País a não ser uma superfaturada lá no Rio Paraná – mais nada.

Então, Sr. Presidente do Banco Central Dr. Arminio Fraga, quero dizer que sou médico, mineiro do interior, Deputado pelo Pará, sou do mato, sou caboclo, mas estou aqui trazendo a indignação do nosso cidadão que vê este País paralisado. Teríamos um crescimento de 4% a 4,5% previsto, mas crescemos apenas 1,5%.

Encerro, Presidente Benito Gama, deixando uma pergunta que me pediram que fizesse. Peço desculpas porque, apesar da indignação, tenho um compromisso que já adiei por duas vezes, repito, e terei que me retirar, mas depois os colegas poderão me relatar a resposta que V.Sa. vai dar a tudo a isso. A pergunta é sobre o impacto que a crise do petróleo e do Oriente Médio terá sobre a inflação no Brasil e sobre a economia nacional de maneira geral. Essa é uma questão fundamental do momento, pois é grave a situação que o País enfrenta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Deputado Giovanni Queiroz, peço a atenção de V.Exa., porque o Dr. Arminio Fraga vai lhe responder agora para que não perca a oportunidade da resposta.

Consulto o Deputado Jorge Bittar se reconsidera sua reinscrição. *(Pausa.)*

Pois bem, S.Exa. falará logo mais.

O SR. ARMINIO FRAGA – Procurarei ser breve porque sei que V.Exa. tem de sair. Venho de uma família de médicos e, se entendi bem, V.Exa. também o é.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sim, sou médico.

O SR. ARMINIO FRAGA – Nasci e fui criado numa família de médicos e sou a ovelha negra da família, como diz o Deputado Benito Gama, que conhece a minha família da Bahia. V.Exa. pode ter certeza de que minha indignação com essas desigualdades e mazelas do nosso País é absoluta.

Venho aqui satisfeito em poder discutir e ouvir esses depoimentos e, por favor, não confunda, não

sou uma pessoa fria, talvez até quem me conheça bem saiba que meu perfil não é o típico de um Presidente do Banco Central. Isso requer um esforço, mas guarda certa analogia com a medicina, porque quando um médico se vê diante de um paciente doente que está recuperando-se...

V.Exa. tem razão, é óbvio que se nossa credibilidade fosse total não pagaríamos os juros que pagamos. Nesse ponto podemos concordar antes de qualquer discussão adicional. Creio, no entanto, que estamos construindo uma credibilidade que com o tempo produzirá resultados e é nisso que estamos apostando o nosso futuro.

Nesse sentido a economia não é diferente da medicina. Se exigirmos de um paciente que saiu de uma cirurgia, que viveu uma profunda crise, teve um infarto, que ele corra três quilômetros em dez minutos, ele não o conseguirá; não é diferente na economia. Estamos procurando construir a saúde do nosso País para que ele corra essa maratona necessária para resolver essa desgraça toda que enxergamos a olho nu.

A questão do petróleo é séria, embora hoje menos que na década de 70, quando aquele famoso choque do petróleo descarrilou a economia global. Felizmente, aumentamos muito nossa produção nesse período e temos portanto um grau de dependência, no que diz respeito à balança de pagamentos, muitíssimo menor do que foi naquela fase de 1979, o que nos ajuda.

O impacto na inflação é relevante, mas sendo ele da família do choque de oferta, leva-nos a uma administração que nos dá alguma flexibilidade. Melhor que fosse o oposto, que o preço caísse e que os impactos secundários fossem positivos, e que isso nos desse folga para reduzir a taxa de juros. Infelizmente isso ocupa um pouco do nosso espaço mas de novo cito a medicina: o sujeito pegou um vírus, está doente, tem de se cuidar e recuperar a saúde. Isso é o que temos procurado fazer, sem querer me alongar muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Com a palavra o Deputado Edinho Bez, logo após, Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ – Sr. Presidente, Deputado Benito Gama, Sr. Presidente do Banco Central Arminio Fraga, colegas Parlamentares, inicio admitindo o grande trabalho que vem desenvolvendo o Banco Central aqui no Brasil, reconhecido inclusive fora do País. Não quero dizer com isso que concorde com tudo que vem fazendo. Quanto às taxas de juros, por onde passamos somos cobrados constantemente pela sociedade, em palestras das quais participamos, nos debates, enfim, nas ruas. Sabemos do esforço e imagino que não há interesse do Banco Central em manter tais taxas. No entanto, precisamos estar cada vez mais atentos, porque elas vêm prejudicando o desenvolvimento e o crescimento do nosso País em função da falta de investimento daqueles que estão preparados, têm criatividade e **know-how**, mas não têm capital de giro, o que gera dificuldades para alavancarem suas empresas.

Isso não desqualifica. Pelo contrário, tenho mantido contato, sou do sistema financeiro, e reconheço a qualificação dos funcionários, dos técnicos, da equipe do Banco Central – quanto a isso não paira nenhuma dúvida.

Quero parabenizá-los também por estarem sempre a nossa disposição. Sempre que o Congresso, a Câmara, nós, Parlamentares, recorremos ao Banco Central, tantos os técnicos quanto os assessores têm nos atendido e buscado nos dar informações precisas e importantes nos momentos devidos.

Neste momento, quero apenas fazer uma observação e ver até onde o Banco Central pode ajudar. Apesar da boa relação, da facilidade de contatos com o Congresso, o Governo Federal, os Estados e seus segmentos, tenho observado algumas reclamações por parte dos consumidores, pequenos empresários em especial, até mesmo de grandes empresários.

Por exemplo, defendo serviços como a SERASA, o CADIN e outros importantes, com o intuito de cada vez mais melhorarmos a qualidade do crédito, importante inclusive para baixar as taxas dos juros. Não tenho a menor dúvida disso. Defendo que haja rapidez na inclusão na SERASA, no CADIN e em outros serviços importantes, porque não podemos concordar com o mau pagador, com aquele que dá calote. Mas o que me vem chamando a atenção é a demora em retirar da SERASA e do CADIN o nome daquele que liquidou seus débitos.

Temos casos, por exemplo, de empresas que perderam grandes negócios, até mesmo de pessoas físicas, por causa de um débito que desconhecia. Uma empresa que tem faturamento razoável, mas que por um lapso deixou de pagar, por exemplo, 500 reais, considerado um valor ínfimo comparado ao seu faturamento, de repente, na hora de conseguir um financiamento na Caixa Econômica, no Banco do Brasil ou mesmo em bancos privados, estava registrada na SERASA. Ao tomar conhecimento do débito, o próprio empresário foi surpreendido e no mesmo dia – conheço este exemplo – tomou a iniciativa e o liquidou. A empresa comunicou ao cartório, que expediu

certidão negativa e demorou quinze dias para ser seu nome excluído da SERASA.

Lá no interior, quando o devedor liquida seu débito, ele comunica o cartório, que, dependendo da distância da capital – e cito o exemplo de Santa Catarina –, leva até quinze dias para emitir uma certidão. Quando lá chega, decorridos os 15 dias e dependendo da boa vontade da SERASA, o nome será excluído no mesmo dia ou levará até mais uma semana.

Então, minha sugestão, Sr. Presidente, a título de colaboração e citando exemplos, se necessário for, é a seguinte: com a mesma velocidade que se inclui, que se exclua, porque isso tem causado prejuízos.

Cito o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal como exemplos. Uma pessoa que estava com seu nome incluído na SERASA, nesse ínterim, levou à Caixa Econômica Federal, por exemplo, a certidão negativa do cartório de que pagou o débito, mas a Caixa não pode conceder o financiamento porque o nome daquela pessoa ainda se encontrava na SERASA ou no CADIN.

Precisamos tomar medidas para que no momento em que se consiga a certidão negativa do cartório, não exista mais o débito. Por que esperar mais trinta dias ou coisa parecida? Principalmente nesses casos que não têm nada a ver com a idoneidade da empresa, com os empresários, um lapso que pode ocorrer.

Faço essa observação, reconheço o trabalho do Banco Central e a qualidade de seus funcionários, mas são detalhes que com certeza ajudarão na geração de empregos na nossa economia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Dr. Arminio Fraga, Presidente do Banco Central, em primeiro lugar, quero dizer que naquele momento fiquei um pouco irritado, mas quero reconsiderar as relações que mantivemos. Acredito que tudo voltou à absoluta normalidade, até em função do fato que lá no plenário as coisas não estão muito tranqüilas. A Ordem do Dia foi suspensa em virtude de o **quorum** estar baixo e há uma polêmica sobre a realização ou não de sessão extraordinária.

Reconheço a competência, a seriedade e o espírito de diálogo que sempre têm marcado a postura de V.Exa. na relação conosco e com a sociedade. É importante a busca do debate e de uma transparência cada vez maior. Não obstante termos divergências sobre aspectos da atual política macroeconômica, reconhecemos que este debate é absolutamente necessário e construtivo, no sentido de que se podem formar alguns grandes consensos nacionais, porque somente assim e com a pluralidade de idéias iremos construir um projeto de nação que seja estável, próspero e que enfrente o enorme desafio social que temos pela frente.

Quanto aos aspectos macroeconômicos, não vou insistir nessa questão, porque Parlamentares que me antecederam tiveram a oportunidade de fazer observações importantes, e V.Exa. também se manifestou sobre isso. Ressalto apenas que é verdade, e todos reconhecemos, que o fim da hiperinflação representou algo muito positivo para a economia do País e um ganho muito grande para as camadas de menor renda da nossa população; eu diria que as taxas de juros, de alguma forma, operam também como mecanismo perverso de transferência de renda das camadas mais pobres da população para os estratos superiores. Ou seja, aqueles que podem aplicar no sistema financeiro ganham com isso, os que operam esse mesmo sistema, as grandes instituições financeiras, também ganham e aqueles que não têm essa oportunidade pagam o custo financeiro embutido necessariamente nos preços dos produtos na sociedade.

Então, há esse mecanismo perverso e temos de lutar muito para que possamos reduzi-lo. Fico um pouco apreensivo no que se refere à simulação apresentada por V.Exa., quando procura estabelecer algum tipo de evolução para a relação da dívida líquida sobre o PIB, trabalhando com uma taxa de juros que reconheceu como ainda elevada para os padrões brasileiros (8% ao ano).

Por outro lado, fico também um pouco apreensivo quando se mostra um cenário, embora com uma taxa de crescimento que em tese é relativamente diminuta para o que necessita a economia brasileira, mas que é consideravelmente elevada se observarmos a trajetória histórica da nossa economia.

Ouvi V.Sa., mas não pude perceber de forma mais clara o que fundamenta sua opinião de que a economia brasileira está neste momento com seus fundamentos absolutamente assentados, no sentido de que ela possa crescer estavelmente a uma taxa razoável, como essa de 4%, tendo em vista toda essa trajetória e as questões aqui apresentadas. Além da vulnerabilidade externa que ainda é grande – e os dados estão aí, o relatório do Banco Mundial ao se referir à dívida externa brasileira –, embora se possa dizer que ela não é assustadora, mas preocupante enfim, o problema do nosso déficit em conta corrente ainda é bastante elevado. Nos tempos mais recentes, o inves-

timento direto externo não tem sido em nível para poder compensar esse déficit. Ou seja, em que medida poderemos, num futuro próximo, tornar a economia brasileira menos vulnerável, para que ela possa crescer de forma mais estável?

Temos uma visão crítica, ou seja, queremos responsabilidade fiscal, o ordenamento claro e transparente dos principais parâmetros macroeconômicos, mas a dúvida que surge é: essa é a única organização dos fundamentos capaz de levar a economia brasileira a uma trajetória de crescimento estável? Essa é a pergunta que faço. Preocupo-me, particularmente, com essa questão dos juros. Insisti que o Deputado Ricardo Berzoini, Parlamentar do nosso partido que se tem dedicado a esse tema dos juros, pudesse abordar um pouco essa questão de **spread**.

Pergunto então a V.Sa., observando o mercado internacional também, os **spreads** praticados em outros países que são significativamente mais baixos que os nossos, quais são as diferenças essenciais, essas questões das garantias, dos impostos e coisas desse tipo. De que forma o Banco Central poderia agir de maneira mais incisiva no sentido de provocar uma redução mais considerável do **spread** bancário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Com a palavra o Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado. Vou responder, procurando cobrir os itens abordados pelos três Deputados que não tive a chance de atender.

Começo pelo Deputado Fernando Coruja, que fez algumas observações e alguns dos pontos são comuns. Eu diria o seguinte: está muito claro para mim hoje, aqui, e confesso que já tinha isso claro antes de vir para o Governo, que temos de insistir e procurar fazer mais na questão do custo do dinheiro, subdividindo esse desafio na coisa macro. Acho que há um acordo, afora um detalhe ou outro, porque isso depende de uma boa política macroeconômica. Não existe a política macroeconômica ideal, mas uma boa política que seja consistente é essencial.

Então, deixando isso de lado, vem a questão do sistema bancário. E a pergunta é: o que podemos fazer para reduzir o **spread**, o que precisa ser feito para colocar o País numa trajetória de círculo virtuoso? Creio que são vários os aspectos que teremos de abordar aqui ao longo do tempo, muitos dos quais, creio, já vêm sendo objeto de atenção do Legislativo, mas certamente nem todos.

Esse ponto foi abordado pelos Deputados Fernando Coruja, Edinho Bez, Jorge Bittar e praticamente pelos demais oradores que aqui se pronunciaram.

Tenho a convicção de que esse caminho que estamos perseguindo é o correto. Ele precisa criar esse círculo virtuoso para dar mais volume, porque diminui o custo fixo. Temos uma estrutura e, com esse volume, ela ainda é relativamente cara. É mais enxuta do que era na época da inflação. Nosso sistema era uma espécie de parasita da inflação. Com o desaparecimento da inflação, está-se buscando novas formas de trabalho.

É preciso que haja concorrência, e temos procurado conduzir uma política responsável, mais aberta a um aumento da concorrência no sistema. Isso, a meu ver, traz benefícios. As questões tributárias ainda não foram totalmente equacionadas, embora tenha havido redução do IOF. Os compulsórios ainda não foram totalmente eliminados, embora tenham sido reduzidos. Ou seja, creio que estamos no meio do caminho e temos de continuar. Esse é o desafio.

A meu ver, especificamente, quanto às garantias, teremos bom espaço de manobra no futuro. A alienação fiduciária vem demonstrando sua eficácia. O financiamento de automóveis é relativamente barato no Brasil e o **spread** é muito pequeno. Se isso vingar na área imobiliária, creio que haverá avanço extraordinário, porque o custo do financiamento imobiliário no Brasil ainda é muito alto. Apesar disso, essa área promete. O assunto já vem tramitando nas cortes e o resultado preliminar que se tem é positivo.

Há muito o que se fazer. Estamos observando o lucro dos bancos. Acredito que temos de incorporar, assim como defendemos o trabalho do PROCON na área financeira, **lato sensu**, com cuidado, a formação de preço. Defendemos essa prática. Creio que não exista nenhuma razão para não defender a atuação do CADE. Não vejo hoje nenhuma evidência de que há conluio ou alguma prática parecida, mas não custa nada ficar de olho. Isso, em algum momento, vai merecer alguma proposta de alteração legal. As leis permitem hoje ao Banco Central uma espécie de monopólio nessa área. Porém, existe um contencioso que teremos de resolver. Acho que ele pode ser resolvido com a incorporação de mais algum órgão de concorrência, porque sempre que venho aqui e discuto esse assunto, ou vou a outros lugares, paira um pouco essa dúvida. Eu, pessoalmente, considero-me responsável por acompanhar esse tema da concorrência no mercado, da conduta, tema que faz parte das perguntas que me fazem aqui.

Ele também tem a ver com o lucro dos bancos, ponto mencionado pelo Deputado Fernando Coruja, que, a meu ver, é a taxa de lucratividade do setor como um todo, taxa cíclica, porque aumenta e pode chegar a 20%, para, em outros anos, cair. Para mim, o rendimento patrimonial no Brasil, na média, não nos dá nenhum sinal truncado. Se levarmos em conta o número de bancos que andaram quebrando ao longo dos anos, isso fica patente. Em ano bom eles ganham dinheiro; em ano ruim alguns quebram. Tem de haver uma média, sem prejuízo do nosso acompanhamento.

Não concordo com que as nossas previsões sejam sempre mais otimistas. Em 1999, trabalhamos com projeções de queda do PIB, no início do ano, inclusive, de uma queda grande, de 4%, para, no final, haver crescimento de 1%. Foi um erro feliz, porque foi para melhor. Não me lembro da nossa projeção para a LDO em 2000 – talvez os senhores se lembrem –, mas duvido que tenha sido 4%. Acho que foi 2%, se não me falha a memória, o que prova que ainda estamos em fase de consolidação e que vivemos também um ambiente meio ciclotímico no mundo da economia global.

Não acredito que nossa dívida seja uma bomba-relógio. Respondendo também ao Deputado Jorge Bittar, acredito que nosso potencial de crescimento hoje não é menor do que foi nossa média histórica **per capita**, 3,5%, algo perfeitamente factível, se acertarmos um pouco mais essa parte microeconômica, reforma tributária, como foi mencionado aqui pelo Deputado Ricardo Berzoini; reduzir o custo do capital no Brasil, reforma trabalhista, uma abertura de mercados novos para os nossos produtos, tudo isso vai nos beneficiar. No topo da lista, eu incluiria educação e saúde, prioridades deste Governo e, tenho certeza, será de governos futuros, quaisquer que sejam os partidos vitoriosos. A educação que vem sendo dada às crianças do Brasil hoje vai gerar crescimento daqui a dez anos. É algo extremamente promissor, na minha leitura.

O Brasil tem extraordinário potencial de crescimento na produtividade. A distância que nos separa da fronteira da produtividade global é muito grande e nós, com esse trabalho de modernização da educação, teremos espaço para crescer "fácil" – entre aspas –, porque nunca o é, de crescer não só com o suor, a poupança, mas também com produtividade. Se chegarmos a ter esse desempenho, acho que iremos conseguir mais. Já viramos a página da hiperinflação, da crise bancária, da crise cambial, de 20% das crianças fora da escola. Isso é página virada. Por isso chegamos a esse potencial, apesar de os recentes números, nesse ambiente global meio maluco, não terem sido brilhantes.

Em função disso, não acredito que a dívida seja uma bomba-relógio. Os números que apresentei aqui, propositalmente conservadores, são uma demonstração disso. Com um pouco de trabalho, vamos conseguir 5% de crescimento, 6% de juro real e aquela trajetória vai entrar num círculo virtuoso. Possivelmente, no futuro, o Governo não precisará de superávit primário tão elevado. Ainda não conquistamos esse espaço, mas é algo que existe no horizonte, não de décadas, talvez no final dessa, ou algo assim, na minha leitura.

V.Exa. também abordou a situação da Argentina e das eleições, duas questões finais muito importantes. Realmente, devo fazer distinção entre a nossa situação e a da Argentina hoje. Os argentinos enfrentam um colapso simultâneo nas áreas fiscal, bancária e cambial. Nós, por força do destino, enfrentamos essas três crises em momentos distintos, o que nos ajudou a administrar o processo, não que tenha sido bom – foi ruim –, mas pelo menos não houve multiplicação de crises que se vão exponenciando. Eles têm essas três crises ao mesmo tempo num quadro extremamente doloroso para a população argentina. Nós não temos a fragilidade fiscal, nem a bancária, e mesmo na área cambial, que nos apertou um pouco no ano passado, diria que o outro lado da medalha também é verdadeiro. Mesmo num ambiente extraordinariamente difícil, crescemos 1,5%, algo bem diferente de um colapso de enormes proporções do PIB.

Quanto às eleições, Deputado, acredito, independentemente de quem vier a suceder o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se esse conjunto mínimo de...

(Não identificado) – V.Sa. está cotado para continuar com qualquer partido que vença!

O SR. ARMINIO FRAGA – *(Risos.)* Acho que é importante que haja uma reciclagem, sangue novo, carne fresca para vir aqui apanhar. Temos muita gente boa no nosso País. Sinto-me orgulhoso de estar onde estou, mas não vamos entrar nesse tema.

Creio que a discussão sobre as eleições, primeiro, sempre traz alguma incerteza, alguma turbulência. É natural, faz parte do processo, e não é só aqui no Brasil; está acontecendo na Europa, aconteceu nos Estados Unidos, vai acontecer lá outra vez. Faz parte do processo. Temos de avançar institucionalmente ao longo do tempo, para que isso cause menos impacto sobre nossa economia. Creio que as perspectivas para este ano são boas, salvo surpresas positivas ou negativas no cenário global. Acho que já existe dinâ-

mica interna, desde que haja entendimento e não recuemos aos tempos do Brasil da confusão, da hiperinflação, da opacidade, da irresponsabilidade fiscal.

Acho que o País vai andar bem, pelas razões que apontei. Sou acusado de ser otimista, mas realmente acredito que não seja uma postura partidária. A população entende e rejeita o caos financeiro fiscal, inflacionário. Creio que o próximo governo, qualquer que seja sua orientação, avançará e não retrocederá.

A questão levantada pelo Deputado Edinho Bez também é muito importante. Parte da resposta não pode ser dada diretamente pelo Banco Central; tanto a SERASA quanto o CADIN têm administrações que não estão sob nosso controle. Essa discussão é importante e relevante. Tem havido, através de nosso atendimento ao público – e foram mais de 600 mil consultas o ano passado –, queixas também nessa linha. É outro trabalho que temos feito: conversar e ajudar. Estamos desenvolvendo, no Banco Central, uma central de risco, que, na minha opinião, irá complementar esse trabalho e criar um histórico da vida financeira de cada cidadão, de cada empresa, também um avanço. Hoje, no mundo da informática, temos que apertar os parafusos para reduzir esses prazos. Sem sombra de dúvida, concordo com sua observação.

Finalmente, o Deputado Jorge Bittar aponta uma série de questões, e algumas já respondi, sobre nosso potencial de crescimento. Temos que poupar um pouco mais, investir mais, educar mais e melhor, etc. O que temos hoje, a meu ver, e que não é satisfatório, dá-nos uns 4% de crescimento, e ainda tem um pouco mais de 1% de crescimento da força de trabalho, durante alguns anos, embora o crescimento populacional venha caindo para a fronteira do 1%, talvez até um pouco menos; temos ainda um histórico de pessoas que se vão agregar à produção, que dá um pouco mais de 1%. Com o dobro da produtividade e um pouco de poupança, chegaremos aos 4%. Acho que esses 4% seriam um resultado modesto do nosso potencial. O que precisamos fazer? Criar condições de segurança, de eficiência para a economia crescer mais. Não é suficiente ter um bom arcabouço macroeconômico. É necessário, mas não é suficiente. Aí entram todos esses assuntos que foram discutidos, diria, até com elevadíssimo grau de consenso: reforma tributária, redução do custo capital, educação, abertura bem negociada – temos feito e temos de continuar a fazer – e assim por diante.

A chamada vulnerabilidade externa é interessante. Insisto: o ano passado demonstrou que talvez a coisa não seja tão vulnerável assim. Com uma economia mais flexível vamos ficar menos vulneráveis. É difícil separar as questões de causa e efeito aqui. Se há muito investimento entrando, é natural que apareça algum déficit em conta corrente. O que não se pode aceitar é déficit em conta corrente para financiar consumo. É perigoso, temos que evitá-lo. Agora, com o correr do tempo, é sempre possível – e é um risco que os americanos correm, por exemplo – que haja uma defesa qualquer, que os investidores e as empresas queiram se proteger de alguma coisa. Então, é um risco permanente. A solução para isso, ou para um choque global qualquer, é ter uma economia mais flexível. O que se quer dizer com isso? Uma economia que responda a uma determinada situação externa com menos volatilidade no PIB e no câmbio, que vem com a reforma tributária, com a reforma do mercado de capitais, do mercado de trabalho e assim por diante.

Não vejo solução mágica, mas o que temos já dá para chegar nesses 4% e, se continuarmos, vamos passar disso.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benito Gama) – Com a palavra o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA – É apenas para pedir um conselho ao Dr. Arminio Fraga, embora não me comprometa a segui-lo. V.Sa. me aconselha a votar pela imunidade da aplicação em bolsa da CPMF? V.Sa. acha sinceramente que vai melhorar o volume de aplicação nas bolsas pela imunidade da CPMF? Tenho ouvido a maioria das pessoas dizer que não, mas não me comprometo a seguir o conselho.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado pela chance. Pelo menos, posso falar sobre o assunto. Deputado, na verdade não é só a Bolsa. Existem três outros assuntos de grande importância. Hoje, estamos exportando liquidez. Os mercados funcionam hoje com custos muito baixos e vão atrás dos ambientes mais interessantes. Os americanos permitiram que o mercado eurodólar fosse para Londres quando introduziram impostos e restrições na década de 60. O mercado foi para lá e até hoje é do tamanho do mercado americano. Temos condições de criar no Brasil um pólo regional de grande importância, mas é preciso eliminar essa fricção. Nessa área é um imposto que arrecada pouco, e creio que o ganho indireto seria muito grande. Ele reduz o custo do capital. Não é um jogo de soma zero. A minha modesta sugestão seria essa. Agora, por favor, levem em conta também que temos outros itens que, se forem aprovados, serão também de crucial importância, que hoje praticamente não geram arrecadação. O primeiro deles é a securitização de créditos imobiliários. É um aspecto importante da criação de um mercado de financiamento de longo prazo. Quer dizer, para o setor imobiliário ter di-

nheiro é preciso que esse dinheiro seja de longo prazo e que venha de fundos de pensão, seguradoras e outros investidores institucionais. Para isso, é necessário que haja padronização do produto e securitização, embora se saiba que o custo de ter CPMF na entrada e na saída seja muito elevado. Isso também é importante.

Estamos também propondo a isenção para as **clearings**, fundamental para o sistema de pagamentos, que hoje vive uma verdadeira revolução no País para baratear o custo para o cidadão, e também a securitização em geral. Para quê? Para gerar mais oferta de crédito na economia.

Sinceramente acredito que isso não é um jogo de somar zero, que essa decisão, se tomada pelo Congresso Nacional, será sábia porque vai criar potencial de círculo virtuoso em todas essas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Benito Gama) – Com a palavra o Deputado Divaldo Suruagy.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente Arminio Fraga, é possível fazer uma avaliação, mesmo por amostragem, sobre o impacto praticamente da duplicação da população brasileira nesses últimos trinta anos?

Em 1970, o Brasil tinha 90 milhões de habitantes. Esse número ficou muito bem gravado na memória do povo brasileiro graças à conquista do tricampeonato de futebol na Cidade do México. Na virada do século, estávamos com 160 milhões de habitantes, o que significa dizer 70 milhões a mais, uma população maior do que a da França, da Itália, o dobro da população da Inglaterra e da Espanha – refiro-me somente àqueles países que têm um PIB maior do que o nosso – e praticamente a população das duas Alemanhas unidas, a terceira economia do mundo. É possível fazer essa avaliação? Em relação ao social, já sabemos, mas como avaliar uma estimativa sobre o impacto econômico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Para concluir a reunião, concedo a palavra ao Deputado Júlio Redecker.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Sr. Presidente do Banco Central, Arminio Fraga, caros colegas Benito Gama e Santos Filho, primeiro, congratulo-me com a política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso, que faz com que convivamos, neste momento, com turbulências e o nosso avião voe em céu de brigadeiro. O 11 de setembro nos Estados Unidos e o **défaut** argentino têm demonstrado o acerto da política econômica conduzida por Pedro Malan e por Arminio Fraga.

Por outro lado, Dr. Arminio, gostaria de fazer algumas considerações. Costumamos ouvir que somos ligados à área do MERCOSUL – sou gaúcho e presidi a Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL – e, neste momento de crise, ver que há uma perda significativa da participação das empresas brasileiras nesse mercado. Uma das coisas que assinalam os envolvidos nesse comércio é a questão do Convênio de Créditos Recíprocos. O que eu gostaria de saber, embora o Ministro Sérgio Amaral tenha falado que as conversações estão adiantadas para restabelecer esse convênio com a ALADI, é por que muitas pessoas dizem que "o Banco Central é contra". Quais são os argumentos contrários e os favoráveis ao restabelecimento da CCR? Como este era um mecanismo confiável, que funcionou bem durante muitos anos e sempre garantiu o comércio entre os países, gostaria de saber quais são, na sua visão, os argumentos contrários e os favoráveis.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado Redecker.

Deputado Divaldo Suruagy, V.Exa. apresenta tema de grande importância quando se pensa nas tendências de longo prazo de uma economia. Temos observado no Brasil uma queda gradual da taxa de crescimento populacional. Eu diria, sem ter me preparado para essa pergunta, que essa tendência de queda gradual por si só nos é favorável. Não vejo problema algum na taxa de crescimento atual pouco superior a 1% ao ano. Temos condições de absorver essa massa populacional e o desafio é tratá-la bem. Como? Educando, cuidando da saúde das pessoas e, em geral, das suas condições de vida. Se acreditamos nessa visão de crescimento potencial, que procurei defender aqui hoje, isso não será problema.

Devemos ainda ter um certo cuidado com as questões previdenciárias. Avançamos enormemente com a reforma constitucional de 1998 e com as leis que foram aprovadas desde então por este Congresso. Ainda faltam alguns projetos importantes e mesmo esses, na minha visão, não representam solução definitiva para essa situação. Não se trata de uma situação que nos afetará nos próximos dez, quinze, vinte anos, mas é algo que, ao longo deste século, teremos de abordar, quer dizer, como construir um sistema previdenciário que se sustente ao longo dos anos e que não represente uma transferência de ônus da geração presente para a futura. Os avanços que foram feitos são notáveis. Ainda está em discussão nesta Casa o PL nº 9. Creio que o Congresso, melhor do que ninguém, sabe da importância desse projeto, tanto que aprovou outras leis e a emenda constitucional,

mas não podemos parar aí. Essa é a única preocupação que tenho. Trata-se de uma preocupação a longo prazo – no curto prazo não há problema – porque não somos uma economia que está no limiar desse sério tipo de problema, como ocorre hoje com as economias maduras da Europa e do Japão. De qualquer maneira, creio que seria muito positivo já hoje, para o futuro do nosso País, manter viva essa discussão aqui no Congresso. Creio que isso já está ocorrendo, o que me dá maior tranqüilidade em relação ao tema. Entretanto, reformas ainda serão necessárias ao longo dos próximos anos. Não vejo como fugir disso. Portanto, quanto mais cedo elas ocorrerem, melhor.

Deputado Júlio Redecker, o CCR tem sido de fato tema importante de discussão não só aqui, no Brasil, como também entre os bancos centrais da região. O CCR é um mecanismo no qual os bancos centrais se interpõem aos sistemas financeiros dos países, procurando facilitar as compensações. É um sistema que nasceu numa fase de escassez de divisas, de controle de capital e que proporcionou resultados satisfatórios. No entanto, ele já vinha perdendo peso ao longo dos últimos anos, em boa parte porque os bancos centrais chegaram à conclusão de que não é natural esse tipo de sistema dentro de um Banco Central. Refiro-me ao princípio da transparência e da precificação correta dos vários riscos e serviços existentes em uma economia. De certa forma, o CCR é um seguro que se oferece ao exportador e que, em certos casos, vale muito. Defendemos, sim, o desenvolvimento de um mecanismo de exportação. Temos um bom número de anos pela frente. O papel do Governo neste setor ainda será relevante, porém não queremos que se misturem canais, ou seja, o Banco Central não tem mandato para correr riscos. Queremos tirar do Banco Central esses riscos ocultos, transferi-los para onde eles possam ser entendidos pelo Parlamento e pela sociedade.

O encolhimento do CCR, ao longo dos anos, não foi algo que aconteceu da noite para o dia, nem foi fruto dessas crises regionais recentes que levaram inclusive alguns bancos centrais a tomarem medidas defensivas, assim como ocorreu conosco. O que vem acontecendo é que a grande maioria dos bancos centrais vem trabalhando nas importações. Então, o que acontece? Todos gostaríamos de exportar mais – isso é ponto pacífico –, mas a grande maioria dos bancos centrais entende que não é razoável correr risco bancário na ponta da importação. O volume de negócios que vinha sendo cursado pelo CCR já vinha caindo muitíssimo, mesmo antes da crise argentina, da equatoriana e de outras situações regionais complicadas que vivemos nos últimos anos.

O que temos defendido, portanto, com o apoio do Ministro Sérgio Amaral, é explicitar esses riscos e o custo desses subsídios, para que eles possam ser bem entendidos e alocados adequadamente de acordo com os princípios básicos da boa prática fiscal.

Não existe também postura religiosa ou ideológica contra o CCR. Temos sido pragmáticos, mas o fato é que a região, mesmo antes de termos tomado algumas medidas defensivas, antecipou-se. Foi algo, a meu ver, inexorável.

Então, temos de substituir esse mecanismo por algo da família do seguro de exportação. Há espaço, sim, para explorarmos o histórico do CCR na região, na América Latina, e alavancar um mecanismo de seguro de exportação, um pouco isso que temos procurado discutir sob a liderança do Ministério da Fazenda, mas com o apoio tanto do Ministro Sérgio Amaral quanto o nosso, no Banco Central.

Por último, em relação à Argentina, especificamente, é preciso examinar detalhadamente a situação, a fim de que fique claro o que precisa acontecer. Quer dizer, o CCR depende de bancos. É preciso que haja país "a" negociando com país "b", bancos no país "a", bancos no país "b" cursando por meio do Banco Central. Quando o país vive, no caso a Argentina hoje, crise profunda na área bancária, o problema é mais básico. Trata-se de reconstruir a base bancária da economia argentina a fim de que isso possa funcionar.

Fui à Argentina há três meses. Tive a primeira discussão sobre o tema com os meus companheiros do Banco Central argentino. Abrimos um canal operacional que tem sido satisfatório, dadas as circunstâncias da economia portenha. Vários casos têm sido resolvidos. Claro que daqui para frente os fluxos tendem a adquirir certa normalidade, embora sejam muito reduzidos porque a Argentina não está importando muito. Eles têm problema de renda e a taxa de câmbio se depreciou muito. Então, eles não estão em condições de importar ainda. Esperamos que isso melhore com o tempo.

O CCR é muito interessante e complexo. A meu ver, aponta para uma saída de mais transparência do risco. Há risco, vamos corrê-lo, nada mais do que isso, nada menos do que isso também. Não temos, como disse, nenhum preconceito ideológico. Ele é prático.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Sr. Presidente Arminio Fraga, a última inscrição é a do Deputado João Almeida. A nossa reunião está parecendo dívida de cheque especial: não acaba nunca.

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – E é exatamente sobre cheque especial que quero falar, Sr. Presidente.

Presidente Arminio Fraga, somos admiradores do seu trabalho, da tranqüilidade, serenidade com que V.Sa. conduz a política monetária, o trabalho todo que vem sendo feito com grande resultado. Estamos sempre discutindo no interior da Bahia, as pessoas nos procuram, perguntam coisas complicadas, tentamos explicar. Porém, há uma coisa que não conseguimos explicar até hoje para a população. Permita-me fugir um pouco do tema objeto desta reunião, porque os jornais publicam, a televisão anuncia: a taxa de juros desceu, a taxa de juros subiu. Desceu para 13,65% ao ano, referencial SELIC. Se subiu muito, foi para 16%. E o cheque ouro é de 120, 130, 140%. Se um funcionário público for ao banco para tomar um empréstimo vinculado ao salário, o juros é de 4,5% ao mês. E aí surgiu a notícia, há algum tempo, sobre o problema da inadimplência. Os bancos têm de cobrir a inadimplência. Eu, que pago em dia, que vinculo o meu salário ao empréstimo, vou ter a responsabilidade de pagar pelos inadimplentes? Não se pode tolerar isso.

Depois, dizem: não, o sistema bancário está passando por um processo de ajuste, problema todo da inflação, etc. Este ano os bancos estão com lindos resultados. Que resposta poderíamos dar ao cidadão que nos atormentam tanto com essas perguntas? Todos temos uma conta no Banco do Brasil. Antes, não tinha, era 130, 140, 180, ninguém sabia quanto era. Depois, veio uma determinação do banco que obriga a publicar a taxa de juros. Ficou pior, porque antes não sabíamos fazer a conta. Um sujeito no interior me disse: *"Antes, Deputado, a gente não sabia fazer a conta, ficava enganado. Agora, ainda vem embaixo do impresso, 120,8% ao ano".*

Haverá – e V.Exa. viveu fora do País, trabalhou e conhece bem o mercado externo – no mundo coisa semelhante? Como acontece nas outras economias maduras, nos países civilizados de democracia consolidada esse tipo de coisa? Não consigo entender. Gostaria de entender para poder explicar ao povo da Bahia, que me envia perguntas para cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – E com muita justiça. Tem a palavra o Dr. Arminio Fraga.

O SR. ARMINIO FRAGA – Obrigado, Deputado. É sempre um prazer.

Diria que temos uma série de iniciativas ainda não concluídas para tratar desse assunto. Diria algumas coisas. Primeiro, fujam do cheque especial, fujam. Isso é um atoleiro, pisou ali, afunda, e é difícil sair. Procure outro tipo de financiamento.

Há outras alternativas. Acho que é por aí.

Segundo, os clientes que têm um bom histórico hoje têm acesso – e o banco é obrigado a dar, isso é uma coisa recente – à sua ficha, ao seu cadastro, ao seu histórico. Pega isso e vai a outro banco. É algo que está começando a funcionar, mas é um trabalho que tem de ir muito além disso e temos consciência do desafio. O mais importante é isso: não usem o cheque especial para se financiar. O cheque especial é feito para um acidente de percurso. Furou alguns dias, usa-se. Não é um mecanismo razoável para se manter um saldo devedor. Esse, realmente, é um problema.

Se acontecer um acidente, a isso todo mundo está sujeito, trabalhe com os amigos, com a família, dê um jeito para não entrar no cheque especial e no cartão de crédito, porque realmente é fatal.

Agora, em outros países, observa-se que de fato esses produtos cobram taxa de juros bem mais alta do que, vamos dizer, financiamento do crediário, financiamento de imóveis etc., chegando a três vezes o custo dos produtos mais baratos, que são esses em que se tem boa garantia.

Tenho pensado muito nesse assunto, embora o resultado ainda não seja satisfatório. Ele tem avançado, mas o que a turma diz é o seguinte: fizeram uma pesquisa de opinião – agora não me lembro qual foi o país, um dos pertencente ao G7 –, em que perguntaram: *"Por que você paga esse cheque especial, esse cartão de crédito, que custa 20% no seu país, quando você pode financiar sua casa, pegar uma hipoteca a 7%, três vezes a diferença?"* Eles fizeram uma pesquisa e perguntaram quantas pessoas usam o cheque especial ou o cartão de crédito para se financiar. O que eles verificaram foi que só um terço dizia que usava. Na realidade, são 60%. Então, há algo meio psicológico que ninguém entende direito e que precisamos esclarecer. Precisamos explicar, fazer campanha educacional. Por isso, insistimos com essa regra de explicitar o custo.

Quer dizer, pelo menos o cidadão pega o empréstimo e consta o número: *"Olha, você está pagando 138%."* A pessoa então diz: *"Meu Deus do céu! É uma loucura!"*

O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA – Se o Sr. Presidente permitir, quero fazer um adendo. Ainda esta semana mesmo, em Uauá, disseram-me: "Olha, antigamente não pagávamos. Recebíamos um talão de cheques e não pagávamos, não pagávamos nada

por ter o cheque especial. Agora, eles cobram tudo e isso vem demonstrado." Quer dizer, antigamente havia um custeio dos serviços bancários, que deveria sair do próprio negócio. Agora cobram tudo.

O SR. ARMINIO FRAGA – Não, o problema era a inflação. O problema antes era a inflação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Se todo mundo reclama, e o Presidente do Banco Central recomenda que não se use o cheque especial, se se acabasse com esse instrumento de crédito, haveria algum problema na economia?

O SR. ARMINIO FRAGA – Acho que sim, porque é um instrumento útil. Imagine a pessoa que esqueceu de fazer um depósito, não controlou o saldo de uma aplicação, passou dois, três dias. É um bom produto para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Benito Gama) – Sr. Presidente Arminio Fraga, em nome das Comissões de Finanças e Tributação; de Fiscalização Financeira e Controle; Mista de Planos, Orçamentos Públicos Fiscalização; de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle, do Senado Federal, agradeço a V.Sa. a presença, não somente pelo imperativo legal, mas sobretudo pela sua disponibilidade democrática de dialogar com os Parlamentares sobre a política monetária e cambial e a economia do nosso País. Realmente, V.Sa. é um dos nossos homens públicos de maior qualificação e que, evidentemente, honra as funções exercidas aqui e fora do País.

Agradeço, em meu nome pessoal, a V.Sa. e a sua equipe por ter abrilhantado a reunião de hoje à tarde nesta Casa.

Muito obrigado.

Está encerrada a presente reunião.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Primeira Reunião Ordinária da Comissão mista de planos, Orçamentos Públicos e fiscalização, realizada nos dias 05 e 07 de março de 2002.

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência de seu titular, Senador CARLOS BEZERRA, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 02/2002. Foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Alberto Goldman, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Divaldo Suruagy, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, Jonival Lucas Junior, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Nelson Meurer, Neuton Lima, Orlando Desconsi, Paulo Braga, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Saulo Pedrosa, Virgílio Guimarães e Wilson Braga; – Senadores titulares: Amir Lando, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Benício Sampaio, Carlos Bezerra, José Coelho, Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior, Romero Jucá e Tião Viana; – Deputados suplentes: Adolfo Marinho, Ariston Correia Andrade, Armando Abílio, Átila Lins, Carlito Merss, Carlos Nader, Coriolano Sales, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fernando Gonçalves, João Tota, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros e Silas Brasileiro; – Senadores suplentes: Carlos Patrocínio e Fernando Ribeiro. Foi registrado o comparecimento do Parlamentar não-membro Deputado Freire Junior. Foi registrada a ausência dos membros: – Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Danilo de Castro, Eujácio Simões, Giovanni Queiroz, João Caldas, João Matos, João Pizzolatti, Jorge Bittar, José Carlos Aleluia, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Osvaldo Coêlho, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Sérgio Miranda, Welinton Fagundes, Zé Gomes da Rocha e Zila Bezerra; – Senadores titulares: Ademir Andrade, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, Leomar Quintanilha, Moreira Mendes, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha e Wellington Roberto. ABERTURA: Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente anunciou que não havia quorum para o início dos trabalhos na Comissão, conforme disposto no art. 12 do Regimento Comum. Às dezoito horas e vinte e sete minutos do mesmo dia, o Presidente deu início à reunião, comunicando que adiaria a apreciação das Atas por não haver número regimental para deliberação naquele momento, de acordo com o § 1º do art. 29 do Regimento Comum. AVISOS: O Presidente informou aos membros que conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, estaria aberto o prazo de 06 a 13 de março (8 dias) para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo dos seguintes Subtítulos, constantes do Quadro VII da Lei nº

10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): 1) Subtítulo 28.846.0909.0195.0035 – Recursos para Retomada de Execução de Obras e Serviços – no Estado de São Paulo, no âmbito da Unidade Orçamentária 15103 – TRT da 2ª Região. Relator: Senador Moreira Mendes; 2) Subtítulo 12.364.0041.5081.0053 – Modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições de ensino superior e dos hospitais de ensino – no Distrito Federal. Relator: Senador Tião Viana. Às dezoito horas e vinte e oito minutos, o Presidente suspendeu a reunião, em virtude da inexistência de número regimental para deliberação. Às dez horas e vinte e nove minutos do dia sete de março do mesmo ano, o Presidente reabriu a reunião, e informou que conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, estaria aberto o prazo de 08 a 15 de março (8 dias) para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo dos seguintes Subtítulos, constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): 1) Subtítulo referente à Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) – Ivaiporã – Itaberá – Tijuco Preto – 585 Km de Linha de Transmissão - e Subestações Associadas – Nacional – Unidade Orçamentária 32.228 – Furnas Centrais Elétricas S/A. Relator: Deputado Nárcio Rodrigues; 2) Subtítulo referente ao Aproveitamento agrícola do Rio Bálsamo, no Município de Palmeira dos Índios – AL, da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado de Alagoas. Relator: Deputado Anivaldo Vale. Encerramento: Às dez horas e trinta minutos, por não haver número regimental para continuação dos trabalhos, o Presidente encerrou a reunião, conforme disposto § 2º do art. 29 do Regimento Comum, antes convocando os membros para a 2ª Reunião Ordinária, a ser realizada às 14:30 do dia 12 de março de 2002. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Carlos Bezerra,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Comunico que não há número legal para iniciar a presente reunião. Portanto, transfiro-a para às 18h.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 02, de 2002.

Como não há número para deliberação, deixaremos de apreciar as atas.

Informo aos membros desta Comissão que, conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, está aberto o prazo de 6 a 13 de março, portanto, de 8 dias, para a apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto-legislativo de subtítulos constantes do Quadro 7 da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, isto é, da Lei Orçamentária para 2002.

Os subtítulos são os seguintes: recursos para a retomada da execução de obras e serviços no Estado de São Paulo, no âmbito da Unidade Orçamentária nº 15.103, do TRT da 2ª Região, cujo Relator é o Senador Moreira Mendes, e modernização e recuperação de infra-estrutura física das instituições de ensino superior e dos hospitais de ensino do Distrito Federal, cujo Relator é o Senador Tião Viana.

Como é evidente a falta de **quorum**, suspenderei a presente reunião, antes convocando nova reunião para quinta-feira, às 10hs.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 2, de 2002.

Por falta de **quorum**, a Presidência deixa de submeter as atas à apreciação do Plenário.

Aviso. Informo aos membros que, conforme estabelecido no art. 35, inciso VII, alínea "c" da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, está aberto o prazo de 8 a 15 de março, de oito dias, para a apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo dos seguintes subtítulos, constantes do Quadro VII, da Lei nº 10.407, de 10.01.2002 – Lei Orçamentária para 2002.

Subtítulo: Implantação do Sistema de Transmissão Itaipu, Paraná, São Paulo, Iguapora, Itaverá, Tijuco Preto – 585 quilômetros de linha de transmissão de subestação associada nacional. Unidade Orçamentária 32.228. Furnas Centrais Elétricas S.A. Relator: Deputado Narcio Rodrigues.

Subtítulo: Aproveitamento Agrícola do Rio Bálsamo, Município de Palmeira dos Índios, Alagoas. Secretaria de Infra-Estrutura do Estado de Alagoas. Relator: Deputado Anivaldo Vale.

Sendo evidente a falta de quorum, declaro encerrada a presente sessão.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Segunda Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 12 e 14 de março de 2002

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 03/2002. Foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Divaldo Suruagy, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Coser, João Grandão, João Magno, João Pizzolatti, Jonival Lucas Junior, Jorge Khoury, José Carlos Elias, José Chaves, Lael Varella, Luciano Castro, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Neuton Lima, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Santos Filho, Saulo Pedrosa, Sérgio Miranda e Virgílio Guimarães; – Senadores titulares: Amir Lando, Benício Sampaio, Carlos Bezerra, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Junior e Tião Viana; – Deputados suplentes: Alceste Almeida, Armando Abílio, Átila Lins, Carlito Merss, Carlos Nader, Coriolano Sales, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fernando Coruja, Gastão Vieira, Laura Carneiro, Nilo Coelho, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros e Silas Brasileiro; – Senadores suplentes: Antonio Carlos Valadares, Francelino Pereira e Romeu Tuma. Foi registrada a ausência dos membros: – Deputados titulares: Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Eujácio Simões, Giovanni Queiroz, João Caldas, João Leão, João Matos, Jorge Bittar, José Borba, José Carlos Aleluia, José Priante, Lúcia Vânia, Marcelo Teixeira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Welinton Fagundes, Wilson Braga e Zé Gomes da Rocha; – Senadores titulares: Ademir Andrade, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha e Wellington Roberto. ABERTURA: Às quinze horas e dois minutos, o Primeiro 1º Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, anunciou que não havia quorum para o início dos trabalhos na Comissão, conforme disposto no art. 12 do Regimento Comum, e transferiu a reunião para as dezoito horas do mesmo dia. Às dezoito horas e trinta e oito minutos, o Presidente, Senador Carlos Bezerra, deu início à reunião, informando não haver número regimental para deliberação naquele momento, de acordo com o § 1º do art. 29 do Regimento Comum. Em seguida, suspendeu a reunião, convocando os membros para o início dos trabalhos às 10 horas do dia quatorze de março. Às 10 horas e trinta e sete minutos do dia quatorze de março de 2002, o Deputado Paulo Mourão, no exercício da Presidência conforme disposto no art. 8º da Resolução no 1, de 2001, do Congresso Nacional, reabriu a reunião. Encerramento: Às dez horas e trinta e oito minutos, o Presidente em exercício, comunicou que não havia número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Em seguida, encerrou a reunião, conforme disposto § 2º do art. 29 do Regimento Comum, antes convocando os membros para a 3ª Reunião Ordinária, a ser realizada às 14:30 do dia 19 de março de 2002. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Carlos Bezerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não havendo número regimental, transfiro a presente reunião para às 18 horas de hoje.

Está encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro iniciada a segunda reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 03, de 2002.

Não havendo número regimental no Senado Federal, suspendo a presente reunião, convocando a próxima para quinta-feira às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Mourão) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 2ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 03/2002.

Não havendo número suficiente na representação do Senado Federal, declaro encerrada a reunião,

antes marcando novo encontro para a próxima terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Terceira Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 19 e 20 de março de 2002

Aos dezenove e vinte dias do mês de março do ano de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 04/2002. Neste período, foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Divaldo Suruagy, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Coser, João Grandão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Junior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nelson Meurer, Neuton Lima, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Roberto Balestra, Sampaio Dória, Santos Filho, Saulo Pedrosa, Virgílio Guimarães e Wilson Braga; – Senadores titulares: Antero Paes de Barros, Benício Sampaio, Freitas Neto, Marluce Pinto, Nabor Junior, Tião Viana e Wellington Roberto; – Deputados suplentes: Adolfo Marinho, Armando Abílio, Augusto Franco, Carlito Merss, Carlos Nader, Coriolano Sales, Darcísio Perondi, Domiciano Cabral, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fernando Coruja, Gastão Vieira, Gervásio Silva, João Tota, José Pimentel, Josué Bengtson, Lídia Quinan, Nilo Coelho, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Sérgio Barcellos, Sérgio Barros, Silas Brasileiro, Telma de Souza e Waldemir Moka; – Senadores suplentes: Alberto Silva, Carlos Patrocínio, Fernando Ribeiro, Francelino Pereira, Gerson Camata, Lúdio Coelho e Romeu Tuma. Foi registrado o comparecimento dos Parlamentares não-membros: Basílio Villani e Romeu Queiroz. Foi registrada a ausência dos membros: – Deputados titulares: Alexandre Cardoso, Danilo de Castro, Eujácio Simões, João Almeida, João Caldas, João Leão, Nárcio Rodrigues, Olavo Calheiros, Pedro Novais, Roberto Rocha, Sérgio Miranda, Welinton Fagundes e Zé Gomes da Rocha; – Senadores titulares: Ademir Andrade, Amir Lando, Arlindo Porto, Carlos Bezerra, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima e Sebastião Rocha. ABERTURA: Às quatorze horas e cinqüenta e sete minutos, o Senador Wellington Roberto, no exercício da Presidência, conforme disposto no art. 8º da Resolução no 1, de 2001, do Congresso Nacional, deu início à reunião, informando não haver número regimental para deliberação naquele momento, de acordo com o § 1º do art. 29 do Regimento Comum. Em seguida, suspendeu a reunião, convocando os membros para o início dos trabalhos às dezoito horas. Às dezoito horas e quatorze minutos do dia dezenove de março de 2002, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, deu início aos trabalhos procedendo à apreciação das seguintes Atas: 1) Reunião de Instalação da Subcomissão destinada a proceder estudos técnicos, visando a possibilidade de detecção de meios pertinentes à concessão, pelo Governo Federal, de reajuste salarial aos servidores públicos federais, no que tange ao exercício de 2002, em 25/09/2001. 2) 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 11, 12 e 13/12/01. 3) 29ª Reunião Ordinária, realizada em 18/12/2001. 4) 6ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/12/2001. 5) 1ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 26/02/2002. 6) 2ª Reunião de Audiência Pública, em 27/02/2002. 7) 1ª Reunião Extraordinária, nos dias 26 e 28/02/2002. 8) 3ª Reunião Extraordinária, em 19/12/2001. 9) 1ª Reunião Ordinária, em 05 e 06/03/2002. 10) 7ª Reunião Extraordinária, em 27/12/2001. 11) 2ª Reunião Ordinária, em 12 e 14/03/2002. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. Não houve discussão. Conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente em exercício declarou as Atas aprovadas. AVISOS: O Presidente em exercício informou aos membros que, conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, estaria aberto o prazo de 20 a 27 de março (8 dias) para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo dos seguintes Subtítulos, constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): 1) Construção do Contorno Ferroviário no Corredor Sudoes-

te, Município de Campo Grande/MS. Relator: Deputado Milton Monti; 2) Duplicação de trechos rodoviários no corredor transmetropolitano – BR-381/SP– divisa MG/SP – entroncamento BR-116. Relator: Deputado Santos Filho. Em seguida, tendo em vista a Decisão de questão de ordem aprovada na 7ª Reunião Ordinária realizada em 31/08/1999, que diz respeito ao pronunciamento da Comissão sobre a natureza da apreciação dos créditos adicionais remetidos pelo Poder Executivo através de decretos, o Presidente em exercício comunicou a elaboração da Nota Técnica Conjunta nº 03/2002 – "Relatório acerca dos créditos adicionais abertos por decretos do Poder Executivo", referentes à Mensagem 751/2001, apensada às Mensagens nºs 752 a 766, 771 a 773, 775 a 778 e 786 a 788/2001 – CN e 19/2002, apensadas às Mensagens nºs 20 a 38 e 42/2002-CN. O Presidente lembrou que a referida Nota Técnica, elaborada pelas Consultorias de Orçamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, teria sido encaminhada aos gabinetes dos membros da Comissão. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente em exercício abordou a questão debatida na 1ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 28 de fevereiro de 2002, de que as medidas provisórias não estariam sendo apreciadas tempestivamente pela Comissão, em virtude da falta de quorum no recinto do plenário. O Deputado Gilmar Machado salientou a simultaneidade de reuniões da Comissão com outras realizadas pelas Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente em exercício julgou procedente a argumentação do Deputado Gilmar Machado, ressaltando que a ocorrência de atrasos da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados também estaria prejudicando as apreciações das medidas provisórias. O Deputado Divaldo Suruagy, ao encaminhar o Ofício nº07/2002 à Mesa, solicitou que fosse feita análise dos Projetos de Decretos Legislativos com pareceres favoráveis, já relatados e que não foram votados em dezembro de 2001, em decorrência das sucessivas obstruções à apreciação das matérias da Comissão. Dando prosseguimento à reunião, o Deputado Gonzaga Patriota fez uso da palavra, solicitando ao Presidente em exercício inversão na apreciação dos itens da Pauta nº4 para apreciação imediata do item 02, que trata da adequação de trechos rodoviários no corredor nordeste – BR 232/PE – Recife – Caruaru, da Unidade Orçamentária 39.252-DNIT. O Presidente em exercício, conforme disposto no § 1º do art. 29 do Regimento Comum, informou que não seria possível dar continuidade aos trabalhos, visto que havia número regimental no Livro de Presença, porém não havia número regimental no recinto do plenário. O Deputado Gonzaga Patriota, no uso da palavra, sugeriu que a reunião fosse suspensa e que os parlamentares retornassem ao plenário após uma hora. O Presidente em exercício, acatando a sugestão do Deputado Gonzaga Patriota, suspendeu a reunião às dezoito horas e vinte e seis minutos. Às dezenove horas e trinta e sete minutos, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, reabriu a reunião. Em virtude da realização da Ordem do Dia no plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício, conforme o disposto no § 1º do art. 46, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, transferiu a reunião para as 16 horas e trinta minutos do dia 20 de março de 2002 no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às dezesseis horas e quarenta e seis minutos do dia 20 de março de 2002, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, reabriu a reunião procedendo à leitura do expediente. EXPEDIENTE: I) Correspondência interna recebida: 1) Ofício Circular Interno 004, de 12 de março de 2002, do Deputado Enivaldo Ribeiro, comunicando sua posse na Presidência da Comissão de Legislação Participativa, tendo como 2º Vice-Presidente o Deputado Costa Ferreira e 3º Vice-Presidente a Deputada Luiza Erundina. 2) Ofício 003, de 12 de março de 2002, do Deputado Rodrigo Maia, comunicando sua posse na Presidência da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, juntamente com os Deputados Gerson Gabrielli, Jair Meneguelli e José Múcio Monteiro. – Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão deferidos pela Presidência: 1) Ofício 71, de 05 de março, do gabinete do Deputado Santos Filho, comunicando sua ausência no período de 05 a 07 de março. 2) Expediente do Gabinete da Deputada Zila Bezerra, de 07 de março, comunicando sua ausência por 83 dias a partir de 19/02/2002. 3) Ofício 14, de 19 de março, do gabinete do Deputado Sérgio Barros, comunicando sua ausência no período de 12 a 18 de março. Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Ofício 79, de 13 de março, do Deputado João Paulo, Líder do PT, indicando o Deputado Jorge Bittar, do PT do Rio de Janeiro, em substituição ao Deputado Virgílio Guimarães. II) Correspondência externa recebida: 1) Ofício 982, de 08 de março, do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, sobre a avaliação do cumprimento de metas do terceiro quadrimestre de 2001, conforme disposto no Art. 18 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000 (Lei de

Diretrizes Orçamentárias para 2001) e no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. O Presidente em exercício ressaltou que essas informações teriam sido solicitadas pelos membros da Comissão durante a realização da 1ª Reunião de Audiência Pública, em 26/02/2002 e que a cópia do referido Ofício teria sido encaminhada aos membros em 12 de março do ano em curso. 2) Ofício 278, de 08 de março, do Deputado Mauri Torres – Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, convidando o Presidente desta Comissão para participar da reunião de audiência pública, no dia 20 de março, às 10:30 horas. 3) Ofício 123/2002, de 15 de março, do Sr. Vicente da Silva Moreira Filho, Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), informando que recebeu da Secretaria de Controle Externo do Piauí as decisões adotadas pelo Tribunal de Contas da União, de nºs 1092/2001, sobre Barragem Algodões II, Município de Curimatá e nº 1054/2001 – Barragem Tinguís, Município de Brasileira. 4) Expediente de 18 de março, do Diretor-Presidente de Furnas – Centrais Elétricas S.A, Sr. Luiz Carlos Santos, solicitando a retirada do empreendimento da UHE Serra da Mesa, do Quadro VII da Lei nº 10.407/2002. Expedientes encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal referentes aos seguintes Tribunais: 1) Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, referente ao período de janeiro a dezembro/2001. 2) Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, referente ao período de janeiro a dezembro/2001. Avisos/SGS encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: 1) 286, de 20 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 76/2002, sobre auditoria realizada na CODEVASF – construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica/obras de infra-estrutura em municípios da região do Baixo São Francisco (Canal de Xingó). 2) 302, de 20 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 79/2002, sobre auditoria realizada no DER/SP – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (obras de duplicação da Rodovia BR-381 – Fernão Dias – em São Paulo). 3) 314, de 22 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 35/2002, sobre auditoria realizada nas obras de construção de anel rodoviário no corredor fronteira norte/BR 364/AC. 4) 319, de 27 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 112/2002, sobre auditoria realizada na Secretaria do Estado de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário/RJ – obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado do Rio de Janeiro. 5) 330, de 27 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 128/2002, sobre representação formulada por equipe de auditoria em virtude da não apresentação dos documentos requisitados por equipe de auditoria, em ação de fiscalização, sobre auditoria realizada no DER/RR – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Roraima (obras de construção e pavimentação das Rodovias BR-401, BR-210 e RR-319) 6) 333, de 27 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 111/2002, sobre auditoria realizada nas obras do Projeto de Irrigação de Três Barra, em Cristalina/GO. 7) 402, de 13 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 182/2002, sobre representação originária de Relatório Parcial da Subcomissão Especial da Câmara dos Deputados para análise de denúncias de irregularidade no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. 8) 404, de 13 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 178/2002, sobre acompanhamento da Licitação sobre a obra de construção de Barragem no Ribeirão João Leite, que visa a complementar o abastecimento de água da cidade de Goiânia. 9) 405, de 13 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 179/2002, sobre auditoria realizada nas obras de construção de contorno rodoviário em Colatina/ES no corredor Leste/BR-259/ES. 10) 406, de 13 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 177/2002, sobre auditoria realizada nas obras de construção e ampliação de bens imóveis da Fundação Universidade do Amazona. 11) 458, de 18 de março, encaminhando cópia do Acórdão nº 067/2002, sobre auditoria realizada nas obras do Projeto de duplicação da BR-230 no trecho João Pessoas/Campinas Grande, Estado da Paraíba. Aviso encaminhado pelo Congresso Nacional: de 24 de janeiro, de autoria do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal cópia da Decisão 006/2002, considerando cumpridas as exigências de emissão, publicação e encaminhamento de Contas dos relatórios de gestão fiscal relativos ao primeiro quadrimestre de 2001, por parte dos poderes e órgãos da esfera federal referidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal. III) Distribuição de Matérias. O Presidente em exercício informou que o cronograma de tramitação das matérias, com designação dos respectivos relatores, haviam sido encaminhados aos gabinetes dos Senhores Parlamentares: A) Projetos de Lei: 1) Projeto de Lei nº 01/2002-CN. Relator designado: Deputado João Coser. 2) Projeto de Lei nº 02/2002-CN: Relator designado: Deputado Jorge Bittar. 3) Projeto de Lei nº 03/2002-CN. Relator

designado: Senador Paulo Hartung. B) Medida Provisória: Medida Provisória nº 34/2002-CN, de 15/02/02, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, no valor global de R$ 805.000.000,00 (oitocentos e cinco milhões de reais), para os fins que especifica". Relator designado: Deputado Milton Monti C) Mensagem: Mensagem nº 14/2002-CN, que "comunica ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que os limites de movimentação e empenho do Poder Executivo foram ampliados, conforme esclarecido na Exposição de Motivos Interministerial nº 518/MP/MF, de 27 de dezembro de 2001". Relator designado: Deputado Arnon Bezerra. D) Subtítulos constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): 1) Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica/obras de infra-estrutura em municípios da região do Baixo São Francisco (Canal de Xingó) – SE. Relator designado: Deputado Alberto Goldman. 2) Construção de Anel Rodoviário no Corredor Fronteira-Norte – BR–364/AC – em Rio Branco. Relator designado: Senador Gilberto Mestrinho. 3) Duplicação de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano – BR-381/ SP – Divisa MG/SP – Entroncamento BR-116. Relator designado: Deputado Santos Filho. Em seguida, o Presidente em exercício informou que, em função do comparecimento do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, e da Fazenda, Dr. Pedro Malan, no último dia 27 de fevereiro, estava prejudicado o Requerimento nº 001/2002, de autoria dos Deputados Pedro Celso, Virgílio Guimarães e Wellington Dias, solicitando a convocação do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, para prestar esclarecimentos sobre a limitação de movimentação e empenho das dotações orçamentárias do Orçamento Geral da União para 2002 – Decreto nº 4120, de 07 de fevereiro de 2002. Comunicou também ter sido retirado pelo autor, Deputado Virgílio Guimarães, o Requerimento nº 002/2002, que solicitava o comparecimento do Ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, para prestar esclarecimentos sobre a alocação dos recursos de emenda parlamentar da mesorregião do Vale do Jequitinhonha – Mucuri, e o Diretor-Geral do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, para prestar esclarecimentos sobre as notícias publicadas no Correio Braziliense de 20/02/2002. ORDEM DO DIA: I) O Presidente em exercício declarou, com base no disposto no art.334, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a prejudicialidade das seguintes matérias, solicitando arquivamento: Item 01- 1) AVISO-SF- TCU-222-GP/1990 – "Do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, comunicando que em Sessão Plenária realizada em 25.04 p. passado, acolheram o Relatório e Voto do Ilustre Relator, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, proferidos no TC 006.168/89-2 constitutivo da Tomada de Contas do exercício de 1988 do Senado Federal, julgando regulares as referidas contas."2) AVISO-SF- TCU-620/1990 "Do. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal, cópias do Relatório e Voto do Relator, do Relatório de Auditoria e seus respectivos anexos, bem como do parecer do Sr. Representante do Ministério Público Dr. Francisco de Salles Mourão Branco, no processo originário do Relatório de Auditoria Operacional realizada na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, na área do Fundo de Investimentos do Nordeste-FINOR, abrangendo o período de 29.03 a 05.05.89." 3) AVISO-SF TCU-693-GP/1990- "Do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal, cópia do Relatório de Auditoria e do Relatório/Voto do Relator, atinentes ao estudo de Auditoria Operacional do PROÁLCOOL." 4) AVISO-SF- TCU-724-GP/1990 -"do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal, cópia do Relatório de Auditoria e do Relatório/Voto do Relator, atinentes ao estudo de Auditoria Operacional do PROÁLCOOL."5) AVISO-SF- TCU-409-GP/1991- do Presidente do Tribunal de Contas da União encaminhando Relatório e voto proferidos sobre observância de prazos para apresentação de contas àquele Tribunal." 6) AVISO-SF- TCU-465/1991-"Do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório das Atividades daquele Órgão, referentes ao segundo semestre do corrente ano, em cumprimento ao disposto no § 4º do artigo 71 da Constituição Federal." 7) OFÍCIO-174/1991-CN-"Do Presidente do Banco da Amazônia S.A., encaminhando, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO." 8) DIVERSOS-01/1992-CN- Aviso nº 226-TCU/1992 – "Do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Relatório e Voto do Sr. Ministro-Relator Luciano Brandão Alves de Souza no exame das tomadas de Contas dos Órgãos que menciona, bem como da decisão Plenária nº 52/92, daquele Tribunal." 9) DIVERSOS-002/1995-CN- "Do Sr. Senador GILBERTO MIRANDA, participando ao Presidente do Senado Federal, para as providências cabíveis, que

após divulgação do Parecer nº 22, de 1994-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o PL nº 03/94-CN (Lei Orçamentária Anual de 1995), foram detectados alguns erros na parte final do anexo que discrimina as Emendas Aprovadas e as Aprovadas Parcialmente." 10) REQUERIMENTO S/Nº1995- CN- "Do Senhor Deputado GERSON PERES, requerendo a regularização de duas emendas de sua autoria, para o Orçamento de 1995." 11) DIVERSOS-02/1996-CN- Ofício nº 42/1996 - que "Encaminha ao Senado Federal, um exemplar do documento intitulado Pacto Nordeste; Ações Estratégicas para um Salto do Desenvolvimento Regional, aprovado na Reunião do Conselho Deliberativo." 12) DIVERSOS-05/1996-CN-Ofício GAPRE nº 407/1996 - que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), posição em 31 de dezembro de 1995." 13) DIVERSOS-07/1996-CN-Aviso nº 305-GP-TCU/1996 - que "Encaminha ao Presidente do Congresso Nacional, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, Referente ao Exercício de 1995." 14) DIVERSOS-09/1996-CN- Ofício nº 184/1996 - que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), posição de 31 de Dezembro de 1995". 15) DIVERSOS-10/1996-CN- Aviso nº 335-SGS-TCU/1996 - que "Encaminha para conhecimento, cópia da Decisão 380 de 1996, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 26 de junho de 1996, bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam (Tc 001058/95-9)." 16) DIVERSOS-11/1996-CN- Ofício nº 873/1996 -"Encaminha ao Senado Federal, o Relatório de aplicação do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAF". 17) DIVERSOS 12/1996-CN - Ofício nº 976-GP-TCU/1996- que "Encaminha ao Senado Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao Segundo Trimestre de 1996." 18) DIVERSOS 13/1996-CN- Aviso nº 533-SGS-TCU/1996 que "Encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão 610, de 1996, adotada pelo Tribunal de Consta da União na Sessão Ordinária do Plenário de 25 de Setembro do corrente ano, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 005.708/94-0). 19) DIVERSOS-14/996-CN - Aviso nº 624-SGS-TCU/1996 – que "Encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão nº 753/96, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 20.11.96, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC nº 003.236/94-3)". 20) DIVERSOS-15/1996- CN- Aviso nº 1.481-GP- que "Encaminha ao Senado Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 3º Trimestre de 1996." 21) DIVERSOS-03/1997-CN - Aviso nº 200-GP-TCU/1997 que "Encaminha ao Senado Federal, nos Termos do parágrafo quarto do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao quarto trimestre de 1996." 22) DIVERSOS-06/1997- CN- Aviso nº 288-GP-TCU/1997- que "Encaminha ao Senado Federal, RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 1996." 23) DIVERSOS-07/1997-CN- Ofício nº 144/1997 – que "Encaminha ao Senado Federal, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 1996, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente auditados." 24) DIVERSOS-10/1997-CN- Ofício nº 492-GAPRE/1997 – que "Encaminha ao Senado Federal, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31 de dezembro de 1996." 25) DIVERSOS-12/1997-CN-Aviso nº 272-SGS-TCU/1997- que "Encaminha ao Senado Federal, cópia da Decisão número 225/97, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 30 de abril de 1997, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 015.435/95-4)." 26) DIVERSOS-13/1997- CN- Aviso nº 497-GP-TCU/1997 – que "Encaminha ao Senado Federal, RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º Trimestre de 1997." 27) DIVERSOS-14/1997- CN- Ofício PRESI Nº 365/1997 – que "Encaminha ao Senado Federal as Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 1996, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)." 28) DIVERSOS 18/1997- CN- Aviso nº 1649-GP-TCU/1997 – que "Encaminha ao Senado Federal, Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º Trimestre de 1997." 29) DIVERSOS 19/1997 Ofício GAPRE nº 1067/1997- que "Encaminha ao Senado Federal, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 30 de Junho de 1997." 30) DIVERSOS-21/1997- CN- Of. SECEX nº 707/1997- que "Encaminha ao Congresso Nacional,

as Demonstrações Contáveis de 30 de Junho de 1997, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)." 31) DIVERSOS-23/1997- CN- Aviso nº 1898-GP-TCU/1997- que "Encaminha ao Senado Federal, RELATÓRIO DAS ATIVIDADES deste Tribunal, referente ao 3º Trimestre de 1997." 32) DIVERSOS-01/1998- CN-GAPRE nº 155/1998 – que "Encaminha ao Congresso Nacional, as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31 de dezembro de 1997." II) Apreciação dos Relatórios apresentados às seguinte matérias, constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): Item 02- Subtítulo 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de trechos rodoviários no corredor nordeste – BR 232/PE – Recife – Caruaru, da Unidade Orçamentária 39.252-DNIT, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002). Relator: Deputado Santos Filho. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: pela autorização da execução dos contratos oriundos do Convênio PG-233/99-00 (406758), na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Antes da solicitação à leitura do Relatório, às dezessete horas e dez minutos, o Deputado Osvaldo Coêlho assumiu a Presidência, conforme disposto no art. 8º da Resolução no 1, de 2001, do Congresso Nacional. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente em exercício transferiu a palavra ao relator da matéria, Deputado Santos Filho, que solicitou dispensa à leitura do Relatório. Consultado, o Plenário assentiu. Em seguida, o relator procedeu à leitura do voto. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dezessete horas e dezesseis minutos, Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, reassumiu a Presidência. Em seguida, o Deputado João Coser, no uso da palavra, apresentou requerimento verbal solicitando inclusão em extrapauta da apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 01/2002-CN. O Presidente em exercício atendeu a solicitação após consulta ao Plenário, informando que o referido Relatório seria apreciado no decorrer da reunião. Item 03- Subtítulo 12.364.0041.5081.0053 – Modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino – no Distrito Federal, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002). Relator: Senador Tião Viana. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: pela autorização da execução orçamentária nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Estando ausente o relator, o Presidente em exercício designou o Deputado João Coser para proceder à leitura da matéria. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 04 – Subtítulo 25.752.0296.3422.0001 – Implantação do sistema de transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) (Ivaiporã – Itaberá – Tijuco Preto) (585 Km de linha de transmissão e subestações associadas) – Nacional, da Unidade Orçamentária 32.228, listado no Quadro VII anexo à Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002. Relator: Deputado Nárcio Rodrigues. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: pela autorização da execução dos contratos pertinentes ao referido Subtítulo, mantendo suspensa a execução quanto aos contratos nºs 12.279, 12.545. 12.547, 12.686, 12.926, 12.973, 12.977, 12.979, 13.313 e 13.386, no âmbito da dotação consignada no Orçamento de investimentos da União de 2002, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Estando ausente o relator, o Presidente em exercício designou o Deputado Ricardo Barros para proceder à leitura da matéria. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 05- Requerimento nº 04, de 2002, dos Deputados Virgílio Guimarães, Jorge Bittar e Sérgio Miranda, solicitando que fossem convidados os Srs. Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação; João Pimenta da Veiga Filho, Ministro das Comunicações; e Renato Navarro Guerreiro, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional das Telecomunicações, para debate sobre a execução do programa de Universalização dos Serviços de Telecomunicações em 2001 e em 2002. O Deputado Jorge Bittar, na condição de autor, apresentou o requerimento. Em seguida, o Presidente em exercício declarou aberta a discussão. O Deputado Giovanni Queiroz, no uso da palavra, fez referência à questão dos "Restos a Pagar". Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. No prosseguimento dos trabalhos, o Deputado Divaldo Suruagy fez uso da palavra, referindo-se ao Ofício nº07/2002, solicitando posicionamento da Presidência. O Presidente informou que foi requerida a elaboração de Nota Técnica pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputa-

dos. Em seguida, o Presidente anunciou a apreciação da matéria constante da Extrapauta 03. Apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº 01/2002-CN que "abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotação constante do orçamento vigente". Relator: Deputado João Coser. Não foram apresentadas emendas ao Projeto. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Deputado Ricardo Barros, na qualidade de representante da Liderança do Governo na Comissão, consultou o Presidente em exercício sobre a possibilidade de adiar a apreciação dos itens remanescentes. Os Deputados João Magno e Gilmar Machado manifestaram-se contrários à solicitação. Não havendo consenso, o Presidente em exercício retomou a apreciação da pauta. Item 06 – Requerimento nº 05, de 2002, dos Deputados Gilmar Machado, João Magno, Virgílio Guimarães e Walter Pinheiro, propondo à Comissão a adoção de medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos, irregularidades e omissões verificadas na aplicação de recursos do orçamento federal nas cidades que integram o Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, no Estado de Minas Gerais. O Deputado João Magno, na condição de autor, apresentou o requerimento. Não houve debate. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 07 – Requerimento nº 06, do Deputado Giovanni Queiroz, convocando o Sr. Sérgio Amaral, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a fim de prestar esclarecimentos sobre a política de aplicações de recursos do BNDES. O Deputado Giovanni Queiroz, na condição de autor, apresentou o requerimento, solicitando sua alteração, de forma que fossem convidados para a Audiência Pública o Presidente do BNDES, Dr. Eleazar de Carvalho Filho, bem como a Diretora do BNDES, Dra. Beatriz Azeredo, em substituição ao Ministro da Indústria e Comércio, Dr. Sérgio Amaral. Em seguida, o Presidente em exercício declarou aberta a discussão. O Deputado Jorge Bittar, no uso da palavra, ressaltou a possibilidade de estender o convite ao Presidente do Banco do Brasil, Dr. Eduardo Augusto Almeida Guimarães. Em seguida, fez uso da palavra o Deputado Ricardo Barros, posicionando-se favoravelmente acerca do convite às referidas autoridades. Em votação, o requerimento com sua respectiva modificação, passando a convidar o Presidente do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, Dr. Eleazar de Carvalho Filho, em substituição ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, como também a estender o convite à Diretora da Área de Desenvolvimento Social do BNDES, Dra. Beatriz Azeredo, e ao Presidente do Banco do Brasil, Dr. Eduardo Augusto Almeida Guimarães, foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Jorge Bittar solicitou à Presidência que fosse estabelecido calendário para realização das reuniões de audiência pública. O Presidente em exercício informou que seria realizada reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão no dia dois de abril, às quinze horas. Em continuidade à reunião, o Presidente em exercício realizou a leitura dos itens 08 e 09. Item 08 – Requerimento nº 07/2002, do Deputado Jorge Bittar, convidando representantes do Tribunal de Contas da União, do Banco do Brasil e do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo que estejam participando da avaliação do destino a ser dado à obra inacabada do Fórum Trabalhista da Primeira Instância na cidade de São Paulo. Item 09 – Requerimento nº 08/2002, do Deputado Alberto Goldman, convidando o Ministro Almir Pazzianotto Pinto, Presidente do TST ; Juiz Francisco Antônio de Oliveira, Presidente do TRT da 2ª Região; Sr. César Augusto Gilii, Diretor Administrativo do TRT da 2ª Região; Dr. Rubens Approbato Machado, Presidente do Conselho Federal da OAB; Dr. Valter Uzzo, Secretário Geral da OAB; e o Dr. Joaquim Andrade Filho, Engenheiro Master e Coordenador da Equipe de Engenharia do Banco do Brasil, para prestar esclarecimentos sobre a atual situação e o futuro da conclusão das obras do Fórum Trabalhista de Primeira Instância do Estado de São Paulo. Após a leitura dos requerimentos nº 07/2002 e nº 08/2002, o Presidente em exercício apresentou sugestão de transformá-los em um único, solicitando comparecimento das seguintes autoridades: representante do Tribunal de Contas da União; Ministro Almir Pazzianotto Pinto, Presidente do TST; Juiz Francisco Antônio de Oliveira, Presidente do TRT da 2ª Região; Sr. César Augusto Gilii, Diretor Administrativo do TRT da 2ª Região; Dr. Rubens Approbato Machado, Presidente do Conselho Federal da OAB; Dr. Valter Uzzo, Secretário Geral da OAB; e o Dr. Joaquim Andrade Filho, Engenheiro Master e Coordenador da Equipe de Engenharia do Banco do Brasil, para prestar esclarecimentos sobre a atual situação e o futuro da conclusão das obras do Fórum Trabalhista de Primeira Instância do Estado de São Paulo. Em se-

guida, a Deputada Telma de Souza e o Deputado Ricardo Barros manifestaram-se a favor da fusão dos requerimentos. Em votação, o requerimento único foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Dando prosseguimento à reunião, o Presidente em exercício concedeu a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães, que teceu considerações acerca da sua substituição, pelo Deputado Jorge Bittar, como Representante da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Comissão. Os Deputados Jorge Bittar e Giovanni Queiroz, seguidos pelo Presidente em exercício, ressaltaram a efetiva participação do Deputado Virgílio Guimarães durante o período em que atuou como representante dos Partidos dos Trabalhadores na Comissão. No prosseguimento dos trabalhos, o Presidente em exercício comunicou que no ano de 2002 já haviam tramitado pela Comissão, sem apreciação, seis medidas provisórias. Feitas essas considerações, o Presidente em exercício, tendo em vista o encerramento do prazo de tramitação na Comissão da Medida Provisória nº 34/2002, apresentou requerimento verbal solicitando apreciação da matéria constante da Extrapauta 01: Relatório à Medida Provisória nº 34/2002, que "abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, no valor global de R$ 805.000.000,00 (oitocentos e cinco milhões de reais), para os fins que especifica". O Deputado Giovanni Queiroz manifestou-se contrário à inclusão da matéria na pauta. Em virtude de não haver consenso, o Presidente em exercício adiou a apreciação do Relatório. Prosseguindo, deu continuidade à ordem do dia e apresentou requerimento verbal solicitando a apreciação da matéria constante da Extrapauta 02. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta 02: Relatório sobre a execução orçamentária referente ao Subtítulo 18.544.0515.1851.0406 – Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica – aproveitamento hidroagrícola do Rio Bálsamo, em Palmeira dos Índios – AL, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002). Relator: Deputado Anivaldo Vale. Foi apresentada 01 emenda ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, e pela rejeição da emenda. Em seguida, o Presidente em exercício declarou aberta a discussão. O Deputado Jorge Bittar, solicitou esclarecimentos ao relator sobre a emenda apresentada ao Projeto de Decreto Legislativo, e foi atendido. Às dezoito horas e vinte e um minutos, o Deputado Virgílio Guimarães, Terceiro Vice-Presidente, assumiu a Presidência. O Deputado Helenildo Ribeiro discutiu a matéria. Em seguida, o Deputado Jorge Bittar solicitou o adiamento da apreciação do Relatório, obtendo acolhimento da Presidência. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente em exercício informou aos Parlamentares que conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, estaria aberto o prazo de 21 a 28 de março (8 dias) para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo sobre a execução orçamentária de contratos relativos ao seguinte Subtítulo: Construção de Anel Rodoviário no Corredor Fronteira-Norte – BR–364/AC – em Rio Branco, constante do Quadro VII, anexo à Lei Orçamentária para 2002. Relator: Senador Gilberto Mestrinho. ENCERRAMENTO: Às dezoito horas e trinta e dois minutos, o Presidente em exercício, Deputado Virgílio Guimarães encerrou a reunião, antes convocando os membros para a 4ª Reunião Ordinária, a ser realizada às 14:30 do dia 26 de março de 2002. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Santos Filho,** Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 3ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 04, de 2002.

Passo a ler os seguintes expedientes:

I) Correspondência interna recebida:

1) Ofício Circular Interno nº 004, de 12 de março de 2002, do Deputado Enivaldo Ribeiro, comunicando sua posse na Presidência da Comissão de Legislação Participativa, tendo como Segundo Vice-Presidente o Deputado Costa Ferreira e como Terceiro Vice-Presidente a Deputada Luiza Erundina.

2) Ofício nº 003, de 12 de março de 2002, do gabinete do Deputado Rodrigo Maia, comunicando sua posse na Presidência da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, juntamente com os Deputados Gerson Gabrielli, Jair Meneguelli e José Múcio Monteiro.

Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão deferidos pela Presidência:

Ofício nº 71, de 5 de março, do gabinete do Deputado Santos Filho, comunicando sua ausência no período de 5 a 7 de março.

Expediente do gabinete da Deputada Zila Bezerra, de 7 de março, comunicando sua ausência por 83 dias a partir de 19 de fevereiro de 2002.

Ofício nº 14, de 19 de março, do gabinete do Deputado Sérgio Barros, comunicando sua ausência no período de 12 a 18 de março.

Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

Ofício nº 79, de 13 de março, do Deputado João Paulo, Líder do PT, indicando o Deputado Jorge Bittar, do PT do Rio de Janeiro, em substituição ao Deputado Virgílio Guimarães.

II) Correspondência externa recebida:

1) Ofício nº 982, de 8 de março, do Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Dr. Fábio de Oliveira Barbosa, sobre a avaliação do cumprimento de meta do terceiro quadrimestre de 2001, conforme disposto no art. 18 da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001) e no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estas informações foram solicitadas pelos membros da Comissão durante a realização da 1ª reunião de audiência pública, em 26 de fevereiro de 2002. Cópia deste Ofício foi encaminhada aos membros em 12 de março do ano em curso.

2) Ofício nº 278, de 8 de março, do Deputado Mauri Torres, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, convidando o Presidente desta Comissão para participar de reunião de audiência pública no dia 20 de março, às 10h30min.

3) Ofício nº 123/2002, de 15 de março, do Sr. Vicente da Silva Moreira Filho, Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI), informando que recebeu da Secretaria de Controle Externo do Piauí as decisões adotadas pelo Tribunal de Contas da União nº 1.092/2001, sobre a Barragem Algodões II, Município de Curimatá, e nº 1.054/2001 – Barragem Tinguís, Município de Brasileira.

4) Expediente de 18 de março, do Diretor-Presidente de FURNAS – Centrais Elétricas S.A., Sr. Luiz Carlos Santos, solicitando a retirada do empreendimento da UHE Serra da Mesa do Quadro VII da Lei nº 10.407/2002.

Expedientes encaminhando o Relatório de Gestão Fiscal, em atendimento ao disposto no art. 55, inciso I, alínea "a" e § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal:

– do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, referente do período de janeiro a dezembro de 2001.

– do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, referente ao período de janeiro a dezembro de 2001.

Avisos/SGS encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

1) nº 286, de 20 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 76/2002, sobre auditoria realizada na CODEVASF (construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica/obras de infra-estrutura em Municípios da região do Baixo São Francisco (Canal de Xingó).

2) nº 302, de 20 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 79/2002, sobre auditoria realizada no DER/SP – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (obras de duplicação da Rodovia BR-381 – Fernão Dias – em São Paulo).

3) nº 314, de 22 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 35/2002, sobre auditoria realizada nas obras de construção de anel rodoviário no corredor fronteira norte/BR-364/AC.

4) nº 319, de 27 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 112/2002, sobre auditoria realizada na Secretaria do Estado de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário/RJ – obras de construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais no Estado do Rio de Janeiro.

5) nº 330, de 27 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 128/2002, sobre representação formulada por equipe de auditoria em virtude da não apresentação dos documentos requisitados por equipe de auditoria, em ação de fiscalização, sobre auditoria realizada no DER/RR – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Roraima (obras de construção e pavimentação das Rodovias BR-401, BR-210 e RR-319).

6) nº 333, de 27 de fevereiro, encaminhando cópia da Decisão nº 111/2002, sobre auditoria realizada nas obras do Projeto de Irrigação de Três Barras, em Cristalina/GO.

7) nº 402, de 13 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 182/2002, sobre representação originária de Relatório Parcial da Subcomissão Especial da Câmara dos Deputados para análise de denúncias de irregularidades no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério — FUNDEF.

8) nº 404, de 13 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 178/2002, sobre acompanhamento da licitação sobre a obra de construção de barragem no Ribeirão João Leite, que visa a complementar o abastecimento de água da cidade de Goiânia.

9) nº 405, de 13 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 179/2002, sobre auditoria realizada nas obras de construção de contorno rodoviário em Colatina/ES, no Corredor Leste/BR-259/ES.

10) nº 406, de 13 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 177/2002, sobre auditoria realizada nas obras de construção e ampliação de bens imóveis da Fundação Universidade do Amazonas.

11) nº 458, de 18 de março, encaminhando cópia do Acórdão nº 067/2002, sobre auditoria realizada nas obras do projeto de duplicação da BR-230 no trecho João Pessoa/Campina Grande, Estado da Paraíba.

Aviso encaminhado pelo Congresso Nacional:

Aviso nº 01, de 24 de janeiro, de autoria do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal cópia da Decisão nº 006/2002, considerando cumpridas as exigências de emissão, publicação e encaminhamento de contas dos relatórios de gestão fiscal relativos ao primeiro quadrimestre de 2001, por parte dos poderes e órgãos da esfera federal referidos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Distribuição de matérias:

Foram encaminhados aos gabinetes os cronogramas de tramitação das seguintes matérias, com os respectivos relatores:

Projetos de lei:

Projeto de Lei nº 01/2002-CN: Relator designado: Deputado João Coser.

Projeto de Lei nº 02/2002-CN: Relator designado: Deputado Jorge Bittar.

Projeto de Lei nº 03/2002-CN: Relator designado: Senador Paulo Hartung.

Medida Provisória:

Medida Provisória nº 34/2002-CN, de 15 de fevereiro de 2002, que "abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, no valor global de R$805.000.000,00 (oitocentos e cinco milhões de reais), para os fins que especifica".

Relator designado: Deputado Milton Monti.

Mensagem:

Mensagem nº 14/2002-CN, que "comunica ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que os limites de movimentação e empenho do Poder Executivo foram ampliados, conforme esclarecido na Exposição de Motivos Interministerial nº 518/MP/MF, de 27 de dezembro de 2001".

Relator designado: Deputado Arnon Bezerra.

Subtítulos constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002):

1) Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica/obras de infra-estrutura em Municípios da região do Baixo São Francisco (Canal de Xingó) – SE. Relator designado: Deputado Alberto Goldman.

2) Construção de anel rodoviário no corredor fronteira norte – BR-364/Acre, em Rio Branco.

Relator designado: Senador Gilberto Mestrinho.

3) Duplicação de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano – BR-381/São Paulo – Divisa de Minas Gerais/São Paulo – Entroncamento BR-116. Relator designado: Deputado Santos Filho.

Comunico que, em razão do comparecimento do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dr. Martus Tavares, e da Fazenda, Dr. Pedro Malan, no último dia 27 de fevereiro, foi prejudicado o Requerimento nº 001/2002, de autoria dos Deputados Pedro Celso, Virgílio Guimarães e Wellington Dias, solicitando a convocação do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão para prestar esclarecimentos sobre a limitação de movimentação e empenho das dotações orçamentárias do Orçamento Geral da União para 2002 – Decreto nº 4.120, de 7 de fevereiro de 2002.

Foi retirado pelo autor, Deputado Virgílio Guimarães, o Requerimento nº 002/2002, em que solicitava o comparecimento do Ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, para prestar esclarecimentos sobre a alocação dos recursos de emenda parlamentar da mesorregião do Vale do Jequitinhonha – Mucuri, e do Diretor-Geral do DNID – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, para prestar esclarecimentos sobre as notícias publicadas no Correio Braziliense de 20 de fevereiro de 2002.

Ordem do Dia.

Pauta nº 04.

I) Declaração de prejudicialidade às seguintes matérias, nos termos do disposto no art. 334, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal:

1) Aviso-SF Tribunal de Contas da União-222-GP/1990. "Do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, comunicando que em sessão plenária realizada em 25 de abril próximo passado acolheram o relatório e o voto do ilustre Relator, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, proferidos no TC nº 006.168/89–2, constitutivo da Tomada de Contas do

exercício de 1988 do Senado Federal, julgando regulares as referidas contas".

Solicito o arquivamento da matéria.

2) Aviso-SF TCU-620/1990, "do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal cópias do Relatório e do Voto do Relator, do Relatório de Auditoria e seus respectivos anexos, bem como do parecer do senhor representante do Ministério Público, Dr. Francisco de Salles Mourão Branco, no processo originário do relatório de auditoria operacional realizada na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, na área do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR, abrangendo o período de 29 de março a 5 de maio de 1989".

Solicito o arquivamento da matéria.

3) Aviso-SF Tribunal de Contas da União-639/1990, "do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal cópia do relatório de Auditoria e do Relatório/Voto do Relator, atinentes ao estudo de Auditoria Operacional do PROÁLCOOL".

Solicito o arquivamento da matéria.

4) Aviso-SF TCU-724-GP/1990, "Do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Senado Federal cópia do Relatório de Auditoria e do Relatório/Voto do Relator, atinentes ao estudo de auditoria operacional do PROÁLCOOL".

Solicito o arquivamento da matéria.

5) Aviso-SF TCU-409-GP/1991, "do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando Relatório e Voto proferidos sobre a observância de prazos para a apresentação de contas àquele Tribunal".

Solicito o arquivamento da matéria.

6) Aviso-SF TCU-465/1991, "do Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o relatório das atividades daquele órgão referentes ao segundo semestre do corrente ano, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal".

Solicito o arquivamento da matéria.

7) Ofício nº 174/1991– Congresso Nacional, "do Presidente do Banco da Amazônia S.A, encaminhando, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o balanço do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO".

Solicito o arquivamento da matéria.

8) Diversos-01/1992-Congresso Nacional. Aviso nº 226 –TCU/1992, "do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do relatório e voto do Sr. Ministro-Relator, Luciano Brandão Alves de Souza, no exame das tomadas de contas dos órgãos que menciona, bem como da decisão Plenária nº 52/92, daquele Tribunal".

Solicito o arquivamento da matéria.

9) Diversos-002/1995-CN, "do Sr. Senador Gilberto Miranda, participando ao Presidente do Senado Federal, para as providências cabíveis, que após divulgação do Parecer nº 22, de 1994, CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o PL nº 03/94-CN (Lei Orçamentária Anual de 1995), foram detectados alguns erros na parte final do anexo que discrimina as emendas aprovadas e as aprovadas parcialmente".

Solicito o arquivamento da matéria.

10) Requerimento S/Nº 1995-CN, "do Sr. Deputado Gerson Peres, requerendo a regularização de duas emendas de sua autoria para o Orçamento de 1995".

Solicito o arquivamento da matéria.

11) Diversos-02/1996-CN. Ofício nº 42/1996, que "encaminha ao Senado Federal um exemplar do documento intitulado Pacto Nordeste; Ações Estratégicas para um Salto do Desenvolvimento Regional, aprovado na reunião do Conselho Deliberativo".

Solicito o arquivamento da matéria.

12) Diversos-05/1996-CN. Ofício GAPRE nº 407/1996, que "encaminha ao Congresso Nacional as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), posição em 31 de dezembro de 1995.

Solicito o arquivamento da matéria.

13) Diversos-07/1996-CN. Aviso nº 305-GP-TCU/1996, que "encaminha ao Presidente do Congresso Nacional o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referentes ao exercício de 1995".

Solicito o arquivamento da matéria.

14) Diversos-09/1996-CN. Ofício nº 184/1996, que "encaminha ao Congresso Nacional as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), posição de 31 de dezembro de 1995.

Solicito o arquivamento da matéria.

15) Diversos-10/1996-CN. Aviso nº 335-SGS-TCU/ 1996, que "encaminha para conhecimento cópia da Decisão nº 380 de 1996, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 26 de junho de 1996, bem como dos respectivos Relatório e voto que a fundamentam (TC 001058/95-9)".

Solicito o arquivamento da matéria.

16) Diversos-11/1996-CN. Ofício nº 873/1996, que "encaminha ao Senado Federal o Relatório de aplicação do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAF".

Solicito o arquivamento da matéria.

17) Diversos-12/1996-CN. Ofício nº 976-GP-TCU/1996, que "encaminha ao Senado Federal o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao segundo trimestre de 1996".

Solicito o arquivamento da matéria.

18) Diversos-13/1996-CN. Aviso nº 533-SGS-TCU/1996, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 610, de 1996, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 25 de setembro do corrente ano, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 005.708/94 –0).

Solicito o arquivamento da matéria.

19) Diversos-14/1996-CN. Aviso nº 624-SGS-TCU/1996, que "encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 753/96, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 20 de novembro de 1996, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam (TC nº 003236/94-3)".

Solicito o arquivamento da matéria.

20) Diversos-15/1996-CN. Aviso nº 1.481-GP, que "encaminha ao Senado Federal o relatório das atividades do Tribunal de Contas da União referente ao terceiro trimestre de 1996".

Solicito o arquivamento da matéria.

21) Diversos-03/1997-CN. Aviso nº 200-GP-TCU/1997, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao quarto trimestre de 1996".

Solicito o arquivamento da matéria.

22) Diversos-06/1997-CN. Aviso nº 288-GP-TCU/1997, que "encaminha ao Senado Federal Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao exercício de 1996".

Solicito o arquivamento da matéria.

23) Diversos-07/1997-CN. Ofício nº 144/1997, que "encaminha ao Senado Federal as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 1996, onde se encontram, entre outros documentos, os balanços do Fundo, devidamente autorizados".

Solicito o arquivamento da matéria.

24) Diversos-10/1997-CN. Ofício 492-GAPRE/1997, que "encaminha ao Senado Federal as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31 de dezembro de 1996".

Solicito o arquivamento da matéria.

25) Diversos-12/1997-CN. Aviso nº 272-TCU/1997, que "encaminha ao Congresso Nacional cópia da Decisão nº 225/97, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 30 de abril de 1997, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam (TC 015.435/95-4).

Solicito o arquivamento da matéria.

26) Diversos-13/1997-CN. Aviso 497-TCU/1997, que "encaminha ao Senado Federal Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referentes ao primeiro trimestre de 1997".

Solicito o arquivamento da matéria.

27) Diversos-14/1997-CN. Ofício PRESI nº 365/1997, que "encaminha ao Senado Federal as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 1996, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)".

Solicito o arquivamento da matéria.

28) Diversos-18/1997-CN. Aviso nº 1.649-GP-TCU/1997, que "encaminha ao Senado Federal Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União referente ao segundo trimestre de 1997".

Solicito o arquivamento da matéria.

29) Diversos-19/1997-CN. Ofício GAPRE nº 1.067/1997, que "encaminha ao Senado Federal as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 30 de junho de 1997".

Solicito o arquivamento da matéria.

30) Diversos-21/1997-CN. Ofício SECEX nº 707/1997, que "encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 1997, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Solicito o arquivamento da matéria.

31) Diversos-23/1997-CN. Aviso nº 1.898-TCU/1997, que "encaminha ao Senado Federal Relatório das Atividades deste Tribunal, referente ao terceiro trimestre de 97".

Solicito o arquivamento da matéria.

32) Diversos-1/1998-CN. GAPRE nº 155/1998, que "encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Finan-

ciamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31 de dezembro de 1997".

Solicito o arquivamento da matéria.

II) Apreciação dos Relatórios apresentados às seguintes matérias constantes do Quadro VII da Lei n.º 10.407, de 10 de janeiro de 2002 (Lei Orçamentária para 2002).

Item 2. Adequação de trechos rodoviários do Corredor Nordeste-BR-232/PE, Recife/Caruaru, da Unidade Orçamentária 39.252-DNIT.

Relator: Deputado Santos Filho.

Não foram apresentadas emendas ao Parecer e ao Projeto de Decreto Legislativo.

Voto: pela autorização da execução dos contratos oriundos do convênio PG-233/99-00 (406758), na forma do projeto de decreto legislativo apresentado.

Convido o nobre Deputado Osvaldo Coelho, Parlamentar mais antigo desta Comissão, para assumir a Presidência enquanto este Relator faz a leitura da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osvaldo Coelho) – Concedo a palavra ao Deputado Santos Filho, para proceder à leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Pauta n.º 4, de 2002.

Item 2. Apreciação do Relatório apresentado ao Subtítulo nº 26.782.0235.5728.0009 – adequação de trechos rodoviários no Corredor Nordeste, BR-232/PE, Recife-Caruaru, da Unidade Orçamentária 39.252-DNIT, constante do Quadro VII da Lei n.º 10.407, de 10 de janeiro de 2002 (Lei Orçamentária para 2002).

Relatório.

Introdução.

Trata o presente parecer de contratos relativos ao Subtítulo n.º 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste, BR-232/PE, Recife-Caruaru (condicionado ao atendimento do art. 12 desta lei), constante do Quadro VII anexo à Lei n.º 10.407, de 10 de janeiro de 2002, os quais encontram-se com sua execução orçamentária suspensa por força da incidência da norma insculpida no art. 12, **caput**, que assim apregoa: "Nos termos do art. 83, § 7º da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2002, é vedada a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e do Congresso Nacional."

Sr. Presidente, como já foi distribuída cópia do relatório aos Srs. Deputados e a matéria já está aqui há dias, solicito a V.Exa. a dispensa da sua leitura, passando ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osvaldo Coelho) – Consulto o Plenário quanto à proposição do Relator Santos Filho. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Voto do Relator.

Conforme salientado pelo Plenário do Tribunal de Contas da União na Decisão n.º 1.090, de 2001, as irregularidades detectadas em procedimento de auditoria não impedem a continuidade da execução das obras na BR-232/PE, por não possuírem natureza grave e não terem ensejado dano ao Erário. Além disso, a adoção de uma outra espécie de providências poderia acarretar prejuízos à Administração, como salientou o nobre Ministro Benjamin Zymler. Desta forma, não existem motivos para a manutenção da vedação à execução dos recursos consignados à obra, podendo a mesma ser liberada.

Em face do exposto, voto pela autorização da execução dos contratos oriundos do Convênio PG-233/99-00 (406758), no âmbito da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União de 2002 na classificação funcional-programática 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste, BR-232/PE, Recife–Caruaru (condicionada ao atendimento do art. 12 desta lei), na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

Sala da Comissão, fevereiro de 2002. – Deputado **Santos Filho.**

Projeto de Decreto Legislativo.

Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002, no Subtítulo 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste, BR-232-PE, Recife–Caruaru (condicionada ao atendimento do art. 12 desta lei), da Unidade Orçamentária 39.252-DNIT.

O Congresso Nacional decreta:

"Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos consignados pelo Orçamento Fiscal da União para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002) no Subtítulo 26.782.0235.5728.0009 – Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste, BR-232/PE, Recife-Caruaru (con-

dicionada ao atendimento do art. 12 desta lei), da Unidade Orçamentária 39.252-DNIT, para a execução de contratos oriundos do Convênio PG-233/99-00 (406758).

Art. 2º – O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução dos contratos mencionados no artigo anterior, na dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 31 de agosto do presente exercício financeiro.

Art. 3º. Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Osvaldo Coelho) – Em discussão o relatório do nobre Deputado Santos Filho.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação na Câmara dos Deputados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, quero fazer um requerimento preventivo.

Sou Relator do projeto do fundo partidário. Já concluímos o relatório e estamos apenas acertando alguns detalhes. Precisamos aprová-lo hoje, porque interessa a todos os partidos políticos.

Então, solicito a V.Exa. a sua inclusão em uma pauta extra ainda hoje para garantir a sua aprovação antes que se inicie o processo de votação na Câmara dos Deputados.

Solicito a V.Exa. que, invertendo a pauta, encaminhe o debate logo que o documento chegue a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência consulta o Plenário sobre a solicitação do nobre Deputado João Coser. *(Pausa.)*

Havendo concordância do Plenário, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Item 3.

Modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino no Distrito Federal.

Relator: Senador Tião Viana, que não se encontra no plenário neste momento.

Não foram apresentadas emendas ao parecer nem ao projeto de decreto legislativo.

O voto é pela autorização da execução orçamentária nos termos do decreto legislativo apresentado.

Solicito ao nobre Deputado João Coser que leia o relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER –

"Relatório.

Por meio do Ofício nº P-016/2002, de 28 de fevereiro de 2002, o ilustre Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Carlos Bezerra, dá-nos ciência da nossa designação para relatar o Subtítulo 12.364.0041.5081.0053 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino no Distrito Federal (...)

O referido subtítulo consta do Quadro VII da aludida lei, cuja execução encontra-se embargada, até deliberação em contrário desta Comissão, em face de indícios de gestão irregular de recursos, apurados pelo TCU.

A cooperação do TCU no fornecimento de elementos para orientar o processo de apreciação da proposta orçamentária, além de sua função constitucional de órgão auxiliar do Congresso Nacional no exercício das funções de fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial da União (CF, arts. 70 e 71), decorre de expresso mandamento legal, previsto no art. 83 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001 – LDO/2002. Nesse dispositivo, encontra-se previsto o envio a esta Comissão de relação de obras custeadas com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nas quais tenham sido detectados indícios de irregularidades ou de danos ao Erário.

Análise.

A lei orçamentária para o exercício financeiro de 2002 – LOA/2002 – contempla dotação no valor de R$ 17.217.535,00, alocada à funcional e programática 12.364.0041.5081.0053 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino no Distrito Federal, obra em execução sob responsabilidade da Fundação Universidade de Brasília.

A inclusão de dotação na lei orçamentária, contemplando obras com indícios de irregularidades graves constatadas pelo TCU, ficou cercada das devidas cautelas, haja vista as restrições contidas no texto da lei orçamentária anual, Lei nº 10.407/2002 (...)

Em cumprimento ao dispositivo supratranscrito, o TCU encaminhou a esta Comissão, por meio do Aviso nº 5709-SGS-TCU, cópia da Decisão nº 773/2001, referente ao relatório de levantamento de auditoria realizada na Fundação Universidade de Brasília, por meio do Sistema Fiscobras, em cumprimento à Decisão Plenária nº 122/2001, Sessão de 14 de março de 2001, com o objetivo de subsidiar o Congresso Nacional na elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2002.

Conforme o relatório de auditoria apresentado na referida decisão, inicialmente, foram verificadas irregularidades nos contratos firmados pela Fundação Universidade de Brasília para a execução das obras, o que ensejou a realização de audiência preliminar dos responsáveis.

Com base nos documentos apresentados pela Fundação Universidade de Brasília, a Unidade Técnica, 6ª Secretaria de Controle Externo (6ª SECEX), acolheu as razões e justificativas apresentadas, bem como asseverou que as irregularidades constatadas não ocasionaram dano ao Erário e que as demais falhas foram de caráter formal. No entanto, propus diversas determinações à entidade, as quais deverá saná-las, assim como evitar a reincidência nas irregularidades e falhas formais apresentadas no processo.

Vale destacar que o TCU, na decisão em tela, fez referência explícita aos Contratos nºs. 203/2000, 601/2000 e 602/2000, constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, Lei Orçamentária para 2002, não restando, portanto, limitações à total execução do crédito orçamentário.

Voto do Relator.

Diante de todo o exposto, e de acordo com decisão do Tribunal de Contas da União, o nosso voto é pela autorização da execução orçamentária da dotação consignada no Subtítulo 12.364.0041.5081.0053 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Institucionais Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino no Distrito Federal, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo em anexo."

É este o teor do projeto:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a executar a dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 (Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002), do Subtítulo 12.364.0041.5081.0053 – Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Institucionais Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino no Distrito Federal, da Unidade Orçamentária 26.271 – Fundação Universidade de Brasília – FUB, no valor de R$ 17.217.535,00 (dezessete milhões, duzentos e dezessete mil, quinhentos e trinta e cinco reais).

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação."

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão o parecer do nobre Senador Tião Viana, lido pelo nobre Deputado João Coser. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco o parecer em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 4.

Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) (Ivaiporã–Itaberá–Tijuco Preto).

Relator: Deputado Narcio Rodrigues.

Não foram apresentadas emendas ao parecer e ao projeto de decreto legislativo.

O voto é pela autorização da execução dos contratos pertinentes ao Subtítulo 25.752.0296.3422.0001 – Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP) (Ivaiporã–Itaberá–Tijuco Preto) (585 quilômetros de Linha de Transmissão e Subestações Associadas) – Nacional (condicionado ao atendimento do art. 12 desta lei), mantendo suspensa a execução quanto aos Contratos nºs. 12.279, 12.545, 12.547, 12.686, 12.926, 12.973, 12.977, 12.979, 13.313 e 13.386, no âmbito da dotação consignada no Orçamento de Investimentos da União de 2002, na forma do projeto de decreto legislativo apresentado.

Ausente o Deputado Narcio Rodrigues, solicito ao Deputado Ricardo Barros que leia o parecer do nobre Relator.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS –

"Voto.

De início, vale destacar que a competência para liberar ou bloquear recursos orçamentários e financeiros para a execução de obras não é deste Tribunal,

mas sim do Congresso Nacional, após parecer prévio de sua Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Este Tribunal atua apenas de forma subsidiária, fornecendo àquela Comissão o resultado de auditorias realizadas em obras incluídas no Orçamento da União (...)

É certo, no entanto, que a transmissão ao Congresso Nacional das impressões desta Corte acerca das várias obras públicas envolve uma enorme massa de informação, que deve ser trabalhada por aquela Casa em curto espaço de tempo. Nesse processo, podem ocorrer imprecisões, derivadas de informações confusas ou de interpretações equivocadas.

Assim é que não vejo óbice a que este Tribunal, sem questionar a decisão daquela Casa, venha a esclarecer exatamente quais as restrições apontadas às obras custeadas com recursos do Programa de Trabalho 25.752.0296.3422.0001 – 'Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP), 585 quilômetros de Linha de Transmissão e Subestações' (...)

De fato, como se verifica, as irregularidades tidas como graves, apontadas pela SECEX/PR, dizem respeito a contratos específicos, à exceção daquele apontada na alínea 'b.9' retro, que não se refere à execução das obras, mas da programação orçamentária.

No entanto, apesar da especificidade das irregularidades, o Quadro VII da Lei nº 10.407 assinalou que as irregularidades relacionadas ao Programa de Trabalho 25.725.0296.3422.0001 – Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR) – São Paulo (SP), seriam do tipo 'Funcional'.

Nesse sentido, lembro que o art. 12 da referida lei vedou 'a execução orçamentária e financeira dos contratos, convênios, parcelas ou subtrechos relacionados a obras ou serviços que apresentem indícios de irregularidades graves, apontados pelo Tribunal de Contas da União, constantes do Quadro VII, em anexo, até deliberação em contrário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e do Congresso Nacional', e em seu § 2º explicitou que 'quando não constar a indicação de contratos, convênios, parcelas ou subtrechos em programa de trabalho constante do Quadro VII, em anexo, fica vedada a execução do crédito orçamentário do subtítulo correspondente'.

Ante tais dispositivos, da forma que a irregularidade ficou consignada no Quadro VII da Lei nº 10.407/2002, encontra-se vedada toda a execução orçamentária e financeira do referido Programa de Trabalho, e não apenas aquela relativa aos contratos analisados e ressalvados por este Tribunal.

Assim, considerando a pontualidade das questões tidas – ainda em caráter provisório – como irregulares por esta Corte e ante a relevância das obras ligadas ao setor elétrico, em face da difícil situação que atravessa o País, não vejo óbice a que, a pedido do interessado, se dê conhecimento do fato ao Congresso Nacional (...)

Ante o exposto, voto no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao Colegiado."

Sr. Presidente, o voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Deputado Narcio Rodrigues mantenham-se como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Deputado Narcio Rodrigues permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que submeta ao Plenário o parecer do projeto dos fundos partidários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, já estão sendo tiradas as cópias do crédito e do parecer. Logo deverão estar na Comissão. V.Exa. pode ficar tranqüilo.

Item 5.

Requerimento nº 4, de 2002, dos Srs. Deputados Virgílio Guimarães, Jorge Bittar e Sérgio Miranda, convidando os Srs. Paulo Renato Souza, Ministro da Educação; João Pimenta da Veiga Filho, Ministro das Comunicações, e Renato Navarro Guerreiro, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, com vistas a abordar a questão da execução do Programa de Universalização dos Serviços de Telecomunicações em 2001 e 2002.

Com a palavra o nobre Deputado Jorge Bittar, um dos autores e signatários do requerimento.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, acredito que V.Exas. têm conhecimento dos problemas que envol-

veram a licitação para posterior implementação de um dos importantes projetos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, denominado Telecomunidade, que se destina a informatizar todas as escolas de nível médio e de ensino profissionalizante do País. É um projeto de inquestionável importância para todos nós.

Houve uma série de divergências quanto a aspectos importantes do edital. O edital inicial elaborado e tornado público pela ANATEL estabeleceu regras para a licitação que, na verdade, acabaram por impedir a participação de uma quantidade maior de empresas no processo, já que os participantes limitavam-se às empresas concessionárias de serviços de telecomunicações e não a todos os prestadores desse serviço. Houve divergência quanto ao tipo de plataforma de **software** a ser utilizado, se plataforma de arquitetura fechada da Microsoft, ou seja, a plataforma **Windows**, ou uma plataforma aberta.

Essas questões foram objeto de ações na Justiça, que acabaram por inviabilizar o edital e, posteriormente, os Deputados Virgílio Guimarães, Sérgio Miranda e eu tivemos a oportunidade de conversar sobre o assunto com o Ministro Pimenta da Veiga.

Confesso que houve avanços e acredito que estamos muito próximos de um entendimento. Creio que uma audiência pública desse tipo poderá gerar grande contribuição no sentido de que finalmente consigamos encontrar um denominador comum, que permita, com a máxima brevidade, a implantação desse projeto. Daí a razão deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Obrigado, Deputado.

Continua em discussão o requerimento do nobre Deputado Jorge Bittar.

Concedo a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, já votamos outros projetos, outras liberações de recursos que estavam pendentes no Tribunal de Contas. Este é mais um caso.

Preocupa-me, primeiro, que estamos autorizando a liberação de recursos para obras que estavam pendentes no ano passado, logicamente, para execução com recursos orçamentários deste ano. Não pode constar como restos a pagar porque não podia ser empenhado, estava **sub judice**. Assim, não podia ser autorizado o serviço porque o empenho já é uma autorização. Esta a primeira questão.

É necessário saber se a obra está inscrita em restos a pagar ou na previsão orçamentária deste ano, e estamos apenas destravando para que seja tocada.

Gostaria de maiores esclarecimentos a respeito, talvez do Líder Ricardo Barros. Se está como restos a pagar, é uma ilegalidade. Se há recursos neste ano para a obra, avançamos no sentido da liberação, uma vez que, pelos Relatores e pelo Tribunal de Contas, a obra pode prosseguir. Gostaria que alguém me explicasse melhor, para não incorrermos em erro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Giovanni Queiroz, esta Presidência não pode responder ao questionamento de V.Exa. neste momento. Mas vou procurar saber de que maneira isso está sendo conduzido. Os que já foram aprovados hoje ficam condicionados...

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Ao Plenário. Até lá, podemos melhorá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exato. O questionamento de V.Exa. é procedente, porque os que foram empenhados no ano passado não o podiam neste ano.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Portanto, precisamos saber se os recursos estão previstos no Orçamento de 2002. Espero que o nobre Líder do Governo termine seus telefonemas e possa nos esclarecer sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – De qualquer forma, vamos aprovar este, condicionando nossa posição nesta Comissão a uma revisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esse esclarecimento é importante, porque há dezenas de casos nessas condições, e outros ainda virão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Perfeito. Devemos também alertar os Relatores para que melhor investiguem essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exato. Procuraremos informar a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não havendo mais quem queira discutir o requerimento dos nobres Deputados Virgílio Guimarães, Jorge Bittar e Sérgio Miranda, submeto-o à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Sr. Presidente, gostaria de proceder a uma análise sobre o quadro preocupante das decisões que estão sendo tomadas em nosso contexto administrativo.

No ano passado, uma empresa que estava construindo uma adutora no interior de Alagoas, na região do semi-árido alagoano, sofreu uma impugnação por parte de técnicos do Tribunal de Contas sob o argumento de que o objetivo era irrigação e não abastecimento de água. Depois ficou bem esclarecido que os objetivos de natureza técnica foram plenamente atendidos, e o Tribunal de Contas da União enviou expediente à Comissão aprovando a autorização de liberação desses recursos. Bastava o decreto legislativo.

Essa obra vem se arrastando há quatro anos. Somente em Alagoas, 300 mil pessoas serão prejudicadas pela não-conclusão dessa obra, idealizada para matar a sede de quem necessita de água. Houve o impasse que todos presenciamos naquela noite e, lamentavelmente, os trabalhos foram suspensos, com relatórios já elaborados e faltando apenas a aprovação praticamente simbólica da Casa, porque o Tribunal de Contas já se tinha pronunciado sobre a legalidade do processo.

Fizemos uma exposição de motivos, o Deputado Osvaldo Coelho e eu mantivemos contato com o Presidente, que nos encorajou a dar seqüência a esse trabalho. As principais lideranças do Senado e da Câmara assinaram o projeto, mais de trinta Deputados com assento nesta Comissão firmaram seu apoio político e, estranhamente, o projeto parou. Isso prejudicou todos nós.

Portanto, fazemos um apelo de natureza política a esta Comissão para que libere recursos a todas essas obras que, se não forem concluídas, fatalmente haverá estado de calamidade pública naquelas regiões. Naquela madrugada, sob o impacto da emoção causada pela catástrofe ocorrida no Rio de Janeiro, foi aprovado projeto com as mesmas características.

Deixo o apelo a V.Exa., Deputado Santos Filho, para que submeta ao Presidente Carlos Bezerra, com quem já mantivemos contato, o pedido para que mande buscar esse projeto e, à Comissão, para que lhe dê apoio político. A partir daí, podemos discutir os aspectos legais. Mas é importante o apoio político da Comissão, tendo em vista as perspectivas profundamente aviltantes para aquelas regiões se as obras não forem executadas.

Deixo esse apelo a todos os companheiros e a V.Exa. para que mande buscar o processo e lhe dê apoio político. Discutiríamos depois os aspectos legais a fim de firmarmos pelo menos solidariedade às milhares de pessoas que precisam de água para atender às suas necessidades humanas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Divaldo Suruagy, a Presidência entende as preocupações de V.Exa. Não acompanhei esse processo pessoalmente, e V.Exa. manteve, junto com o nobre Deputado Osvaldo Coelho, entendimento com o Presidente da Comissão, o nobre Senador Carlos Bezerra.

Quando V.Exa. nos falou ontem sobre o assunto, fui ouvir a área técnica, e a Comissão foi informada de que ainda não estavam sanados os graves indícios de irregularidades. O Senador Carlos Bezerra, segundo a Secretária Myrna, solicitou nota técnica sobre o assunto. Espero que nossa Assessoria a forneça o mais rápido possível. Proponho-me, junto com V.Exa., a voltar a conversar com o Presidente Carlos Bezerra, porque não posso tomar uma decisão política sozinho. O Plenário logicamente teria de ser ouvido, mas como foi um entendimento tratado e mantido com o Senador Carlos Bezerra, preferiria, já que estou exercendo a Presidência eventualmente, que ouvíssemos a decisão do Presidente, Senador Carlos Bezerra. Coloco-me à disposição de V.Exa. para fazê-lo. Hoje é o dia marcado para o discurso do ex-Presidente José Sarney, no Senado, que é do mesmo partido do Senador Carlos Bezerra, e que está naquela Casa. Mas proponho-me a agilizar este assunto para V.Exa.

O SR. DEPUTADO DIVALDO SURUAGY – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, peço desculpas a V.Exa. pela inconveniência,

mas gostaria que invertesse a pauta e colocasse em apreciação a Extrapauta nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência já havia concordado com V.Exa. A inversão já foi aprovada pelo Plenário, falta apenas chegar o material.

Da Extrapauta nº 3 consta o relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 01, de 2002, do Congresso Nacional, que abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de 26 milhões de reais em favor da Justiça Eleitoral, para reforço e dotação constante do Orçamento vigente.

O Relator é o nobre Deputado João Coser.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

O voto é favorável, nos termos propostos.

Com a palavra o nobre Deputado João Coser.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Relatório.

O Exmo. Sr. Presidente da República, por meio da Mensagem nº 44, de 2002, do Congresso Nacional (nº 148, de 2002, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei abrindo ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral – Fundo Partidário, crédito suplementar no valor de 26 milhões de reais, para atender às despesas constantes do Anexo I do projeto de lei em epígrafe.

Os recursos necessários à abertura do crédito suplementar decorrerão da anulação parcial da Reserva de Contingência, e o projeto atende solicitação contida no Ofício nº 789/PRESI, de 28 de fevereiro de 2002, do Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Emendas.

Não foram apresentadas emendas ao presente projeto, no prazo regimental.

Voto.

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e seu detalhamento acha-se conforme as exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 01, de 2002, do Congresso Nacional, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão o Projeto de Lei nº 01, de 2002, e o relatório do nobre Deputado João Coser.

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Em votação, na Câmara dos Deputados, o parecer do nobre Deputado João Coser.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Deputado João Coser permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Este projeto, na realidade, é unanimidade em toda a Casa.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, tinha combinado com os Deputados Giovanni Queiroz e Sérgio Miranda, que se retirou, que os requerimentos ficariam para a reunião de amanhã, porque há requerimento do Deputado Sérgio Miranda a ser votado e é interesse nosso aprovar o requerimento do Deputado Giovanni Queiroz sobre esclarecimentos ao BNDES.

Gostaríamos ainda de verificar a possibilidade de votarmos outras matérias que até amanhã estejam aptas a serem apreciadas, até porque haverá sessão do Congresso amanhã, às 14h. Evidentemente, poderemos submeter ao Plenário do Congresso Nacional aquilo que for aprovado na Comissão, pela manhã.

Sr. Presidente, consulto V.Exa., portanto, sobre a possibilidade de suspender esta reunião e convocar outra para amanhã de manhã, para que possamos concluir a votação desses requerimentos e eventualmente votar mais alguma matéria, se houver evidente consenso entre os Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Informo ao nobre Líder do Governo que já votamos inclusive requerimento do nobre Deputado Giovanni Queiroz. Não tinha conhecimento de que havia entendimento para que não colocássemos os requerimentos em discussão e votação.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Magno, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, quero ponderar que quanto ao Item 6 não há acordo com o Governo, porque há semanas aguardamos **quorum** nesta Comissão. E a matéria tem a ver com decoro desta Casa.

Peço a V.Exa. que a coloque sob apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado João Magno, esta Presidência sente-se manietada, porque houve um entendimento entre o nobre Líder do Governo e os Líderes da Oposição. Deveria haver o entendimento de que o nobre Deputado Giovanni Queiroz poderia liberar.

No momento em que foi apresentada questão e o nobre Deputado Ricardo Barros consultou os Deputados Giovanni Queiroz e Sérgio Miranda, este transferiu ao Deputado Giovanni Queiroz a responsabilidade de falar em nome da Oposição.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sr. Presidente, conforme o Deputado Ricardo Barros pode confirmar, não participamos desta questão. Seria importante para nós a votação do requerimento, porque nele se pede informação quanto a um problema que se agrava em Minas Gerais. Queremos facilitar, para que o próprio Deputado não seja exposto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Faço este apelo ao nobre Deputado Giovanni Queiroz: tenha condescendência, como de costume. Votemos esses requerimentos, acho ser isto do maior interesse. Não haverá problemas, a não ser que haja algo da parte do Líder do Governo. O PT não participou desse entendimento.

Faço este apelo ao nobre Deputado Giovanni Queiroz, porque o PT manifestou que não havia esse entendimento da parte deles: vamos votar esses requerimentos, até porque a Comissão tem tido dificuldades para reunir-se.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, não posso falar pelo Deputado Sérgio Miranda. Por mim, não há problema algum em avançarmos na votação dos requerimentos.

O Deputado Sérgio Miranda disse que queria sobrestar uma matéria, não lembro exatamente qual. Creio tratar-se de crédito suplementar para uma entidade. Não está na pauta hoje.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO – Sim, mas não é esse o requerimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Se não é esse o requerimento, altero minha posição: vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em consideração ao nobre Deputado Sérgio Miranda, não tenham dúvidas, aguardaríamos. Mas o requerimento nem consta da pauta, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Vamos votar os requerimentos, vamos avançar.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, tendo em vista que o livro de presença esteve aberto durante a semana, para nós esse senhor estava presente para iniciarmos esta sessão. Liguei para os Líderes do PCdoB, PDT e PT. Não iríamos aproveitar o livro e nos reunir sem a representação dos partidos. O nobre Deputado Sérgio Miranda é Líder da Oposição, mas votaremos sem a presença dele. Que os demais Líderes de oposição assumam a responsabilidade de ligar para o celular de S.Exa. ou que expliquem, depois, que fizemos uma votação em sua ausência. Não tenho restrição aos requerimentos, apenas estou tomando o cuidado de respeitar acordo nosso, porque é importante para o funcionamento da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Líder, sei que é importante, mas há também a participação do maior partido da Oposição, PT, que está presente. Além disso, o nobre Deputado Giovanni Queiroz aquiesceu em analisar e votar apenas os requerimentos. Acho que, com isto, a Comissão ganha. Eu, por exemplo, não poderei presidir os trabalhos de amanhã, porque terei reunião da executiva do meu partido e não sei se o nobre Senador Carlos Bezerra virá. Sempre estou presente nas reuniões desta Comissão. Estive presente todos os dias desta semana. Portanto, acho que não podemos perder esta oportunidade.

Item 6.

Requerimento nº 5, de 2002, dos Srs. Deputados Gilmar Machado, João Magno, Virgílio Guimarães e Walter Pinheiro, que propõe à Comissão adoção de medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos, irregularidades e omissões verificadas na aplicação de recursos do Orçamento Federal nas cidades que integram o Vale do Jequitinhonha – Mucuri e Rio Doce –, no Estado de Minas Gerais.

Com a palavra o nobre Deputado João Magno, um dos autores do requerimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, queremos que o requerimento seja colocado em apreciação. Não há muito a explicar. O requerimento pede maiores informações, a bem da preservação da imagem desta Casa. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão o requerimento.

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com a aprovação do requerimento de autoria dos nobres Deputados Gilmar Machado, João Magno, Virgílio Guimarães e Walter Pinheiro permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento apresentado permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7.

Requerimento, do nobre Deputado Giovanni Queiroz, que convoca o Sr. Sérgio Amaral, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para prestar esclarecimentos sobre a política de aplicações de recursos do BNDES.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Giovanni Queiroz, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, quando da última audiência pública que tivemos com os Ministros do Planejamento e da Fazenda, fiz questionamentos quanto à aplicação dos recursos do BNDES no que diz respeito ao social, e o próprio Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão se dispôs a vir a esta Comissão para prestar esclarecimentos, além de sugerir que ouvíssemos o Presidente do BNDES.

Este requerimento de convocação do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior poderia estender-se ao Presidente do BNDES, órgão vinculado àquele Ministério, ou à Dra. Beatriz Azeredo, responsável pela área de desenvolvimento regional e social. O Líder do Governo concorda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, presidia a reunião a que V.Exa. se referiu. Realmente, o próprio Ministro Martus Tavares disse que seria conveniente ouvirmos o Presidente do BNDES ou o Ministro do Densenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A Presidência acata a sugestão do nobre Deputado Giovanni Queiroz e convoca, no lugar do Ministro Sérgio Amaral, o Presidente e a Diretora do BNDES, Dra. Beatriz Azeredo.

Com a palavra o nobre Deputado Jorge Bittar, para discutir.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, em primeiro lugar, elogiar e apoiar a iniciativa do Deputado Giovanni Queiroz. Lembro, inclusive, que consta da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no seu art. 62, a obrigatoriedade de o Poder Executivo demonstrar a aderência das instituições financeiras federais à política definida na própria LDO. E esse mesmo artigo estabelece as diretrizes para adoção de políticas públicas pelas instituições financeiras do Governo Federal. Mais ainda, diz que essas instituições devem apresentar seus relatórios nos meses de abril e setembro.

Portanto, sugiro, com base nesse dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que convidemos o Presidente do BNDES e, se julgar de importância, o representante de alguma outra agência financeira, tal como o Banco do Brasil, para que façamos essa discussão.

Sobre o tema "relatórios e obrigações definidas seja na LDO, seja na Lei de Responsabilidade Fiscal " gostaria de sugerir que fizéssemos uma reunião com os Líderes dos diversos partidos, a fim de estabelecer a agenda para este primeiro semestre. Há requerimentos aprovados e há uma série de eventos previstos na LDO, dentre eles a necessidade de envio de relatórios sobre contingenciamento a esta Casa, pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o que poderá ser feito até o dia 23 de março, tendo em vista os contingenciamentos realizados, para que possamos saber se haverá ou não alguma alteração, e a justificativa para esse contingenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Jorge Bittar, informo a V.Exa. que acato sua sugestão e a transmitirei ao Presidente da Comissão e ao nobre Deputado Giovanni Queiroz. Se for conveniente – e julgo ser –, poderemos também convidar o Presidente do Banco do Brasil.

Acho importante que haja reunião com os Líderes, para que estabeleçamos a agenda de trabalho. Este ano será muito curto, haja vista que é ano eleitoral. Terminaremos os trabalhos praticamente em maio, porque no dia 6 de junho têm início as convenções – vão de 6 a 30 de junho. Na realidade, poucos Parlamentares deixarão de participar das suas convenções estaduais.

É importante ter em mente que o período será muito curto. Assim sendo, que os Líderes desta Comissão preocupem-se em transmitir isto ao Presidente, inclusive as prioridades destas reuniões e das audiências públicas.

A Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia já discutiu essa grande preocupação que é o período pré-eleitoral. As convenções ocorrerão de 6 a 30 de junho. Em seguida, tem início o recesso de julho, após o que – a experiência nos diz – é muito difícil fazer reuniões regulares nas Comissões Permanentes.

Vou acatar, inclusive, a sugestão da Sra. Secretária Myrna Lopes: como já estão presentes diversos Líderes, quero fixar – vou submeter ao Presidente – uma reunião com os Líderes para a próxima terça-feira, após a Semana Santa, às 15h, no gabinete, com o Sr. Presidente, Senador Carlos Bezerra.

Penso que não podemos perder muito tempo, porque na próxima semana algumas Comissões Permanentes já não farão reuniões por coincidirem com a véspera da Quinta-feira Santa. Já sabemos que é difícil fazer isso. Portanto, faríamos na semana subseqüente à Semana Santa.

Vamos submeter à votação o requerimento do nobre Deputado Giovanni Queiroz.

Com a palavra o nobre Líder do Governo, Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – V.Exa. está colocando em votação o requerimento do Deputado Giovanni Queiroz relativo ao BNDES?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exatamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, o Governo está de acordo com as audiências do Presidente do BNDES e da diretora responsável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado Jorge Bittar acrescentou uma sugestão: convidarmos o Presidente do Banco do Brasil, que também tem segmentos nessa área, se o nobre Deputado Giovanni Queiroz achar por bem.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, penso que é importante, vai acrescentar, vai somar, sem dúvida nenhum, ao nosso interesse de conhecer as políticas sociais desses agentes financeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o requerimento do nobre Deputado Giovanni Queiroz permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado da República. Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do nobre Deputado Giovanni Queiroz permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Esta Presidência submeterá à consideração do Sr. Presidente, Senador Carlos Bezerra, para que analise as datas e essas audiências públicas sejam programadas.

Item nº 8. Requerimento do nobre Deputado Jorge Bittar solicitando sejam convidados representantes do Tribunal de Contas da União, do Banco do Brasil e do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo que estejam participando da avaliação do destino a ser dado à obra inacabada do Fórum Trabalhista da Primeira Instância na cidade de São Paulo.

Item nº 9. Requerimento nº 8/2002, do Deputado Alberto Goldman, solicitando sejam convidados o Ministro Almir Pazzianotto, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; o Juiz Francisco Antônio de Oliveira, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; o Sr. César Augusto Gilii, Diretor Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região; o Dr. Rubens Approbato Machado, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o Dr. Valter Uzzo, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo; e o Dr. Joaquim Andrade Filho, Engenheiro Master e Coordenador da Equipe de Engenharia do Banco do Brasil, para esclarecimentos sobre a atual situação e o futuro da conclusão das obras do Fórum Trabalhista da Primeira Instância do Estado de São Paulo.

Como os dois requerimentos versam sobre o mesmo assunto, solicitaria ao Plenário autorização para colocá-los em votação conjunta. Se o nobre Deputado Jorge Bittar quiser fazer alguma justificativa ou falar sobre o assunto, está com a palavra.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que estou de pleno acordo que sejam votados em conjunto, já que têm exatamente o mesmo teor, o Deputado Alberto Goldman apenas indica os nomes das autoridades a serem convidadas para participarem da audiência pública.

Sobre a relevância da matéria, acredito que todos os Srs. Parlamentares tenham noção. Fato grave ocorreu com a obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Debatemos a questão na tramitação do Orçamento e preferimos excluir essa obra do Orçamento deste ano. Penso que, antes de qualquer deliberação sobre o tema, temos de tomar conhecimento preciso da real situação, para que os Parlamentares possam posicionar-se sobre o tema.

É esse o significado dessa solicitação de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra a nobre Deputada Telma de Souza.

A SRA. DEPUTADA TELMA DE SOUZA – Sr. Presidente, quero corroborar as palavras do meu Líder, Deputado Jorge Bittar, e dizer que realmente essa é uma discussão simbólica para esta Comissão.

Vejo que existem poucos Deputados de São Paulo – neste momento, parece-me, eu e o Deputado Milton Monti. O Fórum Trabalhista foi o famoso caso que envolveu o Juiz Lalau.

No ano passado, tentamos fazer com que essa discussão viesse para o Orçamento, pelo fato de ser uma matéria carregada de situações complexas, explorada com razão pela mídia. Gostaríamos de ter tido uma audiência no ano passado, porque o prédio está-se deteriorando; por outro lado, também é necessário avaliar-se um outro subproduto dessa situação, qual seja o aluguel pago, cujo valor está sendo maior do que a própria construção do prédio. Como é um prédio carimbado, em termos de recursos que não foram aplicados com transparência, gostaria que pudéssemos realizar uma audiência bastante significativa, porque acho esse um momento importante para referendarmos esta Comissão.

Como suplente desta Comissão, inicio esse trabalho solicitando a titularidade ao meu partido, para que possamos mostrar ao País a seriedade desta Comissão e o bom uso do dinheiro público.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputada, V.Exa. praticamente será atendida na sua preocupação pelos requerimentos de autoria dos Deputados Jorge Bittar e Alberto Goldman. O Deputado Alberto Goldman, inclusive, sugere o nome de todas as pessoas envolvidas ou com a obrigação de tomar conhecimento dessa matéria. O nobre Deputado Jorge Bittar também pede que seja solicitado um representante do Tribunal de Contas e um do Banco do Brasil. É importante a inclusão do Tribunal de Contas, porque foi o órgão que, após ter aprovado, detectou graves irregularidades.

Entendo que com a complementação dos requerimentos faremos uma audiência pública. Então, a importância maior terá de ser dada pelo Plenário desta Comissão, comparecendo à audiência pública, principalmente os nobres Deputados de São Paulo. Como disse V.Exa., é um assunto que ficou carimbado e se tornou motivo de graves preocupações, em especial para esta Comissão de Orçamento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, encaminho favoravelmente. Teremos, então, um requerimento conjunto e os dois Parlamentares falariam como autores no início da sessão. Portanto, ambos seriam contemplados de forma justa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não há dúvida. O requerimento é de autoria dos dois, que terão preferência da fala no início da audiência pública.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com os requerimentos constantes dos itens 8 e 9 da pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que concordam com os requerimentos constantes dos itens 8 e 9 da pauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado no Senado Federal.

A Presidência procurará fixar as datas para a realização dessas audiências públicas.

Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, conforme já anunciei em plenário e hoje foi lido no Expediente, o nobre Deputado Jorge Bittar assume a partir de hoje a liderança da bancada do PT nesta Comissão.

Fico feliz, Sr. Presidente, por ter sucedido, na condição de líder do PT nesta Comissão, o nobre Deputado João Coser e por ter sido sucedido pelo nobre Deputado Jorge Bittar. Se houvesse uma espécie de galeria de líderes, estaria extremamente lisonjeado e valorizado por estar ladeado por esses dois expoentes.

Esta bancada, que tive a oportunidade de coordenar durante o ano de 2001, facilitou os trabalhos de coordenação e de liderança, porque foi atuante, solidária e exerceu um trabalho extremamente construtivo, mostrando que é possível fazer oposição, denunciar, fiscalizar e propor alternativas de uma maneira extremamente firme. Essa maneira de fazer oposição, intransigente por um lado e construtiva no seu todo, tenho certeza, é a que encontraremos em um novo governo, no próximo ano.

Encerrando minha participação nos trabalhos desta Comissão, quero agradecer a todos, não só à bancada que tive a oportunidade de liderar, mas a todos os membros desta Comissão, ao Colégio de Líderes, do qual tive a oportunidade de participar e onde agora estarei presente na condição de membro da Mesa, neste último período, enquanto estiver participando o colega Vice-Presidente Santos Filho. Isso

enriqueceu muito a minha experiência legislativa, deixou-me satisfeito, orgulhoso e, sobretudo, com a consciência tranqüila por estar passando o bastão para o Deputado Jorge Bittar.

Agradeço de maneira especial à bancada do PT, que me elegeu e que, no saudável e democrático critério do rodízio, agora conduz o Deputado Jorge Bittar à liderança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Virgílio Guimarães, esta Presidência quer agradecer a V.Exa pelo trabalho, boa vontade e facilidade de entendimento que sempre propiciou junto à bancada do PT. Durante os dois anos anteriores fui coordenador da bancada do PFL e posso testemunhar isso com relação ao Deputado João Coser e a V.Exa.

Sinto muita inveja em algumas coisas do partido de V.Exa. O rodízio no comando é realmente estimulante e democrático. Propicia a alternância de poder não apenas no Estado, mas também dentro dos partidos, prática, infelizmente, não muito comum nos demais partidos do País. O PT nos dá esse exemplo, motivo de minha admiração pelo partido de V.Exa., o que tenho procurado demonstrar, como o fiz quando Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, nas vezes em que presidi esta Comissão e no contato do Colégio de Líderes desta Comissão.

Não gosto muito de fazer elogios, às vezes prefiro criticar, mas V.Exa. os merece pelo seu espírito conciliador e prestativo. Estendo o elogio aos demais partidos de oposição nesta Comissão, porque mesmo com a veemência com que V.Exas. criticam, também se colocam à disposição para o entendimento. Tenho certeza absoluta de que o nobre Deputado Jorge Bittar, companheiro da Comissão de Ciência e Tecnologia, com sua conhecida competência, dará segmento aos trabalhos do Deputado João Coser e de V.Exa.

Com a palavra o nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, agradeço ao meu companheiro e amigo de bancada Deputado Virgílio Guimarães, a quem tenho a responsabilidade de suceder neste trabalho de liderança da bancada do PT nesta Comissão, as palavras elogiosas.

Nossa avaliação acerca da atuação do companheiro Virgílio Guimarães é a melhor possível. Não falo em meu nome, mas em nome da bancada. Seguindo nossa tradição democrática, fizemos uma reunião de bancada, na qual, antes de escolhermos quem deveria assumir a liderança, fizemos uma avaliação do trabalho desenvolvido pelo companheiro Virgílio Guimarães. Consideramos que S.Exa. honrou a cultura democrática do partido, a firmeza e a coerência que sempre foram marcas constitutivas da atuação do Partido dos Trabalhadores em todas as áreas, particularmente nesta Comissão.

O companheiro Virgílio Guimarães, de um lado, honrou nossa tradição de firmeza e, de outro, incorporou, na sua condição de mineiro, a capacidade ampla de diálogo e de busca do entendimento, sem transigir no que diz respeito aos seus princípios e às questões essenciais que marcam os posicionamentos do partido.

Ao suceder os Deputados João Coser e Virgílio Guimarães, quero honrar esta tradição da bancada de promover uma cultura democrática, que tem como um de seus pilares o rodízio no exercício de determinadas funções, permitindo o surgimento de novas expressões no partido. Desejo que a expressão do líder seja fruto não apenas de sua experiência pessoal, mas do acúmulo de discussão e reflexão que a bancada realiza permanentemente. O que me dá segurança de estar à altura do trabalho desenvolvido pelos Deputados Virgílio Guimarães e João Coser à frente da bancada nesta Comissão é justamente essa tradição, sabendo que temos assessoria técnica firme e consistente e companheiros que conosco farão a necessária reflexão, que fundamentará nossos posicionamentos daqui para frente.

Assumo, portanto, a função um pouco preocupado com a responsabilidade que ela exige, mas ao mesmo tempo seguro de que poderei contar com todos os companheiros, inclusive com os dois que aqui citei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, já tivemos aqui os Deputados João Coser e Virgílio Guimarães – agora, teremos o Deputado Jorge Bittar –, que, sem dúvida nenhuma, vêm dando formidável contribuição para que esta Comissão possa caminhar com pés firmes.

Cumprimento o companheiro Virgílio Guimarães, que nos vai deixar, e afirmo-lhe que aprendi muito com S.Exa. a ser negociador e a ser intransigente naquilo que se tem convicção. Com certeza, S.Exa. vai fazer falta à Comissão. S.Exa. é combativo, determinado e corajoso no momento certo, ao assumir posições a favor ou contra determinadas matérias. Estou certo de que S.Exa. estará sempre aqui colaborando e nos ajudando. Deixo registrado nosso abraço e nosso muito obrigado por sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Giovanni Queiroz, quero fazer mais um

apelo a V.Exa., que já anda cansado de meus pedidos. Segundo penso, há um problema que vem machucando muito esta Comissão. Com as mudanças na apreciação das medidas provisórias na Casa, seis medidas foram remetidas para cá, mas, pelas dificuldades de nos reunirmos, tivemos que devolvê-las, dentro dos prazos, ao Plenário. Hoje, há uma medida, a sétima, que teríamos de devolver. Ontem, fizemos um apelo ao Relator, Deputado Milton Monti, para que concluísse seu relatório. Se V.Exa. pudesse verificar essa matéria, para que a votássemos hoje, seria de extrema importância para o bom nome desta Comissão.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, a matéria é muito polêmica. Confesso a V.Exa. que só tomei conhecimento dela aqui, agora. Na verdade, há estudo da USP que questiona profundamente esses recursos. O relatório dos pesquisadores da USP aponta que 16 bilhões destinados à compra de energia emergencial seriam mais que suficientes para instalar novas usinas. E mais, o relatório elaborado por esse grupo de pesquisadores de pós-graduação em energia da USP, encaminhado nesta sexta-feira à Procuradoria-Geral, aponta fortes indícios de irregularidades e de improbidades, por parte do Governo Federal, na compra de energia emergencial e nas compensações feitas às concessionárias.

Então, isso preocupa um pouco e queremos aprofundar a discussão. Por isso, lamentavelmente, não vou poder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, concordo com V.Exa. Porém, esse aprofundamento não será possível, porque a medida será devolvida ao Plenário. V.Exa. terá que aprofundar sua discussão no plenário.

O Deputado Anivaldo Vale fez solicitação que caiu no questionamento e nas premissas levantadas por V.Exa. Queria que o nobre Deputado pudesse formular esse apelo ao seu coestaduano, para ver se conseguíamos, extrapauta, acolher o pleito do nobre Deputado Anivaldo Vale.

Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, gostaria que fosse colocada em discussão a matéria extrapauta nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado Anivaldo Vale, primeiramente, vou solicitar ao Plenário que se pronuncie a respeito do pedido de V.Exa. para inclusão da matéria como extrapauta.

Extrapauta nº 2. Apreciação do relatório apresentado ao Subtítulo nº 18.544.0515.1851.0406 (Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica – aproveitamento hidroagrícola do Rio Bálsamo, em Palmeira dos Índios, Alagoas), constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.

O Relator é o nobre Deputado Anivaldo Vale.

Foi apresentada uma emenda ao projeto de decreto legislativo.

O voto é pela autorização da execução, na forma do projeto de decreto legislativo apresentado. Rejeitada a emenda.

Indago, primeiramente, ao Plenário se aceita a inclusão dessa extrapauta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, submeto-a à votação. *(Pausa.)*

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – É apenas a inclusão, nobre Deputado.

Em votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a inclusão extrapauta da solicitação do nobre Deputado Anivaldo Vale permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, com relação à presente matéria, uma leitura atenta do voto do Ministro-Relator, Augusto Sherman Cavalcanti, permite-nos entender que há carência de requisitos importantes para a execução da obra. Gostaria de ler o Item 4 do relatório do referido Ministro, que é curto e me parece bastante esclarecedor.

"Até onde registrado nos autos, o EIA/RIMA relativo ao projeto ainda não foi aprovado pelo órgão competente (IBAMA) e o procedimento desapropriatório de terras, ainda que apenas das áreas necessárias ao início das obras, não foi efetivamente deflagrado pelos órgãos competentes do Estado de Alagoas.

Por essas razões, e nesse ponto divergindo da unidade técnica, entendo que o presente processo deva ser restituído à unidade técnica para acompanhamento, até que o efetivo cumprimento das prefaladas medidas seja alcançado."

Tendo em vista essas informações, contidas no próprio relatório do Sr. Ministro Augusto Sherman Cavalcanti, apresentei emenda com o seguinte teor:

"A autorização a que se refere o **caput** está condicionada à verificação pelo TCU dos seguintes itens:

a) o IBAMA aprovou o EIA/RIMA;

b) o controle foi efetivamente alterado no item referente à desapropriação;

c) o estudo topográfico foi concluído satisfatoriamente."

Ou seja, nossa proposta é que o projeto de decreto legislativo leve em consideração que a obra não siga adiante sem que o TCU se manifeste definitivamente sobre questões dessa natureza. Para nós, é questão central, fundamental, para aprovação da matéria, que a emenda de nossa autoria seja aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Com a palavra o Deputado Helenildo Ribeiro.

O SR. DEPUTADO HELENILDO RIBEIRO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de apelar ao bom senso do Deputado Jorge Bittar, pois essa obra é de grande importância para a região de Palmeira dos Índios, em Alagoas. É obra que vai dar mais de 2 mil empregos àquela população e injetar recursos na economia da região. Não vemos nenhuma razão para que, por meio da Comissão, paremos o processo. Se for acatada a emenda do Deputado Jorge Bittar, será o mesmo que tornar impossível a realização da obra, porque nenhum recurso foi destinado à construtora. É uma obra que nem se iniciou.

O Tribunal de Contas da União, no voto do Ministro-Relator Augusto Sherman Cavalcanti, em seu Item 5, diz o seguinte:

"Outrossim, tendo em vista o compromisso da SEINFRA-AL, Secretaria de Infra-Estrutura de Alagoas, de somente iniciar as obras após o efetivo cumprimento dessas medidas, entendo desnecessária determinação deste Tribunal com este fim, bastando o acompanhamento, pela SECEX-AL, do cumprimento do compromisso assumido pela SEINFRA-AL.

Ante o exposto, e concordando apenas parcialmente com a proposta da unidade técnica, voto por que o tribunal adote a decisão que ora submeto a este Plenário."

Gostaria de contar com o apoio dos Srs. Deputados para retirarmos a emenda, porque o Tribunal de Contas da União já arquivou esse processo diante da confirmação de tudo o que foi feito, de tudo o que foi cumprido. O próprio Tribunal já disse que é preciso apenas que a SECEX acompanhe o processo.

Gostaria de pedir ao nobre Deputado Jorge Bittar que entenda dessa forma e retire sua emenda, para que possamos realizar essa obra tão necessária ao sertão de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Continua em discussão.

Após encerrada a discussão, passarei a palavra ao nobre Relator.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ouvi com atenção as considerações do Deputado Anivaldo Vale, no entanto, sinceramente, não me considero plenamente convencido. Para que seja iniciada qualquer obra de monta razoável, temos de contar com o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente, o EIA/RIMA. Além disso, é necessário o trabalho de desapropriação da área na qual a obra será erguida.

O que está registrado na nossa proposta é que a obra ficará autorizada desde que o Tribunal de Contas da União verifique o cumprimento desses dispositivos. Isso me parece altamente razoável; são dispositivos existentes na legislação do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Encerrada a discussão.

Passo a palavra ao nobre Relator, Deputado Anivaldo Vale, para proferir o parecer final.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, procuramos fazer um parecer estribados no relatório do Tribunal de Contas, do qual quero registrar alguns pontos que reputo da maior importância.

Primeiramente, no relatório feito pelo setor técnico do Tribunal, a SECEX, três falhas foram apontadas, e constam do Item 4: a inexistência formal no Estado ou no Município de declaração de utilidade pública ou de interesse social das áreas a serem desapropriadas, a ausência de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, o IBAMA, e, por fim, a existência de previsão no contrato no sentido de que as desapropriações sejam efetivadas pela empresa contratada, e não pelo Estado.

O Secretário de Estado de Infra-Estrutura de Alagoas informou que o EIA/RIMA já havia sido encaminhado ao IBAMA, que a autorização para a empresa contratada desapropriar as áreas de terra foi retirada do contrato por meio de aditivo e, ainda, que o estudo topográfico necessário à definição da área a ser declarada de utilidade pública pelo chefe do Poder Executivo estadual já se encontrava em andamento. Adicionalmente, garantiu o aludido Secretário de Infra-Estrutura que as obras só seriam iniciadas após atendidas as formalidades legais e determinações técnicas.

A unidade técnica, em parecer convergente e complementar, considerando que as irregularidades detectadas não resultaram em prejuízo ao Erário e que o res-

ponsável adotou providências necessárias ao saneamento do contrato e do empreendimento, opina pelo arquivamento do presente processo, sem prejuízo do cumprimento das recomendações da SEINFRA.

O Item 4 foi muito bem abordado pelo nobre colega Jorge Bittar.

No Item 5, consta que, tendo em vista o compromisso do Secretário de Infra-Estrutura de que somente iniciará as obras após o efetivo comprometimento das medidas, entende desnecessária a determinação do Tribunal com esse fim, bastando o acompanhamento do compromisso assumido pela SECEX, que é um órgão do Tribunal.

Foi em função desse processo que trabalhamos e inserimos, no nosso parecer, até como forma de agilizar o trabalho e iniciar as obras, o prazo de até 31 de outubro para apresentação e apreciação do processo.

Lamentavelmente, acho que a emenda engessa o processo de liberação dos recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Alguma observação, Deputado?

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, ouvi com atenção, mas não deveríamos decidir assim, de forma açodada, porque estamos em processo de votação no plenário. Minha proposta é que tratemos dessa matéria na próxima reunião.

Ouvi com atenção e vou refletir sobre essas questões com muito carinho. Vamos tratar da matéria na próxima reunião. É minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – O nobre Deputado Jorge Bittar chama a atenção da Mesa, que confirma a informação, para o fato de que o Plenário da Câmara já se encontra em processo de votação. Portanto, vamos encerrar a presente reunião. Antes gostaria de anunciar que, tendo sido distribuído o parecer do nobre Senador Gilberto Mestrinho sobre a execução orçamentária do Subtítulo nº 26.782.0238.5715.0002 (Construção de Anel Rodoviário no Corredor Fronteira Norte, BR-364 – Acre, Rio Branco), constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002, o prazo de apresentação de emendas será do dia 21 a 28 de março.

A Ordem do Dia da Câmara está começando, inclusive com processo de votação.

Há ainda matéria sobre a mesa, exatamente a que discutimos. À Presidência, só resta fazer uma convocação, esperando haver **quorum** suficiente. Se não houver, verificaremos. Chamo atenção para o fato de que a próxima semana é a Semana Santa e haverá apenas um item na pauta, o PDL. A Mesa não tem outro caminho a não ser convocar reunião para a próxima terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a presente reunião.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATIVA
TERMO DE REUNIÃO Nº 1, DE 2002

Convocada para às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e seis de março de 2002, deixou de ser realizada a Quarta Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em virtude da inexistência de número regimental para abertura dos trabalhos, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no *caput do art. 39, da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional*. Foi registrada presença dos membros: – **Deputados titulares:** Alexandre Cardoso, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Freire Júnior, José Carlos Elias, Neuton Lima e Pedro Fernandes; – **Senador titular:** Tião Viana; – **Deputado suplente:** Coriolano Sales; – **Senador suplente:** Romeu Tuma. Foi registrada a ausência dos membros: – **Deputados titulares:** Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Almir Sá, Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Chaves, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Saulo Pedrosa, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães, Welinton Fagundes, Wilson Braga, Zé Gomes da Rocha e Zila Bezerra; – **Senadores titulares:** Ademir Andrade, Amir Lando, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Benício Sampaio, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Júnior, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha e Wellington Roberto. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei o presente Termo, que será assinado pelo Presidente e encaminhado para publicação no **Diário do Congresso Na-**

cional – Sessão Conjunta. Senador **Carlos Bezerra,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neuton Lima) – Não há **quorum** para a abertura da reunião.

Convoco reunião de audiência pública para a próxima terça-feira, às 11h, com a presença do Presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Quinta Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 9, 11 e 16 de abril de 2002

Aos nove, onze e dezesseis dias de abril do ano de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes das Pautas nº 07 e 08/2002. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Paulo Mourão, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Sampaio Dória, Santos Filho, Saulo Pedrosa, Sérgio Miranda e Virgílio Guimarães; – Senadores titulares: Amir Lando, Benício Sampaio, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Nabor Júnior, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto; – Deputados suplentes: Adolfo Marinho, Armando Abílio, Carlito Merss, Claudio Cajado, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Domiciano Cabral, Eunício Oliveira, Fernando Coruja, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Josué Bengtson, Juquinha, Laura Carneiro, Nilo Coelho, Osvaldo Reis, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Sérgio Barcellos, Silas Brasileiro, Telma de Souza e Waldemir Moka; – Senadores suplentes: Antônio Carlos Valadares, Carlos Patrocínio, Francelino Pereira, Lúdio Coelho e Romeu Tuma. Registrou-se o comparecimento do Parlamentar não-membro Deputado Wagner Salustiano. A Deputada Zila Bezerra e o Senador Mozarildo Cavalcanti justificaram a ausência. Foi registrada a ausência dos membros: – Deputados titulares: Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Freire Junior, João Pizzolatti, José Carlos Aleluia, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Mussa Demes, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Pedro Celso, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Welinton Fagundes e Wilson Braga; – Senadores titulares: Ademir Andrade, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara e Ronaldo Cunha Lima. ABERTURA: Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, anunciou que não havia quorum para o início dos trabalhos na Comissão, conforme disposto no art. 12 do Regimento Comum. Às dezoito horas e quarenta e quatro minutos do mesmo dia, o Deputado Pedro Novais, no exercício da Presidência, conforme disposto no art. 8º da Resolução no 1, de 2001, do Congresso Nacional, deu início à reunião, comunicando que adiaria a apreciação das Atas por não haver número regimental para deliberação naquele momento, de acordo com o § 1º do art. 29 do Regimento Comum. AVISOS: Conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, o Presidente em exercício comunicou a abertura do prazo – de 10 a 17 de abril (8 dias) – para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo referentes à execução orçamentária dos seguintes Subtítulos constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): 1) Subtítulo 26.784.0909.5873.0002 – Participação da União no capital – Companhia Docas do Espírito Santo – Recuperação e modernização da infra-estrutura portuária – no Estado do Espírito Santo. Relator: Deputado Nelson Meurer; 2) Subtítulo 18.544.0515.3451.0022 – Construção da barragem do poço do Marruá – no Estado do Piauí. Relator: Deputado Santos Filho. Às dezoito horas e quarenta e oito minutos, o Presidente em exercício suspendeu a reunião em virtude de não haver número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Às dez horas e vinte minutos do dia onze de abril de 2002, o Presidente titular, Senador Carlos Bezerra, reabriu a reunião, procedendo à apreciação das Atas das seguintes reuniões: 1) 3ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 19 e 20/03/2002. 2) Termo de Reunião n.º 01/2002, referente à 4ª Reunião Ordinária. 3) 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 02 e em

04/04/2002. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. Não houve discussão. De acordo com o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente declarou as Atas aprovadas. Em seguida, conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, o Presidente comunicou a abertura do prazo – de 12 a 19 de abril (8 dias) – para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo referentes à execução orçamentária do Subtítulo nº 26.782.0235.5714.0003 – Construção de anéis rodoviários no Corredor Nordeste/Expresso em Fortaleza, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002). Relator: Deputado Olavo Calheiros. EXPEDIENTE: I) Correspondência interna recebida: 1) Ofício 89, de 21 de março, do Deputado Severino Cavalcanti, solicitando a relação de todos os precatórios do Orçamento da União para o exercício de 2001, através de meio magnético. 2) Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão deferidos pela Presidência: a) Ofício 40, de 19 de março, da Deputada Lúcia Vânia, comunicando sua ausência nos dias 05 e 12 de março. b) Ofício 16, de 20 de março, do Deputado Marcelo Teixeira, comunicando sua ausência no dia 13 de março. II) Correspondência externa recebida: 1) Ofício 729, de 19 de março, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, solicitando organização de reunião conjunta, em articulação com as demais comissões, no dia 02 de abril, às 11 horas, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Presidente informou que a reunião foi realizada na data solicitada. 2) Ofício 2790, de 23 de agosto de 2001, do Presidente da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais, Sr. Luiz Alberto Silva, solicitando que seja orçado no mínimo 1,0% dos recursos destinados à educação, para a educação especial atender às pessoas portadoras de necessidades educativas especiais, para o orçamento de 2002. 3) Ofício 158, de 27 de março, da Secretaria e Infra-Estrutura do Estado de Alagoas, encaminhando documentos enviados ao SECEX/AL em 27 de março último, sobre o Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola do Riacho Bálsamo, em Palmeira dos Indios, AL. O Presidente comunicou que cópia desse expediente havia sido encaminhada ao Deputado Anivaldo Vale, relator da matéria. 4) Aviso 51, de 02 de abril, do Ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, encaminhando quadro e dossiês relativos a 11(onze) processos plenamente regularizados perante o Tribunal de Contas da União e por este julgados, referentes a convenentes do Ministério e solicitando o descontingenciamento orçamentário dos mesmos. 5) Avisos/SGS encaminhados pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: a) 456, de 18 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 077/2002, sobre auditoria realizada em entidades do Governo do Distrito Federal, com o objetivo de fiscalizar a aplicação de recursos transferidos por órgãos da Presidência da República e do Ministério do Esporte e Turismo, por meio de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres. b) 561, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 87/2002, sobre auditoria realizada na área administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região. 6) Avisos/GP encaminhados pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: a) 220, de 20 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 056/2002, sobre auditoria realizada nas obras de construção, ampliação, recuperação e melhoria da infra-estrutura do Campus Universitário da Universidade Federal da Bahia – UFBA. b) 235, de 20 de março, em resposta ao Ofício nº 27/2002, informando sobre as obras de Recuperação e Modernização da Infra-Estrutura Portuária no Estado do Espírito Santo – Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, concernentes a processos licitatórios, e não a contratos. O Presidente informou que foi encaminhada cópia desse Aviso ao Deputado João Coser, solicitante das informações. c) Aviso 249, de 25 de março, informando que o Ofício 42, de 2002, da Presidência da Comissão, em que solicita fiscalização dos procedimentos administrativos sobre irregularidades e omissões na aplicação de recursos nas cidades do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, foi encaminhado ao auditor Marcos Bemquerer Costa. 7) Avisos/SGS encaminhados pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo: a) 497, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 233/2002, sobre solicitação para promover esclarecimentos ao Congresso Nacional acerca das ocorrências detectadas nas obras da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa – GO. b) 498, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 212/2002, sobre auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR-386/RS – trecho Lageado-Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras-de-arte. c) 499, de 21 de março,

encaminhando cópia da Decisão nº 213/2002, sobre auditoria realizada nas obras de adequação do trecho rodoviário KM 0 – Divisa Pará/Maranhão, no Corredor Araguaia-Tocantins (BR-316/PA). d) 500, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 220/2002, sobre auditoria realizada na Empresa Manaus Energia S.A, no Estado do Amazonas. e) 501, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 221/2002, sobre auditoria realizada na Empresa Manaus Energia S.A, no Estado do Amazonas. f) 502, de 21 de março, encaminhando cópia da decisão nº 214/2002, sobre auditoria realizada nas obras de duplicação da BR-101/SE, no trecho conhecido como Corredor São Francisco. g) 503, de 21 de março, encaminhando cópia do Acórdão nº 72/2002, sobre auditoria realizada na CODERN/RN – Companhia Docas do Rio Grande do Norte (obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal/RN). h) 504, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 215/2002, sobre auditoria operacional realizada na Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. i) 509, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 217/2002, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum – Projeto de Irrigação Piancó III, no Estado da Paraíba. j) 511, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 216/2002, sobre auditoria realizada nas obras do Anel Expresso de Fortaleza/CE. k) 587, de 27 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 261/2002, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum/adutora da Serra da Batateira/BA. l) 598, de 27 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 253/2002, sobre auditoria realizada nas obras de melhoria da navegação das hidrovias do Corredor Oeste-Norte do Rio Madeira no trecho Porto Velho – Foz do Madeira. III) Distribuição de Matéria: Projeto de Lei nº 07/2002-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor da empresa Boa Vista Energia S.A. – BOVESA, crédito suplementar no valor de R$ 6.610.000,00 (seis milhões e seiscentos e dez mil reais), para os fins que especifica". Relator designado: Senador Romero Jucá. ORDEM DO DIA: Pauta nº 07. Item 01- Projeto de Lei nº 02/2002- CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Jorge Bittar. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Em virtude da ausência do relator, o Deputado Virgílio Guimarães solicitou o adiamento da apreciação da matéria. Nesse momento, o Deputado Ricardo Barros solicitou a suspensão dos trabalhos por cinco minutos e foi atendido. O Presidente suspendeu a reunião às dez horas e trinta e dois minutos. Às dez horas e quarenta e seis minutos, a reunião foi reiniciada. Com a palavra, o Deputado Ricardo Barros apresentou proposta dos líderes para suspensão dos trabalhos até a terça-feira seguinte, às quatorze horas e trinta minutos. Os Deputados João Coser e Giovanni Queiroz concordaram com a proposição. Em seguida, o Presidente destacou a necessidade da presença dos membros da Comissão no horário acordado para o prosseguimento da reunião, tendo em vista que a ordem do dia na Câmara dos Deputados estaria marcada para ter inicio às dezesseis horas. O Deputado João Coser propôs que fosse realizada reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para análise prévia das matérias constantes da pauta, às quatorze horas do mesmo dia marcado para a continuação dos trabalhos na Comissão. O Presidente concordou. Às dez horas e cinqüenta minutos, o Presidente suspendeu a reunião. Os trabalhos foram reiniciados às quatorze horas e cinqüenta e cinco minutos do dia dezesseis de abril de 2002. O Presidente procedeu à apreciação das Atas das seguintes reuniões: 1) Ata da 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 20, 21 e 22/12/2001. 2) Ata da 1ª Reunião de Audiência Pública Conjunta, realizada em 02/04/2002. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. Não houve discussão. De acordo com o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente declarou as Atas aprovadas. EXPEDIENTE: I) Correspondência interna recebida: 1) Ofício 101, de 11 de abril, do Presidente do Senado Federal Senador Ramez Tebet, comunicando que recebeu o Aviso nº 141-GP/TCU que trata do Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2001. 2) Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Ofício 54, de 04 de abril, do Deputado Artur Virgílio Neto – Líder do Governo no Congresso, indicando o Deputado Ricardo Barros (PPB/PR) para permanecer membro do Colegiado. 3) Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão deferidos pela Presidência: Requerimento nº 150, de 05 de abril, do Senador Mozarildo Cavalcanti, comunicando sua ausência nos dias 9 a 11de abril. II) Correspondência externa recebida: 1) Avisos/SGS encaminhados pelo Presi-

dente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: a) 664, de 03 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 295/2002, sobre auditoria operacional realizada na Secretaria do Patrimônio da União (SPU). b) 656, de 03 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 309/2002, sobre verificações no gerenciamento financeiro, especialmente nos contratos e convênios relativos às obras da Barragem de Jucazinho, em Pernambuco. c) 663, de 03 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 297/2002, sobre auditoria realizada no 6º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, e na 4ª Superintendência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em Minas Gerais, referente a situação da BR-381/MG. d) 674, de 03 de abril, encaminhando cópia do Acórdão nº 109/2002, sobre auditoria realizada nas obras e serviços rodoviários no Corredor Araguaia/Tocantins, BR-135/MA, trecho Colinas-Orozimbo. e) 712, de 05 de abril, encaminhando cópia das Decisões nºs 131 e 132/2002, referentes às auditorias realizadas na Superintendência do Incra, no Estado do Piauí, e nas obras de implantação de sistema de transmissão Xingó, no Estado de Pernambuco. f) 742, de 10 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 334/2002, sobre auditoria nas obras de implantação de sistema de transmissão Xingó, no Estado de Sergipe. g) 759, de 10 de abril, encaminhando cópia do Acórdão nº 119/2002, sobre auditoria nas obras de construção de viaduto no corredor do Mercosul/BR-116/RS, situado na rua Rincão, em Novo Hamburgo. h) 760, de 10 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 333/2002 e do Acórdão nº 121/2002, sobre auditoria na Companhia Energética do Piauí – CEPISA. III) Distribuição de Matéria: 1) Projeto de Lei nº 04/2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator designado: Senador Gilberto Mestrinho. 2) Projeto de Lei nº 06/2002-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, crédito especial no valor de R$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reias), para os fins que especifica". Relator designado: Deputado Paulo Mourão. 3) Projeto de Lei nº 08/2002 – CN, que "Abre crédito especial, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional, no valor global de R$ 124.210.542,00 (cento e vinte e quatro milhões, duzentos e dez mil, quinhentos e quarenta e dois reais), para os fins que especifica". Relator designado: Deputado José Priante. ORDEM DO DIA: Pauta nº 07 – I) Em decorrência de acordo realizado pelo Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, foi adiada a apreciação dos Relatórios apresentados aos seguintes Projetos de Lei: Item 01- Projeto de Lei nº 02/2002- CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Jorge Bittar; e Item 02- Projeto de Lei nº 03/2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 104.567.230,00 (cento e quatro milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Paulo Hartung. Em seguida, o Presidente procedeu à apreciação dos itens restantes da pauta. II) Apreciação dos Relatórios e Projetos de Decretos Legislativos referentes à execução orçamentária de Subtítulos constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): Item 03- Subtítulo 18.544.0515.1851.0406: Construção e recuperação de obras de Infra-Estrutura Hídrica – Aproveitamento Hidroagrícola do Rio Bálsamo, em Palmeira dos Índios – AL. Relator: Deputado Anivaldo Vale. Foi apresentada 01 emenda ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, e pela rejeição da emenda. O Presidente informou que o Relatório já havia sido apresentado na 3ª Reunião Ordinária. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Com a palavra, o Deputado Jorge Bittar comunicou que o Partido dos Trabalhadores havia inicialmente manifestado posição contraria à essa matéria. Entretanto, durante a última reunião da Comissão, o Partido teria recebido esclarecimentos adicionais acerca do referido Subtítulo. Item 04- Subtítulo 26.783.0232.5769.0001: Construção do Contorno Ferroviário no Corredor Sudoeste, Município de Campo Grande/MS. Relator: Deputado Milton Monti. não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Tendo em vista a ausência do relator da matéria, o Presidente designou o Deputado Waldemir Moka para proceder à leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 06- Subtítulo

26.782.0238.5715.0002: Construção de anel rodoviário no Corredor Fronteira-Norte – BR–364/AC – em Rio Branco. Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Tendo em vista a ausência do relator da matéria, o Presidente designou o Senador Tião Viana para proceder à leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. No uso da palavra, o Deputado Airton Cascavel solicitou esclarecimentos adicionais acerca do referido Relatório. O Presidente informou que não seria possível atendê-lo, uma vez que a fase de debates já havia sido encerrada. Item 05– Subtítulo 26.782.0231.5743.0003: Duplicação de trechos rodoviários no corredor Transmetropolitano – BR-381/SP – Divisa MG/SP – entroncamento BR-116. Relator: Deputado Santos Filho. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Com a palavra, o relator procedeu à leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. III) Apreciação de Requerimento: Item 07- Requerimento nº 09, de 2002, dos Srs. Deputados Dr. Rosinha e Jorge Bittar, solicitando que o Tribunal de Contas da União investigue se há empenho de dotação orçamentária de obras com indícios de irregularidades graves constantes do Quadro V, anexo à Lei 10.171 de 05 de janeiro de 2001 (LOA/2001), que não receberam autorização da Comissão e do Congresso Nacional. Com a palavra, o Deputado Jorge Bittar, na condição de autor, apresentou o Requerimento. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Pauta nº 08 – I) Apreciação do Relatório apresentado ao seguinte Projeto de Lei: Item 01- Projeto de Lei nº 05/2002- CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R$ 223.590.266,00 (duzentos e vinte e três milhões, quinhentos e noventa mil, duzentos e sessenta e seis reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Tião Viana. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. Com a palavra, o relator procedeu à leitura do Relatório. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. II) Apreciação dos Relatórios e Projetos de Decretos Legislativos referentes à execução orçamentária de Subtítulos constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): Item 02- Subtítulo 02.061.0569.7241.0003: Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal – Seção Judiciária em Cuiabá/MT. Relator: Deputado Pedro Novais. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Tendo em vista a ausência do relator da matéria, o Presidente designou o Deputado Waldemir Moka para proceder à leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 03– Dragagem no Porto de Vitória – no Estado do Espírito Santo. Relator: Deputado Almir Sá. Não Foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Tendo em vista a ausência do relator da matéria, o Presidente designou o Deputado João Coser para proceder à leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. ENCERRAMENTO: Tendo em vista o acordo firmado na reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão e o fato de a pauta da Câmara dos Deputados estar congestionada no restante da semana, o Presidente encerrou a reunião às quinze horas e dezenove minutos, convocando os membros para a 6ª Reunião Ordinária, a ser realizada às quatorze horas e trinta minutos do dia 23 de abril de 2002. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Senador **Carlos Bezerra**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não havendo número regimental, transferimos a presente reunião para às 18h de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Novais) – Havendo número regimental, declaro iniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 07, de 2002.

Não havendo, no entanto, **quorum** na representação do Senado, deixaremos de apreciar as atas constantes da Pauta nº 07, de 2002.

Avisos.

Prazo para abertura de emendas de subtítulo: informo aos membros que, conforme o estabelecido no artigo 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, está aberto o prazo de 10 a 17 de abril, oito dias, para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo, constante do quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002 – Lei Orçamentária para 2002.

Participação da União no capital. Companhia Docas do Espírito Santo. Recuperação e modernização da infra-estrutura portuária no Estado do Espírito Santo, cujo Relator é o Deputado Nelson Meurer.

Construção da Barragem do Poço do Marruá, no Estado do Piauí, cujo Relator é o Deputado Santos Filho.

Não havendo número para deliberação, suspendo a presente reunião e convoco sua continuação para quinta-feira, às 10h.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 7, de 2002.

Apreciação das atas das seguintes reuniões:

1) 3ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 19 e 20 de março de 2002;

2) Termo da Reunião nº 1/ 2002, de 26 de março de 2002;

3) 2ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 2 e 4 de abril de 2002.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das atas e do termo de reunião, por terem sido distribuídos antecipadamente.

Não havendo quem queira discuti-las e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro as atas e o termo de reunião aprovados.

Avisos.

Prazo para abertura de emendas de subtítulo:

Informo aos membros que, conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, está aberto o prazo de 12 a 19 de abril (oito dias) para a apresentação de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002 (Lei Orçamentária para 2002):

1) construção de anéis rodoviários no Corredor Nordeste Expresso, em Fortaleza, cujo Relator é o Deputado Olavo Calheiros.

Expedientes.

I) Correspondência interna recebida:

Ofício nº 89, de 21 de março, do Deputado Severino Cavalcanti, solicitando a relação de todos os precatórios do Orçamento da União para o exercício de 2001, através de meio magnético.

Expedientes encaminhando justificativa de falta à reunião da Comissão deferidos pela Presidência:

Ofício nº 40, de 19 de março, da Deputada Lúcia Vânia, comunicando sua ausência nos dias 5 e 12 de março;

Ofício nº 16, de 20 de março, do Deputado Marcelo Teixeira, comunicando sua ausência no dia 13 de março.

II) Correspondência externa recebida:

1) Ofício nº 729, de 19 de março, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Banco Central do Brasil, solicitando que esta Comissão organize reunião conjunta, em articulação com as demais Comissões, no dia 2 de abril, às 11h, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Armínio Fraga, em atendimento ao disposto no § 5º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informo que a reunião foi realizada na data solicitada.

2) Ofício nº 2.790, de 23 de agosto de 2001, do Presidente da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais, Sr. Luiz Alberto Silva, solicitando que seja orçado o mínimo de 1% dos recursos destinados à educação para a educação especial atender às pessoas portadoras de necessidades educativas especiais no Orçamento de 2002.

3) Ofício nº 158, de 27 de março, da Secretaria de Infra-Estrutura do Estado de Alagoas, encaminhando documentos enviados à SECEX de Alagoas em 27 de março último sobre o Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola do Riacho Bálsamo, em Palmeira dos Índios, Alagoas.

Cópia do expediente foi encaminhada ao Deputado Anivaldo Vale, Relator da matéria.

4) Aviso nº 51, de 2 de abril, do Ministro da Integração Nacional, Ney Suassuna, encaminhando quadro e dossiês relativos a onze processos plenamente regularizados perante o Tribunal de Contas da União e por este julgados, referentes a convenentes do Ministério, e solicitando o descontingenciamento orçamentário dos mesmos.

Avisos encaminhados pelo Presidente da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1)Aviso nº 456, de 18 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 077, de 2002, sobre auditoria realizada em entidades do Governo do Distrito Federal, com o objetivo de fiscalizar a aplicação de recursos transferidos por órgãos da Presidência da República e do Ministério do Esporte e Turismo, por meio de convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres;

2)Aviso nº 561, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 87, de 2002, sobre auditoria realizada na área administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 14º Região.

Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1)Aviso nº 220, de 20 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 056, de 2002, sobre auditoria realizada nas obras de construção, ampliação, recuperação e melhoria da infra-estrutura do campus universitário da Universidade Federal da Bahia – UFBA;

2)Aviso nº 235, de 20 de março, em resposta ao Ofício nº 27, de 2002, desta Presidência, informando sobre as obras de recuperação e modernização da infra-estrutura portuária do Estado do Espírito Santo, Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA, concernentes a processos licitatórios e não a contratos. Foi encaminhada cópia ao Deputado João Coser, solicitante das informações;

3)Aviso nº 249, de 25 de março, informando que o Ofício nº 42, de 2002, desta Presidência, em que solicita fiscalização dos procedimentos administrativos sobre irregularidades e omissões na aplicação de recursos nas cidades do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, foi encaminhado ao auditor Marcos Bemquerer Costa.

Avisos encaminhados pelo Vice-Presidente no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Ministro Valmir Campelo:

1)Aviso nº 497, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 233, de 2002, sobre solicitação para promover esclarecimentos ao Congresso Nacional acerca das ocorrências detectadas nas obras da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, Goiás;

2)Aviso nº 498, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 212, de 2002, sobre auditoria nas obras de adequação de trechos rodoviários no Corredor MERCOSUL–BR-386/RS, trecho Lajeado–Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras-de-arte;

3)Aviso nº 499, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 213, de 2002, sobre auditoria realizada nas obras de adequação do trecho rodoviário quilômetro zero–divisa entre Pará e Maranhão, no Corredor Araguaia–Tocantins (BR-316, Pará);

4)Aviso nº 500, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 220, de 2002, sobre auditoria realizada na Empresa Manaus Energia S.A., Estado do Amazonas;

5)Aviso nº 501, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 221, de 2002, sobre auditoria realizada na Empresa Manaus Energia S.A., Estado do Amazonas;

6)Aviso nº 502, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 214, de 2002, sobre auditoria realizada nas obras de duplicação da BR-101/SE, no trecho conhecido como Corredor São Francisco;

7)Aviso nº 503, de 21 de março, encaminhando cópia do Acórdão nº 72, de 2002, sobre auditoria realizada na CODERN/RN – Companhia Docas do Rio Grande do Norte (obras de melhoramento das instalações do Porto de Natal);

8)Aviso nº 504, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 215, de 2002, sobre auditoria operacional realizada na Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

9)Aviso nº 509, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 217, de 2002, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum – Projeto de Irrigação Piancó III, Estado da Paraíba;

10) Aviso nº 511, de 21 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 216, de 2002, sobre auditoria realizada nas obras do Anel Expresso de Fortaleza, Ceará;

11) Aviso nº 587, de 27 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 261, de 2002, sobre auditoria realizada nas obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum/adutora da Serra da Batateira, Bahia;

12) Aviso nº 598, 27 de março, encaminhando cópia da Decisão nº 253, de 2002, sobre auditoria realizada nas obras de melhoria da navegação das hidrovias do Corredor Oeste–Norte do Rio Madeira, no trecho Porto Velho–Foz do Madeira.

III) Distribuição de matéria.

Projeto de Lei:

1) Projeto de Lei nº 07/2002-CN, que “Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor da empresa Boa Vista Energia S.A. – BOVESA, crédito suplementar no valor de R$ 6.610.000,00 (6 milhões

e 610 mil reais), para fins que especifica". Relator designado: Senador Romero Jucá.

Ordem do Dia.

I) Apreciação dos relatórios apresentados aos seguintes projetos de lei:

Item 1: Projeto de Lei nº 02/2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 6.700.000,00 (6 milhões e 700 mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Jorge Bittar.

Não foram apresentadas emendas.

Voto favorável nos termos do parecer.

A matéria está em discussão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, o projeto já esteve aqui no ano passado e trata da criação de órgão de proteção do cinema nacional, o que é importante. Aliás, não sei por que o Governo não incluiu no Orçamento crédito especial logo no início do ano. Acredito até que, se não foi aprovado o crédito especial no ano passado, poderia ter sido incluído no Orçamento.

Como a matéria foi relatada pelo Deputado Jorge Bittar, que não se encontra, pergunto a V.Exa., Sr. Presidente, se vamos votar hoje ou deixar para a semana que vem, quando juntaríamos os projetos. O plenário está muito vazio, e eu prefiro votar o projeto na presença do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – O parecer é favorável, não há controvérsia em relação à matéria. Acho que temos condições de votar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, alguma controvérsia há.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação. Já convoquei todos os Líderes partidários a comparecerem a esta reunião; estão todos avisados. O Deputado Giovanni Queiroz está se dirigindo para esta Comissão. Há vários itens na pauta. Insisto na votação do projeto, embora entenda a posição do Deputado Virgílio Guimarães.

Poderíamos suspender brevemente a reunião. A Ordem do Dia da Câmara dos Deputados deverá ter início às 11h. Poderíamos apreciar algumas matérias. Vou aguardar, pelo menos, a chegada dos Líderes dos partidos da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está suspensa a reunião, por cinco minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estão reabertos os trabalhos.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Sr. Presidente, quero fazer uma proposta, resultante de entendimento com os Líderes partidários: de suspensão desta reunião até terça-feira, cumprindo o acordo de manutenção do quorum. Dessa forma, terei a oportunidade de consultar os Líderes partidários sobre a possibilidade de votarmos as matérias já na terça-feira. A sessão do Congresso Nacional poderia ser convocada para a quinta-feira que vem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Consulto o Plenário.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, sabemos que se trata de uma concessão de todos os presentes. Gostaríamos de votar essas matérias na terça-feira, conforme acordo firmado. Vamos continuar discutindo os projetos com os Líderes do Governo e dos demais partidos presentes aqui.

Então, há o aval do PT.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Sem criar jurisprudência.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sem criar jurisprudência. Muito obrigado pela interpretação precisa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Também sou contrário a esse expediente, mas como é um acordo dos Líderes e precisamos dinamizar os trabalhos, já atrasados...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Não vai criar jurisprudência porque este é um precedente para facilitar o andamento dos trabalhos. Talvez não se repita, mas acho que é procedente, porque queremos votar na terça-feira, antes mesmo da Ordem do Dia. Discutimos até lá, acertando as posições da Oposição e do Governo, e votamos as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Antes de suspender a reunião, informo que a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados está começando às 16h. Então, devemos estar aqui às 14h30min, sem falta.

Além dessas matérias, há outras que vão entrar na pauta e que eu gostaria também fossem examinadas pelos Srs. Líderes. Elas estarão disponíveis na próxima segunda-feira.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, além do decreto legislativo relativo ao Porto do Espírito Santo, cuja obra está por sofrer solu-

ção de continuidade, não sei quais seriam as outras matérias a serem incluídas na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Podemos examinar isso na segunda-feira.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Certo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, com o fim de facilitar nossos trabalhos, proponho reunião das Lideranças às 13h30min. Isso nos permitiria chegar à Comissão com tudo acertado.

O Deputado Virgílio Guimarães propõe que seja às 14h. Em seguida, viríamos para cá, com a pauta acordada e com a presença do Líder do Governo e das Lideranças partidárias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Está combinado.

Na próxima terça-feira, às 14h, haverá reunião dos Líderes, na sala da Presidência da Comissão. Às 14h30min daremos continuidade à reunião.

Está suspensa a presente reunião.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 7 e 8 de 2002.

Apreciação das atas da 4ª Reunião Extraordinária realizada nos dias 20, 21 e 22 de dezembro de 2001, e da 1ª Reunião de Audiência Pública Conjunta, realizada no dia 2 de abril de 2002.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro as atas aprovadas.

Expediente

Correspondência interna recebida:

Ofício nº 101, de 11 de abril, do Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet, comunicando que recebeu o Aviso nº 141-GP-TCU, que trata do Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre de 2001.

Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes de Lideranças partidárias com assento na Comissão:

Ofício nº 54, de 4 de abril, do Deputado Arthur Virgílio, Líder do Governo no Congresso, indicando o Deputado Ricardo Barros, do PPB do Paraná, para permanecer membro do Colegiado.

Expediente encaminhando justificativa de falta às reuniões da Comissão, deferidos pela Presidência:

Requerimento nº 150, de 5 de abril, do Senador Mozarildo Cavalcanti, comunicando sua ausência nos dias 9 a 11 de abril.

Correspondência externa recebida:

Avisos/SGS encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

Aviso nº 664, de 3 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 295/2002, sobre auditoria operacional realizada na Secretaria de Patrimônio da União – SPU;

Aviso nº 656 , de 3 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 309/2002, sobre verificações no gerenciamento, especialmente nos contratos e convênios relativos às obras da Barragem de Jucazinho, em Pernambuco;

Aviso nº 663, de 3 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 297/2002, sobre auditoria realizada no 6º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e na 4ª Superintendência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, em Minas Gerais, referente à situação da BR-381/MG;

Aviso nº 664, de 3 de abril, encaminhando cópia do Acórdão nº 109/2002, sobre auditoria realizada nas obras e serviços rodoviários do Corredor Araguaia-Tocantins, BR-135/MA, trecho Colinas-Orozimbo;

Aviso nº 712, de 5 de abril, encaminhando cópia das Decisões nºs 131 e 132 de 2002, referentes às auditorias realizadas na Superintendência do INCRA, no Estado do Piauí, e nas obras de implantação do Sistema de Transmissão Xingó, no Estado de Pernambuco;

Aviso nº 742, de 10 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 334/2002 sobre auditoria nas obras de implantação do Sistema de Transmissão Xingó, no Estado de Sergipe.

Aviso nº 759, de 10 de abril, encaminhando cópia do Acórdão nº 119/2002 sobre auditoria nas obras de construção de viaduto no Corredor do MERCOSUL, BR-116/RS, situado na Rua Rincão, em Novo Hamburgo.

Aviso nº 760, de 10 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 333/2002 e do Acórdão nº 121/2002, sobre auditoria na Companhia Energética do Piauí – CEPISA.

Distribuição de matéria:

Projeto de Lei nº 4/2002-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de 360 milhões de reais para reforço de dotações constantes do Orçamento vigente".

Relator designado: Senador Gilberto Mestrinho.

Projeto de Lei nº 6/2002-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2002, em favor da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, crédito especial no valor de 1 milhão e 700 mil reais para fins que especifica".

Relator designado: Deputado Paulo Mourão.

Projeto de Lei nº 8/2000-CN, que "Abre crédito especial, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério da Integração Nacional, no valor global de 124 milhões, 210 mil e 542 reais, para os fins que especifica".

Relator designado: Deputado José Priante.

Ordem do Dia

Por acordo firmado, os Itens 1 e 2 não entrarão na apreciação desta reunião.

Passemos para o Item 3, objeto de acordo.

Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica – aproveitamento hidroagrícola do Rio Bálsamo, em Palmeira dos Índios, Alagoas.

Relator: Deputado Anivaldo Vale.

S.Exa está ausente, mas já apresentou o relatório na Comissão.

Portanto, coloco o relatório em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado no Senado da República.

Item 4

Construção do Contorno Ferroviário no Corredor Sudoeste, no Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, V.Exa. me permite? É só uma pequena observação que eu deveria ter feito no item anterior. Só para registro.

Na reunião anterior, na qual se apreciou esta matéria, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, levantamos objeção à sua aprovação, em virtude de as informações serem insuficientes no que diz respeito à licença prévia do IBAMA e à desapropriação.

Recebemos documento do Governo do Estado de Alagoas comprovando a existência da licença prévia e das desapropriações.

Por isso, votamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estamos falando de Mato Grosso do Sul.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Estou me referindo apenas a um registro com relação ao Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Estamos no Item 4. Construção do Contorno Ferroviário no Corredor Sudoeste, no Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

O parecer é favorável, e não foi apresentada emenda.

O Relator é o Deputado Milton Monti. S.Exa. está ausente.

Peço ao Deputado Waldemir Moka que leia, resumidamente, o relatório.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Sr. Presidente, passarei a ler, então, o voto do Relator.

"Conforme evidenciado pela decisão, inexiste prejuízo ao Erário. O órgão responsável já tomou todas as providências que lhe cabiam, tendo sido, inclusive, o processo arquivado no âmbito do Tribunal de Contas da União.

Em face do exposto, voto pela autorização da execução do Subtítulo 26.783.0232.5769.0001 – Construção do Contorno Ferroviário no Corredor Sudoeste, Município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul."

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado no – Senado da República.

Item 6

Construção de Anel Rodoviário no Corredor Fronteira-Norte, BR-364/AC, em Rio Branco.

Relator: Senador Gilberto Mestrinho.

Não foram apresentadas emendas.

Como o Senador está ausente, peço ao Senador Tião Viana que, resumidamente, leia o relatório.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA –

"Parecer da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Público sobre autorização de execução orçamentária do Subtítulo 26.782.0238.5715.0002 – Construção de Anel Rodoviário no Corredor Fronteira-Norte, na BR-364/AC – em Rio Branco, listado no Quadro VII, anexo à Lei nº 10.407, de janeiro de 2002."

Vale ressaltar que o Tribunal de Contas da União procedeu à análise após ouvidos os devidos esclarecimentos do Governo do Estado, já que houve problemas com obra dessa natureza do Governo anterior, e tivemos que assumir o ônus de enfrentrar dificuldades, via Tribunal de Contas da União. Encontramos, após os devidos esclarecimentos àquele Tribunal, o parecer que diz o seguinte em seu Item 8.2:

> *"Comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram constatadas irregularidades graves nas obras de construção de anel rodoviário no Corredor Fronteira-Norte, BR-364/AC, correspondente ao Programa de Trabalho nº 26.782.0238.5715.0002.*
>
> Diante de todo o exposto, voto pela autorização da execução orçamentária, da dotação consignada no subtítulo 26.782.0238.5715.0002 – Construção de Anel Rodoviário no Corredor Fronteira-Norte, BR-364/AC, em Rio Branco."

É uma obra no valor de 7 milhões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discuti-lo, vou colocá-lo em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Sr. Presidente, apenas uma observação. No próprio relatório, diz o Item 2:

"Por meio da Relação nº 76/2001, aprovada pela 2ª Câmara na sessão de 18/10/2001, Ata nº 38, foi o presente processo julgado, sendo feitas, naquela ocasião, determinações corretivas, em face das falhas e impropriedades verificadas.

Registro, por relevante, que a única irregularidade grave constatada já está sendo examinada no TC-007.749.1999-6, da relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, razão pela qual foram estes autos juntados àquele, por força da decisão sob correção."

Sr. Presidente, gostaria, se possível, que o Senador Tião Viana nos trouxesse algumas explicações, porque não tivemos acesso a esses autos.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Um minuto, Senador Tião Viana. Não comporta mais discussão sobre a matéria, uma vez que ela foi encerrada.

Por uma questão de deferência, permiti que V.Exa. usasse a palavra apenas para fazer um registro da sua posição. Mas a discussão está encerrada, e estamos no processo de votação.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – V.Exa. abriu para discutirmos o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Esta matéria é fruto de acordo, nobre Deputado.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Item 5

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – Sr. Presidente, mesmo que haja acordo, nada impede que, como membro desta Comissão, eu discuta a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – No tempo hábil, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO AIRTON CASCAVEL – V.Exa. abriu a discussão. Não estou retroagindo a matéria, porque ela é preclusa. Só estou ponderando que no momento em que V.Exa. abriu a discussão da matéria eu me manifestei. V.Exa. é que não atentou para o fato de que eu estava me inscrevendo. Apenas para fazer esta observação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Desculpe-me, foi uma falha. Encerrei a discussão porque não vi que V.Exa. havia levantado a mão.

Mas encerrei a discussão da matéria.

Vamos para o Item 5

Duplicação de trechos rodoviários no Corredor Transmetropolitano, BR-381/SP, divisa Minas Gerais-São Paulo, entroncamento da BR-116.

Relator: Deputado Santos Filho.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, esta matéria estava com algumas pendências no Tribunal de Contas da União, as quais foram solucionadas. Deixarei de ler meu relatório porque é um pouco extenso e já está distribuído.

Vou ler apenas o voto.

"O conjunto formado pelo Relatório de Obras Irregulares para o Orçamento 2002, a Decisão 425/2001-TCU-Plenário e a ora encaminhada Decisão nº 079/2002-TCU-Plenário, salienta o fato de que não mais persistem irregularidades nos contratos pertinentes ao subtítulo examinado neste parecer.

Ressalte-se ainda que os Contratos nºs 8.919-9, 9.642-8, 9.644-1 e 9.646-5 encontram-se en-

cerrados. Portanto, já não mais receberiam recursos e, por isso, não necessitam ter sua execução liberada.

Assim, o único contrato que ainda se encontra em andamento é o de nº 10.770-0, o qual, de acordo com os esclarecimentos prestados pelo Tribunal de Contas da União, não mais apresenta irregularidades.

Destarte, entendo possível autorizar o reinício das obras referentes ao Contrato nº 10.770-0.

Dessa forma, não mais persistem os motivos que justificaram a inclusão da aludida obra no Quadro VII, anexo à Lei Orçamentária 2002.

Em face do exposto, voto pela autorização da execução da obra pertinente à Classificação Funcional-Programática nº 26.782.0231.5743.0003 – Duplicação de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano, BR-381/SP, divisa Minas Gerais-São Paulo, Entroncamento BR-116 (condicionada ao atendimento do art. 12 desta lei), da Unidade Orçamentária nº 39.252, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, consignada no Orçamento Fiscal da União de 2002, na forma do projeto de decreto-legislativo anexo."

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem queria discuti-lo, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado no Senado da República.

Item 7

Requerimento nº 9/2002, dos Srs. Deputados Dr. Rosinha e Jorge Bittar, solicitando ao Tribunal de Contas da União que investigue se há empenho de dotação orçamentária de obras com indícios de irregularidades graves, constante do Quadro V, anexo à Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, que não receberam autorização desta Comissão e do Congresso Nacional.

Com a palavra o autor, Deputado Jorge Bittar.

Este requerimento também é objeto de acordo.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, constatamos, em pelo menos duas situações, o empenho em obras com indícios de irregularidades – obras que deveriam estar paralisadas até relatório preciso do Tribunal de Contas da União.

Trata-se de fato grave, uma violação das normas legais, inclusive, do próprio papel desta Casa. Daí o fato de solicitarmos uma investigação aprofundada do Tribunal de Contas sobre situações desse tipo, para que possamos adotar as devidas providências.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o requerimento que acaba de ser lido.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado no Senado.

Pauta nº 8. Esta pauta teve todos os seus itens objeto de acordo.

Item 1

Projeto de Lei nº 5/2000-CN, que *"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de R$223.590.266,00, para os fins que especifica".*

Relator: Senador Tião Viana.

Ao relatório não foram apresentadas emendas.

O parecer é favorável.

Com a palavra o Sr. Relator, Senador Tião Viana.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse crédito vem ao encontro de uma necessidade do Exército Brasileiro de reposição de material estratégico e básico. O Exército Brasileiro opera com material de rotina em suas atividades ainda da década de 70. Isso representa 40% de substituição do material das viaturas existentes e 20% da dotação orgânica do Exército como um todo.

Tal crédito será utilizado para viaturas blindadas de rodas, para dotar o regimento de cavalaria mecanizada, desenvolvimento de projetos de ciência e tecnologia, radares de vigilância terrestre, suprimento e munição.

Entendo que este projeto é meritório. Tive o cuidado de discutir com setores técnicos da assessoria que tratam dessa questão de créditos para as Forças Armadas e acredito que estamos contribuindo para recuperar uma grande dívida com a Defesa Brasileira, que também tem o Parlamento na sua política orçamentária.

Meu voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado na Câmara.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa*).

Aprovado no Senado da República.

Item 2

Construção do edifício-sede da Justiça Federal – Seção Judiciária em Cuiabá, Mato Grosso.

Relator: Deputado Pedro Novais.

Ao relatório não foram apresentadas emendas.

Como o Deputado Pedro Novais está ausente, peço ao Deputado Waldemir Moka que leia o resumo final do relatório.

O SR. DEPUTADO WALDEMIR MOKA – Sr. Presidente, passarei a ler o voto do Relator:

"Conforme salienta a Decisão nº 064/2002-TCU-Plenário, as determinações do TCU destinadas a corrigir os indícios de irregularidades graves foram consideradas atendidas, mormente por que o processo licitatório que continha falhas foi anulado.

Diante do esclarecimento prestado pelo TCU, aliado ao fato de que a obra está incluída no Plano de Auditoria de 2002 daquele Tribunal, entendo possível autorizar o reinício das obras referentes ao subtítulo ora examinado.

Dessa forma, não persistem os motivos que justificaram a inclusão da aludida obra no Quadro VII, anexo à Lei Orçamentária 2002.

Em face do exposto, voto pela autorização da execução da obra pertinente à classificação Funcional-Programática nº 02.061.0569.7241.0003 – Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Cuiabá, no Município de Cuiabá (condicionada ao atendimento do art. 12 desta lei), da Unidade Orçamentária nº 12.102, Tribunal Regional Federal da 1ª Região, consignada no Orçamento Fiscal da União de 2002, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

Sala da Comissão, 26 de março de 2002. – Deputado **Pedro Novais,** Relator"

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – Em discussão o parecer.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado no Senado da República.

Item 3

Dragagem no Porto de Vitória, no Espírito Santo, Estado do Espírito Santo.

Relator Deputado Almir Sá.

Não foram apresentadas emendas.

Em função da ausência do Deputado Almir Sá, peço ao Deputado João Coser que, resumidamente, leia o voto.

O SR. DEPUTADO JOÃO COSER – Sr. Presidente, vou começar prejudicado porque já há um contra, o Deputado Waldemir Moka.

Sr. Presidente, o eminente Relator, Ministro Marcos Vilaça, determinou no ano passado repactuação de contrato entre as empreiteiras responsáveis pela execução da obra e a CODESA. Isso foi feito no final do ano passado no Congresso, que aprovou um projeto de decreto legislativo corrigindo todas as distorções e liberando a utilização de recursos.

"Entretanto, por equívocos ocorridos na tramitação entre o Tribunal de Contas e o Congresso Nacional, a obra, objeto deste parecer, voltou a constar da lista de obras com indícios de irregularidades, já na Lei Orçamentária de 2002. Tal fato deu-se sem que houvesse qualquer nova irregularidade, mas tão-somente as já diagnosticadas e sanadas no exercício de 2001.

Em face do exposto, voto pela autorização da execução dos contratos oriundos da Concorrência nº 01/98 e do Convite nº 41/98, no âmbito da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União de 2002 na Classificação Funcional-Programática nº 26.784.0230.3265.0001 – Dragagem no Porto de Vitória-ES, no Estado do Espírito Santo, na forma do projeto de decreto legislativo anexo."

O SR. PRESIDENTE (Senador Carlos Bezerra) – É o voto do Deputado Almir Sá.

Em discussão o parecer que acaba de ser lido.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estão de acordo permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo, permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Nesta semana, em função da pauta da Câmara dos Deputados, não teremos mais reunião desta Comissão. Por acordo firmado na semana passada, vou encerrar a reunião, não vou suspendê-la.

Infelizmente nossa próxima reunião será só na próxima terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Sexta Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 23 e 25 de abril de 2002

Aos vinte e três e vinte e cinco dias de abril do ano de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 09/2002. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Divaldo Suruagy, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, João Almeida, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nelson Meurer, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Paulo Braga, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Santos Filho, Saulo Pedrosa e Virgílio Guimarães; – Senadores titulares: Amir Lando, Arlindo Porto, Benício Sampaio, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Jonas Pinheiro, Marluce Pinto, Mozarildo Cavalcanti, Nabor Júnior, Romero Jucá, Tião Viana e Wellington Roberto; – Deputados suplentes: Adolfo Marinho, Armando Abílio, Átila Lins, Augusto Franco, Carlito Merss, Claudio Cajado, Coriolano Sales, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fernando Coruja, João Tota, José Pimentel, Josué Bengtson, Juquinha, Laura Carneiro, Osvaldo Reis, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Renildo Leal, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Sérgio Barcellos, Silas Brasileiro, Telma de Souza e Waldemir Moka; – Senadores suplentes: Alberto Silva, Carlos Patrocínio, Fernando Ribeiro, Francelino Pereira, Gerson Camata, João Alberto Souza, Lúdio Coelho e Romeu Tuma. A Deputada Zila Bezerra justificou a ausência. Foi registrada a ausência dos membros: – Deputados titulares: Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Eujácio Simões, Freire Junior, Helenildo Ribeiro, João Caldas, João Coser, João Pizzolatti, José Chaves, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Nárcio Rodrigues, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Feijó, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Sérgio Miranda, Welinton Fagundes e Wilson Braga; – Senadores titulares: Ademir Andrade, Antero Paes de Barros, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, José Coelho, Leomar Quintanilha, Moreira Mendes, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Ronaldo Cunha Lima e Sebastião Rocha. ABERTURA: Às quatorze horas e cinqüenta minutos, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, anunciou que não havia quorum para o início dos trabalhos na Comissão, conforme disposto no art. 12 do Regimento Comum. Às dezenove horas e três minutos do mesmo dia, o Deputado Jorge Khoury, no exercício da Presidência, conforme disposto no art. 8º da Resolução no 1, de 2001, do Congresso Nacional, deu início aos trabalhos. Em seguida, suspendeu a reunião em decorrência da realização da ordem do dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e cinco do mesmo mês, o Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Santos Filho, reabriu a reunião procedendo à apreciação das Atas das seguintes reuniões: 1) Ata da 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 e 27/12/2001. 2) Ata da 5ª Reunião Ordinária, realizada em 09, 11 e 16/04/2002. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Atas, por terem sido distribuídas antecipadamente. Não houve discussão. De acordo com o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente em exercício declarou as Atas aprovadas. AVISO: Conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, o Presidente em exercício comunicou a abertura do prazo – de 26 de abril a 03 de maio (8 dias)- para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo referentes à execução orçamentária do seguinte Subtítulo constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): Subtítulo 26.784.0235.5864.0024 – Melhoramento das Instalações do Porto de Natal – no Estado do Rio Grande do Norte. Relator: Deputado Jonival Lucas Júnior. EXPEDIENTE: I) Correspondência interna recebida: 1) Ofício 49, de 24 de abril de 2002, do Senador Renan Calheiros – Líder do PMDB, indicando os Senadores Sérgio Machado e João Alberto Souza, respectivamente, como Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual e Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003. 2) Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Ofício 24, de 15 de abril de 2002, do Deputado João Herrmann Neto – Líder do Bloco Parlamentar PDT/PPS, indicando o Deputado Airton Cascavel, como representante do Partido Popular Socialista –

PPS, em substituição ao Deputado Rubens Bueno. II) Correspondência externa recebida: 1) Avisos/SGS encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: a) nº 734, de 10 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 332/2002, sobre auditoria realizada no Projeto de Irrigação Baixada Ocidental Maranhense, nos Municípios de Pinheiro e Palmeirândia, no Estado do Maranhão. b) nº 751, de 10 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 330/2002, sobre auditoria Operacional em contratos firmados com instituições internacionais, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. c) nº 764, de 10 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 120/2002, sobre auditoria realizada nas obras da Fundação Universidade Federal do Amapá. d) nº 777, de 10 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 257/2002, sobre auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Goiânia/GO. e) nº 812, de 17 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 370/2002, sobre auditoria operacional, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, na modalidade de avaliação de programa de governo, tendo por objeto o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), especificamente quanto à sua execução no Estado de Santa Catarina. f) nº 823, de 17 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 367/2002, sobre solicitação de informações oriunda do Congresso Nacional, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, por intermédio do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar possíveis irregularidades ocorridas em obras públicas inacabadas. g) nº 831, de 17 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 374/2002, sobre auditoria realizada no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG, em obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste – BR-356/MG – trecho Ervália-Muriaé. h) nº 832, de 17 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 375/2002, sobre auditoria realizada na construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica do agreste alagoano, em Arapiraca/AL. i) nº 854, de 17 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 133/2002, sobre auditoria realizada nas obras de pavimentação do trecho Itaberaí-Itaguari da BR-070/GO. 2) Aviso/GP encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: nº 337, de 17 de abril, comunicando o recebimento do Ofício nº P-032 desta Comissão, de 21/03/2002, que solicita a indicação de representante daquela Corte de Contas para participar de Audiência Pública, a fim de prestar esclarecimentos sobre a obra inacabada do Fórum Trabalhista da Primeira Instância na Cidade de São Paulo. III) Distribuição de Matéria: 1) Mensagens: a) Mensagem nº 50 – CN, de 2002, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 67 da Lei 10.266, de 24 de julho de 2001, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional". Relator designado: Deputado Sampaio Dória. b) Mensagem nº 53/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório do resultado da implementação da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, relativamente aos preços ao consumidor dos produtos referidos no artigo 1º". Relator designado: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. c) Mensagem nº 60/2002-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do artigo 6º da Lei nº 9989, de 21 de julho de 2000, o relatório de avaliação do Plano Plurianual correspondente ao exercício de 2001. (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão)". Relator designado: Senador Moreira Mendes. d) Mensagem nº 629/2001-CN, que "Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 3º art. 18 da Lei nº 9995, de 25 de julho de 2000, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superavit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social fixada para o segundo quadrimestre de 2001". Relator designado: Deputado Félix Mendonça. 2) Ofícios: a) Ofício nº 8 – CN, de 2001, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público da União, referente ao primeiro quadrimestre de 2001". Relator Designado Deputado Antônio Carlos Konder Reis. b) Ofício nº 9-CN, de 2001, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 20, §4º da Lei 7.827, de 1989, as Demonstrações Contábeis de 30.06.2001, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste – FCO". Relator designado: Deputado Marçal Filho. c) Ofício nº 2-CN, de 2002, que "Encaminha ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle, cópia do processo de prestação de contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, referente a 2001, em atendimento ao art. 20, §4º da Lei 7.827, de 1989. Relator designado: Deputado Anivaldo Vale. 3) Avisos referentes a Relatórios de Gestão Fiscal: a) Aviso 01/2002-CN, Decisão 06/2002-TCU, sobre acompanhamento das publicações e do envio ao Tribunal de Contas da União, pelos titulares dos poderes e órgãos da esfera federal, dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2001. Relator designado: Deputado Osvaldo Coêlho. b) Aviso 04/2002-CN, sobre a prestação de

contas dos gestores do Tribunal de Contas da União. Relator designado: Deputado Mussa Demes. Nesse momento, o Presidente em exercício comunicou aos membros da Comissão que os Subtítulos com indícios de irregularidades graves constantes do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2002, a partir daquela data, seriam encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, para autuação, e, em seguida, enviados à Comissão na forma de Aviso do Congresso Nacional. 4) Avisos do Congresso Nacional, relativos aos Subtítulos com indícios de irregularidades graves constantes do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2002: a) Aviso 05-CN: Melhoria da navegação das hidrovias no Corredor Oeste-Norte – Rio Madeira – Trecho Porto Velho – Foz do Madeira. Relator designado: Senador Amir Lando. b) Aviso 06-CN: Adequação de trechos rodoviários no corredor Mercosul / BR-386 / RS – trecho Lageado – Canoas, compreendendo a duplicação com restauração da rodovia e construção de obras-de-arte. Relator designado: Deputado Antônio Carlos Konder Reis. c) Aviso 08-CN: obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum/adutora da Serra da Batateira / BA. Relator designado: Deputado Arnon Bezerra. d) Aviso 09-CN: Modernização e recuperação da infra-estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – no Estado da Bahia. Relator designado: Deputado Márcio Reinaldo Moreira. e) Aviso 10-CN: Adequação de trechos rodoviários no Corredor Nordeste – BR-230/PB – João Pessoa – Campina Grande. Relator designado: Deputado José Borba. f) Aviso 11-CN: Implantação de projetos de irrigação – Projeto Três Barras no Estado de Goiás. Relator designado: Deputado João Coser. g) Aviso 12-CN: Implantação do sistema de transmissão em Manaus. Relator designado: Deputado João Magno. h) Aviso 13-CN: Adequação de trechos rodoviários no Corredor Araguaia-Tocantins – BR-316 – Pará. Relator designado: Deputado João Leão. i) Aviso 14-CN: Implantação de usina termelétrica no Amazonas. Relator designado: Deputado Gonzaga Patriota. j) Aviso 15-CN: Construção de contornos rodoviários no Corredor Leste – BR-259/ ES – em Colatina. Relator designado: Deputado Jorge Bittar. k) Aviso 16-CN: Implantação da UHE da Serra da Mesa, em Goiás. Relator designado: Deputado Nárcio Rodrigues. l) Aviso 17-CN: Construção de obras de infra-estrutura de irrigação de uso comum em Piancó III, Paraíba. Relator designado: Deputado Luciano Castro. 5) Designação do Senador Jonas Pinheiro para os relatórios de atividades encaminhados pelo Tribunal de Contas da União, referentes aos seguintes Avisos do Congresso Nacional: a) Aviso 01/2001-CN, referente ao 4º trimestre de 2000. b) Aviso 02/2001-CN, referente ao exercício de 2000. c) Aviso 03/2001-CN, referente ao 1º trimestre de 2001. c) Aviso 05/2001-CN, referente ao 3º trimestre de 2001. d) Aviso 03/2002-CN, referente ao 4º trimestre de 2001. 6) Subtítulos constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): Construção do Açude Algodão II no Estado do Piauí. Relator designado: Deputado Saulo Pedrosa. ORDEM DO DIA: I) Apreciação dos Relatórios apresentados aos seguintes Projetos de Lei: Item 01: Projeto de Lei nº 02/2002- CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais), para os fins que especifica". Relator: Deputado Jorge Bittar. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável, na forma do Projeto apresentado. Com a palavra, o relator procedeu à leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 02 Projeto de Lei nº 03/2002-CN, que "Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 104.567.230,00 (cento e quatro milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta reais), para os fins que especifica". Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável, na forma do Substitutivo apresentado. Em face da ausência do Senador Paulo Hartung, relator da matéria, o Senador Romero Jucá requereu a inversão de pauta, no sentido de que o item 03 fosse imediatamente apreciado. O Presidente em exercício informou que o Senador Paulo Hartung havia sido substituído pelo Senador Tião Viana, que se encontrava no recinto. Com a palavra, o relator procedeu à leitura do Relatório. Apresentado o Relatório, discutiram a matéria os Deputados Giovanni Queiroz, Virgílio Guimarães e o Senador Amir Lando. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 03: Projeto de Lei nº 07/2002-CN, que "Abre ao Orçamento de Investimento, para 2002, em favor da empresa Boa Vista Energia S.A. – BOVESA, crédito suplementar no valor de R$ 6.610.000,00 (seis milhões e seiscentos e dez mil reais), para os fins que especifica". Relator: Senador Romero Jucá. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável, na forma do Projeto apresentado. Com a palavra, o relator procedeu à leitura do Relatório. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da

Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Senador Romero Jucá comunicou que seria realizada Sessão do Congresso Nacional naquela data para apreciação das matérias votadas na Comissão. Os Deputados Giovanni Queiroz e Ricardo Barros discutiram o assunto. II) Apreciação dos Relatórios apresentados sobre a execução orçamentária dos seguintes Subtítulos: Item 04: Subtítulo nº 26.784.0230.1905.0032 – Recuperação e Melhoramentos da Infra-Estrutura Portuária – no Estado do Espírito Santo – Unidade Orçamentária 39.211 e Subtítulo nº 26.784.0909.5873.0002 – Participação da União no capital – Companhia Docas do Espírito Santo – Recuperação e Modernização da Infra-Estrutura Portuária – no Estado do Espírito Santo – Unidade Orçamentária 39.101. Relator: Deputado Nelson Meurer. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: Pela autorização da execução dos Subtítulos nº 26.784.0230.1905.0032 e nº 26.784.0909.5873.0002 – com exceção da Concorrência nº 004/2000, para ambas as rubricas, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Em discussão, o Deputado Giovanni Queiroz fez ressalvas quanto às informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União acerca de matérias que envolvem Subtítulos. Por fim, manifestou-se favoravelmente ao Relatório. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às dez horas e cinqüenta e dois minutos, o Deputado Virgílio Guimarães, Terceiro Vice-Presidente, assumiu a Presidência. Item 05: Subtítulo nº 18.544.1851.3451.0442 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Barragem do Poço do Marruá e adutoras, no Município de Patos, no Estado do Piauí. Relator: Deputado Santos Filho. Não Foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: Pela autorização da execução do Contrato nº 002/2001- DEO, da COMDEPI, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Com a palavra, o relator procedeu à leitura do Relatório. Em discussão, O Deputado Giovanni Queiroz solicitou a verificação do número referente ao Subtítulo. Os Deputados Paulo Kobayashi e Antônio Carlos Konder Reis discutiram o assunto. Em seguida, o Deputado Santos Filho informou que iria proceder à verificação do referido número. Solicitou, assim, que a matéria em questão fosse apreciada após a votação do último item da pauta. O Presidente em exercício, com a concordância do Plenário, assentiu. Após a votação do último item, o Deputado Santos Filho comunicou a retificação do Projeto de Decreto Legislativo, em consonância com as observações realizadas pelo Deputado Giovanni Queiroz. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às onze horas e seis minutos, o Primeiro Vice-Presidente, Deputado Santos Filho, reassumiu a direção dos trabalhos. Item 06: Subtítulo nº 26.782.0235.5714.0003 – Construção de Anel Rodoviário no Corredor Nordeste – Expresso em Fortaleza. Relator: Deputado Olavo Calheiros. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Tendo em vista a ausência do relator da matéria, o Presidente em exercício designou o Deputado Raimundo Gomes de Matos para proceder à leitura do Relatório. Em discussão, o Deputado Virgílio Guimarães anunciou a ausência da Bancada do Partido dos Trabalhadores em decorrência da participação de seus membros em um Seminário. Informou também que havia sido designado para substituir, naquele momento, o Deputado Jorge Bittar como Representante da Liderança do Partido dos Trabalhadores na Comissão. Solicitou, em seguida, a retirada da matéria de pauta. Às onze horas e dez minutos, o Deputado Olavo Calheiros, relator da matéria, compareceu ao recinto do plenário. Debateram a matéria os Deputados Paulo Kobayashi, Olavo Calheiros, Marcelo Teixeira e Virgílio Guimarães. O Deputado Giovanni Queiroz novamente fez ressalvas quanto às informações enviadas pelo Tribunal de Contas da União acerca de matérias que envolvem Subtítulos. O Presidente não acolheu a solicitação do Deputado Virgílio Guimarães para a retirada da matéria de pauta. Em votação, o Relatório foi aprovado pelas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, tendo sido registradas as abstenções da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Comissão e do Deputado Antônio Carlos Konder Reis. Em seguida, o Deputado Virgílio Guimarães solicitou a prorrogação do prazo de apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003. Nesse sentido, o Presidente em exercício propôs a prorrogação do prazo final de apresentação de emendas para o dia treze de maio de 2002. Em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente em exercício comunicou que seria enviado Ofício a Presidência do Congresso Nacional com o encaminhamento da solicitação. No prosseguimento dos trabalhos, o Deputado Antônio Carlos Konder Reis informou ao Presidente em exercício sobre a necessidade de apreciação do Relatório ao Projeto de Lei nº08/2002. O Presidente em

exercício anunciou que o relatório ainda não havia sido entregue pelo relator para inclusão na pauta. Em seguida, O Deputado Virgìlio Guimarães pediu explicações sobre como retificar emenda relativa ao mesmo Projeto de Lei. O Presidente em exercício solicitou que o Deputado Virgílio Guimarães encaminhasse Ofício à Comissão com as correções necessárias. ENCERRAMENTO: O Presidente em exercício encerrou a reunião às onze horas e vinte e nove minutos, convocando os membros para a 7ª Reunião Ordinária, a ser realizada às quatorze horas e trinta minutos do dia 30 de abril de 2002. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Santos Filho**. Primeiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Não Havendo número regimental para abertura da presente reunião, comunicamos a transferência da mesma para às 18h30min de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Havendo número regimental, declaro reiniciada a 6ª reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 09, de 2002.

Apreciação das atas das seguintes reuniões:

1) Ata da 5ª reunião extraordinária, em 26 e 27 de dezembro de 2001;

2) Ata da 5ª reunião ordinária, realizada aos 9, 11 e 16 de abril de 2002.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das atas, por terem sidos distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão, e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno desta Comissão, declaro aprovadas as atas.

Aviso.

Prazo para abertura de emendas de subtítulo:

Informo aos membros que conforme o estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, está aberto o prazo de 26 de abril a 3 de maio (8 dias) para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002):

1) Melhoramento das instalações do Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, cujo Relator é o Deputado Jonival Lucas Junior.

Expediente.

Correspondência interna recebida:

Ofício nº 49, de 24 de abril de 2002, do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, indicando os Senadores Sérgio Machado e João Alberto Souza, respectivamente, como Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual e Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2003.

Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

> Ofício nº 24, de 15 de abril de 2002, do Deputado João Herrmann Neto, Líder do Bloco Parlamentar PDT/PPS, indicando o Deputado Airton Cascavel como representante do Partido Popular Socialista (PPS), em substituição ao Deputado Rubens Bueno.

Correspondência externa recebida:

Avisos/SGS encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

1) Aviso nº 734, de 10 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 332, de 2002, sobre auditoria realizada no Projeto de Irrigação Baixada Ocidental Maranhense, nos Municípios de Pinheiro e Palmeirândia, no Estado do Maranhão;

2) Aviso nº 751, de 10 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 330, de 2002, sobre auditoria operacional em contratos firmados com instituições internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;

3) Aviso nº 764, de 10 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 120, de 2002, sobre auditoria realizada nas obras da Fundação Universidade Federal do Amapá;

4) Aviso nº 777, de 10 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 257, de 2002, sobre auditora realizada na Prefeitura Municipal de Goiânia/GO;

5) Aviso nº 812, de 17 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 370, de 2002, sobre auditoria operacional, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, na modalidade de avaliação de programa de governo, tendo por objeto o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), especificamente quanto à sua execução no Estado de Santa Catarina;

6) Aviso nº 823, de 17 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 367, de 2002, sobre solicitação de informações oriundas do Congresso Nacional, do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, por intermédio do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a verificar possíveis irregularidades ocorridas em obras públicas inacabadas;

7) Aviso nº 831, de 17 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 374, de 2002, sobre auditoria realizada no Departamento de Estrada de Rodagem do

Estado de Minas Gerais (DER-MG), em obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Leste, BR-356/MG, trecho Ervália a Muriaé;

8) Aviso nº 832, de 17 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 375, de 2002, sobre auditoria realizada na construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica do agreste alagoano, em Arapiraca, Estado de Alagoas;

9) Aviso nº 854, de 17 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 133, de 2002, sobre auditoria realizada nas obras de pavimentação do trecho Itaberaí-Itaguari da BR-070/GO.

Avisos/GP encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

1) Aviso nº 337, de 17 abril, comunicando o recebimento do Ofício nº P-032 desta Comissão, de 21/03/2002, solicitando a indicação de representantes desta Corte de Contas para participar de audiência pública, para prestar esclarecimentos sobre a obra inacabada do Fórum Trabalhista da Primeira Instância na Cidade de São Paulo.

Distribuição de matéria:

Mensagem nº 50-CN, de 2002, que "encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 67 da Lei nº 10.266, de 24 de julho de 2001, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional". Relator designado: Deputado Sampaio Dória.

Mensagem nº 53, de 2002, que "encaminha ao Congresso Nacional o relatório do resultado de implementação da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, relativamente aos preços ao consumidor dos produtos referidos no art. 1º". Relator designado: Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Mensagem nº 60/2002 – CN. Relator designado: Senador Moreira Mendes.

Mensagem nº 629/2001 – CN. Relator designado: Deputado Félix Mendonça.

Ofício.

Ofício nº 8-CN, de 2001. Relator designado, Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

Ofício nº 9-CN, de 2001. Relator designado: Deputado Marçal Filho.

Ofício nº 2-CN. Relator designado: Deputado Anivaldo Vale.

Relatório de Gestão Fiscal:

Aviso nº 01/2002-CN. Relator: Deputado Osvaldo Coelho.

Aviso nº 04/2002-CN. Relator designado: Deputado Mussa Demes.

Informo aos senhores membros que os Subtítulos com indícios de irregularidades graves constantes do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2002, a partir dessa data, são encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, para autuação e, após, são enviados à Comissão na forma de Aviso-CN.

Designação de Relatores para os seguintes Avisos-CN (Subtítulos com indícios de irregularidades graves constantes do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2002):

Aviso nº 05-CN, Relator designado: Senador Amir Lando;

Aviso nº 06-CN, Relator designado: Deputado Antônio Carlos Konder Reis;

Aviso nº 08-CN, Relator designado: Deputado Arnon Bezerra;

Aviso nº 09-CN, Relator designado: Deputado Márcio Reinaldo Moreira;

Aviso nº 10-CN, Relator designado: Deputado José Borba;

Aviso nº 11-CN, Relator designado: Deputado João Coser;

Aviso nº 12-CN, Relator designado: Deputado João Magno;

Aviso nº 13-CN, Relator designado: Deputado João Leão;

Aviso nº 14-CN, Relator designado: Deputado Gonzaga Patriota;

Aviso nº 15-CN, Relator designado: Deputado Jorge Bittar;

Aviso nº 16-CN, Relator designado: Deputado Narcio Rodrigues;

Aviso nº 17-CN, Relator designado: Deputado Luciano Castro.

Designação do Senador Jonas Pinheiro para os relatórios de atividades encaminhados pelo Tribunal de Contas da União, referentes aos seguintes períodos:

Aviso nº 01/2001-CN, referente ao 4º trimestre de 2000;

Aviso nº 02/2001-CN, referente ao exercício de 2000 ;

Aviso nº 03/2001-CN, referente ao 1º trimestre de 2001;

Aviso nº 05/2001-CN, referente ao 3º trimestre de 2001;

Aviso nº 03/2002-CN, referente ao 4º trimestre de 2001.

Subtítulos constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407:

1) Construção do Açude Algodão II, no Estado do Piauí. Relator designado, Deputado Saulo Pedrosa.

Ordem do Dia.

Pauta nº 09.

1) Apreciação dos relatórios apresentados aos seguintes projetos de lei:

Item 1: (remanescente da Pauta nº 07/2002) – Projeto de Lei nº 02/2002-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Jorge Bittar.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável, nos termos propostos no projeto.

Com a palavra o nobre Deputado Jorge Bittar, Relator.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a presente matéria, da qual sou Relator, trata da abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal da União em favor da Presidência da República, de R$ 6.700.000,00 (seis milhões e setecentos mil reais), destinados à Agência Nacional de Cinema (ANCINE) e ao Instituto de Tecnologia de Informação.

A ANCINE – acredito todos estejam informados – foi criada com o objetivo de fortalecer a indústria cinematográfica brasileira, fundamental portanto para o País. E o Instituto de Tecnologia da Informação é ligado à certificação digital no País, e à assinatura digital, fundamental também, quer para as políticas de Governo, quer para a sociedade brasileira.

Trata-se de créditos adicionais para viabilizar a implantação desses dois novos órgãos de Governo. A matéria é extremamente relevante, por isso mesmo tem nossa concordância.

Isso posto, passo a ler o meu voto:

Desse modo, considerando que o projeto de lei não colide com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002, não ferindo, tampouco, a quaisquer outros dispositivos legais relativos à alocação de recursos, e seu detalhamento acha-se conforme às exigências legais e aos princípios da boa técnica orçamentária, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2, de 2002-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o parecer do Deputado Jorge Bittar na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o nobre Senador Romero Jucá.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, tendo em vista que o Item nº 2 tem como Relator o Senador Paulo Hartung, que ainda não está presente, peço a V.Exa. inversão de pauta. Que o Item nº 3 seja apreciado agora, porque sou o Relator e a matéria não apresenta nenhum tipo de problema e eu poderia relatá-la rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência quer comunicar ao nobre Senador Romero Jucá que o nobre Senador Paulo Hartung realmente está viajando, e nós o substituímos pelo Senador Tião Viana. Já está sendo distribuído...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sendo assim, retiro meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. SENADOR TIÃO VIANA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, o parecer da Comissão Mista de Orçamento e Fiscalização, do Projeto de Lei nº 03, de 2002, "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade da União, em favor da Presidência da República, crédito especial no valor de R$ 104.567.230,00 (cento e quatro milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e trinta reais), para os fins que especifica.

O projeto aponta as unidades orçamentárias, investimentos da ordem de R$ 78.060.000,00 (setenta e oito milhões e seiscentos mil reais) para a Agência Nacional de Cinema, e R$ 26.507.230,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e sete mil e duzentos e trinta reais) para o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

É um grande investimento, necessário e pertinente à atividade cultural brasileira.

Vale ressaltar que no Brasil temos apenas dez milhões de cidadãos que buscam por ano os cinemas brasileiros, o que é uma tragédia do ponto de vista de mercado cultural, do ponto de vista de incentivo à cultura nacional. Acredito ser o projeto extremamente correto e necessário.

Por essa razão, o meu voto, tendo em vista a constitucionalidade, a juridicidade, o mérito e a técnica legislativa da proposição, é pela aprovação do Projeto de Lei nº 003, na forma do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Sr. Presidente, quero ponderar que se trata de reserva de contingência para atender a essa demanda. E eu sei que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, está equivocado. Emergência fiscal ou emergência efetiva permitiria o uso de recursos, não é Senador? No caso, não há

nenhuma urgência para ser atendida, então, é um equívoco que a Lei de Responsabilidade Fiscal veta.

Não vou votar contra, mas reservo-me o direito de, no Congresso, questionar melhor a situação.

Por outro lado, quando vemos aqui "encargos financeiros da União", estão retirando, como fonte, 24 milhões de reais. Ora, se o Governo superestima recursos necessários para rolagem da dívida e depois começa a utilizar esses títulos para compensação, ou venda de títulos, aumenta a dívida interna brasileira. Isso logicamente vai implicar superávit primário, o que vai gerar cortes orçamentários.

Não é isso, Senador Jucá? V.Exa. sabe disso, implica cortes orçamentários.

(Intervenção inaudível)

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Cai um pouco, não; ele não vai atingir a meta, como não atinge em nenhum momento. No ano passado não atingiu, ficou longe. Então, vamos votar favoravelmente, vamos deixar que a matéria passe, mas me reservo o direito de questionar procedimentos diferenciados no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência agradece ao nobre Deputado Giovanni Queiroz a colaboração. Nas reuniões de Lideranças, S.Exa. sempre se referiu a esse problema. Seu direito de se manifestar no plenário está totalmente assegurado, e V.Exa já vinha alertando para isso nas reuniões de Lideranças.

Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a importância desse crédito é evidente. Nosso companheiro, Senador Tião Viana, já expressou aqui esse ponto de vista, que é também o da bancada – este ano S.Exa. será o Relator da matéria que couber ao PT, já foi escolhido por nossa bancada na Comissão de Orçamento. A área que será delegada ao Senador Tião Viana ainda será definida, mas todos conhecem sua vocação por temas relacionados à educação e cultura.

Ao mesmo tempo em que, seguindo orientação do Senador Tião Viana, votaremos favoravelmente à matéria, registro que esse crédito foi colocado no final no ano passado, mas não prosperou. Poderia ter sido incluído no Orçamento de 2002, mas o Governo Federal, que poderia tê-lo colocado como emenda ao Orçamento de 2002, entrando como crédito especial no ano passado, não o fez. Vamos votar a favor, mas não posso deixar de registrar esse fato.

Por que o Governo Federal não o incluiu , uma vez que já havia inclusive a criação do órgão próprio de cinema? E isso não faz parte do projeto nem sequer de emendas ou correções, o que o Governo poderia fazer, como ocorreu em outros momentos, enviando correspondência, assinalando equívocos que poderiam ser corrigidos no Orçamento de 2002.

E mais: não poderia deixar de registrar, aproveitando a presença do Líder do Governo, que, entre os créditos aprovados, houve crédito especial para área do Ministério da Cultura, que foi, digamos, umas das exceções – creio até que, para investimento, com essa fonte, foi exceção. Há um compromisso do Governo no sentido de sua execução, mas ainda não obtivemos notícia de que tenha sido feita.

Sei que ontem Parlamentares desta Comissão foram ao Ministro Francisco Weffort – quero dizer isso aqui de público, porque fui Relator daquela matéria, e na época tive a promessa de sua execução –, e V.Exas. sabem que eu me senti, de alguma maneira, comprometido, porque fui o porta-voz desse compromisso, mas as coisas ainda não andaram. Se há recursos a mais, por que não executar aquilo que já foi votado e solenemente comprometido aqui?

Votaremos a favor, Sr. Presidente, mas não poderia deixar de fazer este registro. O Governo poderia ter resolvido o problema do cinema, no Orçamento regular de 2002, e há ainda crédito especial que foi retirado daquela queda generalizada que houve no final do ano, que passou um compromisso reiterado este ano, ainda não executado, além da questões da fonte aqui apontadas pelo Deputado Giovanni Queiroz.

Votaremos a favor, feitas essas observações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência inclusive é testemunha de entendimentos feitos no ano passado por V.Exa., e também de compromissos assumidos.

O Senador Amir Lando está aniversariando hoje. Esta Presidência e os demais membros da Comissão desejam felicidades a S.Exa., que tem tido excelente convivência conosco, quer como Relator-Geral, quer como membro. Nossos votos são de que este ano seja extremamente proveitoso para V.Exa. nas novas empreitadas em que se lançar.

Com a palavra o nobre Senador Amir Lando.

O SR. SENADOR AMIR LANDO – Agradeço ao Presidente por essa manifestação de carinho. E recebo com alegria os votos de todos os Srs. Parlamentares aqui presentes.

Apenas esclareço que estamos aqui servindo ao Estado de Rondônia e ao Brasil. Nesta Comissão, tivemos oportunidade de fazer grandes amigos, como é o caso do Presidente Santos Filho, que não conhecia, mas na Relatoria e como membro do Comitê de Emendas deu importante contribuição para que pu-

déssemos fazer um Orçamento transparente, limpo e que atendeu exclusivamente ao interesse público.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator Tião Viana permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Item 3.

Projeto de Lei nº 7. Relator: nobre Senador Romero Jucá.

Não foram apresentadas emendas.

O voto é favorável, nos termos propostos no projeto.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, apenas registro que o Projeto de Lei nº 6 se refere a crédito suplementar para a Companhia de Energia de Boa Vista, Roraima, e é um remanejamento de rubrica dentro do próprio limite de recursos da Companhia. Portanto, isso é apenas um ajuste técnico.

Não foram apresentadas emendas e o parecer é favorável.

Peço, portanto, a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco em votação o Item 3 da pauta, cujo parecer foi lido pelo Senador Romero Jucá.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram.(Pausa.)

Aprovado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Faço um apelo às Lideranças desta Comissão, a V.Exa. e ao Líder do Governo no Congresso Nacional, Deputado Ricardo Barros, no sentido de que esses créditos, votados e aprovados hoje, sejam incluídos na pauta da sessão de hoje à tarde do Congresso Nacional, porque na próxima semana não deveremos ter aqui atividade, e esses créditos são importantes.

Essa obra de Roraima, por exemplo, estava em andamento e, por conta desse ajuste técnico, teve de ser paralisada.

O montante é pequeno, por isso apelo aos meus colegas para que a incluamos na pauta de hoje da sessão do Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Achamos justo o apelo de V.Exa. Em outros momentos, nós, da Oposição, também vamos precisar dessa inserção. V.Exa., que foi Líder e é Vice-Líder do Governo, deve pressionar o Governo para cumprir os compromissos assumidos, porque só o Deputado Ricardo Barros tem sofrido as pressões que fazemos. V.Exa. também deve carregar esse peso, porque há necessidade de que se cumpra o acordado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência se solidariza com o nobre Deputado Giovanni Queiroz, porque é testemunha do trabalho realizado pelo nobre Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo nesta Comissão. S.Exa. tem enfrentado uma peleia difícil. Por isso, referendamos esse apelo ao nobre Líder do Governo no Senado Federal, para que some esforços com o Deputado Ricardo Barros.

Como Presidente e Coordenador da bancada do PFL, é difícil assistir aos apelos dramáticos que fazemos à bancada da Oposição, que, às vezes, colaborando com o interesse nacional, soma esforços e deixa de usar aquilo que o Regimento da Comissão permite para que o andamento dos trabalhos seja agilizado. Mas, depois, os compromissos não são cumpridos. Realmente não é uma situação muito agradável.

Faço esse apelo a V.Exa., nobre Senador Romero Jucá.

Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Quero apenas informar à Comissão que estamos empenhados no cumprimento de todos os acordos aqui feitos – são compromissos assumidos. Lamentavelmente, ainda não tivemos neste ano liberação de limites financeiros para execução orçamentária, mas teremos. Tenho certeza de que todos os compromissos serão cumpridos e, para que isso ocorra, eu me empenho diuturnamente nessa tarefa.

O Deputado João Coser pediu também que tramitasse em regime de urgência um PDL referente ao Porto de Vitória, no Espírito Santo. Então, proponho que coloquemos todas as matérias aprovadas nesta sessão em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência agradece a V. Exa.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, ficou acordado, então, que as matérias aprovadas em consenso irão para a pauta da sessão de hoje do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Exato.

Item 4 da pauta. Relator: Deputado Nelson Meurer.

Não foram apresentadas emendas e o parecer é favorável.

Solicito ao nobre Deputado Paulo Kobayashi que faça a leitura do parecer do nobre Deputado Nelson Meurer.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em face do exposto, o voto do Relator é pela autorização de execução orçamentária, de acordo com os subtítulos recuperação e melhoramentos da infra-estrutura portuária do Espírito Santo, exceto quanto à Concorrência 04, de 2000, na forma do decreto legislativo anexo.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão o parecer.

Com a palavra o nobre Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Neste caso, o Tribunal de Contas da União mandou arquivar o problema que existia em relação à Concorrência nº 1, mas restam dúvidas quanto à Concorrência nº 4. O relatório exclui a liberação dos recursos para essa concorrência.

Votamos com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em votação a matéria.

Os Srs. Deputados que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Esta Presidência solicita ao nobre Deputado Virgílio Guimarães que assuma a direção dos trabalhos, porque sou o Relator do próximo item.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Item 5, Subtítulo 18.544.1851.3451.0442 – construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica – Barragem de Poço do Marruá e adutoras, no Município de Patos, no Estado do Piauí.

Relator: Deputado Santos Filho, a quem passo a palavra.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre autorização de execução orçamentária de contratos relativos ao Subtítulo 18.544.0515.1851.0442 – construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica, construção de barragem do Poço do Marruá, listado no Quadro VII, anexo à Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002.

Exame das informações remetidas pelo Tribunal de Contas da União, através da Decisão nº 1.092/2001, do Tribunal de Contas da União, Plenário, o Tribunal Pleno daquela Corte de Contas decidiu condicionar a continuidade da execução do Contrato nº 002/2001 à celebração de termo aditivo, no qual se preveja que as futuras alterações contratuais em que constem acréscimos de quantitativos devam tomar como base os preços informados pelo Departamento de Obras contra as Secas (DNOCS).

A COMDEPI, então, em atendimento a essa Decisão, celebrou, em 4 de janeiro de 2002, com a Construtora OAS Ltda., o Primeiro Termo de Modificação do Contrato nº 002/2001 – DEO (cópia anexa), que simplesmente repete a condição estabelecida pelo TCU tornando-a parte integrante do contrato original. Com isso, está materialmente sanada a única irregularidade grave detectada pelo TCU, não mais se justificando a interrupção da execução da obra.

Voto do Relator:

Em face do exposto, voto pela autorização da execução do Contrato nº 002/2001 – DEO, da COMDEPI, no âmbito da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União de 2002 na classificação funcional-programática 18.544.0515.1851.0442 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica – Construção da Barragem do Poço Marruá, na forma do projeto de decreto legislativo anexo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Em discussão o parecer.

Com a palavra o Deputado Giovanni Queiroz.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Deputado Santos Filho, logicamente que votaremos a favor do parecer, mas chamo a atenção de V.Exas. para um fato. Temos duas unidades orçamentárias com o mesmo recurso previsto, uma no Ministério da Integração Nacional e outra no Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS). São dois valores com funcionais programáticas diferentes. A primeira, para a mesma finalidade, vetada pela LDO.

Então, estamos liberando essa do Sr. Relator que tem o final 0442, mas há outra, no DNOCS, de 1 milhão e 980 mil, que tem o final 0022, que não está sendo alvo do decreto legislativo de V.Exa., que libera a primeira, e não libera a que está no outro órgão.

Não sei que procedimentos podemos adotar, até porque existe aí duplicidade de recursos com o mesmo objetivo: construção da Barragem do Poço Marruá, no Estado do Piauí, condicionado ao atendimento do art. 12 dessa lei; e a outra, de igual forma, no Ministério da Integração, de 25 milhões e 520 mil, que é a que V.Exa. relata.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Então, uma vai ficar independente, porque, na realidade, Deputado, esse processo trata especificamente desse item.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Dessa funcional programática?

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Exatamente, do Poço Marruá.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Mas há nos dois órgãos, no DNOCS e no Ministério da Integração Nacional.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Estamos atendendo apenas a essa do Poço Marruá, no DNOCS.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Então, é só 1 milhão e 980 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Giovanni Queiroz, o que está em pauta neste momento é exclusivamente o que versa o decreto legislativo. Caso semelhante ocorreu quando votamos o item relativo ao Porto do Espírito Santo e já havíamos votado outra no mesmo sentido. Isso causou uma confusão.

Pode-se ter uma mesma obra, mas o decreto legislativo se refere especificamente a essa funcional programática, que está na ementa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – O código aqui citado, de obras com indícios de irregularidades, é do Ministério da Integração Nacional, a unidade orçamentária é DNOCS, vinculado ao Ministério.

Então, está se liberando apenas o da unidade orçamentária DNOCS, que é só 1 milhão e 980 mil. E os 25 milhões e 520 mil?

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Não está sendo questionado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Giovanni Queiroz, essa parcela não está listada no Quadro VII.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Quero demonstrar, a fim de que o Deputado Santos Filho entenda melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Peço, então, ao Deputado Santos Filho que analise melhor o assunto. Vamos conceder um minuto a S. Exa. para melhor refletir sobre o caso.

Não sei se V.Exa. se lembra, Deputado Giovanni Queiroz, mas tivemos o mesmo problema em relação ao Porto de Vitória. Aprovamos no ano passado e estamos aprovando hoje. Apesar de a obra ser a mesma, os contratos são diferentes. Também há essa diferença nesse caso, mas sobre uma pesa a restrição do Quadro VII e sobre a outra isso não acontece.

Vamos aguardar para saber o pensamento do Relator, mas para mim é isso.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, pela ordem. Tendo em vista as dúvidas procedentes levantadas pelo nobre Deputado Giovanni Queiroz, solicito a retirada de pauta desse processo, para analisá-lo novamente com a assessoria.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Somos a favor, mas há erro material que tem de ser corrigido, sob pena de a obra ser prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, entendo que a identificação de indícios de irregularidades graves se faz no exame do contrato. Evidentemente que o parecer do Tribunal de Contas se refere ao contrato de aplicação da dotação de 1 milhão e 900 mil. É possível que os 25 milhões sejam aplicados em outra parte da obra. E aí terá de haver novo contrato. Se na execução desse segundo contrato houver irregularidades graves, então o processo poderá chegar à nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – A exigência do Tribunal de Contas em relação ao contrato foi cumprida. O Tribunal de Contas exigia que constasse do contrato que todos os acréscimos seriam feitos dentro das normas do DNOCS. E isso foi atendido.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Mas o Tribunal de Contas aprovou esse parecer, tendo em vista o exame do contrato de aplicação da dotação de 1 milhão e 900 mil. Para aplicar os 25 milhões haverá necessidade de novo contrato.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Não se trata disso que levanta V.Exa. Não é bem isso. Prefiro retirar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Antônio Carlos Konder Reis, meu ponto de vista é exatamente o de V. Exa., mas, como o próprio Relator pediu mais tempo para analisar a matéria em profundidade, creio que devemos acatar a sugestão de S. Exa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, só produzi essa intervenção em homenagem ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Entendo, nobre Deputado, mas para que não permaneça dúvida quanto ao questionamento feito pelo nobre Deputado Giovanni Queiroz e como são obras eivadas de graves irregularidades apontadas pelo TCU, embora a principal, no meu entendimento, tenha sido suprida, não custa checarmos isso com a assessoria e trazer novamente o tema na próxima reunião.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI – Pela ordem, Sr. Presidente.

Se houver concordância do Plenário, sugiro ao Relator Santos Filho que, se a resposta à consulta for pertinente, se apresente o parecer na sessão do Congresso Nacional, para não retardar o andamento da solução dos problemas.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – De minha parte não há nenhuma dificuldade. Não quero que amanhã voltemos a essa matéria. O problema é apenas de interpretação. São recursos para a mesma finalidade em unidades orçamentárias diferentes. Está-se liberando uma, e a outra, maior, está ficando ainda sem liberação.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI – Por isso eu insisto, Sr. Presidente: atendendo, vota-se em plenário. Senão, retira-se.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Sr. Presidente, acatando a sugestão do Deputado Paulo Kobayashi, havendo entendimento do nobre Deputado Giovanni, nós podemos consultar a assessoria.

Esclarecida essa dúvida, submeteremos a matéria ao Congresso, e lá se fará o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado Santos Filho, se deixássemos para o final da pauta, daria tempo para isso?

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Exato, nós passamos ao outro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Senão, prevalece a... Vamos tentar a inversão?

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Exato. Eu acho que não há necessidade de tentar inversão. Esclarecidos pela assessoria, a matéria será encaminhada ao Plenário. Caso contrário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Existem muitas discussões na pauta. Deputado Santos, não é uma coisa muito complicada; podemos votar.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Creio que se invertêssemos a pauta, não...

Prefere retirar de pauta?

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Não, não retire de pauta.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Inverte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Inversão. Talvez seja viável, porque haverá outros assuntos. Eu próprio vou levantar uma discussão.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Exato. A Secretária está chamando a assessoria, que nos prestará os esclarecimentos necessários. Depois passaremos ao último item da pauta. Se houver solução que satisfaça o questionamento do nobre Deputado Giovanni Queiroz, faremos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Há concordância do Plenário? Feita a inversão, o Item nº 5 passa para o final da pauta.

Passo a Presidência... V.Exa. precisará se reunir com a assessoria, Deputado?

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Nobre Presidente, nós daremos andamento ao último item da pauta e aguardaremos a palavra da assessoria.

Se houver esclarecimento necessário que satisfaça...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – A pergunta que faço é se V.Exa. vai precisar de se reunir com a assessoria.

O SR. DEPUTADO SANTOS FILHO – Eu vou assumir a Presidência. Eu assumo a Presidência, e voltamos a esse item posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Eu peço isso a V. Exa., porque, em relação ao item seguinte, eu vou levantar algumas questões.

Passo a Presidência ao nobre Deputado Santos Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Item nº 6 da pauta: construção de anel rodoviário no Corredor Nordeste – Expresso em Fortaleza. Relator: nobre Deputado Olavo Calheiros.

Como V.Exa. não se encontra presente, solicitamos ao nobre Deputado Raimundo Gomes de Matos que faça a leitura do relatório.

Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no tocante à construção do anel rodoviário do Corredor Nordeste – Expresso Fortaleza, o Relator, Deputado Olavo Calheiros, expressou-se da seguinte maneira:

"Voto do Relator:

Como visto nas informações encaminhadas pelo TCU, as irregularidades anteriormente constatadas foram objetos de determinações. Não restam, assim, quaisquer óbices à continuidade da execução da obra, conforme deixou explícito aquele Tribunal por meio da Decisão 216,/2002-TCU-Plenário, que embasou este parecer.

Dessa forma, não há motivos que justifiquem a permanência da aludida obra no Quadro VII anexo à lei orçamentária 2002.

Em face do exposto, voto pela autorização da execução da dotada consignada no Orçamento Fiscal da União de 2002, na classificação funcional-programática 26.782.0235.5714.0003 – Construção de Anel Rodoviário no Corredor Nordeste/Expresso em Fortaleza (Cond. ao Atend. do art. 12 desta lei), na forma do projeto de decreto legislativo anexo."

Esse foi o voto do nobre Deputado Olavo Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Em discussão o parecer.

Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, a Bancada do PT, sempre presente à Comissão de Orçamento, como é visível, está ausente porque estamos realizando agora um seminário sobre a LDO.

Lá no Espaço Cultural estão reunidos técnicos – a economista Maria da Conceição Tavares se deslocou do Rio de Janeiro até aqui –, e também se encontra presente o nosso Líder da Bancada, Deputado Jorge Bittar.

S.Exa. me pediu que o substituísse aqui, e uma das incumbências que recebi foi a de pedir a retirada desse decreto legislativo, porque há uma série de dúvidas. Confesso a V.Exa. que não estava preparado para assumir essa incumbência, mas ele me disse que haveria uma série de dúvidas a respeito desse decreto legislativo. Como teremos sessão, eu quero deixar até em aberto, se for o caso, a sua inclusão, porque não sou capaz de dizer a V. Exa. quais os questionamentos e não estou muito abalizado para pedir ao Relator, que também não se encontra presente, que esclareça os pontos obscuros.

O que eu posso fazer é adiantar ao Líder do Governo, se ele achar que é o caso, que farei, em separado, requerimento de urgência. Se houver entendimento, creio que poderei participar, mas apenas cumpro a missão que me foi confiada pelo Líder: pedir a retirada sem prejuízo de analisá-la em outro momento.

Nossa bancada, os Deputados Pimentel e Jorge Bittar levantaram algumas questões, mas todos se encontram agora no seminário, para o qual me deslocarei daqui a pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Deputado Virgílio Guimarães, o nobre Deputado Olavo Calheiros, Relator da matéria, acaba de chegar. Talvez S.Exa. possa prestar algum esclarecimento. Na seqüência, o nobre Deputado Virgílio Guimarães levantou também o questionamento em relação ao Líder do Governo. No momento, o Deputado Paulo Kobayashi, que responde pela Liderança do Governo, poderia também emitir sua opinião.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI – Sr. Presidente, eu quero opinar exatamente na linha da solicitação do Líder do PT, em exercício nesta Comissão. S.Exa. deixou claro que está pedindo a retirada da matéria porque a análise está sendo feita pela assessoria e pelo Líder, que neste momento está ocupado, mas está abrindo a possibilidade de deixá-la seguir para a sessão definitiva em plenário, como ocorreu com a questão anterior.

Eu opino nesse sentido, porque o Relator Olavo Calheiros poderá depois esclarecer ao próprio Líder que solicitou a retirada de pauta agora. Ele permite que se vá até a tarde. E ganham tempo tanto a bancada do Ceará quanto o Relator Olavo Calheiros, para dialogar com o próprio Líder, que tem questionamentos a fazer.

Em sendo possível esse acordo, será votado de uma só vez pelo Plenário do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Relator, Deputado Olavo Calheiros.

O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS – Entendo perfeitamente a preocupação do Deputado Virgílio Guimarães em pedir maiores esclarecimentos, mas posso assegurar a V.Exa., Sr. Presidente, que, pelo relatório do Ministro Iram Saraiva, que esclarece todas as dúvidas que pairavam sobre possíveis irregularidades nessa obra, não há motivo nenhum para isso. Eu fiz o voto e o relatório com tranqüilidade, porque todos os pontos foram sobejamente esclarecidos.

Posso assegurar a esta Comissão que o relatório do Sr. Ministro é consistente, porque analisa todos os detalhes, sob todos os ângulos, da suposta irregularidade. Esta Casa pode ficar tranqüila de que sobre essa obra não paira mais nenhuma suspeita de irregularidade.

Este é o meu voto e é o voto que recomendo à Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência questiona o nobre Deputado Giovanni Queiroz se deseja fazer uso da palavra. Há pedido de retirada, do nobre Deputado Virgílio Guimarães, mas concedo a palavra a V.Exa. para discutir.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Se ele vai retirar, não é preciso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O Deputado Virgílio Guimarães abriu a possibilidade, nobre Deputado Giovanni Queiroz, de que a matéria também possa subir ao plenário para discussão. Eu deixo à consideração de V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Eu só quero fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ – Nobre Deputado Olavo Calheiros, esse pessoal do Tribunal de Contas está brincando conosco, não é? Eu não vou votar contra, porque acho que a responsabilidade é do Tribunal. Nós temos de arrochar é o Tribunal de Contas. E o Tribunal de Contas virou brincadeira de mau gosto – porque brincar é até gostoso.

Olhem só como o Tribunal se justifica:

> "A primeira irregularidade grave constatada foi pertinente às alterações indevidas no projeto básico. Sobre este fato, o relatório do Ministro Iram Saraiva dispôs que não caberia ao TCU mais que, além de alertar para os fatos verificados, como já o fez, deixá-los aqui devidamente registrados."

Não. Se houver irregularidade grave, alterações indevidas ao projeto, tem de meter na cadeia, ou deve ser aberto algum processo contra quem cometeu irregularidade. Não pode ser só assim.

Ele diz:

> "A outra irregularidade constatada foi a utilização de licitações em modalidades inadequadas para a contratação de obras de arte especiais. Ao invés de terem sido efetuadas concorrências, foram realizadas tomadas de preço."

Em sua defesa, a Prefeitura disse que não houve perda de recursos públicos. E fica por isso mesmo. Ora, se diz que deveria ser concorrência pública e não tomada de preço, teria de ser concorrência pública. Portanto, a irregularidade não foi sanada. O problema é que a obra foi tocada sob a forma de concorrência pública.

Tenho muitos amigos no Ceará e a matéria é relatada por um alagoano. Como vou votar contra o Nordeste? Na minha opinião, o Tribunal precisa ter mais responsabilidade e dizer: mandamos abrir inquérito no processo tal, o Ministério Público do Tribunal de Contas já está providenciando questionamento legal das ações praticadas pelos que tinham responsabilidade de licitação.

É preciso algo mais, senão isso aqui vai virar a casa-da-mãe-joana, onde todos entram, fazem o que querem, quebram o que querem, aprontam, e fica por isso mesmo.

O relatório do Senador Iram Saraiva, na minha opinião, deixa muito a desejar, mas não vou votar contra o Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência agradece ao nobre Deputado Giovanni Queiroz e manifesta-se solidária com a posição de S.Exa. Nós havíamos discutido muito, quando nos reunimos com as coordenações de bancada, a respeito do parecer do Tribunal de Contas, que tem vindo sempre para cá praticamente sem dizer nada e transferindo, pura e simplesmente, a responsabilidade para a Comissão de Orçamento, quando a responsabilidade maior deve ser deles. Nós temos nos pautado nos relatórios que vêm do TCU, e eles, muitas vezes, nos deixam em posição bastante desagradável.

O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MARCELO TEIXEIRA – Faço um apelo ao Deputado Virgílio Guimarães, uma vez que o Deputado Giovanni Queiroz expôs claramente sua posição. É muito importante para a cidade de Fortaleza o seguimento dessa obra.

Peço ao Deputado Virgílio Guimarães e a todos os pares que votem com o Relator, Deputado Olavo Calheiros, visto que, para Fortaleza, é importante o seguimento de importante obra, que hoje, com certeza, está parada e atrapalhando muito a cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência transfere o apelo do nobre colega a V.Exa., Deputado Virgílio Guimarães: se seria possível a decisão aqui.

V. Exa. apresentou uma posição de bancada. Entendo a sua dificuldade, mas fica também o apelo

da bancada do Ceará para que V.Exa. possa dar seguimento a esse processo, ou então, em última hipótese, enviá-lo ao Plenário. Certamente, na reunião do Congresso, os demais companheiros da bancada de V.Exa. poderão estar presentes.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI – Sr. Presidente, se V. Exa. e o Deputado Virgílio Guimarães concordarem, quero apresentar um adendo, seguindo a argumentação do nosso colega cearense, coordenador da bancada do Ceará.

Na medida em que se vai votar à tarde no plenário, qualquer dúvida maior, por parte do Líder do PT, que não esteve presente, pode ser resolvida lá. Qualquer dúvida não atendida poderá ser sanada lá. Então, nada obsta que se vote aqui, até porque lá estará condicionada a uma concordância de S. Exa. também, que não está presente.

Ao mesmo tempo, o parecer do nobre Relator Olavo Calheiros deixa claro, no segundo item do substitutivo que apresenta, que o Tribunal de Contas da União terá de acompanhar toda a execução financeira da obra e remeter todos os dados a esta Comissão Mista de Orçamento. Assim, poderemos ficar tranqüilos, pelo menos em relação ao acompanhamento da execução da obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, acolho a sugestão. Para mim é melhor, porque não acho muito confortável o que eu fiz aqui: levantar questionamentos sobre os quais não estou inteirado. A rigor, a Comissão existe para isto: levantar dúvidas, se houver, e o Relator esclarecê-las ou não. Eu fiquei apenas com uma missão, sob esse ponto de vista, espinhosa.

Diante desse entendimento, vamos aprovar sem compromisso nosso com o Plenário. Lá será outra conversa. Lá estarão o Líder Márcio Bittar e a assessoria com os questionamentos feitos. Daí poderemos levantar a questão, e ela será esclarecida ou não. O nobre Relator estará lá, seguramente, atendendo então aos apelos feitos.

Votaremos, deixando claro o seguinte: sem compromisso da bancada do PT com qualquer posicionamento que seja, no que se refere ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com o parecer do nobre Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Com a minha abstenção, por razões óbvias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Sim, com a posição já exposta pelo Líder Virgílio Guimarães e sem o comprometimento de que não possa, no plenário, o coordenador da bancada aqui tomar outras posições.

Com a palavra o nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, rogo a V. Exa. que conste da ata o meu voto, de acordo com o do Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Pela abstenção, nobre Deputado.

Registro as abstenções dos nobres Deputados Virgílio Guimarães e Antônio Carlos Konder Reis.

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência comunica ao Plenário que foram prestados esclarecimentos ao questionamento – procedente – levantado pelo Deputado Giovanni Queiroz, em relação ao item nº 5. Na realidade, tratou-se muito mais de erro técnico de encaminhamento para cá, já solucionado pela assessoria junto ao nobre Deputado Giovanni Queiroz. Estamos alterando apenas a redação, tanto do nosso voto como, principalmente... Fica normalmente esclarecido o problema das duas funções programáticas. Fica condicionado.

A ementa passa a ser:

> "Autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no Subtítulo18.544.0515.1851.0442 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica-Construção da Barragem do Poço Marruá, no Estado do Piauí, condicionada ao atendimento do art. 12 desta lei, e nº 18.544.0515.3451.002 – construção da Barragem do Poço do Marruá, no Estado do Piauí, condicionada ao atendimento do art. 12 desta lei."

Informaremos ainda cada unidade orçamentária especificadamente.

Está atendido, nobre Deputado Giovanni Queiroz?

Também vamos alterar o art. 1º. Vamos apontar as duas funções programáticas também com o número do contrato: 002, de 2001, do DO.

Esclarecidas as dúvidas, vamos à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Em votação no Senado da República.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Essas matérias decididas hoje irão ainda à sessão do Congresso no período da tarde, resguardado apenas, quanto ao item nº 6, o posicionamento do PT, através do seu coordenador no momento, Deputado Virgílio Guimarães.

Está encerrada a presente reunião...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – São duas questões não muito complicadas, mas estou encaminhando também aquele pedido do Líder Jorge Bittar, a respeito do prazo para emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A próxima semana será sabidamente prejudicada pela existência de feriado – no meio da semana. Então, a questão que levantamos é um requerimento a V.Exa. no sentido de se prorrogar o prazo para apresentação de emendas à LDO por uma semana. Essa é a primeira questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – A Presidência responde a V.Exa. Sua observação é extremamente procedente, porque a próxima semana será atípica, com o feriado de 1º de maio. Esta Presidência prorroga o prazo para apresentação de emendas para 13 de maio.

Agora, teremos de submeter a matéria à apreciação do Plenário.

Submeto ao Plenário a proposta do nobre Deputado Virgílio Guimarães, para que o prazo de apresentação de emenda para a LDO seja prorrogado do dia 6 para o dia 13 de maio, tendo em vista o feriado da próxima semana, o que pode impedir que muitos dos nossos colegas apresentem emendas.

Em apreciação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado na Câmara dos Deputados.

Em apreciação no Senado da República a proposta do nobre Deputado Virgílio Guimarães.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovada.

Com a palavra o nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, o nobre Deputado Heinze, que está à Mesa, veio até a minha bancada saber se um projeto que abre crédito extraordinário de 124 milhões para atender aos graves prejuízos que os Estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul sofreram e continuam a sofrer estava na Ordem do Dia de hoje. Informei a S.Exa. que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, não estava nem está na Ordem do Dia, porque o prazo para apresentação de emendas foi concluído na última sexta-feira e há 33 emendas.

O nobre Relator, Deputado José Priante, ainda não apresentou seu relatório, que é de extrema importância. Eu estava dizendo inclusive ao Deputado que esta Presidência não o colocou na pauta porque não temos sequer o relatório.

Faço um apelo ao nobre Deputado José Priante para que o conclua o mais rápido possível. É um problema que vem afligindo principalmente os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, com intensidade nunca vista em nossa região.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Muito obrigado. Quero juntar o meu apelo ao de V. Exa., para que o Relator, no mais breve espaço possível, na próxima segunda-feira, dia 29, conclua o seu relatório, pois os Senadores e Deputados de Santa Catarina terão reunião na cidade de São Miguel d'Oeste – a situação do oeste catarinense é desesperadora. Que na próxima semana possamos votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Esta Presidência tomará providências o mais rápido possível e apelará pessoalmente ao nobre Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Vamos ver se conseguimos votar na Câmara, na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Se houver sessão, sim, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – A informação que tenho é a de que haverá sessão deliberativa na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Sim, ontem o Presidente Aécio Neves fez essa comunicação em plenário. Se tivermos número, teremos de abrir novamente a pauta com a assinatura de presença nesta Comissão. Está convocada sessão para as 14h30min.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – O nobre Deputado Virgílio Guimarães quer levantar uma segunda questão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – É uma questão mais simples. Há orientação de V.Exa. nesse sentido. Seguramente, é uma preocupação minha e do Deputado João Magno no sentido de corrigir um equívoco que acabei cometendo em emenda por mim redigida. Fui responsável por um pequeno equívoco e gostaria de saber como corrigi-lo. Diz respeito a projeto de crédito extraordinário para atender aos efeitos das enchentes ocorridas em Minas Gerais. E o projeto já foi enviado.

O prazo de emendas encerrou-se na terça-feira, e no projeto há um pequeno problema, porque se refere às regiões norte e nordeste de Minas. De acordo com o IBGE, não há nordeste de Minas. Isso não existe. Teoricamente, nordeste de Minas seria Mucuri, Jequitinhonha, acredito eu. Oficialmente, não existe essa região. Houve, mais ao final, uma catástrofe maior num pedaço da região do Rio Doce.

O Deputado João Magno desenvolve grande trabalho em Mucuri e Rio Doce – S.Exa. é oriundo dessa região. Então, por azar, eu fiquei responsável pela redação e pulei a palavra Mucuri. Para corrigir um problema, criei outro. Teoricamente, no nordeste está incluído Mucuri. Daí, a emenda ficou pior que o soneto. Parece que estou incluindo Rio Doce e retirando Mucuri.

Minha intenção não era essa, mas colocar os nomes oficiais, de acordo com as especificações do IBGE. Então, coloquei região norte, Jequitinhonha, Rio Doce e deveria ter Mucuri. Pulei. Como eu faço? Mando errata? Peço ao Relator que corrija? Realmente ficou desagradável e, de público, eu me penitencio.

O Deputado João Magno, que representa bem a região, assinou inadvertidamente o termo. Então, estou registrando o meu equívoco, de público, e pedindo orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Santos Filho) – Nobre Deputado, V.Exa. já está justificado com o Deputado João Magno.

Vamos ver se a Presidência consegue encontrar alguma solução. Tenho impressão de que essa emenda deve ter sido apresentada ao PL que exatamente fazia um apelo, juntamente com o Deputado Antônio Carlos Konder Reis, ao nosso colega Relator.

Solicito ao nobre Deputado Virgílio Guimarães que encaminhe expediente à Mesa nominando a emenda e pedindo alguma solução para a errata. E nós, então, a encaminharemos ao Relator da matéria, para que possa corrigi-la. Do contrário, V.Exa. contribuirá para o não-retorno do Deputado João Magno, o que deixaria muito triste esta Casa.

Está encerrada a presente sessão.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

TERMO DE REUNIÃO Nº 2, DE 2002

Convocada para iniciar às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta de abril de 2002, deixou de ser realizada a Sétima Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em virtude da inexistência de número regimental para abertura dos trabalhos, tendo sido a mesma convocada em observância ao disposto no caput do art. 39, da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional. Foi registrada presença dos membros: – Deputados titulares: Antônio Carlos Konder Reis, Danilo de Castro, José Carlos Aleluia, Milton Monti, Pedro Fernandes, Saulo Pedrosa e Virgílio Guimarães; – Senador titular: Freitas Neto; – Deputados suplentes: Claudio Cajado, Coriolano Sales, Fernando Coruja, Jorge Alberto, Laura Carneiro, Renato Vianna, Ricarte de Freitas e Silas Brasileiro. Não foi registrada presença de Senadores suplentes. A Deputada Zila Bezerra e o Senador Nabor Júnior justificaram a ausência. Foi registrada a ausência dos membros: – Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio do Valle, Arnon Bezerra, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Félix Mendonça, Freire Junior, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Elias, José Chaves, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Sérgio Miranda, Welinton Fagundes e Wilson Braga; – Senadores titulares: Ademir Andrade, Amir Lando,

Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Benício Sampaio, Carlos Bezerra, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha, Tião Viana e Wellington Roberto. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei o presente Termo, que será assinado pelo Presidente e encaminhado para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Senador **Carlos Bezerra,** Presidente.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Oitava Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada nos dias 7 e 9 de maio de 2002

Aos sete e nove dias de maio do ano de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11/2002. Nesse período, foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Airton Cascavel, Airton Dipp, Alberto Goldman, Almir Sá, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Danilo de Castro, Félix Mendonça, Freire Junior, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, João Grandão, João Magno, João Pizzolatti, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Paulo Braga, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Virgílio Guimarães e Welinton Fagundes; – Senadores titulares: Amir Lando, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Nabor Júnior e Tião Viana; – Deputados suplentes: Armando Abílio, Átila Lins, Carlito Merss, Claudio Cajado, Coriolano Sales, Dr. Rosinha, Eunício Oliveira, Fernando Coruja, Gastão Vieira, João Tota, José Pimentel, Juquinha, Laura Carneiro, Osvaldo Reis, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Raimundo Gomes de Matos, Renato Vianna, Renildo Leal, Ricarte de Freitas, Silas Brasileiro, Telma de Souza e Waldemir Moka; – Senadores suplentes: Fernando Ribeiro, Francelino Pereira, João Alberto Souza, Lúcio Alcântara e Romeu Tuma. A Deputada Zila Bezerra e o Deputado Santos Filho justificaram a ausência. Foi registrada a ausência dos membros: – Deputados titulares: Alexandre Cardoso, Arnon Bezerra, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Giovanni Queiroz, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Leão, João Matos, José Priante, Lael Varella, Mussa Demes, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Feijó, Saulo Pedrosa, Sérgio Miranda e Wilson Braga; – Senadores titulares: Ademir Andrade, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Benício Sampaio, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha e Wellington Roberto. ABERTURA: Às quinze horas e um minuto, conforme disposto no art. 8º da Resolução no 1, de 2001, do Congresso Nacional, o Deputado Antônio Carlos Konder Reis, no exercício da Presidência, anunciou que não havia quorum para o início dos trabalhos na Comissão, de acordo com o art. 12 do Regimento Comum. Às dezoito horas e cinqüenta e três minutos do mesmo dia, o Senador Nabor Júnior, no exercício da Presidência, conforme disposto no art. 8º da Resolução no 1, de 2001, do Congresso Nacional, deu início à reunião. AVISOS: Tendo em vista o disposto no art. 35, inciso VII, letra "c", da Resolução nº 01, de 2001, do Congresso Nacional, o Presidente em exercício comunicou a abertura do prazo – de 08 a 15 de maio (8 dias) – para apresentação de emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo referentes à execução orçamentária do seguinte Subtítulo constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): Construção do Açude Algodão II no Estado do Piauí. Relator: Deputado Saulo Pedrosa. Em seguida, o Presidente em exercício anunciou que a comunicação formal do prazo de emendas seria encaminhada aos gabinetes dos Parlamentares via escaninho. Às dezoito horas e cinqüenta e cinco minutos, a reunião foi suspensa em virtude de não haver número regimental para deliberação na representação do Senado Federal. Às dez horas e cinqüenta e seis minutos do dia nove de maio de 2002, o Deputado Virgílio Guimarães, Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, reiniciou os trabalhos. Em virtude da inexistência de número regimental para deliberação naquele momento, conforme disposto no § 1º do art. 29 do Regimento Comum, houve adiamento da apreciação das Atas. EXPEDIENTE: I) Correspondência interna recebida: 1) Expedientes encaminhando justificativas de falta às reuniões da Comissão deferidos pela Presidência: a) Expediente do Senador Nabor Júnior, de 26 de abril,

comunicando sua ausência nos dias 16 e 30 de abril. b) Ofício nº 54, de 30 de abril, do Senador Benício Sampaio, comunicando sua ausência no dia 30 de abril. c) Ofício nº 203, do gabinete do Deputado Santos Filho, comunicando sua ausência nos dias 02 a 13 de maio. 2) Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão: Ofício 415, de 23 de abril de 2002, do Deputado Inocêncio Oliveira – Líder do PFL, indicando o Deputado Santos Filho, em substituição ao Deputado José Carlos Aleluia. O Presidente em exercício informou que a substituição do Deputado Santos Filho, no Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias, seria realizada após a eleição da nova Mesa da Comissão. II) Correspondência externa recebida: 1) Ofício 2105, de 22 de abril de 2002, do Secretário do Ministério da Defesa, Sr. José Augusto Varanda, solicitando a indicação de um representante da Comissão para participar de Seminário sobre Economia e Gestão de Recursos de Defesa, no período de 6 a 10 de maio. O Presidente em exercício anunciou que já havia a indicação de um Consultor da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal para participação no referido Seminário. 2) Ofício 276, de 26 de abril de 2002, do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Sr. Byron Costa de Queiroz, comunicando o resultado da operação de capitalização efetivada como parte do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. 3) Avisos/SGS encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto: a) Nº 872, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 422/2002, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor fronteira-norte/BR–156/AP – Ferreira Gomes /Oiapoque/ Fronteira Guiana Francesa. b) Nº 882, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 421/2002, sobre auditoria realizada em obras de construção de trechos rodoviários no corredor oeste-norte da BR-319/AM. c) Nº 891, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 420/2002, sobre auditoria realizada na Secretaria de Infra-Estrutura do Estado de Alagoas. d) Nº 894, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 407/2002, sobre auditoria realizada nas obras de duplicação da BR-116 (Fortaleza-Pacajus/CE). e) Nº 907, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 417/2002, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Mercosul/BR-282-SC-Florianópolis – Divisa com Argentina. f) Nº 915, de 24 de abril, encaminhando cópia do Acórdão nº 152/2002, sobre auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento do Piauí-COMDEPI. g) Nº 978, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 414/2002, sobre auditoria operacional realizada no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. h) Nº 1005, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 408/2002, sobre auditoria operacional realizadas em Universidades Federais. 4) Designação de relatores para os seguintes Avisos do Congresso Nacional referentes à execução orçamentária de Subtítulos com indícios de irregularidades graves constantes do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2002: a) Aviso 7/2002-CN. Relator designado: Senador Nabor Júnior. b) Aviso 18/2002-CN. Relator designado: Deputado Danilo de Castro. c) Aviso 19/2002-CN. Relator designado: Deputado Anivaldo Vale. d) Aviso 20/2002-CN. Relator designado: Deputado Pedro Novais. e) Aviso 21/2002-CN. Relator designado: Deputado Jorge Khoury. f) Aviso 22/2002-CN. Relator designado: Deputado Giovanni Queiroz. g) Aviso 23/2002-CN. Relator designado: Senador Jonas Pinheiro. h) Aviso 24/2002-CN. Relator designado: Deputado Santos Filho. i) Aviso 25/2002-CN. Relator designado: Senador Moreira Mendes. j) Aviso 26/2002-CN. Relator designado: Deputado Nelson Meurer. Nesse momento, o Presidente em exercício informou que havia número regimental para deliberação. Em seguida, procedeu à apreciação da Ata e do Termo das seguintes reuniões: 1) Ata da 6ª Reunião Ordinária, realizada em 23 e 25/04/2002. 2) Termo de Reunião nº 02, referente à 7ª Reunião Ordinária. Havendo concordância do Plenário, foi dispensada a leitura das Ata e do Termo, por terem sido distribuídos antecipadamente. Não houve discussão. De acordo com o estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regulamento Interno da Comissão, o Presidente em exercício declarou a Ata e o Termo aprovados. ORDEM DO DIA. I) Apreciação do Relatório apresentado ao seguinte Projeto de Lei: Item 01- Projeto de Lei nº 04/2002- CN, "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de R$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), para reforço de dotações constantes do orçamento vigente". Relator: Senador Gilberto Mestrinho. Não foram apresentadas emendas. Voto: favorável, nos termos propostos no Projeto. apresentado. Tendo em vista a ausência do relator da matéria, o Presidente em exercício designou o Senador Nabor Júnior para proceder à leitura do Relatório. Em discussão, manifestaram-se o Deputado João Grandão e o Senador Moreira Mendes. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado

Federal. II) Apreciação dos Relatórios apresentados sobre a execução orçamentária dos seguintes Subtítulos, constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (Lei Orçamentária para 2002): Item 02 – Subtítulo: Construção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica / Obras de Infra-Estrutura em Municípios da Região do Baixo São Francisco (Canal de Xingó)- SE. Relator: Deputado Alberto Goldman. Foi apresentada 01 emenda ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: Pela autorização da execução na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, com correções, rejeitada a emenda. Com a palavra, o relator procedeu à leitura do Relatório, ressaltando a existência de duas correções de caráter formal, já incorporadas ao referido texto. Em discussão, o Deputado João Grandão teceu comentários sobre a matéria, sendo seguido pelo Deputado Alberto Goldman, que forneceu esclarecimentos adicionais. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em virtude da ausência, naquele momento, dos relatores das matérias relativas aos itens 03 e 04 da pauta, o Presidente comunicou que os referidos itens seriam apreciados após a votação do item 05. IV) Apreciação do Estudo da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. Item 05 – Estudo nº 05/2002 acerca da "publicidade das informações encaminhadas pelo Poder Judiciário sobre os precatórios constantes da Lei Orçamentária". O Presidente em exercício esclareceu que o Estudo estava sendo submetido ao Plenário da Comissão para avaliação da oportunidade e conveniência da publicidade, pela Comissão, das informações encaminhadas pelo Poder Judiciário sobre os precatórios constantes da Lei Orçamentária. Em discussão, o Deputado João Grandão manifestou-se favoravelmente ao posicionamento da Consultoria, que recomenda o fornecimento para os parlamentares de informações relativas aos precatórios consignados na Lei Orçamentária Anual. Em votação, o Estudo foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Item 03 – Subtítulo nº 26.784.0235.5864.0024: Melhoramento das Instalações do Porto de Natal – no Estado do Rio Grande do Norte. Relator: Deputado Jonival Lucas Júnior. Não foram apresentadas emendas ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo. Voto: Pela autorização da execução, na forma do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. Com a palavra, o relator procedeu à leitura do Relatório. Em discussão, o Deputado João Grandão manifestou-se favoravelmente à continuidade da execução da obra. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. III) Apreciação do Relatório apresentado à seguinte Petição: Item 04 – Petição nº 01/2001-CN, apresentada pelos Deputados João Caldas e Givaldo Carimbão, tendo por objeto "Representação de anulação e exclusão, e respectivo adendo, de emendas coletivas apresentadas pela bancada de Alagoas ao Orçamento Geral da União para 2002". Relator: Deputado Santos Filho. Voto: pelo arquivamento da matéria, em virtude da improcedência das alegações contidas e pelo não acolhimento aos pedidos finais consubstanciados na Petição. Em virtude da ausência do relator e do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, a apreciação do Relatório foi adiada. O Presidente em exercício informou aos membros que se fosse lida a constituição da Comissão, naquele dia ou no seguinte, em sessão no Plenário do Senado Federal, seria marcada a reunião de instalação e eleição da Mesa Diretora para o dia 14 de maio, às dezoito horas. O Presidente em exercício anunciou, ainda, a realização da reunião de audiência pública, marcada para o dia 14 de maio, às treze horas e trinta minutos, em atendimento aos Requerimentos nºs 7 e 8, de autoria dos Deputados Jorge Bittar e Alberto Goldman, respectivamente, aprovados na 3ª Reunião Ordinária, realizada em vinte de março de 2002. Em seguida, informou que o tema seria a prestação de esclarecimentos sobre a atual situação e o futuro da conclusão das obras do Fórum Trabalhista do Estado de São Paulo e disporia da presença das seguintes autoridades: Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Almir Pazzianotto Pinto; Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, Juiz Francisco Antônio de Oliveira; Diretor Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região, Sr. César Augusto Gilii; Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Rubens Approbato Machado; Secretário Geral da OAB – Secção de São Paulo, Dr. Valter Uzzo; Engenheiro Master e Coordenador da Equipe de Engenharia do Banco do Brasil, Dr. Joaquim Andrade Filho e representante do Tribunal de Contas da União. Os Deputados João Grandão e Antônio Carlos Konder Reis questionaram à Presidência quanto ao horário da reunião, em virtude da chegada dos parlamentares à Brasília em torno de 15 horas. O Presidente em exercício comunicou que o Deputado Jorge Bittar, autor de um dos requerimentos, havia agendado a referida reunião e, não estando presente no momento da discussão, foi solicitado o seu comparecimento para prestar os esclarecimentos sobre o assunto. Tendo chegado no recinto, o Deputa-

do Jorge Bittar comunicou a possibilidade da reunião ser adiada para o dia seguinte, quarta-feira, no mesmo horário, embora diligências devessem ser efetuadas para coordenar o comparecimento de todas as autoridades convidadas. Consultados, os Deputados Paulo Kobayashi e Antônio Carlos Konder Reis posicionaram-se favoráveis ao adiamento do evento. O Presidente em exercício, com a concordância do Plenário, anunciou a alteração do dia da reunião de audiência pública para a data proposta. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício encerrou a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, convocando os membros para a 9ª Reunião Ordinária, a ser realizada às quatorze horas e trinta minutos do dia 14 de maio e para a 3ª Reunião de Audiência Pública, a ser realizada às treze horas e trinta minutos do dia 15 de maio de 2002. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Virgílio Guimarães,** Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Nabor Júnior) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da Pauta nº 11, de 2002.

Aviso.

Prazo para abertura de emendas de subtítulo.

Informo aos membros que, conforme estabelecido no art. 35, inciso VII, letra "c" da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, está aberto o prazo de 8 a 15 de maio, oito dias, para apresentação de emendas ao relatório e ao projeto de decreto legislativo constante do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10/01/2002 (lei orçamentária para 2002).

1 – Construção do Açude Algodão II, no Estado do Piauí, cujo Relator é o Deputado Saulo Pedrosa.

A comunicação formal do prazo de emenda será encaminhada aos gabinetes parlamentares via escaninho.

Tendo em vista que não foi obtido **quorum** na representação do Senado Federal, declaro suspensa a presente sessão e convoco sua continuação para o dia 09 de maio, às 10 horas.

Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Havendo número regimental, declaro aberta a oitava reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na Pauta nº 11, de 2002.

O **quorum** regimental para o início da Ordem do Dia ainda não foi alcançado, porque falta a presença de dois Srs. Senadores.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Há número regimental.

Passa-se à leitura do Expediente.

I) Correspondência interna recebida.

Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões de Comissão deferidos pela Presidência:

Expediente do Sr. Senador Nabor Júnior, de 26 de abril, comunicando sua ausência nos dias 16 e 30 de abril.

Ofício nº 54, de 30 de abril, do Sr. Senador Benício Sampaio, comunicando sua ausência no dia 30 de abril.

Ofício nº 203, do gabinete do Sr. Deputado Santos Filho, comunicando sua ausência nos dias 2 a 13 de maio.

Expediente encaminhando indicação para o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão:

1) Ofício nº 415, de 23 de abril de 2002, do Sr. Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, indicando o Sr. Deputado Santos Filho, em substituição ao Sr. Deputado José Carlos Aleluia.

Informo que a substituição do Deputado Santos Filho, no Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias, realizar-se-á após a eleição da nova Mesa desta Comissão.

II) Correspondência externa recebida:

1) Ofício nº 2.105, de 22 de abril de 2002, do Secretário do Ministério da Defesa, Sr. José Augusto Varanda, solicitando a indicação de um representante desta Comissão para participar do Seminário sobre Economia e Gestão de Recursos de Defesa, no período de 6 a 10 de maio.

Informo que foi indicado consultor da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal para participar do Seminário.

2) Ofício nº 276, de 26 de abril de 2002, do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Sr. Byron Costa de Queiroz, comunicando o resultado da operação de capitalização efetivada, por meio da qual a União subscreveu e integralizou, como parte do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais.

Avisos/SGS, encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Humberto Souto:

1)872, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 422/2002, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor fronteira norte/BR-156/AP-Ferreira Gomes/Oiapoque/Fronteira Guiana Francesa.

2)882, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 421/2002, sobre auditoria realizada em obra de construção de trechos rodoviários no corredor oeste-norte da BR-319/AM.

3)891, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 420/2002, sobre auditoria realizada na Secretaria de Infra-Estrutura, do Estado de Alagoas.

4)894, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 407/2002, sobre auditoria realizada nas obras de duplicação da BR-116 (Fortaleza-Pacajus/ CE).

5)907, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 417/2002, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no Corredor MERCOSUL/BR-282/SC, Florianópolis, divisa com a Argentina.

6)915, de 24 de abril, encaminhando cópia do Acórdão nº 152/2002, sobre auditoria realizada na Companhia de Desenvolvimento do Piauí – COMDEPI.

7)978, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 414/2002, sobre auditoria operacional realizada no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

8)1.005, de 24 de abril, encaminhando cópia da Decisão nº 408/2002, sobre auditoria operacional realizada em universidades federais.

Designação de Relatores para os seguintes Avisos-CN (subtítulos com indícios de irregularidades graves constantes do Quadro VII da Lei Orçamentária para 2002) :

1)Aviso nº 7/ 2002-CN. Relator designado: Senador Nabor Júnior.

2)Aviso nº 18/2002-CN. Relator designado: Deputado Danilo de Castro.

3) Aviso nº 19/2002-CN. Relator designado: Deputado Anivaldo Vale.

4)Aviso nº 20/2002-CN. Relator designado: Deputado Pedro Novais.

5)Aviso nº 21/2002-CN. Relator designado: Deputado Jorge Khoury.

6)Aviso nº 22/2002-CN. Relator designado: Deputado Giovanni Queiroz.

7)Aviso nº 23/2002-CN. Relator designado: Senador Jonas Pinheiro.

8)Aviso nº 24/2002-CN. Relator designado: Deputado Santos Filho.

9)Aviso nº 25/2002-CN. Relator designado: Senador Moreira Mendes.

10) Aviso nº 26/2002-CN. Relator designado: Deputado Nelson Meurer.

Havendo número regimental para deliberação, passamos à apreciação da ata e do termo das seguintes reuniões:

1) Ata da 6ª reunião ordinária, em 23 e 25 de abril de 2002.

2) Termo de Reunião nº 2, referente à 7ª Reunião Ordinária.

Havendo concordância do Plenário, fica dispensada a leitura da ata e do termo, por terem sido distribuídos antecipadamente. (Pausa.)

Há concordância do Plenário.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 9º do Regimento Interno desta Comissão, declaro a ata e o termo aprovados.

Pauta nº 11.

I) Apreciação do relatório apresentado ao seguinte projeto de lei:

Item 1 (remanescente da Pauta nº 10/2002): Projeto de Lei nº 04/2002-CN, que "abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de 360 milhões de reais para reforço de dotações constantes do Orçamento vigente".

Relator, Senador Gilberto Mestrinho.

Não foram apresentadas emendas.

Para proferir o voto, peço ao Senador Nabor Júnior que substitua o Senador Gilberto Mestrinho. V.Exa. tem a palavra.

O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR – Vou ler o relatório, Sr. Presidente.

"Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, mediante a Mensagem nº 048, de 2002, do Congresso Nacional, o Exmo. Sr. Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 004, de 2002.

O Projeto de Lei objetiva abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito suplementar no valor de 360 milhões. Os recursos serão dirigidos ao Programa de Proteção da Amazônia, mais especificamente para o Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM."

E aqui é detalhada a aplicação do mencionado recurso.

O voto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, do Senador Gilberto Mestrinho, a quem substituo nesta oportunidade, tem a seguinte redação:

"Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade, juridicidade, mérito e técnica legislativa da proposição, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 004, de 2002-CN, na forma encaminhada pelo Poder Executivo."

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Apresentado o relatório, a matéria está em discussão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, o projeto abre crédito suplementar para o Ministério da Defesa no valor de 360 milhões de reais para obra que já está 75% concluída.

É claro que nós, do Partido dos Trabalhadores, temos algumas restrições. Mas pelo que foi exposto, para criar condições de controle do espaço aéreo – assim imaginamos –, somos favoráveis.

É a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado, Deputado João Grandão.

A matéria continua em discussão.

O SR. SENADOR MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, apenas para apresentar testemunho comum dos Estados beneficiados por obras do Projeto SIVAM, afirmo que o projeto é de extrema relevância para a Amazônia. Sou de um Estado amazônico, Rondônia. Relato que no meu Estado seguramente 95% ou quase 98% das obras já estão concluídas.

Registro meu testemunho e, na condição de membro desta Comissão, voto favoravelmente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado, Senador Moreira Mendes.

A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.Em votação na Câmara do Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria está aprovada.

II) Apreciação dos relatórios apresentados às seguintes matérias constantes do Quadro VII da Lei nº 10.407, de 10 de janeiro de 2002. Lei Orçamentária para 2002:

Item 2 (remanescente da Pauta nº 10, de 2002).

> "Construção e recuperação das obras de infra-estrutura hídrica/obras de infra-estrutura em Municípios da Região do Baixo São Francisco (Canal de Xingó), Sergipe."

Relator, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Como o Relator não está presente, poderíamos inverter a pauta e passar para o próximo item. Assim que S. Exa. chegar, voltaremos a este item.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Pois não. Fomos avisados que o Deputado Alberto Goldman saiu para conceder determinada entrevista e já está retornando.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado Alberto Goldman, que relatará o Item nº 2 da pauta, sobre construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, estamos tratando da apreciação do Subtítulo nº 18.544.0515.1851.1326 – Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica/obras de infra-estrutura em Municípios da Região do Baixo São Francisco, o chamado Canal de Xingó.

Preliminarmente, informo aos membros da Comissão que foram constatadas duas incorreções de índole formal no subtítulo e na classificação da obra objeto do mencionado projeto de decreto legislativo. As correções já foram incorporadas ao parecer e estão em anexo.

Foi apresentada emenda com o louvável intuito de explicitar a necessidade de evitar a repetição das situações que motivaram a inclusão do presente subtítulo no Quadro VII da Lei Orçamentária de 2002.

Ressalto, porém, que os fatos inquinados são considerados irregulares pela legislação vigente. O ordenamento jurídico pátrio veda a possibilidade de recursos orçamentários serem aplicados em objetos distintos dos constante da Lei Orçamentária anual.

A procedência de tal afirmação é demonstrada pelo fato de o Tribunal de Contas da União ter-se baseado nas normas preexistentes para classificar os atos praticados como irregulares. Assim, entendo desnecessária a inclusão do parágrafo único na forma proposta pela emenda.

Por isso, meu voto é pela rejeição da emenda e pela aprovação do texto da liberação dos recursos para o Canal de Xingo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, analisamos a situação e percebemos que há situações que causam dúvidas, mas podem ser reparadas. Foi o que aconteceu no caso em questão. Primeiro, os recursos foram "desviados", entre aspas, e devolvidos. Não consideramos interessante que recursos destinados especificamente para determinado fim sejam usados, por exemplo, para pagar despesas administrativas. Trata-se de situação constrangedora.

Em função de o Tribunal ter feito recomendações, não obstaculizando a questão da continuidade, o projeto pode ser aprovado, segundo nossa avaliação. Mas é importante tomarmos alguns cuidados. Foi devolvido o dinheiro anteriormente utilizado para fim não específico.

Feito o registro, o Partido dos Trabalhadores vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – A matéria continua em discussão.

Com a palavra o Relator, Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Sr. Presidente, esclareço o motivo pelo qual votamos favoravelmente à liberação do crédito para execução da obra.

Houve de fato irregularidade formal: recursos destinados à obra foram deslocados, por causa de várias questões administrativas, para a manutenção do órgão público responsável, que, em certo momento, não dispunha mais de recursos para sua manutenção. Assim, utilizou indevidamente os recursos destinados à obra. Foi configurada irregularidade indiscutível, que não pode ser aceita. O Tribunal, evidentemente, constatou tal fato.

É evidente que a irregularidade não diz respeito à execução da obra. Ao contrário, repito: deixou de ser executada exatamente porque os recursos destinados a ela foram desviados irregularmente para a manutenção do órgão.

No momento, estamos alocando recursos apenas e tão-somente para investimentos na obra, a fim de dar continuidade àquilo que já deveria ter sido feito antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado, nobre Relator.

A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria está aprovada.

Passamos ao item 3 da pauta: melhoramento das instalações do Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Relator, Deputado Jonival Lucas Junior.

Fomos informados de que o nobre Relator se encontra a caminho. Vamos transferir a apreciação da matéria para o final da reunião.

Item 4: Petição nº 01/2001-CN, apresentada pelos Deputados João Caldas e Givaldo Carimbão, tendo por objeto "representação de anulação e exclusão, e respectivo adendo, de emendas coletivas apresentadas pela bancada de Alagoas ao Orçamento Geral da União para 2002".

Relator, Deputado Santos Filho.

O Deputado Santos Filho não está presente. Também transferimos a matéria para o final da pauta.

Item 5: Apreciação e avaliação do Estudo nº 05/2002, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, acerca da 'publicidade das informações encaminhadas pelo Poder Judiciário sobre os precatórios constantes da Lei Orçamentária".

Informo que o Item 5, da Pauta nº 11, de 2002, será submetido à apreciação do Plenário da Comissão para que se avalie a oportunidade e a conveniência da publicidade, por esta Comissão, das informações encaminhadas pelo Poder Judiciário sobre os precatórios constantes da Lei Orçamentária. Não se trata de projeto, mas de posicionamento da Comissão a respeito da oportunidade de se dar publicidade às decisões do Poder Judiciário sobre os precatórios constantes da lei orçamentária.

Houve manifestações de Parlamentares sobre o assunto, várias já encaminhadas. Porém, como não há decisão da Comissão, é preciso que o Plenário delibere. Destaco que há pedido no sentido de que a publicidade seja concedida.

Em discussão.

Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, por todas as situações citadas, trata-se de questão que, na nossa avaliação, já tem caráter público.

Evidentemente, por analogia, dentro do procedimento judicial, algumas questões são segredos de Justiça e, portanto, não são públicas. Não vemos nenhum problema no tema, porque o estudo mostra com clareza que há caráter público. Não vejo nenhum óbice na matéria.

O Partido dos Trabalhadores tem posição favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado, Deputado.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o estudo apresentado pela Consultoria que indica posição favorável à publicidade, pelos Srs. Deputados que solicitarem, das referidas decisões.

Em votação o Estudo nº 05, de 2002, elaborado pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, que recomenda o fornecimento para os Parlamentares de informações relativas aos precatórios consignados na Lei Orçamentária anual.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria está aprovada na Comissão.

Voltamos ao Item 3 da pauta: melhoramento das instalações do Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.

Relator, Deputado Jonival Lucas Junior.

Não foram apresentadas emendas.

Com a palavra o nobre Relator.

O SR. DEPUTADO JONIVAL LUCAS JUNIOR – Sr. Presidente, peço permissão para ler apenas o voto.

Voto:

Como visto nas informações encaminhadas pelo TCU, foi sanada a irregularidade anteriormente observada. Não restam, assim, quaisquer óbices à continuidade da execução da obra, conforme deixou explícito aquele Tribunal por meio da Decisão nº 072/2002-TCU-Plenário, que embasou este parecer.

Dessa forma, não há motivos que justifiquem a permanência da aludida obra no Quadro VII anexo à Lei Orçamentária de 2002.

Em face do exposto, voto pela autorização da execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União de 2002 na classificação funcional-programática 26.784.0235.5864.0024 – Melhoramento das Instalações do Porto de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte (condicionada ao atendimento do art. 12 desta lei), na forma do projeto de decreto legislativo em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, o Item 3 não é diferente do Item 2. Ambos versam sobre recursos utilizados para pagar as ações trabalhistas.

Sabemos que, dentro do pressuposto jurídico, o crédito trabalhista precede qualquer tipo de crédito em situações de falência e assim por diante. Os trabalhadores, então, por analogia, não poderiam ficar sem receber o que lhes é de direito.

É outra situação, embora exista parecer favorável por parte do Tribunal em função da irregularidade. Na verdade, trata-se de irregularidade, porque o dinheiro foi desviado do seu objeto para pagar ações trabalhistas. Como foi feito o ressarcimento em tempo devido, o TCU entendeu que as irregularidades foram sanadas.

O Partido dos Trabalhadores vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado, Deputado João Grandão.

A matéria continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria foi aprovada na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Item 4. Não estando presente o nobre Relator, Deputado Santos Filho, e também como está sinalizado no aviso eletrônico que já foi iniciada a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados, não colocaremos em votação a matéria.

Algum dos Srs. Parlamentares quer fazer alguma observação?

Vou encerrar a presente sessão, mas antes convoco reunião de audiência pública para terça-feira, às 13h30min, sobre o Subtítulo TRT de São Paulo. São aquelas obras que constam do Quadro VII da Lei Orçamentária.

Aviso aos membros da Comissão que, caso seja constituída a nova composição da Comissão Mista de

Orçamento, ou seja, se no dia de hoje ou amanhã for anunciada a nova constituição pela Presidência do Senado, será enviada aos gabinetes convocação de reunião ordinária para a próxima terça-feira, na qual será eleita a nova Mesa da Comissão. A convocação, caso feita, será para a próxima terça-feira às 18h. Faço tais observações, uma vez que a convocação depende da nova composição, que, evidentemente, só poderá ser elaborada pela Presidência do Senado Federal.

Com a palavra o Deputado João Grandão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, a respeito da reunião da terça-feira às 13h30, fico preocupado com a questão do horário. Com certeza, a reunião contará com a presença de poucos Deputados, que não têm condições de comparecer à Casa no referido horário, apesar da relevância do assunto a ser tratado. Evidentemente, a Mesa e a assessoria devem ter motivos suficientes para convocar a reunião para as 13h30. Não pretendo causar nenhum tipo de constrangimento, apenas registro que no horário em questão há possibilidade de esvaziamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – A justificativa do horário se prende à importância de que a reunião conte com a presença dos Srs. Deputados.

A sugestão da audiência pública, bem como do horário, foi feita pelo Líder da bancada do PT, Deputado Jorge Bittar. S. Exa. incluiu nove convidados. Como às 16h, normalmente, começa de fato a Ordem do Dia, a preocupação foi que todos fossem ouvidos antes do encerramento da reunião da Comissão.

A preocupação com o horário foi segundo o entendimento de que, pela natureza polêmica da matéria – como ocorreu em outras ocasiões –, haverá esforço de todos para que, impreterivelmente, às 14h, comece a audiência. Gastaremos a primeira meia hora para compor a Mesa e para os trabalhos preliminares que acabam tomando tempo.

A intenção é que, de fato, a Comissão consiga compactar a reunião de audiência pública em duas horas, das 14h às 16h. São muitos os convidados e os debates bastante polêmicos, como é de conhecimento de V.Exa.

Não sei se V.Exa. tem alguma outra sugestão.

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Não, Sr. Presidente, não tinha conhecimento de que o horário das 13h30 foi sugerido pelo Deputado Jorge Bittar. Se tivesse, estou sendo bem sincero, talvez apresentasse o questionamento à bancada, uma vez que estou sendo incoerente com a posição por ela acatada.

Sendo assim, como partidário que sou, retiro a manifestação em função de ter partido da bancada do Partido dos Trabalhadores a proposta.

Registro a minha opinião particular, que, evidentemente, discutiremos posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Se V.Exa. tiver outro questionamento, submeteremos aos demais Parlamentares.

Parece-me sensata a proposta, mais do que pelo seu autor, pela fundamentação apresentada, que é grande o número de convidados.

V.Exa. gostaria de conhecer o teor da sugestão?

O SR. DEPUTADO JOÃO GRANDÃO – Não há necessidade, Sr. Presidente.

Solicito que minha manifestação não seja registrada como opinião de bancada, mas como juízo próprio em relação ao horário das 13h30, devido a experiências anteriores. O assunto é polêmico. Tomara que tenhamos bastante público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Com a palavra o nobre Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, em face de intervenção do nobre Deputado João Grandão, manifestarei minha opinião.

Considero a decisão da Presidência um pouco temerária, para não dizer muito. Na próxima terça-feira, às 13h30, os convidados certamente comparecerão, mas o Plenário da Comissão não sabemos. Falo com a maior liberdade e tranqüilidade, porque eu chego em Brasília aos domingos. Mas a observação do nobre Deputado João Grandão é procedente. Pode ocorrer que importante audiência pública, cuja convocação foi de iniciativa do nobre Deputado Jorge Bittar, contribua para o descrédito do Congresso Nacional, se comparecerem todos os convidados e apenas três ou quatro Parlamentares.

Registro minha manifestação favorável à observação do nobre Deputado João Grandão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Em face das manifestações, é preciso consultar o Deputado Jorge Bittar. Peço que S. Exa. compareça a este Plenário.

Há a idéia de que o ideal seria marcar a audiência para quarta-feira, dia em que, pela manhã, há outras Comissões funcionando. No entanto, o assunto em debate é chamativo. Provavelmente, muitos membros desta Comissão só tomarão conhecimento do

evento depois da sua realização e, com certeza, haverá algum tipo de reclamação.

No exercício desta Presidência, partilho da preocupação manifestada pelos dois Deputados.

Para facilitar a formação do ponto de vista da Comissão, lerei os dois requerimentos.

O primeiro requerimento, de autoria do Deputado Alberto Goldman, convida o Ministro Almir Pazzianotto Pinto, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o Juiz Francisco Antonio de Oliveira, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, César Augusto Gilii, Diretor Administrativo do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que já esteve aqui várias vezes, o Dr. Rubens Approbato Machado, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que também já esteve nesta Comissão discutindo o assunto, o Dr. Valter Uzzo, Secretário-Geral da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, e o Dr. Joaquim Andrade Filho, engenheiro master e coordenador da equipe de engenharia do Banco do Brasil, que também já compareceu a reunião específica da Mesa.

Esclareço que ambos requerimentos foram aprovados no dia 20 de março.

Passo a ler o seguinte requerimento, apresentado pelo nobre Deputado Jorge Bittar:

> "Dirijo-me a V.Exa. para solicitar, nos termos regimentais, que sejam convidados a esta Comissão representantes do TCU, do Banco do Brasil e do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo que estejam participando da avaliação do destino a ser dado à obra inacabada do Fórum Trabalhista da Primeira Instância na Cidade de São Paulo. Lembro que logo teremos que decidir na Comissão se será ou não autorizada a liberação de dotações do orçamento a essa obra."

Os dois requerimentos são coincidentes, exceto no que se refere ao TCU. Mencionei nove, mas na verdade são sete convidados: o Ministro Almir Pazzianotto, o Juiz Francisco Antonio de Oliveira, o Sr. César Augusto Gilii, o Dr. Rubens Approbato, o Dr. Valter Uzzo, o Dr. Joaquim de Andrade Filho e mais um representante do TCU.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Houve o convite, mas se houver necessidade há tempo útil para alterações. Comunicamos à assessoria que foi feito o convite. Mas a marcação da audiência pública não tinha sido aprovada nesta Comissão. Se o Plenário entender que a data não é adequada, refaremos o convite.

Deputado Jorge Bittar, gostaríamos de ouvir sua opinião. Houve manifestação de vários Parlamentares, alguns já se retiraram, sobre a conveniência de transferirmos a data da audiência pública a respeito do TRT de São Paulo – o Deputado João Grandão se manifestou, respeitando a sua indicação, naturalmente, e também o Deputado Antônio Carlos Konder Reis –, que foi aprovada hoje para ser realizada terça-feira.

Grande parte dos membros desta Casa, em ano eleitoral, só tomarão conhecimento da audiência após o evento. Por isso, poderemos ter não só a audiência esvaziada, como também reclamações de membros da Comissão a respeito da data escolhida. Ou seja, terça-feira, às 13h30, de qualquer maneira, seria ruim. Porém, se a reunião fosse marcada com antecedência, pelo menos haveria maior comparecimento por parte dos Srs. Parlamentares. Mas aprovar na quinta-feira a realização de reunião para terça-feira agravará o problema.

Consultamos V. Exa. a respeito de outra alternativa, que é marcar a reunião para quarta-feira, data também com problemas, porque as demais Comissões sobrecarregam muito os trabalhos da Casa.

Gostaríamos que V. Exa. opinasse a respeito da questão.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, primeiro agradeço a V. Exa. a oportunidade de emitir minha opinião, de esclarecer as circunstâncias em que marcamos a audiência.

V. Exa. sabe que se trata de problema que vem sendo protelado desde a época da aprovação do Orçamento no ano passado. Houve controvérsia sobre crédito orçamentário para a continuidade e conclusão das obras do TRT de São Paulo, tendo em vista toda a história que envolve a construção daquele prédio. Houvemos por bem, na ocasião, excluir tal crédito do Orçamento, por se tratar de matéria extremamente polêmica e pouco debatida por nós, mas com o compromisso de, com a máxima urgência, realizar o debate sobre o assunto para que pudéssemos tomar alguma decisão já no final do semestre, mas nada foi feito.

Quando fui procurado pelo Presidente do TRT, na semana passada, tive que dar toda razão a S.Exa. no sentido de que nós, de alguma maneira, até agora não havíamos cumprido o compromisso de promover o debate. A deliberação é da consciência de cada Parlamentar, mas temos obrigação de promover a discussão, ouvindo todas as parte envolvidas.

S.Exa. me expôs condições precárias em que se encontram as instalações do TRT de São Paulo.

Alguns prédios já deveriam ter sido interditados nos locais em que funcionam as Juntas de Conciliação e Julgamento. Enfim, a dramática situação envolve milhares – talvez até milhões – de trabalhadores e pequenos empresários que têm ações correndo na Justiça de São Paulo.

Evidentemente, fui sensível, e também outros Parlamentares já estavam mobilizados em torno da questão. Apenas fui uma espécie de veículo, já que havia sido um dos autores do requerimento solicitando audiência pública na Casa. Ouvi o Presidente da Comissão, Senador Carlos Bezerra, que me autorizou ajustar a data para a audiência.

O que tenho a acrescentar é que, na ocasião, marcamos a audiência com o compromisso de que o pessoal do TRT convidasse todas as demais pessoas envolvidas. A essa altura do campeonato, todos já estão convidados para a audiência.

Há prejuízo para os Parlamentares, na medida em que boa parte deles não têm informação sobre a data precisa da audiência. E há outro problema, de universo menor, não há dúvida, de acertar a agenda para que todos os convidados possam estar presentes e para que tenhamos acesso a informações amplas, com o painel claro de todos os problemas que envolvem a conclusão ou não da obra do TRT.

Diante do quadro apresentado, temos duas saídas: ou transferimos a reunião para quarta-feira à tarde ou outra possibilidade – pensando alto – seria realizar o esforço de informar todos os Parlamentares sobre a audiência, enviando e-mail, por exemplo.

A respeito da data, marquei terça-feira à tarde porque é um dia, supostamente, em que todos os Parlamentares já se encontram na Casa. É obrigação de todos estarem na Casa, porque temos Ordem do Dia às 16h. Ao mesmo tempo, haveria tempo razoável, imaginei, para convocar os Parlamentares.

Repito: a primeira idéia é transferir a reunião para quarta-feira e agendar novamente a presença de todos os convidados; a segunda é nos esforçarmos para comunicar aos Srs. Parlamentares a realização da audiência, visto que todos deverão estar na Casa para participarem da audiência.

O meu pressuposto foi o de que todos os Parlamentares têm de estar na Casa na terça-feira à tarde. Marquei a data com tranqüilidade e com essa compreensão do problema. Se há enfoque diferente, não farei cavalo de batalha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Ouviremos um Deputado paulista.

Com a palavra o Deputado Paulo Kobayashi.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI –Sr. Presidente, é muito difícil adequar agora o horário da Comissão, especialmente as audiências públicas, à agenda eleitoral dos Deputados e à programação da Casa. O tempo é muito curto na quarta-feira.

Prefiro que a reunião aconteça na quarta-feira, mesmo com todos os riscos, porque há tempo tanto para o pessoal do Tribunal avisar os convidados quanto para os funcionários da Comissão mobilizarem os Deputados eventualmente interessados no debate.

Terça-feira no começo da tarde não é adequado. Pela bancada paulista, posso falar, não haverá ninguém. Os Parlamentares chegam a partir das 16h, por causa do início da Ordem do Dia. Terça-feira às 13h, 14h e 15h estamos no avião nos deslocando para cá. Na quarta-feira, ficamos o dia todo à disposição do Congresso Nacional. Quinta-feira pela manhã também não há ninguém, porque muitos já foram embora.

Então, se é para debater a questão com tempo e com a possibilidade de presença dos membros desta Comissão, a audiência deve ser marcada para quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Com a palavra o Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – A presença da bancada paulista é fundamental, porque se trata do prédio do TRT de São Paulo. As ponderações do Deputado Paulo Kobayashi têm peso maior do que as minhas. Peço ao Deputado Paulo Kobayashi que S.Exa. se empenhe para que o Presidente do TRT de São Paulo e os demais convidados estejam aqui na quarta-feira. De minha parte, não há problema, diante das ponderações apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Konder Reis.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Sr. Presidente, após ouvir os depoimentos dos nobres Deputados Jorge Bittar e Paulo Kobayashi, constato que tinha razão.

Os Deputados não só de São Paulo, mas de muitas outras Unidades da Federação, chegam a Brasília nas terças-feiras à tarde. Falo com toda a liberdade e autoridade, porque chego em Brasília aos domingos, entre as 18h30 e as 19h.

Convocada a reunião para quarta-feira pela manhã ou à tarde, não correremos o risco de a audiência ser esvaziada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Às 13h30, então? Marcamos no mesmo horário, porém, na quarta-feira. Existe acordo?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS – Concordo.

O SR. DEPUTADO PAULO KOBAYASHI – Pela bancada paulista, auxiliarei a convocar os Deputados e entrarei em contato com o Presidente do Tribunal para mobilizar todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Solicito à assessoria da Comissão que entre em contato com os convidados de todos os órgãos já avisados.

Convoco a reunião de audiência pública para quarta-feira, às 13h30, e a reunião ordinária para terça-feira, às 14h30.

Reitero que a convocação para a reunião ordinária, no que se refere à eleição da Mesa, fica na dependência da leitura, pela Presidência do Senado, da composição da nova Mesa. Caso tal fato ocorra, haverá convocação por intermédio dos gabinetes.

Está encerrada a presente reunião.

QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
QÜINQUAGÉSIMA PRIMEIRA LEGISLATURA

Ata da Nona Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada no dia 14 de maio de 2002

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dois, reuniu-se ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para apreciação das matérias constantes da Pauta nº 12/2002. Foi registrado o comparecimento dos membros: – Deputados titulares: Airton Cascavel, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, João Magno, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, Neuton Lima, Pedro Fernandes, Roberto Balestra, Sérgio Miranda, Virgílio Guimarães e Zila Bezerra; – Senadores titulares: Mozarildo Cavalcanti e Tião Viana; – Deputados suplentes: Armando Abílio, Carlito Merss, Coriolano Sales, Eunício Oliveira, Fernando Coruja, João Tota, Juquinha, Laura Carneiro, Paulo Kobayashi, Pedro Chaves, Renildo Leal, Ricardo Barros, Sérgio Barcellos, Sérgio Barros e Ursicino Queiroz. Não foi registrada a presença de Senadores suplentes. Registrou-se a ausência dos membros: – Deputados titulares: Airton Dipp, Alberto Goldman, Alexandre Cardoso, Almir Sá, Arnon Bezerra, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Eujácio Simões, Freire Junior, Giovanni Queiroz, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Caldas, João Coser, João Grandão, João Leão, João Matos, João Pizzolatti, Jonival Lucas Júnior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Chaves, José Priante, Lael Varella, Lúcia Vânia, Luciano Castro, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Novais, Roberto Rocha, Sampaio Dória, Santos Filho, Saulo Pedrosa, Welinton Fagundes e Wilson Braga; – Senadores titulares: Ademir Andrade, Amir Lando, Antero Paes de Barros, Arlindo Porto, Benício Sampaio, Carlos Bezerra, Freitas Neto, Gilberto Mestrinho, Gilvam Borges, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Nabor Júnior, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima, Sebastião Rocha e Wellington Roberto. ABERTURA: Às quinze horas e quarenta e três minutos, o Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência, Deputado Virgílio Guimarães, iniciou a reunião, encerrando-a em seguida, em virtude de não haver número regimental para deliberação conforme disposto § 2º do art. 29 do Regimento Comum. Antes de encerrar a reunião, o Presidente em exercício convocou os membros para a Reunião de Instalação e Eleição da Mesa da Comissão, a realizar-se no dia quinze de maio de 2002, às dez horas, e para a Terceira Reunião de Audiência Pública, a realizar-se às treze horas e trinta minutos do mesmo dia, no Plenário nº 02 do Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II) da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no **Diário do Congresso Nacional** – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. Deputado **Virgílio Guimarães,** Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Não havendo sido alcançado número regimental, encerrada esta reunião.

Antes, porém, aviso aos membros da Comissão que há convocação para reunião a ser realizada amanhã, às 10h, com vistas à eleição da nova Mesa. Além disso, está marcada também para amanhã audiência pública, às 13h30min. Assim, a próxima reunião ordinária será convocada pela nova Mesa eleita.

Está encerrada a reunião.

Observações

O SR. PRESIDENTE (Deputado Virgílio Guimarães) – Não havendo número regimental para abertura da presente reunião, convoco a próxima para terça-feira, dia 07 de maio, às 14h e 30min.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dois, terça-feira, às quatorze horas, na Sala nº 09 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, foi convocada reunião da Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória nº 2.218, sendo a mesma cancelada pelo Senhor Presidente , Senador Mozarildo Cavalcanti. Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (matrícula 1017), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas (Senado Federal).

Brasília, 21 de maio de 2002

Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e dois, terça-feira, às dezoito horas, na Sala nº 06 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, foi convocada reunião da Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória nº 2151-3, sendo a mesma cancelada pelo Senhor Presidente , Deputado Cláudio Cajado, ficando convocada para o dia vinte e dois de maio, quarta-feira, às quinze horas e trinta minutos, na mesma Sala nº 06 da Ala Senador Alexandre Costa, com a mesma pauta.

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (matrícula 1017), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas (Senado Federal).

Brasília, 21 de maio de 2002

Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

TERMO DE REUNIÃO

Aos vinte e dois dias do mês de maio de dois mil e dois, quarta-feira, às quinze horas e trinta minutos, na Sala nº 06 da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, presentes os Senhores Senador José Eduardo Dutra, e Deputados Cláudio Cajado e Luiz Eduardo Greenhalgh, não havendo *quorum* regimental para a abertura dos trabalhos, a reunião não foi realizada, ficando convocada a 3ª reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 2151-3 para o próximo dia vinte e oito de maio, terça-feira, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, tendo como pauta a Leitura do Relatório.

Para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (matrícula 1017), Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas (Senado Federal).

Brasília, 22 de maio de 2002

Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Mistas

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

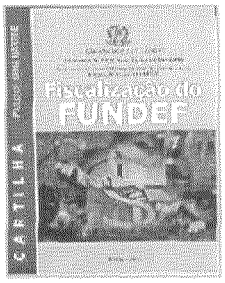
TÍTULOS PUBLICADOS — 2001/2002

MANDATO EM NOTÍCIA, O : A DIVULGAÇÃO OFICIAL DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ISBN: 85-7365-151-2

Esgotado

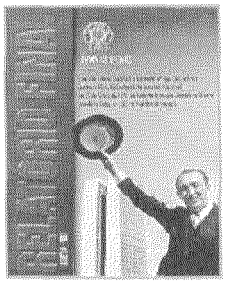
FISCALIZAÇÃO DO FUNDEF : CARTILHA



ISBN: 85-7365-171-7

R$ 2,20

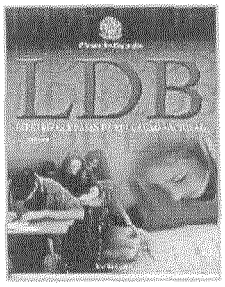
RELATÓRIO FINAL ...COMISSÃO EXTERNA MORTE DO EX-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK



ISBN: 85-7365-167-9

R$ 2,20

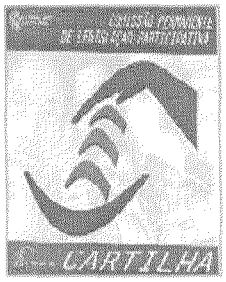
LDB : DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (2. ed.)



ISBN: 85-7365-154-7

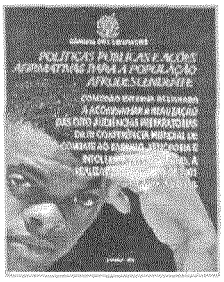
R$ 2,20

COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA



Distribuição gratuita

POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS PARA A POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE



ISBN: 85-7365-169-5

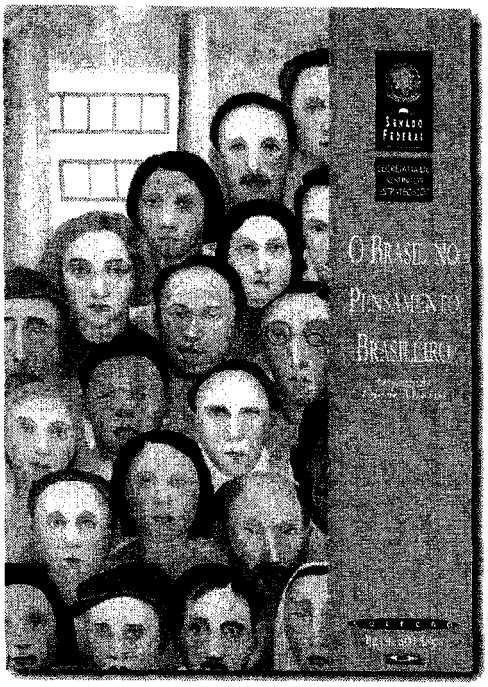
R$ 2,20

Locais de venda: Mídia Livraria. Ed. Principal e Anexo IV da Câmara dos Deputados. Telefones: (61) 318-6477/7271.
Informações: Coordenação de Publicações. Telefone: (61) 318-6864. E-mail: publicacoes.cedi@camara.gov.br

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos



"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R$ 30,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:		UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R$)	Preço Total (R$)

EDIÇÃO DE HOJE: 328 PÁGINAS